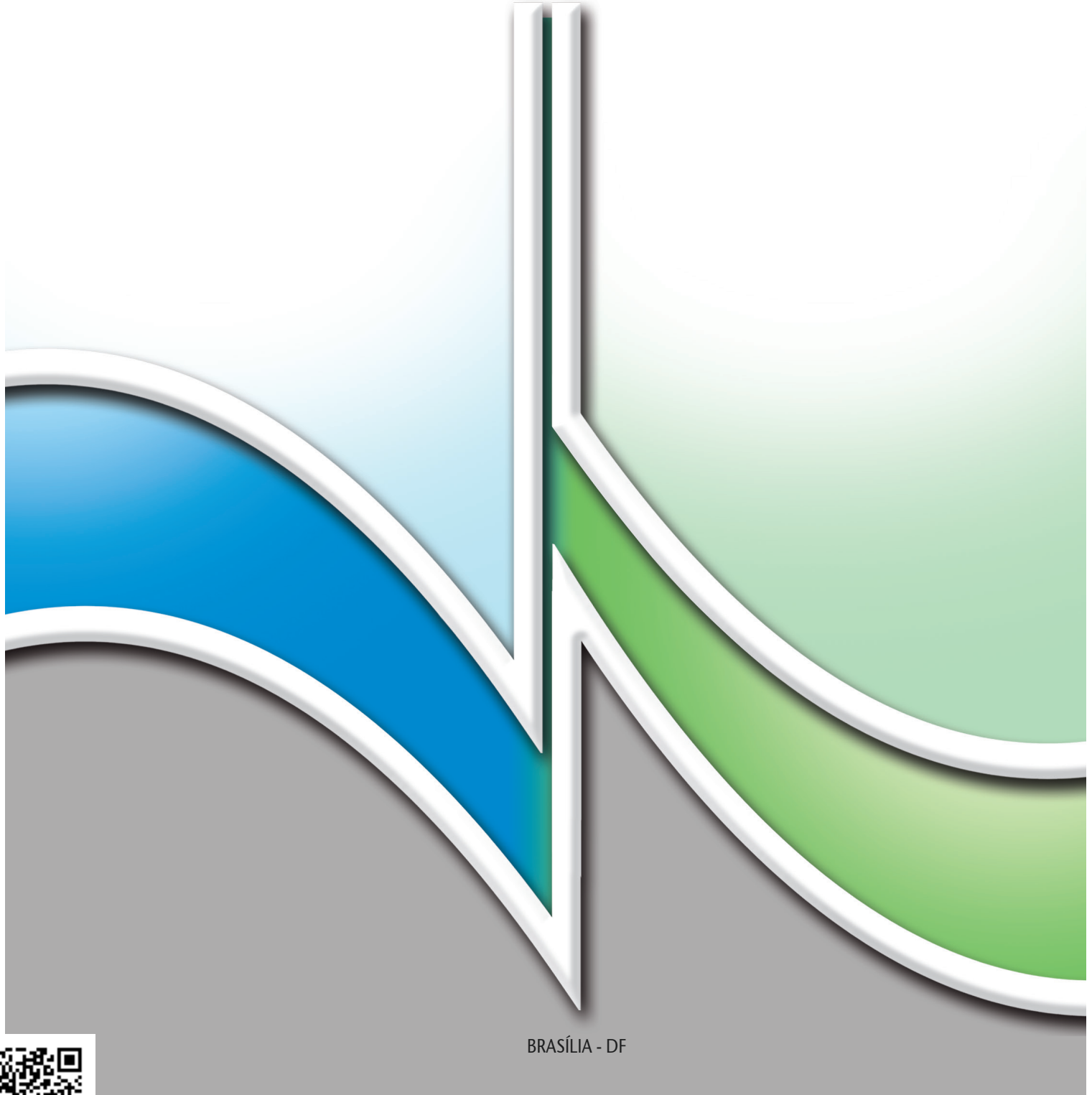
00100.043068/2018-92

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LXXIII Nº 9, QUINTA-FEIRA, 29 DE MARÇO DE 2018



BRASÍLIA - DF

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)
Presidente

Deputado Fábio Ramalho (PMDB-MG)
1º Vice-Presidente

Senador João Alberto Souza (PMDB - MA)
2º Vice-Presidente

Deputado Giacobo (PR-PR)
1º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)
2º Secretário

Deputado JHC (PSB-AL)
3ª Secretário

Senador Zeze Perrella (PMDB-MG)
4ª Secretário

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)
Presidente

Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)
1º Vice-Presidente

Senador João Alberto Souza (PMDB - MA)
2º Vice-Presidente

Senador José Pimentel (PT-CE)
1º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)
2º Secretário

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)
3º Secretário

Senador Zeze Perrella (PMDB-MG)
4ª Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)
2º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
3º - Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)
4º - Senador Cidinho Santos (PR-MT)

COMPOSIÇÃO DA MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ)
Presidente

Deputado Fábio Ramalho (PMDB-MG)
1º Vice-Presidente

Deputado André Fufuca (PP-MA)
2º Vice-Presidente

Deputado Giacobo (PR-PR)
1º Secretário

Deputada Mariana Carvalho (PSDB-RO)
2ª Secretária

Deputado JHC (PSB-AL)
3º Secretário

Deputado Rômulo Gouveia (PSD-PB)
4ª Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Deputado Dagoberto (PDT-MS)
2º - Deputado César Halum (PRB-TO)
3º - Deputado Pedro Uczal (PT-SC)
4º - Deputado Carlos Manato (SD-ES)

DIÁRIO CONGRESSO NACIONAL
EXPEDIENTE

Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochael
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro
Coordenadora de Elaboração de Diários

Alessandro Pereira de Albuquerque
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Paulo Max Cavalcante da Silva
Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

PARTE I

Não houve sessão.

PARTE II

1 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

1.1 – EXPEDIENTE

1.1.1 – Aviso do Banco do Brasil

Nº 13/2018 (nº 82/2018, na origem), que encaminha relatório de administração com demonstrações contábeis e análise dos resultados obtidos no exercício de 2017. 7

Estabelecimento de calendário para tramitação do Aviso nº 13/2018-CN 279

1.1.2 – Aviso do Tribunal de Contas da União

Nº 14/2018 (nº 1.111/2017, na origem), que encaminha cópia do Acórdão nº 2.779/2017 (TC 014.133/2017-2). 281

Estabelecimento de calendário para tramitação do Aviso nº 14/2018-CN 287

1.1.3 – Comunicações

Da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 807/2017 **(Ofício nº 104/2018)**. *Substituído o membro.* 289

Da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 809/2017 **(Ofício nº 97/2018)**. *Substituído o membro.* 290

Da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 810/2017 **(Ofício nº 98/2018)**. *Substituído o membro.* 291

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.043068/2018-92

Da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 811/2017 **(Ofício nº 101/2018)**. *Substituído o membro*. 292

Da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 813/2017 **(Ofício nº 100/2018)**. *Substituído o membro*. 293

Da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 815/2017 **(Ofício nº 99/2018)**. *Substituído o membro*. 294

Da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 816/2017 **(Ofício nº 102/2018)**. *Substituído o membro*. 295

Da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 818/2018 **(Ofício nº 103/2018)**. *Substituído o membro*. 296

Da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 819/2018 **(Ofício nº 108/2018)**. *Substituído o membro*. 297

Da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 820/2018 **(Ofício nº 109/2018)**. *Substituído o membro*. 298

Da Liderança do PR na Câmara dos Deputados, de indicação e substituição de membros na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 822/2018 **(Ofício nº 56/2018)**. *Substituído o membro*. 299

Da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 822/2018 **(Ofício nº 106/2018)**. *Substituído o membro*. 300

1.1.4 – Mensagem do Presidente da República

Nº 149/2018, na origem **(Mensagem nº 5/2018, no Congresso Nacional)**, que encaminha o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias referente ao primeiro bimestre de 2018. 302

Estabelecimento de calendário para tramitação da Mensagem nº 5/2018-CN 385

1.1.5 – Veto

Veto Parcial nº 10/2018, aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 1/2018 (proveniente da Medida Provisória nº 802/2017) **(Mensagem nº 142/2018, do Presidente da República)**. 387

PARTE III

2 – ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Nºs 9 a 17/2018 396

3 – RETIFICAÇÕES

Diário do Congresso Nacional nº 4, de 22 de fevereiro de 2018 406

Diário do Congresso Nacional nº 6, de 8 de março de 2018 408

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.043068/2018-92

4 – COMISSÕES MISTAS 414

5 – CONSELHOS E ÓRGÃOS 428

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

EXPEDIENTE

Aviso do Banco do Brasil

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

AVISO DO CONGRESSO NACIONAL Nº 13, DE 2018

Encaminha, em cumprimento ao disposto no § 2º do art. 23 da Lei nº 13.303/2016, Relatório de Administração do Banco do Brasil com demostrações contábeis e análise dos resultados obtidos no exercício de 2017.

AUTORIA: Banco do Brasil

DESPACHO: À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Página da matéria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

BANCO DO BRASIL

Direo - 2018/00082
Brasília (DF), 19 de março de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Em cumprimento ao disposto no §2º do art. 23 da Lei nº 13.303 (Lei das Estatais), de 30 de junho de 2016, e no §3º do art. 37 do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, encaminhamos em anexo o Relatório de Administração deste Banco, com demonstrações contábeis e análise dos resultados obtidos no exercício de 2017, acompanhados da manifestação do Conselho de Administração.

2. Por oportuno, informamos que, em atendimento aos referidos dispositivos legais, tais documentos encontram-se publicados no site desta empresa, podendo ser acessados pelo endereço www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/relacoes-com-investidores.

3. Colocamo-nos à disposição para eventual esclarecimento necessário.

Respeitosamente,

Banco do Brasil S.A.

Fabrício da Soller
Presidente do Conselho de Administração

Excelentíssimo Senhor Senador
Eunício Oliveira
Presidente do Congresso Nacional
Congresso Nacional
Praça dos Três Poderes - Brasília – DF
70.160-900

Agosto/2012 - Grafi Rio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.043068/2018-92

Este Relatório faz referências e declarações sobre expectativas, sinergias planejadas, estimativas de crescimento, projeções de resultado e estratégias futuras sobre o Conglomerado Banco do Brasil. Tais declarações baseiam-se nas atuais expectativas, estimativas e projeções da Administração sobre acontecimentos futuros e tendências financeiras que possam afetar os negócios do Conglomerado.

Essas referências e declarações não são garantia de desempenho futuro e envolvem riscos e incertezas que podem extrapolar o controle da Administração, podendo, desta forma, resultar em saldos e valores diferentes daqueles, aqui, antecipados e discutidos. As expectativas e projeções da Administração são vinculadas às condições do mercado (mudanças tecnológicas, pressões competitivas sobre produtos, preços, entre outros), do desempenho econômico geral do país (taxa de juros e câmbio, mudanças políticas e econômicas, inflação, mudanças na legislação tributária, entre outras) e dos mercados internacionais.

Expectativas futuras decorrentes da leitura deste relatório devem considerar os riscos e incertezas que envolvem os negócios do Conglomerado. O Banco do Brasil não se responsabiliza em atualizar qualquer estimativa contida em relatório publicado em períodos anteriores.

As tabelas e gráficos deste relatório apresentam, além dos saldos e valores contábeis, números financeiros e gerenciais. As taxas de variação relativa são apuradas antes do procedimento de arredondamento em R$ milhões. O arredondamento utilizado segue as regras estabelecidas pela Resolução 886/66 da Fundação IBGE: caso o algarismo decimal seja igual ou superior a 0,5, aumenta-se em uma unidade; caso o algarismo decimal seja inferior a 0,5, não há acréscimo de uma unidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.043068/2018-92

Índice

Apresentação **8**
Destaques 8
Acesso on-line 8
Glossário **9**
Exercício 2017 ..... **11**
Estimativas 2018 11
Sumário do Resultado **13**
1 - Informações Úteis **23**
Governança Corporativa 27
2 - Demonstrações Contábeis Resumidas **29**
2.1. Balanço Patrimonial Resumido 29
2.2. Demonstração do Resultado com Realocações 31
2.2.1. Abertura das Realocações 32
2.2.2. Glossário das Realocações 34
2.2.3. Efeitos Fiscais e de PLR sobre Itens Extraordinários 35
3 - Crédito **36**
O Processo de Concessão de Crédito do Banco do Brasil 36
3.1. Carteira de Crédito 36
3.1.1. Carteira de Crédito Pessoa Física 38
3.1.2. Carteira de Crédito Pessoa Jurídica 42
3.1.3. Carteira de Crédito de Agronegócios 44
3.1.4. Concentração 49
3.2. Qualidade do Crédito 51
3.2.1. Carteira de Crédito Pessoa Física 56
3.2.2. Carteira de Crédito Pessoa Jurídica 58
3.2.3. Carteira de Agronegócios 60
3.2.4. Carteira de Crédito no Exterior 64
3.3. Cobrança, Regularização e Recuperação de Créditos 65
3.3.1. Gerenciamento de Créditos em Curso Anormal 65
3.3.2. O Processo de Cobrança e Regularização de Créditos 65
3.3.3. Fluxo Operacional da Cobrança, Regularização e Recuperação de Créditos 65
3.3.4. Eficiência do Processo 66
3.3.5. Carteira de Crédito Renegociada 68
4 - Captações **70**
5 - Resultado Financeiro **73**
5.1. Margem Financeira Bruta 73
5.2. Receita Financeira com Operações de Crédito 73
5.3. Despesa Financeira de Captação 74
5.4. Despesa Financeira de Captação Institucional 75
5.5. Receita de Recuperação de Crédito 75
5.6. Resultado de Tesouraria 75
5.7. Análise dos Ativos e Passivos 78
5.7.1. Análise dos Ativos 78
5.7.2. Análise dos Passivos 79
5.7.3. Análise Volume e Taxa 80
5.8. Margem Gerencial de Crédito 82
6 - Rendas de Tarifas **84**
6.1. Conta-Corrente 84
6.2. Meios de Pagamento 84
6.2.1. Base de Cartões e Faturamento 85
6.2.2. Resultado dos Serviços de Cartões 86
6.3. Gestão de Recursos de Terceiros 87
6.4. Mercado de Capitais 89
6.5. Seguros, Previdência e Capitalização 92
6.6. Consórcios 93
7- Produtividade e Eficiência **95**
7.1. Indicadores 95
7.2. Despesas de Pessoal 96
7.3. Outras Despesas Administrativas 97

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Índice

7.3.1. Rede de Atendimento ... 97
7.3.2. Canais Automatizados ... 98
7.4. Outras Receitas e Despesas Operacionais ... 101
7.5. Perdas Operacionais ... 102
8 - Ativo e Passivo Atuarial ... 103
8.1. Previ – Plano 1 ... 103
8.2. Fundos de Destinação do Superavit Previ (Plano 1) ... 104
8.3. Cassi ... 105
8.4. Efeitos no Patrimônio Líquido ... 106
9 - Gestão de Capital ... 107
9.1. Estrutura de Capital ... 107
9.2. Exposição Cambial e a Taxas de Juros ... 112
10 - Investimentos Estratégicos ... 115
10.1. Informações de Coligadas e Controladas ... 115
10.2. Banco Votorantim ... 116
10.3. Negócios Internacionais ... 120
10.3.1. Banco Patagonia ... 121

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Índice de Tabelas

Tabela 1. Estimativas de 2017 ... 11
Tabela 2. Carteira de Crédito Ampliada Orgânica ... 11
Tabela 3. Margem Financeira Bruta e Despesas de PCLD ... 11
Tabela 4. Estimativas para 2018 ... 12
Tabela 5. Resultado – R$ milhões ... 13
Tabela 6. Conceitos de RSPL – R$ milhões ... 14
Tabela 7. Indicadores de Mercado ... 14
Tabela 8. Rendas de Tarifas – R$ milhões ... 14
Tabela 9. Carteira de Crédito Renegociada – R$ milhões ... 22
Tabela 10. Principais Indicadores Econômicos[1] ... 23
Tabela 11. Composição Acionária - % ... 24
Tabela 12. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio[1] ... 24
Tabela 13. Indicadores de Mercado (sem ações em tesouraria) ... 24
Tabela 14. Participação nos Índices de Mercado Brasileiro - % ... 24
Tabela 15. Participação em Índice de Mercado Internacional - % ... 24
Tabela 16. Informações do BB ... 25
Tabela 17. *Ratings* ... 26
Tabela 18. Compulsório/Exigibilidade (%) ... 26
Tabela 19. Balanço Patrimonial Resumido – Ativo ... 29
Tabela 20. Balanço Patrimonial Resumido – Passivo ... 30
Tabela 21. Demonstração do Resultado com Realocações ... 31
Tabela 22. Demonstrativo das Realocações e Itens Extraordinários ... 33
Tabela 23. Efeitos Fiscais e de PLR sobre Itens Extraordinários ... 35
Tabela 24. Carteira de Crédito Classificada e Ampliada ... 37
Tabela 25. Carteira de Crédito Ampliada Orgânica Interna ... 37
Tabela 26. Crédito SFN ... 37
Tabela 27. Carteira de Crédito Pessoa Física ... 39
Tabela 28. Crédito Pessoa Física – Participação de Mercado ... 39
Tabela 29. Tempo de Relacionamento - Clientes com Operações de Crédito ... 40
Tabela 30. Taxas e Prazos Médios ... 40
Tabela 31. Características dos Clientes da Carteira de Crédito Veículos Orgânica ... 41
Tabela 32. Carteira de Crédito Pessoa Jurídica ... 42
Tabela 33. Segmentação da Carteira Pessoa Jurídica ... 42
Tabela 34. Câmbio de Exportação e Importação ... 42
Tabela 35. ACC/ACE ... 43
Tabela 36. Tempo de Relacionamento dos Clientes - % do Saldo da Carteira MPE ... 43
Tabela 37. Crédito MPE por Setor de Atividade ... 44
Tabela 38. Produtos de Crédito - MPE ... 44
Tabela 39. Participação do Brasil no Agronegócio Mundial em dezembro de 2017 ... 44
Tabela 40. Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios por Região ... 45
Tabela 41. Carteira de Crédito de Agronegócios por Programa/Linha de Crédito ... 45
Tabela 42. Carteira de Crédito de Agronegócios por Destinação ... 46
Tabela 43. Carteira de Crédito de Agronegócios por Tipo de Item Financiado ... 46
Tabela 44. Carteira de Agronegócios por Porte do Cliente ... 46
Tabela 45. Carteira de Crédito de Agronegócios por Tipo de Personalidade Jurídica ... 47
Tabela 46. Carteira de Crédito Ampliada de Agronegócios por Fonte de Recursos ... 47
Tabela 47. Receitas de Equalização e Fator de Ponderação ... 47
Tabela 48. Receitas de Equalização a Receber - Movimentação[1] ... 48
Tabela 49. Recursos Equalizáveis da Carteira de Agronegócios ... 48
Tabela 50. Desembolsos por Finalidade do Crédito Rural ... 48
Tabela 51. Distribuição de Mitigadores no Custeio Agrícola ... 49
Tabela 52. 100 Maiores Clientes em relação à Carteira de Crédito Classificada ... 49
Tabela 53. 100 Maiores Clientes em relação ao Patrimônio de Referência ... 50
Tabela 54. Macrossetor: Concentração da Carteira PJ e Agro PJ ... 50
Tabela 55. Carteira de Crédito Classificada por Nível de Risco ... 54
Tabela 56. Despesas de PCLD sobre Carteira de Crédito Classificada ... 55
Tabela 57. Índices de Atraso da Carteira Classificada ... 55
Tabela 58. Carteira de Crédito Classificada BB PF por Nível de Risco ... 56

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Índice de Tabelas

Tabela 59. Movimentação da PCLD da Carteira de Crédito Classificada BB PF 56
Tabela 60. INAD +90d Carteira Classificada BB PF – em % por Linha de Crédito 57
Tabela 61. Carteira de Crédito Classificada BB PJ por Nível de Risco..... 58
Tabela 62. Movimentação da PCLD da Carteira de Crédito Classificada BB PJ..... 59
Tabela 63. INAD. +90d Carteira Classificada BB PJ – em % por Linha de Crédito..... 59
Tabela 64. Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios por Nível de Risco 60
Tabela 65. INAD. +90d Carteira Classificada Agronegócios – em % por Linha de Crédito..... 61
Tabela 66. Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios PF por Nível de Risco..... 61
Tabela 67. Movimentação da PCLD – Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios PF 61
Tabela 68. Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios PJ por Nível de Risco 62
Tabela 69. Movimentação da PCLD – Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios PJ 62
Tabela 70. Operações Prorrogadas e Não Prorrogadas do Agronegócio..... 63
Tabela 71. Índices de Atraso da Carteira Classificada de Agronegócios..... 64
Tabela 72. Carteira de Crédito Classificada no Exterior por Nível de Risco 64
Tabela 73. Carteira de Crédito Renegociada – Banco Múltiplo[1] 68
Tabela 74. Carteira de Crédito Renegociada – Contratação por Faixa de Atraso 68
Tabela 75. Carteira de Crédito Renegociada por Nível de Risco..... 69
Tabela 76. Captações Comerciais..... 70
Tabela 77. Captações Institucionais 71
Tabela 78. Captações Comerciais no Exterior - Modalidade 71
Tabela 79. Captações Comerciais no Exterior - Produto 71
Tabela 80. Fontes e Usos..... 72
Tabela 81. Emissões Vigentes no Exterior..... 72
Tabela 82. Principais Indexadores..... 73
Tabela 83. Composição da Margem Financeira Bruta 73
Tabela 84. Receita Financeira de Operação de Crédito 73
Tabela 85. Composição Sintética dos Ativos..... 74
Tabela 86. Resultado de Captação[1] 74
Tabela 87. Captações vs. Taxa Selic 75
Tabela 88. Despesa de Captação Institucional 75
Tabela 89. Recuperação de Crédito 75
Tabela 90. Resultado de Tesouraria..... 75
Tabela 91. Resultado com Títulos e Valores Mobiliários..... 76
Tabela 92. Carteira de Títulos por Categoria – Valor de Mercado 76
Tabela 93. Carteira de Títulos por Prazo - Valor de Mercado 76
Tabela 94. Saldo da Liquidez..... 77
Tabela 95. Despesa de Captação no Mercado Aberto..... 77
Tabela 96. Outros Componentes de Tesouraria..... 77
Tabela 97. Saldos Médios e Taxa de Juros – Ativos Rentáveis (Comparação Anual) 78
Tabela 98. Saldos Médios e Taxa de Juros – Ativos Rentáveis (Comparação Trimestral) 78
Tabela 99. Saldos Médios e Taxa de Juros – Ativos Rentáveis (12 Meses) 78
Tabela 100. Saldos Médios e Taxa de Juros – Passivos Onerosos (Anual)..... 79
Tabela 101. Saldos Médios e Taxa de Juros – Passivos Onerosos (Trimestral)..... 79
Tabela 102. Saldos Médios e Taxa de Juros – Passivos Onerosos (12 meses) 80
Tabela 103. Análise de Volume (Ativos Rentáveis) - Taxa Trimestral 80
Tabela 104. Análise de Volume (Ativos Rentáveis) - Taxa 12 Meses..... 80
Tabela 105. Margem Global – (%)..... 81
Tabela 106. Margem Líquida de Juros e Margem de Lucro..... 81
Tabela 107. Variação de Receita e Despesa e Variação Volume/Taxa (Trimestral) 82
Tabela 108. Variação de Receita e Despesa e Variação Volume/Taxa (Anual)..... 82
Tabela 109. Margem Gerencial..... 83
Tabela 110. Taxa por Carteira 83
Tabela 111. Rendas de Tarifas..... 84
Tabela 112. Base de Clientes e Contas-correntes 84
Tabela 113. Base de Cartões 85
Tabela 114. Quantidade de Transações..... 86
Tabela 115. Resultado de Serviços de Cartões – Visão Trimestral 87
Tabela 116. Resultado de Serviços de Cartões – Visão Anual 87
Tabela 117. Fundos de Investimento e Carteiras Administradas por Segmento 88
Tabela 118. Fundos de Investimento e Carteiras Administradas por classe Anbima 88
Tabela 119. Gestão de Fundos de Investimento com Características Socioambientais 89
Tabela 120. *Private Equity* – Participação Indireta..... 92
Tabela 121. BB Seguridade – Indicadores de Desempenho..... 93

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Tabela 122. Consórcios - Cotas Ativas por Tipo 93
Tabela 123. Consórcios - *Ticket* Médio 94
Tabela 124. Consórcios – Prazo Médio e Taxa de Administração Média 94
Tabela 125. Resultado Estrutural 95
Tabela 126. Índices de Cobertura e Eficiência – Ajustados[1] 95
Tabela 127. Outros Indicadores de Produtividade e Eficiência 95
Tabela 128. Despesas de Pessoal 96
Tabela 129. Perfil dos Funcionários 97
Tabela 130. Outras Despesas Administrativas 97
Tabela 131. Rede de Atendimento 98
Tabela 132. Rede de Agências por Região 98
Tabela 133. Outras Receitas e Despesas Operacionais 101
Tabela 134. Perdas Operacionais por Categoria de Eventos de Perda – (%) 102
Tabela 135. Composição dos Ativos 104
Tabela 136. Principais Premissas Atuariais 104
Tabela 137. Efeitos da Contabilização da Previ (Plano 1) – Deliberação CVM nº 695/2012 104
Tabela 138. Previ (Plano 1) - Fundo Paridade 105
Tabela 139. Previ (Plano 1) - Fundo de Utilização 105
Tabela 140. Efeitos da Contabilização da Cassi – Deliberação CVM nº 695/2012 106
Tabela 141. Efeito no Patrimônio Líquido – Deliberação CVM nº 695/2012 106
Tabela 142. Índice de Basileia 108
Tabela 143. Fator "F" aplicado ao montante de Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) 109
Tabela 144. PRMR Referente à Parcela do RWA_{OPAD} 110
Tabela 145. PRMR Referente à Parcela do RWA_{MPAD} 110
Tabela 146. PRMR Referente à Parcela do RWA_{CPAD} 111
Tabela 147. RWA_{CPAD} segregada por Fator de Ponderação de Risco – FPR 112
Tabela 148. Balanço em Moedas Estrangeiras 113
Tabela 149. Descasamento por Vencimento 114
Tabela 150. Participações Societárias 115
Tabela 151. Demonstração do Resultado com Realocações[1] - Trimestral 116
Tabela 152. Demonstração do Resultado com Realocações[1] - 12 Meses 117
Tabela 153. Margem Líquida de Juros e Margem de Lucro 117
Tabela 154. Principais Itens Patrimoniais 118
Tabela 155. Qualidade da Carteira Gerenciada 118
Tabela 156. Índice de Basileia 119
Tabela 157. Rede de Atendimento no Exterior 120
Tabela 158. Consolidado no Exterior – Itens Patrimoniais 120
Tabela 159. Consolidado no Exterior – Itens do Resultado 121
Tabela 160. Banco Patagonia – Destaques Patrimoniais 121
Tabela 161. Banco Patagonia – Captações 121
Tabela 162. Banco Patagonia – Principais Linhas do Resultado 121
Tabela 163. Banco Patagonia – Indicadores de Rentabilidade, Capital e Crédito 122
Tabela 164. Banco Patagonia – Destaques Operacionais e Estruturais 122

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Índice de Figuras

Figura 1. Principais Variações nas Rendas de Tarifas – Base 100 15
Figura 2. Despesas Administrativas – R$ milhões 15
Figura 3. Transações por canais (%) e número de usuários (milhões) – Série mensal 16
Figura 4. Margem Financeira Bruta – R$ milhões 16
Figura 5. Spread Global e Saldo Médio das Operações de Crédito – R$ bilhões 17
Figura 6. *Spread* por Segmento - % 17
Figura 7. Basileia - % 18
Figura 8. Simulação do Índice de Capital Principal com as Regras Integrais de Basileia III – % 18
Figura 9. Carteira de Crédito Ampliada – R$ bilhões 19
Figura 10. Captações Comerciais – R$ bilhões 19
Figura 11. Despesa de Provisão por Segmento – R$ milhões 20
Figura 12. Cobertura Total – % 20
Figura 13. Cobertura[1] por Segmento – % 21
Figura 14. Risco Médio - % 21
Figura 15. Inad +90d – % 21
Figura 16. Estrutura da Alta Administração 28
Figura 17. Colegiados Estratégicos 28
Figura 18. Processo de Concessão de Crédito do Banco do Brasil 36
Figura 19. Carteira de Crédito Interna BB (por Período de Contratação) - % e R$ bilhões 38
Figura 20. Carteira de Crédito Interna BB (por Prazo de Vencimento) - % 38
Figura 21. Composição da Carteira de Crédito Orgânica - CDC e Veículos - % 39
Figura 22. Composição da Carteira de Crédito Consignado Orgânica - % 40
Figura 23. Prazo das Operações Contratadas no Trimestre – Crédito Consignado 41
Figura 24. Prazo das Operações Contratadas no Trimestre – Financiamento de Veículos 41
Figura 25. Participação das Linhas de Repasse nos Desembolsos - % 43
Figura 26. Participação do BB no Agronegócio – % 45
Figura 27. Distribuição do Risco do Custeio Agrícola - % 49
Figura 28. Risco Médio da Carteira de Crédito Classificada 51
Figura 29. Índices de Cobertura da Carteira de Crédito Classificada 51
Figura 30. Provisão de Crédito – Carteira de Crédito Classificada 52
Figura 31. INAD +90 – em % da Carteira de Crédito Classificada 52
Figura 32. INAD +90 por segmento – em % da Carteira de Crédito Classificada Interna 53
Figura 33. *New NPL* – % da Carteira de Crédito Classificada 53
Figura 34. Despesa Trimestral de PCLD sobre *New NPL* (Cobertura) 54
Figura 35. Safra Anual – Crédito Pessoa Física 57
Figura 36. *New NPL* – Carteira de Crédito Pessoa Física 58
Figura 37. New NPL – Carteira de Crédito Pessoa Jurídica 59
Figura 38. Safra Anual – Carteira MPE 60
Figura 39. *New NPL* – Carteira de Crédito do Agronegócio 63
Figura 40. Canais de Cobrança, Regularização e Recuperação[1] 66
Figura 41. Taxa de Regularização de Crédito pelo Período de Cobrança - % 66
Figura 42. Cobrança e Regularização em Caixa antes do envio para Perdas[1] - % 67
Figura 43. Recuperação Acumulada (R$ bilhões) e Índice de Recuperação à Vista – % 67
Figura 44. Baixa para Prejuízo – em % da Carteira de Crédito Classificada 67
Figura 45. New NPL – % da Carteira Renegociada 68
Figura 46. Participação de Mercado das Captações do BB (R$ bilhões) 70
Figura 47. Distribuição das Receitas de Crédito 74
Figura 48. Carteira de Títulos e Valores Mobiliários por Indexador (Banco Múltiplo) 76
Figura 49. Distribuição dos Ativos Rentáveis - (%) 81
Figura 50. Organograma Meios de Pagamento – Principais Empresas[1] 85
Figura 51. Faturamento Total de Cartões – R$ bilhões 86
Figura 52. Faturamento Total de Cartões por Tipo de Segmento Negocial – R$ bilhões 86
Figura 53. Administração Fiduciária e Participação de Mercado– R$ bilhões 87
Figura 54. Total de Ativos de Custódia Doméstica e Participação de Mercado – R$ bilhões 89
Figura 55. Originação de Títulos de Renda Fixa – Mercados Doméstico e Internacional[1] 91
Figura 56. Renda Variável Varejo - Mercado Secundário 91
Figura 57. Ouro – Custódia 92
Figura 58. Consórcios – Receitas de Prestação de Serviços e Cotas Ativas 94

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Figura 59. Produto Bancário por Funcionários em Agências (mil)..... 96
Figura 60. Participação dos Canais de Atendimento nas Transações – (%)..... 98
Figura 61. Quantidade de Usuários (milhões) – *Internet* e *Mobile*..... 99
Figura 62. Quantidade de Transações (milhões) – Internet e *Mobile* PF 99
Figura 63. Terminais de Autoatendimento 99
Figura 64. Transações - TAAs vs Caixa – (% média) 100
Figura 65. Investimentos em Tecnologia..... 100
Figura 66. Capacidade de Armazenamento e Índice Geral de Disponibilidade..... 101
Figura 67. Perdas Operacionais por Faixa de Valor – (%)..... 102
Figura 68. Simulação do Índice de Capital Principal com as Regras Integrais de Basileia III (%) 109
Figura 69. Composição do RWA por tipo de risco (%)..... 110
Figura 70. Evolução da Exposição Cambial em % do PR 113
Figura 71. Ativos e Passivos por Indexador e Posição Líquida (R$ bilhões)..... 114
Figura 72. Banco Patagonia – Lucro Líquido – R$ milhões 122

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Apresentação

O relatório Análise do Desempenho apresenta a situação econômico-financeira do Banco do Brasil (BB). Ele é destinado aos analistas de mercado, acionistas e investidores e tem periodicidade trimestral. Esta publicação disponibiliza conteúdo com dados sobre indicadores econômicos, desempenho dos papéis do BB e gestão de riscos. O leitor encontrará, ainda, tabelas que contém séries históricas de até oito períodos do Balanço Patrimonial Resumido, da Demonstração do Resultado com Realocações, além de informações sobre rentabilidade, produtividade, qualidade da carteira de crédito, estrutura de capital, mercado de capitais e dados estruturais.

Ao final do relatório, as Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas do período em análise são apresentadas.

Destaques

No capítulo 9, incluímos gráfico com informações sobre os ativos e passivos por indexador e posição líquida e tabela com o descasamento por vencimento.

Acesso on-line

A leitura do relatório Análise do Desempenho pode ser realizada no site de Relações com Investidores do Banco do Brasil. Também são disponibilizadas mais informações sobre a Empresa, como: Governança Corporativa, notícias, perguntas frequentes e a Central de *Downloads*.

Banco do Brasil	bb.com.br
Relações com Investidores	bb.com.br/ri

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Glossário

Alavancagem: indicador financeiro que expressa a relação entre o ativo total e o patrimônio líquido da empresa.

Ativos Rentáveis: refletem a soma de todos os ativos que geram retorno financeiro para a instituição. O retorno total desses ativos está incluído na receita bruta de intermediação financeira (RIF).

Captações Comerciais: inclui Depósitos Totais, Letras de Crédito de Agronegócio (LCA), Letras de Crédito Imobiliárias (LCI) e Operações Compromissadas com Títulos Privados.

Captações Institucionais: inclui captações direcionadas a investidores institucionais, com a utilização de instrumentos como Dívida Sênior, Letras Financeiras, Instrumento Híbrido de Capital e Dívida (IHCD).

Carteira de Crédito Classificada: total das operações de empréstimo, financiamentos, arrendamentos mercantis, outras operações com características de crédito e aquisições de ativos de crédito.

Carteira de Crédito Ampliada: corresponde à carteira de crédito classificada adicionada das operações com títulos e valores mobiliários privados (TVM privados) e das garantias prestadas.

Carteira de Crédito Ampliada Interna: carteira de crédito ampliada, considerando-se apenas as operações realizadas no país.

Carteira de Crédito Ampliada Orgânica Interna: carteira de crédito ampliada, desconsiderando-se as operações de crédito adquirido.

Carteira de Crédito Gerenciada: conceito adotado pelo Banco Votorantim, que abrange a carteira de crédito contabilizada segundo a Res. CMN nº 2.682/99, adicionada de ativos cedidos com coobrigação para outras instituições financeiras e dos ativos cedidos para fundos de investimento em direitos creditórios – FIDCs.

Carteira de Crédito Gerenciada Ampliada: conceito adotado pelo Banco Votorantim, que abrange carteira de crédito gerenciada adicionada de títulos e valores mobiliários privados, avais e fianças prestados.

Carteira de Crédito Orgânica: corresponde à carteira de crédito classificada do BB excluindo as carteiras adquiridas.

Carteira de Crédito Renegociada por Atraso: composta pelos créditos renegociados para composição de dívidas em virtude de atraso no pagamento pelos clientes. Não inclui operações prorrogadas da carteira de agronegócio.

Correspondente no País: são empresas, integrantes ou não do Sistema Financeiro Nacional, contratadas por instituições financeiras e demais instituições autorizadas pelo Banco Central do Brasil para a prestação de serviços de atendimento aos clientes e usuários dessas instituições.

Custo de Oportunidade: instrumento de avaliação gerencial utilizado na comparação entre o resultado efetivo de operações ativas e o resultado hipotético da utilização em alternativa substitutiva. Em geral é considerada a Taxa Média Selic (TMS).

Garantias: são operações em normalidade às quais o BB assegura a liquidação financeira dos contratos (aval e fiança).

Hedge Estrutural: operações realizadas para anular os efeitos de variações em moedas estrangeiras sobre os ativos no exterior.

Hedge Fiscal: operações realizadas para minimizar o efeito da tributação sobre resultados positivos decorrentes do Hedge Estrutural.

Índices de Cobertura de despesas administrativas e despesas de pessoal - ajustados: Indica a grandeza da cobertura das rendas de tarifas sobre as despesas.

Índice de Eficiência ajustado: indicador de produtividade que expressa a relação entre as despesas administrativas e suas receitas operacionais. Quanto menor o índice, mais “eficiente” é a empresa.

Itens extraordinários: Receitas ou despesas relevantes identificadas no resultado do período e que não se referem aos negócios normais do banco e/ou se referem a valores contabilizados em exercícios anteriores.

Lucro Líquido Ajustado: lucro líquido sem itens extraordinários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Glossário

Margem Financeira Bruta (MFB): É calculada pela diferença entre as receitas e despesas de intermediação financeira considerando as realocações. Representa o resultado das operações de intermediação financeira, antes da provisão para risco de crédito.

Margem Financeira Gerencial: É calculada com base nas receitas financeiras auferidas, deduzidos os custos de oportunidade. É definida de acordo com cada tipo de produto.

Margem Líquida de Juros: receita líquida de juros dividida pelo saldo médio dos ativos rentáveis.

Margem de Lucro Líquida: diferença entre a taxa média de retorno dos ativos rentáveis e a taxa média de custo dos passivos onerosos.

MSD: Média de Saldos Diários

Passivos Onerosos: engloba a soma de todos os passivos que acarretam despesa financeira para a instituição. O custo financeiro total desses passivos reflete a despesa de intermediação financeira.

Realocações: ajustes realizados na Demonstração do Resultado Societário (DRE) com o objetivo de possibilitar melhor entendimento do negócio e do desempenho da empresa.

Receita Líquida de Juros: composto pela diferença entre os ganhos com os ativos rentáveis e os custos referentes aos passivos onerosos.

Retorno sobre Patrimônio Líquido Anualizado (RSPL): razão entre o lucro líquido e a média aritmética do patrimônio líquido do período em referência, excluída a participação de minoritários. Os valores são anualizados por capitalização.

***Spread* Gerencial:** é o resultado da margem financeira gerencial dividida pelos respectivos saldos médios. Na apuração da margem financeira gerencial são auferidas inicialmente as receitas financeiras, classificadas por tipo de carteira. Além disso, são deduzidos os custos de oportunidade definidos para cada uma das linhas que compõem as carteiras. Em relação ao crédito destinado para PF e PJ, com recursos livres, o custo de oportunidade é a taxa média Selic (TMS). No caso da carteira agrícola e outros recursos direcionados, o custo de oportunidade é calculado de acordo com a origem do *funding* e com a necessidade ou não de aplicação obrigatória de parte dessa fonte de recurso.

***Spread* Global:** aplicação do conceito de *spread* específico ao segmento bancário que é calculado dividindo-se a margem financeira bruta pelos ativos rentáveis médios.

TVM Privado: valores mobiliários (*commercial papers* e debêntures) emitidos principalmente por clientes pessoa jurídica e subscritos pelo BB.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Exercício 2017

Apresentamos a seguir as Estimativas para 2017 e sua comparação com o que foi realizado ao final do exercício. O desempenho da carteira de crédito é medido pela comparação dos saldos em 12 meses. O Lucro Líquido e a Despesa de PCLD são acompanhados pelos montantes acumulados ao longo do exercício. O desempenho da Margem Financeira Bruta, Renda de Tarifas e Despesas Administrativas é medido em relação ao mesmo período do ano anterior.

As estimativas são elaboradas para o exercício, de forma que variações ao longo dos trimestres podem refletir eventos específicos do período. As premissas utilizadas na elaboração dessas estimativas foram apresentadas no Relatório Análise do Desempenho do 4T16.

Os resultados dependem das condições de mercado, do desempenho econômico do país e dos mercados internacionais, os quais podem impactar o desempenho efetivo daqueles previstos em nossas estimativas.

Em 2017, os seguintes indicadores apresentaram desvio em relação ao esperado para o ano:

a) Despesa de PCLD líquida de Recuperação de Operações em Perdas: desempenho influenciado pela performance positiva das novas safras de crédito concedido e maior volume de recuperação de crédito.

b) Despesas Administrativas: resultado influenciado pelo controle eficiente das despesas.

Tabela 1. Estimativas de 2017

	Estimativas 2017	Observado 2017	
Lucro Líquido Ajustado - R$ bilhões	9,5 a 12,5	11,1	✔
Margem Financeira Bruta sem Recuperação de Operações em Perdas - %	-4 a 0	-3,8	✔
Carteira de Crédito Ampliada Orgânica Interna - %	-4 a -1	-3,2	✔
Pessoa Física - %	2 a 5	2,7	✔
Pessoa Jurídica - %	-11 a -8	-10,6	✔
Rural - %	6 a 9	6,1	✔
Despesa de PCLD líquida de Recuperação de Operações em Perdas - R$ bilhões	-23,5 a -20,5	-20,1	✔
Rendas de Tarifas - %	6 a 9	9,0	✔
Despesas Administrativas - %	-2,5 a 0,5	-3,1	✔

A seguir apresentamos o desempenho dos novos indicadores vigentes a partir de 2017.

Tabela 2. Carteira de Crédito Ampliada Orgânica

	Saldos						Var. % s/	
R$ milhões	Dez/16	Part. %	Set/17	Part. %	Dez/17	Part. %	Dez/16	Set/17
Carteira de Crédito Ampliada Orgânica Interna	647.313	100,0	623.344	100,0	626.847	100,0	(3,2)	0,6
Pessoa Física	172.749	26,7	174.985	28,1	177.387	28,3	2,7	1,4
Pessoa Jurídica	324.099	50,1	291.877	46,8	289.785	46,2	(10,6)	(0,7)
Rural	150.464	23,2	156.482	25,1	159.674	25,5	6,1	2,0

Tabela 3. Margem Financeira Bruta e Despesas de PCLD

	Fluxo Trimestral			Var. %		Fluxo Anual		Var. % s/
R$ milhões	4T16	3T17	4T17	4T16	3T17	2016	2017	2016
Margem Financeira Bruta sem Recuperação de Operações em Perdas	13.974	13.153	12.820	(8,3)	(2,5)	54.770	52.706	(3,8)
Margem Financeira Bruta	15.333	14.247	14.548	(5,1)	2,1	59.341	57.878	(2,5)
Despesa de PCLD líquida de Recuperação de Operações em Perdas	(6.127)	(5.163)	(3.909)	(36,2)	(24,3)	(26.980)	(20.094)	(25,5)
Despesas de PCLD	(7.486)	(6.257)	(5.637)	(24,7)	(9,9)	(31.552)	(25.265)	(19,9)
Recuperação de Operações em Perdas	1.359	1.094	1.728	27,1	58,0	4.571	5.172	13,1

Estimativas 2018

Apresentamos a seguir as Estimativas para 2018, os indicadores e a sua forma de apuração não foram alterados em relação ao exercício anterior.

Os resultados dependem das condições de mercado, do desempenho econômico do país e dos mercados internacionais, os quais podem impactar o desempenho efetivo daqueles previstos em nossas estimativas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Exercício 2017

Tabela 4. Estimativas para 2018

	Estimativas 2018
Lucro Líquido Ajustado - R$ bilhões	11,5 a 14
Margem Financeira Bruta sem Recuperação de Operações em Perdas - %	-5 a 0
Carteira de Crédito Ampliada Orgânica Interna - %	1 a 4
Pessoa Física - %	4 a 7
Pessoa Jurídica - %	-3 a 0
Rural - %	4 a 7
Despesa de PCLD líquida de Recuperação de Operações em Perdas - R$ bilhões	-19 a -16
Rendas de Tarifas - %	4 a 7
Despesas Administrativas - %	1 a 4

As estimativas para 2018 foram elaboradas considerando as seguintes premissas:

Premissas influenciadas pela Administração

a) Manutenção do atual modelo de negócios, sem considerar alienações de empresas ou negócios do Conglomerado;

b) Priorizar negócios com melhores rendimentos, adequando a rentabilidade a patamares sustentáveis, agregando valor ao acionista;

c) Crescimento da carteira de crédito em macro setores estratégicos, observando as condições econômicas;

d) Foco no relacionamento, buscando ser o principal provedor de soluções, de forma a potencializar a experiência do cliente e o resultado do Banco;

e) Intensificação do modelo de atendimento Digital, com investimentos na racionalização da estrutura operacional;

f) Não considera novas aquisições e/ou parcerias estratégicas que possam ser firmadas para exploração de segmentos específicos; e

g) Reajustes nos contratos com fornecedores e acordo coletivo de trabalho, alinhados à prática de mercado.

Premissas que escapam ao controle da Administração

a) Mudanças regulatórias nacionais e internacionais no mercado financeiro;

b) Crescimento consistente da economia mundial;

c) Preservação da atual arquitetura da política macroeconômica: câmbio flutuante, metas para inflação e disciplina fiscal;

d) Redução gradual do nível de desemprego no mercado de trabalho; e

e) Perspectiva de retomada gradual da economia (PIB).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Sumário do Resultado

Lucro Líquido Ajustado de R$ 11,1 bilhões

O Banco do Brasil registrou lucro líquido ajustado de R$ 11,1 bilhões em 2017, crescimento de 54,2% no período. O resultado foi impactado principalmente pelo aumento das rendas de tarifas, redução das despesas de provisão e das despesas administrativas, se comparado a 2016.

Tabela 5. Resultado – R$ milhões

	4T16	3T17	4T17	Var. % s/4T16	Var. % s/3T17	2016	2017	Var. % s/2016
Rec. Oper. Totais (Produto Bancário)	**24.828**	**23.631**	**24.447**	**(1,5)**	**3,5**	**96.259**	**95.818**	**(0,5)**
Receitas Operacionais	24.818	23.570	24.321	(2,0)	3,2	95.604	95.431	(0,2)
Margem Financeira Bruta	15.333	14.247	14.548	(5,1)	2,1	59.341	57.878	(2,5)
Rendas de Tarifas	6.318	6.562	6.735	6,6	2,6	23.794	25.941	9,0
Res. de Part. em Coligadas e Controladas	1.116	1.005	943	(15,5)	(6,2)	4.269	3.962	(7,2)
Outras Receitas Operacionais	2.050	1.756	2.096	2,2	19,3	8.200	7.650	(6,7)
Previ - Plano de Benefícios 1	(141)	(66)	(66)	(53,0)	(0,0)	(389)	(251)	(35,5)
Previ - Atualização de Fundo Utilização	151	127	193	27,5	51,5	1.044	638	(38,9)
Despesas Operacionais Totais	**(14.262)**	**(13.078)**	**(13.383)**	**(6,2)**	**2,3**	**(53.991)**	**(51.990)**	**(3,7)**
Despesas Administrativas	(8.617)	(7.915)	(8.236)	(4,4)	4,0	(32.817)	(31.789)	(3,1)
Despesas de Pessoal	(5.210)	(4.679)	(4.805)	(7,8)	2,7	(20.238)	(18.978)	(6,2)
Outras Despesas Administrativas	(3.406)	(3.236)	(3.431)	0,7	6,0	(12.579)	(12.811)	1,8
Risco Legal	(748)	(819)	(636)	(14,9)	(22,3)	(2.747)	(2.722)	(0,9)
Outras Despesas Tributárias	(96)	(128)	(129)	34,2	0,4	(426)	(502)	18,0
Despesas Tributárias s/ Faturamento	(1.327)	(1.258)	(1.250)	(5,9)	(0,7)	(5.116)	(5.001)	(2,3)
Outras Despesas Operacionais	(3.475)	(2.957)	(3.132)	(9,9)	5,9	(12.885)	(11.976)	(7,1)
Resultado Não Operacional	**64**	**34**	**48**	**(24,9)**	**41,8**	**227**	**186**	**(18,0)**
Resultado Estrutural	**10.630**	**10.587**	**11.112**	**4,5**	**5,0**	**42.495**	**44.015**	**3,6**
Provisão p /Créd. de Liquidação Duvidosa	(7.486)	(6.257)	(5.637)	(24,7)	(9,9)	(31.552)	(25.265)	(19,9)
Outros/Impostos	(1.396)	(1.622)	(2.287)	63,8	41,0	(3.773)	(7.690)	103,8
Lucro Líquido Ajustado	**1.747**	**2.708**	**3.188**	**82,5**	**17,7**	**7.171**	**11.060**	**54,2**
Itens Extraordinários	(784)	133	(80)	-	-	863	(49)	0,0
Lucro Líquido	**963**	**2.841**	**3.108**	**222,7**	**9,4**	**8.034**	**11.011**	**37,1**

Na tabela a seguir são apresentados os conceitos de RSPL:

a) RSPL Contábil: calculado com base nas demonstrações financeiras;

b) RSPL Mercado: reflete a métrica que os principais analistas de mercado utilizam nas previsões de resultado;

c) RSPL Ajustado: relação entre o lucro líquido ajustado e o patrimônio líquido ajustado médio. Este compunha as projeções até 2016; e

d) RSPL Acionista: retorno para o acionista do BB. O instrumento elegível ao capital principal não é considerado no cálculo do indicador, pois o pagamento da sua remuneração é realizado com recursos provenientes de lucros acumulados e reservas de lucros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Sumário do Resultado

Tabela 6. Conceitos de RSPL – R$ milhões

	4T16	3T17	4T17	2016	2017
RSPL Contábil - (a)/(b) %	**4,5**	**12,9**	**13,6**	**9,5**	**11,8**
a) LL Contábil	963	2.841	3.108	8.034	11.011
b) PL Contábil - Média	86.459	92.174	96.144	84.365	92.959
RSPL Mercado - (c)/(b-d) %	**8,7**	**12,8**	**14,5**	**8,8**	**12,3**
c) LL Ajustado	1.747	2.708	3.188	7.171	11.060
d) Participações Minoritárias - Média	3.286	3.480	3.538	3.171	3.305
RSPL Ajustado - (c)/(b-d-e) %	**7,2**	**10,8**	**12,5**	**7,5**	**10,7**
e) Planos de Benefícios - Média	(16.162)	(15.979)	(14.211)	(14.705)	(13.968)
RSPL Acionista - (c)/(b-d-f) %	**9,6**	**14,1**	**16,0**	**9,8**	**13,6**
f) Instrumento Elegível ao Capital Principal - Média	8.100	8.100	8.100	8.100	8.100

Indicadores de Mercado

Destaque para a evolução do lucro ajustado por ação de R$ 2,84 em 2016 para R$ 3,91 em 2017.

Tabela 7. Indicadores de Mercado

	2016	2017	2018 E[1]	2019 E[1]
Lucro por Ação - R$	**2,84**	**3,91**	**4,51**	**5,40**
Lucro Ajustado por Ação - R$	2,57	3,97	4,44	5,29
Dividend Yield[2] - %	3,01	3,64	3,03	3,75
Preço / Lucro 12 meses	9,74	8,05	9,26	7,77
Preço / Valor Patrimonial	0,90	0,90	1,17	1,06

1 Estimativa Bloomberg, em 21 de fevereiro de 2018, com base na média das projeções de analistas externos. O BB não se responsabiliza por esta informação.
2 Dividendos e JCP 12 meses / Capitalização de Mercado.

Rendas de Tarifas crescem 9,0%

As rendas de tarifas cresceram 9,0% em 2017. Esse movimento foi resultado dos esforços de aumento do relacionamento com os clientes e da qualificação das contas correntes com maior uso de produtos e serviços, com especial atenção à estratégia de intensificação do canal digital como instrumento para proporcionar mais comodidade para nossos clientes.

Destaque para as tarifas relacionadas à administração de fundos (26,5%), reflexo da elevação dos recursos administrados que passaram de R$ 730,9 bilhões em dez/16 para R$ 864,5 bilhões em dez/17, alta de 18,3% em 12 meses.

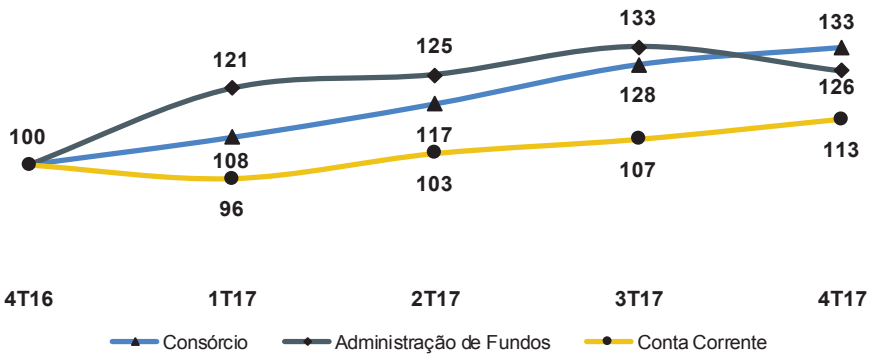
Tabela 8. Rendas de Tarifas – R$ milhões

	4T16	3T17	4T17	Var. % s/4T16	Var. % s/3T17	2016	2017	Var. % s/2016
Rendas de Tarifas	**6.318**	**6.562**	**6.735**	**6,6**	**2,6**	**23.794**	**25.941**	**9,0**
Conta Corrente	1.660	1.777	1.870	12,7	5,2	6.229	6.956	11,7
Administração de Fundos	1.069	1.419	1.347	26,0	(5,1)	4.267	5.397	26,5
Seguros, Previdência e Capitalização	840	809	810	(3,5)	0,2	3.123	3.048	(2,4)
Operações de Crédito e Garantias Prestadas	506	403	529	4,7	31,5	1.684	1.894	12,5
Cartão de Crédito/Débito[1]	486	487	421	(13,4)	(13,6)	1.828	1.881	2,9
Cobrança	415	354	338	(18,4)	(4,5)	1.679	1.448	(13,8)
Arrecadações	275	270	274	(0,3)	1,6	1.046	1.087	3,9
Rendas do Mercado de Capitais	216	198	227	5,3	14,5	700	775	10,6
Consórcio	150	191	198	32,6	3,7	544	725	33,3
Tesouro Nacional e Adm. de Fundos Oficiais	162	177	173	7,3	(2,3)	594	689	15,9
Outros	541	476	547	0,9	14,7	2.100	2.041	(2,8)

1- Série revisada no 3T17 em conformidade com a Carta Circular Bacen nº 3.828/2017.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

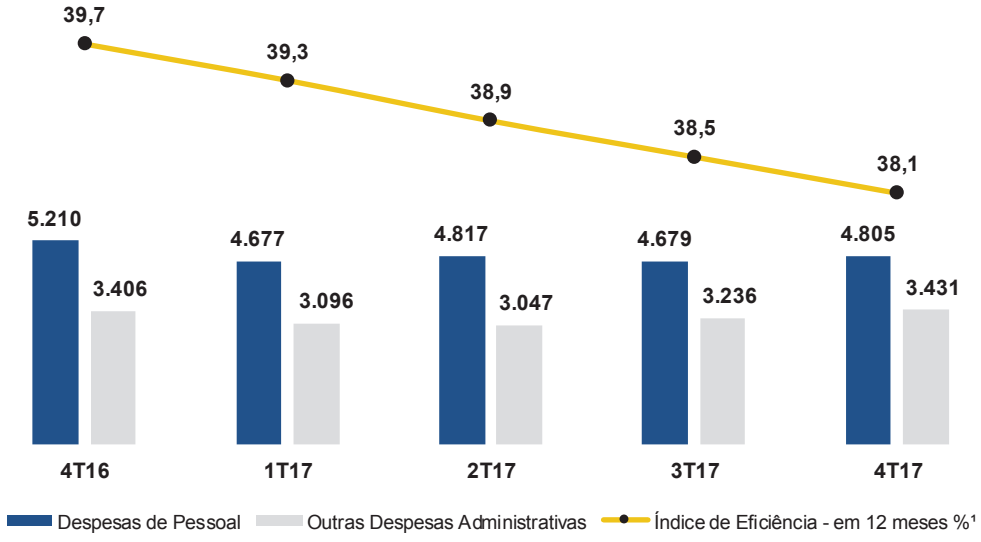
Figura 1. Principais Variações nas Rendas de Tarifas – Base 100



Despesas Administrativas recuam 3,1% no ano

O Banco busca constantemente melhorar sua eficiência operacional e produtividade, mantendo rígido controle das despesas administrativas e a constante revisão de processos a fim de torná-los mais eficazes. O índice de eficiência atingiu 38,1% no 4T17, queda de 40 bps em um trimestre e 160 bps em um ano.

Figura 2. Despesas Administrativas – R$ milhões



1 Índice de Eficiência: Despesas Administrativas / Receitas Operacionais. Dados referentes à Demonstração do Resultado com Realocações.

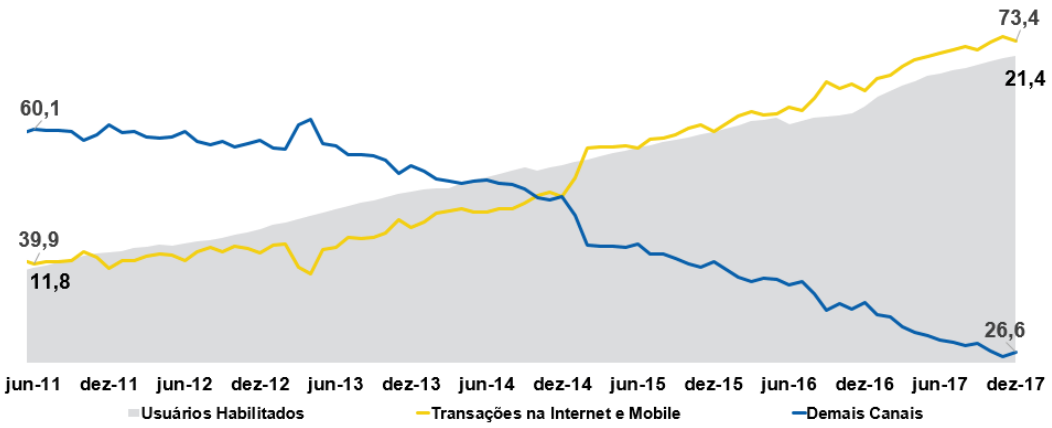
Percentual de transações no *Mobile* e *Internet* é recorde

O Banco do Brasil disponibiliza a seus clientes, por meio de seus canais de atendimento automatizados, uma ampla gama de serviços e produtos. A utilização do canal digital permite expandir a experiência de seus clientes, proporcionando a eles comodidade e segurança, além de contribuir para a redução dos custos de atendimento dos clientes.

Considerando apenas os canais *Mobile* e *Internet*, o total chegou a 73,4%. Atualmente, mais de 21,4 milhões de clientes (PF e PJ) utilizam esses canais, crescimento de mais de 92% em 6 anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

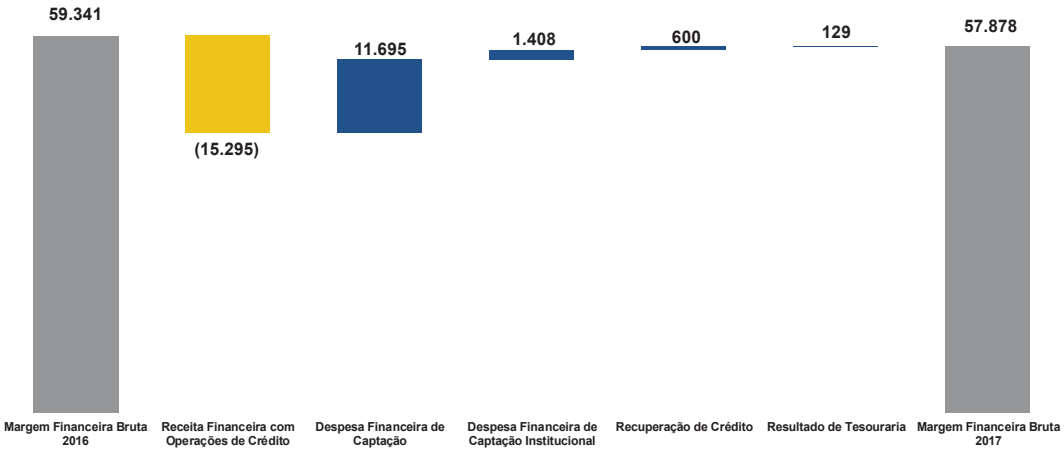
Figura 3. Transações por canais (%) e número de usuários (milhões) – Série mensal



Despesas Financeiras de Captação caem 26,5%

No comparativo com 2016, a margem financeira bruta (MFB) de 2017 apresentou queda de 2,5%. O detalhamento da MFB pode ser encontrado no capítulo 5 do relatório Análise do Desempenho. A redução das Despesas Financeiras de Captação foi proveniente de menores saldos médios dos depósitos e também da diminuição do custo do *funding* no período.

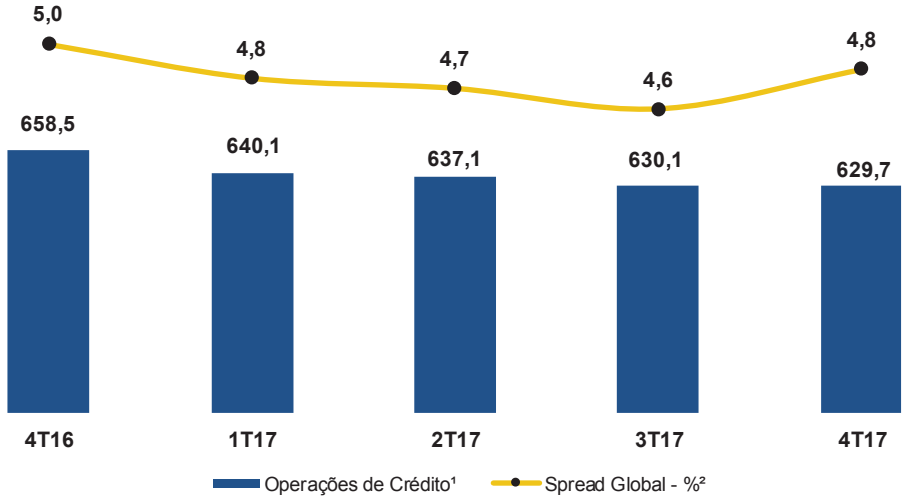
Figura 4. Margem Financeira Bruta – R$ milhões



O Spread Global cresceu 27bps frente ao 3T17, por conta do menor saldo médio dos ativos rentáveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

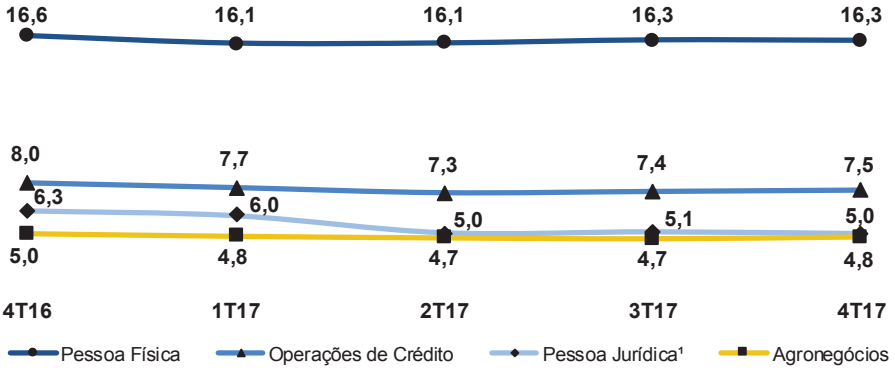
Figura 5. Spread Global e Saldo Médio das Operações de Crédito – R$ bilhões



1 Saldo médio das operações de crédito e *leasing*.
2 Resultado da margem financeira bruta dividida pelo saldo médio dos ativos rentáveis, anualizado.

O *spread* gerencial é o resultado da margem financeira gerencial dividida pelos respectivos saldos médios das carteiras de crédito, anualizado. No caso de operações prefixadas, o *spread* gerencial considera o custo de captação no momento da contratação, e não é impactado pelas variações da taxa Selic.

Figura 6. *Spread* por Segmento - %



1 Não inclui operações com o Governo.

Índice de Capital Principal atinge 10,5%

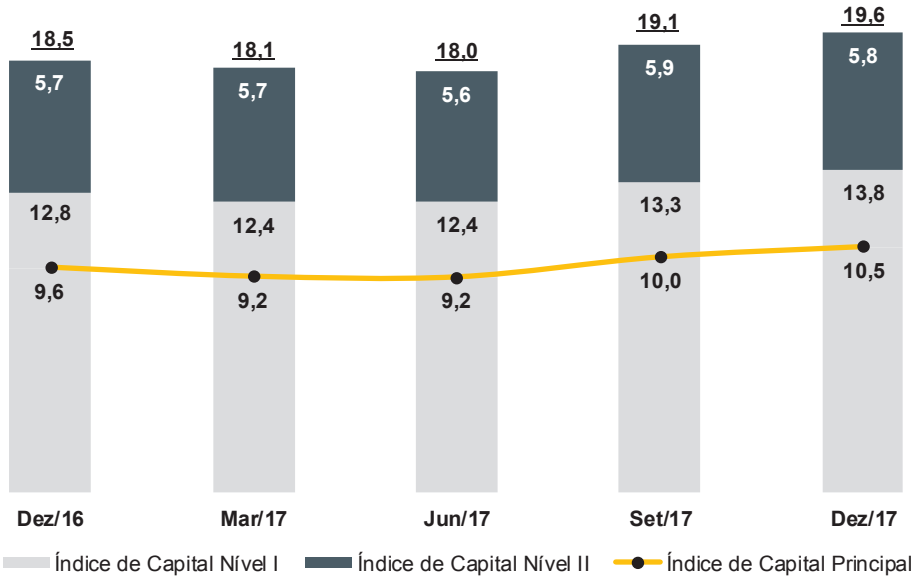
O BB possui Plano de Capital com visão prospectiva de três anos, onde incorpora os efeitos definidos pelo Acordo de Basileia III e considera (a) a Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos, (b) a Estratégia Corporativa e (c) o Orçamento Corporativo.

O índice de capital atingiu 19,6% em dezembro de 2017. O índice de capital nível I chegou a 13,8%, sendo 10,5% de capital principal e R$ 135,5 bilhões de patrimônio de referência.

O foco está na geração orgânica de capital e crescimento do crédito em linhas mais atrativas sob o critério retorno *versus* risco e em participações estratégicas no *core business* do Banco. Como meta da Administração, o objetivo de manter o principal acima de 9,5% em 2019, quando as regras de Basileia III estarão integralmente implementadas no Brasil. Além disso, seguindo a Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos e Plano de Capital, para janeiro de 2022, a meta é manter pelo menos 11,0% de Índice de Capital Principal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Figura 7. Basileia - %



Aplicação integral das regras de Basileia III

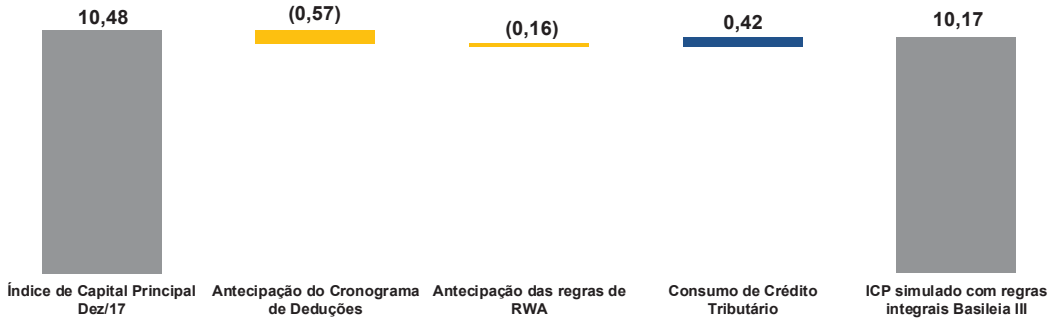
O gráfico a seguir simula o cálculo da aplicação integral das regras de Basileia III e seus impactos no índice de capital principal do Banco. Este leva em consideração a base de capital de 29 de dezembro de 2017 e segue três etapas:

a) Primeira etapa: considera no cálculo dos ajustes prudenciais as premissas de antecipação do cronograma de deduções *(phase-in)* e a utilização dos ágios e intangíveis não amortizados até 2017;

b) Segunda etapa: considera os efeitos da primeira etapa combinados com a antecipação do fator F (de 9,25% para 8,0%), para as parcelas de risco operacional e mercado; e

c) Terceira etapa: considera todos os efeitos das etapas anteriores combinados com o consumo do crédito tributário de diferenças temporárias em 11% e o de prejuízo fiscal em 17%, ambos de acordo com as estimativas de consumo divulgadas pelo Banco nas Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Figura 8. Simulação do Índice de Capital Principal com as Regras Integrais de Basileia III – %



Carteira de Crédito e Captações Comerciais

Nos últimos 12 meses, a carteira de crédito ampliada apresentou redução de 3,8%.

A carteira de crédito PJ, apresentou redução de 9,3% no ano, influenciada pelo decréscimo de R$ 9,2 bilhões nas operações de capital de giro (7,6%) e de R$ 5,1 bilhões em TVM privados e garantias (11,2%). Essas quedas foram parcialmente compensadas, no trimestre, pelo crescimento de R$ 3,1

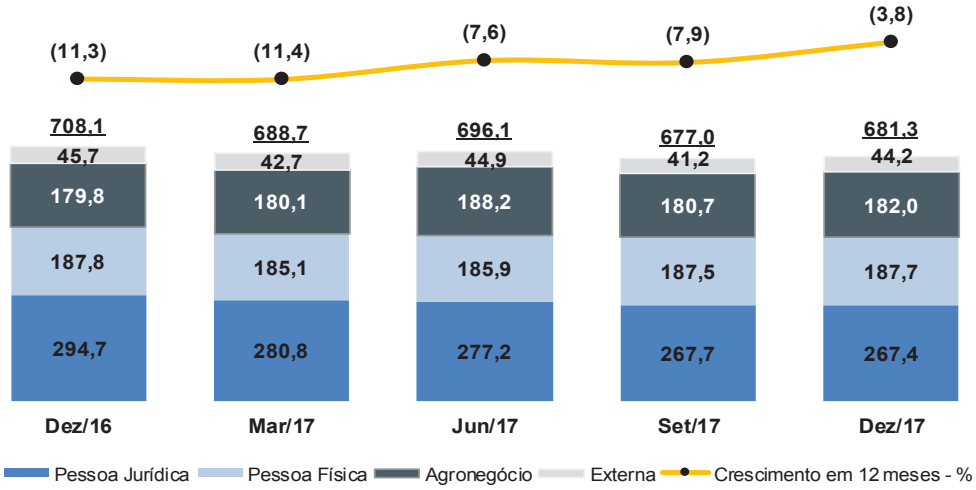
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

bilhões das linhas de Investimento, ACC/ACE e Recebíveis, reflexo do aumento da carteira Governo e do foco do Banco nesses produtos.

A carteira PF orgânica, por sua vez, cresceu 2,7% em 12 meses, fruto do desempenho positivo em crédito consignado (R$ 4,6 bilhões) e da alta de 6,0% do financiamento imobiliário (R$ 2,5 bilhões). A carteira classificada de agronegócios apresentou desempenho positivo de 1,3% na comparação anual, com destaque para a carteira de crédito rural (crescimento de R$ 9,3 bilhões) notadamente em Comercialização Agropecuária (R$ 4,5 bilhões) e FCO Rural (R$ 3,4 bilhões), que compensou a queda de R$ 7,0 bilhões no agroindustrial.

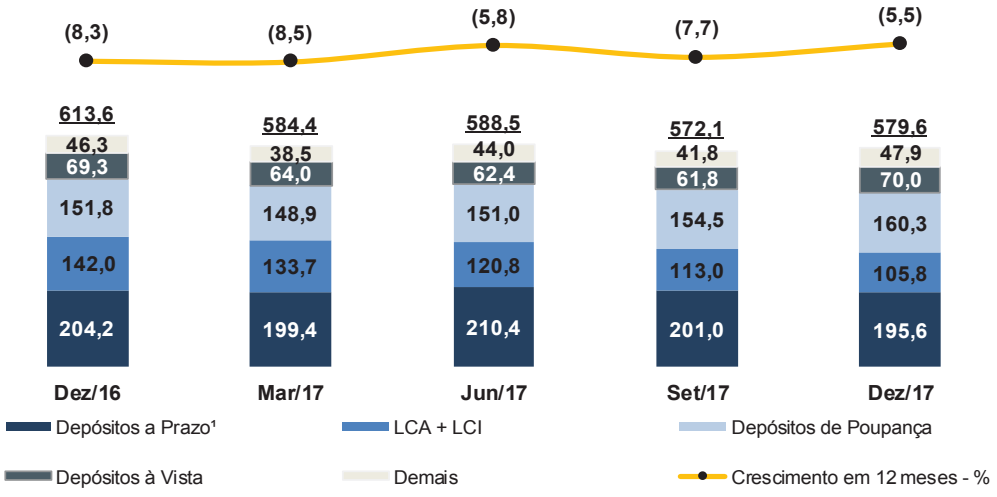
O detalhamento da carteira de crédito pode ser encontrado no capítulo 3 do relatório Análise do Desempenho.

Figura 9. Carteira de Crédito Ampliada – R$ bilhões



Alinhadas ao comportamento da carteira de crédito, as captações comerciais apresentaram redução de 5,5% em 12 meses. Destaque para o decréscimo de R$ 36,1 bilhões das letras de crédito do agronegócio (28,9%) e dos depósitos a prazo em R$ 8,5 bilhões (4,2%). Esse desempenho foi parcialmente compensado pelo crescimento do volume em poupança, de R$ 8,5 bilhões ou 5,6% no ano.

Figura 10. Captações Comerciais – R$ bilhões



1 Inclui os depósitos judiciais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

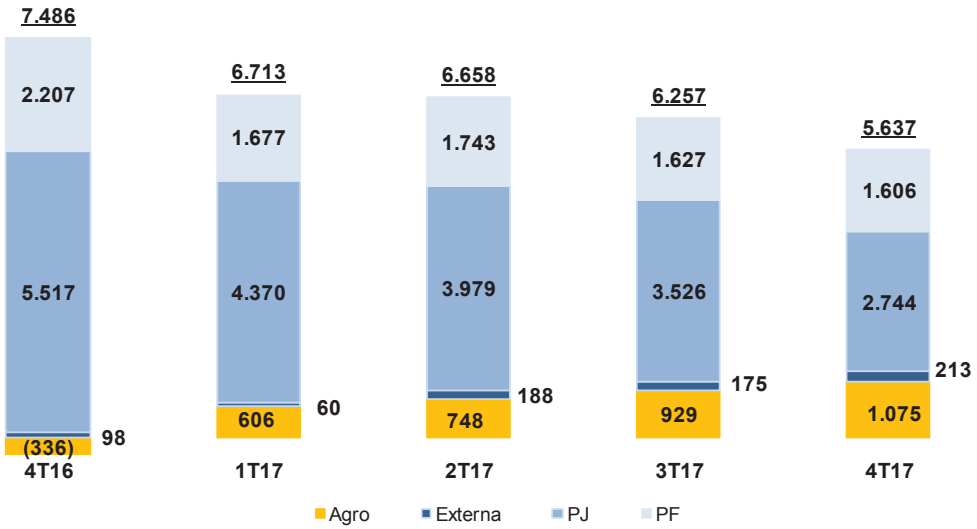
Sumário do Resultado

Menor PCLD desde o 3T15

A despesa com PCLD caiu 24,7% em relação ao 4T16 e alcançou R$ 5,6 bilhões. Na comparação com o 3T17 a queda foi de 9,9%. Trata-se da menor PCLD desde o 3T15.

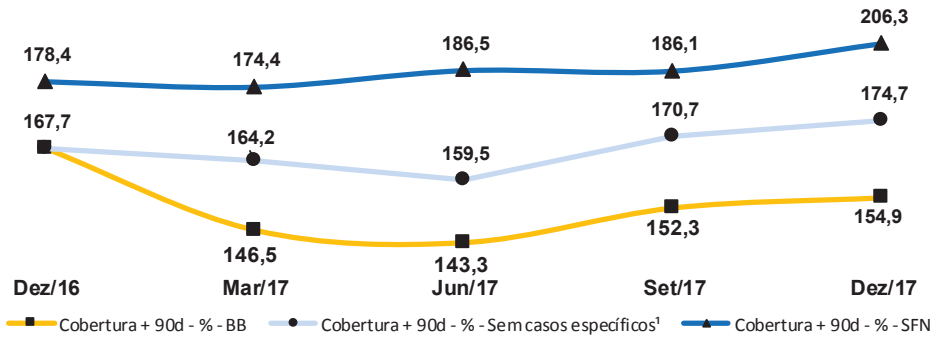
Em valores acumulados, a PCLD reduziu R$ 6,3 bilhões em relação a 2016, o que representa uma queda de 19,9%.

Figura 11. Despesa de Provisão por Segmento – R$ milhões



A cobertura do Banco do Brasil passou de 152,3% em set/2017 para 154,9% em dez/17. Esse crescimento foi proveniente da queda de saldo da INAD+90.

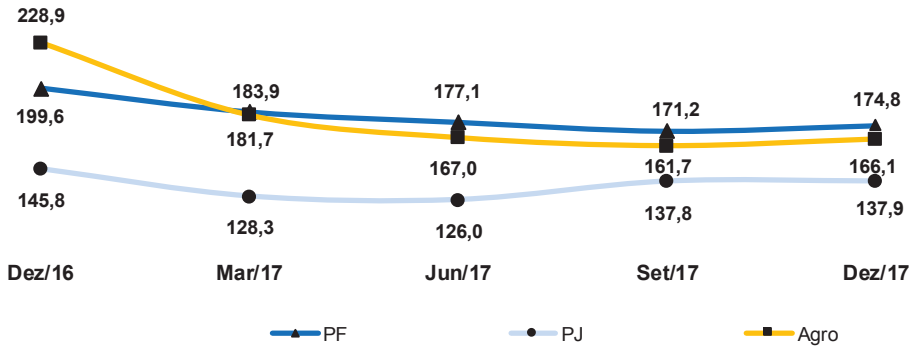
Figura 12. Cobertura Total – %



1 Simulação excluindo o efeito de casos específicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

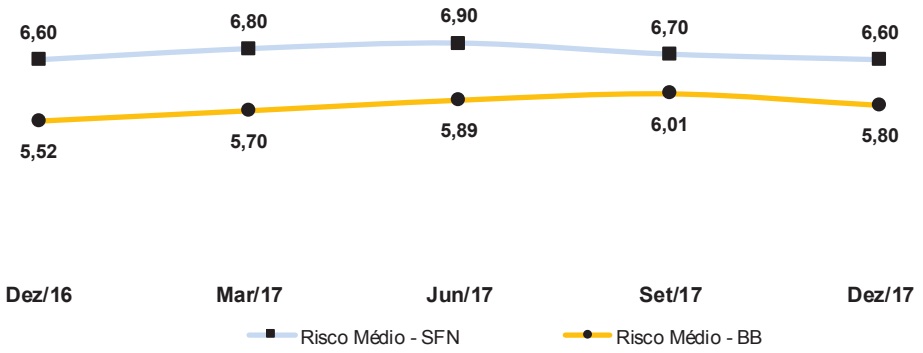
Figura 13. Cobertura[1] por Segmento – %



1 Relação entre o saldo total de provisão (mínima requerida, complementar e adicional) e o saldo das operações de crédito vencidas há mais de 90 dias.

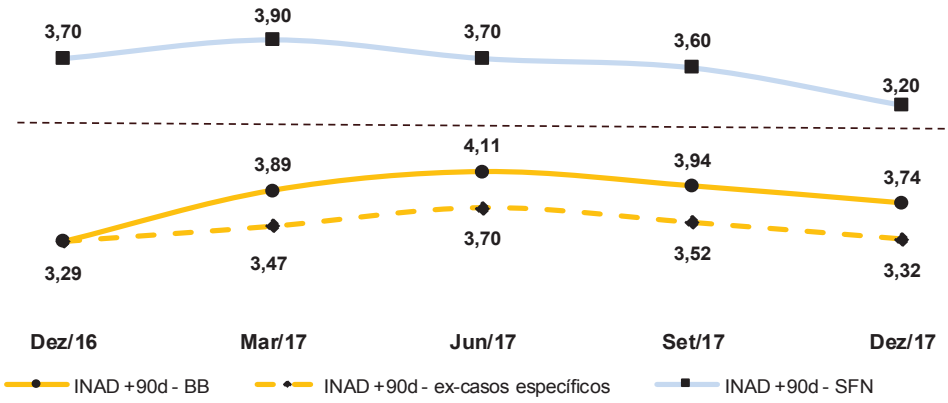
O risco médio do Banco (relação entre o saldo da provisão requerida e o total da carteira classificada) se mantém em patamar inferior ao do SFN.

Figura 14. Risco Médio - %



O índice de inadimplência INAD+90d (relação entre as operações vencidas há mais de 90 dias e o saldo da carteira de crédito classificada) alcançou 3,74% em dez/2017. Se um caso específico fosse desconsiderado, a INAD+90d seria de 3,32%.

Figura 15. Inad +90d – %



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Sumário do Resultado

Na tabela a seguir, é apresentada a carteira de crédito renegociada. Ela não contempla as operações prorrogadas da carteira de agronegócio. Do total de operações contratadas no 4T17 na carteira renegociada por atraso, 30,1% estavam em atraso a mais de 90 dias e 13,5% estavam em perdas.

Tabela 9. Carteira de Crédito Renegociada – R$ milhões

	4T16	3T17	4T17	Var. % s/4T16	Var. % s/3T17
Créditos Renegociados por Atraso	**27.086**	**25.867**	**25.297**	**(6,6)**	**(2,2)**
Saldo Inicial	25.694	27.042	25.867	0,7	(4,3)
Contratações	3.873	1.870	3.101	(19,9)	65,8
Recebimentos menos Juros Líquidos[1]	(1.113)	(773)	(1.467)	31,8	89,8
Baixas para Prejuízo	(1.368)	(2.273)	(2.204)	61,1	(3,0)
Provisão/Carteira - %	44,0	48,0	49,2		
Inadimplência + 90 dias/Carteira - %	27,2	24,6	23,4		
Índice de Cobertura - %	161,7	195,2	210,2		
Participação da Carteira Renegociada na Classificada - %	4,1	4,1	4,0		

1 Recebimentos de Principal e Juros menos os Juros capitalizados no período.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

1 - Informações Úteis

Tabela 10. Principais Indicadores Econômicos[1]

	2014	2015	2016	4T17
Atividade Econômica				
PIB nominal em 4 trimestres (R$ bilhões)	5.779	5.996	6.259	ND
PIB (variação % em 12 meses)	0,5	(3,5)	(3,5)	ND
Consumo das Famílias	2,3	(3,2)	(4,3)	ND
Consumo do Governo	0,8	(1,4)	(0,1)	ND
Formação Bruta do Capital Fixo	(4,2)	(13,9)	(10,2)	ND
Exportações	(1,1)	6,8	1,9	ND
Importações	(1,9)	(14,1)	(10,2)	ND
Vendas Físicas do Comércio Varejista (variação % em 12 meses)	0,9	(4,3)	(6,3)	ND
Índice de Confiança do Empresário (média no trimestre)	86,1	74,9	85,0	97,0
Índice de Confiança do Consumidor (média no trimestre)	90,3	68,1	80,3	89,0
Produção Industrial (variação % em 12 meses)	(3,0)	(8,2)	(6,4)	ND
Mercado de Trabalho				
Massa de Salário Real (índice - base: mar 2012 = 100)	111,1	107,7	107,3	ND
Rendimento Médio Real (R$ mil - a preços do último trimestre)	2.129	2.085	2.114	ND
Emprego Formal (em milhares de pessoas - criação líquida em 12 m)	152,7	(1.625,6)	(1.371,4)	ND
População Ocupada (em milhões de pessoas - média no trimestre)	92,7	92,2	90,1	ND
Taxa de Desemprego (% da força de trabalho - média trimestre)	6,5	9,0	11,9	ND
Setor Externo				
Balanço de Pagamentos				
Transações Correntes (% PIB em 12 meses)	(4,2)	(3,3)	(1,3)	ND
Investimento Direto no País (US$ bilhões - acumulado no ano)	97,2	74,7	78,2	ND
Balança Comercial (US$ bilhões - acumulado no ano)	(4,0)	19,7	47,7	67,1
Exportações (US$ bilhões - acumulado no ano)	225,1	191,1	185,3	217,8
Básicos	109,6	87,2	79,2	101,1
Manufaturados	80,2	72,8	73,9	80,3
Semi-manufaturados	29,1	26,5	28,0	31,4
Operações Especiais	6,3	4,7	4,2	5,0
Importações (US$ bilhões - acumulado no ano)	229,1	171,5	137,6	150,7
Bens de Capital	29,5	23,3	18,4	16,1
Bens Intermediários	126,9	99,5	84,9	93,6
Bens de Consumo	33,1	26,8	21,7	23,3
Combustíveis	39,5	21,7	12,4	17,6
Demais	0,2	0,2	0,1	0,1
Reservas Internacionais (US$ bilhões - saldo ao final do período)	375,8	361,2	367,5	380,4
EMBI (em pontos base - final de período)	259	523	328	240
CDS 10Y (em pontos base - final de período)	259	558	360	259
Taxa de Câmbio (R$/US$ - final de período)	2,66	3,90	3,26	3,31
Finanças Públicas				
Dívida Bruta do Setor Público (% PIB)	56,3	65,5	70,0	ND
Resultado Nominal (R$ bilhões - em 12 meses)	(343,9)	(613,0)	(562,8)	ND
Resultado Nominal (% PIB - em 12 meses)	(6,0)	(10,2)	(9,0)	ND
Indicadores Monetários				
Selic (% a.a. - fim de período)	11,75	14,25	13,75	7,00
Selic (acumulado em 12 meses)	10,9	13,3	14,0	10,0
Indicadores de Inflação				
IPCA (acumulado % em 12 meses)	6,41	10,67	6,29	2,95

1 - Todos os indicadores são extraídos de fontes oficiais como Banco Central do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, IBGE, etc.
ND - Não Disponível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Tabela 11. Composição Acionária - %

Acionistas	Dez/16	Mar/17	Jun/17	Set/17	Dez/17
Número de Ações	**2.865.417.020**	**2.865.417.020**	**2.865.417.020**	**2.865.417.020**	**2.865.417.020**
Ações em Tesouraria	**80.666.497**	**80.555.835**	**80.463.476**	**80.463.476**	**80.463.476**
Total ex Tesouraria	**2.784.750.514**	**2.784.861.176**	**2.784.953.535**	**2.784.953.535**	**2.784.953.535**
União Federal	**56,0**	**56,0**	**55,5**	**54,4**	**53,9**
Free Float	**44,0**	**44,0**	**44,5**	**45,6**	**46,0**
Pessoas Físicas	6,3	5,7	6,1	5,7	6,3
Pessoas Jurídicas	16,6	16,4	16,4	17,3	18,2
Previ	10,1	9,7	9,5	8,9	8,8
Capital Estrangeiro	21,2	21,9	21,9	22,6	21,6

Tabela 12. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio[1]

R$ milhões	4T16	1T17	2T17	3T17	4T17
União Federal	159,4	397,5	432,3	453,5	488,6
Pessoas Físicas	17,8	40,7	47,7	47,3	56,7
Pessoas Jurídicas	47,2	116,3	127,9	144,6	165,0
Previ	28,8	68,9	73,9	74,3	79,5
Capital Estrangeiro	60,3	155,8	170,9	188,8	195,3
Total	**284,7**	**710,3**	**778,8**	**834,2**	**905,7**

1 - Valores sujeitos à alíquota de 15% de Imposto de Renda Retido na Fonte.

Tabela 13. Indicadores de Mercado (sem ações em tesouraria)

	4T16	1T17	2T17	3T17	4T17
Lucro por Ação - R$	0,34	0,86	0,94	1,01	1,10
Preço / Lucro 12 meses	9,74	11,59	9,02	10,96	8,05
Preço / Valor Patrimonial	0,90	1,05	0,82	1,04	0,90
Capitalização de Mercado - R$ milhões	78.224	94.045	74.637	97.195	88.617
Valor Patrimonial - BBAS3 - R$	31,31	32,25	32,60	33,60	35,45
Cotação BBAS3 - Fechamento - R$	28,09	33,77	26,80	34,90	31,82
BBAS3 - Variação (%)	23,2	20,2	(20,6)	30,2	(8,8)
Dividend Yield - %[1]	3,0	2,6	3,3	2,7	3,6

1 - Dividendos e JCP 12 meses / Capitalização de Mercado.

Tabela 14. Participação nos Índices de Mercado Brasileiro - %

	Set/16 - Dez/16	Jan/17 - Abr/17	Mai/17 - Ago/17	Set/17 - Dez/17	Jan/18 - Abr/18
Índice Bovespa - Ibovespa	2,931	3,446	3,726	3,302	3,076
Índice Brasil 50 - IBrX - 50	2,636	3,533	3,808	3,390	3,201
Índice Carbono Eficiente - ICO2	4,789	5,938	6,143	5,624	5,272
Índice Financeiro - IFNC	9,929	11,971	13,031	12,024	11,711
Índice de Governança Corporativa Trade - IGCT	3,262	3,842	4,006	3,473	3,233
Índice de Governança Corporativa Diferenciada - IGC	4,001	4,788	4,996	4,330	3,791
Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE	1,523	1,769	1,796	1,645	1,617
Índice de Ações com Tag Along Diferenciado - ITAG	3,502	4,226	4,374	3,818	3,241
Índice Mid-Large Cap - MLCX	2,931	3,422	3,661	3,207	3,015

Tabela 15. Participação em Índice de Mercado Internacional - %

	Dez/16	Mar/17	Jun/17	Set/17	Dez/17
MSCI Brazil Index	2,447	2,736	2,245	2,504	2,231

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Tabela 16. Informações do BB

	4T16	1T17	2T17	3T17	4T17
Itens Patrimoniais - R$ bilhões					
Ativos	1.401,4	1.402,4	1.445,6	1.399,9	1.369,2
Patrimônio Líquido	87,2	89,8	90,8	93,6	98,7
Carteira de Crédito Classificada	653,6	638,3	642,8	629,4	632,4
Carteira de Crédito Ampliada[1]	708,1	688,7	696,1	677,0	681,3
Depósitos	446,0	430,6	442,8	437,1	450,2
à Vista	69,3	64,0	62,4	61,8	70,0
Poupança	151,8	148,9	151,0	154,5	160,3
a Prazo	204,2	199,4	210,4	201,0	195,6
Rentabilidade					
RSPL Ajustado Anualizado - %	7,2	10,4	10,7	10,8	12,5
RSPL Contábil - %	4,5	11,5	12,1	12,9	13,6
Spread Global Anualizado - %	5,0	4,8	4,7	4,6	4,8
Produtividade					
Índice de Eficiência (acumulado em 12 meses) - %	39,7	39,3	38,9	38,5	38,1
Cobertura das Despesas de Pessoal - %	121,3	132,8	133,5	140,2	140,2
Cobertura das Despesas Administrativas - %	73,3	79,9	81,8	82,9	81,8
Despesas de Pessoal por Funcionário - R$ mil	49,7	46,6	48,3	47,0	48,4
Carteira de Crédito Ampliada/Rede Própria - R$ milhões	42,6	41,8	43,2	44,9	45,7
Qualidade da Carteira de Crédito					
Risco Médio - %	5,5	5,7	5,9	6,0	5,8
Indíce de Cobertura + 90 dias - %	167,7	146,5	143,3	152,3	154,9
Estrutura de Capital					
Alavancagem (vezes)	16,1	15,6	15,9	15,0	13,9
Índice de Basileia - %	18,5	18,1	18,0	19,1	19,6
Nível I	12,8	12,4	12,4	13,3	13,8
Índice de Capital Principal	9,6	9,2	9,2	10,0	10,5
Dados Estruturais					
Agências	5.440	4.877	4.885	4.871	4.770
Rede Própria	16.625	16.492	16.098	15.085	14.901
Base de Clientes - mil	64.798	65.244	65.566	65.777	66.017
Total de Contas Corrente - mil	37.307	37.109	36.939	36.630	36.417
Pessoa Física	34.902	34.741	34.587	34.301	34.098
Pessoa Jurídica	2.405	2.368	2.353	2.329	2.319
Total de Contas de Poupança - mil	39.255	39.124	38.112	37.990	37.875
Colaboradores	102.950	101.384	101.071	101.225	101.247
Funcionários	100.622	99.964	99.603	99.305	99.161
Estagiários	2.328	1.420	1.468	1.920	2.086
Participação de Mercado					
Ativos	20,2	20,1	20,7	19,5	ND
Depósitos	22,2	21,5	20,8	20,3	ND
Crédito	19,8	19,6	19,7	19,5	19,3
Agronegócio	59,2	58,4	59,8	60,1	60,0
Gestão de Recursos de Terceiros[2]	22,4	23,0	23,1	22,9	22,9
Faturamento de Cartão de Crédito	23,7	23,5	23,4	23,2	ND
Câmbio Importação	15,5	12,5	12,7	12,5	12,2
Câmbio Exportação	16,8	17,2	21,6	19,2	18,2

1 - Inclui TVM privados, garantias prestadas e o saldo de carteiras de crédito PF adquiridas com coobrigação, em conformidade à Resolução CMN nº 3.533/08.
2 - Não considera os recursos administrados pelo Banco Votorantim.
ND - Não Disponível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.043068/2018-92

Tabela 17. *Ratings*

	4T16	1T17	2T17	3T17	4T17
Ratings Globais					
Fitch Ratings					
Viabilidade	bb-	bb-	bb-	bb-	bb-
CP em Moeda Local	B	B	B	B	B
LP em Moeda Local	BB	BB	BB	BB	BB
Perspectiva - Moeda Local	Negativa	Negativa	Negativa	Negativa	Negativa
CP em Moeda Estrangeira	B	B	B	B	B
LP em Moeda Estrangeira	BB+	BB	BB	BB	BB
Perspectiva - Moeda Estrangeira	Negativa	Negativa	Negativa	Negativa	Negativa
Moody's					
CP em Moeda Local	NP	NP	NP	NP	NP
CP em Moeda Estrangeira	NP	NP	NP	NP	NP
Dívida de LP em Moeda Estrangeira	Ba2	Ba2	Ba2	Ba2	Ba2
Depósitos de LP em Moeda Local	Ba2	Ba2	Ba2	Ba2	Ba2
Depósitos de LP em Moeda Estrangeira	Ba3	Ba3	Ba3	Ba3	Ba3
Perspectiva	Negativa	Negativa	Estável	Negativa	Negativa
Standard & Poor's					
LP em Moeda Local	BB	BB	BB	BB	BB-
Perspectiva - Moeda Local	Negativa	Negativa	Negativa	Negativa	Negativa
CP em Moeda Estrangeira	B	B	B	B	B
LP em Moeda Estrangeira	BB	BB	BB	BB	BB-
Perspectiva - Moeda Estrangeira	Negativa	Negativa	Negativa	Negativa	Negativa
Ratings Nacionais					
Fitch Ratings					
Curto Prazo	F1+(bra)	F1+(bra)	F1+(bra)	F1+(bra)	F1+(bra)
Longo Prazo	AA+(bra)	AA+(bra)	AA+(bra)	AA+(bra)	AA+(bra)
Perspectiva	Negativa	Negativa	Negativa	Negativa	Negativa
Moody's					
Curto Prazo	BR-1	BR-1	BR-1	BR-1	BR-1
Longo Prazo	Aa1.br	Aa1.br	Aa1.br	Aa1.br	Aa1.br
Perspectiva	Negativa	Negativa	Estável	Negativa	Negativa

Tabela 18. Compulsório/Exigibilidade (%)

	4T16	1T17	2T17	3T17	4T17
Compulsório/Exigibilidade (%)					
Depósitos à Vista					
Alíquota	45	45	45	45	40
Exigibilidade (crédito rural)	34	34	34	34	34
Exigibilidade (microfinanças)	2	2	2	2	2
Livre	19	19	19	19	24
Depósitos de Poupança					
Rural					
Alíquota	16	16	16	21	21
Adicional	6	6	6	0	0
Exigibilidade	74	74	74	65	60
Livre	5	5	5	14	19
Imobiliário					
Alíquota	24,5	24,5	24,5	24,5	24,5
Adicional	5,5	5,5	5,5	0	0
Exigibilidade	65	65	65	65	65
Livre	5	5	5	10,5	10,5
Depósitos a Prazo					
Alíquota	25	25	36	36	36
Adicional	11	11	0	0	0
Livre	64	64	64	64	64

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Governança Corporativa

A governança no Banco do Brasil (BB) define uma ampla visão sobre princípios e práticas que contribuem para fortalecer a transparência de sua gestão e aumentar seu valor institucional. Essas diretrizes são constantemente atualizadas em decorrência de alterações legais ou estatutárias.

O BB mantém a adoção das melhores práticas em governança corporativa, que asseguram o equilíbrio de direitos entre acionistas, a prestação de contas aos investidores e à sociedade, a ética no trato com os diversos públicos e a sustentabilidade dos negócios suportadas pela utilização de ferramentas de monitoramento que alinham o comportamento dos executivos aos interesses de seus públicos e acionistas e da sociedade em geral.

Desde 2006, o Banco do Brasil integra o Novo Mercado da B3 (antiga BM&FBovespa), segmento de listagem que reúne empresas sujeitas às mais rigorosas práticas de governança corporativa. Além disso, está listado nos Índices de Sustentabilidade Empresarial (ISE), de Ações com Tag Along Diferenciado (ITAG), de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGC), no Programa Destaque em Governança de Estatais (PDGE) e, desde 2012, no Índice Dow Jones de Sustentabilidade (DJSI), da Bolsa de Nova Iorque, impulsionando ainda mais sua inserção no cenário internacional. Em 2017, o BB recebeu o Selo de Governança Nível I, com pontuação máxima, pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST – do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Na estrutura de governança corporativa do Banco do Brasil estão presentes o Conselho de Administração, composto por 8 membros, assessorado pelo Comitê de Auditoria, Comitê de Remuneração e Elegibilidade, Comitê de Riscos e Capital e pela Auditoria Interna, e a Diretoria Executiva, composta pelo Conselho Diretor (Presidente e 9 Vice-Presidentes) e por 27 Diretores Estatutários. O BB mantém ainda, em caráter permanente, um Conselho Fiscal composto por 5 membros titulares e 5 suplentes.

O Banco possui instrumentos para avaliar o desempenho do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria e da Diretoria Executiva, os quais possibilitam o mapeamento e a identificação de oportunidades de aprimoramento das suas respectivas atuações. Além do Estatuto Social, o Código de Governança Corporativa e o Código de Ética são documentos que dão suporte às melhores práticas de governança corporativa do Banco do Brasil.

O Estatuto Social do Banco estabelece a segregação de funções na definição das atribuições dos órgãos de administração com vistas a se evitar eventuais conflitos de interesse. O Estatuto também prevê o impedimento dos integrantes do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva na tomada de decisões sobre assuntos nos quais apresentem eventual conflito de interesses.

Em todos os níveis do Banco, as decisões são tomadas de forma colegiada, com o propósito de envolver os executivos na definição de estratégias e na aprovação de propostas para os diversos negócios do Banco do Brasil. Para tanto, a Administração utiliza colegiados estratégicos, que garantem agilidade e segurança ao processo de tomada de decisão.

Está previsto também no Estatuto Social do Banco do Brasil, no Art. 24, Inciso III, § 2º, que os diretores membros da Diretoria Executiva sejam funcionários de carreira do Banco do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A seguir apresentamos os organogramas da Alta Administração e dos colegiados estratégicos do Banco do Brasil.

Figura 16. Estrutura da Alta Administração

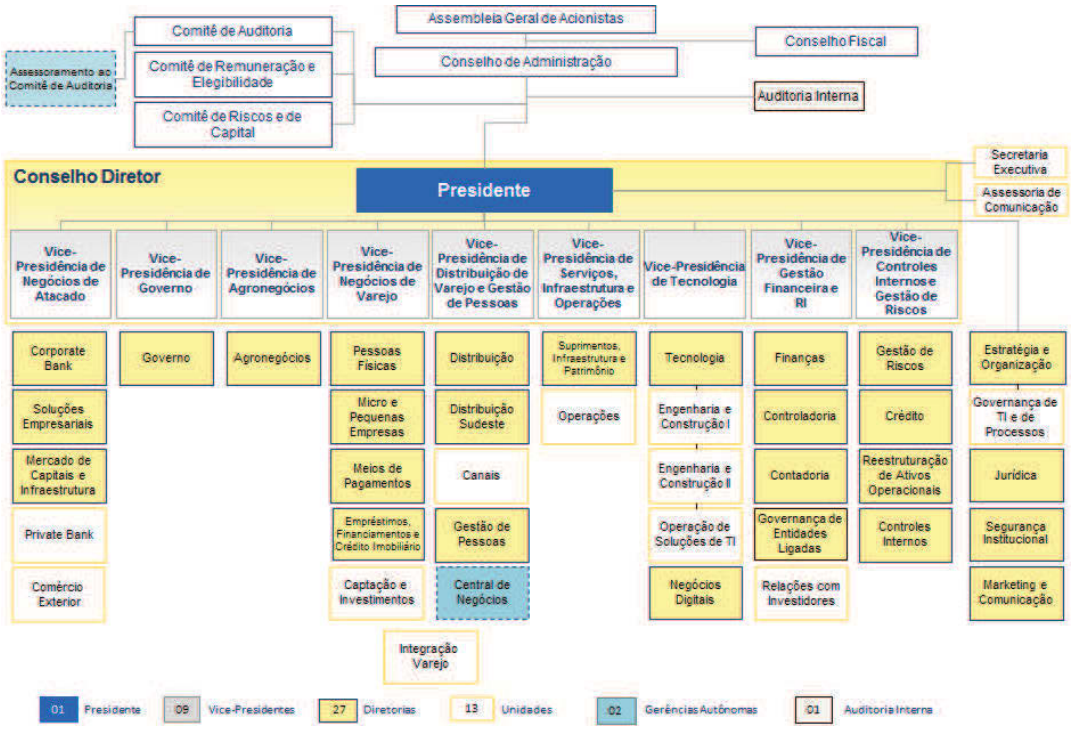
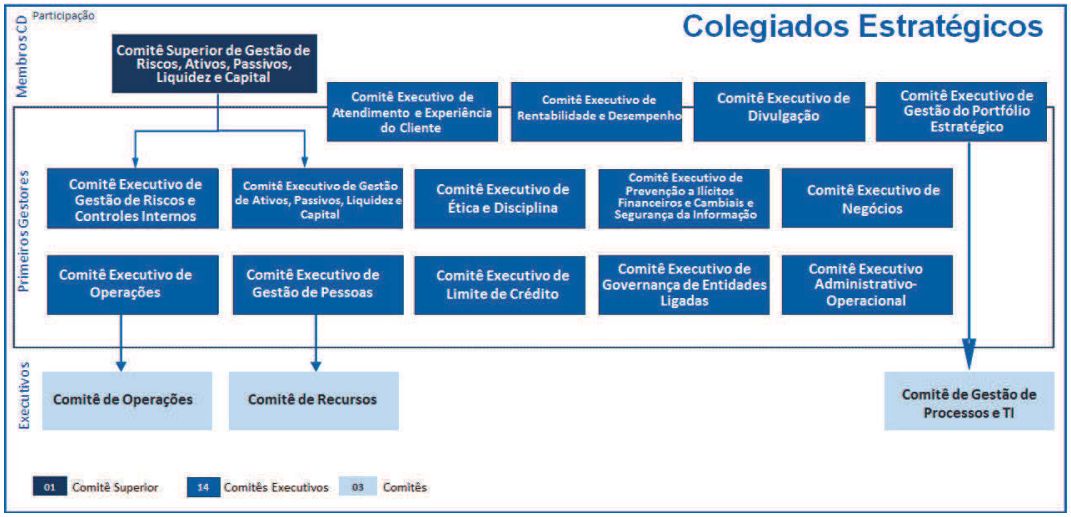


Figura 17. Colegiados Estratégicos



Informações mais detalhadas sobre as práticas de Governança Corporativa do Banco do Brasil estão disponíveis na seção 12 do Formulário de Referência, disponível no site de Relações com Investidores do BB em www.bb.com.br/ri.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

2 - Demonstrações Contábeis Resumidas

2.1. Balanço Patrimonial Resumido

Tabela 19. Balanço Patrimonial Resumido – Ativo

				Var. (%) s/	
R$ milhões	Dez/16	Set/17	Dez/17	Dez/16	Set/17
ATIVO	**1.401.377**	**1.399.891**	**1.369.201**	**(2,3)**	**(2,2)**
Circulante e Realizável a Longo Prazo	**1.368.249**	**1.368.997**	**1.337.369**	**(2,3)**	**(2,3)**
Disponibilidades	12.806	14.267	13.481	5,3	(5,5)
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	405.712	411.344	373.023	(8,1)	(9,3)
TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	121.269	137.491	138.923	14,6	1,0
Títulos Disponíveis para Negociação	6.074	6.836	7.753	27,6	13,4
Títulos Disponíveis para Venda	107.986	123.899	123.505	14,4	(0,3)
Títulos Mantidos até o Vencimento	5.596	5.305	7.010	25,3	32,1
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.613	1.451	655	(59,4)	(54,9)
Relações Interfinanceiras	68.523	78.101	75.167	9,7	(3,8)
Depósitos no Banco Central	63.451	69.442	69.081	8,9	(0,5)
Compulsório s/ Depósitos Não Remunerados	11.444	12.315	11.745	2,6	(4,6)
Compulsório s/ Depósitos Remunerados	52.007	57.126	57.336	10,2	0,4
Demais	5.072	8.659	6.086	20,0	(29,7)
Relações Interdependências	377	129	405	7,5	-
Empréstimos e Financiamentos	564.923	541.458	544.290	(3,7)	0,5
(PCLD)	(34.838)	(36.598)	(35.444)	1,7	(3,2)
Operações de Arrendamento Mercantil	563	424	378	(32,8)	(10,8)
Op. de Arrend. e Subarrend. a Receber	604	451	399	(34,0)	(11,5)
(PCLD de Arrendamento Mercantil)	(41)	(26)	(21)	(50,4)	(22,5)
Outros Créditos	193.606	185.260	191.162	(1,3)	3,2
Créditos por Avais e Fianças Honrados	495	605	602	21,7	(0,5)
Carteira de Câmbio	17.472	16.568	19.058	9,1	15,0
Rendas a Receber	2.676	2.938	2.949	10,2	0,4
Negociação e Intermediação de Valores	1.107	945	891	(19,5)	(5,7)
Créditos Específicos	378	409	417	10,2	2,0
Crédito Tributário	42.884	42.153	39.722	(7,4)	(5,8)
Ativo Atuarial (Previ Plano 1)	(2.202)	(2.582)	4.383	-	-
Fundo Paridade	130	132	103	(20,9)	(22,1)
Fundo Destinação Superávit - Previ	9.432	9.481	9.499	0,7	0,2
Devedores por Depósitos em Garantia	50.626	54.560	55.337	9,3	1,4
Diversos	73.355	62.830	61.169	(16,6)	(2,6)
(Provisão para Outros Créditos)	(2.747)	(2.779)	(2.968)	8,1	6,8
(Com Característica de Concessão de Crédito)	(1.255)	(1.243)	(1.284)	2,3	3,3
(Sem Característica de Concessão de Crédito)	(1.492)	(1.535)	(1.684)	12,9	9,7
Outros Valores e Bens	471	523	541	14,7	3,5
Bens Não de Uso Próprio e Materiais em Estoque	339	366	413	21,6	12,6
(Provisão para Desvalorizações)	(138)	(160)	(158)	14,6	(1,4)
Despesas Antecipadas	270	316	286	6,0	(9,6)
Permanente	**33.128**	**30.893**	**31.832**	**(3,9)**	**3,0**
Investimentos	16.855	16.853	17.490	3,8	3,8
Imobilizado de Uso	7.557	7.213	7.415	(1,9)	2,8
Intangível	8.715	6.827	6.927	(20,5)	1,5

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Tabela 20. Balanço Patrimonial Resumido – Passivo

				Var. (%) s/	
R$ milhões	Dez/16	Set/17	Dez/17	Dez/16	Set/17
PASSIVO	**1.401.377**	**1.399.891**	**1.369.201**	**(2,3)**	**(2,2)**
Circulante e Exigível a Longo Prazo	**1.313.737**	**1.305.911**	**1.270.048**	**(3,3)**	**(2,7)**
Depósitos	445.981	437.123	450.229	1,0	3,0
Depósitos à Vista	69.349	61.793	69.981	0,9	13,3
Depósitos de Poupança	151.763	154.517	160.290	5,6	3,7
Depósitos Interfinanceiros	20.665	19.649	24.153	16,9	22,9
Depósitos a Prazo	204.203	201.164	195.806	(4,1)	(2,7)
Captações no Mercado Aberto	374.634	417.870	376.243	0,4	(10,0)
Operações Compromissadas com Títulos Privados	25.591	22.016	23.576	(7,9)	7,1
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	165.166	137.132	133.766	(19,0)	(2,5)
Letras de Crédito do Agronegócio	124.965	94.473	88.898	(28,9)	(5,9)
Letras de Crédito Imobiliário	17.074	18.480	16.886	(1,1)	(8,6)
Demais Letras Bancárias	2.734	3.899	3.977	45,5	2,0
Obrigações por TVM no Exterior	20.393	20.280	24.005	17,7	18,4
Relações Interfinanceiras	1	2.524	1	6,8	(100,0)
Relações Interdependências	2.450	2.388	2.496	1,9	4,5
Obrigações por Empréstimos	20.409	18.368	19.572	(4,1)	6,6
Obrigações por Repasses	83.083	82.674	80.885	(2,6)	(2,2)
Tesouro Nacional	149	159	145	(2,7)	(8,4)
BNDES	32.087	28.003	26.936	(16,1)	(3,8)
Caixa Econômica Federal	23.758	25.859	26.558	11,8	2,7
Finame	24.766	21.131	19.775	(20,2)	(6,4)
Outras Instituições	2.323	7.522	7.470	-	(0,7)
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.870	1.720	790	(57,8)	(54,1)
Outras Obrigações	220.142	206.110	206.066	(6,4)	(0,0)
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	427	4.902	493	15,4	(89,9)
Carteira de Câmbio	23.201	12.104	9.740	(58,0)	(19,5)
Sociais e Estatutárias	1.126	1.080	2.178	93,4	101,6
Fiscais e Previdenciárias	16.026	12.711	12.376	(22,8)	(2,6)
Negociação e Intermediação de Valores	405	1.083	1.206	198,0	11,3
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	14.791	14.842	16.795	13,6	13,2
Dívida Subordinada	85.341	86.096	87.061	2,0	1,1
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	5.525	5.808	5.608	1,5	(3,4)
Títulos Subordinados	61.976	62.943	63.342	2,2	0,6
Instrumentos de Dívidas Elegíveis a Capital	17.840	17.345	18.111	1,5	4,4
Passivo Atuarial (Cassi)	7.948	8.323	8.724	9,8	4,8
Diversas	70.876	64.969	67.494	(4,8)	3,9
Resultados de Exercícios Futuros	**446**	**416**	**429**	**(3,8)**	**3,3**
Patrimônio Líquido	**87.194**	**93.564**	**98.723**	**13,2**	**5,5**
Capital	67.000	67.000	67.000	-	-
Instrumento Elegível ao Capital Principal	8.100	8.100	8.100	-	-
Reservas de Capital	16	12	12	(19,8)	-
Reservas de Reavaliação	3	2	2	(10,9)	(0,8)
Reservas de Lucros	27.647	31.125	35.281	27,6	13,4
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(16.929)	(16.482)	(13.220)	(21,9)	(19,8)
Planos de Benefícios	(15.492)	(15.979)	(12.443)	(19,7)	(22,1)
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-	1.977	-	-	-
(Ações em Tesouraria)	(1.855)	(1.850)	(1.850)	(0,3)	-
Participações Minoritárias nas Controladas	3.213	3.679	3.398	5,7	(7,7)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

2.2. Demonstração do Resultado com Realocações

Tabela 21. Demonstração do Resultado com Realocações

	Fluxo Trimestral			Var. (%) s/		Fluxo Anual		Var. (%) s/
R$ milhões	4T16	3T17	4T17	4T16	3T17	2016	2017	2016
Receitas da Intermediação Financeira	**47.935**	**31.415**	**34.816**	**(27,4)**	**10,8**	**162.825**	**142.532**	**(12,5)**
Operações de Crédito (1) (2)	30.523	19.289	22.161	(27,4)	14,9	103.644	84.983	(18,0)
Oper. de Venda ou de Transf. de Ativos Financ. (1)	487	335	331	(32,0)	(1,3)	2.173	1.529	(29,6)
Operações de Arrendamento Mercantil	33	25	23	(30,2)	(8,2)	145	108	(25,4)
Resultado de Operações com TVM (3) (10)	16.857	12.311	10.259	(39,1)	(16,7)	57.922	52.097	(10,1)
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	(432)	(660)	390	-	-	(2.180)	(465)	(78,7)
Resultado de Operações de Câmbio	(58)	139	329	-	137,2	1.905	917	(51,9)
Resultado de Aplicações Compulsórias (29)	1.236	959	820	(33,7)	(14,5)	5.608	4.103	(26,8)
Ganho (Perda) Cambial sobre PL no Exterior (4)	(117)	(339)	438	-	-	(2.358)	414	-
Hedge Fiscal (5) (6)	(107)	(308)	397	-	-	(1.863)	375	-
Despesas de Intermediação Financeira	**(32.602)**	**(17.168)**	**(20.268)**	**(37,8)**	**18,1**	**(103.483)**	**(84.655)**	**(18,2)**
Operações de Captação no Mercado (7) (19)	(30.706)	(18.349)	(15.304)	(50,2)	(16,6)	(112.405)	(76.029)	(32,4)
Op. de Empréstimos, Cessões e Repasses (4) (7)	(1.896)	1.181	(4.965)	161,9	-	8.922	(8.626)	-
Margem Financeira Bruta	**15.333**	**14.247**	**14.548**	**(5,1)**	**2,1**	**59.341**	**57.878**	**(2,5)**
Prov. p/ Créditos de Liquidação Duvidosa (11) (23)	(7.486)	(6.257)	(5.637)	(24,7)	(9,9)	(31.552)	(25.265)	(19,9)
Margem Financeira Líquida	**7.847**	**7.990**	**8.911**	**13,6**	**11,5**	**27.790**	**32.612**	**17,4**
Rendas de Tarifas	6.318	6.562	6.735	6,6	2,6	23.794	25.941	9,0
Receitas de Prestação de Serviços	4.031	4.116	4.160	3,2	1,1	15.329	16.347	6,6
Rendas de Tarifas Bancárias	2.287	2.446	2.575	12,6	5,3	8.465	9.595	13,3
Despesas Tributárias s/ Faturamento (5) (14)	(1.327)	(1.258)	(1.250)	(5,9)	(0,7)	(5.116)	(5.001)	(2,3)
Margem de Contribuição	**12.838**	**13.294**	**14.395**	**12,1**	**8,3**	**46.468**	**53.553**	**15,2**
Despesas Administrativas	(8.617)	(7.915)	(8.236)	(4,4)	4,0	(32.817)	(31.789)	(3,1)
Despesas de Pessoal (17) (18) (25)	(5.210)	(4.679)	(4.805)	(7,8)	2,7	(20.238)	(18.978)	(6,2)
Outras Despesas Administrativas (12) (13)	(3.406)	(3.236)	(3.431)	0,7	6,0	(12.579)	(12.811)	1,8
Outras Despesas Tributárias (14)	(96)	(128)	(129)	34,2	0,4	(426)	(502)	18,0
Resultado Comercial	**4.125**	**5.251**	**6.031**	**46,2**	**14,9**	**13.225**	**21.262**	**60,8**
Risco Legal	(748)	(819)	(636)	(14,9)	(22,3)	(2.747)	(2.722)	(0,9)
Demandas Cíveis (15) (16) (20) (21)	(538)	(360)	(285)	(47,0)	(20,7)	(1.590)	(1.115)	(29,8)
Demandas Trabalhistas (17) (18) (22)	(209)	(459)	(351)	67,7	(23,6)	(1.158)	(1.607)	38,8
Outros Componentes do Resultado	(298)	(135)	33	-	-	238	24	(90,0)
Res. de Part. em Coligadas e Controladas em Conjunto (24)	1.116	1.005	943	(15,5)	(6,2)	4.269	3.962	(7,2)
Resultado de Outras Receitas/Despesas Operacionais	(1.414)	(1.140)	(910)	(35,7)	(20,2)	(4.031)	(3.938)	(2,3)
Outras Receitas Operacionais (3) (9)	2.050	1.756	2.096	2,2	19,3	8.200	7.650	(6,7)
Previ - Plano de Benefícios 1 (8)	(141)	(66)	(66)	(53,0)	(0,0)	(389)	(251)	(35,5)
Previ - Atualização de Fundo Utilização (9)	151	127	193	27,5	51,5	1.044	638	(38,9)
Outras Despesas Operacionais (2) (8) (10) (11) (12) (13) (15) (16) (	(3.475)	(2.957)	(3.132)	(9,9)	5,9	(12.885)	(11.976)	(7,1)
Resultado Operacional	**3.080**	**4.296**	**5.427**	**76,2**	**26,3**	**10.716**	**18.563**	**73,2**
Resultado Não Operacional (26) (27)	64	34	48	(24,9)	41,8	227	186	(18,0)
Resultado Antes da Trib. s/ o Lucro	**3.143**	**4.330**	**5.475**	**74,2**	**26,4**	**10.944**	**18.750**	**71,3**
IR e CSLL (6) (30)	(771)	(799)	(1.476)	91,3	84,8	(1.179)	(4.604)	-
Benefício Fiscal de JCP	128	375	408	-	8,6	1.060	1.453	37,1
Participações Estatutárias no Lucro (31)	(184)	(362)	(412)	123,7	13,9	(919)	(1.436)	56,4
Participações Minoritárias	(441)	(462)	(399)	(9,5)	(13,6)	(1.675)	(1.650)	(1,5)
Lucro Líquido Ajustado	**1.747**	**2.708**	**3.188**	**82,5**	**17,7**	**7.171**	**11.060**	**54,2**
Itens Extraordinários	(784)	133	(80)	(89,8)	-	863	(49)	-
Planos Econômicos (19) (20)	(182)	(280)	(294)	61,6	4,9	(1.072)	(864)	(19,4)
Provisão Extraordinária com Demandas Contingentes (21) (22)	69	10	3	(96,3)	(73,4)	882	106	(88,0)
PCLD Adicional (23) (24)	-	-	-	-	-	3.257	-	-
PEAI - Programa Extraodinário de Aposentadoria Incentivada (25)	(1.401)	-	-	-	-	(1.401)	-	-
IPO - IRB (26)	-	173	-	-	-	-	173	-
Neonergia (27)	-	183	-	-	-	-	183	-
Ajuste de Indenização Proagro (29)	-	-	199	-	-	-	199	-
Ajustes de Prêmio e Corretagem - BB Seguridade (28)	-	-	(58)	-	-	-	(58)	-
Efeitos Fiscais e de PLR sobre Itens Extraordinários (30) (31)	729	47	70	(90,4)	48,4	(803)	212	-
Lucro Líquido	**963**	**2.841**	**3.108**	**-**	**9,4**	**8.034**	**11.011**	**37,1**

Cada índice apresentado nas linhas da tabela acima corresponde ao item do evento na tabela "Demonstrativo das Realocações e Itens Extraordinários".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

2.2.1. Abertura das Realocações

Neste capítulo são demonstrados os ajustes realizados na Demonstração do Resultado Societária para a obtenção da DRE com Realocações. Tais ajustes têm por objetivo:

a) segregar os itens extraordinários e apresentar o lucro líquido ajustado do período;

b) alterar a disposição dos itens de receitas e despesas, para possibilitar um melhor entendimento do negócio e do desempenho da empresa;

c) permitir que a Margem Financeira Bruta (MFB) registrada no período reflita, efetivamente, o ganho de todos os ativos rentáveis, na busca de informar ao mercado qual é o *spread* obtido pela divisão dessa margem pelo saldo médio dos ativos rentáveis. Para tal foi necessário:

I - Integrar, na MFB, as rendas com características de intermediação financeira contabilizadas em outras receitas operacionais provenientes de ativos rentáveis registrados no grupamento de outros créditos do balanço patrimonial;

II - Identificar, em item específico dentro da MFB, o ganho (perda) cambial sobre os ativos e passivos no exterior;

III - Manter na MFB valores relativos a reajustes cambiais negativos e reversão de despesas que foram contabilizados em Outras Receitas Operacionais e/ou Outras Despesas Operacionais para evitar inversão de saldo de rubricas, cujas naturezas são de intermediação financeira;

IV - Integrar, na MFB, todas as despesas de captação relativas à emissão de dívidas subordinadas e Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (IHCD).

A seguir apresenta-se o demonstrativo de todas as realocações realizadas no período.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Tabela 22. Demonstrativo das Realocações e Itens Extraordinários

R$ milhões

Item	De	Para	Evento	Fluxo Trimestral 4T16	3T17	4T17	Fluxo Anual 2016	2017
1	Oper. de Venda ou de Transf. de Ativos Financ.	Operações de Crédito	Oper. de Venda ou de Transf. de Ativos Financ.	487,0	335,4	331,0	2.173,3	1.529,0
2	Outras Despesas Operacionais	Operações de Crédito	Compensação de Receita de Agente Financeiro	-	-	(214,7)	-	(214,7)
3	Outras Receitas Operacionais	Resultado de Operações com TVM	Rendimentos de Aplicações Financeiras	2,6	1,0	0,5	4,3	5,7
4	Op. de Empréstimos, Cessões e Repasses	Ganho (Perda) Cambial sobre PL no Exterior	Ganho (Perda) Cambial sobre PL no Exterior	(117,5)	(339,3)	438,1	(2.358,3)	413,8
5	Despesas Tributárias s/ Faturamento	Hedge Fiscal	Hedge Fiscal	(5,7)	(16,5)	21,4	(100,2)	20,2
6	IR e CSLL	Hedge Fiscal	Hedge Fiscal	(100,8)	(291,1)	375,9	(1.762,5)	355,0
7	Operações de Captação no Mercado	Op. de Empréstimos, Cessões e Repasses	Despesas de Atualização - Fundos e Programas	(128,8)	(114,7)	(96,4)	(514,4)	(478,2)
8	Outras Despesas Operacionais	Previ - Plano de Benefícios 1	Revisão dos Ativos e Passivos Atuariais da Previ	(140,8)	(66,1)	(66,1)	(389,0)	(250,8)
9	Outras Receitas Operacionais	Previ - Atualização de Fundo Utilização	Revisão dos Ativos e Passivos Atuariais da Previ	151,2	127,2	192,8	1.043,6	637,8
10	Resultado de Operações com TVM	Outras Despesas Operacionais	Reversão de Provisões Operacionais	-	2,6	34,3	-	52,9
11	Prov. p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	Outras Despesas Operacionais	PCLD sem Característica de Intermediação Financeira	(435,7)	(57,1)	(366,3)	(328,2)	(433,8)
12	Outras Despesas Administrativas	Outras Despesas Operacionais	Despesa de Amortização de Ágio	(275,8)	(304,2)	(304,3)	(1.105,5)	(1.217,9)
13	Outras Despesas Administrativas	Outras Despesas Operacionais	Verba de Relacionamento Negocial	(480,2)	(461,9)	(404,8)	(1.977,4)	(1.806,3)
14	Outras Despesas Tributárias	Despesas Tributárias s/ Faturamento	Despesas Tributárias s/ Faturamento	(1.333,1)	(1.274,4)	(1.228,3)	(5.216,0)	(4.980,4)
15	Outras Despesas Operacionais	Demandas Cíveis	Despesas de Demandas Cíveis	(490,8)	(490,2)	(340,1)	(1.465,2)	(1.454,4)
16	Outras Despesas Operacionais	Demandas Cíveis	Reversão de Passivos Contigentes	-	-	-	398,1	219,7
17	Despesas de Pessoal	Demandas Trabalhistas	Provisão para Demandas Trabalhistas	(276,7)	(458,7)	(350,1)	(1.342,1)	(1.599,2)
18	Despesas de Pessoal	Demandas Trabalhistas	Reversão de Passivos Trabalhistas	74,0	-	-	94,8	-
19	Operações de Captação no Mercado	Planos Econômicos	Planos Econômicos	(166,5)	(140,5)	(237,2)	(622,9)	(646,9)
20	Demandas Cíveis	Planos Econômicos	Planos Econômicos	(15,2)	(139,4)	(56,4)	(449,1)	(217,5)
21	Demandas Cíveis	Provisão Extraordinária com Demandas Contingentes	Provisão Extraordinária com Demandas Contingentes	62,7	9,1	1,7	971,6	98,0
22	Demandas Trabalhistas	Provisão Extraordinária com Demandas Contingentes	Provisão Extraordinária com Demandas Contingentes	6,6	0,6	0,9	(89,7)	7,9
23	Prov. p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	PCLD Adicional	Reversão de PCLD Adicional	-	-	-	3.230,0	-
24	Res. de Part. em Coligadas e Controladas em Conjunto	PCLD Adicional	Reversão de PCLD Adicional do BV	-	-	-	26,6	-
25	Despesas de Pessoal	PEAI - Programa Extraodinário de Aposentadoria Incentivada	PEAI - Programa Extraodinário de Aposentadoria Incentivada	(1.400,8)	-	-	(1.400,8)	-
26	Resultado Não Operacional	IPO - IRB	Oferta Pública de Ações do IRB	-	173,2	-	-	173,2
27	Resultado Não Operacional	Neonergia	Ganho de Capital Gerado na Operação da Neonergia	-	182,9	-	-	182,9
28	Outras Despesas Operacionais	Ajustes de Prêmio e Corretagem - BB Seguridade	Ajustes de Prêmio e Corretagem - BB Seguridade	-	-	(57,9)	-	(57,9)
29	Resultado de Aplicações Compulsórias	Ajuste de Indenização Proagro	Ajuste de Indenização Proagro	-	-	199,4	-	199,4
30	IR e CSLL	Efeitos Fiscais e de PLR sobre Itens Extraordinários	Efeitos Fiscais e de PLR sobre Itens Extraordinários	641,3	53,1	61,0	(705,9)	197,6
31	Participações Estatutárias no Lucro	Efeitos Fiscais e de PLR sobre Itens Extraordinários	Efeitos Fiscais e de PLR sobre Itens Extraordinários	88,2	(6,1)	8,7	(97,1)	14,1

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

2.2.2. Glossário das Realocações

(1) Receitas (despesas) geradas em operações de cessão de ativos financeiros com coobrigação.

(2) Compensação parcial de receita de agente financeiro em operações de crédito cuja liquidação ocorra antes do prazo contratado.

(3) Receitas de aplicações financeiras de empresas não financeiras.

(4) Corresponde ao resultado das variações cambiais sobre o investimento em subsidiárias e agências no exterior.

(5) e (6) Efeitos de impostos incidentes sobre hedge para investimentos no exterior.

(7) Despesas de captação em fundos e programas.

(8) Despesas financeiras oriundas da revisão dos ativos e passivos atuariais da Previ.

(9) Receitas financeiras oriundas de atualização do Fundo Utilização da Previ.

(10) Reversão de provisão para perdas em participações societárias.

(11) Reversão ou despesas com PCLD para créditos sem característica de intermediação financeira.

(12) Despesas provenientes de amortização de ágio de investimentos e intangível.

(13) Amortização de aquisição de folha de pagamento.

(14) Despesas tributárias realocadas para compor a margem de contribuição.

(15) e (16) Reversão ou despesas provenientes de demandas cíveis

(17) Provisão para despesas provenientes de demandas trabalhistas.

(18) Reversão de saldos que, por força do plano de contas do Bacen (Cosif), não pôde ser contabilizada em despesas de pessoal na DRE societária.

(19) e (20) Despesas com provisão proveniente de ações judiciais referentes aos planos econômicos.

(21) e (22) Provisão extraordinária com demandas contingentes.

(23) Reversão parcial de provisão adicional para créditos de liquidação duvidosa constituída em exercícios anteriores.

(24) Reversão parcial de provisão adicional para créditos de liquidação duvidosa constituída em exercícios anteriores do Banco Votorantim.

(25) Despesa decorrente do programa de aposentadoria incentivada.

(26) Receita oriunda da alienação parcial de ações ordinárias de emissão do IRB Brasil Resseguros S.A.

(27) Receita oriunda da alienação de ações de participação do Banco do Brasil S.A. na Neoenergia S.A.

(28) Ajuste de comissões na BB Corretora em função da implantação do sistema integrado de gestão empresarial (ERP) e ajuste de prêmios de resseguros na MAPFRE BB SH2 para adequação aos normativos da Susep.

(29) Reversão parcial de provisão para perdas relacionadas a ajuste de indenização do Proagro.

(30) e (31) Segregação dos efeitos de itens extraordinários do período sobre o pagamento de participações nos lucros e resultados (PLR) e a unificação dos efeitos desses itens sobre o imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

2.2.3. Efeitos Fiscais e de PLR sobre Itens Extraordinários

A tabela a seguir demonstra isoladamente os efeitos fiscais e de participação nos lucros e resultados ocorridos em cada item extraordinário.

Tabela 23. Efeitos Fiscais e de PLR sobre Itens Extraordinários

	Fluxo Trimestral			Fluxo Anual	
R$ milhões	4T16	3T17	4T17	2016	2017
Planos Econômicos	88	135	142	517	417
Provisão Extraordinária com Demandas Contingentes	(33)	(5)	(1)	(425)	(51)
PCLD Adicional	-	-	-	(1.570)	-
PEAI - Programa Extraodinário de Aposentadoria Incentivada	675	-	-	675	-
IPO - IRB	-	(73)	-	-	(73)
Neonergia	-	(11)	-	-	(11)
Ajuste de Indenização Proagro	-	-	(96)	-	(96)
Ajustes de Prêmio e Corretagem - BB Seguridade	-	-	26	-	26
Total	**729**	**47**	**70**	**(803)**	**212**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

3 - Crédito

O Processo de Concessão de Crédito do Banco do Brasil

A concessão de crédito no Banco do Brasil é precedida por avançadas metodologias de cálculo de risco de crédito. Essas metodologias foram desenvolvidas pelo BB e seguem as melhores práticas de gestão de riscos.

O risco do cliente reflete a probabilidade do tomador se tornar inadimplente no período de até doze meses após a análise do risco. Essa avaliação determina o volume de recursos que o Banco está disposto a se expor ao tomador. O risco é calculado utilizando informações internas e externas, além do histórico de relacionamento com o cliente, conforme descrição a seguir.

I. Informações Cadastrais - análise de informações cadastrais obtidas em fontes internas e externas, inclusive informações restritivas;

II. Informações Comportamentais no BB - avaliação do endividamento, utilização de produtos de crédito, pontualidade no pagamento e dados de relacionamento com o Banco;

III. Informações Comportamentais no Sistema Financeiro Nacional (SFN) - análise do endividamento em outras instituições financeiras, da utilização de produtos na concorrência e da pontualidade de pagamento no SFN;

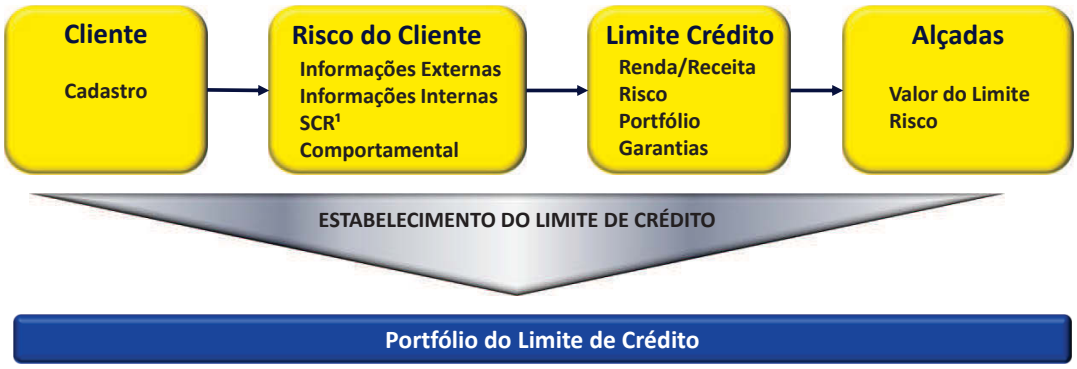
IV. Metodologias Personalizadas - avaliação de demonstrativos financeiros, das perspectivas do segmento do cliente e demais informações de mercado.

O risco é calculado de forma massificada para clientes pessoas físicas, microempresas e produtores rurais, e de forma personalizada para clientes pessoas jurídicas, entes do setor público, entre outros. Na análise massificada, o risco de crédito do cliente é calculado automaticamente pelo sistema do Banco, com resultados imediatos para a contratação da operação.

As análises personalizadas são realizadas pelos técnicos do Banco do Brasil e por cálculos de sistemas corporativos. Cabe aos comitês responsáveis a aprovação do risco desses clientes.

O risco do cliente é insumo importante para o estabelecimento do limite de crédito, para a adequada classificação do risco das operações e para o direcionamento de linhas de negócios com o cliente.

Figura 18. Processo de Concessão de Crédito do Banco do Brasil



1 - SCR: Sistema de Informações de Crédito do Banco Central do Brasil.

3.1. Carteira de Crédito

Para melhor entendimento das operações de crédito do BB, a seguir são apresentados os conceitos referentes à carteira de crédito. As informações apresentadas nesse capítulo são segmentadas em pessoa física, pessoa jurídica e agronegócios.

a) Carteira de Crédito Classificada: total das operações de empréstimo, financiamentos, arrendamentos mercantis, outras operações com características de crédito e aquisições de ativos de crédito. A carteira interna é originada no Brasil e a carteira externa originada no exterior.

b) Carteira de Crédito Ampliada: corresponde à carteira de crédito classificada somada às operações com títulos e valores mobiliários privados (TVM privados) e garantias, onde:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

b.1) TVM Privados: valores mobiliários (*commercial papers* e debêntures) emitidos principalmente por clientes pessoa jurídica e subscritos pelo BB.

b.2) Garantias: são operações às quais o BB assegura a liquidação financeira dos contratos.

Tabela 24. Carteira de Crédito Classificada e Ampliada

	Saldos						Var. % s/	
R$ milhões	Dez/16	Part. %	Set/17	Part. %	Dez/17	Part. %	Dez/16	Set/17
Carteira de Crédito Classificada (a)	**653.591**	**100,0**	**629.372**	**100,0**	**632.443**	**100,0**	**(3,2)**	**0,5**
Interna	**615.746**	**94,2**	**595.553**	**94,6**	**595.739**	**94,2**	**(3,2)**	**0,0**
Pessoa Física	**187.431**	**28,7**	**187.186**	**29,7**	**187.336**	**29,6**	**(0,1)**	**0,1**
Crédito Consignado	63.398	9,7	66.048	10,5	67.465	10,7	6,4	2,1
Financiamento Imobiliário	42.055	6,4	43.656	6,9	44.572	7,0	6,0	2,1
Cartão de Crédito	24.617	3,8	23.612	3,8	25.655	4,1	4,2	8,7
CDC Salário	19.258	2,9	19.941	3,2	18.793	3,0	(2,4)	(5,8)
Financiamento de Veículos	20.414	3,1	17.161	2,7	14.796	2,3	(27,5)	(13,8)
Empréstimo Pessoal	6.180	0,9	5.144	0,8	4.720	0,7	(23,6)	(8,2)
Cheque Especial	2.298	0,4	2.333	0,4	1.951	0,3	(15,1)	(16,4)
Demais	9.211	1,4	9.292	1,5	9.385	1,5	1,9	1,0
Pessoa Jurídica	**249.204**	**38,1**	**228.040**	**36,2**	**227.022**	**35,9**	**(8,9)**	**(0,4)**
Médias e Grandes	142.356	21,8	139.062	22,1	139.207	22,0	(2,2)	0,1
MPE	68.673	10,5	51.747	8,2	47.029	7,4	(31,5)	(9,1)
Governo	38.175	5,8	37.230	5,9	40.786	6,4	6,8	9,6
Agronegócio	**179.111**	**27,4**	**180.327**	**28,7**	**181.381**	**28,7**	**1,3**	**0,6**
Pessoa Física	130.785	20,0	135.898	21,6	138.894	22,0	6,2	2,2
Pessoa Jurídica	48.327	7,4	44.429	7,1	42.487	6,7	(12,1)	(4,4)
Exterior	**37.845**	**5,8**	**33.819**	**5,4**	**36.704**	**5,8**	**(3,0)**	**8,5**
TVM Privados e Garantias (b)	**54.467**		**47.665**		**48.846**		**(10,3)**	**2,5**
Carteira de Crédito Ampliada (a + b)	**708.059**	**100,0**	**677.037**	**100,0**	**681.289**	**100,0**	**(3,8)**	**0,6**
Interna	**662.404**	**93,6**	**635.862**	**93,9**	**637.125**	**93,5**	**(3,8)**	**0,2**
Pessoa Física	187.841	26,5	187.503	27,7	187.666	27,5	(0,1)	0,1
Pessoa Jurídica	294.749	41,6	267.661	39,5	267.446	39,3	(9,3)	(0,1)
Agronegócio	179.814	25,4	180.698	26,7	182.013	26,7	1,2	0,7
Externa	**45.655**	**6,4**	**41.175**	**6,1**	**44.164**	**6,5**	**(3,3)**	**7,3**

O Banco do Brasil divulga suas estimativas de desempenho considerando a carteira ampliada orgânica interna, apurada pela soma da carteira de crédito orgânica interna e operações com TVM privados e garantias prestadas, desconsiderando as carteiras adquiridas. A carteira rural desconsidera as operações da linha de crédito agroindustrial, que são somadas à carteira pessoa jurídica.

Tabela 25. Carteira de Crédito Ampliada Orgânica Interna

	Saldos						Var. % s/	
R$ milhões	Dez/16	Part. %	Set/17	Part. %	Dez/17	Part. %	Dez/16	Set/17
Carteira de Crédito Ampliada Orgânica Interna	**647.313**	**100,0**	**623.344**	**100,0**	**626.847**	**100,0**	**(3,2)**	**0,6**
Pessoa Física	172.749	26,7	174.985	28,1	177.387	28,3	2,7	1,4
Pessoa Jurídica	324.099	50,1	291.877	46,8	289.785	46,2	(10,6)	(0,7)
Rural	150.464	23,2	156.482	25,1	159.674	25,5	6,1	2,0

A tabela a seguir demonstra a participação do BB na carteira de crédito classificada do SFN.

Tabela 26. Crédito SFN

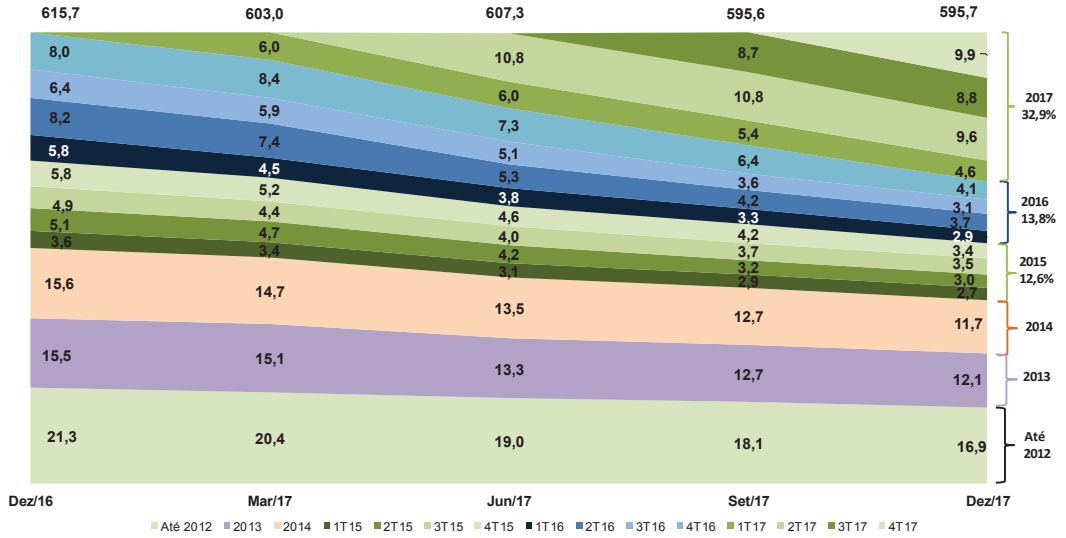
	Saldos					Var. % s/	
R$ bilhões	Dez/16	Mar/17	Jun/17	Set/17	Dez/17	Dez/16	Set/17
SFN	**3.106**	**3.079**	**3.077**	**3.047**	**3.086**	**(0,6)**	**1,3**
Pessoa Física	1.561	1.576	1.595	1.615	1.649	5,6	2,1
Pessoa Jurídica	1.545	1.502	1.482	1.433	1.437	(7,0)	0,3
Participação de Mercado BB - %	19,8	19,6	19,7	19,5	19,3		

A próxima figura apresenta a carteira de crédito classificada interna considerando o período de contratação. Em alguns casos existe a possibilidade do desembolso do crédito continuar ocorrendo nos trimestres subsequentes à contratação, sendo então somado ao período de contratação original.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

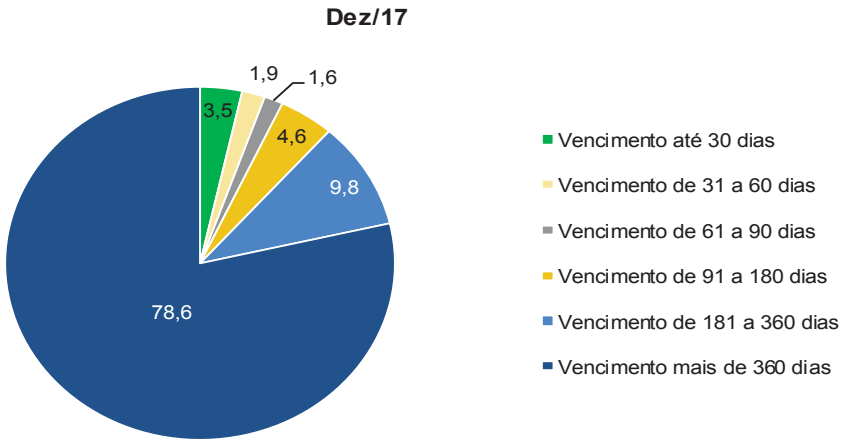
Considerando a carteira de dezembro de 2017, 32,9% dos ativos foram contratados em 2017. Os ativos gerados nos anos anteriores a 2015 representam 40,7%.

Figura 19. Carteira de Crédito Interna BB (por Período de Contratação) - % e R$ bilhões



A próxima figura apresenta a carteira de crédito classificada interna por prazo de vencimento das operações. Quase 80% do portfólio possui vencimento com mais de 360 dias, em linha com a relevância das linhas de investimento, imobiliário e consignado do Banco, enquanto 7,0% da carteira possui vencimento inferior a 90 dias, notadamente operações de capital de giro com empresas.

Figura 20. Carteira de Crédito Interna BB (por Prazo de Vencimento) - %



3.1.1. Carteira de Crédito Pessoa Física

As tabelas a seguir apresentam as principais linhas de crédito destinadas às pessoas físicas. As carteiras de crédito adquiridas pelo BB são compostas por operações de crédito consignado e financiamento de veículos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Tabela 27. Carteira de Crédito Pessoa Física

	Saldos						Var. % s/	
R$ milhões	Dez/16	Part. %	Set/17	Part. %	Dez/17	Part. %	Dez/16	Set/17
Carteira Classificada Orgânica	**172.340**	**91,7**	**174.669**	**93,2**	**177.057**	**94,3**	**2,7**	**1,4**
CDC	87.929	46,8	90.684	48,4	90.620	48,3	3,1	(0,1)
Crédito Consignado	62.491	33,3	65.600	35,0	67.108	35,8	7,4	2,3
CDC Salário	19.258	10,3	19.941	10,6	18.793	10,0	(2,4)	(5,8)
Empréstimo Pessoal	6.180	3,3	5.144	2,7	4.720	2,5	(23,6)	(8,2)
Financiamento Imobiliário	42.055	22,4	43.656	23,3	44.572	23,8	6,0	2,1
Cartão de Crédito	24.617	13,1	23.612	12,6	25.655	13,7	4,2	8,7
Crédito Renegociado	7.787	4,1	8.288	4,4	8.436	4,5	8,3	1,8
Financiamento de Veículos	6.230	3,3	5.091	2,7	4.875	2,6	(21,8)	(4,3)
Cheque Especial	2.298	1,2	2.333	1,2	1.951	1,0	(15,1)	(16,4)
Microcrédito	689	0,4	480	0,3	427	0,2	(38,1)	(11,2)
Demais	735	0,4	523	0,3	522	0,3	(28,9)	(0,2)
Carteiras Adquiridas	**15.091**	**8,0**	**12.518**	**6,7**	**10.279**	**5,5**	**(31,9)**	**(17,9)**
Crédito Consignado	907	0,5	448	0,2	357	0,2	(60,6)	(20,3)
Financiamento de Veículos	14.184	7,6	12.069	6,4	9.922	5,3	(30,1)	(17,8)
Carteira de Crédito Classificada (a)	**187.431**	**99,8**	**187.186**	**99,8**	**187.336**	**99,8**	**(0,1)**	**0,1**
TVM Privados e Garantias (b)	**409**	**0,2**	**317**	**0,2**	**330**	**0,2**	**(19,4)**	**4,2**
Carteira de Crédito Ampliada (a+b)	**187.841**	**100,0**	**187.503**	**100,0**	**187.666**	**100,0**	**(0,1)**	**0,1**

O BB mantém-se entre os líderes de mercado nos segmentos de crédito com menor risco. A participação do BB nas linhas de empréstimos com essa característica é demonstrada a seguir.

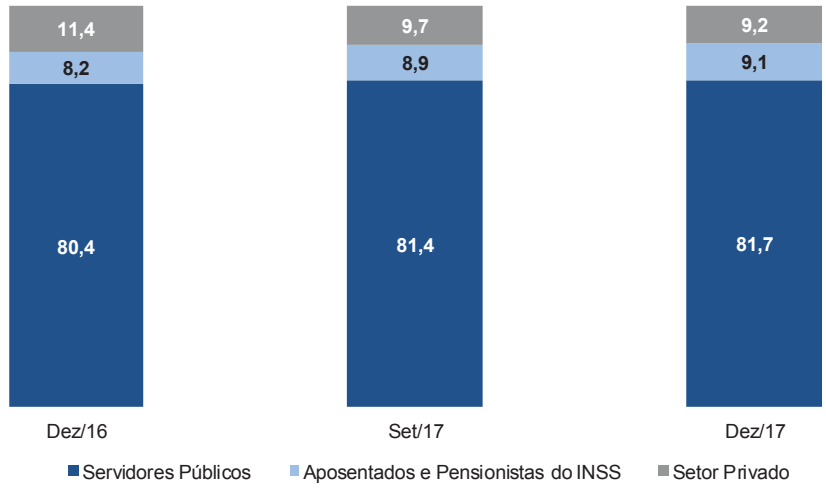
Tabela 28. Crédito Pessoa Física – Participação de Mercado

	Dez/16			Set/17			Dez/17		
R$ milhões	BB	SFN	Part. %	BB	SFN	Part. %	BB	SFN	Part. %
Crédito Consignado	63.398	287.589	22,0	66.048	306.084	21,6	67.465	310.441	21,7
Financiamento de Veículos[1]	19.346	144.843	13,4	16.186	146.053	11,1	13.832	150.635	9,2
Financiamento Imobiliário	42.055	534.440	7,9	43.656	560.183	7,8	44.572	565.158	7,9

1 – Apenas carteira de recursos livres.

Considerando as operações de CDC e de financiamento de veículos, que alcançaram R$ 95,5 bilhões em dezembro de 2017, a maioria das operações é realizada com servidores públicos e pensionistas.

Figura 21. Composição da Carteira de Crédito Orgânica - CDC e Veículos - %



Um dos importantes componentes da metodologia de crédito é o histórico que o Banco do Brasil possui dos seus clientes. Daqueles com operações de crédito no BB, 90,6% possuem conta há pelo menos cinco anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Tabela 29. Tempo de Relacionamento - Clientes com Operações de Crédito

%	Dez/16	Set/17	Dez/17
Tempo de Relacionamento			
Até 1 ano	0,8	0,6	0,6
Entre 1 e 2 anos	1,9	1,3	1,2
Entre 2 e 5 anos	8,4	7,9	7,7
Entre 5 e 10 anos	19,4	18,8	18,0
Mais de 10 anos	69,5	71,3	72,6

A tabela a seguir demonstra o prazo médio e a taxa de juros nas operações com menor risco. Os prazos médios da carteira são calculados ponderando o prazo restante das operações pelo saldo devedor. A taxa média considera o portfólio.

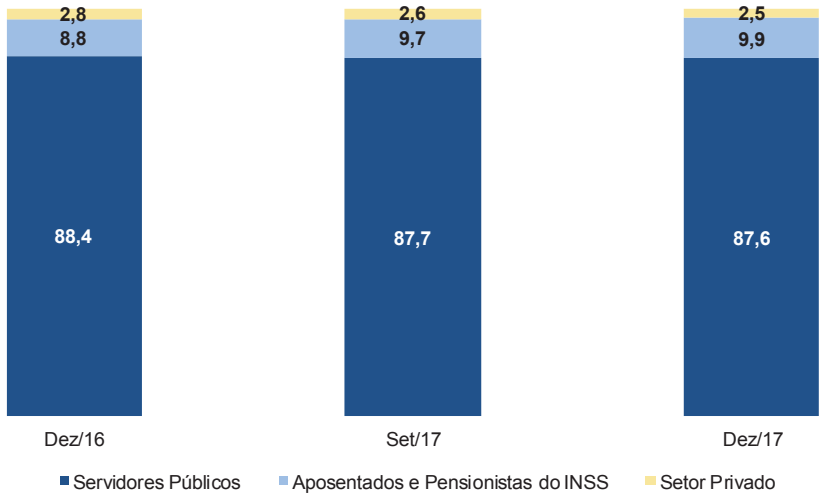
Tabela 30. Taxas e Prazos Médios

	Mar/16	Jun/16	Set/16	Dez/16	Mar/17	Jun/17	Set/17	Dez/17
Banco do Brasil								
Financiamento de Veículos								
Taxa Média - % a.m.	1,66	1,71	1,75	1,79	1,82	1,83	1,84	1,84
Prazo Médio - meses	30	29	29	29	29	29	29	30
Percentual financiado	65,9	65,7	65,9	65,7	66,1	66,5	66,1	67,4
Financiamento Imobiliário								
Ticket Médio - R$ mil	113,0	127,2	134,3	138,3	132,1	149,2	160,2	172,2
Taxa Média - % a.a.	7,07	7,09	7,10	7,12	7,12	7,13	7,15	7,17
Prazo Médio - meses	347	339	338	338	335	332	329	328
Percentual financiado	59,8	59,9	60,0	60,1	60,2	60,6	60,7	60,7
Crédito Consignado								
Taxa Média - % a.m.	1,85	1,87	1,89	1,91	1,92	1,92	1,91	1,89
Prazo Médio - meses	60	60	60	60	60	60	61	61
Crédito Pessoal								
Taxa Média - % a.m.	3,97	4,07	4,12	4,15	4,21	4,22	4,21	4,17
Prazo Médio - meses	43	42	43	44	43	43	43	45

Crédito Consignado

No 4T17, o volume de contratações alcançou R$ 10,5 bilhões. A carteira de crédito consignado orgânica BB, que alcançou R$ 67,1 bilhões em dezembro de 2017, é composta em quase sua totalidade, por operações com clientes servidores públicos e pensionistas, que oferecem menor risco. A figura a seguir demonstra a composição da carteira.

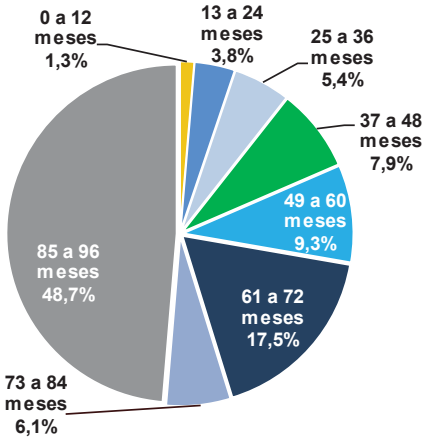
Figura 22. Composição da Carteira de Crédito Consignado Orgânica - %



A maioria das operações de crédito consignado contratadas no Banco do Brasil no 4T17 tem prazo superior a 60 meses. O perfil dessa carteira permite o alongamento do prazo e gera fidelização e oportunidade de oferta de outros produtos no decorrer desse período.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Figura 23. Prazo das Operações Contratadas no Trimestre – Crédito Consignado



Financiamento de Veículos

As operações de veículos originadas no BB totalizaram saldo de R$ 4,9 bilhões em dezembro/17. As contratações somaram R$ 609,9 milhões no 4T17.

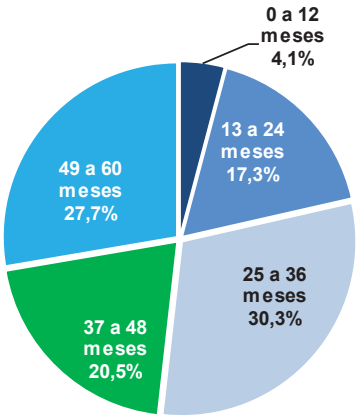
Na tabela a seguir são demonstradas as principais características dos clientes da carteira de financiamento de veículos orgânica do Banco do Brasil. Pode-se constatar que a maioria dos clientes são correntistas há mais de 10 anos e recebem proventos pelo Banco.

Tabela 31. Características dos Clientes da Carteira de Crédito Veículos Orgânica

%	Dez/16	Set/17	Dez/17
Tempo de Relacionamento			
Até 5 anos	10,6	8,3	7,7
Entre 5 a 10 anos	19,4	18,9	18,3
Mais de 10 anos	70,0	72,8	74,0
Proventos			
Recebem Proventos	72,7	73,8	74,1
Não Recebem Proventos	27,3	26,2	25,9

A próxima figura demonstra o prazo das operações de financiamento de veículos contratadas no Banco do Brasil no 4T17. Cerca de 72,3% das contratações no trimestre têm prazo de até 48 meses.

Figura 24. Prazo das Operações Contratadas no Trimestre – Financiamento de Veículos



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Financiamento Imobiliário

Nos últimos 12 meses o crescimento do saldo foi de R$ 2,5 bilhões, confirmando a tendência de ganho de relevância na carteira, com elevação na participação de 24,4% para 25,2% na visão orgânica. O incremento observado no período foi resultado da estratégia de ampliação de produtos ofertados aos clientes, bem como ganhos de eficiência na análise e liberação de operações.

O BB alcançou participação de mercado de 7,9% em dezembro de 2017, crescimento de 130 pontos base nos últimos 36 meses.

3.1.2. Carteira de Crédito Pessoa Jurídica

A queda da carteira de crédito pessoa jurídica na comparação anual é resultado, principalmente, da redução das operações de capital de giro, no segmento de MPE.

Tabela 32. Carteira de Crédito Pessoa Jurídica

	Saldos						Var. % s/	
R$ milhões	Dez/16	Part. %	Set/17	Part. %	Dez/17	Part. %	Dez/16	Set/17
Carteira de Crédito Classificada (a)	**249.204**	**84,5**	**228.040**	**85,2**	**227.022**	**84,9**	**(8,9)**	**(0,4)**
Capital de Giro	121.019	41,1	113.953	42,6	111.830	41,8	(7,6)	(1,9)
Investimento	59.251	20,1	54.548	20,4	55.601	20,8	(6,2)	1,9
Crédito Renegociado	19.235	6,5	17.519	6,5	16.817	6,3	(12,6)	(4,0)
ACC/ACE	13.663	4,6	14.222	5,3	15.540	5,8	13,7	9,3
Crédito Imobiliário	11.682	4,0	9.860	3,7	9.224	3,4	(21,0)	(6,5)
Recebíveis	8.573	2,9	7.261	2,7	8.005	3,0	(6,6)	10,2
Cartão de Crédito	10.231	3,5	6.503	2,4	6.194	2,3	(39,5)	(4,8)
Conta Garantida	1.742	0,6	1.219	0,5	1.221	0,5	(29,9)	0,1
Cheque Especial	418	0,1	402	0,2	344	0,1	(17,9)	(14,6)
BNDES Exim	816	0,3	200	0,1	112	0,0	(86,3)	(44,0)
Demais	2.575	0,9	2.353	0,9	2.135	0,8	(17,1)	(9,3)
TVM Privados e Garantias (b)	**45.545**	**15,5**	**39.622**	**14,8**	**40.424**	**15,1**	**(11,2)**	**2,0**
Carteira de Crédito Ampliada (a+b)	**294.749**	**100,0**	**267.661**	**100,0**	**267.446**	**100,0**	**(9,3)**	**(0,1)**

A segmentação da carteira pessoa jurídica do Banco do Brasil é apresentada na tabela a seguir.

Tabela 33. Segmentação da Carteira Pessoa Jurídica

	Saldos						Var. % s/	
R$ milhões	Dez/16	Part. %	Set/17	Part. %	Dez/17	Part. %	Dez/16	Set/17
Carteira de Crédito Classificada (a)	**249.204**	**84,5**	**228.040**	**85,2**	**227.022**	**84,9**	**(8,9)**	**(0,4)**
Médias e Grandes Empresas	142.356	48,3	139.062	52,0	139.207	52,1	(2,2)	0,1
MPE	68.673	23,3	51.747	19,3	47.029	17,6	(31,5)	(9,1)
Governo	38.175	13,0	37.230	13,9	40.786	15,3	6,8	9,6
TVM Privados e Garantias (b)	**45.545**	**15,5**	**39.622**	**14,8**	**40.424**	**15,1**	**(11,2)**	**2,0**
Carteira de Crédito Ampliada (a+b)	**294.749**	**100,0**	**267.661**	**100,0**	**267.446**	**100,0**	**(9,3)**	**(0,1)**

Crédito para Comércio Exterior

O Banco do Brasil é um dos principais parceiros do comércio exterior brasileiro, encerrando o 4T17 com participação de mercado de 18,2% e 12,2% em operações de câmbio exportação e importação, respectivamente. O BB encerrou o período com 30,4% de participação em ACC/ACE.

Tabela 34. Câmbio de Exportação e Importação

	Saldos					Var. % s/	
	4T16	1T17	2T17	3T17	4T17	4T16	3T17
Câmbio Exportação							
Volume Contratado (US$ mil)	8.061	8.120	11.079	9.136	9.286	15,2	1,6
Participação de Mercado - %	16,8	17,2	21,6	19,2	18,2		
Câmbio Importação							
Volume Contratado (US$ mil)	5.066	4.051	4.228	4.539	4.738	(6,5)	4,4
Participação de Mercado - %	15,5	12,5	12,7	12,5	12,2		

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Tabela 35. ACC/ACE

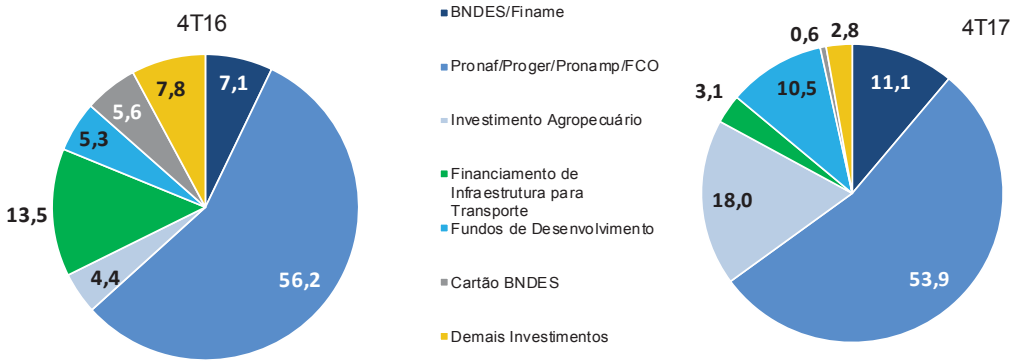
	Saldos					Var. % s/	
	4T16	1T17	2T17	3T17	4T17	4T16	3T17
Volume Contratado (US$ milhões)	1.496	1.252	1.852	1.555	2.131	42,4	37,0
Quantidade de Contratos	2.410	2.255	2.971	2.504	3.154	30,9	26,0
Volume Médio por Contrato (US$ mil)	621	555	623	621	676	8,8	8,8

Crédito para Investimentos

Os desembolsos para investimentos realizados pelo Banco do Brasil atingiram o montante de R$ 7,8 bilhões no 4T17. Destaque para os produtos Pronaf/Pronamp/Proger/FCO, que respondem por quase metade dos desembolsos do período.

O gráfico a seguir apresenta a participação das linhas de repasse nos desembolsos para investimentos.

Figura 25. Participação das Linhas de Repasse nos Desembolsos - %



Crédito para Governo

O Banco do Brasil vem apoiando os estados, o Distrito Federal e os municípios em suas demandas, no financiamento de programas de investimento voltados à melhoria da qualidade e transparência da gestão pública, mobilidade urbana, saúde, educação e segurança pública, gerando benefícios efetivos para a população e contribuindo para o desenvolvimento do país. No 4T17, foram desembolsados R$ 2,76 bilhões para os estados e municípios para viabilizar despesas de capital e execução de programas de investimentos constantes do plano plurianual dos entes públicos.

Segundo a Circular Bacen nº 3.644/2013, artigo 37, deve ser aplicado o Fator de Ponderação de Risco (FPR) de 0% à parcela de exposição coberta por operações de crédito com garantias prestadas pelo Tesouro Nacional, não havendo assim, comprometimento de capital.

Crédito para Micro e Pequenas Empresas

Ao final do 4T17, o BB possuía 2,2 milhões de clientes MPE. Enquadram-se como clientes no segmento MPE as empresas com faturamento bruto anual de até R$ 25 milhões.

Do saldo dessa carteira, 98,8% estão aplicados junto aos correntistas com tempo de relacionamento superior a dois anos.

Tabela 36. Tempo de Relacionamento dos Clientes - % do Saldo da Carteira MPE

%	Dez/16	Set/17	Dez/17
Tempo de Relacionamento			
Até 1 ano	0,2	0,3	0,4
De 1 a 2 anos	1,3	0,7	0,8
De 2 a 5 anos	16,9	14,5	13,3
Entre 5 a 10 anos	34,2	33,7	32,9
Mais de 10 anos	47,4	50,8	52,6

As tabelas a seguir apresentam os principais detalhamentos dos saldos aplicados junto ao segmento MPE.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Tabela 37. Crédito MPE por Setor de Atividade

	Saldos						Var. % s/	
R$ milhões	Dez/16	Part. %	Set/17	Part. %	Dez/17	Part. %	Dez/16	Set/17
Comércio	28.285	41,2	21.148	40,9	18.329	39,0	(35,2)	(13,3)
Serviço	22.294	32,5	16.985	32,8	15.839	33,7	(29,0)	(6,7)
Indústria	18.094	26,3	13.614	26,3	12.861	27,3	(28,9)	(5,5)
Total	**68.673**	**100,0**	**51.747**	**100,0**	**47.029**	**100,0**	**(31,5)**	**(9,1)**

Tabela 38. Produtos de Crédito - MPE

	Saldos						Var. % s/	
R$ milhões	Dez/16	Part. %	Set/17	Part. %	Dez/17	Part. %	Dez/16	Set/17
Capital de Giro	43.441	63,3	33.079	63,9	29.976	63,7	(31,0)	(9,4)
Investimento	24.215	35,3	17.807	34,4	16.146	34,3	(33,3)	(9,3)
Comércio Exterior	1.017	1,5	862	1,7	906	1,9	(10,9)	5,2
Total	**68.673**	**100,0**	**51.747**	**100,0**	**47.029**	**100,0**	**(31,5)**	**(9,1)**

3.1.3. Carteira de Crédito de Agronegócios

O agronegócio é um dos principais setores da economia brasileira, e tem fundamental importância para o crescimento e desenvolvimento do País.

O Brasil é um dos maiores exportadores do agronegócio mundial, com destaque para a posição que ocupa na produção, exportação e comércio das principais cadeias produtivas agropecuárias.

Tabela 39. Participação do Brasil no Agronegócio Mundial em dezembro de 2017

Item	Produção	Exportação	% Comércio Mundial
Suco de Laranja	1º	1º	77,6%
Café	1º	1º	24,0%
Açúcar	1º	1º	48,4%
Complexo de Soja	2º	1º	44,0%
Carne de Frango	2º	1º	36,0%
Carne Bovina	2º	2º	18,0%
Milho	3º	2º	23,6%
Algodão	5º	4º	11,0%

Fonte: USDA – PSD online.

O protagonismo do agronegócio brasileiro está associado à competência dos produtores rurais, recursos naturais disponíveis, tecnologia de ponta e oferta de crédito. Esse conjunto de atributos faz com que o País tenha uma posição privilegiada no cenário mundial.

A atividade agropecuária brasileira respeita o calendário agrícola, chamado de ano-safra, que se inicia em julho de cada ano e termina em junho do ano seguinte. Os dados apresentados neste relatório contemplam as informações do segundo trimestre do ano safra 2017/2018.

Agronegócio no BB

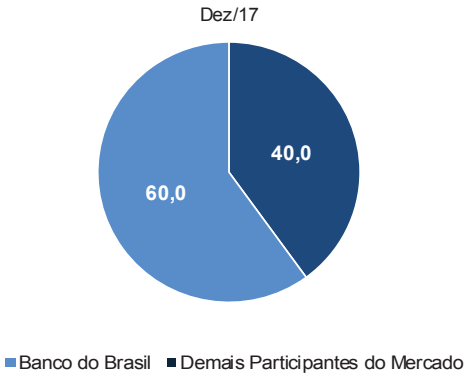
O Banco do Brasil é um dos principais agentes indutores do desenvolvimento do agronegócio no País, alinhado aos critérios estabelecidos para a manutenção da sustentabilidade socioambiental.

Atuando desde o pequeno produtor às grandes empresas agroindustriais, o Banco do Brasil financia o custeio da produção e a comercialização de produtos agropecuários, estimula os investimentos rurais como a construção e ampliação de armazéns, a aquisição e modernização de máquinas e implementos, além do beneficiamento e industrialização de produtos agropecuários e a adequação de propriedades rurais à legislação ambiental. Assim, o BB apoia o agronegócio brasileiro em todas as etapas da cadeia produtiva.

O Banco mantém-se historicamente como o principal agente financeiro do agronegócio no país, contribuindo de forma expressiva para o atendimento da demanda de crédito do segmento. Conforme dados do Banco Central do Brasil, o BB detém 60,0% de participação nos financiamentos destinados ao setor, com posição em dezembro de 2017.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Figura 26. Participação do BB no Agronegócio – %



A distribuição das operações de agronegócios por região do País mostra a participação de cada uma delas no desempenho do crédito.

Tabela 40. Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios por Região

Região	Crédito Rural - %	Agroindustrial - %	Total - %
Sudeste	31,7	96,7	39,7
Sul	31,3	1,8	27,7
Centro-Oeste	24,1	0,6	21,2
Nordeste	7,0	0,7	6,2
Norte	5,9	0,2	5,2

A tabela a seguir apresenta a composição da carteira de crédito de agronegócios por programa/linha de crédito.

Destaque para o saldo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) que totalizou R$ 43,2 bilhões em dezembro de 2017, crescimento de 3,0% frente ao mesmo período do ano anterior. Destaque também para a evolução das operações de comercialização agropecuária, que totalizaram R$ 10,8 bilhões, 72% superior em relação ao mesmo período do ano anterior e do investimento agropecuário, que totalizou R$ 11,6 bilhões no período, crescimento de 5,6% no trimestre e 23,2% em 12 meses.

Tabela 41. Carteira de Crédito de Agronegócios por Programa/Linha de Crédito

	Saldos						Var. % s/	
R$ milhões	Dez/16	Part. %	Set/17	Part. %	Dez/17	Part. %	Dez/16	Set/17
Carteira de Crédito Classificada	**179.111**	**99,6**	**180.327**	**99,8**	**181.381**	**99,7**	**1,3**	**0,6**
Crédito Rural	**149.761**	**83,3**	**156.112**	**86,4**	**159.042**	**87,4**	**6,2**	**1,9**
Pronaf	41.935	23,3	42.676	23,6	43.190	23,7	3,0	1,2
Custeio Agropecuário	36.371	20,2	37.384	20,7	36.164	19,9	(0,6)	(3,3)
Pronamp	24.560	13,7	24.288	13,4	24.369	13,4	(0,8)	0,3
FCO Rural	10.258	5,7	12.315	6,8	13.676	7,5	33,3	11,1
Investimento Agropecuário	9.437	5,2	11.009	6,1	11.624	6,4	23,2	5,6
Comercialização Agropecuária	6.257	3,5	8.487	4,7	10.762	5,9	72,0	26,8
Programa ABC	9.166	5,1	8.968	5,0	8.784	4,8	(4,2)	(2,1)
BNDES/Finame Rural	8.746	4,9	8.220	4,5	7.814	4,3	(10,7)	(4,9)
Demais	3.031	1,7	2.765	1,5	2.657	1,5	(12,3)	(3,9)
Crédito Agroindustrial	**29.350**	**16,3**	**24.215**	**13,4**	**22.339**	**12,3**	**(23,9)**	**(7,7)**
Cédula de Produto Rural e Garantias	703	0,4	371	0,2	633	0,3	(10,0)	70,7
Carteira Rural Ampliada	150.464	83,7	156.482	86,6	159.674	87,7	6,1	2,0
Carteira de Crédito Ampliada	**179.814**	**100,0**	**180.698**	**100,0**	**182.013**	**100,0**	**1,2**	**0,7**

A tabela a seguir apresenta a destinação da carteira de agronegócio do BB segmentada em linhas de custeio, investimento, comercialização, agroindustrial e demais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Tabela 42. Carteira de Crédito de Agronegócios por Destinação

	Saldos						Var. % s/	
R$ milhões	Dez/16	Part. %	Set/17	Part. %	Dez/17	Part. %	Dez/16	Set/17
Carteira de Crédito Classificada	**179.111**	**99,6**	**180.327**	**99,8**	**181.381**	**99,7**	**1,3**	**0,6**
Investimento	83.132	46,2	85.696	47,4	87.031	47,8	4,7	1,6
Custeio	59.171	32,9	59.379	32,9	58.433	32,1	(1,2)	(1,6)
Agroindustrial	29.350	16,3	24.215	13,4	22.339	12,3	(23,9)	(7,7)
Comercialização	6.926	3,9	8.875	4,9	11.081	6,1	60,0	24,9
Demais	531	0,3	2.161	1,2	2.496	1,4	370,0	15,5
Cédula de Produto Rural e Garantias	703	0,4	371	0,2	633	0,3	(10,0)	70,7
Carteira de Crédito Ampliada	**179.814**	**100,0**	**180.698**	**100,0**	**182.013**	**100,0**	**1,2**	**0,7**

A tabela a seguir detalha o saldo das operações de crédito destinadas ao agronegócio por tipo de item financiado.

Tabela 43. Carteira de Crédito de Agronegócios por Tipo de Item Financiado

	Saldos						Var. % s/	
R$ milhões	Dez/16	Part. %	Set/17	Part. %	Dez/17	Part. %	Dez/16	Set/17
Carteira de Crédito Classificada	**179.111**	**99,6**	**180.327**	**99,8**	**181.381**	**99,7**	**1,3**	**0,6**
Bovinocultura	37.550	20,9	39.145	21,7	39.867	21,9	6,2	1,8
Carne	24.526	13,6	25.531	14,1	26.112	14,3	6,5	2,3
Leite	13.024	7,2	13.614	7,5	13.756	7,6	5,6	1,0
Maquinas e Implementos	22.848	12,7	23.066	12,8	23.410	12,9	2,5	1,5
Soja	16.108	9,0	17.307	9,6	18.457	10,1	14,6	6,6
Milho	8.813	4,9	8.838	4,9	9.865	5,4	11,9	11,6
Armazenagem	5.272	2,9	5.705	3,2	5.910	3,2	12,1	3,6
Cana-de-açúcar	3.691	2,1	4.648	2,6	5.041	2,8	36,6	8,5
Melhoramento do Solo	4.179	2,3	4.517	2,5	4.694	2,6	12,3	3,9
Café	3.981	2,2	4.879	2,7	4.677	2,6	17,5	(4,1)
Avicultura	3.672	2,0	3.744	2,1	3.548	1,9	(3,4)	(5,2)
Caminhões/veículos	3.587	2,0	3.399	1,9	3.363	1,8	(6,2)	(1,1)
Arroz	2.005	1,1	2.512	1,4	2.466	1,4	23,0	(1,9)
Suinocultura	2.926	1,6	3.129	1,7	2.160	1,2	(26,2)	(31,0)
Algodão	683	0,4	939	0,5	965	0,5	41,2	2,8
Demais	34.444	19,2	34.283	19,0	34.619	19,0	0,5	1,0
Crédito Agroindustrial	29.350	16,3	24.215	13,4	22.339	12,3	(23,9)	(7,7)
Cédula de Produto Rural e Garantias	703	0,4	371	0,2	633	0,3	(10,0)	70,7
Carteira de Crédito Ampliada	**179.814**	**100,0**	**180.698**	**100,0**	**182.013**	**100,0**	**1,2**	**0,7**

A tabela a seguir demonstra o saldo da carteira do agronegócio segregado conforme o porte do cliente.

Tabela 44. Carteira de Agronegócios por Porte do Cliente

	Saldos						Var. % s/	
R$ milhões	Dez/16	Part. %	Set/17	Part. %	Dez/17	Part. %	Dez/16	Set/17
Carteira de Crédito Classificada	**179.111**	**99,6**	**180.327**	**99,8**	**181.381**	**99,7**	**1,3**	**0,6**
Médio e Grande Produtor	85.767	47,7	89.954	49,8	92.368	50,7	7,7	2,7
Pequeno Produtor	45.017	25,0	45.944	25,4	46.526	25,6	3,3	1,3
Empresas	39.235	21,8	35.582	19,7	34.232	18,8	(12,8)	(3,8)
Cooperativas Agropecuárias	9.091	5,1	8.848	4,9	8.255	4,5	(9,2)	(6,7)
Cédula de Produto Rural e Garantias	703	0,4	371	0,2	633	0,3	(10,0)	70,7
Carteira de Crédito Ampliada	**179.814**	**100,0**	**180.698**	**100,0**	**182.013**	**100,0**	**1,2**	**0,7**

Na tabela seguinte é apresentada a distribuição do saldo da carteira de crédito de agronegócios por tipo de personalidade jurídica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Tabela 45. Carteira de Crédito de Agronegócios por Tipo de Personalidade Jurídica

	Saldos						Var. % s/	
R$ milhões	Dez/16	Part. %	Set/17	Part. %	Dez/17	Part. %	Dez/16	Set/17
Carteira de Crédito Classificada	**179.111**	**99,6**	**180.327**	**99,8**	**181.381**	**99,7**	**1,3**	**0,6**
Pessoa Física	130.785	72,7	135.898	75,2	138.894	76,3	6,2	2,2
Pessoa Jurídica	48.327	26,9	44.429	24,6	42.487	23,3	(12,1)	(4,4)
Cédula de Produto Rural e Garantias	703	0,4	371	0,2	633	0,3	(10,0)	70,7
Carteira de Crédito Ampliada	**179.814**	**100,0**	**180.698**	**100,0**	**182.013**	**100,0**	**1,2**	**0,7**

Nos financiamentos rurais e agroindustriais, o BB utiliza 79,1% de recursos próprios (principalmente poupança rural, Letras de Crédito do Agronegócio – LCA e depósitos à vista). Além desses, o Banco também repassa recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e de Fundos Constitucionais, como o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) e o Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé).

A seguir, é apresentada a carteira de crédito ampliada de agronegócios por fonte de recursos.

Tabela 46. Carteira de Crédito Ampliada de Agronegócios por Fonte de Recursos

	Saldos					
R$ milhões	Dez/16	Part. %	Set/17	Part. %	Dez/17	Part. %
Poupança Rural	88.482	49,2	92.149	51,0	93.808	51,5
LCA	34.984	19,5	32.181	17,8	28.769	15,8
Depósitos à Vista	23.296	13,0	19.580	10,8	20.838	11,4
FCO	14.365	8,0	16.820	9,3	18.543	10,2
BNDES/FINAME	11.484	6,4	11.543	6,4	11.056	6,1
Demais[1]	7.204	4,0	8.425	4,7	9.000	4,9
Carteira de Crédito Ampliada	**179.814**	**100,0**	**180.698**	**100,0**	**182.013**	**100,0**

1 - Tesouro Nacional, Funcafé, Cédula de Produto Rural e Garantias.

Para tornar os financiamentos com taxas de juros diferenciadas viáveis, cobrindo os custos da captação, o risco de crédito, os custos administrativos e tributários e a rentabilidade do Banco, o Tesouro Nacional e o Banco Central podem autorizar:

a) a Equalização de Taxas: valor pago pelo Tesouro Nacional que representa uma receita dos bancos para a cobertura dos custos administrativos e tributários, além de garantir a taxa de rentabilidade sobre os recursos aplicados;

b) o Fator de Ponderação: multiplicador adotado pelo Governo Federal para aplicação dos recursos originários de depósitos à vista e poupança rural. Por meio desse mecanismo, os bancos são autorizados a cumprir uma menor taxa de exigibilidade de aplicação de recursos em crédito rural, o que possibilita que o montante liberado seja investido em operações a taxas de mercado, com o objetivo de compensar o diferencial de rentabilidade decorrente da taxa de juros paga pelo tomador final nas operações do crédito rural incentivadas pelo governo.

O mecanismo do fator de ponderação reduz a quantidade de recursos que o governo tem de equalizar e permite aos bancos a compensação proporcional na rentabilidade. No Banco do Brasil, os recursos liberados para o caixa são aplicados à remuneração TMS.

A tabela a seguir mostra o histórico do recebimento de receitas a título de equalização de taxas e fator de ponderação.

Tabela 47. Receitas de Equalização e Fator de Ponderação

	Fluxo Trimestral				
R$ milhões	4T16	1T17	2T17	3T17	4T17
Receitas de Equalização	1.722	1.415	1.385	1.184	985
Fator de Ponderação	67	75	59	46	35
Total	**1.789**	**1.490**	**1.444**	**1.230**	**1.021**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Tabela 48. Receitas de Equalização a Receber - Movimentação[1]

	Fluxo Trimestral				
R$ milhões	4T16	1T17	2T17	3T17	4T17
Saldo Inicial	1.700	3.418	1.401	2.783	1.184
Movimentações	1.718	(2.017)	1.382	(1.599)	983
Saldo Final	**3.418**	**1.401**	**2.783**	**1.184**	**2.166**

1 – Fonte: Nota Explicativa 12.b.

A tabela a seguir evidencia a distribuição dos recursos equalizáveis da carteira de agronegócios do BB.

Tabela 49. Recursos Equalizáveis da Carteira de Agronegócios

	Saldos		
R$ milhões	Dez/16	Set/17	Dez/17
Carteira de Crédito Classificada	**179.111**	**180.327**	**181.381**
Recursos Equalizáveis	91.105	91.461	89.935
Investimento	49.924	49.697	49.464
Custeio	39.529	39.372	38.386
Comercialização	1.652	2.392	2.086
Recursos Não-Equalizáveis	88.006	88.866	91.446
Cédula de Produto Rural e Garantias	703	371	633
Carteira de Crédito Ampliada	**179.814**	**180.698**	**182.013**

No segundo trimestre da safra 2017/2018, o Banco do Brasil desembolsou R$ 41,4 bilhões em operações de crédito rural.

A tabela seguinte mostra o comparativo do desembolso nos dois primeiros trimestres da safra 2017/2018 com o mesmo período da safra 2016/2017, detalhando o segmento do cliente e a finalidade do crédito.

Tabela 50. Desembolsos por Finalidade do Crédito Rural

R$ milhões	Safra 16/17	Safra 17/18	Var. (%)
Agricultura Familiar - Pronaf	**7.947**	**6.940**	**(12,7)**
Custeio	5.008	4.292	(14,3)
Investimento	2.939	2.648	(9,9)
Médios Produtores - Pronamp	**6.410**	**6.222**	**(2,9)**
Custeio	5.331	5.092	(4,5)
Investimento	1.079	1.130	4,7
Agricultura Empresarial	**22.444**	**28.252**	**25,9**
Custeio/Comercialização	19.575	23.078	17,9
Investimento	2.869	5.009	74,6
Industrialização	-	165	-
Total	**36.802**	**41.414**	**12,5**

Mitigadores de Risco

O Banco do Brasil estimula a contratação de proteção contra intempéries (seguro agrícola ou Proagro) nas operações de custeio agrícola. A estratégia é aperfeiçoada a cada nova safra, inclusive com a oferta massificada de opções e outros mecanismos, como por exemplo o seguro faturamento.

A estratégia de mitigação considera diversas informações das operações demandadas pelos clientes, como o risco da atividade, a cultura a ser financiada e o local do financiamento. Essas informações permitem direcionar o mecanismo de proteção (seguro agrícola/Proagro ou opções) mais adequado ao perfil de risco da operação.

A tabela seguinte mostra o histórico recente de utilização de mitigadores de risco na contratação de operações de custeio agrícola, para o primeiro trimestre das respectivas safras.

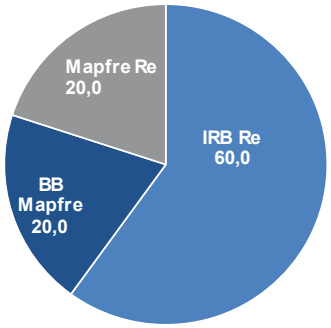
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Tabela 51. Distribuição de Mitigadores no Custeio Agrícola

	Contratação					
R$ milhões	Safra 15/16	Part. %	Safra 16/17	Part. %	Safra 17/18	Part. %
Custeio Agrícola	23.579	100,0	16.783	100,0	17.794	100,0
Total com Mitigador	**15.795**	**67,0**	**10.771**	**64,2**	**11.160**	**62,7**
Proagro	4.328	18,4	4.146	24,7	3.650	20,5
Seguro Agrícola	11.061	46,9	6.338	37,8	7.210	40,5
Proteção de Preço	406	1,7	287	1,7	300	1,7
Sem Mitigador	**7.784**	**33,0**	**6.012**	**35,8**	**6.634**	**37,3**

Os riscos assumidos em decorrência da contratação de seguro agrícola na safra 2017/2018 foram distribuídos conforme a figura a seguir.

Figura 27. Distribuição do Risco do Custeio Agrícola - %



3.1.4. Concentração

As tabelas a seguir apresentam o nível de concentração dos clientes e grupos empresariais com os quais o Banco do Brasil se relaciona. A primeira tabela apresenta a concentração em relação à carteira de crédito classificada e a segunda em relação ao patrimônio de referência.

Tabela 52. 100 Maiores Clientes em relação à Carteira de Crédito Classificada

R$ milhões

Período	1º Cliente (%)	Saldos	2º ao 20º (%)	Saldos	21º ao 100º (%)	Saldos	100 maiores (%)	Saldos
Mar/16	3,6	25.562	13,4	94.092	10,1	71.045	27,1	190.699
Jun/16	3,6	24.902	12,9	89.119	10,0	69.381	26,5	183.403
Set/16	3,8	25.390	13,2	88.649	10,1	67.662	27,0	181.701
Dez/16	3,8	24.760	12,9	84.340	9,4	61.430	26,1	170.529
Mar/17	3,9	25.136	12,9	82.148	9,1	58.001	25,9	165.284
Jun/17	4,0	25.467	12,6	81.145	9,2	59.263	25,8	165.876
Set/17	4,1	25.616	12,4	78.329	9,3	58.478	25,8	162.423
Dez/17	4,0	25.032	11,9	75.008	9,7	61.042	25,5	161.082

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Tabela 53. 100 Maiores Clientes em relação ao Patrimônio de Referência

R$ milhões

Período	1º Cliente (%)	Saldos	2º ao 20º (%)	Saldos	21º ao 100º (%)	Saldos	100 maiores (%)	Saldos
Mar/16	19,9	25.562	73,3	94.092	55,3	71.045	148,5	190.699
Jun/16	19,9	24.902	71,3	89.119	55,5	69.381	146,6	183.403
Set/16	20,0	25.390	69,8	88.649	53,3	67.662	143,0	181.701
Dez/16	19,0	24.760	64,7	84.340	47,1	61.430	130,7	170.529
Mar/17	20,3	25.136	66,2	82.148	46,8	58.001	133,2	165.284
Jun/17	20,0	25.467	63,9	81.145	46,6	59.263	130,6	165.876
Set/17	19,8	25.616	60,6	78.329	45,3	58.478	125,8	162.423
Dez/17	18,5	25.032	55,4	75.008	45,0	61.042	118,9	161.082

A próxima tabela apresenta a concentração da carteira de crédito PJ e agronegócios PJ, considerando a carteira do Banco Múltiplo, operações com TVM e garantia e carteira externa.

Cada macrossetor é composto por diversos segmentos econômicos correlacionados. A carteira é constituída de acordo com o código de atividade principal no cadastro de cada cliente.

Tabela 54. Macrossetor: Concentração da Carteira PJ e Agro PJ

R$ milhões	Saldos						Var. % s/	
Macrossetor	**Dez/16**	**Part. %**	**Set/17**	**Part. %**	**Dez/17**	**Part. %**	**Dez/16**	**Set/17**
Administração Pública	38.811	10,3	37.832	11,1	41.412	12,2	6,7	9,5
Petroleiro	38.901	10,3	38.752	11,4	36.041	10,6	(7,4)	(7,0)
Alimentos de Origem Vegetal	29.388	7,8	30.257	8,9	31.050	9,1	5,7	2,6
Metalurgia e Siderurgia	35.058	9,3	30.683	9,0	28.145	8,3	(19,7)	(8,3)
Energia Elétrica	35.114	9,3	28.121	8,2	26.306	7,7	(25,1)	(6,5)
Transportes	26.585	7,1	24.080	7,1	23.948	7,0	(9,9)	(0,5)
Serviços	19.149	5,1	18.973	5,6	19.839	5,8	3,6	4,6
Automotivo	17.620	4,7	15.100	4,4	16.606	4,9	(5,8)	10,0
Imobiliário	19.843	5,3	16.545	4,8	15.623	4,6	(21,3)	(5,6)
Alimentos de Origem Animal	15.792	4,2	14.844	4,4	13.959	4,1	(11,6)	(6,0)
Instituições e Serviços Financeiros	10.067	2,7	10.394	3,0	11.324	3,3	12,5	8,9
Comércio Varejista	14.211	3,8	11.138	3,3	11.169	3,3	(21,4)	0,3
Fornecedores da Construção Civil	12.297	3,3	10.444	3,1	10.290	3,0	(16,3)	(1,5)
Insumos Agrícolas	8.173	2,2	7.563	2,2	7.984	2,3	(2,3)	5,6
Têxtil e Confecções	8.098	2,1	6.594	1,9	6.495	1,9	(19,8)	(1,5)
Telecomunicações	6.051	1,6	5.767	1,7	6.224	1,8	2,9	7,9
Eletroeletrônico	7.498	2,0	6.712	2,0	5.969	1,8	(20,4)	(11,1)
Químico	5.835	1,5	5.875	1,7	5.953	1,7	2,0	1,3
Comércio Atacadista e Ind. Diversas	5.425	1,4	4.763	1,4	5.191	1,5	(4,3)	9,0
Papel e Celulose	7.229	1,9	5.321	1,6	5.185	1,5	(28,3)	(2,6)
Construção Pesada	6.860	1,8	4.183	1,2	4.992	1,5	(27,2)	19,3
Madeireiro e Moveleiro	5.244	1,4	4.336	1,3	4.159	1,2	(20,7)	(4,1)
Couro e Calçados	2.327	0,6	1.761	0,5	1.741	0,5	(25,2)	(1,1)
Bebidas	1.298	0,3	1.150	0,3	1.145	0,3	(11,8)	(0,4)
Demais Atividades	40	0,0	26	0,0	33	0,0	(18,4)	24,1
Total	**376.914**	**100,0**	**341.215**	**100,0**	**340.784**	**100,0**	**(9,6)**	**(0,1)**
Carteira de Crédito Interna	297.605		272.459		269.512			
Carteira de Crédito Externa	26.574		22.350		23.688			
Garantias	15.101		12.866		13.106			
TVM	37.634		33.540		34.480			
Total	**376.914**		**341.215**		**340.784**			

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

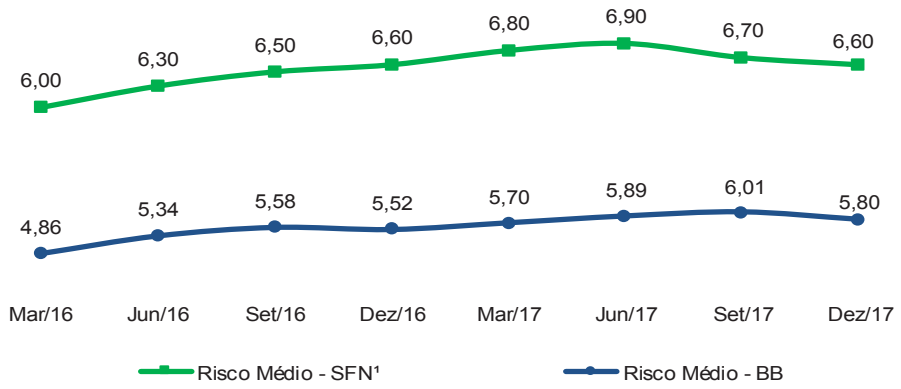
3.2. Qualidade do Crédito

Todas as segmentações do risco da carteira de crédito nesta seção referem-se à Carteira Classificada (Resolução CMN nº 2.682/99), exceto se indicado de outra forma.

O Banco do Brasil mantém um consistente processo de avaliação e acompanhamento do risco de crédito nas operações realizadas com clientes. O principal indicador de qualidade da carteira de crédito é o Risco Médio, que demonstra a relação entre o saldo da provisão requerida e o total da carteira classificada.

O gráfico a seguir apresenta a evolução histórica do risco médio da carteira do Banco do Brasil e sua comparação direta com o Sistema Financeiro Nacional (SFN). O patamar continua inferior ao do SFN.

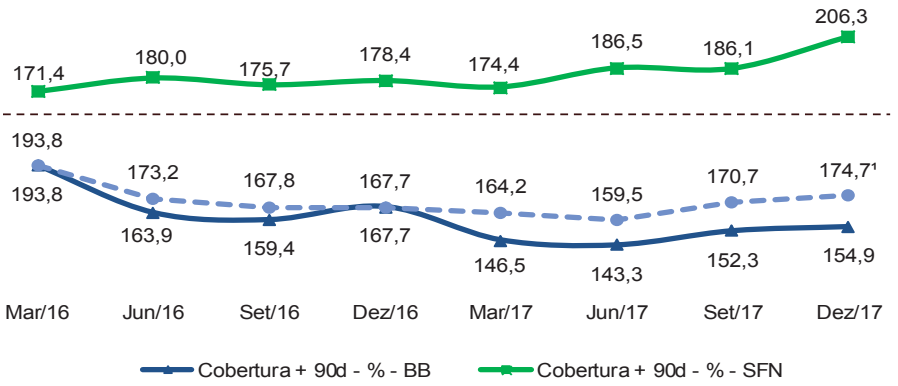
Figura 28. Risco Médio da Carteira de Crédito Classificada



1 - Indicador elaborado por meio do Índice de Risco Médio, disponível no SGS - Sistema Gerenciador de Séries Temporais do Banco Central do Brasil.

A seguir é apresentado o índice de cobertura das operações em atraso há mais de 90 dias, que exprime a relação entre o saldo total de provisão (mínima, complementar e adicional) e o saldo das operações de crédito vencidas há mais de 90 dias. É válido ressaltar que o Banco possui níveis de provisões suficientes para suportar eventuais mudanças de cenários, como elevação do nível de inadimplência.

Figura 29. Índices de Cobertura da Carteira de Crédito Classificada



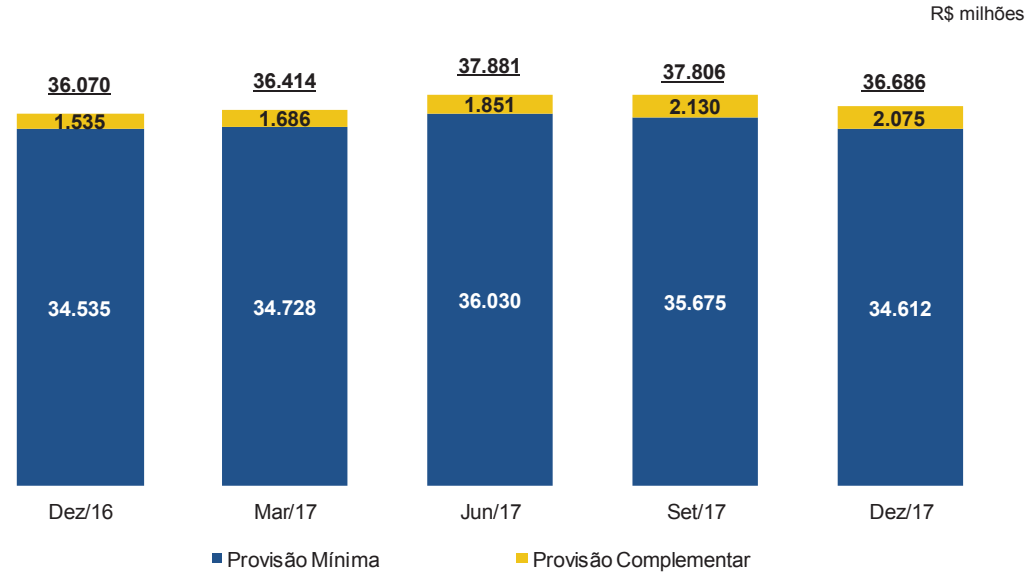
1 - Simulação excluindo o efeito de caso específico.

A próxima figura apresenta o saldo de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD), detalhando-se as provisões mínima, que é a provisão correspondente aos nove níveis de risco (AA a H) constantes da Resolução CMN nº 2.682/99, a provisão complementar, que corresponde à provisão dos níveis intermediários estabelecidos pela Administração do BB, e a provisão requerida, que corresponde à soma das anteriores.

No padrão contábil brasileiro (BR GAAP), o Banco do Brasil realiza a provisão de crédito sobre a sua carteira seguindo o modelo estatístico de provisão de risco conforme a Resolução CMN nº 2.682/99.

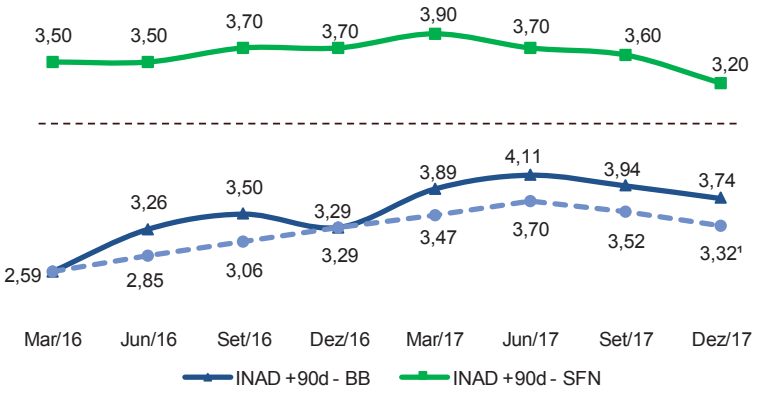
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Figura 30. Provisão de Crédito – Carteira de Crédito Classificada



O índice de inadimplência (INAD +90d) compreende a relação entre as operações vencidas há mais de 90 dias e o saldo da carteira de crédito classificada.

Figura 31. INAD +90 – em % da Carteira de Crédito Classificada

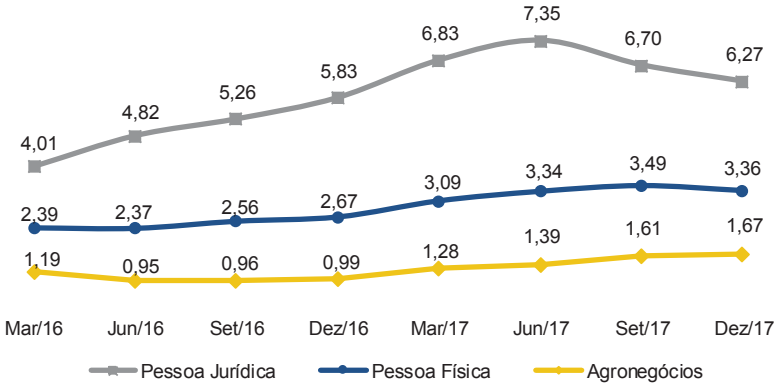


1 - Simulação excluindo o efeito de caso específico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A seguir são apresentadas as inadimplências por segmento de atuação do BB.

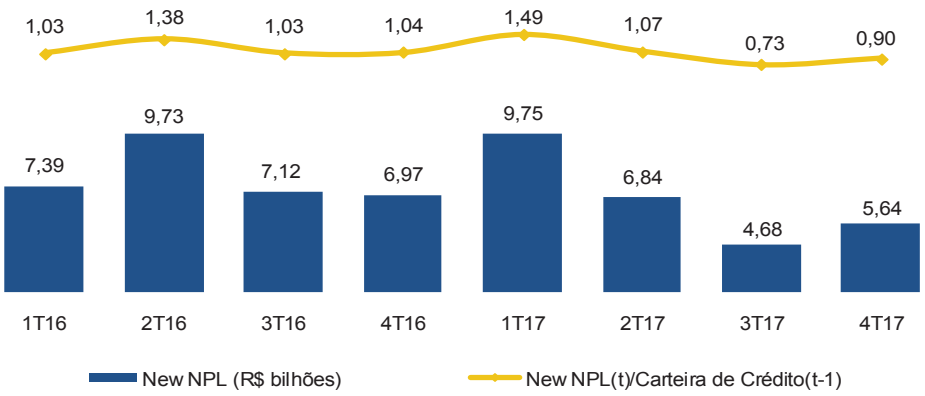
Figura 32. INAD +90 por segmento – em % da Carteira de Crédito Classificada Interna



No gráfico a seguir é possível observar o indicador *New NPL*/Carteira de Crédito que representa uma tendência da futura inadimplência. O indicador é apurado pela relação entre: (i) a variação trimestral do saldo das operações vencidas há mais de 90 dias, acrescida das baixas para prejuízo efetuadas no trimestre; e (ii) o saldo da carteira de crédito classificada do trimestre anterior.

É válido ressaltar que as baixas de operações para prejuízo seguem rigorosamente as determinações da Resolução CMN nº 2.682/99. As operações classificadas em risco H são contabilizadas como perdas somente depois de decorridos seis meses da sua classificação nesse nível de risco, não sendo admitido o registro em período inferior.

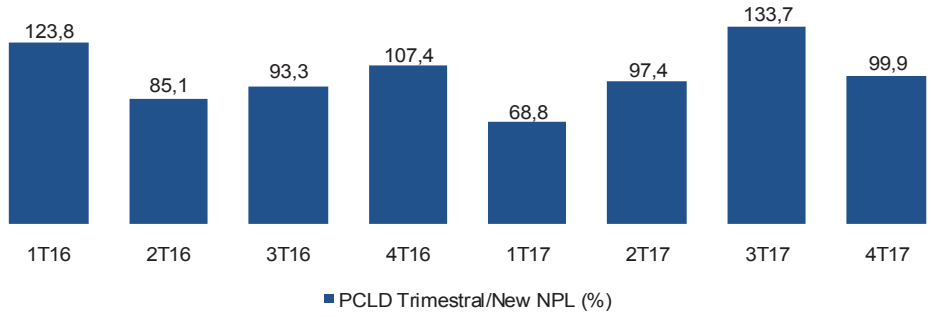
Figura 33. *New NPL* – % da Carteira de Crédito Classificada



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

No gráfico a seguir é apresentada a relação entre a despesa trimestral de PCLD e o *New NPL*, representando seu índice de cobertura.

Figura 34. Despesa Trimestral de PCLD sobre *New NPL* (Cobertura)



No 4T16 e 1T17, o BB implementou melhorias na classificação por *rating*, estabelecendo indicadores intermediários aos mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99. O saldo desses indicadores intermediários é apresentado na coluna Provisão Complementar da próxima tabela.

Tabela 55. Carteira de Crédito Classificada por Nível de Risco

R$ milhões	Saldo	Provisão Mínima¹	Provisão Complementar	Provisão Requerida	Part. %	Saldo	Provisão Mínima¹	Provisão Complementar	Provisão Requerida	Part. %
	Dez/16					**Dez/17**				
AA	302.706	-	-	-	46,3	314.632	-	-	-	49,7
A	104.838	524	25	549	16,0	68.405	342	39	381	10,8
B	118.672	1.187	257	1.443	18,2	134.631	1.346	492	1.838	21,3
C	67.285	2.019	1.039	3.058	10,3	61.252	1.838	1.058	2.895	9,7
D	14.981	1.498	214	1.712	2,3	10.194	1.019	118	1.138	1,6
E	16.064	4.819	-	4.819	2,5	12.645	3.793	298	4.091	2,0
F	5.823	2.911	-	2.911	0,9	5.261	2.630	70	2.700	0,8
G	5.484	3.838	-	3.838	0,8	5.939	4.157	1	4.158	0,9
H	17.738	17.738	-	17.738	2,7	19.485	19.485	0	19.485	3,1
Total	**653.591**	**34.535**	**1.535**	**36.070**	**100,0**	**632.443**	**34.612**	**2.075**	**36.686**	**100,0**
AA-C	593.501	3.729	1.321	5.051	90,8	578.920	3.526	1.588	5.114	91,5
D-H	60.090	30.806	214	31.019	9,2	53.523	31.086	487	31.572	8,5
	Set/17					**Dez/17**				
AA	311.568	-	-	-	49,5	314.632	-	-	-	49,7
A	65.860	329	40	369	10,5	68.405	342	39	381	10,8
B	131.710	1.317	487	1.805	20,9	134.631	1.346	492	1.838	21,3
C	63.876	1.916	1.106	3.022	10,1	61.252	1.838	1.058	2.895	9,7
D	11.562	1.156	132	1.288	1,8	10.194	1.019	118	1.138	1,6
E	14.021	4.206	300	4.506	2,2	12.645	3.793	298	4.091	2,0
F	5.088	2.544	65	2.609	0,8	5.261	2.630	70	2.700	0,8
G	4.935	3.454	1	3.455	0,8	5.939	4.157	1	4.158	0,9
H	20.752	20.752	-	20.752	3,3	19.485	19.485	0	19.485	3,1
Total	**629.372**	**35.675**	**2.130**	**37.806**	**100,0**	**632.443**	**34.612**	**2.075**	**36.686**	**100,0**
AA-C	573.014	3.563	1.633	5.196	91,0	578.920	3.526	1.588	5.114	91,5
D-H	56.358	32.113	497	32.610	9,0	53.523	31.086	487	31.572	8,5

1 - Provisão correspondente aos nove níveis de risco (AA a H) constantes da Resolução CMN nº 2.682/99.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Na próxima tabela é apresentada a PCLD na visão trimestral, bem como a carteira classificada média, além dos indicadores de despesa sobre a carteira.

Tabela 56. Despesas de PCLD sobre Carteira de Crédito Classificada

	Saldo					Var. %	
R$ milhões, exceto quando indicado	**4T16**	**1T17**	**2T17**	**3T17**	**4T17**	**4T16**	**3T17**
Despesas de PCLD							
(A) 12 meses	(31.552)	(29.119)	(27.501)	(27.114)	(25.265)	(19,9)	(6,8)
(B) 3 meses	(7.486)	(6.713)	(6.658)	(6.257)	(5.637)	(24,7)	(9,9)
Média da Carteira Classificada							
(C) 12 meses	688.845	671.794	657.319	644.896	636.871	(7,5)	(1,2)
(D) 3 meses	662.757	644.413	638.228	634.207	630.622	(4,8)	(0,6)
Recuperação de Operações em Perdas							
(E) 12 meses	4.571	4.666	4.677	4.803	5.172	13,1	7,7
(F) 3 meses	1.359	956	1.394	1.094	1.728	27,1	58,0
Índices de PCLD - %							
(A/C) 12 meses	4,58	4,33	4,18	4,20	3,97		
(B/D) 3 meses	1,13	1,04	1,04	0,99	0,89		

A seguir, apresentamos o resumo dos principais indicadores de gestão do risco de crédito, alguns dos quais já mencionados anteriormente.

Tabela 57. Índices de Atraso da Carteira Classificada

R$ milhões, exceto quando indicado	**4T16**	**1T17**	**2T17**	**3T17**	**4T17**
Carteira de Crédito Classificada	**653.591**	**638.336**	**642.846**	**629.372**	**632.443**
Operações Vencidas + 15 dias	**37.032**	**44.088**	**38.848**	**37.750**	**35.343**
Op. Vencidas + 15 dias/Carteira de Crédito - %	5,67	6,91	6,04	6,00	5,59
Operações Vencidas + 60 dias	**25.134**	**30.354**	**29.807**	**28.504**	**26.723**
Op. Vencidas + 60 dias/Carteira de Crédito - %	3,85	4,76	4,64	4,53	4,23
Op. Vencidas + 15-59 dias/Carteira de Crédito - %	1,82	2,15	1,41	1,47	1,36
Operações Vencidas + 90 dias	**21.504**	**24.853**	**26.435**	**24.825**	**23.680**
Op. Vencidas + 90 dias/Carteira de Crédito - %	3,29	3,89	4,11	3,94	3,74
Op. Vencidas + 15-89 dias/Carteira de Crédito - %	2,38	3,01	1,93	2,05	1,84
Op. Vencidas + 90 dias/Carteira de Crédito - SFN - %	3,70	3,90	3,70	3,60	3,20
Baixa para Prejuízo	9.000	6.405	5.253	6.292	6.786
Recuperação de Operações em Perdas	(1.359)	(956)	(1.394)	(1.094)	(1.728)
Recuperação/Baixa para Prejuízo - %	15,10	14,93	26,54	17,38	25,46
Saldo Perda	**7.641**	**5.449**	**3.859**	**5.198**	**5.058**
Saldo Perda/Carteira de Crédito - anualizado - %	4,76	3,46	2,42	3,34	3,24
Provisão (Mínima + Complementar + Adicional)	**36.070**	**36.414**	**37.881**	**37.806**	**36.686**
Provisão/Carteira de Crédito - %	5,52	5,70	5,89	6,01	5,80
Provisão/Operações Vencidas + 15 dias - %	97,40	82,59	97,51	100,15	103,80
Provisão/Operações Vencidas + 60 dias - %	143,51	119,97	127,09	132,64	137,29
Provisão/Operações Vencidas + 90 dias - %	167,74	146,52	143,30	152,29	154,93

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

3.2.1. Carteira de Crédito Pessoa Física

Nas tabelas a seguir, a carteira de crédito classificada BB pessoa física, a respectiva movimentação da PCLD e a inadimplência há mais de 90 dias são apresentadas.

Tabela 58. Carteira de Crédito Classificada BB PF por Nível de Risco

R$ milhões	Saldo	Provisão Mínima[1]	Provisão Complementar	Provisão Requerida	Part. %	Saldo	Provisão Mínima[1]	Provisão Complementar	Provisão Requerida	Part. %
	Dez/16					**Dez/17**				
AA	60.266	-	-	-	32,2	42.194	-	-	-	22,5
A	37.030	185	8	193	19,8	26.640	133	17	150	14,2
B	45.807	458	127	585	24,4	73.194	732	324	1.056	39,1
C	26.845	805	527	1.332	14,3	30.839	925	639	1.564	16,5
D	7.827	783	160	943	4,2	4.145	414	71	486	2,2
E	2.207	662	-	662	1,2	2.304	691	-	691	1,2
F	1.541	771	-	771	0,8	1.268	634	-	634	0,7
G	1.332	932	-	932	0,7	1.060	742	-	742	0,6
H	4.575	4.575	-	4.575	2,4	5.693	5.693	-	5.693	3,0
Total	**187.431**	**9.172**	**821**	**9.993**	**100,0**	**187.336**	**9.965**	**1.051**	**11.016**	**100,0**
AA-C	169.949	1.449	661	2.110	90,7	172.866	1.790	980	2.770	92,3
D-H	17.483	7.723	160	7.883	9,3	14.469	8.175	71	8.246	7,7
	Set/17					**Dez/17**				
AA	43.625	-	-	-	23,3	42.194	-	-	-	22,5
A	25.703	129	16	145	13,7	26.640	133	17	150	14,2
B	71.616	716	316	1.033	38,3	73.194	732	324	1.056	39,1
C	31.509	945	664	1.610	16,8	30.839	925	639	1.564	16,5
D	4.415	442	79	520	2,4	4.145	414	71	486	2,2
E	2.233	670	-	670	1,2	2.304	691	-	691	1,2
F	1.101	551	-	551	0,6	1.268	634	-	634	0,7
G	1.056	739	-	739	0,6	1.060	742	-	742	0,6
H	5.928	5.928	-	5.928	3,2	5.693	5.693	-	5.693	3,0
Total	**187.186**	**10.119**	**1.076**	**11.195**	**100,0**	**187.336**	**9.965**	**1.051**	**11.016**	**100,0**
AA-C	172.453	1.790	997	2.787	92,1	172.866	1.790	980	2.770	92,3
D-H	14.733	8.329	79	8.407	7,9	14.469	8.175	71	8.246	7,7

1 - Provisão correspondente aos nove níveis de risco (AA a H) constantes da Resolução CMN nº 2.682/99.

Tabela 59. Movimentação da PCLD da Carteira de Crédito Classificada BB PF

R$ milhões, exceto quando indicado	4T16	1T17	2T17	3T17	4T17
Carteira de Crédito Classificada PF	**187.431**	**184.752**	**185.530**	**187.186**	**187.336**
Provisão Inicial	**9.144**	**9.993**	**10.512**	**10.981**	**11.195**
1 - Migração de Risco	1.908	1.406	1.355	1.343	1.213
a) Piora de Risco	3.939	2.010	2.827	2.184	2.076
b) Melhora de Risco	(2.032)	(604)	(1.472)	(841)	(862)
2 - Contratações	387	297	419	331	340
3 - Perdas	(1.357)	(1.159)	(1.274)	(1.413)	(1.784)
Total (1 + 2 + 3)	**938**	**544**	**500**	**261**	**(231)**
Outros Impactos[1]	(88)	(26)	(31)	(47)	53
Provisão Requerida	**9.993**	**10.512**	**10.981**	**11.195**	**11.016**
Despesas de Provisão - R$ milhões	2.207	1.677	1.743	1.627	1.606
Provisão/Carteira - %	5,33	5,69	5,92	5,98	5,88
Fluxo da Provisão/Carteira - %	1,18	0,91	0,94	0,87	0,86
Operações Vencidas +15 dias/Carteira - %	5,26	6,94	6,46	6,58	6,13
Operações Vencidas +90 dias/Carteira - %	2,67	3,09	3,34	3,49	3,36

1 - Amortização, liquidação, liberação de parcelas e débito de encargos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A próxima tabela apresenta a inadimplência das principais linhas de crédito destinadas às pessoas físicas e a participação de cada uma delas em relação ao saldo total da carteira. Dessa forma, é possível analisar a inadimplência de cada produto em relação à sua relevância portfólio.

Tabela 60. INAD +90d Carteira Classificada BB PF – em % por Linha de Crédito

	Dez/16		Set/17		Dez/17	
	INAD.	Part. %	INAD.	Part. %	INAD.	Part. %
Pessoa Física	**2,67**	**100,0**	**3,49**	**100,0**	**3,36**	**100,0**
Crédito Consignado	1,31	33,8	1,89	35,3	1,92	36,0
Financiamento Imobiliário	1,47	22,4	2,27	23,3	2,31	23,8
Cartão de Crédito	3,32	13,1	3,48	12,6	2,82	13,7
CDC Salário	3,12	10,3	4,86	10,7	5,26	10,0
Financiamento de Veículos	0,98	10,9	1,06	9,2	1,10	7,9

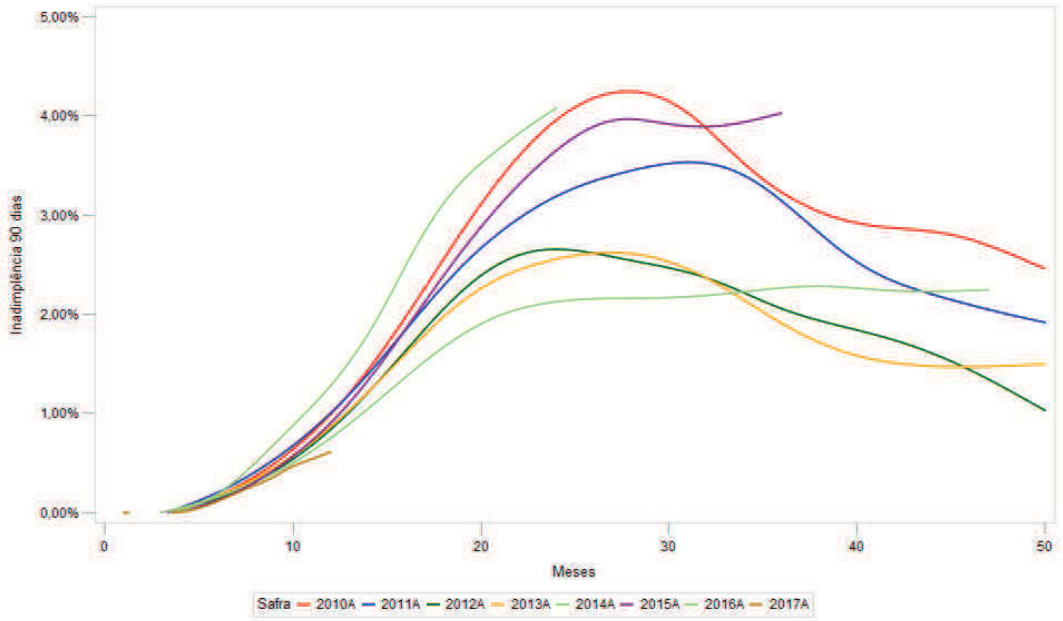
Acompanhamento por Safras

No gráfico seguinte é apresentado o acompanhamento da inadimplência da carteira de crédito de pessoas físicas por safras. Essa metodologia proporciona um detalhamento maior e mais próximo da carteira do que os indicadores tradicionais, o que permite avaliar, ao longo do tempo, como se comporta a inadimplência do conjunto de operações contratadas em determinado período.

Para o cálculo da inadimplência são consideradas as operações vencidas há mais de 90 dias. Em relação ao saldo da carteira de crédito pessoa física, ressalta-se que as operações de cheque especial e cartão de crédito são desconsideradas.

O gráfico a seguir traz o acompanhamento de safras na periodicidade anual, o que facilita a visualização e a interpretação dos dados.

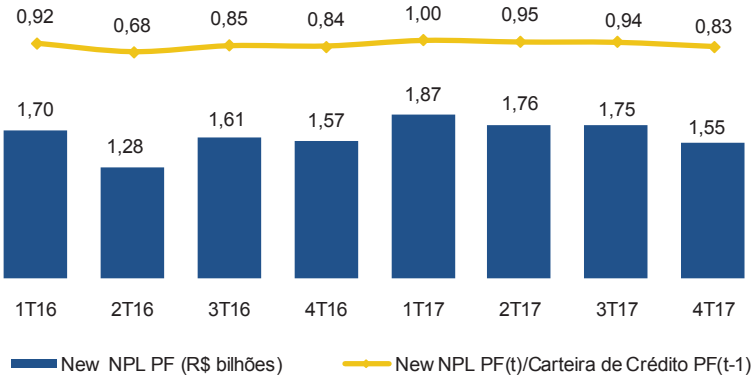
Figura 35. Safra Anual – Crédito Pessoa Física



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O gráfico a seguir detalha a formação da inadimplência da carteira de crédito pessoa física nos últimos oito trimestres.

Figura 36. *New NPL* – Carteira de Crédito Pessoa Física



3.2.2. Carteira de Crédito Pessoa Jurídica

Nas tabelas a seguir, a carteira de crédito classificada BB pessoa jurídica e a respectiva movimentação da PCLD são apresentadas.

Tabela 61. Carteira de Crédito Classificada BB PJ por Nível de Risco

R$ milhões	Saldo	Provisão Mínima¹	Provisão Complementar	Provisão Requerida	Part. %	Saldo	Provisão Mínima¹	Provisão Complementar	Provisão Requerida	Part. %
	Dez/16					Dez/17				
AA	128.264	-	-	-	51,5	142.371	-	-	-	62,7
A	26.802	134	3	137	10,8	13.783	69	7	76	6,1
B	29.510	295	67	362	11,8	20.897	209	96	304	9,2
C	28.237	847	423	1.270	11,3	18.919	568	303	870	8,3
D	5.990	599	44	643	2,4	4.263	426	30	456	1,9
E	12.388	3.716	0	3.717	5,0	9.104	2.731	298	3.029	4,0
F	3.736	1.868	-	1.868	1,5	3.229	1.614	65	1.679	1,4
G	3.641	2.549	-	2.549	1,5	4.149	2.905	1	2.905	1,8
H	10.637	10.637	-	10.637	4,3	10.306	10.306	-	10.306	4,5
Total	**249.204**	**20.645**	**538**	**21.183**	**100,0**	**227.022**	**18.829**	**798**	**19.627**	**100,0**
AA-C	212.813	1.276	494	1.770	85,4	195.970	845	405	1.251	86,3
D-H	36.391	19.369	44	19.413	14,6	31.053	17.983	393	18.376	13,7
	Set/17					Dez/17				
AA	137.614	-	-	-	60,3	142.371	-	-	-	62,7
A	14.984	75	8	83	6,6	13.783	69	7	76	6,1
B	21.216	212	101	313	9,3	20.897	209	96	304	9,2
C	20.344	610	329	939	8,9	18.919	568	303	870	8,3
D	5.167	517	37	553	2,3	4.263	426	30	456	1,9
E	10.389	3.117	299	3.416	4,6	9.104	2.731	298	3.029	4,0
F	3.273	1.637	65	1.702	1,4	3.229	1.614	65	1.679	1,4
G	3.331	2.331	1	2.332	1,5	4.149	2.905	1	2.905	1,8
H	11.722	11.722	-	11.722	5,1	10.306	10.306	-	10.306	4,5
Total	**228.040**	**20.221**	**840**	**21.060**	**100,0**	**227.022**	**18.829**	**798**	**19.627**	**100,0**
AA-C	194.157	897	438	1.335	85,1	195.970	845	405	1.251	86,3
D-H	33.882	19.323	402	19.725	14,9	31.053	17.983	393	18.376	13,7

1 - Provisão correspondente aos nove níveis de risco (AA a H) constantes da Resolução CMN nº 2.682/99.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Tabela 62. Movimentação da PCLD da Carteira de Crédito Classificada BB PJ

R$ milhões, exceto quando indicado	4T16	1T17	2T17	3T17	4T17
Carteira de Crédito Classificada PJ	**249.204**	**238.827**	**234.078**	**228.040**	**227.022**
Provisão Inicial	**19.561**	**21.183**	**20.910**	**21.688**	**21.060**
1 - Migração de Risco	5.185	4.379	3.869	3.452	2.574
a) Piora de Risco	6.370	5.681	5.181	4.724	3.428
b) Melhora de Risco	(1.184)	(1.302)	(1.312)	(1.272)	(854)
2 - Contratações	433	118	195	88	102
3 - Perdas	(3.896)	(4.643)	(3.201)	(4.154)	(4.177)
Total (1 + 2 + 3)	**1.722**	**(147)**	**863**	**(614)**	**(1.501)**
Outros Impactos[1]	(101)	(127)	(85)	(13)	67
Provisão Requerida	**21.183**	**20.910**	**21.688**	**21.060**	**19.627**
Despesas de Provisão - R$ milhões	5.517	4.370	3.979	3.526	2.744
Provisão/Carteira - %	8,50	8,76	9,27	9,24	8,65
Fluxo da Provisão/Carteira - %	2,21	1,83	1,70	1,55	1,21
Operações Vencidas +15 dias/Carteira - %	9,29	11,09	9,41	8,93	8,20
Operações Vencidas +90 dias/Carteira - %	5,83	6,83	7,35	6,70	6,27

1 - Amortização, liquidação, liberação de parcelas e débito de encargos.

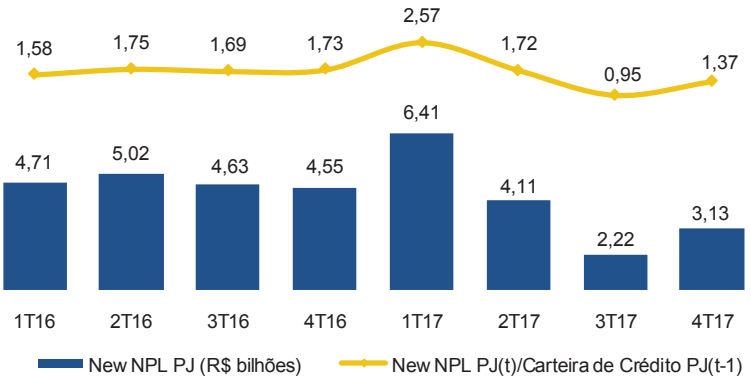
Na próxima tabela é apresentada a inadimplência das principais linhas de crédito destinadas aos clientes pessoas jurídicas do BB e a participação de cada uma delas em relação ao saldo total da carteira. Dessa forma, é possível analisar a inadimplência de cada produto em relação à relevância dessa linha no portfólio.

Tabela 63. INAD. +90d Carteira Classificada BB PJ – em % por Linha de Crédito

	Dez/16		Set/17		Dez/17	
	INAD.	Part. %	INAD.	Part. %	INAD.	Part. %
Pessoa Jurídica	**5,83**	**100,0**	**6,70**	**100,0**	**6,27**	**100,0**
Capital de Giro	3,24	48,6	4,66	50,0	4,67	49,3
Investimento	2,06	23,8	2,80	23,9	2,27	24,5
ACC/ACE	0,58	5,5	0,06	6,2	0,02	6,8
Recebíveis	5,40	3,4	5,19	3,2	3,34	3,5

A próxima figura detalha a formação da inadimplência da carteira de crédito pessoa jurídica nos últimos oito trimestres.

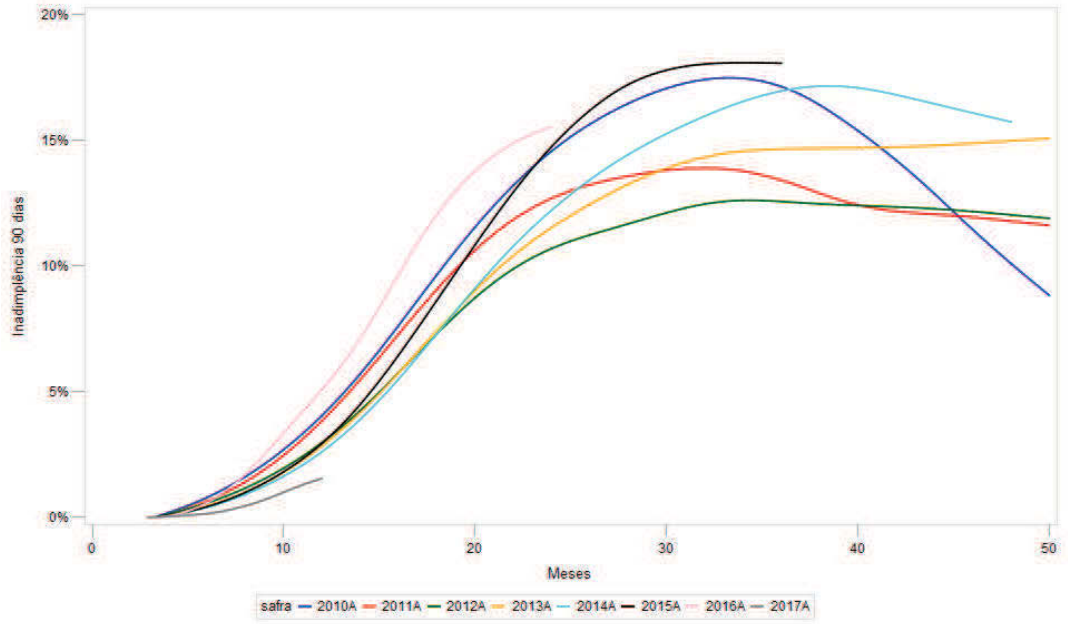
Figura 37. New NPL – Carteira de Crédito Pessoa Jurídica



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O gráfico a seguir traz o acompanhamento de safras de crédito MPE na periodicidade anual, o que facilita a visualização e a interpretação dos dados.

Figura 38. Safra Anual – Carteira MPE



3.2.3. Carteira de Agronegócios

Na tabela a seguir é apresentada a carteira de crédito classificada de agronegócios por nível de risco.

Tabela 64. Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios por Nível de Risco

R$ milhões	Saldo	Provisão Mínima¹	Provisão Complementar	Provisão Requerida	Part. %	Saldo	Provisão Mínima¹	Provisão Complementar	Provisão Requerida	Part. %
	Dez/16					**Dez/17**				
AA	93.957	-	-	-	52,5	108.467	-	-	-	59,8
A	31.791	159	14	173	17,7	19.950	100	15	115	11,0
B	37.395	374	63	437	20,9	34.650	346	72	419	19,1
C	10.556	317	89	406	5,9	11.317	340	116	455	6,2
D	1.085	108	9	118	0,6	1.747	175	17	192	1,0
E	1.410	423	-	423	0,8	1.203	361	-	361	0,7
F	539	270	-	270	0,3	694	347	-	347	0,4
G	490	343	-	343	0,3	720	504	-	504	0,4
H	1.889	1.889	-	1.889	1,1	2.634	2.634	-	2.635	1,5
Total	**179.111**	**3.883**	**175**	**4.058**	**100,0**	**181.381**	**4.806**	**220**	**5.027**	**100,0**
AA-C	173.698	850	166	1.015	97,0	174.384	786	203	989	96,1
D-H	5.413	3.033	9	3.042	3,0	6.997	4.021	17	4.038	3,9
	Set/17					**Dez/17**				
AA	109.772	-	-	-	60,9	108.467	-	-	-	59,8
A	19.632	98	15	113	10,9	19.950	100	15	115	11,0
B	33.408	334	70	404	18,5	34.650	346	72	419	19,1
C	10.761	323	113	436	6,0	11.317	340	116	455	6,2
D	1.784	178	16	195	1,0	1.747	175	17	192	1,0
E	1.376	413	0	413	0,8	1.203	361	-	361	0,7
F	604	302	-	302	0,3	694	347	-	347	0,4
G	519	363	-	363	0,3	720	504	-	504	0,4
H	2.471	2.471	-	2.471	1,4	2.634	2.634	-	2.635	1,5
Total	**180.327**	**4.483**	**214**	**4.697**	**100,0**	**181.381**	**4.806**	**220**	**5.027**	**100,0**
AA-C	173.573	755	198	953	96,3	174.384	786	203	989	96,1
D-H	6.754	3.728	17	3.744	3,7	6.997	4.021	17	4.038	3,9

1 - Provisão correspondente aos nove níveis de risco (AA a H) constantes da Resolução CMN nº 2.682/99.

Na próxima tabela é apresentada a inadimplência das principais linhas de crédito destinadas aos clientes do agronegócio e a participação de cada uma delas em relação ao total da carteira, sendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

possível analisar a inadimplência de cada produto em relação à sua relevância no portfólio. A elevação no trimestre reflete as dificuldades enfrentadas na cadeia de bovinocultura e soja.

Tabela 65. INAD. +90d Carteira Classificada Agronegócios – em % por Linha de Crédito

	Dez/16		Set/17		Dez/17	
	INAD.	Part. %	INAD.	Part. %	INAD.	Part. %
Agronegócios	**0,99**	**100,0**	**1,61**	**100,0**	**1,67**	**100,0**
Pronaf	1,20	23,4	2,20	23,7	2,46	23,8
Custeio Agropecuário	0,95	20,3	1,35	20,7	1,41	19,9
Pronamp	1,77	13,7	2,94	13,5	3,06	13,4
BNDES/Finame Rural	0,84	4,9	1,22	4,6	1,56	4,3

As próximas tabelas apresentam a carteira de crédito classificada de agronegócios pessoa física por nível de risco e a respectiva movimentação da PCLD.

Tabela 66. Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios PF por Nível de Risco

R$ milhões	Saldo	Provisão Mínima[1]	Provisão Complementar	Provisão Requerida	Part. %	Saldo	Provisão Mínima[1]	Provisão Complementar	Provisão Requerida	Part. %
	Dez/16					**Dez/17**				
AA	66.497	-	-	-	50,8	73.644	-	-	-	53,0
A	16.584	83	14	97	12,7	17.475	87	14	102	12,6
B	34.865	349	63	412	26,7	32.579	326	65	391	23,5
C	7.599	228	89	317	5,8	8.403	252	115	367	6,0
D	1.076	108	9	117	0,8	1.719	172	17	189	1,2
E	1.364	409	-	409	1,0	1.150	345	-	345	0,8
F	513	257	-	257	0,4	668	334	-	334	0,5
G	441	308	-	308	0,3	671	470	-	470	0,5
H	1.846	1.846	-	1.846	1,4	2.585	2.585	-	2.585	1,9
Total	**130.785**	**3.588**	**175**	**3.763**	**100,0**	**138.894**	**4.570**	**212**	**4.782**	**100,0**
AA-C	125.544	660	165	825	96,0	132.101	665	195	860	95,1
D-H	5.240	2.929	9	2.938	4,0	6.792	3.905	17	3.922	4,9
	Set/17					**Dez/17**				
AA	72.598	-	-	-	53,4	73.644	-	-	-	53,0
A	17.706	89	14	103	13,0	17.475	87	14	102	12,6
B	31.233	312	62	375	23,0	32.579	326	65	391	23,5
C	7.801	234	112	346	5,7	8.403	252	115	367	6,0
D	1.746	175	16	191	1,3	1.719	172	17	189	1,2
E	1.327	398	-	398	1,0	1.150	345	-	345	0,8
F	590	295	-	295	0,4	668	334	-	334	0,5
G	469	328	-	328	0,3	671	470	-	470	0,5
H	2.427	2.427	-	2.427	1,8	2.585	2.585	-	2.585	1,9
Total	**135.898**	**4.258**	**205**	**4.463**	**100,0**	**138.894**	**4.570**	**212**	**4.782**	**100,0**
AA-C	129.338	635	189	823	95,2	132.101	665	195	860	95,1
D-H	6.559	3.623	16	3.639	4,8	6.792	3.905	17	3.922	4,9

1 - Provisão correspondente aos nove níveis de risco (AA a H) constantes da Resolução CMN nº 2.682/99.

Tabela 67. Movimentação da PCLD – Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios PF

R$ milhões, exceto quando indicado	4T16	1T17	2T17	3T17	4T17
Cart. de Créd. Classificada de Agro. PF	**130.785**	**134.010**	**138.715**	**135.898**	**138.894**
Provisão Inicial	**4.757**	**3.763**	**3.891**	**4.098**	**4.463**
1 - Migração de Risco	(283)	575	769	982	1.129
a) Piora de Risco	1.658	1.138	1.356	1.357	1.547
b) Melhora de Risco	(1.941)	(563)	(587)	(376)	(418)
2 - Contratações	159	62	90	88	87
3 - Perdas	(648)	(473)	(533)	(579)	(737)
Total (1 + 2 + 3)	**(772)**	**165**	**326**	**491**	**479**
Outros Impactos[1]	(223)	(36)	(119)	(126)	(160)
Provisão Requerida	**3.763**	**3.891**	**4.098**	**4.463**	**4.782**
Despesas de Provisão - R$ milhões	(346)	602	740	944	1.056
Provisão/Carteira - %	2,88	2,90	2,95	3,28	3,44
Fluxo da Provisão/Carteira - %	(0,26)	0,45	0,53	0,69	0,76

1 - Amortização, liquidação, liberação de parcelas e débito de encargos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Capítulo 3 - Crédito

As tabelas a seguir apresentam a carteira de crédito classificada de agronegócios pessoa jurídica por nível de risco e a respectiva movimentação da PCLD.

Tabela 68. Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios PJ por Nível de Risco

R$ milhões	Saldo	Provisão Mínima[1]	Provisão Complementar	Provisão Requerida	Part. %	Saldo	Provisão Mínima[1]	Provisão Complementar	Provisão Requerida	Part. %
	Dez/16					**Dez/17**				
AA	27.460	-	-	-	56,8	34.823	-	-	-	82,0
A	15.207	76	-	76	31,5	2.474	12	1	13	5,8
B	2.530	25	-	25	5,2	2.071	21	7	28	4,9
C	2.957	89	-	89	6,1	2.914	87	1	88	6,9
D	9	1	-	1	0,0	27	3	-	3	0,1
E	46	14	-	14	0,1	53	16	-	16	0,1
F	26	13	-	13	0,1	26	13	-	13	0,1
G	49	35	-	35	0,1	49	34	-	34	0,1
H	42	42	-	42	0,1	50	50	-	50	0,1
Total	**48.327**	**295**	**0**	**295**	**100,0**	**42.487**	**236**	**9**	**245**	**100,0**
AA-C	48.154	190	0	190	99,6	42.282	120	9	129	99,5
D-H	172	104	0	105	0,4	205	116	0	116	0,5
	Set/17					**Dez/17**				
AA	37.174	-	-	-	83,7	34.823	-	-	-	82,0
A	1.926	10	1	10	4,3	2.474	12	1	13	5,8
B	2.175	22	8	29	4,9	2.071	21	7	28	4,9
C	2.960	89	1	90	6,7	2.914	87	1	88	6,9
D	37	4	-	4	0,1	27	3	-	3	0,1
E	49	15	-	15	0,1	53	16	-	16	0,1
F	14	7	-	7	0,0	26	13	-	13	0,1
G	50	35	-	35	0,1	49	34	-	34	0,1
H	44	44	-	44	0,1	50	50	-	50	0,1
Total	**44.429**	**225**	**10**	**234**	**100,0**	**42.487**	**236**	**9**	**245**	**100,0**
AA-C	44.235	120	9	129	99,6	42.282	120	9	129	99,5
D-H	195	105	-	105	0,4	205	116	0	116	0,5

1 - Provisão correspondente aos nove níveis de risco (AA a H) constantes da Resolução CMN nº 2.682/99.

Tabela 69. Movimentação da PCLD – Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios PJ

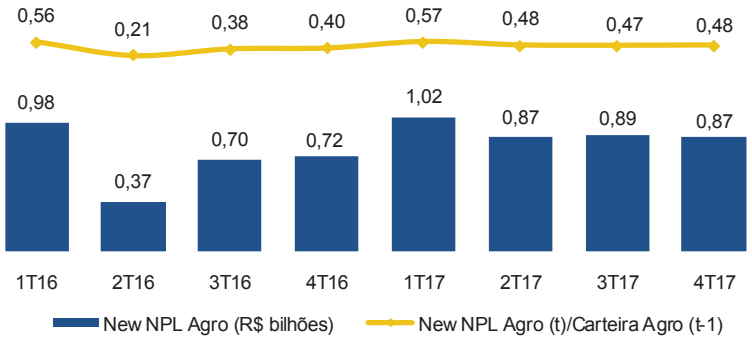
R$ milhões, exceto quando indicado	4T16	1T17	2T17	3T17	4T17
Cart. de Créd. Classificada de Agro. PJ	**48.327**	**45.421**	**48.949**	**44.429**	**42.487**
Provisão Inicial	**294**	**295**	**269**	**270**	**234**
1 - Migração de Risco	10	3	10	(14)	20
a) Piora de Risco	39	56	29	56	44
b) Melhora de Risco	(29)	(54)	(19)	(70)	(24)
2 - Contratações	17	3	14	6	10
3 - Perdas	(9)	(31)	(7)	(22)	(9)
Total (1 + 2 + 3)	**19**	**(25)**	**17**	**(30)**	**22**
Outros Impactos[1]	(17)	(1)	(16)	(6)	(11)
Provisão Requerida	**295**	**269**	**270**	**234**	**245**
Fluxo da Provisão - R$ milhões	10	4	8	(14)	19
Provisão/Carteira - %	0,61	0,59	0,55	0,53	0,58
Fluxo da Provisão/Carteira - %	0,02	0,01	0,02	(0,03)	0,04

1 - Amortização, liquidação, liberação de parcelas e débito de encargos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O gráfico a seguir detalha a formação da inadimplência da carteira de crédito do agronegócio nos últimos oito trimestres.

Figura 39. *New NPL* – Carteira de Crédito do Agronegócio



Operações Prorrogadas e Não Prorrogadas

O risco médio da carteira é influenciado pelas operações prorrogadas, principalmente entre os anos de 2005 e 2007, com saldo total de R$ 8.512 milhões em dezembro de 2017. A Resolução CMN nº 2.682/99, que disciplina a classificação de risco e constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, estabelece a manutenção do risco das operações renegociadas no nível de risco observado à época da renegociação. Em função dessa regra, as operações renegociadas majoram o risco médio da carteira de crédito.

Na tabela a seguir, a carteira de crédito classificada de agronegócios, no 4T17, é segregada em operações prorrogadas e não prorrogadas. Verifica-se que as operações em atraso acima de 90 dias (risco BB+Terceiros) representam 1,49% da carteira total não prorrogada em dezembro de 2017, enquanto que tal indicador para as operações prorrogadas alcançou 4,52%.

Tabela 70. Operações Prorrogadas e Não Prorrogadas do Agronegócio

	Operações Não Prorrogadas[1]			Operações Prorrogadas[1]		
R$ milhões	Saldo	Provisão Requerida	Atraso 90	Saldo	Provisão Requerida	Atraso 90
AA	107.499	-	39	968	-	-
A	19.224	110	1	725	5	0
B	32.343	389	0	2.307	30	0
C	9.396	369	112	1.921	86	4
D	970	104	186	777	88	14
E	633	190	315	570	171	49
F	463	232	293	230	115	41
G	501	351	326	219	153	42
H	1.840	1.840	1.299	794	794	236
Total	**172.869**	**3.585**	**2.571**	**8.512**	**1.442**	**385**
AA-C	168.462	868	152	5.922	121	4
D-H	4.407	2.717	2.420	2.590	1.321	381

1 - As operações em atraso no nível AA referem-se a crédito com risco de terceiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Na próxima tabela são apresentados os saldos, índice de inadimplência 90 dias e risco médio da carteira classificada de agronegócio segmentada em carteira total, prorrogada e não prorrogada.

Tabela 71. Índices de Atraso da Carteira Classificada de Agronegócios

R$ milhões	Dez/16	Mar/17	Jun/17	Set/17	Dez/17
Carteira de Crédito Classificada	**179.111**	**179.431**	**187.665**	**180.327**	**181.381**
Provisão	4.058	4.160	4.368	4.697	5.027
Operações Vencidas + 15 dias	3.238	4.122	4.204	4.669	4.887
Op. Vencidas + 15 dias/Carteira de Crédito - %	1,81	2,30	2,24	2,59	2,69
Operações Vencidas + 90 dias	1.773	2.290	2.616	2.904	3.027
Op. Vencidas + 90 dias/Carteira de Crédito - %[1]	0,99	1,28	1,39	1,61	1,67
Provisão/Carteira de Crédito - %	2,27	2,32	2,33	2,60	2,77
Baixa para Prejuízo	476	262	551	605	494
Op. não Prorrogadas - Risco BB + Terceiros	**172.196**	**172.835**	**180.231**	**172.231**	**172.869**
Provisão	2.968	3.084	3.152	3.373	3.585
Operações Vencidas + 90 dias	1.511	1.964	2.181	2.474	2.571
Op. Vencidas + 90 dias/Operações não Prorrogadas - %	0,88	1,14	1,21	1,44	1,49
Provisão/Operações não Prorrogadas - %	1,72	1,78	1,75	1,96	2,07
Baixa para Prejuízo	408	208	433	475	382
Op. Prorrogadas - Risco BB + Terceiros	**6.915**	**6.595**	**7.433**	**8.096**	**8.512**
Provisão	1.089	1.076	1.216	1.324	1.442
Operações Vencidas + 90 dias	238	326	361	359	385
Op. Vencidas + 90 dias/Operações Prorrogadas - %	3,45	4,94	4,86	4,44	4,52
Provisão/Operações Prorrogadas - %	15,75	16,31	16,36	16,36	16,94
Baixa para Prejuízo	68	53	118	130	112

1 - No cálculo do índice foi computado o atraso proveniente de operações com risco de terceiros.

3.2.4. Carteira de Crédito no Exterior

A tabela a seguir demonstra a carteira de crédito no exterior por nível de risco.

Tabela 72. Carteira de Crédito Classificada no Exterior por Nível de Risco

R$ milhões	Saldo	Provisão Mínima[1]	Provisão Complementar	Provisão Requerida	Part. %	Saldo	Provisão Mínima[1]	Provisão Complementar	Provisão Requerida	Part. %
	Dez/16					**Dez/17**				
AA	20.219	-	-	-	53,4	21.601	-	-	-	58,9
A	9.215	46	-	46	24,3	8.033	40	-	40	21,9
B	5.961	60	-	60	15,8	5.890	59	-	59	16,0
C	1.647	49	0,3	49	4,4	177	5	-	6	0,5
D	80	8	0,2	8	0,2	39	4	-	4	0,1
E	60	18	-	18	0,2	34	10	-	10	0,1
F	6	3	-	3	0,0	70	35	5	40	0,2
G	20	14	-	14	0,1	10	7	-	7	0,0
H	637	637	-	637	1,7	851	851	-	851	2,3
Total	**37.845**	**836**	**0,5**	**836**	**100,0**	**36.704**	**1.012**	**5**	**1.017**	**100,0**
AA-C	37.041	155	0,4	155	97,9	35.700	104	0	105	97,3
D-H	804	681	0,2	681	2,1	1.004	907	5	912	2,7
	Set/17					**Dez/17**				
AA	20.557	-	-	-	60,8	21.601	-	-	-	58,9
A	5.541	28	-	28	16,4	8.033	40	-	40	21,9
B	5.471	55	-	55	16,2	5.890	59	-	59	16,0
C	1.262	38	-	38	3,7	177	5	-	6	0,5
D	196	20	-	20	0,6	39	4	-	4	0,1
E	22	7	-	7	0,1	34	10	-	10	0,1
F	110	55	-	55	0,3	70	35	5	40	0,2
G	29	20	-	20	0,1	10	7	-	7	0,0
H	632	632	-	632	1,9	851	851	-	851	2,3
Total	**33.819**	**853**	**-**	**854**	**100,0**	**36.704**	**1.012**	**5**	**1.017**	**100,0**
AA-C	32.830	120	-	121	97,1	35.700	104	-	105	97,3
D-H	989	733	-	733	2,9	1.004	907	5	912	2,7

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

3.3. Cobrança, Regularização e Recuperação de Créditos

3.3.1. Gerenciamento de Créditos em Curso Anormal

O Banco do Brasil monitora os créditos com indícios de comprometimento de qualidade. O tratamento das operações em curso anormal é realizado em fases: condução, cobrança e regularização/recuperação.

I. A condução busca evitar a inadimplência de forma preventiva;

II. A cobrança tem como objetivo regularizar, no menor tempo possível, a operação inadimplente, o que reduz os custos de cobrança e provisão, além de manter o bom relacionamento com o cliente;

III. A regularização e recuperação têm como finalidade minimizar as perdas e regularizar e recuperar o maior montante possível.

3.3.2. O Processo de Cobrança e Regularização de Créditos

O Banco do Brasil utiliza modelos quantitativos próprios, que em conjunto com plataformas automatizadas de cobrança e regularização, monitoram e gerenciam o comportamento dos clientes que ficam ou que venham a ficar inadimplentes.

Os perfis desses clientes são estatisticamente identificados a partir do seu comportamento histórico em relação às ações de cobrança, o que resulta na determinação da probabilidade de regularização dos créditos em atraso, conforme descrito abaixo:

I. Alta probabilidade de regularizar seus créditos inadimplidos;

II. Probabilidade intermediária de regularizar seus créditos inadimplidos;

III. Baixa probabilidade de regularizar seus créditos inadimplidos.

A partir da análise de informações e variáveis são determinadas as ações, canais, política de renegociação e desconto, cessões de crédito, que sustentam o modelo de cobrança e regularização de crédito do BB.

O modelo conceitual que sustenta o processo baseia-se nas seguintes premissas:

I. Perfil do cliente: as ações são definidas em função do perfil do cliente, considerando aspectos como pilar de atendimento, nível de relacionamento, produtos consumidos, endividamento no BB, entre outros;

II. Canais de Atendimento: o processo de regularização e recuperação ocorre em diversos canais, de forma sequencial;

III. Ações Sequenciais: as ações de cobrança são pré-determinadas para cada perfil de cliente e aumentam de intensidade com o tempo decorrido;

IV. Relações de Valor: abordagem diferenciada que respeita o nível de relacionamento de cada cliente com o BB;

V. Sistemas de Informação: são utilizadas avançadas plataformas analíticas e operacionais que automatizam o processo de cobrança e melhoram a eficiência do negócio.

O desempenho histórico das ações de cobrança determina a probabilidade da regularização dos créditos em atraso. A principal consequência do acompanhamento estatístico é a possibilidade de aperfeiçoar continuamente o processo, utilizando a retroalimentação das informações das estratégias mais acertadas no período.

A possibilidade de segmentar os clientes inadimplentes é um importante aspecto da estratégia de cobrança e regularização, da política de descontos e da cessão de créditos.

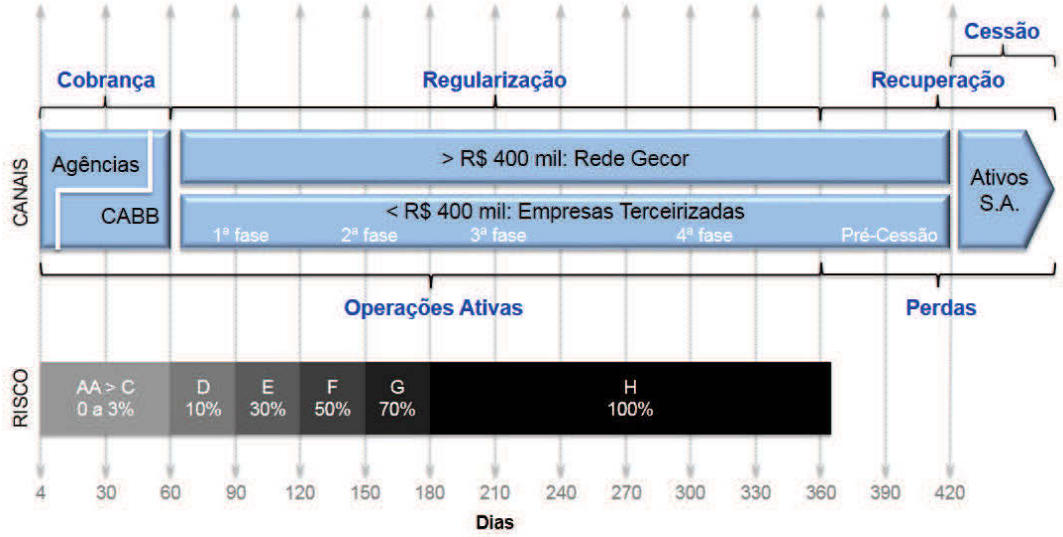
O Banco do Brasil utiliza a cessão de crédito como parte da estratégia de recuperação, com o objetivo de reduzir as perdas e os custos de gestão do portfólio inadimplido, por meio de transações com empresas de personalidade jurídica autônoma.

3.3.3. Fluxo Operacional da Cobrança, Regularização e Recuperação de Créditos

A utilização dos canais de cobrança, regularização e recuperação, de forma sequencial, guarda relação estreita com o sucesso na estratégia do BB.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Figura 40. Canais de Cobrança, Regularização e Recuperação[1]

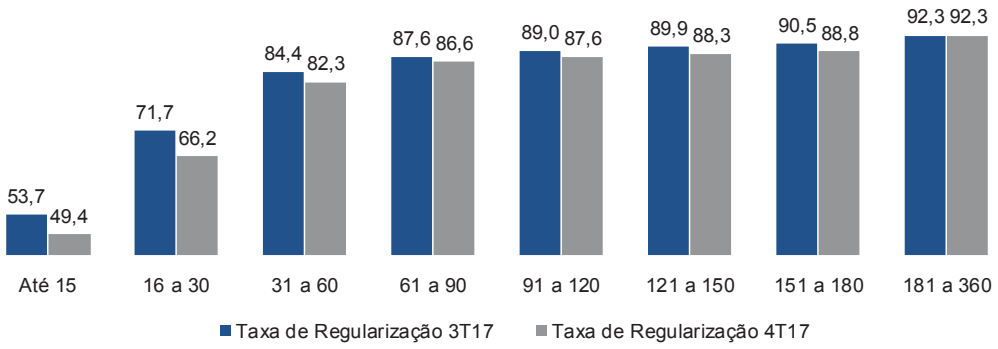


1 - Rede Gecor: refere-se ao conjunto de unidades de negócio especializadas na condução e tratamento de créditos inadimplidos de clientes com endividamento superior a R$ 400 mil.

3.3.4. Eficiência do Processo

Nas próximas figuras são apresentados os resultados obtidos no fluxo de cobrança e regularização de créditos. Do volume de crédito que ingressou em cobrança nos 12 meses anteriores a Dez/17, 92,3% foram resolvidos em até 360 dias.

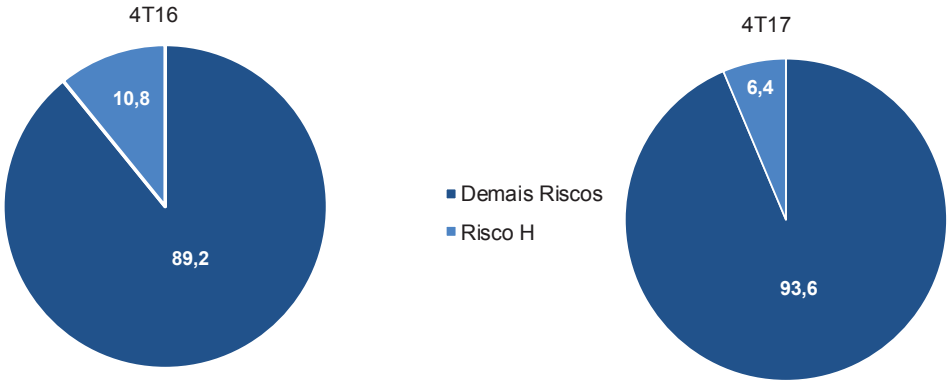
Figura 41. Taxa de Regularização de Crédito pelo Período de Cobrança - %



O Banco prioriza o recebimento de créditos em atraso no menor tempo possível, atuando inclusive preventivamente, de modo a evitar o agravamento de risco e o envio para perda. Nos últimos doze meses foram cobrados e regularizados R$ 24,8 bilhões em caixa, sendo que créditos em atraso classificados em risco H representaram 6,4% desse total. Os outros 93,6% foram cobrados e regularizados enquanto estavam em outros níveis de risco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

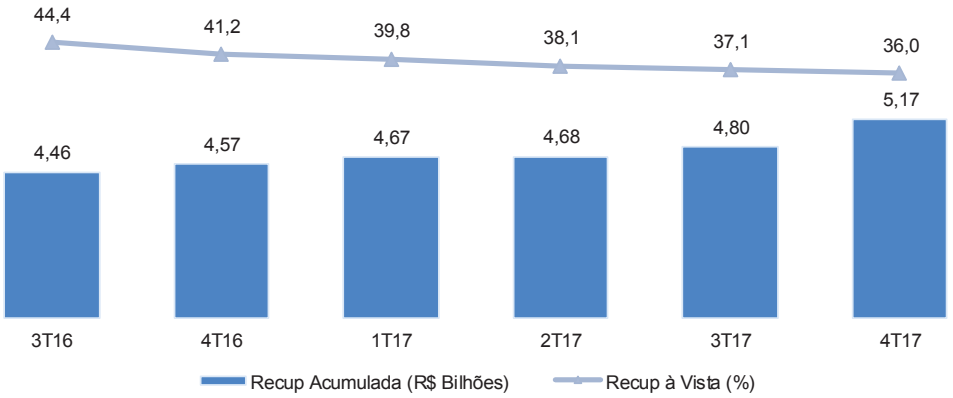
Figura 42. Cobrança e Regularização em Caixa antes do envio para Perdas[1] - %



1 - Acumulado em 12 meses

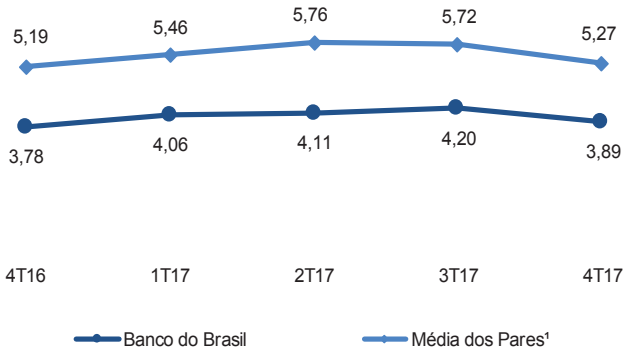
Para os ativos em perdas, a estratégia das ações de recuperação é direcionada para recebimento à vista das operações inadimplidas, que não geram novas provisões de crédito. Nos últimos doze meses foram recuperados R$ 5,2 bilhões. Desse total, o montante de R$ 1,9 bilhão foi recebido em caixa e o restante recuperado a prazo.

Figura 43. Recuperação Acumulada (R$ bilhões) e Índice de Recuperação à Vista – %



O gráfico a seguir demonstra o comportamento das baixas para prejuízo acumuladas em 12 meses em relação ao saldo médio da carteira de crédito classificada no mesmo período. Pode-se observar que o BB apresenta, historicamente, índice melhor que a média dos principais pares de mercado.

Figura 44. Baixa para Prejuízo – em % da Carteira de Crédito Classificada



1 - Corresponde aos três maiores bancos privados brasileiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

3.3.5. Carteira de Crédito Renegociada

Na tabela a seguir é apresentada a carteira de crédito renegociada. Ela não contempla as operações prorrogadas da carteira de agronegócio, abordadas na seção 3.2.3 deste Relatório. A seguir estão descritas as definições das principais linhas constantes da tabela:

a) Créditos Renegociados: saldo de operações de crédito repactuadas no período, vincendas ou em atraso;

a.1) Renegociados por Atraso: composição de dívidas em virtude de atraso no pagamento;

a.2) Renovados – Operações Vincendas: operações contratadas, para liquidação parcial ou integral de operação anterior que implique alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas, inclusive com possibilidade de novos desembolsos.

Tabela 73. Carteira de Crédito Renegociada – Banco Múltiplo[1]

R$ milhões	4T16	1T17	2T17	3T17	4T17
Créditos Renegociados	**9.955**	**9.524**	**13.959**	**12.103**	**12.956**
Renegociados por Atraso	3.873	2.332	3.622	1.870	3.101
Renovados - Operações Vincendas	6.082	7.192	10.337	10.233	9.855
Créditos Renegociados por Atraso - Movimentação					
Saldo Inicial	**25.694**	**27.086**	**26.618**	**27.042**	**25.867**
Contratações	3.873	2.332	3.622	1.870	3.101
Recebimentos menos Juros Líquidos[2]	(1.113)	(864)	(1.211)	(773)	(1.467)
Baixas para Prejuízo	(1.368)	(1.936)	(1.986)	(2.273)	(2.204)
Saldo Final (A)	**27.086**	**26.618**	**27.042**	**25.867**	**25.297**
Créditos Renegociados por Atraso - Saldo da Provisão (B)	**11.925**	**12.314**	**12.924**	**12.415**	**12.440**
Créditos Renegociados por Atraso - Inadimplência + 90 dias (C)	**7.375**	**7.410**	**7.094**	**6.360**	**5.918**
Indicadores - %					
Provisão/Carteira (B/A)	44,0	46,3	47,8	48,0	49,2
Inadimplência + 90 dias/Carteira (C/A)	27,2	27,8	26,2	24,6	23,4
Índice de Cobertura (B/C)	161,7	166,2	182,2	195,2	210,2
Participação da Carteira Renegociada Por Atraso na Classificada	4,1	4,2	4,2	4,1	4,0

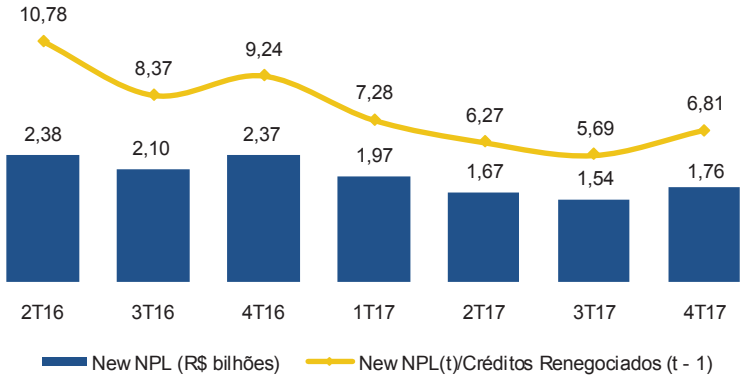
1 - Conforme Nota Explicativa 10.k – Demonstrações Individuais
2 – Recebimentos de principal e juros menos juros capitalizados no período.

O Banco tem atuado de forma preventiva no sentido de readequar o portfólio dos clientes à sua capacidade de pagamento. Do total de operações contratadas no 4T17 na carteira renegociada por atraso, 30,1% estavam em atraso a mais de 90 dias e 13,5% estavam em perdas.

Tabela 74. Carteira de Crédito Renegociada – Contratação por Faixa de Atraso

R$ milhões	1T17	2T17	3T17	4T17
Sem Atraso (0 a 14 dias)	1.096	830	621	829
15 a 90 dias	669	811	588	922
Acima de 90 dias	345	1.606	452	932
Em prejuízo	221	374	210	418
Total	**2.332**	**3.622**	**1.870**	**3.101**

Figura 45. New NPL – % da Carteira Renegociada



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Na tabela a seguir é apresentada a carteira de crédito renegociada por nível de risco.

Tabela 75. Carteira de Crédito Renegociada por Nível de Risco

	Dez/16			Set/17			Dez/17		
R$ milhões	**Saldos**	**Provisão**	**Part. %**	**Saldos**	**Provisão**	**Part. %**	**Saldos**	**Provisão**	**Part. %**
AA	308	-	1,1	320	-	1,2	302	-	1,2
A	994	5	3,7	365	2	1,4	389	2	1,5
B	3.508	35	12,9	2.660	27	10,3	2.696	27	10,7
C	3.280	98	12,1	3.627	109	14,0	3.343	100	13,2
D	1.495	149	5,5	1.914	191	7,4	1.788	179	7,1
E	4.949	1.485	18,3	4.974	1.492	19,2	4.333	1.300	17,1
F	3.147	1.574	11,6	1.712	856	6,6	1.687	843	6,7
G	2.753	1.927	10,2	1.857	1.300	7,2	2.565	1.795	10,1
H	6.652	6.652	24,6	8.438	8.438	32,6	8.194	8.194	32,4
Total	**27.086**	**11.925**	**100,0**	**25.867**	**12.415**	**100,0**	**25.297**	**12.440**	**100,0**
AA-C	8.090	138	29,9	6.971	137	26,9	6.731	129	26,6
D-H	18.996	11.787	70,1	18.896	12.278	73,1	18.566	12.311	73,4

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

4 - Captações

O montante de captações comerciais apresentou crescimento de 1,3% no 4T17, frente ao trimestre imediatamente anterior, influenciado principalmente pelo desempenho dos depósitos à vista, cujo crescimento foi de 13,3% no período, ou R$ 8,2 bilhões. Destaque também para o desempenho positivo dos depósitos em poupança, com crescimento de 3,7% no trimestre, ou R$ 5,8 bilhões.

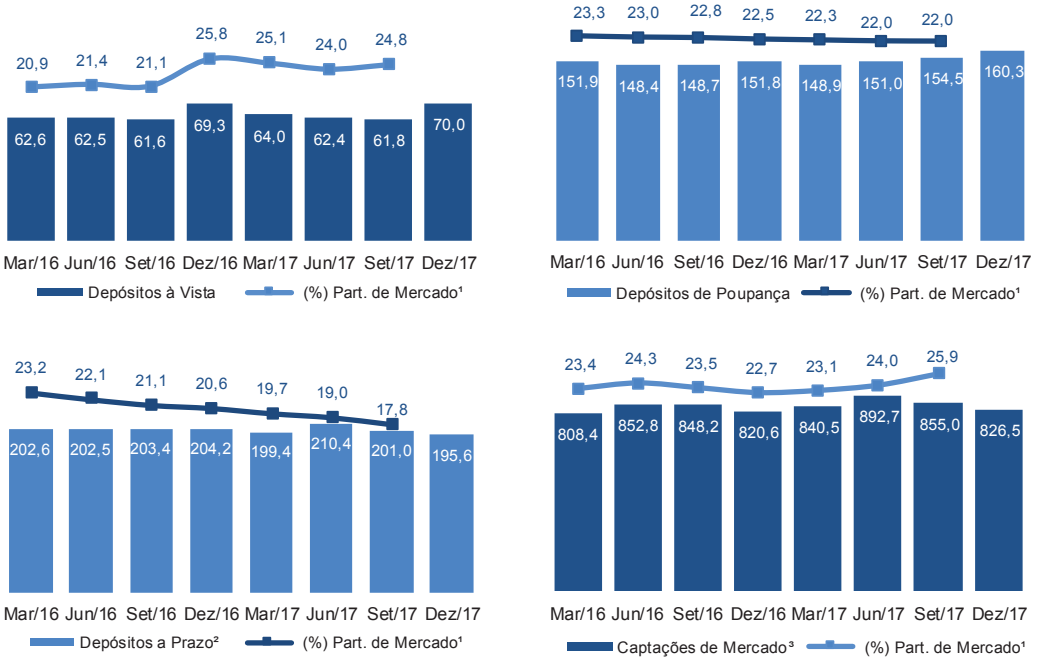
Tabela 76. Captações Comerciais

	Saldos						Var. (%)	
R$ milhões	Dez/16	Part. %	Set/17	Part. %	Dez/17	Part. %	Dez/16	Set/17
Captações Comerciais	**613.611**	**100,0**	**572.091**	**100,0**	**579.589**	**100,0**	**(5,5)**	**1,3**
Depósitos de Poupança	151.763	24,7	154.517	27,0	160.290	27,7	5,6	3,7
Depósitos Judiciais	121.969	19,9	124.782	21,8	121.524	21,0	(0,4)	(2,6)
Letras de Crédito do Agronegócio	124.965	20,4	94.473	16,5	88.898	15,3	(28,9)	(5,9)
Depósitos a Prazo[1]	82.234	13,4	76.382	13,4	74.281	12,8	(9,7)	(2,8)
Depósitos à Vista	69.349	11,3	61.793	10,8	69.981	12,1	0,9	13,3
Depósitos Interfinanceiros	20.665	3,4	19.649	3,4	24.153	4,2	16,9	22,9
Oper. Compromissadas c/ Tit. Privados[2]	25.591	4,2	22.016	3,8	23.576	4,1	(7,9)	7,1
Letras de Crédito Imobiliário[3]	17.074	2,8	18.480	3,2	16.886	2,9	(1,1)	(8,6)

1 - Inclui o saldo de outros depósitos constante das Notas Explicativas.
2 - Inclui parte dos saldos de títulos privados constante das Notas Explicativas.
3 - Inclui o saldo de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI).

A seguir são apresentadas as participações do Banco do Brasil nas captações de mercado do SFN.

Figura 46. Participação de Mercado das Captações do BB (R$ bilhões)



1 - As informações sobre participação de mercado no SFN são provenientes de relatórios do Bacen "Dados Selecionados de Entidades Supervisionadas", disponível em <https://www3.bcb.gov.br/informes/relatorios>. Posição: setembro de 2017.
2 - Inclui os depósitos judiciais.
3 - Considera depósitos totais e captações no mercado aberto. Série histórica atualizada pelo Bacen.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A tabela a seguir mostra o saldo das captações institucionais do BB, que consistem nas emissões de títulos adquiridos por investidores institucionais.

Tabela 77. Captações Institucionais

	Saldos						Var. (%)	
R$ milhões	Dez/16	Part. %	Set/17	Part. %	Dez/17	Part. %	Dez/16	Set/17
Captações Institucionais	**214.472**	**100,0**	**215.922**	**100,0**	**220.857**	**100,0**	**3,0**	**2,3**
Op. de Emp., Cessões e Repasses	123.110	57,4	124.665	57,7	125.550	56,8	2,0	0,7
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	31.466	14,7	31.253	14,5	31.819	14,4	1,1	1,8
Letras Financeiras	29.835	13,9	30.449	14,1	29.657	13,4	(0,6)	(2,6)
Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	20.393	9,5	20.280	9,4	24.005	10,9	17,7	18,4
Dívida Subordinada no Exterior	9.668	4,5	9.275	4,3	9.826	4,4	1,6	5,9

As tabelas a seguir apresentam os saldos das captações no exterior (por modalidade e produto) do BB, incluindo o Banco Patagonia e BB Americas.

Tabela 78. Captações Comerciais no Exterior - Modalidade

	Saldos						Var. (%)	
US$ milhões	Dez/16	Part. %	Set/17	Part. %	Dez/17	Part. %	Dez/16	Set/17
Captações no Exterior	**38.940**	**100,0**	**37.943**	**100,0**	**37.973**	**100,0**	**(2,5)**	**0,1**
Títulos de Renda Fixa e Cert. de Depósitos	15.393	39,5	15.492	40,8	16.351	43,1	6,2	5,5
Depósitos e Empréstimos Interbancários	11.689	30,0	11.071	29,2	11.005	29,0	(5,8)	(0,6)
Pessoa Jurídica	6.954	17,9	5.985	15,8	5.111	13,5	(26,5)	(14,6)
Pessoa Física	3.885	10,0	4.168	11,0	4.270	11,2	9,9	2,4
Compromissadas	894	2,3	1.133	3,0	1.113	2,9	24,5	(1,8)
Special Account	125	0,3	93	0,2	124	0,3	(0,9)	33,9

As captações no exterior de depósitos à vista, a prazo e de poupança, compõem o saldo das captações comerciais do BB.

Tabela 79. Captações Comerciais no Exterior - Produto

	Saldos						Var. (%)	
US$ milhões	Dez/16	Part. %	Set/17	Part. %	Dez/17	Part. %	Dez/16	Set/17
Captações no Exterior	**38.940**	**100,0**	**37.943**	**100,0**	**37.973**	**100,0**	(2,5)	0,1
Títulos de Renda Fixa e Cert. de Depósitos	15.393	39,5	15.492	40,8	16.351	43,1	6,2	5,5
Depósitos a Prazo	9.548	24,5	8.953	23,6	8.594	22,6	(10,0)	(4,0)
Empréstimos	6.095	15,7	5.705	15,0	5.674	14,9	(6,9)	(0,5)
Depósitos à Vista	2.694	6,9	2.751	7,3	2.732	7,2	1,4	(0,7)
Depósitos de Poupança	1.589	4,1	1.675	4,4	1.846	4,9	16,2	10,2
Compromissadas	894	2,3	1.133	3,0	1.113	2,9	24,5	(1,8)
Pledge	1.374	3,5	862	2,3	725	1,9	(47,2)	(15,9)
Over	416	1,1	827	2,2	564	1,5	35,7	(31,8)
Call Account	811	2,1	451	1,2	251	0,7	(69,1)	(44,5)
Special Account	125	0,3	93	0,2	124	0,3	(0,9)	33,9

Fontes e Usos

Os indicadores apresentados na tabela a seguir demonstram a relação entre as fontes de captação e as aplicações dos recursos no Banco do Brasil. O BB busca diversificar suas fontes de captação, oferecendo alternativas atrativas aos clientes e que representem redução dos custos de captação para o Banco.

A carteira de crédito continua sendo o principal destino dos recursos captados com participação de 83,9% do total de usos.

A tabela também apresenta o indicador carteira de crédito líquida ajustada sobre captações comerciais, que desconsidera o crédito com natureza de repasse.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Capítulo 4 - Captações

Tabela 80. Fontes e Usos

	Saldos						Var. (%)	
R$ milhões	Dez/16	Part. %	Set/17	Part. %	Dez/17	Part. %	Dez/16	Set/17
Fontes	**785.012**	**100,0**	**736.910**	**100,0**	**750.904**	**100,0**	**(4,3)**	**1,9**
Captações Comerciais	613.611	78,2	572.091	77,6	579.589	77,2	(5,5)	1,3
Depósitos Totais	445.981	56,8	437.123	59,3	450.229	60,0	1,0	3,0
LCA + LCI	142.039	18,1	112.953	15,3	105.784	14,1	(25,5)	(6,3)
Op. Compromissadas com Títulos Privados[1]	25.591	3,3	22.016	3,0	23.576	3,1	(7,9)	7,1
Obrigações por Repasses no País	83.083	10,6	82.674	11,2	80.885	10,8	(2,6)	(2,2)
Dívida Subordinada	61.976	7,9	62.943	8,5	63.342	8,4	2,2	0,6
Obrigações no Exterior[2]	40.803	5,2	38.649	5,2	43.578	5,8	6,8	12,8
IHCD	31.466	4,0	31.253	4,2	31.819	4,2	1,1	1,8
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	14.791	1,9	14.842	2,0	16.795	2,2	13,6	13,2
Demais Letras Bancárias[3]	2.734	0,3	3.899	0,5	3.977	0,5	45,5	2,0
Depósitos Compulsórios	(63.451)	(8,1)	(69.442)	(9,4)	(69.081)	(9,2)	8,9	(0,5)
Usos	**785.012**	**100,0**	**736.910**	**100,0**	**750.904**	**100,0**	**(4,3)**	**1,9**
Carteira de Crédito Líquida (a)	655.621	83,5	625.524	84,9	630.374	83,9	(3,9)	0,8
Carteira de Crédito Classificada	653.591	83,3	629.372	85,4	632.443	84,2	(3,2)	0,5
TVM Privados	38.100	4,9	33.958	4,6	34.617	4,6	(9,1)	1,9
Provisão para Risco de Crédito	(36.070)	(4,6)	(37.806)	(5,1)	(36.686)	(4,9)	1,7	(3,0)
Recursos Disponíveis	129.391	16,5	111.385	15,1	120.530	16,1	(6,8)	8,2
Linhas de Repasse no País (b)	123.186	15,7	124.735	16,9	125.647	16,7	2,0	0,7
Carteira de Crédito Líquida Ajustada (a) - (b)	532.435	67,8	500.789	68,0	504.727	67,2	(5,2)	0,8
Indicadores - %								
Carteira de Crédito Líquida / Depósitos Totais	147,0		143,1		140,0			
Carteira de Crédito Líquida / Captações Comerciais	106,8		109,3		108,8			
Cart. de Crédito Líq. Ajustada / Captações Comerciais	86,8		87,5		87,1			
Carteira de Crédito Líquida / Fontes	83,5		84,9		83,9			

1 - Inclui parte dos saldos de títulos privados constante das Notas Explicativas.
2 - Inclui obrigações por TVM no exterior, empréstimos no exterior e obrigações por repasses no exterior.
3 - Inclui letras financeiras e debêntures.

A próxima tabela apresenta os títulos de renda fixa emitidos pelo Banco do Brasil no mercado internacional de capitais.

No 4T17, o Banco do Brasil não realizou operações de recompra de títulos de dívida.

Tabela 81. Emissões Vigentes no Exterior

Data de Emissão	Data Vencimento	Call Date	Volume (US$ mil)	Cupom (%) Freq. [1]	Preço de Emissão	Retorno Invest. (%)	Spread s/ Treasury	Moeda Emissão	Saldo em Dez/17 (US$ mil)	Rating S&P/Moody's/Fitch	Programa
29/04/2008	15/06/2018		150.000	5,250 T	100,00	5,25	-	USD	12.000,00	BBB / Ba1 / SR	MT 100
20/10/2009	PERPÉTUO	20/10/2020	1.500.000	8,500 S	100,00	8,50	518,8	USD	1.498.500,00	SR / B2 / SR	Perpétuo
22/01/2010	22/01/2020		500.000	6,000 S	99,45	6,07	237,5	USD	500.000,00	BB- / Ba2 / BB	GMTN
05/10/2010	15/01/2021		660.000	5,375 S	99,32	5,46	300	USD	660.000,00	SR / Ba3 / SR	Subordinada
26/05/2011	26/01/2022		1.500.000	5,875 S	98,70	6,04	287,5	USD	1.500.000,00	SR / Ba3 / SR	Subordinada
20/01/2012	PERPÉTUO	15/04/2023	1.000.000	9,250 S	100,00	9,25	732,7	USD	648.727,00	CCC+ / SR / SR	Perpétuo
05/03/2012	PERPÉTUO	15/04/2023	750.000	9,250 S	108,50	8,49	-	USD	750.000,00	CCC+ / SR / SR	Perpétuo
19/06/2012	19/01/2023		750.000	5,875 S	99,02	6,00	434,1	USD	750.000,00	B- / Ba3 / SR	Subordinada
10/10/2012	10/10/2022		1.925.000	3,875 S	98,98	4,00	237,5	USD	1.809.700,00	BB- / Ba2 / BB	3(a)2
31/01/2013	PERPÉTUO	15/04/2024	2.000.000	6,250 S	100,00	6,25	439,8	USD	1.988.000,00	CCC+ / SR / SR	Perpétuo
25/07/2013	25/07/2018		929.775	3,750 A	99,44	3,88	EUR mid-swap+283,9	EUR	839.650,00	BB- / Ba2 / BB	GMTN
20/12/2013	20/06/2019		306.988	2,500 A	99,73	2,56	CHF mid-swap+190	CHF	281.791,17	BB- / Ba2 / BB	GMTN
26/03/2014	25/07/2018		417.210	3,750 A	102,30	3,17	EUR mid-swap+230	EUR	359.850,00	BB- / Ba2 / BB	GMTN
18/06/2014	PERPÉTUO	18/06/2024	2.500.000	9,000 S	100,00	9,00	636,2	USD	2.169.700,00	CCC+ / B2 / SR	Perpétuo
23/10/2017	15/01/2025		1.000.000	4,625 S	99,55	4,70	250.9	USD	1.000.000,00	BB / Ba2 / BB	GMTN

1 - A: anual; S: semestral; T: trimestral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

5 - Resultado Financeiro

Neste capítulo serão discutidos os principais componentes do resultado financeiro do Banco do Brasil.

5.1. Margem Financeira Bruta

Tabela 82. Principais Indexadores

	Taxa					Var. (%)		
%	4T16	3T17	4T17	2016	2017	4T16	3T17	2016
CDI	3,24	2,25	1,76	14,00	9,93	(45,7)	(21,9)	(29,1)
TMS	3,24	2,26	1,76	14,02	9,94	(45,7)	(21,9)	(29,1)
TJLP	1,82	1,76	1,76	7,50	7,36	(3,5)	-	(1,8)
TR	0,49	0,11	0,00	2,03	0,65	-	-	(68,2)
Câmbio (US$)	3,26	3,17	3,31	-	-	1,5	4,4	-

A composição da MFB é apresentada na tabela a seguir.

Tabela 83. Composição da Margem Financeira Bruta

	Fluxo Trimestral			Var. (%)		Fluxo Anual		Var.
R$ milhões	4T16	3T17	4T17	4T16	3T17	2016	2017	2016
Margem Financeira Bruta	**15.333**	**14.247**	**14.548**	**(5,1)**	**2,1**	**59.341**	**57.878**	**(2,5)**
Margem Financeira Sem Recuperação	**13.974**	**13.153**	**12.820**	**(8,3)**	**(2,5)**	**54.770**	**52.706**	**(3,8)**
Receita Financeira c/ Operações de Crédito	25.131	21.412	19.532	(22,3)	(8,8)	101.637	86.342	(15,0)
Despesa Financeira de Captação	(10.806)	(7.814)	(6.469)	(40,1)	(17,2)	(44.136)	(32.441)	(26,5)
Despesa Financeira de Captação Institucional[1] [3]	(3.477)	(3.197)	(2.823)	(18,8)	(11,7)	(13.834)	(12.426)	(10,2)
Resultado de Tesouraria[2] [3]	3.125	2.753	2.580	(17,5)	(6,3)	11.103	11.232	1,2
Recuperação de Crédito em Perdas	**1.359**	**1.094**	**1.728**	**27,1**	**58,0**	**4.571**	**5.172**	**13,1**

1 - Inclui instrumentos de dívida sênior, dívida subordinada e IHCD no país e no exterior;
2 - Inclui o resultado com juros, hedge fiscal, derivativos e outros instrumentos financeiros que compensam os efeitos da variação cambial no resultado.
3 – Série revisada para ajuste de composição (Despesas de Captação Institucional e Tesouraria).

A Margem Financeira Bruta e seus componentes são analisados abaixo:

I Redução de R$ 1.879 milhões nas receitas financeiras com operações de crédito na comparação com o trimestre anterior decorrente especialmente da queda das receitas na linha PF, principalmente em decorrência da (i) renovação da carteira em um cenário de Selic mais baixa, associado à (ii) liquidação de operações antigas e (iii) contratações em linhas de menor risco. A redução na PJ, por sua vez, foi impactada pela queda da carteira de MPE, notadamente nas linhas de capital de giro.

II Maior recuperação de crédito frente ao 3T17, em R$ 634 milhões e frente ao 4T16 em R$ 369 milhões.

III Redução das despesas de captação e captação institucional de R$ 1.719 milhões em relação ao trimestre anterior, decorrente principalmente da redução da TMS.

5.2. Receita Financeira com Operações de Crédito

Tabela 84. Receita Financeira de Operação de Crédito

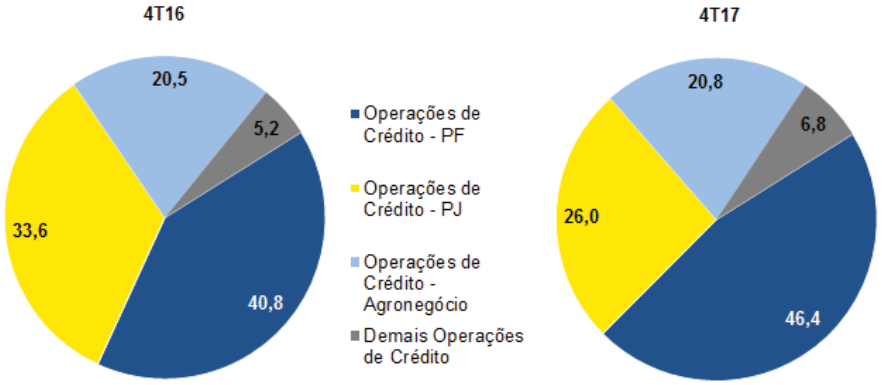
	Fluxo Trimestral			Var. (%)		Fluxo Anual		Var. (%)
R$ milhões	4T16	3T17	4T17	4T16	3T17	2016	2017	2016
Receita Financeira c/ Operações de Crédito	**25.131**	**21.412**	**19.532**	**(22,3)**	**(8,8)**	**101.637**	**86.342**	**(15,0)**
Operações de Crédito - PF	10.243	10.344	9.064	(11,5)	(12,4)	40.044	39.116	(2,3)
Operações de Crédito - PJ	8.434	5.433	5.082	(39,7)	(6,5)	35.800	24.359	(32,0)
Operações de Crédito - Agronegócio	5.139	4.503	4.066	(20,9)	(9,7)	20.129	17.980	(10,7)
Receita de Equalização	1.722	1.184	985	(42,8)	(16,8)	6.228	4.970	(20,2)
Operações de Crédito - Rede Externa	677	678	850	25,6	25,4	2.873	2.882	0,3
Op. de Venda ou de Transf. de Ativos Financeiros	487	335	331	(32,0)	(1,3)	2.173	1.529	(29,6)
Demais Operações de Crédito	118	92	116	(1,8)	25,6	473	368	(22,2)
Operações de Arrendamento Mercantil	33	25	23	(30,2)	(8,2)	145	108	(25,4)

As receitas de Operações de Crédito PF apresentaram queda como reflexo do reposicionamento da carteira em linhas de menor risco em um cenário de taxa Selic menor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

No caso das receitas de Operações de Crédito PJ, a redução dos saldos médios na carteira MPE, notadamente nos produtos de capital de giro, impactou negativamente a linha. Esta queda foi parcialmente suavizada pelo crescimento da carteira nos segmentos Governo e Médias e Grandes.

Figura 47. Distribuição das Receitas de Crédito



A seguir é apresentada a composição sintética dos ativos.

Tabela 85. Composição Sintética dos Ativos

	Saldos						Var. (%)	
R$ milhões	Dez/16	Part. %	Set/17	Part. %	Dez/17	Part. %	Dez/16	Set/17
Carteira de Crédito Classificada	653.591	46,6	629.372	45,0	632.342	46,2	(3,3)	0,5
Ativos de Liquidez	538.174	38,4	561.651	40,1	524.772	38,3	(2,5)	(6,6)
Demais	209.612	15,0	208.868	14,9	212.087	15,5	1,2	1,5
Ativo Total	**1.401.377**		**1.399.891**		**1.369.201**		**(2,3)**	**(2,2)**

5.3. Despesa Financeira de Captação

As despesas financeiras de captação abrangem as operações realizadas com clientes, exceto as operações compromissadas com títulos privados. Também fazem parte da composição das despesas com captação o resultado das aplicações compulsórias e a despesa com o FGC.

Tabela 86. Resultado de Captação[1]

	Fluxo Trimestral			Var. (%)		Fluxo Anual		Var. (%)
R$ milhões	4T16	3T17	4T17	4T16	3T17	2016	2017	2016
Resultado de Captação	**(10.806)**	**(7.814)**	**(6.469)**	**(40,1)**	**(17,2)**	**(44.136)**	**(32.441)**	**(26,5)**
Despesas de Captação com Depósitos	**(7.832)**	**(6.383)**	**(5.502)**	**(29,8)**	**(13,8)**	**(31.754)**	**(25.773)**	**(18,8)**
Depósitos Judiciais	(3.131)	(2.802)	(2.423)	(22,6)	(13,5)	(12.167)	(11.055)	(9,1)
Depósitos de Poupança	(2.857)	(2.337)	(2.055)	(28,1)	(12,1)	(11.518)	(9.449)	(18,0)
Depósitos a Prazo	(1.844)	(1.244)	(1.024)	(44,5)	(17,7)	(8.070)	(5.268)	(34,7)
Emissão de Títulos	**(4.046)**	**(2.244)**	**(1.644)**	**(59,4)**	**(26,7)**	**(17.323)**	**(10.178)**	**(41,2)**
Letra de Crédito do Agronegócio - LCA	(3.636)	(1.912)	(1.407)	(61,3)	(26,4)	(15.488)	(8.778)	(43,3)
Letra de Crédito Imobiliário - LCI	(410)	(333)	(237)	(42,3)	(28,8)	(1.835)	(1.400)	(23,7)
Resultado das Aplicações Compulsórias	**1.236**	**959**	**820**	**(33,7)**	**(14,5)**	**5.608**	**4.103**	**(26,8)**
Fundo Garantidor Créditos - FGC	**(163)**	**(145)**	**(142)**	**(12,6)**	**(2,0)**	**(667)**	**(594)**	**(11,0)**

1 – Não considera despesas de operações compromissadas com títulos privados.

No 4T17, as despesas com captação recuaram em relação ao último trimestre (R$ 1,54 bilhão), com destaque para a redução nas despesas com LCA (R$ 504,1 milhões) ou 32,6% do total. Esse movimento foi proveniente de menores saldos médios e menores taxas (queda de 21,9% do CDI no trimestre). Na comparação anual, a queda nas despesas com LCA representou 56,4% do total da redução das despesas de captação (R$ 6.710 milhões).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A tabela abaixo mostra o custo de captação no BB em comparação à taxa média Selic do período.

Tabela 87. Captações vs. Taxa Selic

	4T16			3T17			4T17		
R$ milhões	Saldo Médio	Custo	% Selic	Saldo Médio	Custo	% Selic	Saldo Médio	Custo	% Selic
Depósitos de Poupança	149.757	(2.857)	58,8	153.626	(2.337)	67,5	156.731	(2.055)	74,5
Depósitos a Prazo - Depósitos Judiciais	120.787	(3.131)	79,9	126.767	(2.802)	98,0	123.070	(2.423)	111,8
Letras de Crédito do Agronegócio	127.875	(3.636)	87,6	96.042	(1.912)	88,2	90.321	(1.407)	88,5
Depósitos a Prazo	81.197	(1.844)	70,0	76.208	(1.244)	72,4	74.228	(1.024)	78,3
Depósitos à Vista	65.204	-	-	62.893	-	-	65.666	-	-
Letras de Crédito Imobiliário	16.816	(410)	75,2	19.087	(333)	77,4	17.362	(237)	77,5
Depósitos Interfinanceiros	21.969	(177)	24,8	19.382	(165)	37,8	21.593	(150)	39,4
Depósitos Totais	**583.605**	**(12.056)**	**63,7**	**554.006**	**(8.793)**	**70,4**	**548.970**	**(7.296)**	**75,5**

5.4. Despesa Financeira de Captação Institucional

A tabela a seguir apresenta a abertura das despesas de captação institucional.

Tabela 88. Despesa de Captação Institucional

	Fluxo Trimestral			Var. (%)		Fluxo Anual		Var. (%)
R$ milhões	4T16	3T17	4T17	4T16	3T17	2016	2017	2016
Despesa Financ. de Captação Institucional	**(3.477)**	**(3.197)**	**(2.823)**	**(18,8)**	**(11,7)**	**(13.834)**	**(12.426)**	**(10,2)**
Op. de Emprést., Cessões e Repasses	(1.677)	(1.688)	(1.379)	(17,8)	(18,3)	(6.569)	(6.169)	(6,1)
Letras Financeiras	(965)	(707)	(592)	(38,6)	(16,2)	(3.947)	(3.002)	(23,9)
Despesas com IHCD	(472)	(456)	(467)	(0,9)	2,5	(1.915)	(1.837)	(4,1)
TVM no Exterior	(218)	(209)	(243)	11,5	16,4	(846)	(863)	2,0
Desp. com Divida Subord. no Exterior	(145)	(138)	(141)	(2,6)	2,5	(558)	(556)	(0,4)

5.5. Receita de Recuperação de Crédito

Mais informações sobre o processo e saldos de operações de Recuperação de Crédito podem ser encontradas nos capítulos 3.2 e 3.3 desse relatório.

Tabela 89. Recuperação de Crédito

	Fluxo Trimestral			Var. (%)		Fluxo Anual		Var. (%)
R$ milhões	4T16	3T17	4T17	4T16	3T17	2016	2017	2016
Recuperação de Crédito em Perdas	1.359	1.094	1.728	27,1	58,0	4.571	5.172	13,1

5.6. Resultado de Tesouraria

O resultado de tesouraria abrange o resultado com juros e variação cambial de atividades típicas de tesouraria, além de conter o resultado do *hedge* estrutural da variação cambial incidente sobre receitas financeiras de operações de crédito e despesas de captação e captação institucional.

Tabela 90. Resultado de Tesouraria

	Fluxo Trimestral			Var. (%)		Fluxo Anual		Var. (%)
R$ milhões	4T16	3T17	4T17	4T16	3T17	2016	2017	2016
Resultado de Tesouraria	**3.125**	**2.753**	**2.580**	**(17,5)**	**(6,3)**	**11.103**	**11.232**	**1,2**
Res. Títulos e Valores Mobiliários	3.670	3.121	2.554	(30,4)	(18,2)	15.166	12.414	(18,1)
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	13.132	9.851	6.984	(46,8)	(29,1)	47.209	39.516	(16,3)
Despesas de Captação no Mercado Aberto	(13.090)	(10.366)	(7.341)	(43,9)	(29,2)	(49.679)	(41.048)	(17,4)
Resultado com Inst. Financeiros Derivativos	(580)	(282)	79	-	-	(1.156)	(616)	(46,7)
Outros Componentes de Tesouraria[1]	(6)	429	303	-	(29,5)	(437)	965	-

1 – Contém itens não discriminados na abertura do resultado de tesouraria, inclusive variação cambial.

A seguir, a análise dos componentes do resultado de tesouraria.

Resultado com TVM

Na tabela a seguir evidenciam-se os resultados das operações com Títulos e Valores Mobiliários apresentando apenas as operações classificadas pelo Banco Central como TVM.

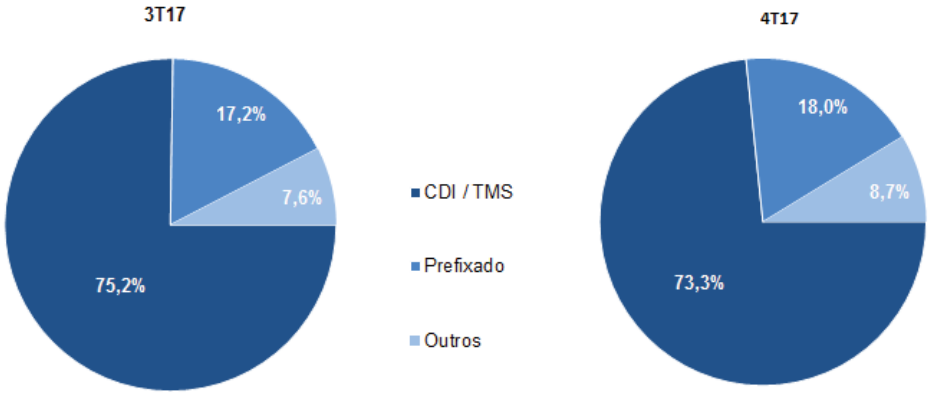
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Tabela 91. Resultado com Títulos e Valores Mobiliários

	Fluxo Trimestral			Var. (%)		Fluxo Anual		Var. (%)
R$ milhões	4T16	3T17	4T17	4T16	3T17	2016	2017	2016
Res. Títulos e Valores Mobiliários	**3.670**	**3.121**	**2.554**	**(30,4)**	**(18,2)**	**15.166**	**12.414**	**(18,1)**
Res. Títulos de Renda Fixa	3.520	3.135	2.611	(25,8)	(16,7)	14.896	12.301	(17,4)
Reavaliação - Curva	3.573	2.933	2.629	(26,4)	(10,4)	14.781	11.864	(19,7)
Resultado das Negociações	(53)	199	(15)	(71,0)	-	79	428	441,0
Marcação a Mercado	(0)	3	(3)	794,2	-	36	8	(78,0)
Renda Variável	149	(14)	(56)	-	303,3	270	114	(57,8)

A figura a seguir apresenta a classificação da carteira de títulos do Banco Múltiplo por tipo de indexador.

Figura 48. Carteira de Títulos e Valores Mobiliários por Indexador (Banco Múltiplo)



As tabelas a seguir demonstram a abertura da carteira de TVM.

Tabela 92. Carteira de Títulos por Categoria – Valor de Mercado

	Saldos						Var. (%)	
R$ milhões	Dez/16	Part. %	Set/17	Part. %	Dez/17	Part. %	Dez/16	Set/17
Títulos e Valores Mobiliários	**119.005**	**100,0**	**135.144**	**100,0**	**136.858**	**100,0**	**15,0**	**1,3**
Títulos para Negociação	6.074	5,1	6.836	5,1	7.753	5,7	27,6	13,4
Títulos Disponíveis p/ Venda	107.986	90,7	123.899	91,7	123.505	90,2	14,4	(0,3)
Títulos Mantidos até o Vencimento	4.945	4,2	4.409	3,3	5.601	4,1	13,3	27,0
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.613	-	1.451	-	655	-	(59,4)	(54,9)

Tabela 93. Carteira de Títulos por Prazo - Valor de Mercado

	Até 1 ano		1 a 5 anos		5 a 10 anos		Acima de 10 anos		Total
R$ milhões	Saldos	Part. %	Saldos	Part. %	Saldos	Part. %	Saldos	Part. %	
Mar/16	20.141	17,1%	71.329	60,6%	22.192	18,8%	4.130	3,5%	117.791
Jun/16	12.870	11,0%	74.179	63,3%	23.596	20,1%	6.560	5,6%	117.205
Set/16	12.095	9,9%	79.237	64,8%	22.837	18,7%	8.170	6,7%	122.339
Dez/16	11.283	9,5%	74.762	62,8%	24.464	20,6%	8.497	7,1%	119.005
Mar/17	12.888	10,5%	76.523	62,1%	28.196	22,9%	5.627	4,6%	123.233
Jun/17	16.267	12,3%	74.993	56,7%	35.316	26,7%	5.743	4,3%	132.320
Set/17	10.801	8,0%	83.461	61,8%	33.519	24,8%	7.363	5,4%	135.144
Dez/17	10.717	7,8%	83.014	60,7%	34.873	25,5%	8.254	6,0%	136.858

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A tabela seguinte apresenta o Saldo de Liquidez, diferença entre os Ativos e Passivos de Liquidez.

Tabela 94. Saldo da Liquidez

	Saldos						Var. (%)	
R$ milhões	Dez/16	Part. %	Set/17	Part. %	Dez/17	Part. %	Dez/16	Set/17
Ativos de Liquidez (A)	**538.174**	**100,0**	**561.651**	**100,0**	**524.772**	**100,0**	**(2,5)**	**(6,6)**
Aplicações Interfinanceiras	405.712	75,4	411.344	73,2	373.023	71,1	(8,1)	(9,3)
TVM (exceto vincul. ao Bacen)	119.656	22,2	136.040	24,2	138.268	26,3	15,6	1,6
Disponibilidades	12.806	2,4	14.267	2,5	13.481	2,6	5,3	(5,5)
Passivos de Liquidez (B)	**395.299**	**100,0**	**437.519**	**100,0**	**400.395**	**100,0**	**1,3**	**(8,5)**
Captações no Mercado Aberto	374.634	94,8	417.870	95,5	376.243	94,0	0,4	(10,0)
Depósitos Interfinanceiros	20.665	5,2	19.649	4,5	24.153	6,0	16,9	22,9
Saldo da Liquidez (A-B)	**142.875**		**124.132**		**124.376**		**(12,9)**	**0,2**

Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e Captação no Mercado Aberto

As despesas de captação no Mercado Aberto constituem principalmente despesas incorridas com operações compromissadas lastreadas com títulos em carteira própria e de terceiros.

Tabela 95. Despesa de Captação no Mercado Aberto

	Fluxo Trimestral			Var. (%)		Fluxo Anual		Var. (%)
R$ milhões	4T16	3T17	4T17	4T16	3T17	2016	2017	2016
Despesas de Captação no Mercado Aberto	**(13.090)**	**(10.366)**	**(7.341)**	**(43,9)**	**(29,2)**	**(49.679)**	**(41.048)**	**(17,4)**
Carteira de Terceiros	(11.253)	(9.108)	(6.378)	(43,3)	(30,0)	(41.987)	(35.865)	(14,6)
Carteira Própria	(1.652)	(1.078)	(805)	(51,3)	(25,3)	(6.743)	(4.493)	(33,4)
Depósitos Interfinanceiros	(177)	(165)	(150)	(15,4)	(9,5)	(915)	(646)	(29,5)
Outras Operações de Captação no Mercado	(8)	(15)	(8)	0,7	(46,7)	(33)	(44)	32,2

Outros Componentes de Tesouraria

O grupamento outros componentes de tesouraria contêm, além dos resultados de ganho/perda cambial sobre o PL no exterior e *hedge* fiscal, a variação cambial incidente nas linhas de operação de crédito, captação e captação institucional entre outras, registradas na linha “demais”.

Tabela 96. Outros Componentes de Tesouraria

	Fluxo Trimestral			Var. (%)		Fluxo Anual		Var. (%)
R$ milhões	4T16	3T17	4T17	4T16	3T17	2016	2017	2016
Outros Componentes de Tesouraria	**(6)**	**429**	**303**	**-**	**(29,5)**	**(437)**	**965**	**-**
Ganho (Perda) Cambial s/ PL no Ext.	(117)	(339)	438	-	-	(2.358)	414	-
Hedge Fiscal	(107)	(308)	397	-	-	(1.863)	375	-
Resultado de Operações de Câmbio	64	102	127	99,9	24,4	321	401	24,9
Demais	154	974	(659)	-	-	3.463	(225)	-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

5.7. Análise dos Ativos e Passivos

5.7.1. Análise dos Ativos

Tabela 97. Saldos Médios e Taxa de Juros – Ativos Rentáveis (Comparação Anual)

	4T16			4T17		
R$ milhões	Saldo Médio[1]	Receitas[3]	Taxa Anual (%)[2]	Saldo Médio[1]	Receitas[3]	Taxa Anual (%)[2]
Ativos Rentáveis	**1.248.729**	**43.227**	**14,8**	**1.226.828**	**29.943**	**10,5**
Operações de Crédito + Leasing[4]	658.525	25.131	16,4	629.657	19.532	13,5
TVM + Aplic. Interfinanc. - Hedge	530.058	16.802	13,5	532.568	9.539	7,6
Depósito Compulsório Rentável	52.629	1.236	9,9	57.071	820	6,1
Demais	7.518	58	3,2	7.530	52	2,9
Ativos Não Rentáveis	**170.496**			**161.375**		
Demais Ativos	94.440			88.270		
Créditos Tributários	43.880			41.428		
Ativo Permanente	32.176			31.677		
ATIVO TOTAL	**1.419.225**			**1.388.202**		

1 - Média aritmética dos saldos finais dos meses que compõem o período;
2 - Taxa anualizada (dias úteis do trimestre dividido por 252);
3 - Calculado com efeito parcial da variação cambial;
4 - Inclui: Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Carteiras Adquiridas.

Tabela 98. Saldos Médios e Taxa de Juros – Ativos Rentáveis (Comparação Trimestral)

	3T17			4T17		
R$ milhões	Saldo Médio[1]	Receitas[3]	Taxa Anual (%)[2]	Saldo Médio[1]	Receitas[3]	Taxa Anual (%)[2]
Ativos Rentáveis	**1.271.760**	**35.398**	**11,4**	**1.226.828**	**29.943**	**10,5**
Operações de Crédito + Leasing[4]	630.116	21.412	14,1	629.657	19.532	13,5
TVM + Aplic. Interfinanc. - Hedge	579.141	12.972	9,1	532.568	9.539	7,6
Depósito Compulsório Rentável	55.318	959	7,0	57.071	820	6,1
Demais	7.185	56	3,1	7.530	52	2,9
Ativos Não Rentáveis	**162.814**			**161.375**		
Demais Ativos	89.425			88.270		
Créditos Tributários	42.267			41.428		
Ativo Permanente	31.122			31.677		
ATIVO TOTAL	**1.434.574**			**1.388.202**		

1 - Média aritmética dos saldos finais dos meses que compõem o período;
2 - Taxa anualizada (dias úteis do trimestre dividido por 252);
3 - Calculado com efeito parcial da variação cambial;
4 - Inclui: Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Carteiras Adquiridas.

Tabela 99. Saldos Médios e Taxa de Juros – Ativos Rentáveis (12 Meses)

	2016			2017		
R$ milhões	Saldo Médio[1]	Receitas[3]	Taxa Anual (%)[2]	Saldo Médio[1]	Receitas[3]	Taxa Anual (%)[2]
Ativos Rentáveis	**1.249.381**	**169.965**	**13,6**	**1.249.910**	**142.577**	**11,4**
Operações de Crédito + Leasing[4]	685.329	101.637	14,8	634.243	86.342	13,6
TVM + Aplic. Interfinanceiras - Hedge	502.781	62.375	12,4	553.909	51.931	9,4
Depósito Compulsório Rentável	53.286	5.608	10,5	53.911	4.103	7,6
Demais	7.985	344	4,3	7.846	201	2,6
Ativos Não Rentáveis	**162.018**			**162.604**		
Demais Ativos	87.432			88.694		
Créditos Tributários	42.831			42.277		
Ativo Permanente	31.755			31.633		
Ativo Total	**1.411.399**			**1.412.514**		

1 - Média aritmética dos saldos finais dos meses que compõem o período;
2 - Taxa anualizada (dias úteis do semestre dividido por 252);
3 - Calculado com efeito parcial da variação cambial;
4 – Inclui: Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Carteiras Adquiridas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

5.7.2. Análise dos Passivos

Tabela 100. Saldos Médios e Taxa de Juros – Passivos Onerosos (Anual)

	4T16			4T17		
R$ milhões	Saldo Médio[1]	Despesas[4]	Taxa Anual (%)[2]	Saldo Médio[1]	Despesas[4]	Taxa Anual (%)[2]
Passivos Onerosos	**1.138.740**	**(29.020)**	**10,8**	**1.122.061**	**(17.927)**	**6,8**
Captações no Mercado Aberto	383.940	(12.913)	14,4	397.590	(7.191)	7,7
Depósitos a Prazo	201.984	(4.975)	10,4	197.297	(3.447)	7,4
Depósitos de Poupança	149.757	(2.857)	8,0	156.731	(2.055)	5,5
Obrig. por Emprest. e Repasses	104.844	(1.677)	6,7	100.592	(1.379)	5,8
Dívida Subordinada	92.877	(1.582)	7,1	94.499	(1.201)	5,4
Letras de Crédito do Agronegócio	127.875	(3.636)	12,1	90.321	(1.407)	6,6
Obrigações com T.V.M. no Exterior	21.378	(218)	4,2	25.371	(243)	4,0
Depósitos Interfinanceiros	21.969	(177)	3,3	21.593	(150)	2,9
Demais Letras Bancárias[3]	19.419	(410)	8,9	21.212	(237)	4,7
Fundos Financ. e de Desenvolvimento	14.698	(574)	16,9	16.856	(616)	16,0
Demais Passivos	**280.489**			**266.141**		
Outros Passivos	137.152			112.684		
Patrimônio Líquido	78.132			87.791		
Depósitos à Vista	65.204			65.666		
PASSIVO TOTAL	**1.419.228**			**1.388.202**		

1 - Média aritmética dos saldos finais dos meses que compõem o período;
2 - Taxa anualizada (dias úteis do trimestre dividido por 252);
3 - Inclui: Letras Financeiras, Debêntures, Letras de Crédito Imobiliário e Certificado de Recebíveis Imobiliário;
4 – Calculado com efeito parcial da variação cambial.

Tabela 101. Saldos Médios e Taxa de Juros – Passivos Onerosos (Trimestral)

	3T17			4T17		
R$ milhões	Saldo Médio[1]	Despesas[4]	Taxa Anual (%)[2]	Saldo Médio[1]	Despesas[4]	Taxa Anual (%)[2]
Passivos Onerosos	**1.174.160**	**(22.785)**	**7,9**	**1.122.061**	**(17.927)**	**6,8**
Captações no Mercado Aberto	449.170	(10.201)	9,2	397.590	(7.191)	7,7
Depósitos a Prazo	202.975	(4.046)	8,1	197.297	(3.447)	7,4
Depósitos de Poupança	153.626	(2.337)	6,1	156.731	(2.055)	5,5
Obrig. por Emprest. e Repasses	100.253	(1.688)	6,8	100.592	(1.379)	5,8
Dívida Subordinada	93.451	(1.300)	5,6	94.499	(1.201)	5,4
Letras de Crédito do Agronegócio	96.042	(1.912)	8,1	90.321	(1.407)	6,6
Obrigações com T.V.M. no Exterior	21.889	(209)	3,8	25.371	(243)	4,0
Depósitos Interfinanceiros	19.382	(165)	3,4	21.593	(150)	2,9
Demais Letras Bancárias[3]	22.602	(333)	5,9	21.212	(237)	4,7
Fundos Financ. e de Desenvolvimento	14.769	(594)	16,8	16.856	(616)	16,0
Demais Passivos	**260.413**			**266.141**		
Outros Passivos	112.954			112.684		
Patrimônio Líquido	84.566			87.791		
Depósitos à Vista	62.893			65.666		
PASSIVO TOTAL	**1.434.574**			**1.388.202**		

1 - Média aritmética dos saldos finais dos meses que compõem o período;
2 - Taxa anualizada (dias úteis do trimestre dividido por 252);
3 - Inclui: Letras Financeiras, Debêntures, Letras de Crédito Imobiliário e Certificado de Recebíveis Imobiliário;
4 – Calculado com efeito parcial da variação cambial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Tabela 102. Saldos Médios e Taxa de Juros – Passivos Onerosos (12 meses)

	2016			2017		
R$ milhões	Saldo Médio[1]	Despesas[4]	Taxa Anual (%)[2]	Saldo Médio[1]	Despesas[4]	Taxa Anual (%)[2]
Passivos Onerosos	**1.145.401**	**(114.786)**	**10,0**	**1.149.936**	**(91.810)**	**8,0**
Captações no Mercado Aberto	368.634	(48.763)	13,2	421.010	(40.402)	9,6
Depósitos a Prazo	202.826	(20.236)	10,0	201.477	(16.324)	8,1
Depósitos de Poupança	149.710	(11.518)	7,7	152.403	(9.449)	6,2
Letras de Crédito do Agronegócio	133.360	(15.488)	11,6	102.027	(8.778)	8,6
Obrig. por Emprest. e Repasses	110.273	(6.569)	6,0	100.092	(6.169)	6,2
Dívida Subordinada	93.220	(6.420)	6,9	93.410	(5.395)	5,8
Obrigações com T.V.M. no Exterior	22.673	(846)	3,7	22.500	(863)	3,8
Demais Letras Bancárias[3]	20.250	(1.835)	9,1	22.385	(1.400)	6,3
Depósitos Interfinanceiros	29.888	(915)	3,1	19.344	(646)	3,3
Fundos Financ. e de Desenvolvimento	14.567	(2.196)	15,1	15.288	(2.386)	15,6
Demais Passivos	**265.999**			**262.578**		
Outros Passivos	126.279			115.286		
Patrimônio Líquido	77.562			83.863		
Depósitos à Vista	62.158			63.429		
PASSIVO TOTAL	**1.411.400**			**1.412.514**		

1 - Média aritmética dos saldos finais dos meses que compõem o período;
2 - Taxa anualizada (dias úteis do trimestre dividido por 252);
3 - Inclui: Letras Financeiras, Debêntures, Letras de Crédito Imobiliário e Certificado de Recebíveis Imobiliário;
4 – Calculado com efeito parcial da variação cambial.

5.7.3. Análise Volume e Taxa

Tabela 103. Análise de Volume (Ativos Rentáveis) - Taxa Trimestral

R$ milhões	3T17	4T17	Var. Abs.
Ativos Rentáveis (a)[1]	1.271.760	1.226.828	(44.932)
Margem Financeira Bruta (b)	14.247	14.548	300
Spread - % (b/a)	1,120	1,186	0,066
Ganho/(Perda) com Volume[2]			(503)
Ganho/(Perda) com Taxa[3]			833
Ganho/(Perda) com Volume e Taxa[4]			(29)

1 - Média aritmética dos saldos finais dos meses que compõem o período;
2 - Ganho/(Perda) resultante da multiplicação entre o volume dos ativos rentáveis do período atual pelo *spread* do período anterior líq. da MFB anterior;
3 - Ganho/(Perda) resultante da multiplicação entre o volume dos ativos rentáveis do período anterior pelo *spread* do período atual líq. da MFB anterior.

Tabela 104. Análise de Volume (Ativos Rentáveis) - Taxa 12 Meses

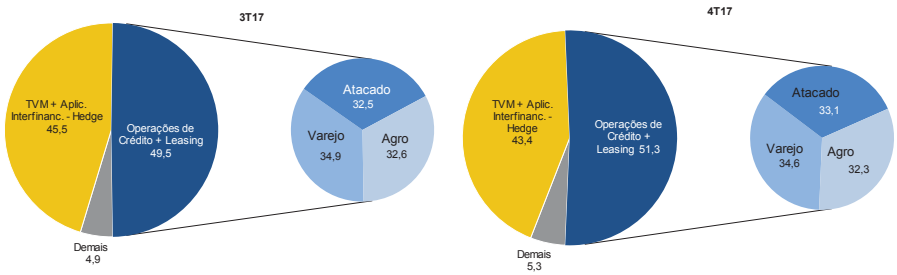
R$ milhões	2016	2017	Var. Abs.
Ativos Rentáveis (a)[1]	1.249.381	1.249.910	529
Margem Financeira Bruta (b)	59.341	57.878	(1.464)
Spread - % (a/b)	4,750	4,631	(0,119)
Ganho/(Perda) com Volume[2]			25
Ganho/(Perda) com Taxa[3]			(1.488)
Ganho/(Perda) com Volume e Taxa[4]			(1)

1 - Média aritmética dos saldos finais dos meses que compõem o período;
2 - Ganho/(Perda) resultante da multiplicação entre o volume dos ativos rentáveis do período atual pelo *spread* do período anterior líq. da MFB anterior;
3 - Ganho/(Perda) resultante da multiplicação entre o volume dos ativos rentáveis do período anterior pelo *spread* do período atual líq. da MFB anterior.

Os ativos rentáveis tiveram queda de R$ 44.932 milhões no 4T17, frente ao 3T17, influenciados pela redução no saldo médio de TVM e aplicações interfinanceiras. A redução do saldo médio dos ativos rentáveis aliada ao crescimento nas recuperações de créditos baixados em perdas elevaram o spread global em 27 bps na comparação trimestral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Figura 49. Distribuição dos Ativos Rentáveis - (%)



No 4T17, houve aumento da participação do crédito no total dos ativos rentáveis, o que também contribuiu para a elevação do spread global, uma vez que apesar de representar 51,3% do total de ativos rentáveis, representa 65,2% das receitas.

Tabela 105. Margem Global – (%)

%	1T16	2T16	3T16	4T16	1T17	2T17	3T17	4T17
Spread Global[1]	4,7	4,8	4,8	5,0	4,8	4,7	4,6	4,8
Spread Ajustado pelo risco[2]	1,7	2,1	2,7	2,5	2,5	2,5	2,5	2,9

1 - Margem Financeira Bruta/Saldo Médio dos Ativos Rentáveis, anualizado;
2 - Margem Financeira Líquida (MFB menos PCLD)/Saldo Médio dos Ativos Rentáveis, anualizado.

Tabela 106. Margem Líquida de Juros e Margem de Lucro

R$ milhões	4T16	3T17	4T17	2016	2017
Saldo Médio dos Ativos Rentáveis (a)	1.248.729	1.271.760	1.226.828	1.249.381	1.249.910
Saldo Médio dos Passivos Onerosos (b)	1.138.740	1.174.160	1.122.061	1.145.401	1.149.936
Margem Financeira Bruta (c)	**15.333**	**14.247**	**14.548**	**59.341**	**57.878**
Receita Líquida de Juros (d)	14.207	12.613	12.016	55.179	50.767
Receitas de Juros (1.d)	43.227	35.398	29.943	169.965	142.577
Despesas de Juros (2.d)	(29.020)	(22.785)	(17.927)	(114.786)	(91.810)
Demais Componentes da Margem Financeira Bruta[1] (e)	1.126	1.634	2.532	4.163	7.111
Passivos Onerosos / Ativos Rentáveis - % (b/a)	91,2	92,3	91,5	91,7	92,0
Rentabilidade Média dos Ativos[2] [4] - % (1.d/a)	14,6	11,6	10,1	13,6	11,4
Custo Médio dos Passivos[2] [4] - % (2.d/b)	10,6	8,0	6,5	10,0	8,0
Margem de Lucro Líquida[2] [3] - %	4,0	3,6	3,6	3,6	3,4
Margem Líquida de Juros[2] - % (d/a)	4,6	4,0	4,0	4,4	4,1
Spread Global [2] - % (c/a)	5,0	4,6	4,8	4,7	4,6

1 - Contém resultado de derivativos, contratos de assunção de dívidas, resultado de op. de câmbio, recuperação de créd. baixados como prejuízo, empréstimos de ouro, fundo garantidor de crédito, ganho/perda cambial no exterior e outras receitas com características de intermediação financeira;
2 - Taxas anualizadas;
3 - Diferença entre a taxa média dos ativos rentáveis e a taxa média dos passivos onerosos;
4 - Calculado com efeito parcial da variação cambial.

Os quadros a seguir apresentam as variações nas receitas e despesas de juros pela mudança no volume médio dos ativos rentáveis e dos passivos onerosos e pela variação da taxa média de juros sobre esses ativos e passivos, nos períodos em análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Tabela 107. Variação de Receita e Despesa e Variação Volume/Taxa (Trimestral)

	4T17 / 3T17			4T17 / 4T16		
R$ milhões	Volume médio[1]	Taxa média[2]	Variação líquida[3]	Volume médio[1]	Taxa média[2]	Variação líquida[3]
Ativos Rentáveis [4]	**(1.097)**	**(4.358)**	**(5.455)**	**(535)**	**(12.749)**	**(13.283)**
TVM + Aplic. Interfinanceiras - Hedge	(834)	(2.599)	(3.433)	45	(7.308)	(7.263)
Operações de Crédito + Leasing	(14)	(1.865)	(1.879)	(895)	(4.703)	(5.598)
Depósito Compulsório Rentável	25	(164)	(139)	64	(480)	(416)
Demais	2	(6)	(3)	0	(6)	(6)
Passivos Onerosos [4]	**832**	**4.025**	**4.858**	**266**	**10.826**	**11.092**
Depósitos de Poupança	(41)	322	282	(91)	894	802
Depósitos Interfinanceiros	(15)	31	16	3	25	27
Depósitos a Prazo	99	500	599	82	1.446	1.528
Captações no Mercado Aberto	933	2.077	3.010	(247)	5.969	5.722
Obrig. por Emprest. e Repasses	(5)	314	309	58	239	298
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	(76)	54	(22)	(79)	37	(42)
Dívida Subordinada	(13)	113	99	(21)	401	381
Obrigações com T.V.M. no Exterior	(33)	(1)	(34)	(38)	13	(25)
Letras de Crédito do Agronegócio	89	415	504	585	1.643	2.229
Demais Letras Bancárias[5]	16	80	96	(20)	193	173

1 - Variação Líquida – Taxa Média;
2 - (Juros Período Atual / Saldo Período Atual) x (Saldo Período Anterior) – (Juros Período Anterior);
3 - Juros Período Atual – Juros do Período Anterior;
4 - Cálculo realizado de acordo com a mesma metodologia apresentada nas notas de rodapé 1, 2 e 3;
5 - Inclui: Letras Financeiras, Debêntures, Letras de Crédito Imobiliário e Certificado de Recebíveis Imobiliário.

Tabela 108. Variação de Receita e Despesa e Variação Volume/Taxa (Anual)

	2017 / 2016		
R$ milhões	Volume médio[1]	Taxa média[2]	Variação líquida[3]
Ativos Rentáveis [4]	**60**	**(27.448)**	**(27.388)**
TVM + Aplic. Interfinanceiras - Hedge	4.793	(15.237)	(10.444)
Operações de Crédito + Leasing	(6.955)	(8.341)	(15.295)
Depósito Compulsório Rentável	48	(1.553)	(1.505)
Demais	(4)	(140)	(143)
Passivos Onerosos [4]	**(362)**	**23.337**	**22.975**
Depósitos de Poupança	(167)	2.236	2.069
Depósitos Interfinanceiros	352	(82)	270
Depósitos a Prazo	109	3.803	3.913
Captações no Mercado Aberto	(5.026)	13.387	8.361
Obrig. por Emprest. e Repasses no País	627	(227)	400
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	(112)	(78)	(190)
Dívida Subordinada	(11)	1.036	1.025
Obrigações com T.V.M. no Exterior	7	(24)	(17)
Letras de Crédito do Agronegócio	2.696	4.014	6.710
Demais Letras Bancárias[5]	(134)	569	436

1 - Variação Líquida – Taxa Média;
2 - (Juros Período Atual / Saldo Período Anterior) x (Saldo Período Anterior) – (Juros Período Anterior);
3 - Juros Período Atual – Juros do Período Anterior;
4 - Cálculo realizado de acordo com a mesma metodologia apresentada nas notas de rodapé 1, 2 e 3;
5 - Inclui: Letras Financeiras, Debêntures, Letras de Crédito Imobiliário e Certificado de Recebíveis Imobiliário.

5.8. Margem Gerencial de Crédito

A apuração da margem financeira gerencial é realizada considerando:

a) Receitas financeiras, classificadas por tipos de carteiras;

b) Custos de oportunidade definidos para cada uma das linhas que compõem as carteiras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

No caso de operações prefixadas, o *spread* gerencial considera o custo de captação no momento da contratação, não sendo impactado pelas variações da taxa Selic.

Em relação ao crédito destinado para PF e PJ, com recursos livres, o custo de oportunidade é a TMS e/ou ETTJ. No caso da carteira agrícola e outros recursos direcionados, o custo de oportunidade é calculado de acordo com a origem do *funding* e com a necessidade ou não de aplicação obrigatória de parte dessa fonte de recurso.

Tabela 109. Margem Gerencial

	Fluxo Trimestral			Var. (%)		Fluxo Anual		Var. (%)
R$ milhões	4T16	3T17	4T17	4T16	3T17	2016	2017	2016
Operações de Crédito	**11.291**	**10.163**	**10.203**	**(9,6)**	**0,4**	**45.301**	**41.082**	**(9,3)**
Pessoa Física	5.654	5.562	5.598	(1,0)	0,7	22.097	22.033	(0,3)
Pessoa Jurídica	3.458	2.495	2.483	(28,2)	(0,5)	14.585	10.585	(27,4)
Agronegócios	2.179	2.105	2.122	(2,6)	0,8	8.619	8.463	(1,8)

Taxa Gerencial

A tabela seguinte apresenta o spread gerencial segmentado por tipo de operações. A taxa é o resultado da margem financeira gerencial dividida pelos respectivos saldos médios.

Tabela 110. Taxa por Carteira

%	1T16	2T16	3T16	4T16	1T17	2T17	3T17	4T17
Operações de Crédito	**7,5**	**7,7**	**7,9**	**8,0**	**7,7**	**7,3**	**7,4**	**7,5**
Pessoa Física	15,8	16,3	16,5	16,6	16,1	16,1	16,3	16,3
Pessoa Jurídica[1]	5,9	5,9	6,1	6,3	6,0	5,0	5,1	5,0
Agronegócios	4,8	4,9	5,0	5,0	4,8	4,7	4,7	4,8

1 – Não inclui operações com o Governo.

Na visão anual, a queda do Spread PJ (130 bps) foi a principal responsável pela redução do spread de operações de crédito (50 bps). Três efeitos foram predominantes nessa queda: Redução da TMS no período, que impacta as receitas com o segmento atacado, a queda da carteira de capital de giro, notadamente com as MPEs e o aumento dos pedidos de recuperações judiciais, que reduzem a capitalização de juros após 60 dias de atraso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

6 - Rendas de Tarifas

As rendas de tarifas cresceram 9,0% em 2017. Esse movimento foi resultado dos esforços de aumento do relacionamento com os clientes e da qualificação das contas correntes com maior uso de produtos e serviços, com especial atenção à estratégia de intensificação do canal digital como instrumento para proporcionar mais comodidade para nossos clientes.

Destaque também para o crescimento em 26,5% das tarifas relacionadas à administração de fundos, reflexo da elevação dos recursos administrados que passaram de R$ 731 bilhões em Dez/16 para R$ 864 bilhões em Dez/17, alta de 18,3% em 12 meses.

Tabela 111. Rendas de Tarifas

	Fluxo Trimestral			Var. (%)		Fluxo Anual		Var. (%)
R$ milhões	4T16	3T17	4T17	4T16	3T17	2016	2017	2016
Rendas de Tarifas	**6.318**	**6.562**	**6.735**	**6,6**	**2,6**	**23.794**	**25.941**	**9,0**
Conta-corrente	1.660	1.777	1.870	12,7	5,2	6.229	6.956	11,7
Administração de Fundos	1.069	1.419	1.347	26,0	(5,1)	4.267	5.397	26,5
Seguros, Previdência e Capitalização	840	809	810	(3,5)	0,2	3.123	3.048	(2,4)
Operações de Crédito e Garantias	506	403	529	4,7	31,5	1.684	1.894	12,5
Cartão de Crédito/Débito[1]	486	487	421	(13,4)	(13,6)	1.828	1.881	2,9
Cobrança	415	354	338	(18,4)	(4,5)	1.679	1.448	(13,8)
Arrecadações	275	270	274	(0,3)	1,6	1.046	1.087	3,9
Rendas do Mercado de Capitais	216	198	227	5,3	14,5	700	775	10,6
Consórcios	150	191	198	32,6	3,7	544	725	33,3
Tesouro Nacional e Adm. de Fundos Oficiais	162	177	173	7,3	(2,3)	594	689	15,9
Interbancária	46	36	37	(19,7)	1,4	180	154	(14,4)
Outros	495	440	510	2,9	15,8	1.920	1.887	(1,7)

1- Série revisada no 3T17 em conformidade com a Carta Circular Bacen nº 3.828/2017.

A seguir apresentamos os principais negócios originadores de tarifas no Banco do Brasil.

6.1. Conta-Corrente

Na tabela a seguir é demonstrada a base de clientes e correntistas nos últimos 12 meses.

Tabela 112. Base de Clientes e Contas-correntes

	Posição					Var. (%)	
milhares	Dez/16	Mar/17	Jun/17	Set/17	Dez/17	Dez/16	Set/17
Base de Clientes	64.798	65.244	65.566	65.777	66.017	1,9	0,4
Contas-correntes	37.307	37.109	36.939	36.630	36.417	(2,4)	(0,6)
Pessoa Física	34.902	34.741	34.587	34.301	34.098	(2,3)	(0,6)
Pessoa Jurídica	2.405	2.368	2.353	2.329	2.319	(3,6)	(0,4)

6.2. Meios de Pagamento

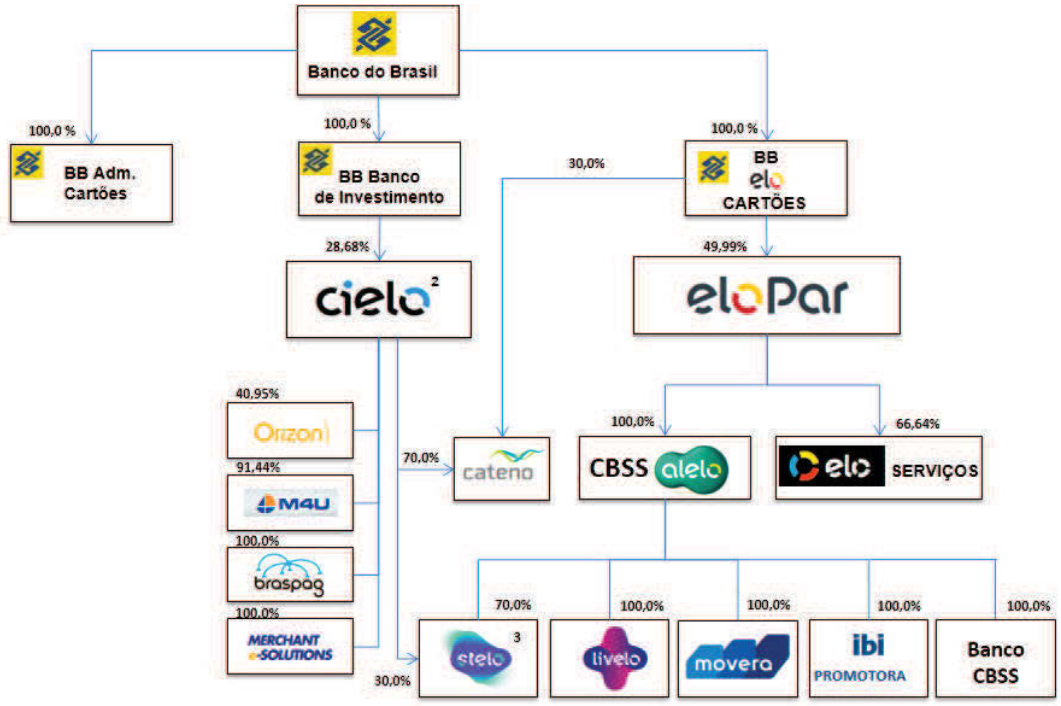
O Banco do Brasil é um dos líderes no mercado de meios de pagamento no país e desenvolve estratégias focando a maior utilização de meios eletrônicos de pagamento pela população.

Ações desenvolvidas em sinergia com as empresas coligadas visam a substituição dos meios tradicionais de pagamento por meios digitais, ampliando os negócios existentes e criando possibilidades para o desenvolvimento de novos produtos e serviços, mais seguros e ágeis, melhorando cada vez mais a experiência dos nossos clientes.

A seguir é apresentado o organograma dos principais negócios de meios eletrônicos de pagamento nos quais o Banco do Brasil possui participação societária direta ou indireta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Figura 50. Organograma Meios de Pagamento – Principais Empresas[1]



1 – Considera a posição de 31/12/2017.
2 – Participação do BB-BI na Cielo desconsideranto as Ações em Tesouraria.
3 – Em 18/01/2018, a Cielo S.A. divulgou Comunicado ao Mercado sobre a aquisição das ações representativas de 70% do capital social da Stelo S.A..

6.2.1. Base de Cartões e Faturamento

A ampla base de clientes, a qualidade e a diversidade dos serviços prestados fazem do Banco do Brasil um dos principais emissores das bandeiras Elo, Visa e Mastercard.

O BB apresentou crescimento na quantidade total de cartões pelo segundo trimestre consecutivo. Ao final de 2017, a base total de cartões emitidos atingiu 70,6 milhões, entre cartões de crédito, débito e pré-pagos. A base de cartões Elo gerados alcançou 13,0 milhões no período.

Tabela 113. Base de Cartões

						Var. (%)	
milhares	Dez/16	Mar/17	Jun/17	Set/17	Dez/17	Dez/16	Set/17
Base de Cartões[1]	**70.075**	**69.240**	**68.322**	**69.636**	**70.556**	**0,7**	**1,3**
Cartões de Crédito	17.963	17.098	16.589	16.740	17.325	(3,6)	3,5
Elo	2.343	2.173	2.175	2.297	2.325	(0,8)	1,2
Cartões de Débito/Pré-Pago	52.112	52.142	51.734	52.897	53.231	2,1	0,6
Elo	8.139	8.675	9.416	10.165	10.722	31,7	5,5

1- Série revisada em Set/17.

A quantidade de cartões com uso recorrente, pelo menos uma vez nos últimos 30 dias, chegou a 8,1 milhões na função crédito e 11,7 milhões na função débito.

A tabela abaixo expõe a quantidade de transações realizadas no trimestre e o crescimento observado no período, que segue alinhado ao crescimento no faturamento do negócio tradicional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Tabela 114. Quantidade de Transações

	Fluxo Trimestral			Var. (%)		Fluxo Anual		Var. (%)
milhões	4T16	3T17	4T17	4T16	3T17	2016	2017	2016
Quantidade de Transações[1]	**679**	**683**	**742**	**9,2**	**8,5**	**2.530**	**2.739**	**8,3**
Cartões de Crédito	275	279	299	8,7	6,9	1.045	1.114	6,6
Cartões de Débito/Pré-Pagos	405	404	443	9,5	9,6	1.485	1.626	9,5

1- Série revisada em Set/17

No 4T17, o volume transacionado por meio dos cartões do Banco do Brasil, faturamento total, alcançou R$ 76,7 bilhões, aumento de 6,4% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Considerando somente o faturamento com cartões na função crédito no 4T17, o crescimento alcançado foi de 8,7% em relação ao mesmo período do ano passado, com volume total de R$ 43,5 bilhões.

Figura 51. Faturamento Total de Cartões – R$ bilhões

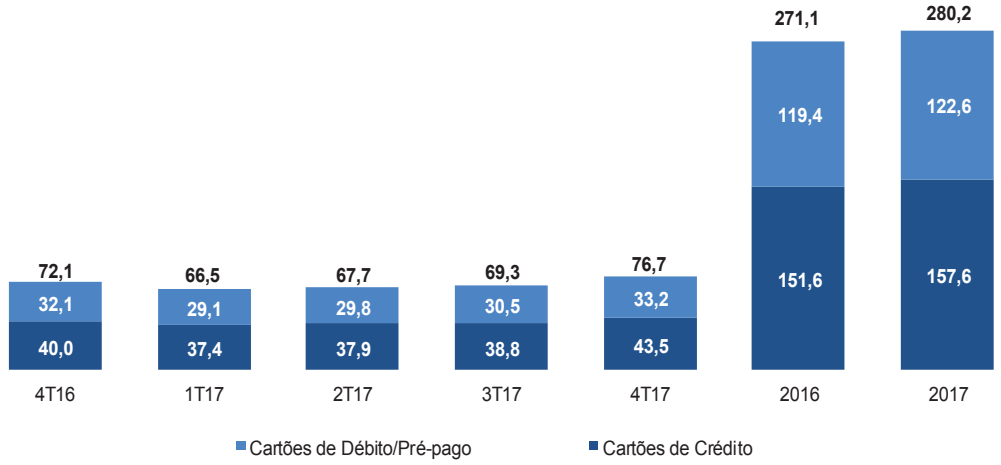
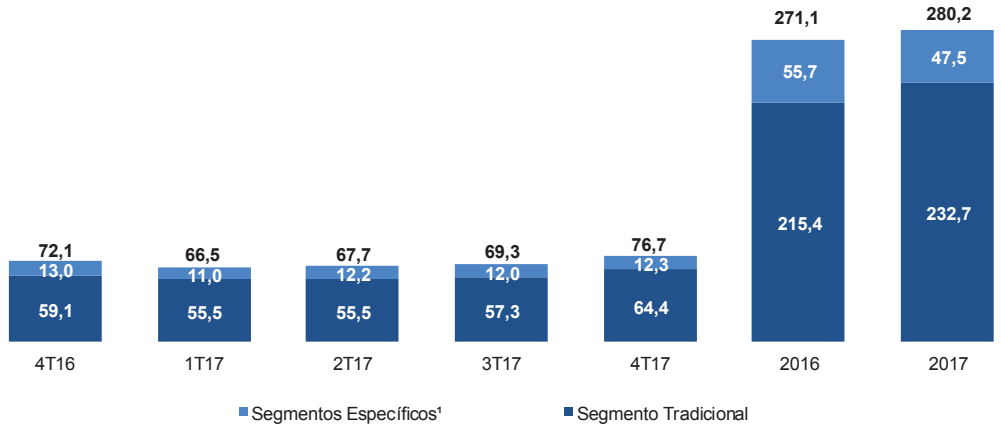


Figura 52. Faturamento Total de Cartões por Tipo de Segmento Negocial – R$ bilhões



1 – Representa o volume de transações com Ourocard Agronegócios, Ourocard Crediário, Cartão BNDES, pagamento de títulos com cartão, Ourocard Pré-pago e Alelo e compras B2B/empresariais com cartões.

6.2.2. Resultado dos Serviços de Cartões

O resultado de serviços de cartões advém da emissão e utilização dos cartões nas funções crédito, débito, pré-pagos e crediário pelos clientes, e do resultado dos serviços de credenciamento, adquirência e de bandeira de cartões, que são prestados pelas coligadas do Banco.

O resultado de serviços não abrange as receitas e despesas financeiras oriundas do pagamento mínimo ou parcial da fatura (crédito rotativo). Foram alocados os custos administrativos e operacionais diretamente relacionados ao negócio cartão, identificados até o presente exercício.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O detalhamento do resultado dos serviços de cartões e o resultado após a tributação são apresentados na tabela a seguir.

Tabela 115. Resultado de Serviços de Cartões – Visão Trimestral

				Var. (%)	
R$ milhões	4T16	3T17	4T17	4T16	3T17
Receitas Operacionais Totais	**2.637**	**2.365**	**2.564**	**(2,8)**	**8,4**
Emissão	998	1.095	1.163	16,5	6,2
Adquirência	1.094	815	901	(17,6)	10,6
Outras Receitas	545	455	500	(8,3)	9,9
Despesas	**(1.674)**	**(1.319)**	**(1.378)**	**(17,7)**	**4,5**
Emissão	(628)	(651)	(674)	7,3	3,5
Adquirência	(917)	(581)	(653)	(28,8)	12,4
Outras Despesas	(129)	(87)	(51)	(60,5)	(41,4)
Resultado de Serviços de Cartões	**963**	**1.046**	**1.186**	**23,2**	**13,4**
Efeito Tributário	(356)	(392)	(463)	30,1	18,1
Result. Oper. de Serviços de Cartões Líq. de Tributos	**607**	**654**	**723**	**19,1**	**10,6**

Tabela 116. Resultado de Serviços de Cartões – Visão Anual

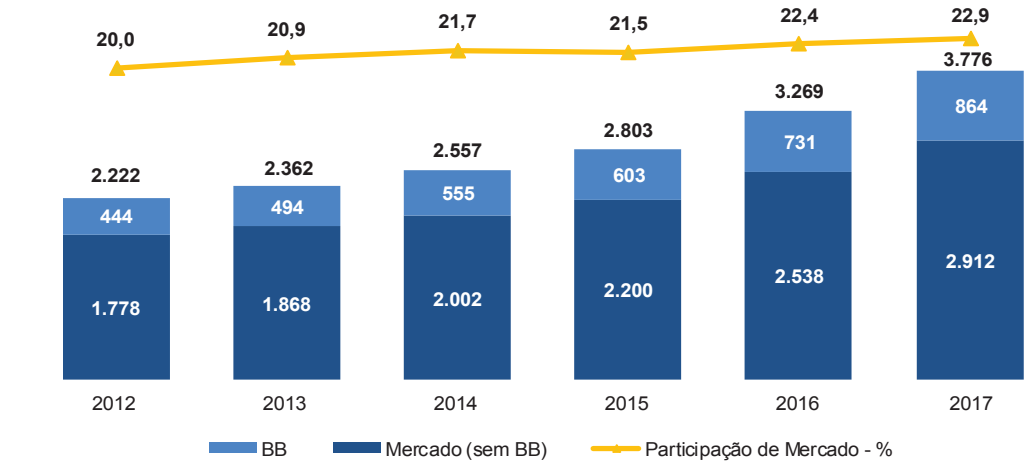
R$ milhões	2016	2017	Var. (%)
Receitas Operacionais Totais	**9.616**	**9.458**	**(1,6)**
Emissão	3.710	4.183	12,7
Adquirência	3.444	3.405	(1,1)
Outras Receitas	2.462	1.870	(24,0)
Despesas	**(5.909)**	**(5.205)**	**(11,9)**
Emissão	(2.559)	(2.534)	(1,0)
Adquirência	(2.787)	(2.385)	(14,4)
Outras Despesas	(563)	(286)	(49,2)
Resultado de Serviços de Cartões	**3.707**	**4.253**	**14,7**
Efeito Tributário	(1.356)	(1.608)	18,6
Result. Oper. de Serviços de Cartões Líq. de Tributos	**2.351**	**2.645**	**12,5**

6.3. Gestão de Recursos de Terceiros

A BB Gestão de Recursos DTVM S.A., tem como principais atividades a administração, a gestão e a distribuição de fundos e carteiras administradas.

O gráfico a seguir apresenta o saldo em recursos de terceiros administrados e a participação da BB DTVM no *ranking* Global de Administração de Recursos da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - Anbima.

Figura 53. Administração Fiduciária e Participação de Mercado– R$ bilhões



Fonte: Anbima

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Em 2017 a captação líquida da BB DTVM foi positiva em R$ 46,8 bilhões, com destaque para as categorias Renda Fixa, Previdência e Multimercados.

Em relação à segmentação por investidor, segundo o ranking Global de Administração de Recursos da Anbima de dezembro de 2017, a BB DTVM permaneceu como líder nos segmentos: Investidor Institucional, Poder Público e Varejo.

As tabelas a seguir apresentam a distribuição dos recursos administrados por segmento e produto, referentes a dezembro de 2017.

Tabela 117. Fundos de Investimento e Carteiras Administradas por Segmento

	Saldos						Var. (%)	
R$ milhões	Dez/16	Part. %	Set/17	Part. %	Dez/17	Part. %	Dez/16	Set/17
Investidor Institucional	333.011	45,6	368.168	43,2	383.305	44,3	15,1	4,1
Poder Público	118.211	16,2	142.319	16,7	136.268	15,8	15,3	(4,3)
Varejo	90.500	12,4	108.115	12,7	108.027	12,5	19,4	(0,1)
Alta Renda	49.532	6,8	64.290	7,5	64.464	7,5	30,1	0,3
RPPS	45.632	6,2	52.644	6,2	52.470	6,1	15,0	(0,3)
Corporate	40.492	5,5	47.448	5,6	49.842	5,8	23,1	5,0
Private	30.873	4,2	38.800	4,6	39.130	4,5	26,7	0,9
Middle Market	15.023	2,1	20.039	2,4	20.171	2,3	34,3	0,7
Investidor Estrangeiro	7.649	1,0	10.457	1,2	10.802	1,2	41,2	3,3
Total	**730.923**	**100,0**	**852.281**	**100,0**	**864.480**	**100,0**	**18,3**	**1,4**

Fonte: Anbima

Os dados acerca da distribuição por classe Anbima são divulgados sem a dedução das cotas de fundos próprios e de terceiros, que em dezembro de 2017 somaram R$ 7,9 bilhões.

Tabela 118. Fundos de Investimento e Carteiras Administradas por classe Anbima

	Saldos						Var. (%)	
R$ milhões	Dez/16	Part. %	Set/17	Part. %	Dez/17	Part. %	Dez/16	Set/17
Fundos de Investimentos	**719.647**	**98,5**	**847.590**	**99,4**	**855.270**	**98,9**	**18,8**	**0,9**
Renda Fixa	436.653	59,7	522.444	61,3	514.071	59,5	17,7	(1,6)
Renda Variável	36.957	5,1	37.238	4,4	41.981	4,9	13,6	12,7
Multimercado	16.230	2,2	25.140	2,9	26.399	3,1	62,7	5,0
Outros[1]	229.808	31,4	262.767	30,8	272.819	31,6	18,7	3,8
Carteiras Administradas	**15.219**	**2,1**	**17.169**	**2,0**	**17.112**	**2,0**	**12,4**	**(0,3)**
Renda Fixa	15.032	2,1	16.938	2,0	16.883	2,0	12,3	(0,3)
Renda Variável	187	0,0	231	0,0	229	0,0	22,2	(1,0)
Fundos de Terceiros	**(3.942)**	**(0,5)**	**(12.478)**	**(1,5)**	**(7.902)**	**(0,9)**	**100,4**	**(36,7)**
Total	**730.923**	**100,0**	**852.281**	**100,0**	**864.480**	**100,0**	**18,3**	**1,4**

Fonte: Anbima
1 - Inclui Previdência, Cambial, FIDC, FIP, ETF, Fundo Imobiliário e *Off Shore*.

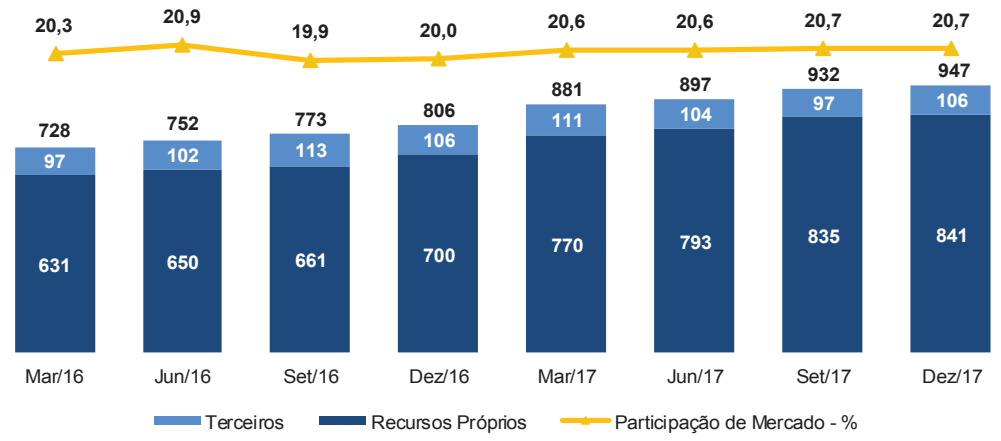
Custódia

O Banco do Brasil se destaca como um dos principais líderes da indústria de custódia e controladoria de ativos. No 4T17, o BB alcançou a marca de R$ 947 bilhões sob custódia, evolução de 17,4% em relação ao mesmo período do ano anterior e 1,5% em relação ao último trimestre. A expansão de volume sob custódia deveu-se principalmente ao avanço da indústria de fundos.

O gráfico a seguir apresenta a evolução dos recursos custodiados no Banco do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Figura 54. Total de Ativos de Custódia Doméstica e Participação de Mercado – R$ bilhões



Fonte: Anbima.

Sustentabilidade

Atualmente, a BB DTVM administra cinco fundos de investimento com características socioambientais. A tabela a seguir detalha o saldo dos recursos administrados nos cinco fundos.

Tabela 119. Gestão de Fundos de Investimento com Características Socioambientais

	Saldos			Var. (%)	
R$ milhões	Dez/16	Set/17	Dez/17	Dez/16	Set/17
BB Referenciado DI Social 50	105,3	699,5	754,9	-	7,9
BB Multi Global Acqua LP Private FI	254,1	313,8	385,3	51,6	22,8
BB Previdenciário Ações Governança	107,9	156,4	218,5	102,5	39,7
BB Ações ISE Jovem FIC	8,6	9,0	8,7	1,1	(3,4)
BB Ações Carbono Sustent. FIA	4,0	4,4	4,1	3,6	(5,8)
Total	**479,9**	**1.183,1**	**1.371,5**	**185,8**	**15,9**

Fonte: Comissão de Valores Mobiliários - CVM

6.4. Mercado de Capitais

O mercado de capitais é uma das principais fontes de financiamento da atividade produtiva nas economias de todo o mundo. Os instrumentos de captação, além de viabilizarem o crescimento das empresas também contribuem para a diluição do risco de novos investimentos.

O Banco do Brasil está presente no mercado de capitais brasileiro com o BB - Banco de Investimento S.A (BB-BI).

No mercado de capitais internacional, o conglomerado BB atua nas principais praças mundiais, com profissionais qualificados, por meio de suas subsidiárias integrais: BB Securites Ltd. (Inglaterra), Banco do Brasil Securities LLC. (Estados Unidos) e BB Securities Asia Pte Ltd. (Cingapura).

O portfólio do BB-BI inclui serviços que envolvem a pesquisa de mercado, estruturação e distribuição de operações, liquidação e custódia de ativos, bem como produtos e serviços para pessoas físicas e jurídicas. Os principais produtos e serviços são destacados a seguir:

I. **Fusões e aquisições:** presta assessoria financeira em operações de alienações, reorganizações societárias (fusões, cisões e incorporações), colocações privadas, ofertas públicas de aquisição de ações (OPA) e emite laudos de avaliação e de *fairness opinion* para empresas.

II. **Ouro:** oferece serviços de compra e venda de ouro em forma escritural ou de lingotes para os clientes, além da custódia desses ativos.

III. ***Private Equity*:** é cotista de 14 fundos e atua como assessor em 7 deles, com 46 participações societárias em empresas localizadas em várias regiões do país, nos mais diversos segmentos (energia, infraestrutura, logística, consumo, educação, TI, serviços, agroindústria, entre outros.) e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

em diferentes estágios de desenvolvimento (empresas consolidadas, emergentes e empresas com tecnologia inovadora).

IV. Renda Fixa: (i) Mercado doméstico: são ofertados os serviços de coordenação, estruturação e distribuição de debêntures, notas promissórias comerciais e letras financeiras. (ii) Mercado internacional: atuação na coordenação, estruturação e distribuição de novos papeis e processos de gestão de dívida de empresas, bancos e governos por meio das corretoras localizadas no exterior, o que confere uma atuação global do BB no mercado de capitais.

V. Renda Variável: oferece os serviços de assessoria em todas as etapas de ofertas públicas de ações, ofertas públicas de aquisição de ações (OPA) e ofertas de Cepacs (instrumento de captação de recursos para financiar obras públicas), atua também na estruturação e distribuição de Fundos de Investimento Imobiliários (FII). Para os investidores individuais, o portfólio em renda variável abrange os serviços de compra e venda de ações, e para os investidores do segmento *private* abrange também o serviço de aluguel de ações.

VI. Securitização: atua na coordenação, estruturação e distribuição de operações de securitização, processo pelo qual um grupo relativamente homogêneo de ativos é convertido em títulos negociáveis, por intermédio dos seguintes produtos: Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) e Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA).

Desempenho em Mercado de Capitais

O BB-BI participou da coordenação e estruturação de 17 operações no mercado doméstico de renda fixa no 4T17, representando volume de R$ 13,5 bilhões em operações de Debêntures e Notas Promissórias.

Em 2017 o BB-BI ficou em 1° lugar em Fundos de Investimento Imobiliário, 1° lugar em Operações Híbridas e em 2° lugar em Operações de Empresas Ligadas, conforme Ranking Anbima.

No acumulado do ano, de acordo com o Ranking Anbima de Renda Fixa Consolidado, o BB é o 4ª colocado, com um volume total de R$ 32,4 bilhões.

No 4T17, atuou em 6 operações de securitização com volume total de R$ 3,3 bilhões. Em operações de securitização, segundo Ranking Anbima Securitização – Originação, o BB-BI alcançou a 5ª posição, participando em operações com um volume total de R$ 8,2 bilhões.

No trimestre, 12 emissores brasileiros corporativos acessaram o mercado internacional de capitais (*bonds*), com emissão total de US$ 11,4 bilhões, sendo que 6 contrataram o BB para atuar como *lead manager*, emitindo um total de US$ 3,9 bilhões, com participação de mercado de 34,5% em volume e 50% no total das emissões no período. No acumulado do ano, conforme o Ranking Anbima de Emissões Externas, o BB é o 5º colocado, com um volume total de US$ 31,5 bilhões.

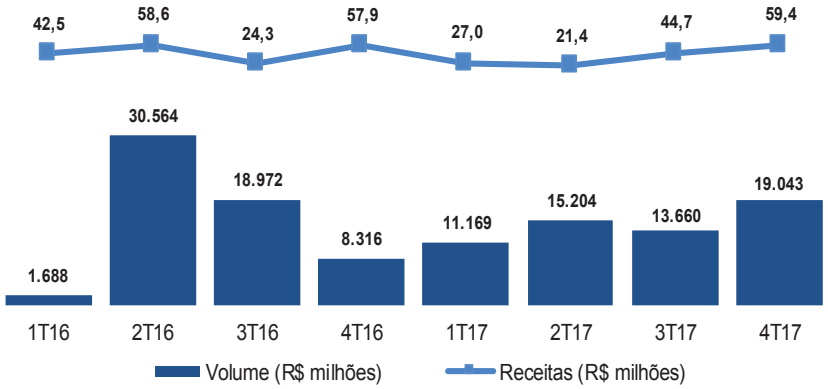
O BB também vem ampliando sua participação em transações de *Liability Management*, com atuação em 3 das 4 operações de troca e recompra de papéis no 4T17.

No que se refere a grupos estrangeiros, o BB atuou como *co-manager* em outras 10 emissões de *bonds* no montante total de US$ 3,4 bilhões e mais EUR 2,7 bilhões no período.

O gráfico a seguir demonstra o desempenho do BB na originação de títulos de renda fixa no Brasil e no exterior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Figura 55. Originação de Títulos de Renda Fixa – Mercados Doméstico e Internacional[1]

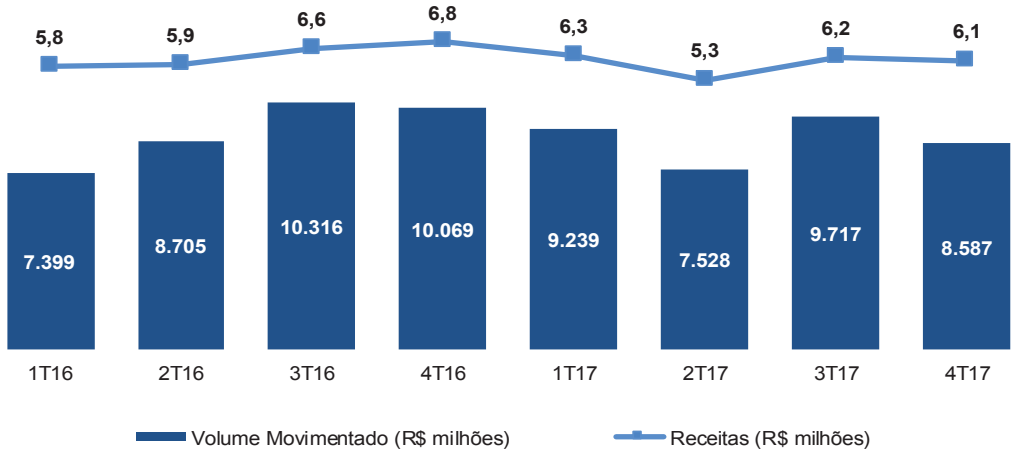


1 – Série revisada.

No 4T17, o BB-BI atuou como coordenador na distribuição pública de ações da Petrobras Distribuidora S.A., cuja captação total foi de R$ 5 bilhões. Em 2017, o BB-BI foi o 7º colocado no Ranking Anbima de Originação de Renda Variável (consolidado) com Partes Relacionadas – Valor, destacando-se a sua participação em ofertas subsequentes (*Follow On*), onde foi o 5º colocado.

Para os investidores de Varejo, o BB-BI oferece o serviço de compra e venda de ações por meio da rede de agências do BB, *internet* (*site* Investimentos, disponível em https://investimentos.bb.com.br) e *mobile* (App Investimentos BB). No 4T17, o volume movimentado no BB foi de R$ 8,6 bilhões. Nesse mesmo período a B3 S.A. – Brasil Bolsa Balcão movimentou R$ 188,8 bilhões. A seguir apresentamos a movimentação trimestral:

Figura 56. Renda Variável Varejo - Mercado Secundário



Na indústria de *private equity*, o BB-BI é cotista de 14 fundos. O total de capital comprometido pelo BB-BI na indústria de *private equity* é de R$ 1,1 bilhão, conforme tabela a seguir:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

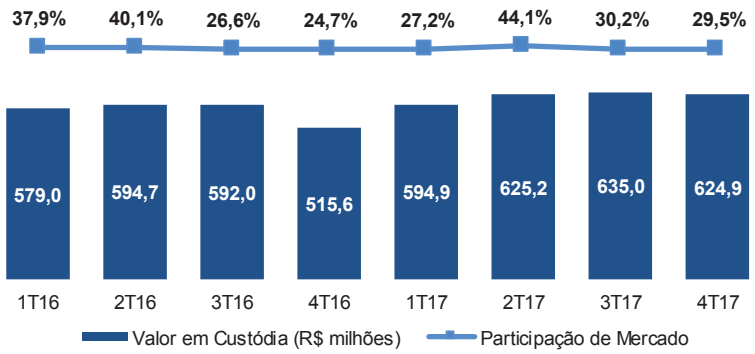
Tabela 120. *Private Equity* – Participação Indireta

R$ milhões	Dez/16		Set/17		Dez/17	
	Capital Comprometido do BB-BI	Participação no Capital Comprometido do Fundo (%)	Capital Comprometido do BB-BI	Participação no Capital Comprometido do Fundo (%)	Capital Comprometido do BB-BI	Participação no Capital Comprometido do Fundo (%)
FIP Angra Infraestrutura	60,0	8,1	60,0	8,1	60,0	8,1
FIP Logística Brasil	60,0	13,0	60,0	13,0	60,0	13,0
FIP Brasil Energia	60,0	5,8	60,0	5,8	60,0	5,8
FIP Infra Brasil	60,0	7,3	60,0	7,3	60,0	7,3
FIP Coliseu[1]	200,0	21,5	-	-	-	-
FMIEE Rio Bravo Nordeste II	20,0	15,2	19,9	15,1	20,0	15,2
FMIEE Jardim Botanico VC I	20,0	20,0	20,0	20,0	20,0	20,0
FMIEE Fundotec II	12,0	15,5	12,0	15,5	12,0	15,5
FIP Fundo Brasil de Governança Corporativa	82,5	13,8	82,5	13,8	82,5	13,8
FIP Brasil Agronegócio	160,0	19,1	160,0	19,0	160,0	19,0
FIP Brasil Sustentabilidade	40,0	9,5	40,0	9,5	40,0	9,5
FIP Fundo Brasil de Internacionalização de Empresas	88,0	24,4	88,0	24,4	88,0	24,4
FIP Brasil Portos e Ativos Logísticos	169,3	18,8	169,3	18,8	169,3	18,8
FIP Brasil Óleo e Gás	125,0	25,0	125,0	25,0	125,0	25,0
FIP Fundo Brasil de Internacionalização de Empresas II	150,0	21,5	150,0	21,5	150,0	21,5
Total	**1.306,8**	-	**1.106,7**	-	**1.106,8**	-

1 - O FIP Coliseu foi liquidado em 07/08/2017.

A figura a seguir apresenta o saldo e a participação de mercado de custódia no BB-BI no mercado de ouro.

Figura 57. Ouro – Custódia



6.5. Seguros, Previdência e Capitalização

A BB Seguridade é o grupo segurador do Banco do Brasil. Constituída em 2012, a empresa representa o resultado de reorganizações societárias empreendidas desde 2008. Dentre as suas atividades estão a oferta de produtos de seguros, previdência aberta, capitalização e serviços de corretagem.

Outras informações sobre a BB Seguridade e os negócios do segmento de seguros podem ser consultados no relatório Análise do Desempenho da empresa, disponíveis no site http://www.bbseguridaderi.com.br/

Na próxima tabela estão presentes os principais indicadores de desempenho da BB Seguridade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Tabela 121. BB Seguridade – Indicadores de Desempenho

	Fluxo Trimestral			Var. (%)	
R$ milhões	4T16	3T17	4T17	s/ 4T16	s/ 3T17
Indicadores de Desempenho - %					
Seguros - Vida, Habitacional e Rural					
Sinistralidade[1]	31,0	32,4	26,9	(13,1)	(16,8)
Índice de Comissionamento[2]	27,5	32,2	32,6	18,5	1,3
Margem Técnica	41,6	35,6	40,6	(2,5)	14,0
Índice Combinado[3]	69,1	75,0	79,2	14,6	5,6
Índice Combinado Ampliado[4]	63,0	70,3	70,0	11,0	(0,4)
RSPL Ajustado	47,2	41,7	45,3	(4,0)	8,6
Seguros - Patrimônio					
Sinistralidade[1]	63,9	57,0	62,2	(2,5)	9,2
Índice de Comissionamento[2]	23,3	24,5	25,6	9,6	4,2
Margem Técnica	13,0	18,7	12,4	(4,8)	(33,8)
Índice Combinado[3]	106,5	102,6	108,2	1,6	5,5
Índice Combinado Ampliado[4]	99,4	98,2	102,2	2,8	4,1
RSPL Ajustado	3,1	2,0	(6,5)	-	-
Previdência					
Índice de Comissionamento[2]	0,9	1,3	1,4	60,7	5,5
RSPL Ajustado	42,9	46,8	42,3	(1,4)	(9,5)
Capitalização					
Índice de Comissionamento[2]	67,0	74,5	87,5	30,4	17,3
Margem de Capitalização	8,9	(3,4)	(4,1)	-	22,1
RSPL Ajustado	96,4	73,2	38,9	(59,6)	(46,8)
Corretagem					
Margem Operacional Ajustada	79,2	82,2	80,3	1,4	(2,2)
Margem Líquida Ajustada	59,4	56,8	56,1	(5,5)	(1,3)

1 – Sinistralidade = Despesas com Sinistros / Prêmios Ganhos.
2 – Índice de Comissionamento = Despesas de Comercialização / Prêmios Ganhos.
3 – Índice Combinado = (Desp. Gerais + Desp. Adm. + Desp. de Comerc. + Desp. com Sinistros + Rec. com Emissão de Apólices + Rec. com Resseguro) / Prêmios Ganhos.
4 – Índice Combinado Ampliado = (Desp. Gerais + Desp. Adm. + Desp. de Comerc. + Desp. com Sinistros + Rec. com Emissão de Apólices + Rec. com Resseguro) / (Prêmios Ganhos + Resultado Financeiro).

6.6. Consórcios

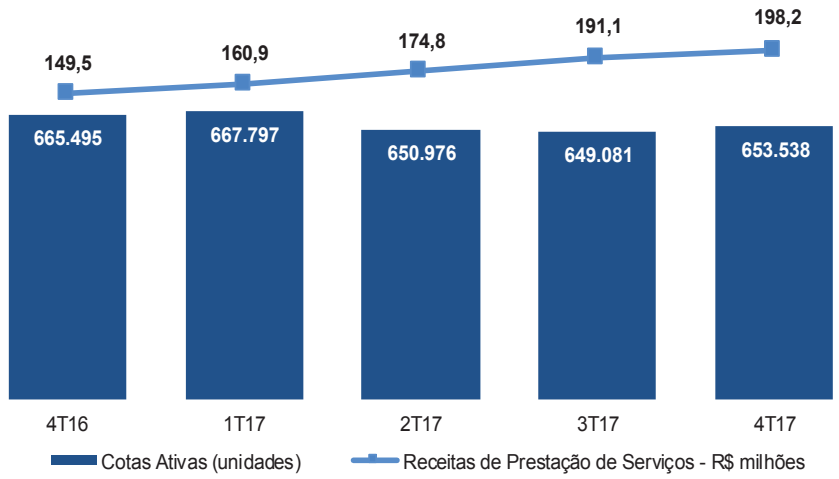
O Banco do Brasil atua no mercado de consórcios por meio de sua controlada, BB Administradora de Consórcios S.A. Em novembro de 2017, último dado disponibilizado pelo Banco Central do Brasil, a BB Consórcios contava com 9,5% de participação de mercado. Em 2017, o BB comercializou 218 mil novas cotas de consórcios, totalizando R$ 8,6 bilhões em volume de negócios, aumento de 27,7% em relação ao mesmo período de 2016.

Tabela 122. Consórcios - Cotas Ativas por Tipo

	Saldos						Var. (%)	
unidades	Dez/16	Part. %	Set/17	Part. %	Dez/17	Part. %	Dez/16	Set/17
Automóveis	619.901	93,1	566.586	87,3	561.673	85,9	(9,4)	(0,9)
Moto	10.294	1,5	33.645	5,2	43.074	6,6	318,4	28,0
Imóveis	21.483	3,2	26.231	4,0	28.782	4,4	34,0	9,7
Trator/Caminhão	7.892	1,2	9.318	1,4	4.482	0,7	(43,2)	(51,9)
Serviços	2.756	0,4	6.842	1,1	7.826	1,2	184,0	14,4
Eletrodomésticos	3.169	0,5	6.459	1,0	7.701	1,2	143,0	19,2
Total	**665.495**	**100,0**	**649.081**	**100,0**	**653.538**	**100,0**	**(1,8)**	**0,7**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Figura 58. Consórcios – Receitas de Prestação de Serviços e Cotas Ativas



As tabelas a seguir apresentam o comparativo entre saldo médio, prazo médio e taxa de administração média das cotas comercializadas no período.

Tabela 123. Consórcios - *Ticket* Médio

	Saldos				
R$	4T16	1T17	2T17	3T17	4T17
Trator/Caminhão	154.346	159.260	161.634	159.779	161.059
Imóveis	162.867	165.905	159.207	101.082	129.278
Automóveis	39.431	37.405	39.862	40.492	41.807
Moto	11.833	12.986	14.657	16.009	16.731
Serviços	7.360	6.842	7.236	7.249	7.565
Eletrodomésticos	4.557	4.233	4.428	4.293	4.637

Tabela 124. Consórcios – Prazo Médio e Taxa de Administração Média

	4T16		3T17		4T17	
	Prazo Médio (meses)	Taxa Média (%)	Prazo Médio (meses)	Taxa Média (%)	Prazo Médio (meses)	Taxa Média (%)
Serviços	33	21,7	32	20,9	31	21,0
Moto	43	19,9	58	19,8	59	20,1
Eletrodomésticos	26	19,3	30	19,1	32	19,4
Imóveis	139	20,3	168	15,4	156	19,8
Automóveis	68	15,3	69	15,3	69	15,3
Trator/Caminhão	78	15,4	95	15,1	96	15,1

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

7- Produtividade e Eficiência

O Banco do Brasil busca constantemente melhorar sua eficiência operacional e produtividade, mantendo eficiente controle de suas despesas administrativas, de pessoal e operacionais.

7.1. Indicadores

Nesta seção são apresentados os indicadores utilizados para análise da produtividade e eficiência das instituições financeiras. A seguir apresentamos o Resultado Estrutural, que cresceu 3,6% na comparação em 12 meses, e é composto principalmente pelo produto bancário e as despesas operacionais totais, o que demonstra a evolução dos negócios do Banco.

Tabela 125. Resultado Estrutural

	Fluxo Trimestral			Var. (%)		Fluxo Anual		Var. (%)
R$ milhões	4T16	3T17	4T17	4T16	3T17	2016	2017	2016
Receitas Operacionais Totais (Produto Bancário)	**24.828**	**23.631**	**24.447**	**(1,5)**	**3,5**	**96.259**	**95.818**	**(0,5)**
Receitas Operacionais	24.818	23.570	24.321	(2,0)	3,2	95.604	95.431	(0,2)
Margem Financeira Bruta	15.333	14.247	14.548	(5,1)	2,1	59.341	57.878	(2,5)
Rendas de Tarifas	6.318	6.562	6.735	6,6	2,6	23.794	25.941	9,0
Res. de Part. em Coligadas e Controladas	1.116	1.005	943	(15,5)	(6,2)	4.269	3.962	(7,2)
Outras Receitas Operacionais	2.050	1.756	2.096	2,2	19,3	8.200	7.650	(6,7)
Previ - Plano de Benefícios 1	(141)	(66)	(66)	(53,0)	(0,0)	(389)	(251)	(35,5)
Previ - Atualização de Fundo Utilização	151	127	193	27,5	51,5	1.044	638	(38,9)
Despesas Operacionais Totais	**(14.262)**	**(13.078)**	**(13.383)**	**(6,2)**	**2,3**	**(53.991)**	**(51.990)**	**(3,7)**
Despesas Administrativas	(8.617)	(7.915)	(8.236)	(4,4)	4,0	(32.817)	(31.789)	(3,1)
Despesas de Pessoal	(5.210)	(4.679)	(4.805)	(7,8)	2,7	(20.238)	(18.978)	(6,2)
Outras Despesas Administrativas	(3.406)	(3.236)	(3.431)	0,7	6,0	(12.579)	(12.811)	1,8
Risco Legal	(748)	(819)	(636)	(14,9)	(22,3)	(2.747)	(2.722)	(0,9)
Outras Despesas Tributárias	(96)	(128)	(129)	34,2	0,4	(426)	(502)	18,0
Despesas Tributárias s/ Faturamento	(1.327)	(1.258)	(1.250)	(5,9)	(0,7)	(5.116)	(5.001)	(2,3)
Outras Despesas Operacionais	(3.475)	(2.957)	(3.132)	(9,9)	5,9	(12.885)	(11.976)	(7,1)
Resultado Não Operacional	**64**	**34**	**48**	**(24,9)**	**41,8**	**227**	**186**	**(18,0)**
Resultado Estrutural	**10.630**	**10.587**	**11.112**	**4,5**	**5,0**	**42.495**	**44.015**	**3,6**

Pode-se observar na tabela a seguir que os índices de cobertura das despesas de pessoal e das despesas administrativas, além do índice de eficiência, apresentaram evolução na comparação 2017/2016, em função do desempenho favorável das rendas de tarifas e do eficiente controle das despesas administrativas.

Tabela 126. Índices de Cobertura e Eficiência – Ajustados[1]

%	4T16	1T17	2T17	3T17	4T17	2016	2017
Cobertura das Despesas de Pessoal - Trimestral	121,3	132,8	133,5	140,2	140,2	117,6	136,7
Cobertura das Despesas de Pessoal - 12 meses	**117,6**	**121,7**	**124,8**	**131,7**	**136,7**	**-**	**-**
Cobertura das Despesas Administrativas - Trimestral	73,3	79,9	81,8	82,9	81,8	72,5	81,6
Cobertura das Despesas Administrativas - 12 meses	**72,5**	**74,7**	**76,3**	**79,3**	**81,6**	**-**	**-**
Índice de Eficiência - 12 meses[2]	**39,7**	**39,3**	**38,9**	**38,5**	**38,1**		

1 - Dados referentes à Demonstração de Resultado com Realocações.
2 - Receitas Operacionais, líquido das Outras Despesas Operacionais.

A tabela a seguir apresenta outros indicadores de produtividade utilizados.

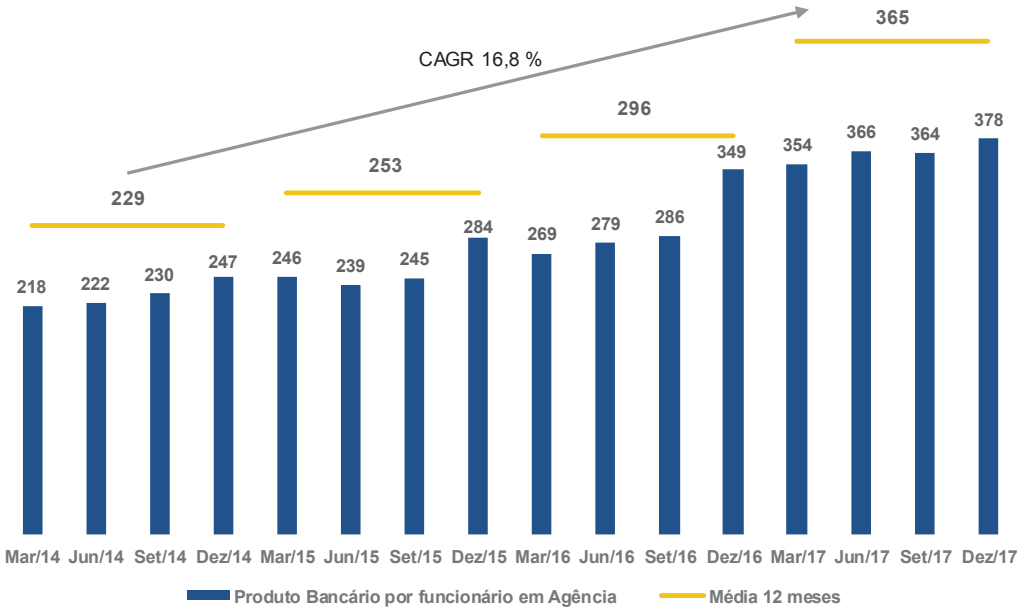
Tabela 127. Outros Indicadores de Produtividade e Eficiência

	Dez/16	Mar/17	Jun/17	Set/17	Dez/17
Contas Correntes/Rede Própria	2.244	2.250	2.295	2.428	2.444
Contas Correntes/Funcionários em Agências	525	554	564	564	563
Renda de Tarifas/Rede Própria - R$ mil	380	377	400	435	452
Cart. de Créd. Ampl./Rede Própria - R$ milhões	42,6	41,8	43,2	44,9	45,7
Captação Comercial/Funcionários em Agências - R$ milhões	8,6	8,7	9,0	8,8	9,0
Captação Fundos/Funcionários em Agências - R$ milhões	10,3	11,9	12,5	13,1	13,4
Despesa de Pessoal por Funcionário - R$ mil	49,7	46,6	48,3	47,0	48,4
Funcionários em Agências/(Ag.+Postos de Atendimento)	9,9	9,5	9,4	9,4	9,5

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

No próximo gráfico é demonstrada a evolução do produto bancário (receitas operacionais totais) pela quantidade de funcionários em agências.

Figura 59. Produto Bancário por Funcionários em Agências (mil)



7.2. Despesas de Pessoal

Em 2017, as despesas de pessoal registraram queda de 6,2% na comparação com o ano anterior, devido, principalmente, à redução de 7,3% do número médio de funcionários no mesmo período. O aumento das despesas com benefícios decorre do ressarcimento extraordinário de até R$ 23 milhões mensais em favor da Cassi.

Na comparação trimestral (4T17/3T17), as despesas de pessoal apresentaram acréscimo de 2,7%, em linha com o reajuste salarial do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) de 2017.

Tabela 128. Despesas de Pessoal

	Fluxo Trimestral			Var. (%)		Fluxo Anual		Var. (%)
R$ milhões	4T16	3T17	4T17	4T16	3T17	2016	2017	2016
Despesas de Pessoal	**(5.210)**	**(4.679)**	**(4.805)**	**(7,8)**	**2,7**	**(20.238)**	**(18.978)**	**(6,2)**
Proventos	(3.267)	(2.196)	(2.661)	(18,6)	21,2	(10.555)	(9.646)	(8,6)
Encargos Sociais	(973)	(763)	(866)	(11,0)	13,5	(3.353)	(3.180)	(5,1)
Benefícios	(796)	(735)	(783)	(1,6)	6,6	(2.789)	(3.046)	9,2
Provisões Administrativas de Pessoal	118	(756)	(207)	-	(72,6)	(2.585)	(2.137)	(17,3)
Previdência Complementar	(256)	(202)	(251)	(1,8)	24,6	(842)	(859)	2,1
Treinamento	(22)	(17)	(25)	12,8	46,2	(65)	(64)	(1,3)
Honorários de Diretores e Conselheiros	(13)	(11)	(12)	(10,2)	9,4	(49)	(45)	(8,5)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A seguir apresentamos perfil dos colaboradores (funcionários e estagiários) do BB.

Tabela 129. Perfil dos Funcionários

	Dez/16	Mar/17	Jun/17	Set/17	Dez/17
Funcionários	**100.622**	**99.964**	**99.603**	**99.305**	**99.161**
Feminino	41.549	41.321	41.194	41.110	41.044
Masculino	59.073	58.643	58.409	58.195	58.117
Escolaridade					
Ensino Médio	19.750	19.024	18.429	17.823	17.533
Graduação	43.083	42.482	42.100	41.646	41.073
Especialização, Mestrado e Doutorado	37.575	38.249	38.868	39.630	40.354
Demais	214	209	206	206	201
Índice de Rotatividade Trimestral (%)	**8,6**	**0,7**	**0,3**	**0,3**	**0,3**
Estagiários	2.328	1.420	1.468	1.920	2.086

O índice de rotatividade 8,6% em Dez/16 reflete o Plano Extraordinário de Aposentadoria Incentivada (PEAI), anunciado por fato relevante em 20 de novembro de 2016.

7.3. Outras Despesas Administrativas

As outras despesas administrativas cresceram 1,8% na comparação com o ano de 2016, impactadas, principalmente, pelas ações decorrentes do redimensionamento da estrutura do BB que ocorreram ao longo de 2017. O encerramento das agências e pontos de atendimento elevaram as outras despesas administrativas em R$ 197,4 milhões na comparação 2017/2016, em função do pagamento de multa contratual e despesas com reformas para a entrega dos imóveis. Esse aumento pode ser percebido na linha imóveis e bens de uso.

Na comparação trimestral (4T17/3T17), as outras despesas administrativas aumentaram em 6,0%, influenciadas pelos investimentos realizados na rede de transmissão de dados do BB e pelo aumento sazonal do número de campanhas e ações de publicidade no quarto trimestre.

Tabela 130. Outras Despesas Administrativas

	Fluxo Trimestral			Var. (%)		Fluxo Anual		Var. (%)
R$ milhões	4T16	3T17	4T17	4T16	3T17	2016	2017	2016
Outras Despesas Administrativas	**(3.406)**	**(3.236)**	**(3.431)**	**0,7**	**6,0**	**(12.579)**	**(12.811)**	**1,8**
Imóveis e Bens de Uso[1]	(600)	(681)	(687)	14,6	1,0	(2.564)	(2.796)	9,1
Serv. de Vigilância, Segurança e Transp.	(634)	(607)	(639)	0,7	5,2	(2.371)	(2.359)	(0,5)
Serviços de Terceiros	(520)	(514)	(524)	0,8	1,8	(1.933)	(2.011)	4,0
Comunicação e Processamento de Dados	(660)	(463)	(547)	(17,2)	18,0	(2.113)	(1.995)	(5,6)
Amortização e Depreciação	(357)	(361)	(365)	2,2	1,1	(1.376)	(1.432)	4,1
Publicidade e Relações Públicas	(179)	(165)	(212)	18,4	28,4	(566)	(558)	(1,5)
Demais Despesas Administrativas	(455)	(444)	(457)	0,5	3,0	(1.655)	(1.660)	0,3

1- Inclui despesas com seguro patrimonial.

7.3.1. Rede de Atendimento

O Banco do Brasil encerrou 2017 com 64,5 mil pontos de atendimento entre rede própria, compartilhada e correspondentes, fazendo-se presente em 99,8% dos municípios brasileiros.

O BB possui parcerias para o compartilhamento de terminais de autoatendimento e utilização da rede de lotéricas, nos quais é possível realizar saques, depósitos, pagamentos, entre outros serviços. Essas parcerias consolidam a presença nacional da rede do Banco do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Na próxima tabela apresentamos a composição da rede de atendimento do BB.

Tabela 131. Rede de Atendimento

	Posição			Var. (%)	
	Dez/16	Set/17	Dez/17	Dez/16	Set/17
Rede Própria	**16.625**	**15.085**	**14.901**	**(10,4)**	**(1,2)**
Agências	5.440	4.871	4.770	(12,3)	(2,1)
Postos de Atendimento	1.705	2.062	2.033	19,2	(1,4)
Postos de Atendimento Eletrônico	9.480	8.152	8.098	(14,6)	(0,7)
Rede MaisBB	**13.630**	**13.683**	**13.774**	**1,1**	**0,7**
Correspondentes no País	7.484	7.576	7.700	2,9	1,6
Banco Postal	6.146	6.107	6.074	(1,2)	(0,5)
Rede Compartilhada	**36.241**	**35.381**	**35.827**	**(1,1)**	**1,3**
Lotéricas	13.077	13.017	13.024	(0,4)	0,1
Banco 24h	19.868	19.445	19.951	0,4	2,6
TAA: Bancos Parceiros	3.296	2.919	2.852	(13,5)	(2,3)
Total	**66.496**	**64.149**	**64.502**	**(3,0)**	**0,6**

Tabela 132. Rede de Agências por Região

	BB	SFN	Part. %
Sudeste	2.036	11.382	17,9
Nordeste	1.045	3.538	29,5
Sul	933	4.029	23,2
Centro-Oeste	454	1.760	25,8
Norte	302	1.124	26,9
Total	**4.770**	**21.833**	**21,8**

7.3.2. Canais Automatizados

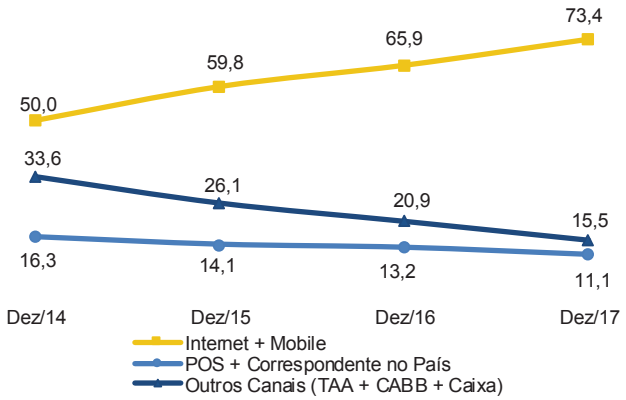
Os canais de atendimento automatizados do Banco do Brasil disponibilizam uma ampla gama de serviços e produtos aos clientes, além de contribuir no controle de custos.

Mobile e Internet Banking

O BB m*obile* e *internet banking* buscam tornar a experiência bancária dos clientes cada vez mais simples, rápida, segura e conveniente, com a disponibilização de um amplo portfólio de produtos e serviços, de forma a atendê-lo a qualquer hora e em qualquer lugar em que eles estiverem.

A próxima figura apresenta a evolução do percentual das transações realizadas por canal de atendimento. É válido destacar que os canais *internet* e *mobile* já representam 73,4% das transações realizadas pelos clientes do Banco do Brasil.

Figura 60. Participação dos Canais de Atendimento nas Transações – (%)



Os próximos dois gráficos apresentam a evolução da quantidade de usuários cadastrados e das transações realizadas pelos canais *mobile banking* e *internet banking*, respectivamente. Destaque para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

o aumento de 4,8 milhões de clientes que utilizam o *mobile banking* no último ano, fruto do aprofundamento da estratégia digital do BB.

Figura 61. Quantidade de Usuários (milhões) – *Internet* e *Mobile*

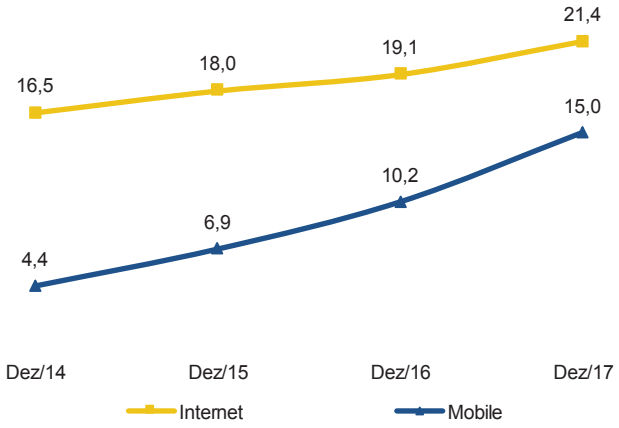
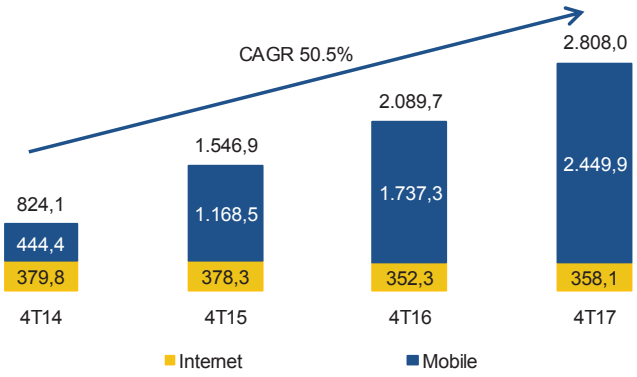


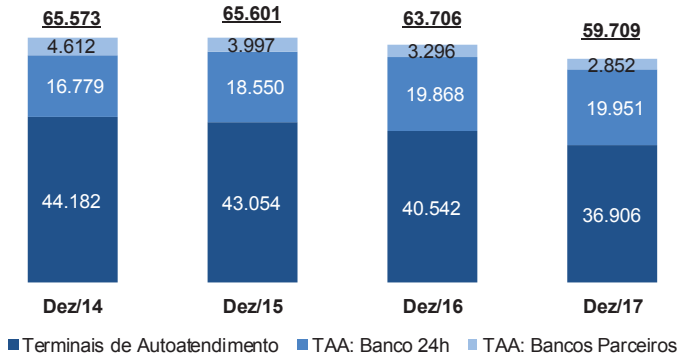
Figura 62. Quantidade de Transações (milhões) – Internet e *Mobile* PF



Terminais de Autoatendimento

O Banco do Brasil disponibiliza aos seus clientes uma ampla rede de terminais de autoatendimento (TAA) no País. A figura a seguir apresenta a quantidade de terminais da rede própria, das parcerias com outros bancos e da rede Banco 24h.

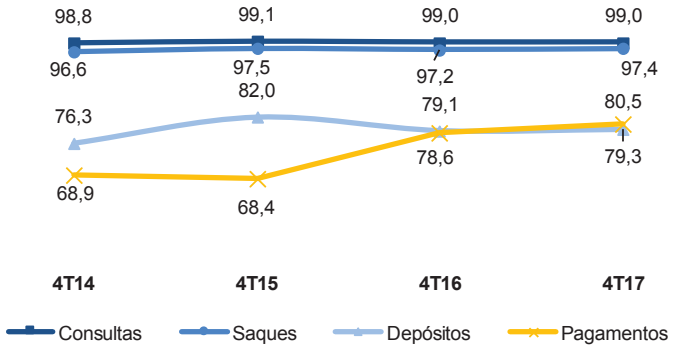
Figura 63. Terminais de Autoatendimento



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

No próximo gráfico é possível observar que os TAAs, em comparação com os caixas das agências e dos postos de atendimento, respondem pela maioria das transações bancárias básicas, tais como consultas diversas, saques, depósitos e pagamentos de títulos e convênios.

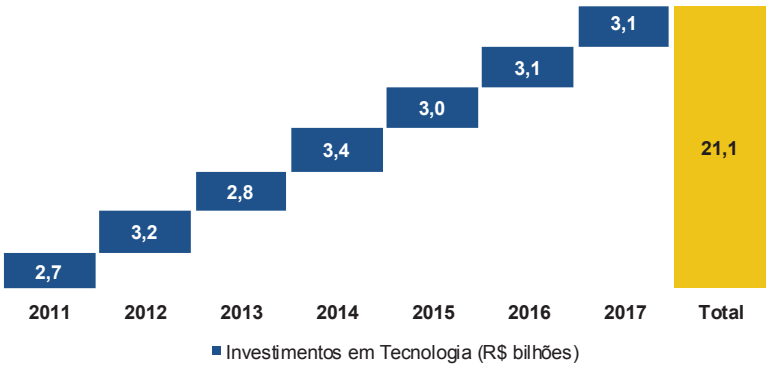
Figura 64. Transações - TAAs vs Caixa – (% média)



Investimento em Tecnologia

O Banco do Brasil investe permanentemente em tecnologia com o objetivo de melhorar a eficiência operacional, reduzir as perdas operacionais, expandir os negócios e melhorar o atendimento ao cliente. Durante o período de 2011 a 2017 foi investido o montante de R$ 21,1 bilhões. Na próxima figura pode-se observar a série anual do total investido.

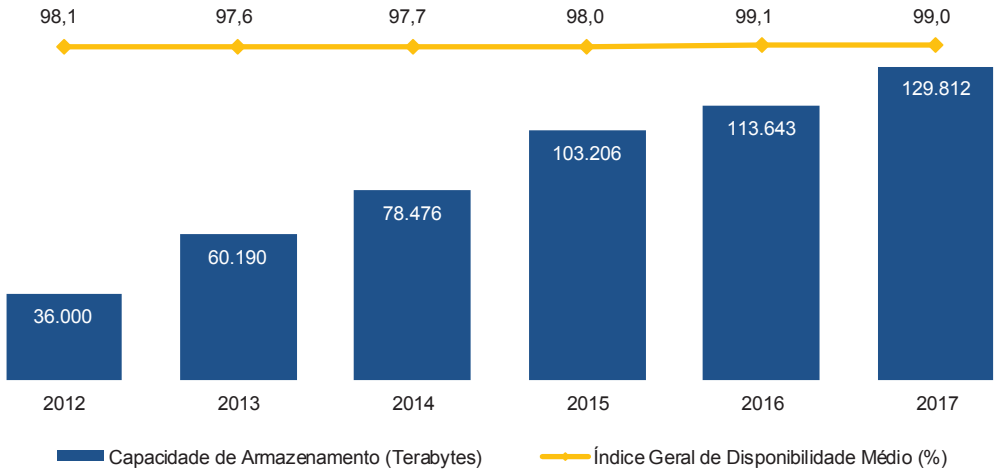
Figura 65. Investimentos em Tecnologia



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Um importante resultado dos investimentos em tecnologia está relacionado ao significativo aumento da capacidade de armazenamento de dados e no índice de disponibilidade, conforme demonstrado na próxima figura.

Figura 66. Capacidade de Armazenamento e Índice Geral de Disponibilidade



7.4. Outras Receitas e Despesas Operacionais

A tabela a seguir apresenta as principais linhas nas outras receitas/despesas operacionais. É válido ressaltar que a linha "Demais" representa o somatório das subcontas de valores pouco relevantes individualmente e pulverizados.

Na comparação anual, destaque para a redução de 79,9% das despesas com remuneração pelas transações do Banco Postal, devido ao novo modelo contratual vigente desde dezembro de 2016.

Tabela 133. Outras Receitas e Despesas Operacionais

	Fluxo Trimestral			Var. (%)		Fluxo Anual		Var. (%)
R$ milhões	4T16	3T17	4T17	4T16	3T17	2016	2017	2016
Outras Receitas Operacionais	**2.050**	**1.756**	**2.096**	**2,2**	**19,3**	**8.200**	**7.650**	**(6,7)**
Atualização de Depósitos em Garantia	812	647	560	(31,0)	(13,3)	3.090	2.673	(13,5)
Recuperação de Encargos e Despesas	506	514	541	7,0	5,3	2.056	2.069	0,6
Rendas de Títulos e Créditos a Receber	230	167	204	(11,4)	22,2	915	785	(14,2)
Operações com Cartões[1]	75	75	316	-	-	339	600	77,3
Rec. de Empresas Colig./Control. Não Financeiras	96	72	54	(44,0)	(25,4)	323	290	(10,3)
Outras Despesas Operacionais	**(3.475)**	**(2.957)**	**(3.132)**	**(9,9)**	**5,9**	**(12.885)**	**(11.976)**	**(7,1)**
Verba de Relacionamento Negocial	(480)	(462)	(405)	(15,7)	(12,4)	(1.977)	(1.806)	(8,6)
Descontos Concedidos em Renegociação	(412)	(331)	(375)	(8,8)	13,4	(1.314)	(1.441)	9,7
Operações com Cartões	(279)	(404)	(367)	31,8	(9,1)	(1.323)	(1.429)	8,1
Amortização de Ágio em Investimentos	(276)	(304)	(304)	10,3	0,0	(1.105)	(1.218)	10,2
Atualização das Obrigações Atuariais	(284)	(288)	(288)	1,2	(0,0)	(1.192)	(1.159)	(2,8)
Bônus de Relacionamento Negocial	(224)	(264)	(347)	55,3	31,7	(698)	(1.067)	52,7
Atualização de Depósitos em Garantia	(395)	(245)	(208)	(47,3)	(14,9)	(1.366)	(1.027)	(24,8)
Desp. das Empresas Ligadas não Financeiras	(113)	(107)	(125)	10,4	17,3	(436)	(440)	1,0
Autoatendimento	(86)	(74)	(76)	(11,6)	3,2	(356)	(332)	(6,9)
Falhas/Fraudes e outras Perdas	(77)	(58)	(64)	(17,2)	11,1	(328)	(319)	(2,6)
Remuneração pelas Transações do Banco Postal	(237)	(53)	(70)	(70,3)	33,7	(1.176)	(237)	(79,9)
Bônus de Adimplência	(64)	(48)	(42)	(33,9)	(11,0)	(288)	(200)	(30,3)
Convênio INSS	(37)	(43)	(51)	38,2	19,0	(117)	(171)	45,9
Prêmio de Seguro de Vida - CDC	(35)	(33)	(33)	(7,7)	(1,4)	(147)	(132)	(10,1)
Demais	**(144)**	**36**	**45**	**-**	**25,4**	**414**	**237**	**(42,8)**

1- Série revisada no 3T17 em conformidade com a Carta Circular Bacen nº 3.828/2017.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

7.5. Perdas Operacionais

O Banco do Brasil classifica suas perdas operacionais em categorias de eventos de risco operacional conforme a Resolução CMN nº 4.557/2017. O BB considera as constituições/reversões de provisões, notadamente para passivos contingentes, no total apurado de perdas operacionais para as categorias práticas trabalhistas e condições do ambiente de trabalho, práticas inadequadas relativas aos negócios, produtos e clientes e falhas na execução e gerenciamento de processos.

Na categoria "Práticas trabalhistas e condições do ambiente de trabalho" são registradas as perdas decorrentes de divergências na relação empregado-empregador envolvendo contratos ou leis, saúde, segurança e discriminação no ambiente de trabalho, incluídas as perdas por responsabilidade subsidiária relativas aos empregadores terceirizados.

As perdas decorrentes de "Fraudes e roubos externos" caracterizam-se por atos praticados por terceiros com intenção de se apropriar indevidamente de valores e ativos físicos do Banco ou de clientes. Destacam-se, nessa categoria, as perdas operacionais oriundas de fraudes eletrônicas e roubos externos.

O BB registra na categoria "Práticas inadequadas relativas aos negócios, produtos e clientes" as perdas operacionais relacionadas aos ressarcimentos ou indenizações a correntistas e não correntistas decorrentes de ações judiciais e administrativas, excluídas aquelas decorrentes de fraudes, resultantes de questionamentos relacionados a práticas de atendimento e aos produtos e serviços comercializados pelo Banco e seus parceiros de negócios.

A categoria "Falhas na execução e gerenciamento de processos" caracteriza-se pela possibilidade de perdas com pagamentos a outros Bancos, parceiros de negócio, fornecedores, órgãos reguladores, fiscalizadores e de controle, decorrentes de falhas ou inadequações na execução, condução e gerenciamento das atividades associadas aos respectivos processos internos.

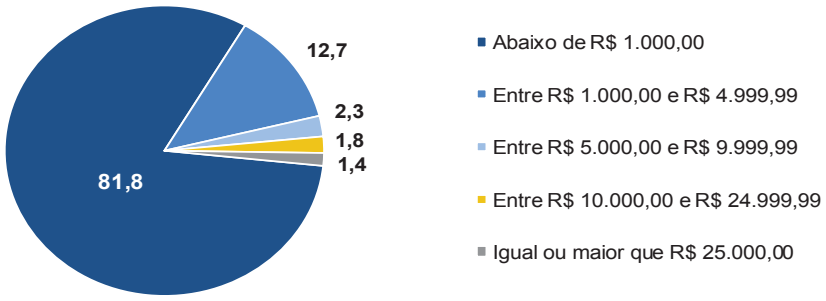
A participação percentual de cada categoria é discriminada na tabela a seguir.

Tabela 134. Perdas Operacionais por Categoria de Eventos de Perda – (%)

	4T16	1T17	2T17	3T17	4T17
Práticas Inadequadas Relativas aos Negócios, Produtos e Clientes	52,0	50,1	19,9	48,9	52,4
Práticas Trabalhistas e Condições do Ambiente de Trabalho	29,2	32,7	56,2	38,0	31,6
Fraudes e Roubos Externos	14,2	14,4	21,1	11,1	12,3
Falhas na Execução e Gerenciamento de Processos	4,2	1,7	1,2	(0,8)	2,6
Danos a Ativos Físicos e Lesões a Pessoas	0,1	0,1	0,2	2,5	0,6
Fraudes e Roubos Internos	0,3	1,0	1,4	0,3	0,5
Falhas de Sistemas e Tecnologia	0,0	0,0	-	0,0	0,0
Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**

A distribuição das perdas operacionais do Banco do Brasil está concentrada (94,5%) em valores abaixo de R$ 5.000,00, dos quais 81,8% estão abaixo de R$ 1.000,00.

Figura 67. Perdas Operacionais por Faixa de Valor – (%)



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

8 - Ativo e Passivo Atuarial

O BB contabiliza em seu balanço, ativos e passivos atuariais decorrentes dos planos de benefícios concedidos aos seus empregados.

O ativo atuarial mais relevante é o Plano 1 da Previ, enquanto que o passivo atuarial mais representativo é o plano de assistência administrado pela Cassi. Os valores são apurados periodicamente com fundamento em laudo de avaliação atuarial e sua disponibilidade é condicionada ao cumprimento dos requisitos estabelecidos em legislação e por autoridades reguladoras.

8.1. Previ – Plano 1

Breve Histórico

O Plano de Benefícios 1 (Plano) foi criado em 1967 e estruturado na modalidade de benefício definido.

Até dezembro de 2000, o Plano, na razão de 2/3, foi custeado pelo patrocinador (Banco do Brasil), e 1/3, pelos participantes (aposentados e pensionistas). A adesão de novos participantes foi encerrada em 23/12/1997.

A partir de janeiro de 2001, visando a adequação às disposições da Emenda Constitucional n° 20, o patrocinador e os participantes implementaram a contribuição paritária (50%). Em vista disso, a participação do Banco no superavit é de 50% do valor presente dos ativos e obrigações atuariais do Plano.

No período de janeiro de 2007 a dezembro de 2013, em função do superavit do plano, a cobrança das contribuições foi suspensa. Nessa ocasião, o Banco firmou Memorando de Entendimentos com a Previ, visando a destinação e utilização parcial do superavit, após atendidos os requisitos estabelecidos nas legislações (Lei Complementar nº 109/2001 e a Resolução CGPC nº 26/2008). Em face da aprovação das medidas previstas no memorando houve a destinação parcial do superavit acordado em 2010, reconhecido como Fundo de Destinação e posteriormente segregado em fundos de Contribuição e Utilização. Entre dezembro de 2010 e dezembro de 2013, as contribuições foram cobertas pelo Fundo de Contribuição.

Em janeiro de 2014, com a diminuição do superavit acumulado, a Previ comunicou a retomada da cobrança das contribuições. As contribuições do BB para o Plano, a partir de então, passaram a ser feitas pelo Fundo de Utilização.

No período de julho de 2014 a setembro de 2015, houve aumento das obrigações atuariais devido à redução da taxa de inflação e consequentemente, da taxa de juros de desconto aplicável para mensurar o valor presente destas obrigações, contribuindo para que o ativo atuarial convertesse para passivo atuarial, em dezembro de 2015.

Em dezembro de 2015 a valorização dos ativos de renda variável do Plano foi maior que o crescimento das obrigações atuariais e em dezembro de 2017, na mensuração semestral, houve superavit em função da valorização dos ativos em 11,9%, frente ao aumento das obrigações atuariais de 2,3%.

A mensuração do saldo atuarial do Plano é realizada semestralmente pelo Banco (junho e dezembro) e contempla: (i) o montante do superavit/deficit para o final do semestre corrente e (ii) a estimativa do resultado financeiro para o final do semestre subsequente, consideradas as projeções do custo do serviço corrente, contribuições, custos dos juros do passivo e rentabilidade dos ativos.

O BB efetua o reconhecimento antecipado mensal com base na estimativa de resultado financeiro do Plano para o final do semestre subsequente. O reconhecimento é feito na razão de 1/6 (um sexto) dos ganhos ou perdas projetadas, no decorrer do semestre ao qual se refere.

Participantes

Os funcionários que possuíam a condição de associado da Previ em 24/12/1997 e aqueles que foram demitidos ou desligados anteriormente, mas optaram por permanecer no plano, são participantes do Plano. Os participantes estão divididos em três grupos:

I. Contrato 97: apenas os funcionários ativos admitidos até 14/04/1967. Foram abrangidos por contrato assinado em 24/12/1997 entre o Banco do Brasil e a Previ, no qual foi firmado o compromisso do pagamento, pelo patrocinador, das aposentadorias relativas ao período em que não houve a formação de reserva matemática. A partir de abril/1967, as reservas matemáticas garantidoras dos benefícios desse grupo passaram a ser integralizadas ao Plano 1;

II. Admitidos entre 15/04/1967 e 23/12/1997; e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

III. Grupo Especial: participantes do Plano de Benefícios 1 da Previ, que obtiveram complementos adicionais de aposentadoria decorrentes de decisões administrativas e/ou judiciais.

Análise

Os ativos do Plano são mensurados a valor justo com referência ao valor de mercado ou fluxo de caixa descontado, conforme composição apresentada na tabela a seguir.

As obrigações atuariais correspondem ao valor presente líquido dos benefícios devidos aos participantes. Levam-se em consideração a estatística de sobrevivência prevista na tábua atuarial AT 2000 (suavizada 10%) e a taxa nominal de desconto, apurada pela curva futura da taxa de juros praticada nas negociações com títulos públicos indexados à inflação. A taxa utilizada pelo Banco é diferente da taxa da Previ, que considera as premissas estabelecidas pela resolução CGPC nº 18/2006.

Tabela 135. Composição dos Ativos

%	Dez/16	Set/17	Dez/17
Renda Fixa	40,3	44,7	42,7
Renda Variável	49,1	44,2	47,3
Investimentos Imobiliários	6,3	6,7	5,9
Empréstimos e Financiamentos	3,6	3,7	3,4
Outros	0,6	0,6	0,6
Montantes Incluídos no Valor Justo dos Ativos do Plano			
Em Instrumentos Financeiros Próprios da Entidade	8,1	7,5	7,4
Em Propriedades ou Outros Ativos Utilizados pela Entidade	0,1	0,1	0,1

Tabela 136. Principais Premissas Atuariais

%	2016	1S17	2017
Taxa Real de Desconto (a.a.)	5,8	5,6	5,3
Taxa Nominal de Retorno dos Investimentos (a.a.)	11,5	10,7	10,7

O ativo (passivo) atuarial do Plano 1 equivale a 50% (paridade) da diferença positiva ou negativa entre os ativos a valor justo e os passivos a valor presente.

Em virtude da mensuração semestral do resultado do Plano 1, o Banco do Brasil reconhece antecipadamente a variação projetada para o semestre seguinte, reduzindo a volatilidade do ativo/passivo atuarial.

As contribuições do item "f" (contribuição de fundos) da tabela a seguir são provenientes do Fundo de Utilização, cuja movimentação está detalhada na tabela "Previ (Plano 1) - Fundo de Utilização" na seção 8.2.

Tabela 137. Efeitos da Contabilização da Previ (Plano 1) – Deliberação CVM nº 695/2012

R$ milhões	4T16	1T17	2T17	3T17	4T17
(a) Valor Justo dos Ativos do Plano	143.946	143.946	146.597	146.597	164.025
(b) Valor Presente das Obrigações Atuariais	(148.350)	(148.350)	(151.789)	(151.789)	(155.259)
(c) Superavit/(Deficit) BB = [(a) + (b)] x 50%	**(2.202)**	**(2.202)**	**(2.596)**	**(2.596)**	**4.383**
(d) Saldo Inicial do Ativo Atuarial	(4.977)	(2.202)	(2.184)	(2.596)	(2.582)
(e) Resultado Financeiro Antecipado	(199)	(115)	(115)	(118)	(118)
(f) Contribuição de Fundos	177	132	136	132	206
(g) Ajuste Semestral no Patrimônio Líquido	2.797	-	(433)	-	6.876
(h) Saldo do Ativo/(Passivo) Atuarial = (d) + (e) + (f) + (g)	**(2.202)**	**(2.184)**	**(2.596)**	**(2.582)**	**4.383**

8.2. Fundos de Destinação do Superavit Previ (Plano 1)

O Banco do Brasil reconheceu em seu ativo, valores relativos:

I. à Paridade contributiva entre patrocinador e participantes, contabilizada em maio de 2006, com base no saldo de reservas remanescentes, com montante inicial de R$ 2,2 bilhões;

II. ao Fundo de Destinação: constituído após acordo de destinação de superavit Previ em 2010, e visava suprir os Fundos de Contribuição e Utilização. O saldo do fundo foi esgotado e o processo de transferência foi finalizado em 2013.

III. ao Fundo de Contribuição: constituído por recursos transferidos do Fundo de Destinação para fazer frente à suspensão da cobrança de contribuições pelo período de 2010 a 2013 e foi integralmente utilizado; e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

IV. ao Fundo de Utilização: constituído por recursos transferidos do Fundo de Destinação e utilizado pelo Banco após 1T14, para fazer frente aos aportes periódicos.

Fundo Paridade

O fundo é corrigido mensalmente com base na meta atuarial (INPC + 5% a.a.), e vem sendo utilizado desde janeiro de 2007 para compensar os compromissos assumidos no Contrato 97.

Tabela 138. Previ (Plano 1) - Fundo Paridade

R$ milhões	4T16	1T17	2T17	3T17	4T17
Saldo Inicial	**128**	**130**	**133**	**130**	**132**
Contribuições ao Plano 1 - Contrato 97	-	-	(4)	-	-
Atualização	2	3	2	2	3
Saldo Final	**130**	**133**	**130**	**132**	**103**

Fundo de Utilização

O Fundo de Utilização foi constituído no 2T11 pela transferência de recursos do Fundo de Destinação. Esse fundo representa o montante passível de resgate pelo Banco do Brasil e reflete a contabilização na Previ da distribuição do superavit. Essa reserva é corrigida anualmente pela meta atuarial (INPC + 5% a.a.) e sua utilização está condicionada à comprovação da cobertura integral das obrigações do plano (art. 25, Deliberação CGPC nº 26/2008).

A partir do 1T14, com a retomada dos aportes periódicos, as contribuições do patrocinador passaram a ser realizadas por meio desse fundo.

Tabela 139. Previ (Plano 1) - Fundo de Utilização

R$ milhões	4T16	1T17	2T17	3T17	4T17
Saldo Inicial	**9.458**	**9.432**	**9.488**	**9.486**	**9.481**
Atualização	151	189	129	127	193
Contribuições ao Plano 1	(177)	(132)	(132)	(132)	(175)
Saldo Final	**9.432**	**9.488**	**9.486**	**9.481**	**9.499**

8.3. Cassi

O Banco é patrocinador do plano de assistência administrado pela Cassi, cujo principal objetivo é conceder auxílio para cobertura de despesas com a saúde dos associados e seus beneficiários inscritos.

Os participantes do Plano de Associados são subdivididos em:

I. Associados: funcionários ativos, ex-funcionários (autopatrocinados), aposentados e pensionistas do BB;

II. Dependentes: cônjuge, companheiro, filhos e enteados que não tenham completado 24 anos de idade; e

III. Dependentes Indiretos: dependentes com vinculação direta ao associado, em qualquer grau de parentesco, admitidos até a reforma estatutária de 1996.

Em 1995, devido aos sucessivos descasamentos entre receitas e despesas, ocorreu rateio entre o patrocinador e os associados para cobrir o deficit operacional. Em 1996, a Cassi e o Banco reformularam o Estatuto Social para garantir o equilíbrio financeiro do plano. Entre as principais alterações, destacam-se a restrição ao acesso de novos dependentes indiretos e o aumento nas contribuições dos participantes e do patrocinador.

Em 2007, o Banco firmou um novo acordo com a Cassi para alteração do seu estatuto, vigente até os dias atuais. As principais modificações foram:

I. contribuição patronal de 4,5% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão, para todos os grupos;

II. contribuição mensal dos associados e beneficiários de pensão de 3% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão;

III. realização de aporte de R$ 315 milhões pelo BB na Cassi para investimentos no aprimoramento do modelo de atuação relativo aos serviços próprios; e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

IV. assunção, pelo Banco, do deficit dos Dependentes Indiretos até a extinção desse grupo.

As medidas de 2007 foram complementadas em 2016, quando o Banco do Brasil e as entidades representativas assinaram Memorando de Entendimentos. Este resultou em proposta que foi aprovada pelos associados e garantirá R$ 40 milhões mensais a mais para o Plano, da seguinte forma:

I. ressarcimento extraordinário de despesas, pelo Banco, de até R$ 23 milhões mensais em favor da Cassi, até dezembro de 2019;

II. contribuição mensal extraordinária adicional de 1% dos participantes, até dezembro de 2019, sobre a mesma base de cálculo da contribuição pessoal, no valor estimado de R$ 17 milhões mensais; e

III. contratação de empresa especializada para analisar, revisar e desenvolver processos, projetos e ações com foco no modelo de governança, gestão e operação da Cassi.

A próxima tabela demonstra a evolução do passivo atuarial relacionado à Cassi, de acordo com a Deliberação CVM nº 695/2012.

Tabela 140. Efeitos da Contabilização da Cassi – Deliberação CVM nº 695/2012

R$ milhões	4T16	1T17	2T17	3T17	4T17
(a) Valor Justo dos Ativos do Plano	-	-	-	-	-
(b) Valor Presente das Obrigações Atuariais	(7.948)	(7.948)	(8.284)	(8.284)	(8.724)
(c) Deficit BB = [(a) + (b)]	**(7.948)**	**(7.948)**	**(8.284)**	**(8.284)**	**(8.724)**
(d) Saldo Inicial do Passivo Atuarial	(7.619)	(7.948)	(8.020)	(8.284)	(8.323)
(e) Valores Reconhecidos no Resultado	(248)	(253)	(253)	(247)	(247)
(f) Contribuição BB	154	181	164	209	170
(g) Ajuste Semestral no Patrimônio Líquido	(236)	-	(175)	-	(325)
(h) Saldo do Passivo Atuarial = [(d) + (e) + (f) + (g)]	**(7.948)**	**(8.020)**	**(8.284)**	**(8.323)**	**(8.724)**

8.4. Efeitos no Patrimônio Líquido

A tabela a seguir detalha os efeitos da contabilização dos ativos e passivos atuariais do Banco reconhecidos no Patrimônio Líquido (PL) do BB conforme Deliberação CVM nº 695/2012.

Os efeitos no PL ocorrem semestralmente, tendo em vista a realização dos estudos atuariais.

Tabela 141. Efeito no Patrimônio Líquido – Deliberação CVM nº 695/2012

R$ milhões	Dez/14	Jun/15	Dez/15	Jun/16	Dez/16	Jun/17	Dez/17
Ajuste Semestral no Patrimônio Líquido (a)	**(4.268)**	**(3.884)**	**(4.602)**	**(4.857)**	**2.233**	**(813)**	**5.903**
Plano 1 - Previ	(4.343)	(3.641)	(4.872)	(3.482)	2.797	(433)	6.876
Cassi	81	(334)	178	(1.062)	(236)	(175)	(325)
Outros Planos	(6)	92	91	(312)	(329)	(205)	(648)
Efeitos Fiscais (b)	**1.828**	**1.419**	**1.829**	**1.943**	**(892)**	**325**	**(2.367)**
Plano 1 - Previ	1.858	1.558	1.938	1.393	(1.119)	173	(2.750)
Cassi	(33)	134	(71)	425	94	70	130
Outros Planos	2	(273)	(38)	125	133	82	253
Efeito no Patrimônio Líquido (a-b)	**(2.440)**	**(2.465)**	**(2.773)**	**(2.914)**	**1.341**	**(488)**	**3.536**
Plano 1 - Previ	(2.485)	(2.083)	(2.934)	(2.089)	1.678	(260)	4.126
Cassi	49	(201)	107	(637)	(141)	(105)	(195)
Outros Planos	(4)	(181)	54	(187)	(196)	(123)	(395)
Saldo de Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido	**(8.680)**	**(11.145)**	**(13.918)**	**(16.832)**	**(15.492)**	**(15.979)**	**(12.443)**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.043068/2018-92

9 - Gestão de Capital

A gestão de riscos e de capital é fundamental para a sustentabilidade do sistema bancário. Os métodos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos salvaguardam as instituições financeiras em momentos adversos e proporcionam suporte para a geração de resultados positivos e recorrentes ao longo do tempo.

O gerenciamento de riscos no Banco do Brasil contempla os riscos de crédito, de mercado, de liquidez e operacional. As atividades de gerenciamento são realizadas por estruturas especializadas, conforme objetivos, políticas, estratégias, processos, procedimentos e sistemas descritos em cada um desses riscos.

Para conhecer mais detalhes sobre o processo de gestão de riscos no Banco do Brasil, acesse o Relatório de Gerenciamento de Riscos – Pilar III no *website* bb.com.br/ri.

9.1. Estrutura de Capital

Nesse tópico, serão apresentadas as principais informações referentes à estrutura de capital do Banco do Brasil. Tendo em vista a quantidade relevante de termos técnicos utilizados pela regulação de capital, apresentamos o glossário para auxiliar a interpretação das informações deste capítulo:

a) Capital Principal: composto pelo Patrimônio Líquido (PL) e contas de Resultado, sendo deduzidos os Ajustes Prudenciais. Em 28/08/2014, o Instrumento Híbrido de Capital e Dívida (IHCD) no valor de R$ 8,1 bilhões foi autorizado pelo Banco Central do Brasil (Bacen) a integrar o Capital Principal, na condição de Elemento Patrimonial (EP);

b) Ajustes Prudenciais: são deduções do Capital Principal de elementos patrimoniais que podem comprometer sua qualidade em decorrência de sua baixa liquidez, difícil avaliação ou dependência de lucro futuro para serem realizados;

c) Capital Complementar: são os IHCD que atendam aos requisitos definidos pela Resolução CMN nº 4.192/13 para compor o Capital Complementar, desde que autorizados pelo Bacen;

d) Nível II: são os Instrumentos de Dívidas Subordinadas (IDS) que atendam aos requisitos exigidos pela Resolução CMN nº 4.192/13 podem compor o Nível II, desde que autorizados pelo Banco Central do Brasil;

e) PRMR: é o patrimônio exigido (volume de capital necessário) das instituições e dos conglomerados autorizados a funcionar pelo Bacen, para fazer face aos riscos a que estão expostos, em função das atividades por eles desenvolvidas, e é definido pela Resolução CMN nº 4.193/13;

f) RWA: Risk Weighted Asset, ou, Ativo Ponderado pelo Risco;

g) $RWA_{OPAD:}$ relativa ao cálculo do capital requerido para o risco operacional mediante abordagem padronizada;

h) $RWA_{MPAD:}$ relativa às exposições ao risco de mercado sujeita ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada;

i) RWA_{CPAD}: relativa às exposições ao risco de crédito sujeita ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada.

O Índice de Basileia é apurado segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN n.º 4.192/2013 e n.º 4.193/2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), respectivamente, considerando o Banco Votorantim pelo Método de Equivalência Patrimonial (MEP), conforme determinação do Bacen.

Desempenho

O índice de capital atingiu 19,6% em dezembro de 2017. O índice de capital nível I chegou a 13,8%, sendo 10,5% de capital principal e o patrimônio de referência alcançou R$ 135,5 bilhões.

A tabela a seguir demonstra a apuração do valor do PR e RWA e seus principais componentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Capítulo 9 - Gestão de Capital

Tabela 142. Índice de Basileia

Fluxo Trimestral	Dez/16	Mar/17	Jun/17	Set/17	Dez/17
Patrimônio de Referência - PR	**130.453**	**124.049**	**127.048**	**129.152**	**135.511**
Nível I	**90.284**	**84.867**	**87.643**	**89.648**	**95.228**
Capital Principal	**67.718**	**62.926**	**64.734**	**67.710**	**72.320**
Patrimônio Líquido	76.703	79.032	80.200	82.575	88.068
Instrumentos elegíveis a capital	8.100	8.100	8.100	8.100	8.100
Ajustes prudenciais	(17.085)	(24.205)	(23.566)	(22.966)	(23.848)
Investimentos e Crédito Tributário (dif. temporárias) excedentes a 15% do Capital Principal[1] [2]	(4.637)	(9.046)	(9.149)	(9.376)	(9.231)
Ativos intangíveis constituídos a partir de 01.10.2013	(4.258)	(5.233)	(5.105)	(4.831)	(5.159)
Créd. tributários (dif. temporárias) excedentes a 10% do Capital Principal[2]	(6.099)	(4.803)	(4.852)	(4.106)	(2.663)
Investimentos excedentes a 10% do Capital Principal [2]	-	(2.070)	(1.758)	(2.229)	(1.718)
Créd. tributários decorrentes de prej. fiscais e de base negativa de CSLL	(500)	(1.195)	(1.160)	(1.129)	(791)
Ágios pagos na aquisição de investimento com fundamento em expectativa de rentabilidade futura	(954)	(966)	(727)	(487)	(248)
Participação de não controladores	(493)	(711)	(637)	(632)	(674)
Créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação	(76)	(92)	(84)	(77)	(71)
Ativos atuariais rel. a F. Pensão de Benef. Definido líquidos de passivo fiscal dif. a eles associados	(66)	(90)	(95)	(97)	(3.294)
Capital Complementar	**22.565**	**21.941**	**22.909**	**21.938**	**22.908**
IHCD autorizados em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.192/2013	17.840	17.347	18.112	17.345	18.111
IHCD autorizados segundo normas anteriores à Resolução CMN n.º 4.192/2013[3]	4.725	4.594	4.797	4.594	4.797
Nível II	**40.170**	**39.182**	**39.405**	**39.504**	**40.283**
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	40.182	39.194	39.426	39.524	40.328
Dívidas subordinadas autorizadas em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.192/2013 - Letras Financeiras	5.466	5.349	4.936	4.476	4.559
Dívidas subordinadas autorizadas segundo normas anteriores à Resolução CMN n.º 4.192/2013	34.716	33.844	34.490	35.048	35.769
Recursos captados no FCO[4]	25.237	25.945	26.591	27.149	27.870
Recursos captados com Letras Financeiras e CDB[5]	9.479	7.899	7.899	7.899	7.899
Dedução do Nível II	(12)	(11)	(21)	(19)	(44)
Instrumentos de captação emitidos por instituições financeiras	(12)	(11)	(21)	(19)	(44)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	**705.851**	**683.652**	**705.412**	**674.468**	**689.857**
Risco de Crédito (RWACPAD)	643.214	618.942	633.781	602.899	616.822
Risco de Mercado (RWAMPAD)	18.844	9.723	16.645	15.831	17.296
Risco Operacional (RWAOPAD)	43.793	54.986	54.986	55.738	55.738
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR)[6]	**69.703**	**63.238**	**65.251**	**62.388**	**63.812**
Margem sobre o Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PR - PRMR)	**60.750**	**60.812**	**61.797**	**66.764**	**71.700**
Índice de Capital Nível I (Nível I / RWA) - (%)	**12,79**	**12,41**	**12,42**	**13,29**	**13,80**
Índice de Capital Principal (CP / RWA) - (%)	9,59	9,20	9,18	10,04	10,48
Índice de Basileia (PR / RWA) - (%)	**18,48**	**18,15**	**18,01**	**19,15**	**19,64**

1- Em 31/12/2017, com relação ao investimento em Instituições Financeiras (BV e Banco CBSS), R$ 2.321.432 mil foram deduzidos integralmente do Patrimônio de Referência e R$ 2.298.159 mil foram ponderados em 250% no RWA.
2- Regra do excesso, conforme Resolução CMN 4.192/2013.
3- Em 31/12/2017 o Banco do Brasil considerou a totalidade dos instrumentos de dívida elegíveis ao capital Nível I, autorizados pelo Bacen a compor o PR de acordo com a Resolução CMN n. º 3.444/2007 e que não se enquadram nos requisitos exigidos pela Resolução CMN n. º 4.192/2013, baseado na orientação do Banco.
4- De acordo com a Resolução CMN n. º 4.192/2013, os saldos do FCO são elegíveis a compor o PR.
5 - Em 31/12/2017, considerou-se o saldo dos instrumentos de Dívida Subordinada que compunham o PR em 31/12/2012, aplicando-se sobre ele o limitador de 50%, conforme determina a Resolução CMN n. º 4.192/2013.
6 - Em conformidade com a Resolução CMN n. º 4.193/2013, corresponde à aplicação do fator "F" ao montante de RWA.

O escopo de consolidação utilizado como base para a verificação dos limites operacionais é o Conglomerado Prudencial, definido na Resolução CMN n. º 4.280/2013, a partir de 1º de janeiro de 2015.

Nos termos do Plano Contábil das Instituições Financeiras (Cosif), o Conglomerado Prudencial abrange não só as instituições financeiras, como também administradoras de consórcio, instituições de pagamento, sociedades que realizam aquisição de operações ou assumam direta ou indiretamente risco de crédito e fundos de investimento nos quais o conglomerado retenha substancialmente riscos e benefícios.

A Resolução CMN nº 4.193/2013 estabeleceu o fator "F" que representa o índice de Basileia a ser observado durante o processo de implementação dos requisitos de Basileia III.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Tabela 143. Fator "F" aplicado ao montante de Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)

Vigência	Fator "F" (%)
01/10/2013 a 31/12/2015	11,0
01/01/2016 a 31/12/2016	9,875
01/01/2017 a 31/12/2017	9,25
01/01/2018 a 31/12/2018	8,625
A partir de 01/01/2019	8,0

O Patrimônio de Referência, que considera os requisitos de apuração do capital regulamentar de Basileia III, atingiu o montante de R$ 135.511 milhões, enquanto o PRMR totalizou R$ 63.812 milhões, em 31/12/2017.

Aplicação integral das regras de Basileia III

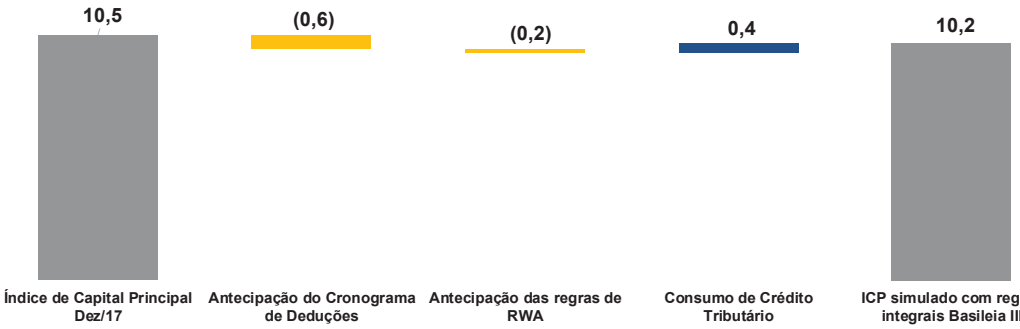
O gráfico a seguir simula o cálculo da aplicação integral das regras de Basileia III e seus impactos no índice de capital principal do Banco. Este leva em consideração a base de capital de 31/12/2017 e segue três etapas:

a) primeira etapa: considera no cálculo dos ajustes prudenciais as premissas de antecipação do cronograma de deduções (*phase-in*) e da utilização dos ágios e intangíveis não amortizados até 2017;

b) Segunda etapa: considera os efeitos da primeira etapa combinados com a antecipação do fator F (de 9,25% para 8,0%), para as parcelas de risco operacional e mercado; e

c) Terceira etapa: considera todos os efeitos das etapas anteriores combinados com o consumo do crédito tributário de diferenças temporárias em 17% e o de prejuízo fiscal em 16%, ambos de acordo com as estimativas de consumo divulgadas pelo Banco nas Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Figura 68. Simulação do Índice de Capital Principal com as Regras Integrais de Basileia III (%)



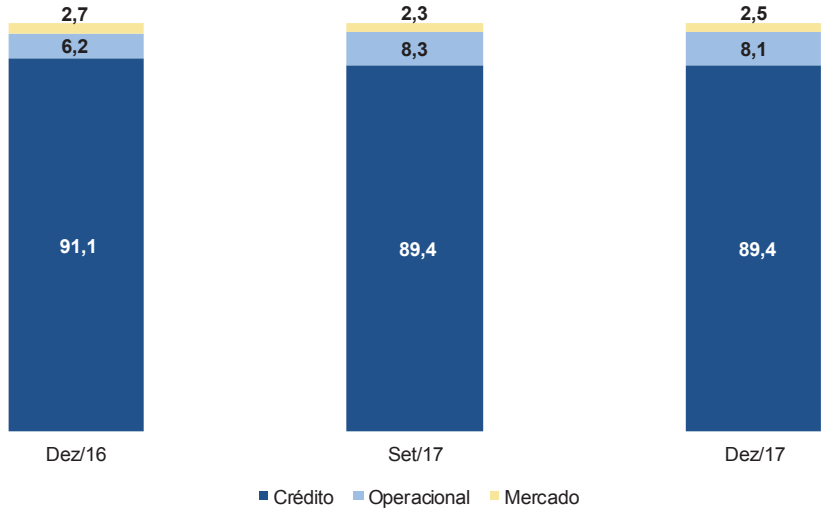
O BB possui Plano de Capital com visão prospectiva de três anos, onde incorpora os efeitos definidos pelo Acordo de Basileia III e considera (a) a Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos, (b) a Estratégia Corporativa e (c) o Orçamento Corporativo.

O foco está na geração orgânica de capital e crescimento do crédito em linhas mais atrativas sob o critério retorno *versus* risco e em participações estratégicas no *core business* do Banco. Como meta, o objetivo de manter o Índice de Capital Principal acima de 9,5% em 2019, quando as regras de Basileia III estarão integralmente implementadas no Brasil. Além disso, seguindo a Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos e Plano de Capital, para janeiro de 2022, a meta é manter pelo menos 11% de Índice de Capital Principal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A figura a seguir apresenta a composição do RWA por tipo de risco.

Figura 69. Composição do RWA por tipo de risco (%)



A seguir, apresentamos o PRMR referente às parcelas dos RWA sujeitos aos riscos operacional, de mercado e de crédito mediante abordagem padronizada. O fator "F" vigente no exercício de 2016 era de 9,875% e em 2017 de 9,25%.

Tabela 144. PRMR Referente à Parcela do RWA_{OPAD}

	Dez/16			Set/17			Dez/17		
R$ milhões	RWA_{OPAD}	PRMR	%	RWA_{OPAD}	PRMR	%	RWA_{OPAD}	PRMR	%
Comercial	25.013	2.470	57,1%	26.093	2.414	46,8%	26.093	2.414	46,8%
Varejo	13.770	1.360	31,4%	14.920	1.380	26,8%	14.920	1.380	26,8%
Negociação e Vendas	(2.086)	(206)	-4,8%	8.200	758	14,7%	8.200	758	14,7%
Pagamentos e Liquidações	2.927	289	6,7%	3.446	319	6,2%	3.446	319	6,2%
Administração de Ativos	1.541	152	3,5%	1.770	164	3,2%	1.770	164	3,2%
Serviços de Agente Financeiro	1.651	163	3,8%	1.749	162	3,1%	1.749	162	3,1%
Finanças Corporativas	928	92	2,1%	(491)	(45)	-0,9%	(491)	(45)	-0,9%
Corretagem de Varejo	51	5	0,1%	50	5	0,1%	50	5	0,1%
TOTAL	**43.793**	**4.325**		**55.738**	**5.156**		**55.738**	**5.156**	

Tabela 145. PRMR Referente à Parcela do RWA_{MPAD}

	Dez/16			Set/17			Dez/17		
R$ milhões	RWA_{MPAD}	PRMR	%	RWA_{MPAD}	PRMR	%	RWA_{MPAD}	PRMR	%
Câmbio	16.416	1.621	87,1%	10.483	970	66,2%	10.041	929	58,1%
Taxa de Juros	2.425	239	12,9%	5.307	491	33,5%	7.255	671	41,9%
Ações	-	-	0,0%	41	4	0,3%	-	-	0,0%
Commodities	3	0	0,0%	1	0	0,0%	0	0	0,0%
TOTAL	**18.844**	**1.861**		**15.831**	**1.464**		**17.296**	**1.600**	

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Tabela 146. PRMR Referente à Parcela do RWA_{CPAD}

	Dez/16			Set/17			Dez/17		
R$ milhões	RWA_{CPAD}	PRMR	%	RWA_{CPAD}	PRMR	%	RWA_{CPAD}	PRMR	%
Operações de Crédito	410.264	40.514	63,8	391.585	36.222	65,0	392.821	36.336	63,7
Outros Direitos	62.900	6.211	9,8	54.139	5.008	9,0	59.809	5.532	9,7
Créditos Tributários	42.767	4.223	6,6	37.598	3.478	6,2	37.548	3.473	6,1
Permanente	28.359	2.800	4,4	30.566	2.827	5,1	31.566	2.920	5,1
TVM e Derivativos	43.978	4.343	6,8	25.330	2.343	4,2	27.497	2.543	4,5
Limites de Crédito e Créditos a Liberar	18.100	1.787	2,8	17.596	1.628	2,9	17.312	1.601	2,8
Garantias Prestadas	5.286	522	0,8	3.057	283	0,5	1.947	180	0,3
Participações em Fundos de Garantia de Clearings	3	0	0,0	39	4	0,0	16	2	0,0
Demais	31.557	3.116	4,9	42.990	3.977	7,1	48.307	4.468	7,8
TOTAL	**643.214**	**63.517**		**602.899**	**55.768**		**616.822**	**57.056**	

A tabela a seguir apresenta a composição do RWA_{CPAD}, considerando as principais exposições:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Tabela 147. RWA_{CPAD} segregada por Fator de Ponderação de Risco – FPR

	Dez/17		
R$ milhões	FPR (%)	RWA_{CPAD}[1]	PRMR[2]
Disponibilidades	20	571	53
	100	1.870	173
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	20	1.608	149
	50	770	71
	75	124	11
	85	10.136	938
	100	14.957	1.384
TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	2	5	0
	20	68	6
	50	84	8
	85	4.842	448
	100	18.630	1.723
	1.250	3.868	358
Participação em Fundos de Garantia de Clearings	2	16	2
Relações Interfinanceiras	20	556	51
	50	301	28
	85	2.227	206
	100	66	6
Operações de Crédito	20	310	29
	35	13.785	1.275
	50	2.698	250
	75	157.679	14.585
	85	90.108	8.335
	100	128.241	11.862
Operações de Arrendamento Mercantil	75	178	16
	85	13	1
	100	126	12
Outros Direitos	50	10.939	1.012
	75	18.197	1.683
	85	4.708	436
	100	25.964	2.402
Outros Valores e Bens	100	514	48
Permanente	100	15.133	1.400
	250	16.433	1.520
Limite de Crédito não cancelável incondicional e unilateralmente pela Instituição	50	680	63
	75	8.530	789
	85	788	73
	100	2.000	185
Créditos a Liberar	50	353	33
	75	545	50
	85	3.225	298
	100	1.191	110
Adiantamentos concedidos pela Instituição	75	169	16
	85	8.803	814
	100	4.580	424
Garantias prestadas - avais, fianças e coobrigações	20	6	1
	50	8	1
	75	47	4
	85	1.012	94
	100	874	81
Créditos Tributários	100	26.214	2.425
	250	10.687	989
	300	647	60
Operações a liquidar de compra de moeda estrangeira, de ouro ou de títulos e valores mobiliários no mercado à vista	50	2	-
	100	1	-
Operações a liquidar de venda de moeda estrangeira, de ouro ou de títulos e valores mobiliários no mercado à vista	50	2	-
	100	1	-
Ajuste para Derivativos Decorrente de Variação da Qualidade Creditícia da Contraparte (CVA)		734	68
Total		**616.822**	**57.056**

1 - Somatório dos produtos das exposições pelos respectivos Fatores de Ponderação de Risco, ajustados pelo Fator de Conversão.
2 - Exposição Ponderada por Fator de Risco multiplicada por 9,25%.

9.2. Exposição Cambial e a Taxas de Juros

Balanço em Moedas Estrangeiras

O Banco do Brasil gerencia a exposição cambial de forma a minimizar seus efeitos sobre o resultado do Consolidado. Apresenta-se, a seguir, o demonstrativo dos ativos, passivos e derivativos do BB Consolidado referenciados em moedas estrangeiras. A exposição cambial líquida, para 31/12/2017, é passiva no valor de US$ 1.701 milhão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Tabela 148. Balanço em Moedas Estrangeiras

R$ milhões	Contas Patrimoniais	
Moeda	**Ativo**	**Passivo**
Dólar dos EUA	148.272	161.138
Euro	11.732	10.702
Iene	2.238	1.655
Libra Esterlina	130	395
Franco Suíço	14	968
Dólar Canadense	22	21
Ouro	10	-
Demais	13.435	12.508
Total	**175.853**	**187.387**
Posição Líquida - Patrimoniais		**11.534**

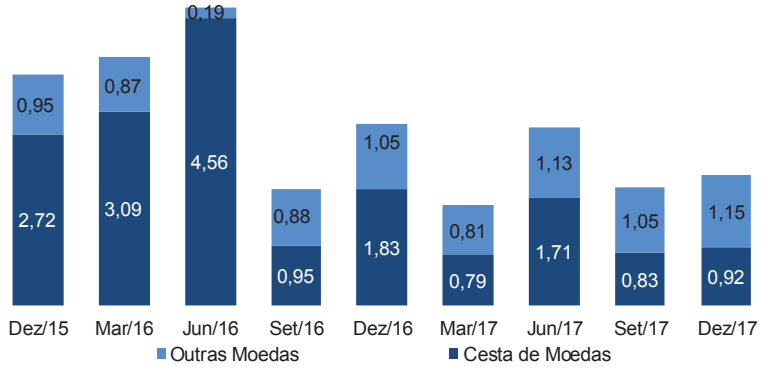
R$ milhões	Derivativos	
Moeda	**Comprado**	**Vendido**
Dólar dos EUA	28.605	20.867
Euro	3.850	5.775
Libra Esterlina	-	529
Franco Suíço	980	1
Iene	39	960
Dólar Canadense	-	-
Demais	566	-
Total	**34.040**	**28.132**
Posição Líquida - Derivativos	**5.908**	

Totais Patrimoniais e Derivativos	**209.893**	**215.519**
Posição Líquida Total		**(5.626)**
Posição Líquida Total - Em US$ milhões		**(1.701)**

A exposição cambial regulatória do BB Consolidado, calculada conforme a Circular Bacen 3.641, de 04/03/2013, contemplando a estratégia de *hedge fiscal*, é de R$ 2.686 milhões em 31/12/2017. O *hedge fiscal* tem como objetivo reduzir a volatilidade do resultado, após os efeitos tributários, haja vista que os ganhos com a variação cambial dos investimentos no exterior não são tributados e, similarmente, as perdas não geram dedução na base tributária.

O gráfico a seguir evidencia o comportamento da exposição cambial do BB Consolidado, em relação ao Patrimônio de Referência (PR), trimestralmente, desde dezembro de 2015.

Figura 70. Evolução da Exposição Cambial em % do PR

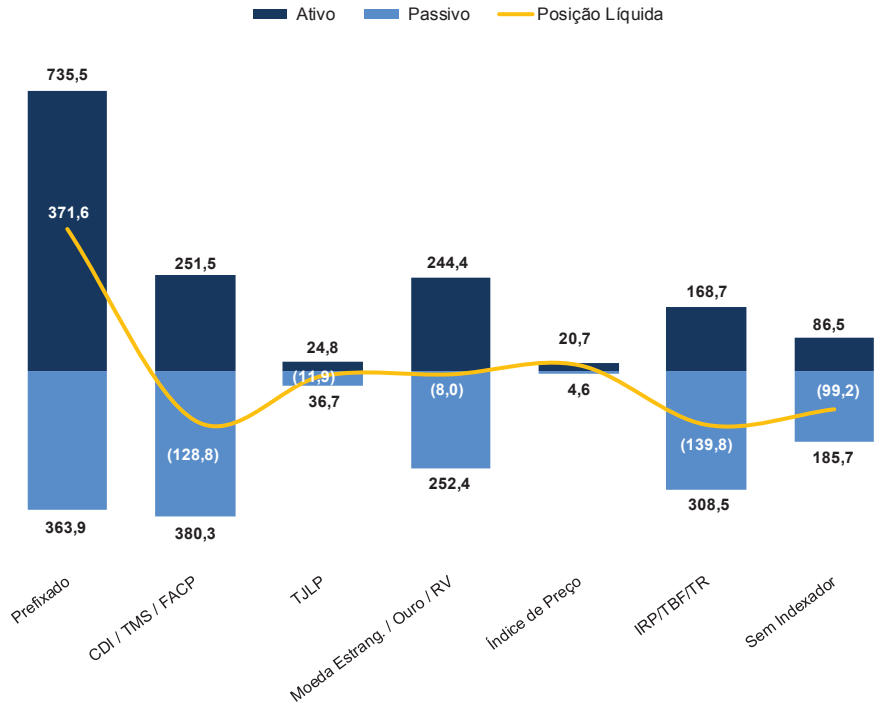


Balanço por Indexador

O gráfico a seguir apresenta a composição dos ativos e passivos, inclusive derivativos, do BB Consolidado, detalhada por indexador em 31/12/2017 e a posição líquida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Figura 71. Ativos e Passivos por Indexador e Posição Líquida (R$ bilhões)



Perfil de Descasamento por Vencimento

Apresenta-se, a seguir, a tabela que contém o estoque de operações sensíveis às variações nas taxas de juros, alocados por prazo de vencimento do BB Consolidado.

Tabela 149. Descasamento por Vencimento

R$ milhões	< 1 Mês	1 > 3 Meses	3 > 6 Meses	6 > 12 Meses	1 > 3 Anos	> 3 Anos	Total
Ativos	**170.590**	**414.964**	**109.310**	**121.492**	**230.469**	**398.704**	**1.445.530**
Prefixado	58.297	378.397	55.612	52.458	93.126	97.560	735.451
CDI / TMS	51.351	15.838	17.559	15.750	71.047	79.982	251.528
TR/TBF/IRP	11.705	7.246	6.980	29.103	25.397	88.281	168.712
Índice de Preço	10	24	44	3.332	7.615	9.629	20.654
TJLP	385	834	1.201	1.998	5.779	14.617	24.815
US$/ME	48.842	12.625	27.914	18.851	27.504	108.634	244.371
Passivos	**274.792**	**226.304**	**74.963**	**176.896**	**203.323**	**390.123**	**1.346.400**
Prefixado[1]	196.255	42.035	14.088	31.473	31.732	48.311	363.894
CDI / TMS	27.018	158.045	25.130	48.161	79.651	42.299	380.305
TR/TBF/IRP	8.690	11.225	16.483	58.278	59.149	154.630	308.455
Índice de Preço	17	1.449	1.693	252	81	1.157	4.648
TJLP	439	974	1.612	2.625	7.745	23.324	36.719
US$/ME	42.373	12.576	15.956	36.107	24.965	120.402	252.379
Gap	**(104.202)**	**188.660**	**34.347**	**(55.404)**	**27.146**	**8.581**	**99.130**
Gap Acumulado	**(104.202)**	**84.459**	**118.806**	**63.402**	**90.548**	**99.130**	**-**
Gap Acum. como % Ativos	**(61,1)**	**20,4**	**108,7**	**52,2**	**39,3**	**24,9**	**-**

1 - Está considerada a totalidade dos depósitos em conta corrente (R$ 53,1 bilhões) em passivos prefixados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

10 - Investimentos Estratégicos

10.1. Informações de Coligadas e Controladas

A tabela a seguir apresenta as participações societárias do Banco do Brasil S.A em suas empresas controladas e coligadas.

Tabela 150. Participações Societárias

Participações Societárias	Atividade		Participação Total (%)	Saldo de Investimento		Result. de Particip.
R$ mil			Dez/17	Dez/16	Dez/17	4T17
Banco do Brasil - AG. Viena	Bancária	(I)	100,00	748.646	654.351	(171.523)
Banco Patagonia S.A.	Banco Múltiplo	(I)	58,97	1.181.802	1.210.602	125.118
Banco Votorantim S.A.	Banco Múltiplo	(II)	50,00	4.212.970	4.433.632	78.191
BB Adm. de Cartões de Crédito S.A.	Serviços	(I)	100,00	18.977	19.055	3.576
BB Administradora de Consórcios S.A.	Consórcios	(I)	100,00	197.078	215.401	100.270
BB Americas	Banco Múltiplo	(I)	100,00	122.422	152.634	19.813
BB Banco de Investimento S.A.	Banco de Invest.	(I)	100,00	3.018.815	3.074.108	412.521
Ativos S.A. Securitizadora de Créd. Financ.[1]	Aquisição de Créd.	(I)	100,00	988.652	895.410	43.346
Cielo S.A.	Serviços	(II)	28,68	2.604.974	3.264.584	283.107
Companhia Brasileira de Securit. – Cibrasec[2]	Aquisição de Créd.	(II)	12,12	9.263	9.366	120
Kepler Weber S.A.	Indústria	(II)	17,45	82.725	75.988	(3.362)
Neoenergia S.A.	Energia	(II)	9,35	1.154.899	1.570.055	20.076
Seg. Brasileira de Créd. à Exportação – SBCE	Seguradora	(II)	12,09	2.589	2.410	190
Tecnologia Bancária S.A. – Tecban[3]	Serviços	(II)	12,52	50.603	58.604	1.300
BB DTVM S.A.	Adm. de Ativos	(I)	100,00	131.629	131.639	267.653
BB Elo Cartões Participações S.A.	Holding	(I)	100,00	4.801.031	5.026.871	135.431
Elo Participações S.A.	Holding	(II)	49,99	876.152	976.121	(4.849)
CBSS - Alelo	Serviços	(II)	49,99	757.113	819.668	2.662
Elo Serviços	Serviços	(II)	33,33	23.101	44.673	(1.895)
Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A.[4][5]	Serviços	(II)	50,07	3.654.804	3.655.182	64.210
BB Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil	Arrendamento	(I)	100,00	4.376.690	4.548.114	43.247
Banco do Brasil Securities LLC.	Corretora	(I)	100,00	201.037	234.536	11.949
BB Seguridade Participações S.A.	Holding	(I)	66,36	4.716.654	5.042.021	615.270
BB Corretora de Seg. e Adm. de Bens S.A.[6]	Corretora	(I)	66,36	61.987	47.074	410.690
BB Seguros Participações S.A.	Holding	(I)	66,36	6.637.704	6.604.923	495.911
BB Mapfre SH1 Participações S.A.	Holding	(II)	49,76	2.138.636	1.686.052	275.505
Brasilcap Capitalização S.A.	Capitalização	(II)	44,24	300.698	241.544	23.358
Brasildental Operadora de Planos Odontológicos S.A.	Serviços	(II)	49,77	7.778	12.341	1.974
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Seg./Previd.	(II)	49,77	1.775.368	1.975.877	209.464
IRB - Brasil Resseguros	Resseguros	(II)	10,11	678.294	540.685	28.663
Mapfre BB SH2 Participações S.A.	Holding	(II)	33,18	1.786.095	1.469.780	(30.086)
BB Tecnologia e Serviços S.A.	Informática	(I)	99,99	232.046	256.236	15.507
BB USA Holding Company, Inc.	Holding	(I)	100,00	702	652	(39)
Besc DTVM S.A.	Adm. de Ativos	(I)	99,62	7.169	7.056	(61)
Brasilian American Merchant Bank	Bancária	(I)	100,00	1.510.626	1.572.586	19.420
BB Securities Asia Pte. Ltd.	Corretora	(I)	100,00	20.392	24.582	1.504
BB Securities Ltd.	Corretora	(I)	100,00	176.786	209.091	8.678

(I) Controladas, consolidadas integralmente.
(II) Coligadas, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

1 – Participação indireta na Ativos S.A. de 75,71% pelo BB-BI e 24,29% pelo Brazilian American Merchant Bank (BAMB).
2 – Participação indireta na Cibrasec de 9,09% pelo BB-BI e direta de 3,03% pelo BB Banco Múltiplo, totalizando 12,12%.
3 – Participação indireta na Tecban de 8,01% pelo BB-BI e direta de 4,51% pelo BB Banco Múltiplo, totalizando 12,52%.
4 – Participação direta na Cateno de 30,0% pelo BB Banco Múltiplo e indireta de 20,7% pelo BB-BI, totalizando 50,7%.
5 – Os valores apresentados (Saldo de Investimento e Resultado de Participação) da empresa Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A. são equivalentes a 30% da participação direta pelo BB Banco Múltiplo.
6 – Em Dez/16 a BB Cor. Participações S.A foi incorporada pela BB Corretora de Seg. e Adm. de Bens S.A.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

10.2. Banco Votorantim

As informações financeiras do Banco Votorantim (BV), empresa controlada em conjunto, nas demonstrações contábeis do Banco do Brasil são apresentadas pelo método de equivalência patrimonial. O BB tem participação de 50,0% no BV.

Todos os dados apresentados nesta seção refletem 100% dos saldos, entre contas patrimoniais e contas de resultado do BV. Informações mais detalhadas podem ser obtidas no Relatório Gerencial de Resultados 4T17, disponível em www.bancovotorantim.com.br/ri.

Destaques do Resultado

O BV registrou lucro líquido de R$ 156 milhões no 4T17, correspondente a um RSPL de 7,3% a.a.. Em 2017, o lucro líquido foi de R$ 582 milhões, crescimento de 36,7% em relação a 2016 influenciado, principalmente, (i) pelo crescimento da Margem Bruta e das receitas de prestação de serviços, (ii) pelas menores despesas com PCLD, (iii) pelo maior resultado com a comercialização de seguros e da Promotiva, e (iv) por menores despesas de pessoal e administrativas.

O crescimento da MFB na comparação trimestral e anual decorreu, principalmente, do aumento das receitas com financiamentos de Veículos, cuja carteira expandiu 10,7% em 2017. Vale destacar que o total de receitas com serviços e seguros cresceu 25,3% no comparativo 2017/2016, reflexo da ampliação na comercialização de seguros de terceiros.

As despesas com PCLD reduziram 11,3% na comparação anual, reflexo das menores provisões no segmento Varejo e da redução das despesas com *impairments* de títulos privados do Atacado.

A redução nas despesas de pessoal no comparativo acumulado decorreu, principalmente, das menores despesas com demandas trabalhistas, bem como pelas iniciativas de ganho de eficiência operacional. O índice de eficiência dos últimos 12 meses encerrou o período em 34,4%.

Tabela 151. Demonstração do Resultado com Realocações[1] - Trimestral

	Fluxo Trimestral						
	3T17			4T17			Var. (%)
R$ milhões	Contábil	Ajustes	Gerencial	Contábil	Ajustes	Gerencial	3T17
Receitas da Intermediação Financeira	**3.103**	**(19)**	**3.084**	**3.556**	**(481)**	**3.075**	**(0,3)**
Operações de Crédito	1.797	(201)	1.596	1.951	(167)	1.784	11,8
Operações de Arrendamento Mercantil	21	-	21	4	-	4	(80,3)
Resultado de Operações com TVM	779	252	1.031	1.185	(385)	800	(22,4)
Result. com Instrum. Financ. Derivativos	(50)	(70)	(120)	(170)	70	(99)	(17,2)
Resultado de Operações de Câmbio	(3)	-	(3)	61	-	61	-
Resultado das Aplicações Compulsórias	6	-	6	2	-	2	(57,1)
Oper. de Venda ou Transf. de Ativos Financ.	554	-	554	523	-	523	(5,7)
Despesas da Intermediação Financeira	**(1.769)**	**7**	**(1.762)**	**(1.847)**	**104**	**(1.743)**	**(1,0)**
Operações de Captação no Mercado	(1.438)	-	(1.438)	(1.325)	-	(1.325)	(7,8)
Operações de Emp., Cessões e Repasses	7	-	7	(113)	-	(113)	-
Oper. de Venda ou Transf. de Ativos Financ.	(338)	7	(331)	(409)	104	(305)	(7,8)
Margem Financeira Bruta	**1.334**	**(12)**	**1.323**	**1.709**	**(377)**	**1.332**	**0,7**
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(514)	(53)	(567)	(939)	452	(487)	(14,1)
Margem Financeira Líquida	**820**	**(65)**	**756**	**770**	**75**	**845**	**11,8**
Outras Receitas/Despesas Operacionais	**(452)**	**1**	**(451)**	**(509)**	**(11)**	**(520)**	**15,3**
Receitas de Prestação de Serviços	326	-	326	376	-	376	15,2
Despesas de Pessoal	(260)	-	(260)	(311)	-	(311)	19,7
Outras Despesas Administrativas	(293)	-	(293)	(319)	-	(319)	8,9
Despesas Tributárias	(112)	6	(106)	(105)	(6)	(112)	5,0
Result. de Particip. em Colig. e Controladas	80	-	80	81	-	81	1,4
Outras Receitas e Despesas Operacionais	(192)	(5)	(197)	(230)	(5)	(234)	18,8
Resultado Operacional	**369**	**(64)**	**305**	**261**	**64**	**325**	**6,5**
Resultado Não Operacional	**24**	**-**	**24**	**(4)**	**-**	**(4)**	-
Resultado Antes da Tributação s/ Lucro	**393**	**(64)**	**330**	**257**	**64**	**321**	**(2,7)**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(199)	64	(136)	(74)	(64)	(138)	1,5
Participações Estatutária no Lucro	(41)	-	(41)	(27)	-	(27)	(34,3)
Lucro Líquido	**153**	**-**	**153**	**156**	**(0)**	**156**	**2,0**

1 - Os ajustes referem-se: (i) às receitas de recuperação de créditos baixados para prejuízo e despesas com provisões de crédito referentes à carteira cedida com coobrigação, classificadas na linha "operações de crédito" que foram realocadas para "provisão para créditos de liquidação duvidosa", (ii) ao *impairment* de títulos privados do segmento atacado classificados anteriormente na "margem financeira bruta" e que foram realocados para "provisão para créditos de liquidação duvidosa", e (iii) às variações cambiais dos investimentos no exterior, que são contabilizadas em outras receitas (despesas) operacionais e que foram realocadas para resultado de instrumentos financeiros derivativos, bem como os efeitos fiscais e tributários da estratégia de hedge desses investimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Tabela 152. Demonstração do Resultado com Realocações[1] - 12 Meses

	Fluxo Anual						
	2016			2017			Var. (%)
R$ milhões	Contábil	Ajustes	Gerencial	Contábil	Ajustes	Gerencial	2016
Receitas da Intermediação Financeira	**14.960**	**(236)**	**14.724**	**13.881**	**(697)**	**13.184**	**(10,5)**
Operações de Crédito	6.669	(720)	5.950	7.563	(792)	6.771	13,8
Operações de Arrendamento Mercantil	33	-	33	29	-	29	(11,6)
Resultado de Operações com TVM	4.767	711	5.477	4.134	70	4.203	(23,3)
Result. com Instrum. Financ. Derivat.	471	(227)	244	(217)	26	(192)	-
Resultado de Operações de Câmbio	(264)	-	(264)	106	-	106	-
Resultado das Aplicações Compulsórias	43	-	43	20	-	20	(54,0)
Oper. de Venda ou Transf. de Ativos Financ.	3.242	-	3.242	2.247	-	2.247	(30,7)
Despesas da Intermediação Financeira	**(9.739)**	**-**	**(9.739)**	**(8.248)**	**145**	**(8.103)**	**(16,8)**
Operações de Captação no Mercado	(7.905)	-	(7.905)	(6.463)	-	(6.463)	(18,2)
Operações de Emp., Cessões e Rep.	374	-	374	(253)	-	(253)	-
Oper. de Venda ou Transf. de Ativos Financ.	(2.208)	-	(2.208)	(1.533)	145	(1.388)	(37,2)
Margem Financeira Bruta	**5.220**	**(236)**	**4.985**	**5.632**	**(552)**	**5.081**	**1,9**
Provisão para Créd. Liquidação Duvidosa	(2.467)	207	(2.260)	(2.585)	581	(2.004)	(11,3)
Margem Financeira Líquida	**2.753**	**(29)**	**2.725**	**3.047**	**30**	**3.077**	**12,9**
Outras Receitas/Despesas Operacionais	**(1.940)**	**(205)**	**(2.145)**	**(1.880)**	**(6)**	**(1.886)**	**(12,1)**
Receitas de Prestação de Serviços	1.123	-	1.123	1.318	-	1.318	17,4
Despesas de Pessoal	(1.230)	-	(1.230)	(1.095)	-	(1.095)	(11,0)
Outras Despesas Administrativas	(1.148)	-	(1.148)	(1.144)	-	(1.144)	(0,3)
Despesas Tributárias	(386)	25	(361)	(395)	(2)	(398)	10,3
Result. de Particip. em Colig. e Controladas	194	-	194	285	-	285	46,5
Outras Receitas e Despesas Operacionais	(493)	(230)	(724)	(848)	(4)	(852)	17,8
Resultado Operacional	**814**	**(234)**	**580**	**1.168**	**23**	**1.191**	**105,4**
Resultado Não Operacional	**1**	**-**	**1**	**3**	**-**	**3**	**242,2**
Resultado Antes da Tributação s/ Lucro	**815**	**(234)**	**581**	**1.171**	**23**	**1.194**	**105,6**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(257)	234	(23)	(425)	(23)	(448)	1.821,3
Participações Estatutária no Lucro	(132)	-	(132)	(164)	-	(164)	24,5
Lucro Líquido	**426**	**0**	**426**	**582**	**(0)**	**582**	**36,7**

1 - Os ajustes referem-se: (i) às receitas de recuperação de créditos baixados para prejuízo e despesas com provisões de crédito referentes à carteira cedida com coobrigação, classificadas na linha "operações de crédito" que foram realocadas para "provisão para créditos de liquidação duvidosa", (ii) ao *impairment* de títulos privados do segmento atacado classificados anteriormente na "margem financeira bruta" e que foram realocados para "provisão para créditos de liquidação duvidosa", e (iii) às variações cambiais dos investimentos no exterior, que são contabilizadas em outras receitas (despesas) operacionais e que foram realocadas para resultado de instrumentos financeiros derivativos, bem como os efeitos fiscais e tributários da estratégia de hedge desses investimentos.

Tabela 153. Margem Líquida de Juros e Margem de Lucro

				Var. (%)	
R$ milhões	4T16	3T17	4T17	4T16	3T17
Saldo Médio dos Ativos Rentáveis	93.112	90.342	86.719	(6,9)	(4,0)
Saldo Médio dos Passivos Onerosos	87.036	84.068	79.997	(8,1)	(4,8)
Receita Líquida de Juros [1]	**1.241**	**1.449**	**1.374**	**10,7**	**(5,2)**
Receitas de Juros	3.649	3.207	3.113	(14,7)	(2,9)
Despesas de Juros	(2.409)	(1.758)	(1.739)	(27,8)	(1,0)
Demais Componentes da Margem Financeira Bruta [2]	**18**	**(126)**	**(42)**	**-**	**-**
Margem Financeira Bruta	**1.258**	**1.323**	**1.332**	**5,8**	**0,7**
Passivos Onerosos/Ativos Rentáveis - %	93,5	93,1	92,2		
Rentabilidade Média dos Ativos - % [3]	16,6	15,0	15,2		
Custo Médio dos Passivos - % [4]	11,5	8,6	9,0		
Margem de Lucro Líquida - % [5]	5,1	6,3	6,2		
Margem Líquida de Juros - % [6]	5,4	6,6	6,5		
Spread Global - %	5,5	6,0	6,3		

1 - Definida como receita de juros menos despesas de juros.
2 - Inclui derivativos, contratos de assunção de dívidas, resultado de operações de câmbio, empréstimos de ouro, fundo garantidor de crédito, ganho/perda cambial no exterior e outras receitas com características de intermediação financeira.
3 - Receita total de juros dividida pelo saldo médio dos ativos rentáveis.
4 - Despesa total de juros dividida pelo saldo médio de passivos onerosos.
5 - Diferença entre a taxa média dos ativos geradores de receita e a taxa média dos passivos onerosos.
6 - Receita líquida de juros dividida pelo saldo médio dos ativos rentáveis.

Destaques Patrimoniais

O saldo da carteira de crédito ampliada ficou praticamente estável no trimestre, e recuou 6,3% nos últimos 12 meses, refletindo o conservadorismo na concessão de crédito e o foco em assegurar a qualidade da originação. Nesse contexto, o Banco tem atuado no mix de captação, ampliando a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

participação de instrumentos mais estáveis, como letras financeiras, que representavam 34% do total de recursos captados em Dez/17.

Tabela 154. Principais Itens Patrimoniais

				Var. (%)	
R$ milhões	Dez/16	Set/17	Dez/17	Dez/16	Set/17
Ativos Totais[1]	**102.998**	**99.419**	**93.519**	**(9,2)**	**(5,9)**
Carteira de Crédito Ampliada	60.880	57.450	57.033	(6,3)	(0,7)
Carteira de Crédito Classificada	47.620	47.608	48.679	2,2	2,2
Varejo (Pessoa Física)	33.459	34.944	35.992	7,6	3,0
Atacado (Pessoa Jurídica)	14.161	12.664	12.687	(10,4)	0,2
Avais e Fianças Prestados, TVM Privados e Outros	13.260	9.842	8.354	(37,0)	(15,1)
TVM e Derivativos	31.165	26.101	23.118	(25,8)	(11,4)
Captações	**67.349**	**64.777**	**61.203**	**(9,1)**	**(5,5)**
Letras Bancárias	20.486	23.938	23.468	14,6	(2,0)
Letras Financeiras	17.552	21.260	20.617	17,5	(3,0)
LCA e LCI	2.934	2.678	2.851	(2,8)	6,4
Debêntures (Operações Compromissadas)	15.959	8.721	9.290	(41,8)	6,5
Obrigação com Cessões de Crédito	13.756	11.510	9.445	(31,3)	(17,9)
Outras Captações	17.148	20.608	18.999	10,8	(7,8)
Patrimônio Líquido	**8.426**	**8.777**	**8.868**	**5,2**	**1,0**

1 - Considera ajuste de credores por antecipação de valor residual, em operações de leasing financeiro.

A inadimplência superior a 90 dias (INAD +90d) da carteira de crédito reduziu no 4T17, reflexo da melhora tanto no segmento Varejo quanto no Atacado. O INAD +90d da carteira Varejo reduziu 10 pontos base em relação a Set/17, para 4,7%, refletindo a redução da inadimplência da carteira de Veículos, que nos últimos 12 meses reduziu 90 pontos base.

No Atacado, o percentual de inadimplência reduziu para 1,8% ao final de Dez/17, ante 2,1% em Set/17.

Tabela 155. Qualidade da Carteira Gerenciada

R$ milhões	4T16	3T17	4T17
Carteira de Crédito Gerenciada[1]	**47.620**	**47.608**	**48.679**
Operações Vencidas + 90 dias	2.638	1.947	1.924
Operações Vencidas + 90 dias/Carteira de Crédito Gerenciada - %	**5,5%**	**4,1%**	**4,0%**
Baixa para Prejuízo	(469)	(549)	(461)
Recuperação	262	201	167
Perda Líquida	**(207)**	**(348)**	**(295)**
Perda Líquida/Carteira de Crédito Gerenciada - anualizado - %	**1,7%**	**3,0%**	**2,4%**
New NPL	**540**	**431**	**439**
New NPL/Carteira de Crédito Gerenciada[2]	1,1%	0,9%	0,9%
Provisão[3]	**3.684**	**3.218**	**3.688**
Provisão/Operações Vencidas + 90 dias - %	139,7%	165,3%	191,7%
Saldo AA-C	**42.026**	**42.631**	**43.196**
Saldo AA-C/Carteira de Crédito Gerenciada	88,3%	89,5%	88,7%

1 - Inclui os ativos cedidos com coobrigação antes da entrada em vigor da Resolução CMN nº 3.533.
2 - (Diferença de saldo da INAD 90 no trimestre mais baixas para prejuízo do período) / carteira de crédito do trimestre anterior.
3 - Inclui PCLD de ativos cedidos com coobrigação.

Basileia

Os índices de Basileia e de capital nível I do Banco Votorantim permanecem bem acima do mínimo requerido. O crescimento do índice no comparativo com Set/17 é reflexo (i) do crescimento do Capital Nível I, decorrente do aumento do patrimônio pelo lucro gerado no período, e (ii) da redução do RWA de risco de crédito, impactado pela retração da carteira de crédito ampliada do Atacado.

Em Nov/17 o Banco Votorantim emitiu USD 300 milhões em *bonds* perpétuos no exterior, elegíveis para compor o capital nível I complementar. Esta operação, quando aprovada pelo Banco Central, impactará aproximadamente em 170 bps o Índice de Basileia após incorporação no Patrimônio de Referência, fortalecendo a base de capital do Banco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Tabela 156. Índice de Basileia

R$ milhões	Dez/16	Set/17	Dez/17
PR - Patrimônio de Referência	**9.219**	**8.808**	**9.233**
Capital Nível I	6.837	6.592	6.759
Capital Nível II	2.382	2.216	2.475
RWA - Ativo Ponderado pelo Risco	**61.207**	**60.213**	**59.410**
Risco de Crédito	55.922	53.267	52.083
Risco de Mercado	670	1.557	1.937
Risco Operacional	4.615	5.390	5.390
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	**6.044**	**5.570**	**5.495**
Índice de Basileia (PR / RWA)	**15,1%**	**14,6%**	**15,5%**
Capital Nível I	11,2%	10,9%	11,4%
Capital Nível II	3,9%	3,7%	4,2%

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

10.3. Negócios Internacionais

A presença do BB no exterior visa manter sua posição de referência para empresas e indivíduos brasileiros nos mercados internacionais.

A rede externa do Banco é composta por 29 dependências localizadas em 20 países. Em complemento a essa estrutura, o Banco do Brasil mantém acordo com outras instituições financeiras no exterior para atendimento aos seus clientes. Ao final do 4T17, haviam 884 bancos atuando como correspondentes do BB em 106 países.

Conforme estratégia de busca pela eficiência, no 4T17 o Banco do Brasil encerrou as atividades da agência La Paz e transformou o escritório de Santa Cruz de la Sierra em agência, sendo agora a única representação do BB na Bolívia. Os escritórios de representação em Caracas, Luanda e Montevidéu estão em processo de encerramento e os demais serão encerrados ao longo de 2018.

Tabela 157. Rede de Atendimento no Exterior

Agências	**Subagências**	**Unidades de Serviços Compartilhados**
Assunção - Paraguai	Hamamatsu - Japão	BB USA Servicing Center / Orlando - Estados Unidos
Buenos Aires - Argentina	Nagoia - Japão	BB Europa Servicing Center / Lisboa - Portugal
Frankfurt - Alemanha	**Escritórios de Representação**	**Securities**
Grand Cayman - Ilhas Cayman	Cidade do México - México	Banco do Brasil Securities LLC - Estados Unidos
Santa Cruz de la Sierra - Bolívia	Dubai - Emirados Árabes Unidos	BB Securities Ltd - Inglaterra
Londres - Inglaterra	Lima - Peru	BB Securities Asia Pte Ltd - Cingapura
Miami - Estados Unidos	Cidade do Panamá - Panamá	
Nova Iorque - Estados Unidos	**Subsidiárias e Sucursais**	
Santiago - Chile	BB Americas / Miami - Estados Unidos	
Tóquio - Japão	Banco Patagonia / Buenos Aires - Argentina	
Xangai - China	BB AG (Aktiengesellschaft) / Viena - Áustria[1]	

1 - A BB AG Viena também possui sucursais localizadas nas cidades de Madri, Paris, Milão e Lisboa.

Tabela 158. Consolidado no Exterior – Itens Patrimoniais

				Var. (%) s/	
R$ milhões	**Dez/16**	**Set/17**	**Dez/17**	**Dez/16**	**Set/17**
ATIVO	**162.151**	**150.040**	**155.276**	**(4,2)**	**3,5**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	33.712	26.048	23.719	(29,6)	(8,9)
Títulos e Valores Mobiliários	11.585	12.878	14.512	25,3	12,7
Títulos Disponíveis para Negociação	3.082	3.248	3.151	2,2	(3,0)
Títulos Disponíveis para Venda	8.503	9.481	11.076	30,3	16,8
Títulos Mantidos até o Vencimento	-	149	285	-	91,3
Operações de Crédito	37.845	33.819	36.704	(3,0)	8,5
Setor Público	761	561	310	(59,3)	(44,7)
Setor Privado	37.084	33.258	36.394	(1,9)	9,4
Outros Ativos	6.675	5.038	2.712	(59,4)	(46,2)
Grupo BB	72.334	72.257	77.629	7,3	7,4
PASSIVO	**162.151**	**150.040**	**155.276**	**(4,2)**	**3,5**
Depósitos	50.323	47.137	46.959	(6,7)	(0,4)
Depósitos à Vista	9.418	8.823	9.071	(3,7)	2,8
Depósitos a Prazo	22.817	21.830	20.502	(10,1)	(6,1)
Depósitos Interfinanceiros	18.088	16.484	17.386	(3,9)	5,5
Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	20.393	20.280	24.005	17,7	18,4
Obrigações por Empréstimos	19.967	18.194	18.870	(5,5)	3,7
Dívidas Subordinadas e Bônus Perpétuos	32.928	32.327	33.414	1,5	3,4
Demais Passivos	8.370	6.624	6.841	(18,3)	3,3
Grupo BB	18.929	13.545	12.994	(31,4)	(4,1)
Patrimônio Líquido	**11.241**	**11.933**	**12.193**	**8,5**	**2,2**
Controlador	10.419	11.143	11.351	8,9	1,9
Participações Minoritárias[1]	822	790	842	2,4	6,6

1 - Refere-se apenas à participação de acionistas não controladores do Banco Patagonia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Tabela 159. Consolidado no Exterior – Itens do Resultado

				Var. (%) s/	
R$ milhões	4T16	3T17	4T17	4T16	3T17
Lucro Após Impostos e Participações Estatutárias	(49)	263	(328)	-	-
Participações Minoritárias[1]	72	61	87	20,8	42,6
Lucro Líquido	**23**	**324**	**(241)**	**-**	**-**

1 - Refere-se apenas à participação de acionistas não controladores do Banco Patagonia.

10.3.1. Banco Patagonia

Todos os números apresentados neste capítulo refletem 100% dos saldos, contas patrimoniais e de resultado do Banco Patagonia. Nas tabelas a seguir, apresentamos os principais destaques patrimoniais, de resultado e dados estruturais.

No 4T17, o lucro líquido do Banco Patagonia foi R$ 212,2 milhões. O resultado foi 21,3% maior na comparação com o mesmo período do ano anterior.

Tabela 160. Banco Patagonia – Destaques Patrimoniais

				Var. (%) s/	
R$ milhões	Dez/16	Set/17	Dez/17	Dez/16	Set/17
Ativos	15.158	15.696	17.492	15,4	11,4
Operações de Crédito[1]	9.542	9.794	11.185	17,2	14,2
Depósitos	10.784	10.908	12.185	13,0	11,7
Patrimônio Líquido	2.004	1.926	2.053	2,4	6,6

1 - Série revista em Set/17 considerando as operações com cartões de crédito.

Tabela 161. Banco Patagonia – Captações

				Var. (%) s/	
R$ milhões	Dez/16	Set/17	Dez/17	Dez/16	Set/17
Pessoa Fisica	1.537	1.763	1.944	26,5	10,2
Pessoa Juridica	1.487	1.549	1.631	9,7	5,3
Interbancário	150	191	133	(11,3)	(30,0)
Emissões	96	106	114	19,1	7,8
Compromissadas	31	65	55	75,8	(15,7)
Total	**3.302**	**3.674**	**3.878**	**17,4**	**5,6**

Tabela 162. Banco Patagonia – Principais Linhas do Resultado

	Fluxo Trimestral			Var. (%) s/	
R$ milhões	4T16	3T17	4T17	4T16	3T17
Resultado da Intermediação Financeira	340	374	562	65,1	50,2
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(20)	(67)	(27)	31,4	(60,4)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	**320**	**307**	**535**	**67,2**	**74,4**
Rendas de Tarifas	165	299	209	26,6	(30,3)
Despesas Administrativas	(290)	(262)	(296)	2,0	13,0
Outros	41	(126)	(139)	-	10,1
Resultado Antes da Tributação s/Lucro	**236**	**218**	**309**	**30,8**	**41,7**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(61)	(69)	(96)	58,2	39,1
Lucro Líquido	**175**	**149**	**212**	**21,3**	**42,9**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Figura 72. Banco Patagonia – Lucro Líquido – R$ milhões

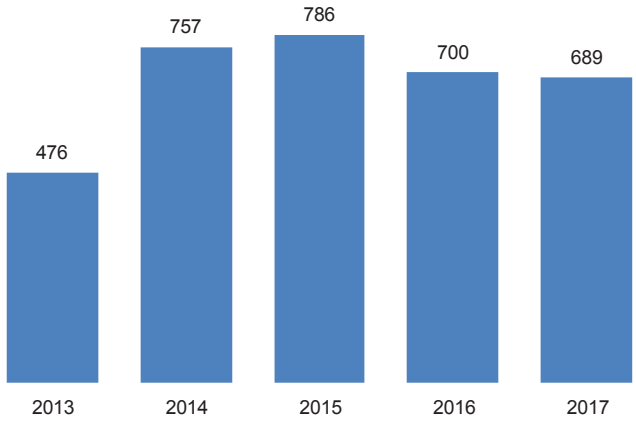


Tabela 163. Banco Patagonia – Indicadores de Rentabilidade, Capital e Crédito

%	4T16	3T17	4T17
Retorno sobre o Patrimônio Líquido	38,3	36,1	36,2
Índice de Basileia[1]	13,3	13,2	12,8
Índice de Cobertura (+90 dias)	274,2	224,8	221,7
Inad+90	1,0	1,4	1,4

1 - Série ajustada considerando as regras estabelecidas pela Resolução nº 5.369 do Banco Central da República Argentina.

Tabela 164. Banco Patagonia – Destaques Operacionais e Estruturais

				Var. (%) s/	
	Dez/16	Set/17	Dez/17	Dez/16	Set/17
Clientes (mil)	1.068	1.156	1.192	11,6	3,1
Agências	179	182	182	1,7	-
Agências em Buenos Aires	93	94	94	1,1	-
Pontos de Atendimento	200	206	205	2,5	(0,5)
Funcionários	3.434	3.378	3.365	(2,0)	(0,4)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Vice-Presidência de Gestão Financeira e Relações com Investidores

Vice-Presidente
Bernardo de Azevedo Silva Rothe

Gerente Geral de Relações com Investidores
Daniel Alves Maria

Gerente Executivo
Rodrigo Felippe Afonso

Gerentes de Divisão
Daniel Henrique de Sousa Diniz
Heverton Masaru Ono
Janaína Marques Storti
Joaquim Camilo de Castro

Assessores
Adriano Gonçalves de Souza
Bruno Santos Garcia
Cleber Antonio Lima Rentroia
Daniela Priscila da Silva
Debora Stefani
Diogo Simas Machado
Eva Maria Gitirana de Oliveira
Fabíola Lopes Ribeiro
Fabrício da Costa Santin
Felipe de Mello Pimentel
Fernanda Vasconcelos de Meneses
Filipe Cardoso Duda
Gabriel Mirabile Pinheiro
Gustavo Correia de Brito
Itala Tonon
Jefferson Guarnieri Aquino
Joabel Martins de Oliveira
Luiz Fernando de Almeida
Marcelo Oliveira Alexandre
Maria Angélica de Paiva Rezende
Peterson Luiz Barbosa
Regina Knysak
Vilmar Francisco Thewes
Vitor Lopes Rodrigues
Viviane de Sousa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

KPMG

Banco do Brasil S.A.

Relatório de asseguração limitada dos auditores independentes sobre as informações contábeis suplementares incluídas no Relatório de Análise do Desempenho em 31 de dezembro de 2017

KPMG Auditores Independentes
Fevereiro de 2018
KPDS 214531

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

KPMG Auditores Independentes
SBS - Qd. 02 - Bl. Q - Lote 03 - Salas 708 a 711
Edifício João Carlos Saad
70070-120 - Brasília/DF - Brasil
Caixa Postal 8587 - CEP 70312-970 - Brasília/DF - Brasil
Telefone +55 (61) 2104-2400, Fax +55 (61) 2104-2406
www.kpmg.com.br

Relatório de Asseguração Limitada dos auditores independentes sobre as informações contábeis suplementares incluídas no Relatório de Análise do Desempenho

Ao
Conselho de Administração, aos Acionistas e aos Administradores do
Banco do Brasil S.A.
Brasília - DF

Introdução
Fomos contratados pelo Banco do Brasil S.A. ("Banco") para a elaboração de um relatório sobre as informações contábeis suplementares do Banco do Brasil S.A. para o trimestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2017, na forma de uma conclusão de asseguração limitada se, com base no nosso trabalho realizado, descrito neste relatório, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis suplementares incluídas no Relatório de Análise do Desempenho não estão apresentadas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as informações referidas no parágrafo "Critérios para elaboração das informações contábeis suplementares".

Responsabilidades da Administração do Banco
A Administração do Banco é responsável pela elaboração e apresentação adequada das informações contábeis suplementares incluídas no Relatório de Análise do Desempenho de acordo com os critérios para elaboração das informações contábeis suplementares descritos abaixo, e pelas demais informações contidas no referido relatório, assim como pelo desenho, implementação e manutenção dos controles internos que ela determinou como necessários para permitir que tais informações estejam livres de distorções relevantes, independentemente se causadas por fraude ou erro.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma- *KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de revisar as informações contábeis suplementares incluídas no Relatório de Análise do Desempenho elaboradas pelo Banco e com base nessa revisão emitir, uma conclusão na forma de asseguração limitada. Conduzimos nosso trabalho de acordo com a NBC TO 3000 - Trabalho de Asseguração Diferente de Auditoria e Revisão (ISAE 3000). Tal norma requer o cumprimento de exigências éticas, que inclui requisitos de independência, planejamento e execução de procedimentos para obter um nível de asseguração limitada de que não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis suplementares incluídas no Relatório de Análise de Desempenho do Banco não estão apresentadas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as informações referidas no parágrafo “Critérios para elaboração das informações contábeis suplementares”.

Os procedimentos selecionados basearam-se na nossa compreensão das informações contábeis suplementares incluídas no Relatório de Análise do Desempenho e de outras circunstâncias do trabalho e da nossa consideração sobre as áreas onde distorções materialmente relevantes poderiam existir.

Procedimentos realizados em um trabalho de asseguração limitada são mais limitados do que para um trabalho de asseguração razoável. Assim, o nível de segurança obtida em um trabalho de asseguração limitada é significativamente menor do que a segurança que teria sido obtida caso um trabalho de asseguração razoável tivesse sido realizado. Consequentemente não expressamos opinião de auditoria ou asseguração razoável sobre as informações contábeis suplementares incluídas no Relatório de Análise do Desempenho do Banco.

Nossa conclusão não contempla aspectos relacionados com as informações prospectivas contidas no Relatório de Análise do Desempenho, nem fornece qualquer garantia se as premissas utilizadas pela Administração proporcionam uma base razoável para as projeções apresentadas. Portanto, nosso relatório não proporciona qualquer tipo de asseguração sobre o alcance de informações futuras (como, por exemplo, metas, expectativas e planos futuros) e informações descritivas que são sujeitas a avaliação subjetiva.

Critérios para elaboração das informações contábeis suplementares
As informações contábeis suplementares divulgadas no Relatório de Análise do Desempenho correspondentes ao trimestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2017, foram elaboradas pela Administração do Banco com base nas informações contábeis contidas nas demonstrações contábeis consolidadas relativas à data-base de 31 de dezembro de 2017 e nos critérios descritos no Relatório de Análise do Desempenho, com o objetivo de possibilitar uma análise adicional, sem contudo, fazerem parte das informações contábeis contidas nas demonstrações contábeis consolidadas divulgadas nesta data.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Conclusão
Nossa conclusão foi baseada e está limitada aos assuntos descritos neste relatório.

Baseado nos procedimentos realizados de asseguração limitada, conforme resumido acima, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis suplementares, incluídas no Relatório de Análise do Desempenho, não estão apresentadas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as informações referidas no parágrafo “Critérios para elaboração das informações contábeis suplementares”.

Brasília, 20 de fevereiro de 2018

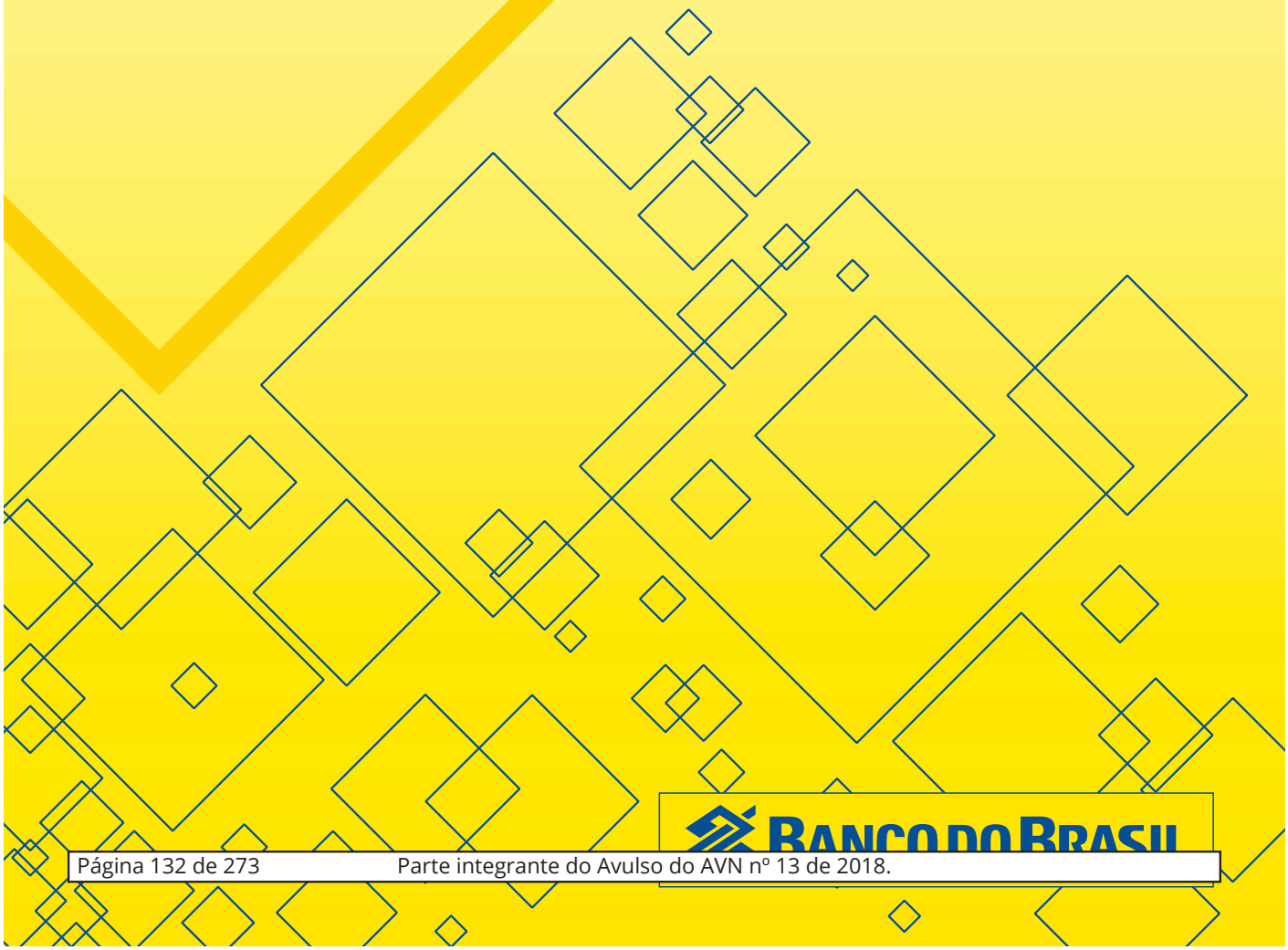
KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF

Marcelo Faria Pereira
Contador CRC RJ-077911/O-2

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Demonstrações Contábeis

Exercício 2017



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ÍNDICE

Índice **1**

Relatório da Administração **3**

Demonstrações Contábeis **21**

BALANÇO PATRIMONIAL 21

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO 25

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 26

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA 27

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO 28

Notas Explicativas **29**

1 - O BANCO E SUAS OPERAÇÕES 29

2 - REESTRUTURAÇÕES SOCIETÁRIAS 29

3 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 30

4 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS 32

5 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO 39

6 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA 43

7 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ 43

8 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS 44

9 - RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS 52

10 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO 53

11 - CARTEIRA DE CÂMBIO 59

12 - OUTROS CRÉDITOS 60

13 - OUTROS VALORES E BENS 61

14 - INVESTIMENTOS 62

15 - IMOBILIZADO DE USO 69

16 - INTANGÍVEL 69

17 - DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO 70

18 - RECURSOS DE ACEITES E EMISSÕES DE TÍTULOS 73

19 - OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES 74

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

20 - OUTRAS OBRIGAÇÕES 75
21 - OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS 80
22 - RESULTADO NÃO OPERACIONAL 82
23 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO 83
24 - TRIBUTOS 91
25 - PARTES RELACIONADAS 94
26 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS 98
27 - PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS 108
28 - GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL 111
29 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE 119
30 - OUTRAS INFORMAÇÕES 120

Relatório dos Auditores Independentes 123
Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria 132
Manifestação do Conselho de Administração 135
Parecer do Conselho Fiscal 136
Declaração dos Membros do Conselho Diretor sobre as Demonstrações Financeiras 137
Declaração dos Membros do Conselho Diretor sobre o Relatório dos Auditores Independentes 138
Membros da Administração 139

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Senhoras e Senhores Acionistas

Agradecemos a dedicação e o empenho de nossos funcionários e colaboradores, bem como a confiança dos clientes e da sociedade.

O ano de 2017 foi desafiador, porém tínhamos plena confiança na entrega de resultados compatíveis com as estimativas divulgadas e os compromissos assumidos, pois conhecemos a capacidade e o comprometimento dos nossos funcionários.

Encerramos o ano com de lucro líquido de R$ 11.011 milhões, aumento de R$ 2.977 milhões se comparado a 2016. O retorno sobre patrimônio líquido ficou em (RSPL) de 10,6%, frente a 8,4% do ano anterior. Parte desse resultado foi alcançado pelo rígido controle de despesas administrativas, que caíram 5,54% em um ano, mesmo com a inflação (IPCA) de 2,95% e pela substancial redução das despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) em R$ 2.951 milhões (10,3% frente a 2016).

Nossas receitas com prestações de serviços e tarifas bancárias cresceram 9,0% em relação a 2016, o que demonstra o sucesso da evolução da nossa estratégia de relacionamento com os clientes, principalmente com a utilização de novas tecnologias. A materialização desse resultado está em nosso índice de eficiência ajustado, que alcançou 38,1%, frente a 39,7% em 2016 e 41,6% em 2015 e na melhoria dos nossos índices de Basileia e capital principal, que evoluíram para 19,6% e 10,5%, respectivamente, em 2017.

Para 2018, acreditamos que a transformação e a complexidade do ambiente de negócios irão se intensificar. Por isso, a melhora da experiência do cliente e o investimento em inovação continuarão a ser premissas para a nossa atuação. A maior eficiência nas operações e nos processos, o crescimento do uso de inteligência artificial na análise de dados, a maior especialização dos funcionários e a constante busca pela conveniência dos clientes ao utilizar nossos canais de atendimento serão pilares na evolução da rentabilidade.

Acreditamos também que a aceleração da recuperação econômica será mola propulsora para o crescimento de nossa carteira de crédito, especialmente, para as pessoas físicas, micro e pequenas empresas e agronegócio. Os efeitos do fortalecimento da atividade econômica também se refletirão no aumento dos negócios com seguros, meios de pagamento, mercado de capitais e gestão de recursos.

Para mais informações, sugerimos a leitura do Análise do Desempenho no sítio de Relações com Investidores (www.bb.com.br/ri).

1. Estratégia Corporativa

Nos últimos anos, a economia mais conectada e competitiva influenciou significativamente a indústria financeira. À medida que os desafios e a complexidade do ambiente de negócios aumentam, maior é a necessidade das organizações desenvolverem cultura de inovação que oriente o planejamento estratégico. Por conta do dinamismo do cenário e das necessidades de nossos clientes, mantemos nossa Estratégia Corporativa sempre atualizada e aderente aos desafios presentes em nosso ambiente de atuação.

Nosso propósito é cuidar do que é valioso para as pessoas. Para o período de 2018-2022, nossa Visão é “Ser a empresa que proporciona a melhor experiência para a vida das pessoas e promover o desenvolvimento da sociedade, de forma inovadora, eficiente e sustentável” e cinco perspectivas nos guiam nessa direção:

a) **Financeira**: a prioridade é o crescimento da rentabilidade e das receitas com prestação de serviços, a melhoria da eficiência operacional, a sustentabilidade do capital e a redução das perdas operacionais e de crédito.

b) **Clientes**: o objetivo é proporcionar experiências de valor, priorizando ações que favoreçam a melhoria da satisfação dos clientes.

c) **Processos:** o foco será mantido na Transformação Digital e no aperfeiçoamento dos processos, produtos e canais, o que os tornam mais simples, ágeis, inovadores, integrados e orientados à jornada dos clientes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

d) **Pessoas**: foco na busca do desenvolvimento de competências estratégicas necessárias para fazer frente aos desafios que se apresentam para os próximos cinco anos, notadamente: empreendedorismo, relacionamento com clientes, inovação, negócios digitais, liderança e eficiência. Além disso, continuaremos pautados pela meritocracia nos programas sucessórios, pelo reconhecimento de talentos e valorização da diversidade.

e) **Sustentabilidade**: complementa e perpassa as demais perspectivas; o foco é aprimorar nosso desempenho em sustentabilidade, nas dimensões econômica, social e ambiental, dado que a geração de retornos sustentáveis no longo prazo pressupõe ir além das questões financeiras e dos riscos tradicionais.

Além da estratégia corporativa, entendemos que para enfrentar os desafios do cenário atual e futuro, especialmente quanto à maior exigência de nossos clientes, era necessário a criação de duas novas unidades especializadas. Comprometidos com a eficiência operacional e com o controle de despesas, a criação das novas unidades não gerou incremento de custos, dado que remanejamos o pessoal e a estrutura de outras áreas.

- **Unidade Captação e Investimentos**, com objetivo de desenvolver estratégias em assessoria especializada para investidores, diversificar o nosso portfólio de produtos e disseminar a visão orientada à jornada do investidor.

- **Unidade de Comércio Exterior**, com objetivo de desenvolver estratégias em negócios internacionais, fortalecer a nossa reconhecida parceria com o segmento de comércio exterior, promover o desenvolvimento de competências e a especialização de nossos profissionais.

A seguir, alguns prêmios e eventos que foram destaques no ano:

I. na vanguarda da tecnologia bancária, vencemos em 21 categorias no Prêmio efinance[1] 2017 por uma série de inovações, entre as quais (i) a possibilidade de compra com pontos[2] em lojas físicas pelo aplicativo Ourocard, (ii) solução de Open Banking com o lançamento do Portal do Desenvolvedor, (iii) a disseminação da cultura digital pelo desenvolvimento do Laboratório Avançado do Banco do Brasil (LABBS) no Vale do Silício (EUA) e (iv) a Conta Fácil[3], primeiro passo para a conta corrente aberta pelo celular;

II. o Ourocard foi considerado, pelo 9° ano consecutivo, o cartão de crédito preferido dos brasileiros, segundo Pesquisa Nacional de Cartões de Crédito, organizada pela CardMonitor;

III. recebemos o Prêmio Atendimento Ouro da Associação das Relações Empresa Cliente (Abrarec), na categoria melhor atendimento de *call center* receptivo;

IV. conquistamos, por meio da BBDTVM, a primeira colocação na categoria Fundos de Ações do *ranking* "Melhor Banco para Investir", elaborado pela FGV;

V. conquistamos a categoria Top Básico no Prêmio Broadcast Projeções. O evento, promovido pela Agência Estado, tem por objetivo premiar as instituições cujas projeções para os principais indicadores econômicos do País mais se aproximaram do observado durante o ano de 2016. No mesmo evento, foram premiados, entre os 10 primeiros, quatro analistas do BB-Banco de Investimentos S.A. no Prêmio Broadcast Analistas, que avalia as recomendações de ações que obtiveram a melhor rentabilidade em 2016;

VI. conquistamos o Troféu Ouro do Prêmio CIC 2017 para o case "Um *game* que conquistou corações e resultados", projeto de gamificação reconhecido como a melhor campanha interna, motivacional e de endomarketing;

VII. recebemos, pelo segundo ano consecutivo, o Certificado de Empresa Legal durante o Simpósio Brasileiro de Defesa do Consumidor, uma iniciativa da Era do Diálogo, promovido pelo Centro de Inteligência Padrão - CIP, com o apoio da Associação Brasileira das Relações Empresa Cliente – Abrarec, reconhecendo o nosso investimento para a solução de conflitos com consumidores de forma ágil, econômica e conciliadora, sem a necessidade de propor ações judiciais;

---

[1] O Prêmio *efinance* tem como objetivo identificar e destacar os mais importantes projetos na área de TI e Comunicação no segmento de finanças no Brasil.

[2] Pontos referentes ao Programa de Relacionamento "Ponto pra você".

[3] Conta de pagamentos para quem ainda não possui conta no Banco do Brasil e que pode ser aberta pelo celular.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

VIII. figuramos no 1º lugar entre os bancos brasileiros no relacionamento em redes sociais (Facebook e Twitter) com base na análise do SocialBakers - Ranking Mundial Socially Devoted (3º trimestre/2017), que é uma das principais fornecedoras de dados analíticos sobre eficácia da comunicação de marcas na rede social;

IX. recebemos o selo "Responde Rapidamente" na página oficial do BB na rede social Facebook. O selo aparece nas páginas que respondem pelo menos 90% das mensagens privativas com um tempo médio de 15 minutos. Contribuição direta da implementação do atendimento via *chatbot* em 2017.

2. Governança Corporativa

Nossa estrutura de governança corporativa é formada pelo Conselho de Administração (CA) e pela Diretoria Executiva (DE). Em todos os níveis, as decisões são tomadas de forma colegiada para promover o adequado debate dos temas estratégicos e das propostas negociais. Para tanto, a administração se utiliza de diversos comitês, que garantem agilidade e segurança ao processo de tomada de decisão.

O CA é composto por oito membros e assessorado pelos comitês de Auditoria, Remuneração e Elegibilidade, Riscos e Capital e pela Auditoria Interna.

A DE é composta pelo Conselho Diretor (CD - presidente e nove vice-presidentes) e por 27 diretores estatutários. Mantemos ainda, em caráter permanente, um Conselho Fiscal (CF) composto por cinco membros titulares e cinco suplentes.

Como boa prática de governança corporativa, instituímos processo para avaliar o desempenho do Conselho de Administração, do Auditor Geral, dos Comitês de Remuneração, de Auditoria e de Riscos e Capital e da Diretoria Executiva.

Aprofundamos diversas práticas de governança no decorrer de 2017. Revimos de forma abrangente nosso Estatuto Social, Código de Ética, normas de conduta, regimentos internos dos órgãos de governança e do Código de Governança Corporativa, documentos que dão suporte às nossas práticas de governança. Criamos também política de transações com partes relacionadas, política de indicação e sucessão de administradores (CA, CF e CD), com objetivo de dar ainda mais transparência às nossas estratégias e nossa gestão.

Em maio, conforme previsto na Lei n° 13.303/2016 (Lei das Estatais), divulgamos a Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, documento escrito em linguagem clara, direta, ao público em geral e aos investidores e subscrita pelos membros do Conselho de Administração. Em agosto ingressamos no Programa Destaque em Governança de Estatais da B3, sendo a primeira companhia financeira a aderir ao programa. Em novembro, recebemos a certificação com Selo de Governança Nível 1 no IG-Sest, com nota máxima nos quesitos observados.

Nossas ações (BBAS3) estão listadas, desde 2006, no “Novo Mercado” da B3, segmento mais exigente da bolsa brasileira em requisitos de governança.

3. Economia

Brasil

O ano de 2017 foi caracterizado pela melhora no ambiente econômico doméstico. Mesmo que essa melhora tenha acontecido de forma heterogênea ao longo do ano e que eventos não econômicos desfavoráveis tenham sido observados, houve significativo progresso. Uma importante agenda de reformas foi aprovada e amparou os primeiros sinais da moderada recuperação da atividade, em que pese a postergação da deliberação sobre pontos relevantes dessa agenda. Além disso, inflação controlada, juros em queda e a retomada do emprego foram elementos que reforçaram a conjuntura mais favorável aos negócios.

Impulsionados pelo excelente resultado da agropecuária, consubstanciado na safra recorde, os números do PIB apresentaram reversão da histórica recessão dos anos anteriores. Ainda pelo lado da oferta, as indústrias extrativa e de transformação mostraram sinais positivos. Pelo lado da demanda, o consumo das famílias consolidou sua recuperação e a formação bruta de capital fixo apresentou no terceiro trimestre o primeiro avanço depois de quinze trimestres consecutivos de retração.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A safra recorde foi importante inclusive para o histórico saldo da balança comercial no ano (US$ 67 bilhões), impulsionado de um lado pela trajetória favorável dos preços das *commodities* e, de outro, pelo aumento das exportações de produtos básicos (destaque para grãos e minerais metálicos). O desempenho da balança comercial, aliado ao cenário externo de elevada liquidez e baixa aversão ao risco, contribuiu para o fluxo de recursos externos ao Brasil, possibilitando ao Real manter-se relativamente fortalecido na maior parte do ano (cotação média de R$/US$ 3,20). Nesse contexto, o índice Ibovespa apresentou valorização de 27% em 2017, em linha com avaliações positivas sobre a economia brasileira.

Todavia, o ambiente favorável aos mercados não impediu a ocorrência de episódios de maior volatilidade, especialmente originados de incertezas na arena política e de dúvidas em relação à reversão da trajetória ascendente do endividamento público. Nesse contexto, a rigidez dos gastos continua a ser um desafio no campo fiscal para os próximos anos.

O ambiente inflacionário foi extremamente benigno. A deflação dos preços dos alimentos e a elevada ociosidade da economia garantiram inflação ao consumidor, medida pela variação do IPCA, abaixo de 3,0% (limite inferior do intervalo de tolerância da meta) e o deslocamento da política monetária para campo expansionista. Nesse sentido, a taxa Selic foi reduzida em 675 p.b., alcançando o patamar de 7,0% a.a. ao final de 2017. Os juros historicamente baixos e a compressão dos *spreads* continuarão demandando ganhos em termos de eficiência por parte da indústria financeira.

O forte declínio da inflação, que preservou a renda dos trabalhadores, a redução dos custos dos empréstimos e a leve recuperação do mercado de trabalho favoreceram a retomada do crédito às famílias. Por outro lado, as incertezas ainda presentes na economia, a ociosidade de fatores e os efeitos colaterais da recessão sobre o sistema produtivo afetaram as decisões de investimentos e inibiram a retomada da recuperação do crédito ao setor empresarial.

Mundo

No ambiente externo, a atividade econômica nos Estados Unidos continuou em expansão, mas sem exercer pressões relevantes sobre a inflação, que permaneceu abaixo do objetivo do Federal Reserve. Como consequência, a autoridade monetária norte-americana prosseguiu com a política de aumentos graduais nos juros básicos, o que contribuiu para a manutenção da liquidez internacional em níveis elevados e para o baixo grau de aversão ao risco. Ainda assim, incertezas quanto aos rumos da política econômica americana e questões geopolíticas (especialmente no Oriente Médio e Ásia) causaram aumentos pontuais de volatilidade ao mercado.

Já no continente europeu, provavelmente em resposta às políticas expansionistas, em especial a monetária, a atividade econômica prosseguiu em recuperação. Na Ásia, o crescimento chinês dentro do intervalo estabelecido pelo Partido Comunista (6,5% a 7,0%) afastou temporariamente os temores de uma desaceleração mais forte da economia.

Nesse contexto, o fluxo de capitais às economias emergentes prosseguiu favorável ao longo de 2017, e os preços das *commodities*, de modo geral, mantiveram-se em patamares elevados.

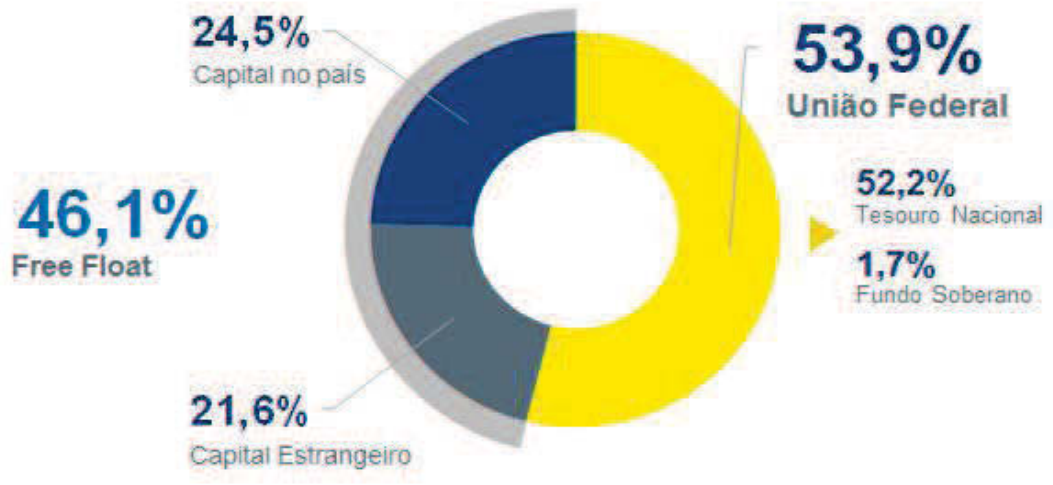
4. Indicadores de mercado e atendimento aos acionistas

Nossas ações (BBAS3) mantiveram presença em todos os pregões da B3 e representavam 3,3% do índice Ibovespa para o quadrimestre de Setembro a Dezembro de 2017. Mantivemos também um programa de ADR nível 1 (BDORY), negociados no mercado de balcão nos Estados Unidos.

Nossa composição acionária, ao final de 2017, era assim distribuída:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Figura 1. Composição Acionária (%)[1]



1 – Não considera ações em tesouraria

Disponibilizamos relatórios e informações à CVM e no sítio de Relações com Investidores. Frequentemente, convidamos analistas de mercado para conferências com a nossa Administração para esclarecer temas específicos sobre o Banco.

Mantemos equipe dedicada ao atendimento de analistas e investidores, que realizou 994 atendimentos no ano, incluindo participação em reuniões e atendimentos telefônicos.

Para atendimento ao investidor institucional, realizamos 956 reuniões, incluindo participação em oito conferências no país e outras onze no exterior, onze *non-deal roadshow* e um *roadshow*, além de promovermos quatro teleconferências de resultado.

Para o investidor pessoa física, promovemos reuniões com clientes dos nossos escritórios Private *Banking* em Porto Alegre, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador e São Paulo e duas reuniões Apimec.

A seguir, apresentamos os principais indicadores de mercado para 2017:

Tabela 1. Indicadores de Mercado

	Indicadores	
	2016	2017
Valor Patrimonial - BBAS3	27,4	31,4
Valor Patrimonial - BBAS3 - Consolidado	31,3	35,4
Cotação de Fechamento - BBAS3	28,1	31,8
Lucro por Ação (R$)	2,8	3,9
Retorno sobre Ativos (%)	0,5	0,7
Retorno sobre Ativos (%) - Consolidado	0,6	0,8
Retorno sobre Patrimônio Líquido (%)	9,0	11,4
Retorno sobre Patrimônio Líquido (%) - Consolidado	8,4	10,6
JCP (R$ milhões)	2.355	3.229
Cotação ADR (US$)	8,3	9,7

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Distribuição de Lucros

Distribuímos, em 2017, R$ 3.229 milhões em Juros Sobre Capital Próprio (JCP).

Em 23/02/2016, publicamos Fato Relevante, no qual comunicamos que o nosso Conselho de Administração decidiu fixar em 25% o percentual do lucro líquido do exercício a ser distribuído aos acionistas a título de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio. Em junho/17, foi aprovada pelo nosso Conselho de Administração a criação de Política Específica de Remuneração aos Acionistas, disponível no sítio de Relações com Investidores (www.bb.com.br/ri).

Outras informações sobre a nossa política de dividendos estão disponíveis na seção 3 do Formulário de Referência ou no artigo 46 do nosso Estatuto Social, disponíveis no sítio www.bb.com.br/ri.

5. Experiência dos Clientes

Como parte de um planejamento com o olhar para a sustentabilidade da nossa empresa de 209 anos, elegemos 2017 como o "Ano do Atendimento". Essa foi uma sinalização para que os esforços de todos os funcionários de nossa empresa priorizassem a experiência do cliente.

Esse direcionamento foi materializado em ações executivas, todas com foco no atendimento. As ações foram distribuídas nos seguintes tópicos: experiência do cliente, inovação, gestão, eficiência, soluções de negócios e capacitação.

O ambiente digital irá também transformar a forma como trabalhamos, pois nossos colaboradores serão mais eficientes em suas rotinas e assertivos em ofertas, adequadas às diferentes necessidade de cada cliente. O apoio da tecnologia reduzirá o tempo em execução de tarefas operacionais, permitindo aos nossos funcionários priorizar o relacionamento com os clientes.

Sabemos, porém, que ser digital não é tudo. Não é garantia de solidez no futuro. Por isso, o atendimento pessoal continuará a ser fundamental na construção de relacionamentos duradouros e pautados na ética e na confiança. Elegemos, assim, 2018 como o "Ano do Relacionamento".

Nesse sentido, nos próximos parágrafos, apresentaremos algumas das principais ações implementadas para elevar a conveniência e melhorar a experiência dos nossos clientes, por meio da especialização e modernização de serviços.

Segmento Pessoas Físicas

***App* BB chega a 15 milhões de usuários**

Nosso *app* atingiu em dezembro a marca de 15 milhões de usuários, em comparação com 10,2 milhões em 2016 e 6,9 milhões em 2015. Acessado por mais de quatro milhões de pessoas todos os dias, o aplicativo é responsável por 51% das transações realizadas no Banco. Com o resultado, alcançamos o objetivo traçado no início de 2017.

Além disso, nosso *app* é o mais bem avaliado do sistema financeiro brasileiro nas duas principais lojas de aplicativos – Google Store (4,5) e Apple Store (4,0) e, entre todos os aplicativos, ele é o quarto preferido pelos brasileiros, segundo pesquisa Panorama Mobile Time/Opinion Box, divulgada pelo site Mobile Time.

Atendimento via "Fale Com o seu Gerente"

Disponível, em nosso app, para o público alta renda, a ferramenta de mensagens instantâneas "Fale com seu Gerente" registrou em 2017 uma média de 125 mil mensagens trocadas por dia, por cerca de 1,6 milhão de clientes. No período, foram implementadas melhorias que garantiram melhor usabilidade e personalização no relacionamento com os clientes, como a integração da foto do gerente de relacionamento e envio de arquivos e documentos pela ferramenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Abertura de conta corrente pelo *smartphone*

Em maio, lançamos a abertura de conta corrente completa pelo *app* BB. O processo envolve desde o *upload* de documentos até o cadastramento de senhas, tudo feito pelos clientes no *smartphone*. A inovação significa mais comodidade para o cliente e menor demanda nas agências, o que permitirá que estas tenham mais foco no relacionamento e na realização de negócios.

Em 2017, o volume de contas abertas pelo *app* superou o volume de abertura nas agências em cinco estados (AM, MA, PA, PE e MT). No DF, AC, RJ, RN, RR e TO, 40% das contas foram abertas por meio do aplicativo. No acumulado do ano até dezembro, 1,5 milhão de clientes abriram conta corrente pelo *app* e a expectativa é de termos, em 2018, três milhões de contas abertas por meio desse canal.

Além de ter custo de abertura menor em relação ao processo tradicional nas agências, sendo aproximadamente R$ 0,02 pelo celular e R$ 24 na agência, a conta digital apresenta clientes 13% mais satisfeitos, além de pacotes de serviços exclusivos adequados ao perfil deste público. Esse é nosso conceito de “Banco Digital”, que une eficiência, satisfação do cliente e resultado sustentável.

Minhas Finanças – Orçamento equilibrado

Um orçamento equilibrado é fundamental para o atingimento dos objetivos financeiros. Pensando nisso, lançamos o “Minhas Finanças”. Desenvolvido com a participação dos próprios clientes, a aplicação auxilia no acompanhamento do orçamento e um controle financeiro mais efetivo, o que permite a esse cliente uma análise mais consciente da sua vida financeira. O “Minhas Finanças” tem atualmente quatro milhões de usuários cadastrados e dois milhões de acessos diário à ferramenta.

Transferência Automática entre Limites de Crédito

Lançada em novembro, a solução proporciona maior autonomia e comodidade aos nossos clientes, uma vez que possibilita a adequação dos limites de crédito parcelado – CDC e parcelado do cartão de forma automática. Outra inovação foi a possibilidade de transferir valores do crédito rotativo (cheque especial e cartão de crédito) para contratação de crédito parcelado - CDC.

Em menos de dois meses, foram realizadas mais de 150 mil adesões. Desse universo, 35 mil clientes tiveram os limites de crédito migrados para o crédito parcelado - CDC, totalizando R$ 126 milhões em valores transferidos, e R$ 18,4 milhões contratados em modalidades de crédito mais vantajosas. Os canais digitais responderam por 41% dessas adesões.

Condução Preventiva

Esse novo processo, disponibilizado em novembro, permitiu de forma sistemática e preventiva a sensibilização de clientes com características especiais de endividamento. A partir dessa identificação, contribuímos, por meio da oferta de crédito consignado, para a organização dos compromissos dos clientes, adequando-os à sua capacidade pagamento. Além de melhorar o risco das operações, essa solução eleva a satisfação e contribui para a fidelização dos nossos clientes.

No último bimestre de 2017, foram contratadas 13,8 mil operações de condução preventiva, no montante de R$ 450 milhões no crédito consignado.

Simulador de Investimentos

Lançamos, em novembro, o nosso Simulador de Investimentos. Esta nova ferramenta, disponível no *internet banking* e no canal *mobile*, busca simplificar a jornada do investidor e incentivar a diversificação na alocação de recursos, customizando a oferta de soluções de investimento de maneira inteligente e orientada a uma melhor experiência pelos usuários.

A solução, utilizada por mais de 9.800 clientes, com volume captado de R$ 198,8 milhões, considera a Análise de Perfil do Investidor e outras informações, tais como o valor desejado para aplicação, horizontes de investimentos e produtos que já fazem parte da carteira dos nossos clientes, para indicar as melhores opções dentre as existentes no nosso portfólio, por faixa de risco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Conselho de Clientes

Iniciamos em novembro, o Conselho de Clientes, que reúne um grupo permanente de clientes convidados que expõem suas necessidades e expectativas em relação aos nossos serviços e produtos. Essa interação nos proporciona oportunidade para aprimorarmos nosso atendimento e nossos negócios. Em 2017 foram ouvidos 36 clientes pessoas físicas e os apontamentos foram direcionados às nossas áreas decisórias. Continuaremos com o Conselho em 2018.

Crédito Veículo via Mobile atinge R$ 1 bilhão em desembolso

Os nossos clientes podem contratar Crédito Veículo no canal *mobile*, o que representou, em 2017, aproximadamente R$ 1 bilhão de desembolso por este canal. A participação do *app* no total de operações cresceu 120% no último ano e representa maior comodidade aos clientes, já que mais da metade das vendas foram realizadas fora do horário bancário, inclusive nos fins de semana.

Lançamento da Pulseira Ourocard

Lançamos em março, no Congresso de Meios Eletrônicos de Pagamento (CMEP), a Pulseira Ourocard, primeiro *wearable* do Banco do Brasil, por meio da qual os clientes podem realizar pagamentos, por aproximação, nas funções débito e crédito, sem a necessidade do uso do plástico.

Acolhimento e Contratação de Crédito Imobiliário

De forma pioneira no mercado financeiro, disponibilizamos o acolhimento e contratação do financiamento imobiliário pelo nosso *app*.

Na primeira fase do projeto, disponível em julho, foi possível simular e solicitar análise de proposta no canal *mobile* e pela *internet*. Nessa etapa foram realizadas quatro milhões de simulações.

Em dezembro, foi possível realizar o acolhimento completo via *app*. Por esse canal, nosso cliente pode aprovar o crédito, contratar seguro, fazer *upload* dos documentos e enviar proposta para análise e contratação do financiamento imobiliário. Em pouco mais de 15 dias, foram acolhidas mais de mil propostas, com a primeira contratação via *mobile* acontecendo em apenas 13 dias.

Disponibilizamos ainda, no extrato da conta corrente, informações indicativas sobre o limite de crédito imobiliário para mais de 1,2 milhão de clientes com limites que variam de R$ 50 mil a R$ 1,5 milhão.

Atendimento via *chat bot*

Dentre as várias iniciativas desenvolvidas baseadas em inteligência cognitiva, ressaltamos o nosso *chat bot que* atendeu 70% dos assuntos tratados com os clientes que entram em contato conosco pelo *Facebook Messenger*.

Essa aplicação é a única do mercado bancário brasileiro baseada em conversação e atualmente atende a temas relacionados a contas, cartões, empréstimos, financiamentos, Programa Ponto Pra Você, renegociação de dívidas, atendimento, segurança, tarifas, funcionamento de caixas eletrônicos e emissão de senha para atendimento nas agências pelo *app*. O objetivo é que, em 2018, o *bot* responda a 100% das perguntas feitas pelo *Messenger*.

Além disto, nossos clientes também estão sendo atendidos via *chat bot* nos canais *mobile* e *internet*.

Atendimento Telefônico das Agências

Modernizamos o sistema de atendimento telefônico com implantação de tecnologia que permite convergir para a nossa Central de Atendimento as ligações que os clientes originam para as agências. A convergência amplia os ganhos de escala, pois mais clientes são atendidos ao mesmo tempo com alta aderência ao padrão estabelecido.

Cerca de 1.000 agências estão conectadas à essa nova plataforma e, em 2018, esperamos que esse número deve ser duplicado. Com isso, estimamos atender, de forma qualificada mais de 600 mil ligações por mês, o que permitirá estreitar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

os laços de relacionamento com os nossos clientes, além de aproveitar oportunidades para contratação de negócios, com a intensificação de abordagens apoiadas por sugestões de oferta do nosso sistema de gestão de clientes.

Gerenciador Financeiro facilita a vida do produtor rural

O Gerenciador Financeiro Produtor Rural, lançado em 2017, permite ao cliente produtor rural pessoa física e seus representantes, a realização de transações financeiras e utilização de aplicativos do Banco. A solução facilita a gestão do fluxo de caixa dos produtores e a delegação de atividades administrativas, o que torna a vida do cliente mais fácil, a gestão do seu negócio mais eficiente e aumenta sua satisfação com o Banco.

Produtor rural pode contratar custeio pelo celular

No início do ano lançamos o Custeio Digital. A funcionalidade, disponível no *app* BB, permite que os produtores encaminhem as propostas de contratação de custeio pelo celular. A nova solução dispensa a apresentação prévia do projeto técnico, da certidão de ônus reais e de documentos já em nossa posse por conta de operações anteriores, tornando o processo mais ágil para o cliente.

Projeto Tecban 2020

O projeto com a empresa Tecban busca substituir a rede de autoatendimento própria pela rede compartilhada de terminais Banco24Horas, aliando qualidade e conveniência ao cliente, com redução de nossos custos.

Em 2017 foram desativados 853 terminais e ativados 1.309 novos pontos Banco24Horas, uma economia aproximada de R$ 5,4 milhões, responsável pelo processamento de aproximadamente 23,8 milhões de transações ao mês de nossos clientes.

Segmento Empresas e Governo

Clientes do segmento Atacado contam com maior conveniência no atendimento e participam da construção de soluções oferecidas pelo BB

O programa Atacado Digital, iniciado em 2017, proporciona mais agilidade e conforto no atendimento. Com o “Fale com o seu gerente”, o empresário tem acesso ao Banco via *chat* e *videochat*, sem necessidade de deslocamento.

A construção do melhor atendimento só é possível se ouvirmos os clientes. Essa foi a intenção ao constituirmos o Conselho de Clientes Atacado, um fórum que reúne clientes para que exponham suas percepções sobre a experiência com o BB, suas necessidades e expectativas. As reuniões ocorrerão periodicamente com os clientes Atacado, nos segmentos *Middle, Upper Middle* e *Corporate*.

Cliente MPE tem mais facilidade para abrir contas

O micro e pequeno empresário que desejar abrir uma conta conosco, poderá fazê-lo pela internet. A partir do portal bb.com.br/mpe, ele fornece algumas informações, escolhe a agência para relacionamento e realiza o *upload* dos documentos. Após análise cadastral, os novos clientes comparecem à agência apenas uma vez, para assinatura e formalização dos contratos.

Solução similar está disponível para o microempreendedor individual (MEI) com a BB Conta Fácil Microempreendedor, conta corrente digital, cuja abertura também pode ser feita pelo *app* BB.

Ser digital sem abrir mão do contato pessoal

Visitas são parte fundamental da construção de um relacionamento duradouro e de confiança com o cliente, por isso, investimos em um aplicativo que facilita o dia a dia dos gerentes de relacionamento. O *app* BB Visitas auxilia na preparação, realização e condução das visitas ao agilizar o acesso e registro de informações dos clientes. Os gerentes poderão conhecer ainda mais as necessidades dos clientes, atendê-los melhor e fazer mais negócios. Além disso, os dados registrados pelos gerentes são valiosos insumos para o desenvolvimento de novas estratégias e ações mais assertivas de indução de negócios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Personalização de pacotes de serviço: comodidade e economia

Desde outubro, nossos clientes podem personalizar seu pacote de serviços pela contratação de módulos adicionais de serviços. O valor do módulo é menor que a soma das tarifas de serviço avulsas, o que gera economia e adequa o pacote às necessidades dos clientes.

Município mais que digital

Apoiada na solução Ourocard Cidades, essa iniciativa estimula a afiliação de lojistas e oferece benefícios para ampliar a utilização de cartões pelos clientes junto ao comércio local. Além disso, o cliente que utilizar o cartão terá benefícios, como isenção de anuidade e troca de pontos por produtos. O objetivo é fomentar a economia local e aumentar a eficiência operacional, ao reduzir a circulação de papel moeda e, consequentemente, as despesas com o transporte de numerário, além de proporcionar mais segurança para clientes e lojistas.

Solução de dívidas para empresas

Permitimos, desde 2016, aos nossos clientes Pessoa Física renegociarem suas dívidas através do celular, no Solução de Dívidas *Mobile*, garantindo agilidade e comodidade. Em 2017 a solução foi estendida também para os clientes PJ. Já foram contratadas 177 mil operações, alcançando R$ 1,6 bilhão em 2017.

6. Gestão de Pessoas

O desenvolvimento das nossas políticas e práticas de gestão de pessoas são norteados pela meritocracia, desenvolvimento de competências para o trabalho, foco na experiência do cliente, transformação digital e inovação. Apresentamos abaixo o perfil dos nossos funcionários:

Tabela 2. Perfil de Funcionários

	2016	2017
Perfil de Funcionários		
Funcionários	100.622	99.161
Feminino	41.549	41.044
Masculino	59.073	58.117
Escolaridade		
Ensino Médio	19.750	17.533
Graduação	43.083	41.073
Especialização, Mestrado e Doutorado	37.575	40.354
Demais	214	201
Distribuição Geográfica		
Norte	4.689	4.440
Nordeste	16.719	16.637
Centro-Oeste	16.349	16.748
Sudeste	44.924	43.752
Sul	17.899	17.549
Exterior	42	35
Rotatividade de Funcionários (%)	9,95	1,59

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Em 2017, investimos R$ 70,9 milhões em educação corporativa por meio da Universidade Corporativa do Banco do Brasil (UniBB). Esse investimento possibilitou a oferta de 10.397 bolsas de graduação, 11.311 de pós-graduação e 4.744 bolsas de idiomas.

Neste ano, podemos destacar, dentre as diversas capacitações disponibilizadas no catálogo UniBB, os seguintes treinamentos presenciais com foco em crédito MPE, alinhados à nossa atuação no mercado de crédito com qualidade e sustentabilidade:

I. a **Oficina Gestão do Crédito PJ e Agro**, faz parte do Programa de Capacitação em Crédito, e capacitou mais de 4,1 mil gerentes de agência (98% do público-alvo), que tem como objetivo a realização de negócios rentáveis e sustentáveis através do aprimoramento da gestão do crédito, do relacionamento e do atendimento ao cliente;

II. a **Oficina Gestão da Carteira de Clientes MPE**, aborda os conceitos de negociação, gestão do crédito e gestão de carteiras de clientes para o planejamento da carteira, visando à efetivação de resultados sustentáveis com esse público. Desde o seu lançamento, foram capacitados mais de 2,5 mil gerentes de relacionamento;

III. e o ***Workshop* Crédito e o Cliente Empresa** abordou os aspectos da análise de crédito e risco dos clientes do segmento Empresa. Aproximadamente 900 gerentes de relacionamento de carteiras Empresa participaram do *workshop*.

Em linha com o planejamento e a formação da nova geração de líderes, lançamos o jogo DesEnvolver, solução Educacional cujo objetivo é o desenvolvimento de competências de liderança necessárias e que fortalece o protagonismo dos nossos funcionários em seu desenvolvimento pessoal e profissional. Ao todo, 10.377 colaboradores foram indicados como mentores e mais de 28 mil participaram do processo.

Como resultado dos investimentos, conquistamos o prêmio de melhor universidade corporativa do mundo na categoria Inovação no *Global CCU Awards*. Alinhada ao movimento estratégico de Transformação Digital, a UniBB vem oferecendo o que há de mais inovador em tecnologias e metodologias educacionais. Foram cerca de 8 milhões de horas de treinamento, incluindo cursos presenciais e à distância, e 3 milhões de cursos concluídos no Portal UniBB, com média de 80 horas de treinamentos por funcionário, considerando cursos presenciais e à distância.

Somos uma empresa de economia mista e selecionamos nossos funcionários por meio de concurso público, com exigência de escolaridade mínima de ensino médio, sem limite de idade máxima e com 5% das vagas para pessoas com deficiência e 20% para afrodescendentes.

Não há diferenças salariais entre mulheres e homens que ocupem os mesmos cargos. Além disso, o processo de ascensão profissional é baseado na meritocracia, levando em consideração a formação, a experiência e os resultados obtidos pelo funcionário em sua vida profissional.

Nesse sentido, não perdemos de vista nossos compromissos nacionais e internacionais de valorização da diversidade. E para prover oportunidades iguais a homens e mulheres, lançamos, em março de 2017, um conjunto de medidas para acelerar a ascensão orgânica e elevar a representatividade de mulheres em todos os níveis da empresa, inclusive funções de liderança. Entre essas medidas estão:

I. nossos executivos aderiram ao movimento ElesPorELas (HeForShe), da ONU Mulheres, no qual eles se comprometem a fazer a sua parte por um mundo sem violência e discriminação contra a mulher. O ElesPorElas reforçou a percepção do papel fundamental dos homens para tornar a equidade de gênero uma realidade;

II. incrementamos as ações afirmativas de gênero em todos os programas corporativos de ascensão profissional;

III. estendemos, aos transgêneros, acesso ao canal de Ouvidoria Interna exclusivo para as mulheres.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Tabela 3. Remuneração e Benefícios

R$ milhões	Demonstrações Contábeis Individuais 2016	Demonstrações Contábeis Individuais 2017	Demonstrações Contábeis Consolidadas 2016	Demonstrações Contábeis Consolidadas 2017
Folha de pagamento[1]	19.433	16.652	20.683	18.009
Previdência Complementar[2]	1.471	1.565	1.471	1.565
Planos de Saúde[2]	1.222	1.287	1.222	1.287
Participação nos Lucros e Resultados[3]	1.011	1.416	1.016	1.422
Treinamento[4]	58	59	65	64

1 - Despesas com proventos, benefícios, encargos sociais e provisões administrativas, conforme nota explicativa 21 – Outras Rec./Desp. Operacionais;
2 - Custeio dos planos de previdência complementar e de saúde, conforme Nota Explicativa de Benefícios a Empregados;
3 - Valor destinado à Participação nos Lucros e Resultados, conforme Demonstração do Resultado do Exercício;
4 - Conforme Nota Explicativa 21 – Outras Rec./Desp. Operacionais.

7. Desempenho Financeiro

O relatório Análise do Desempenho, divulgado trimestralmente na data de publicação do nosso balanço, traz análise abrangente e profunda dos nossos resultados e está disponível para consulta no sítio de relações com investidores bb.com.br/ri.

Apresentamos abaixo os principais números relativos ao nosso desempenho no ano. Esse resultado é a materialização da nossa estratégia corporativa.

Tabela 4. Destaques Financeiros

	Demonstrações Contábeis Individuais 2016	Demonstrações Contábeis Individuais 2017	Demonstrações Contábeis Consolidadas 2016	Demonstrações Contábeis Consolidadas 2017
Resultado (R$ milhões)				
Lucro Líquido	7.930	10.881	8.034	11.011
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	31.593	27.879	31.927	31.618
Receita de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias	16.981	18.303	23.794	25.941
Despesas Administrativas[1]	(37.148)	(34.897)	(38.548)	(36.412)

1 – Composta pela soma de Despesas de Pessoal e Outras Despesas Administrativas.

	Dez/16	Dez/17	Dez/16	Dez/17
Patrimoniais (R$ milhões)				
Ativos	1.506.278	1.425.213	1.401.377	1.369.201
Carteira de Crédito Classificada	637.606	616.180	653.591	632.443
Depósitos Totais	434.397	435.379	445.981	450.229
Patrimônio Líquido	76.218	87.531	87.194	98.723
Índice de Basileia (%)	18,5	19,6	18,5	19,6

8. Atendimento

A tabela abaixo apresenta o nosso modelo de atendimento.

Destacamos o crescimento de 43,2% nos pontos de atendimento digital e especializado no ano. Essa forma de relacionamento valoriza a conveniência dos nossos clientes, com horário estendido, consultores e profissionais especializados, canais presenciais exclusivos, além de produtos e serviços específicos para cada segmento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Tabela 5. Atendimento

	2016	2017	Var.%
Total de Agências	**5.440**	**4.770**	**(12,3)**
Atendimento Tradicional	**5.053**	**4.216**	**(16,6)**
Atendimento Digital e Especializado	**387**	**554**	**43,2**
Agências Estilo	250	249	(0,4)
Agências Empresa	38	122	221,1
Agências Governo	32	30	(6,3)
Agência Agro	5	17	240,0
Private Banking	7	9	28,6
Escritórios Exclusivo	34	85	150,0
Escritórios MPE	20	31	55,0
Escritórios Estilo	1	11	1.000,0

9. Capital

Solidez é a essência de um Banco. Por isso, possuímos Plano de Capital com visão prospectiva de três anos, incorporando os efeitos definidos pelo Acordo de Basileia III e considerando (a) a Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos, (b) a Estratégia Corporativa e (c) o Orçamento Corporativo.

O nosso índice de capital atingiu 19,6% em dezembro de 2017. O índice de capital nível I chegou a 13,8%, sendo 10,5% de capital principal e alcançou R$ 135,5 bilhões de patrimônio de referência.

Nosso foco está na geração orgânica de capital e crescimento do crédito em linhas mais atrativas sob o critério retorno *versus* risco e em participações estratégicas no *core business* do Banco. Temos, como meta, o objetivo de manter o Índice de Capital Principal acima de 9,5% em 2019, quando as regras de Basileia III estarão integralmente implementadas no Brasil. Além disso, seguindo nossa Declaração de Apetite e Tolerância a Risco e Plano de Capital, para janeiro de 2022, nossa meta é manter pelo menos 11,0% de Índice de Capital Principal.

10. Negócios do Conglomerado

Buscamos oferecer a solução financeira mais completa para os nossos clientes, sendo o crédito o negócio mais relevante. Nossas soluções contemplam operações de captação, investimentos, tesouraria, pagamentos e serviços de forma geral. Em sinergia com esses negócios, atuamos também por meio de empresas em diversos segmentos.

Mais informações poderão ser encontradas no nosso sítio de relações com investidores (bb.com.br/ri), da BB Seguridade (bbseguridaderi.com.br) e da Cielo (cielo.riweb.com.br).

A seguir, trazemos os principais mercados em que atuamos:

Crédito

Em 2017, retomamos o desembolso de crédito, respeitando nossa estratégia de gestão de retorno e capital e os resultados já foram perceptíveis nas carteiras de pessoa física e do agronegócio. A carteira de clientes PF, na visão orgânica, cresceu 2,7%, com detaque para as linhas de menor risco (crédito consignado, crédito imobiliário, crédito salário e crédito veículo), que já representam 72,1% do nosso portfolio. Já na carteira de agronegócios, destaque para os desembolsos no primeiro semestre da safra 2017/2018, que alcançaram R$ 41.414 milhões, elevação de R$ 4.612 milhões em relação ao mesmo período da safra passada, ou 12,5%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A carteira para pessoas jurídicas, incluindo crédito ao Governo, apresentou redução de R$ 22.179 milhões (8,9%) em 2017, refletindo as condições do mercado e a menor demanda. Apesar desse cenário, mantivemos a estratégia de realizar operações lastreadas em recebíveis. Essa estratégia nos permite conhecer com mais profundidade o fluxo de caixa de nossos clientes, o que gera oportunidades de negócios em outras linhas. No decorrer do ano (comparação março contra dezembro), o crescimento foi de 7,5% ou R$ 555,2 milhões.

Em relação à qualidade do crédito, nosso índice de inadimplência de operações em atraso há mais de 90 dias (Inad +90) reduziu de 3,9% em março/17 para 3,7% em dezembro/17, reflexo do esforço global da nossa empresa em regularizar esses créditos. Além do empenho de nossa rede de atendimento na cobrança e recuperação de crédito, a tecnologia foi fundamental para o aprimoramento de nossas soluções e plataformas.

Destacamos o Portal de Adimplência, canal que reúne estratégias e informações em uma única ferramenta, a fim de auxiliar na gestão das carteiras de crédito, no controle da inadimplência e na redução do fluxo de PCLD. Além disso, utilizamos a inteligência artificial para auxiliar nossos colaboradores na cobrança e recuperação de créditos. A ferramenta utiliza computação cognitiva, uma das aplicações de inteligência artificial e permite que o computador "entenda" o que o interlocutor questiona, identificando suas intenções e respondendo adequadamente, em um contexto de "conversa" e sucessivas interações.

Seguridade

A BB Seguridade é a empresa do Banco do Brasil que concentra os negócios de seguros, previdência aberta, capitalização, resseguros, planos odontológicos e corretagem. Constituída em 2012, a companhia é resultado de reorganizações societárias empreendidas desde 2008 e que culminaram na abertura de seu capital em abril de 2013.

Em 2017 a BB Seguridade registrou resultado de R$ 4,0 bilhões, com crescimento de 0,9% sobre 2016 e retorno sobre o patrimônio líquido de 45,5%. No ano as empresas coligadas à BB Seguridade mantiveram importantes lideranças de mercado, como prêmios emitidos de seguros (nos segmentos em que a BB Mapfre opera), reservas de previdência e de capitalização.

Outras informações sobre a BB Seguridade e os negócios do segmento de seguros podem ser consultados no relatório Análise do Desempenho da empresa, disponíveis no site http://www.bbseguridaderi.com.br/

Meios de Pagamento

Operamos pela BB Administradora de Cartões e pela *holding* BB Elo Cartões, que concentra os negócios da Alelo, Stelo, Livelo e Cateno, além da participação no capital da Cielo S.A., por meio de nossa subsidiária integral BB - Banco de Investimento S.A.

A nossa ampla base de clientes, a qualidade e a diversidade dos serviços prestados nos tornam um dos principais emissores das bandeiras Elo, Visa e Mastercard.

Ao final de 2017, a base total de cartões emitidos atingiu 70,6 milhões, entre cartões de crédito, débito e pré-pagos, crescimento de 0,7% em um ano. A base de cartões Elo gerados alcançou 13,0 milhões no período, avanço de 24,5%. A quantidade de cartões com uso recorrente, pelo menos uma vez nos últimos 30 dias, chegou a 8,1 milhões na função crédito e 11,7 milhões na função débito.

O volume transacionado em 2017 alcançou R$ 280,2 bilhões, crescimento de R$ 9,1 bilhões frente ao ano passado.

Gestão de Recursos

Mantivemos a liderança na indústria de fundos de investimentos através da BB Gestão de Recursos (BB DTVM), com participação de mercado de 22,9% e um total de R$ 864,5 bilhões em recursos administrados (incluem recursos geridos pela BB DTVM e por outras instituições), crescimento de 18,3% em relação a 2016.

Em 2017 a captação líquida da BB DTVM foi positiva em R$ 46,8 bilhões, com destaque para as categorias Renda Fixa, Previdência e Multimercados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Em relação à segmentação por investidor, segundo o ranking Global de Administração de Recursos da Anbima de dezembro de 2017, a BB DTVM permaneceu como líder nos segmentos: Investidor Institucional, Poder Público e Varejo.

Mercado de Capitais

O mercado de capitais vem se recuperando nos últimos trimestres e constitui uma alternativa importante ao financiamento, principalmente para grandes empresas, com potencial de gerar receitas com tarifas e criar outras oportunidades de negócios. Nesse ano, assessoramos nossos clientes em 40 emissões de renda fixa domésticas e internacionais, somando R$ 59,1 bilhões captados. No mercado de renda variável, participamos da distribuição de nove transações, que somaram R$ 2,8 bilhões.

Estamos presentes no mercado de capitais doméstico por intermédio do BB-Banco de Investimento S.A. (BB-BI), e no exterior por meio das corretoras BB Securities Ltd (Londres), Banco do Brasil Securities LLC (Estados Unidos) e BB Securities Asia Pte. Ltd. (Cingapura), com foco em investidores de varejo e institucionais. Nossa cobertura é global e atuamos em operações de renda fixa e variável, fusões e aquisições, assessoria em transações de *Project Finance,* oferecendo aos clientes diferentes alternativas de financiamento e acesso a investidores no Brasil e no exterior.

Consórcios

Apresentamos inovações e bons resultados no negócio de consórcios em 2017. Comercializamos 218 mil novas cotas de consórcios, totalizando R$ 8,6 bilhões em volume de negócios, aumento de 27,7% em relação ao mesmo período de 2016.

No “Ano do Atendimento”, registramos recorde de contemplações, que resultaram em R$ 4 bilhões em volume. Além disso, nosso cliente pode contratar, ofertar lance e confirmar contemplações pelo *app* BB.

Infraestrutura

Analisamos 48 projetos de infraestrutura em 2017, crescimento de 45% em relação a 2016, reflexo da maior demanda por financiamentos e serviços de assessoria financeira. O volume de operações atingiu R$ 6,2 bilhões e as receitas com a prestação desse serviço avançaram 23%, incluindo a estruturação de emissões em Mercado de Capitais no setor.

Com base nos projetos já leiloados que ainda não obtiveram financiamento, investimentos recorrentes e renovação de contratos de diversos projetos, continuaremos apoiando o setor de infraestrutura em 2018. Além disso, novos projetos devem gerar oportunidades para intensificarmos a prestação de assessoria e apoio financeiro aos leilões, auxiliando o desenvolvimento do país e a geração de renda e emprego.

11. Negócios Sociais e Desenvolvimento Sustentável

Nossos negócios sociais têm como prioridade o desenvolvimento de iniciativas economicamente viáveis, utilizando mecanismos de mercado, com o objetivo de resolver desigualdades socioeconômicas de forma sustentável, garantindo renda, inclusão produtiva e acesso a serviços públicos.

Por acreditarmos na viabilidade de conciliar o atendimento aos interesses dos nossos acionistas ao desenvolvimento de negócios sociais e ambientalmente sustentáveis, contamos com o Modelo de Atuação Integrada em Desenvolvimento Sustentável (DS). Esse sistema permite mapear programas, projetos e ações, além de identificar oportunidades de forma integrada, impulsionando as iniciativas em Planos de Ações em Desenvolvimento Sustentável (PADS).

Tabela 6. Principais Negócios Sociais

	Saldo	
R$ milhões	2016	2017
Fies	28.150,4	35.834,5
MPO	560,2	305,2
Crédito Acessibilidade	169,3	163,6

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

12. Gestão de Riscos, Controle e Segurança

Gestão de Riscos

A nossa forma de atuação é pautada nas políticas e processos aprovados pela nossa Alta Administração e a estrutura de gerenciamento segrega o processo de gestão dos riscos dos demais processos corporativos.

Adotamos estrutura de governança e gestão do risco compatíveis com o porte, natureza do negócio, a complexidade dos produtos e serviços e as relações estabelecidas com os diversos públicos de interesse.

A estrutura de gerenciamento do risco tem por objetivo identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos e contempla Diretorias e Unidades com papéis e responsabilidades definidos, contando com a participação dos Órgãos da Administração e dos Comitês Estratégicos.

Controles Internos

O Sistema de Controles Internos continua com atuação coesa e coordenada no gerenciamento de riscos e controles. O modelo preserva a autoridade e independência da Diretoria de Controles Internos, na condição de responsável pela avaliação consolidada do Sistema de Controles Internos.

Para informações adicionais sobre nossos controles internos, consulte o Formulário de Referência mais recente disponível em www.bb.com.br/ri.

Segurança Institucional

Continuamos apoiando e contribuindo ativamente com as ações no Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e à Corrupção. Participamos de reuniões de elaboração e implementação da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla) e da formalização de Acordos de Cooperação Técnica com instituições como o Ministério da Justiça e o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf).

Em 2017, 44.903 funcionários participaram dos treinamentos promovidos sobre o tema de combate à corrupção e 18.202 em prevenção e combate à lavagem de dinheiro.

13.Informações Legais

Conforme critérios definidos pelo Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Lei Geral da Micro e Pequena Empresa), 94,7% de nossos clientes pessoa jurídica são classificados como micro e pequenas empresas. O volume de recursos utilizado por essas empresas atingiu R$ 28,1 bilhões em dezembro de 2017. O saldo das operações de capital de giro contratadas pelas microempresas totalizou R$ 1,1 bilhão e das pequenas empresas R$ 16,3 bilhões. As operações de investimento destinadas às microempresas atingiram R$ 1,0 bilhão e para as pequenas empresas R$ 9,7 bilhões.

Na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa, adotamos procedimentos que se fundamentam na legislação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho e (ii) o auditor não deve atuar, gerencialmente, perante seu cliente nem tampouco promover os interesses desse cliente.

No período, contratamos a KPMG Auditores Independentes para prestação de outros serviços não relacionados à auditoria externa no montante de R$ 2.652,1 mil, que representam 5,2% dos honorários relativos ao serviço de auditoria externa. Os serviços contratados constam da tabela 7 a seguir:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Tabela 7. Contratação KPMG Auditores Independentes

Empresa Contratante	Data de Contratação	Data Final do Contrato	Descrição dos Serviços	Valor - R$ mil
BB Securities Asia	01/01/2017	31/12/2017	Consultoria	17,1
Cielo	09/02/2017	12/05/2017	Relatório de Asseguração	91,4
BB AG	06/03/2017	06/03/2017	Treinamento Fit&Proper	15,4
Tecban	23/03/2017	23/08/2018	Consultoria	167,9
Banco Patagonia	01/04/2017	01/06/2017	Consultoria	23,2
Banco Patagonia	01/04/2017	01/05/2017	Implementação sistemas	49,2
Banco Patagonia	01/04/2017	01/06/2017	Consultoria - Regulação	12,0
BB AG	05/04/2017	05/04/2017	Consultoria	10,9
Banco Votorantim	06/04/2017	30/11/2017	Treinamento	16,0
BB Securities Londres	10/04/2017	-	Consultoria ICAAP	107,6
Banco Votorantim	10/05/2017	31/07/2017	Consultoria	95,0
BB Londres	01/06/2017	31/12/2017	Consultoria	52,4
BB AG	09/06/2017	09/06/2017	Treinamento	16,3
Banco Votorantim	24/06/2017	31/07/2017	Consultoria - Tributos	100,0
Neoenergia	30/06/2017	30/06/2017	Consultoria	163,2
Livelo	04/07/2017	28/08/2017	Consultoria	33,8
BB AG	07/07/2017	30/08/2017	Treinamento	45,5
Tecban	01/08/2017	30/10/2017	Consultoria	363,0
GIC	18/08/2017	N/A	Relatório de Asseguração	260,0
BB Londres	07/09/2017	07/09/2018	Compliance tributário	155,4
GIC	30/10/2017	N/A	Consultoria	270,0
Banco Votorantim	03/11/2017	30/11/2017	Consultoria	233,2
Banco Votorantim	03/11/2017	30/11/2017	Consultoria	254,3
BB Tóquio	12/12/2017	11/12/2018	Consultoria - Tributos	99,4

Em cumprimento à Instrução CVM 381, informamos que, no ano de 2017, a KPMG Auditores Independentes não prestou serviços que pudessem afetar sua independência, ratificada por meio da aderência de seus profissionais aos pertinentes padrões éticos e de independência, que cumpram ou excedam os padrões promulgados por IFAC, PCAOB, SEC, AICPA, CFC, CVM, Bacen, Susep, Previc e pelas demais agências reguladoras. Estas políticas e procedimentos que abrangem áreas como: independência pessoal, as relações pós-emprego, rotação de profissionais, bem como a aprovação de serviços de auditoria e outros serviços, estão sujeitas a monitoramento constante.

No Banco do Brasil, a contratação de serviços relacionados à auditoria externa deve ser precedida por parecer do Comitê de Auditoria.

Títulos e Valores Mobiliários

Em conformidade com o art. 8º da Circular Bacen 3.068/2001, afirmamos possuir a intenção e a capacidade financeira de manter, até o vencimento, os títulos classificados na categoria “Títulos Mantidos até o Vencimento”. A capacidade financeira está amparada em projeção de fluxo de caixa que não considera a possibilidade de venda desses títulos.

A abertura dos títulos por categoria e a reclassificação de títulos e valores mobiliários podem ser consultadas na nota explicativa 8 – Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos. Os valores referentes a ganhos e perdas não realizados no período, relativos a títulos e valores mobiliários, estão divulgados na nota explicativa 28 – Gerenciamento de Risco e Capital.

Informações de Coligadas e Controladas

Em cumprimento ao artigo 243 da Lei 6.404/76, informamos que os investimentos da companhia em sociedades coligadas e controladas estão relacionados nas notas explicativas 3 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e 14 – Investimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Esclarecimentos Adicionais

I. Os investimentos fixos no período somaram o valor de R$ 1.372,5 milhões, destacando o investimento em novos pontos de atendimento e na melhoria da ambiência das agências (R$ 501,9 milhões) e em tecnologia da informação (R$ 816,3 milhões).

II. Possuímos R$ 829 milhões de créditos tributários não ativados em decorrência dos requisitos estabelecidos pelas Resoluções CMN 3.059 de 20.12.2002 e 3.355 de 31.03.2006 e apresentados na nota explicativa 24 - Tributos das Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas relativas ao ano de 2017.

III. Mantivemos registrado em contas de compensação, conforme regras dispostas no Plano Contábil das Instituições Financeiras (Cosif), o montante de R$ 15,3 bilhões decorrentes de Coobrigações e Riscos em Garantias Prestadas a clientes e empresas integrantes do Conglomerado Banco do Brasil.

IV. O Banco do Brasil, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal se comprometem a resolver toda e qualquer disputa ou controvérsia relacionada ao Regulamento de Listagem do Novo Mercado por meio da Câmara de Arbitragem do Mercado da B3, conforme cláusula compromissória constante do Estatuto Social do Banco do Brasil.

Agradecimentos

Agradecemos a dedicação e o empenho de nossos funcionários e colaboradores, bem como a confiança dos acionistas, dos clientes e da sociedade.

Para mais informações, disponibilizamos no sítio de Relações com Investidores (www.bb.com.br/ri) o Formulário de Referência, Análise do Desempenho e Apresentação Institucional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

BANCO DO BRASIL

Demonstrações Contábeis Consolidadas

Exercício 2017

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Nota	31.12.2017	31.12.2016
ATIVO CIRCULANTE		**769.102.140**	**804.240.873**
Disponibilidades	6	**13.480.903**	**12.805.771**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	7.a	**370.906.503**	**404.769.645**
Aplicações no mercado aberto		347.671.300	371.537.393
Aplicações em depósitos interfinanceiros		23.235.203	33.232.252
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	8	**17.406.636**	**16.959.199**
Carteira própria		13.669.831	13.937.394
Vinculados a compromissos de recompra		2.590.049	1.499.048
Vinculados à prestação de garantias		634.070	309.539
Instrumentos financeiros derivativos		512.686	1.213.218
Relações Interfinanceiras		**74.516.282**	**68.026.103**
Pagamentos e recebimentos a liquidar		4.069	3.513
Créditos vinculados	9.a	71.892.280	66.063.844
Depósitos no Banco Central		69.081.139	63.451.094
Tesouro Nacional - recursos do crédito rural		16.252	54.959
SFH - Sistema Financeiro da Habitação		2.794.889	2.557.791
Correspondentes		2.619.933	1.958.746
Relações Interdependências		**404.870**	**376.530**
Transferências internas de recursos		404.870	376.530
Operações de Crédito	10	**179.791.353**	**174.149.338**
Setor público		1.169.169	649.803
Setor privado		192.639.735	186.111.325
Operações de crédito vinculadas à cessão		165	374
(Provisão para operações de crédito)		(14.017.716)	(12.612.164)
Operações de Arrendamento Mercantil	10	**166.952**	**237.447**
Setor privado		183.601	269.250
(Provisão para operações de arrendamento mercantil)		(16.649)	(31.803)
Outros Créditos		**111.906.397**	**126.462.278**
Créditos por avais e fianças honrados		601.739	494.543
Carteira de câmbio	11.a	19.057.714	17.188.751
Rendas a receber		2.879.303	2.644.778
Negociação e intermediação de valores		417.544	218.932
Créditos específicos	12.a	533	541
Diversos	12.b	91.070.544	107.887.734
(Provisão para outros créditos)		(2.120.980)	(1.973.001)
Outros Valores e Bens	13	**522.244**	**454.562**
Bens não de uso próprio e materiais em estoque		412.543	339.302
(Provisão para desvalorizações)		(157.586)	(137.564)
Despesas antecipadas		267.287	252.824

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

BANCO DO BRASIL

Demonstrações Contábeis Consolidadas

Exercício 2017

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

ATIVO	Nota	31.12.2017	31.12.2016
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**600.099.031**	**597.136.101**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		**568.267.266**	**564.008.357**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	7.a	**2.116.825**	**942.027**
Aplicações no mercado aberto		515.460	145.292
Aplicações em depósitos interfinanceiros		1.601.365	796.735
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	8	**121.515.935**	**104.309.483**
Carteira própria		91.713.584	65.273.440
Vinculados a compromissos de recompra		28.682.860	35.791.728
Vinculados à prestação de garantias		977.258	2.844.970
Instrumentos financeiros derivativos		142.233	399.345
Relações Interfinanceiras		**651.149**	**497.227**
Créditos vinculados	9.a	187	1.909
Tesouro Nacional - recursos do crédito rural		187	1.909
Repasses interfinanceiros		650.962	495.306
Correspondentes		--	12
Operações de Crédito	10	**364.498.414**	**390.774.002**
Setor público		74.100.972	73.401.682
Setor privado		311.327.864	338.986.894
Operações de crédito vinculadas à cessão		495.891	611.713
(Provisão para operações de crédito)		(21.426.313)	(22.226.287)
Operações de Arrendamento Mercantil	10	**211.102**	**325.376**
Setor privado		214.956	334.946
(Provisão para operações de arrendamento mercantil)		(3.854)	(9.570)
Outros Créditos		**79.255.412**	**67.143.433**
Carteira de câmbio	11.a	--	282.794
Rendas a receber		69.228	31.350
Negociação e intermediação de valores		473.626	887.868
Créditos específicos	12.a	416.269	377.698
Diversos	12.b	79.143.272	66.337.503
(Provisão para outros créditos)		(846.983)	(773.780)
Outros Valores e Bens	13	**18.429**	**16.809**
Despesas antecipadas		18.429	16.809
PERMANENTE		**31.831.765**	**33.127.744**
Investimentos		**17.489.734**	**16.855.006**
Participações em coligadas e controladas em conjunto	14.a	17.262.707	16.703.729
No país		17.216.404	16.631.072
No exterior		46.303	72.657
Outros investimentos	14.c	246.161	170.398
(Provisão para perdas)		(19.134)	(19.121)
Imobilizado de Uso	15	**7.415.302**	**7.557.478**
Imóveis de uso		7.722.889	7.722.456
Outras imobilizações de uso		10.182.774	9.953.340
(Depreciação acumulada)		(10.490.361)	(10.118.318)
Intangível	16	**6.926.729**	**8.715.260**
Ativos intangíveis		19.055.527	19.602.197
(Amortização acumulada)		(12.128.798)	(10.886.937)
TOTAL DO ATIVO		**1.369.201.171**	**1.401.376.974**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

BANCO DO BRASIL

Demonstrações Contábeis Consolidadas

Exercício 2017

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

PASSIVO/PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31.12.2017	31.12.2016
PASSIVO CIRCULANTE		**1.006.184.142**	**1.004.424.338**
Depósitos	17.a	**405.168.767**	**394.668.312**
Depósitos à vista		69.981.063	69.349.186
Depósitos de poupança		160.289.875	151.763.344
Depósitos interfinanceiros		21.382.405	17.827.013
Depósitos a prazo		153.338.582	155.675.658
Outros depósitos		176.842	53.111
Captações no Mercado Aberto	17.c	**365.536.950**	**358.409.319**
Carteira própria		29.529.818	42.983.151
Carteira de terceiros		336.007.132	315.426.168
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	18	**67.394.565**	**68.052.214**
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		58.716.935	62.623.394
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior		8.610.339	5.428.820
Certificados de operações estruturadas		67.291	--
Relações Interfinanceiras		**1.149**	**1.075**
Recebimentos e pagamentos a liquidar		1.149	1.075
Relações Interdependências		**2.495.532**	**2.450.012**
Recursos em trânsito de terceiros		2.495.532	2.446.807
Transferências internas de recursos		--	3.205
Obrigações por Empréstimos	19.a	**16.872.613**	**17.997.094**
Empréstimos no exterior		16.872.613	17.997.094
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	19.b	**44.419.452**	**39.463.427**
BNDES		6.091.846	8.227.439
Caixa Econômica Federal		26.558.065	23.758.043
Finame		4.549.264	5.155.259
Outras instituições		7.220.277	2.322.686
Obrigações por Repasses do Exterior	19.b	**95**	**95**
Instrumentos Financeiros Derivativos	8.d	**577.070**	**1.089.344**
Outras Obrigações		**103.717.949**	**122.293.446**
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		493.167	427.463
Carteira de câmbio	11.a	8.134.346	17.879.212
Sociais e estatutárias		2.177.094	1.125.248
Fiscais e previdenciárias	20.a	11.464.023	15.293.551
Negociação e intermediação de valores		907.009	379.982
Fundos financeiros e de desenvolvimento	20.b	9.339.505	9.055.620
Dívidas subordinadas	20.c	9.168.341	4.158.742
Instrumentos híbridos de capital e dívida	20.d	283.071	279.308
Diversas	20.e	61.751.393	73.694.320

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

BANCO DO BRASIL

Demonstrações Contábeis Consolidadas

Exercício 2017

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

PASSIVO/PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31.12.2017	31.12.2016
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**264.293.627**	**309.758.884**
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		**263.864.254**	**309.312.622**
Depósitos	17.a	**45.060.595**	**51.312.376**
Depósitos interfinanceiros		2.770.354	2.837.788
Depósitos a prazo		42.290.241	48.474.588
Captações no Mercado Aberto	17.c	**10.705.745**	**16.224.713**
Carteira própria		10.705.734	16.224.699
Carteira de terceiros		11	14
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	18	**66.371.232**	**97.114.139**
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		50.941.594	82.047.387
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior		15.394.376	14.964.440
Certificados de operações estruturadas		35.262	102.312
Obrigações por Empréstimos	19.a	**2.699.881**	**2.412.254**
Empréstimos no exterior		2.699.881	2.412.254
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	19.b	**36.465.287**	**43.619.266**
Tesouro Nacional		145.264	149.248
BNDES		20.844.346	23.859.417
Finame		15.225.834	19.610.601
Outras instituições		249.843	--
Obrigações por Repasses do Exterior	19.b	**382**	**382**
Instrumentos Financeiros Derivativos	8.d	**212.817**	**781.047**
Outras Obrigações		**102.348.315**	**97.848.445**
Carteira de câmbio	11.a	1.605.681	5.322.077
Sociais e estatutárias		726	986
Fiscais e previdenciárias	20.a	911.945	732.496
Negociação e intermediação de valores		298.639	24.613
Fundos financeiros e de desenvolvimento	20.b	7.455.245	5.734.905
Operações especiais		2.216	2.203
Dívidas subordinadas	20.c	46.513.485	50.942.804
Instrumentos híbridos de capital e dívida	20.d	5.324.708	5.246.031
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	20.c e 20.d	25.771.771	24.714.492
Diversas	20.e	14.463.899	5.127.838
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS		**429.373**	**446.262**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	23	**98.723.402**	**87.193.752**
Capital		**67.000.000**	**67.000.000**
De domiciliados no país		52.954.778	53.209.529
De domiciliados no exterior		14.045.222	13.790.471
Instrumento Elegível ao Capital Principal	23.c	**8.100.000**	**8.100.000**
Reservas de Capital		**12.436**	**15.509**
Reservas de Reavaliação		**2.371**	**2.660**
Reservas de Lucros		**35.280.691**	**27.646.569**
Ajustes de Avaliação Patrimonial		**(13.219.725)**	**(16.929.205)**
(Ações em Tesouraria)		**(1.850.043)**	**(1.854.749)**
Participação dos Não Controladores		**3.397.672**	**3.212.968**
TOTAL DO PASSIVO		**1.369.201.171**	**1.401.376.974**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

BANCO DO BRASIL

Demonstrações Contábeis Consolidadas

Exercício 2017

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Nota	2º Semestre/2017	Exercício/2017	Exercício/2016
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**66.618.876**	**142.438.857**	**167.305.078**
Operações de crédito	10.b	40.997.684	83.669.131	101.471.173
Operações de arrendamento mercantil	10.i	118.104	255.815	333.419
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	8.b	22.604.666	52.144.046	57.917.523
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	8.e	(270.000)	(465.274)	(2.179.612)
Resultado de operações de câmbio	11.b	467.204	917.229	1.905.262
Resultado das aplicações compulsórias	9.c	1.978.039	4.302.545	5.608.445
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		723.179	1.615.365	2.248.868
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**(50.159.315)**	**(110.820.864)**	**(135.377.886)**
Operações de captação no mercado	17.d	(34.240.846)	(77.153.666)	(113.542.657)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	19.c	(3.474.456)	(7.734.066)	7.078.354
Operações de arrendamento mercantil	10.i	(69.586)	(147.591)	(188.266)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		(56.822)	(86.373)	(75.562)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	10.f e 10.g	(12.317.605)	(25.699.168)	(28.649.755)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**16.459.561**	**31.617.993**	**31.927.192**
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		**(7.240.373)**	**(14.026.526)**	**(17.782.633)**
Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias	21.a	13.296.638	25.941.416	23.794.116
Receitas de prestação de serviços		8.275.749	16.346.733	15.329.164
Rendas de tarifas bancárias		5.020.889	9.594.683	8.464.952
Despesas de pessoal	21.b	(10.292.379)	(20.576.963)	(22.885.997)
Outras despesas administrativas	21.c	(8.142.901)	(15.835.524)	(15.662.071)
Despesas tributárias	24.c	(2.759.456)	(5.482.503)	(5.641.524)
Resultado de participações em coligadas e controladas	14	1.947.467	3.962.261	4.295.548
Outras receitas operacionais	21.d	4.173.393	8.293.294	9.247.733
Outras despesas operacionais	21.e	(5.463.135)	(10.328.507)	(10.930.438)
RESULTADO OPERACIONAL		**9.219.188**	**17.591.467**	**14.144.559**
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	22	**437.775**	**542.365**	**227.131**
Receitas não operacionais		605.733	756.616	393.644
Despesas não operacionais		(167.958)	(214.251)	(166.513)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES		**9.656.963**	**18.133.832**	**14.371.690**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	24.a	**(2.075.679)**	**(4.050.863)**	**(3.647.467)**
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes		(1.299.232)	(3.290.685)	(6.583.871)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos		(776.447)	(760.178)	2.936.404
PARTICIPAÇÃO DE EMPREGADOS E ADMINISTRADORES NO LUCRO		**(771.798)**	**(1.422.159)**	**(1.015.628)**
PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES		**(860.413)**	**(1.650.034)**	**(1.675.039)**
LUCRO LÍQUIDO		**5.949.073**	**11.010.776**	**8.033.556**
LUCRO POR AÇÃO	23.f			
Número médio ponderado de ações - básico e diluído		2.784.953.544	2.784.905.261	2.787.552.822
Lucro básico e diluído por ação (R$)		2,11	3,91	2,84

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

BB Consolidado	Nota	Capital	Instrumento Elegível ao Capital Principal	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial		Ações em Tesouraria	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Participação dos não Controladores	Total
						Reserva Legal	Reservas Estatutárias	Banco do Brasil	Coligadas e Controladas				
Saldos em 31.12.2015		**60.000.000**	**8.100.000**	**14.326**	**2.730**	**6.173.642**	**22.857.448**	**(16.678.569)**	**(364.102)**	**(1.697.380)**	**--**	**3.128.078**	**81.536.173**
Aumento de capital - capitalização de reservas		7.000.000	--	--	--	--	(7.000.000)	--	--	--	--	--	--
Ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, líquido de impostos		--	--	--	--	--	--	1.306.804	379.727	--	--	--	1.686.531
Ajuste de avaliação patrimonial - Plano de Benefícios, líquido de impostos		--	--	--	--	--	--	(1.573.065)	--	--	--	--	(1.573.065)
Transações com pagamento baseado em ações		--	--	1.183	--	--	--	--	--	6.157	--	--	7.340
Adimplemento de operação afiançada pelo FGCN - Fundo Garantidor da Construção Naval		--	--	--	--	--	--	--	--	(163.526)	--	--	(163.526)
Dividendos/JCP prescritos		--	--	--	--	--	--	--	--	--	12.012	--	12.012
Realização de reserva de reavaliação em coligadas/controladas	23.d	--	--	--	(70)	--	--	--	--	--	70	--	--
Variação de participação dos não controladores		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	84.890	84.890
Lucro líquido	23.h	--	--	--	--	--	--	--	--	--	8.033.556	--	8.033.556
Juros sobre instrumento elegível ao capital principal		--	--	--	--	--	--	--	--	--	(75.552)	--	(75.552)
Resultado não realizado		--	--	--	--	--	27.890	--	--	--	(27.890)	--	--
Destinações: - Reservas	23.g	--	--	--	--	396.505	5.191.084	--	--	--	(5.587.589)	--	--
- Juros sobre o capital próprio	23.g	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(2.354.607)	--	(2.354.607)
Saldos em 31.12.2016		**67.000.000**	**8.100.000**	**15.509**	**2.660**	**6.570.147**	**21.076.422**	**(16.944.830)**	**15.625**	**(1.854.749)**	**--**	**3.212.968**	**87.193.752**
Mutações do período		**7.000.000**	**--**	**1.183**	**(70)**	**396.505**	**(1.781.026)**	**(266.261)**	**379.727**	**(157.369)**	**--**	**84.890**	**5.657.579**
Saldos em 30.06.2017		**67.000.000**	**8.100.000**	**12.436**	**2.407**	**6.818.337**	**24.301.757**	**(16.864.055)**	**(17.611)**	**(1.850.043)**	**--**	**3.280.134**	**90.783.362**
Ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, líquido de impostos		--	--	--	--	--	--	179.111	93.286	--	--	--	272.397
Ajuste de avaliação patrimonial - Plano de Benefícios, líquido de impostos		--	--	--	--	--	--	3.536.026	--	--	--	--	3.536.026
Variação cambial e hedge de investimentos no exterior	23.i	--	--	--	--	--	--	--	(146.482)	--	--	--	(146.482)
Dividendos/JCP prescritos		--	--	--	--	--	--	--	--	--	3.529	--	3.529
Realização de reserva de reavaliação em coligadas/controladas	23.d	--	--	--	(36)	--	--	--	--	--	36	--	--
Variação de participação dos não controladores		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	117.538	117.538
Lucro líquido	23.h	--	--	--	--	--	--	--	--	--	5.949.073	--	5.949.073
Juros sobre instrumento elegível ao capital principal		--	--	--	--	--	--	--	--	--	(52.170)	--	(52.170)
Resultado não realizado		--	--	--	--	--	33.513	--	--	--	(33.513)	--	--
Destinações: - Reservas	23.g	--	--	--	--	293.347	3.833.737	--	--	--	(4.127.084)	--	--
- Juros sobre o capital próprio	23.g	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(1.739.871)	--	(1.739.871)
Saldos em 31.12.2017		**67.000.000**	**8.100.000**	**12.436**	**2.371**	**7.111.684**	**28.169.007**	**(13.148.918)**	**(70.807)**	**(1.850.043)**	**--**	**3.397.672**	**98.723.402**
Mutações do período		**--**	**--**	**--**	**(36)**	**293.347**	**3.867.250**	**3.715.137**	**(53.196)**	**--**	**--**	**117.538**	**7.940.040**
Saldos em 31.12.2016		**67.000.000**	**8.100.000**	**15.509**	**2.660**	**6.570.147**	**21.076.422**	**(16.944.830)**	**15.625**	**(1.854.749)**	**--**	**3.212.968**	**87.193.752**
Ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, líquido de impostos		--	--	--	--	--	--	747.543	91.344	--	--	--	838.887
Ajuste de avaliação patrimonial - Plano de Benefícios, líquido de impostos		--	--	--	--	--	--	3.048.369	--	--	--	--	3.048.369
Variação cambial e hedge de investimentos no exterior	23.i	--	--	--	--	--	--	--	(177.776)	--	--	--	(177.776)
Transações com pagamento baseado em ações		--	--	(3.073)	--	--	--	--	--	4.706	--	--	1.633
Dividendos/JCP prescritos		--	--	--	--	--	--	--	--	--	7.628	--	7.628
Realização de reserva de reavaliação em coligadas/controladas	23.d	--	--	--	(289)	--	--	--	--	--	289	--	--
Variação de participação dos não controladores		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	184.704	184.704
Adoção inicial da Resolução CMN n.º 4.512/2016 no Banco Votorantim S.A.	14.a	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(58.275)	--	(58.275)
Lucro líquido	23.h	--	--	--	--	--	--	--	--	--	11.010.776	--	11.010.776
Juros sobre instrumento elegível ao capital principal		--	--	--	--	--	--	--	--	--	(97.343)	--	(97.343)
Resultado não realizado		--	--	--	--	--	32.335	--	--	--	(32.335)	--	--
Destinações: - Reservas	23.g	--	--	--	--	541.537	7.060.250	--	--	--	(7.601.787)	--	--
- Juros sobre o capital próprio	23.g	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(3.228.953)	--	(3.228.953)
Saldos em 31.12.2017		**67.000.000**	**8.100.000**	**12.436**	**2.371**	**7.111.684**	**28.169.007**	**(13.148.918)**	**(70.807)**	**(1.850.043)**	**--**	**3.397.672**	**98.723.402**
Mutações do período		**--**	**--**	**(3.073)**	**(289)**	**541.537**	**7.092.585**	**3.795.912**	**(86.432)**	**4.706**	**--**	**184.704**	**11.529.650**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

BANCO DO BRASIL

Demonstrações Contábeis Consolidadas

Exercício 2017

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	Nota	2º Semestre/2017	Exercício/2017	Exercício/2016
Fluxos de Caixa Provenientes das Operações				
Lucro antes dos Tributos e Participações		**9.656.963**	**18.133.832**	**14.371.690**
Ajustes ao lucro antes dos tributos e participações		**12.233.629**	**25.127.240**	**38.484.392**
Provisão para crédito, arrendamento mercantil e outros créditos	10.f e 10.g	12.317.605	25.699.168	28.649.755
Depreciações e amortizações	21.c	2.095.769	4.246.152	4.253.871
Resultado na avaliação do valor recuperável de ativos	15 e 16	187	187	44.169
Variação cambial em movimentações de intangíveis	16	18	(2.344)	36.265
Resultado de participação em coligadas e controladas em conjunto	14.a	(1.947.467)	(3.962.261)	(4.295.548)
(Lucro) Prejuízo na alienação de valores e bens	22	347	(7.917)	19.479
Lucro na alienação de investimentos	22	--	(311)	(52.870)
Ganho de capital	22	(428.137)	(520.323)	(118.695)
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	22	11.798	23.614	14.525
Amortização de ágios em investimentos	14.d	104.770	210.446	205.341
Despesas com provisões cíveis, trabalhistas e fiscais	27	1.704.501	2.773.722	2.946.000
Atualização de ativos/passivos atuariais e dos fundos de destinação do superávit	26	(3.481)	49.715	(67.600)
Comissões de corretagem diferidas		(346.280)	(686.120)	(750.632)
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		457.762	(36.146)	9.361.703
Resultado dos não controladores		(860.413)	(1.650.034)	(1.675.039)
Outros ajustes		(873.350)	(1.010.308)	(86.332)
Lucro Ajustado antes dos Tributos e Participações		**21.890.592**	**43.261.072**	**52.856.082**
Variações Patrimoniais		**(25.190.592)**	**(84.044.443)**	**(29.576.965)**
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		66.306.002	(23.926.510)	(47.304.735)
(Aumento) Redução em títulos para negociação e instrumentos financeiros derivativos		55.436	(1.801.173)	2.116.809
Aumento em relações interfinanceiras e interdependências		(143.514)	(996.802)	(3.271.913)
Aumento em depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil		(4.421.910)	(5.630.045)	(2.640.176)
(Aumento) Redução em operações de crédito		633.937	(4.336.548)	35.580.723
Redução em operações de arrendamento mercantil		100.255	170.108	202.289
(Aumento) Redução em outros créditos líquidos dos impostos diferidos		(6.662.896)	836.920	(5.701.352)
Aumento em outros valores e bens		(65.169)	(84.999)	(8.748)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(644.356)	(3.038.651)	(6.628.278)
(Redução) Aumento em depósitos		7.417.341	4.248.674	(18.439.030)
(Redução) Aumento em captações no mercado aberto		(73.579.055)	1.608.663	41.112.384
Redução em recursos de aceites e emissão de títulos		(12.055.743)	(31.400.556)	(23.395.139)
(Redução) Aumento em obrigações por empréstimos e repasses		1.263.967	(3.034.808)	(16.238.548)
(Redução) Aumento em outras obrigações		(3.393.057)	(16.641.827)	15.051.695
Redução em resultados de exercícios futuros		(1.830)	(16.889)	(12.946)
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS OPERAÇÕES		**(3.300.000)**	**(40.783.371)**	**23.279.117**
Fluxos de Caixa Provenientes das Atividades de Investimento				
Aumento em títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		(33.314.241)	(71.527.075)	(34.052.003)
Redução em títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		29.553.355	56.845.301	29.962.323
Aumento em títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento		(2.235.799)	(3.040.249)	(1.731.045)
Redução em títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento		376.781	1.625.861	--
Dividendos recebidos de coligadas e controladas em conjunto		1.325.060	3.219.813	2.520.093
Aquisição de imobilizado de uso		(580.248)	(1.020.391)	(1.421.783)
Alienação de imobilizado de uso		4.395	8.721	43.700
Alienação de investimentos		40.157	711.511	195.680
Aquisição de intangíveis		(1.884.386)	(2.242.292)	(3.121.720)
Baixa de intangíveis/diferidos		939.562	940.676	543.239
CAIXA UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		**(5.775.364)**	**(14.478.124)**	**(7.061.516)**
Fluxos de Caixa Provenientes das Atividades de Financiamento				
Variação da participação dos acionistas não controladores		117.538	184.704	84.890
Aumento em obrigações por dívida subordinada		1.036.710	1.366.547	2.040.187
(Redução) Aumento em instrumentos híbridos de capital e dívida		66.350	353.453	(5.876.377)
(Aquisição) alienação de ações em tesouraria		--	4.706	(157.369)
Juros sobre o capital próprio pagos		(1.624.162)	(2.623.783)	(2.530.730)
CAIXA UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		**(403.564)**	**(714.373)**	**(6.439.399)**
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		**(9.478.928)**	**(55.975.868)**	**9.778.202**
Início do período		57.120.638	103.123.670	102.707.171
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		(457.762)	36.146	(9.361.703)
Fim do período		47.183.948	47.183.948	103.123.670
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		**(9.478.928)**	**(55.975.868)**	**9.778.202**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

BANCO DO BRASIL

Demonstrações Contábeis Consolidadas

Exercício 2017

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	Nota	2º Semestre/2017		Exercício/2017		Exercício/2016	
Receitas		**66.327.476**		**140.461.317**		**160.317.361**	
Receitas de intermediação financeira		66.618.876		142.438.857		167.305.078	
Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias		13.296.638		25.941.416		23.794.116	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(12.317.605)		(25.699.168)		(28.649.755)	
Ganhos de capital	22	559.155		671.732		210.934	
Outras receitas/(despesas)		(1.829.588)		(2.891.520)		(2.343.012)	
Despesas da Intermediação Financeira		**(37.841.710)**		**(85.121.696)**		**(106.728.131)**	
Insumos Adquiridos de Terceiros		**(4.756.218)**		**(9.080.836)**		**(9.083.868)**	
Materiais, água, energia e gás	21.c	(289.266)		(604.431)		(651.886)	
Serviços de terceiros	21.c	(781.646)		(1.488.711)		(1.469.457)	
Comunicações	21.c	(566.751)		(1.143.596)		(1.170.401)	
Processamento de dados	21.c	(443.321)		(851.169)		(844.887)	
Transporte	21.c	(612.123)		(1.114.216)		(1.133.525)	
Serviços de vigilância e segurança	21.c	(634.175)		(1.244.514)		(1.237.307)	
Serviços do sistema financeiro	21.c	(385.426)		(744.457)		(787.540)	
Propaganda e publicidade	21.c	(271.554)		(394.553)		(319.110)	
Manutenção e conservação de bens	21.c	(354.832)		(706.984)		(589.263)	
Outras	21.c	(417.124)		(788.205)		(880.492)	
Valor Adicionado Bruto		**23.729.548**		**46.258.785**		**44.505.362**	
Despesas de amortização/depreciação	21.c	(2.200.539)		(4.456.598)		(4.459.212)	
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade		**21.529.009**		**41.802.187**		**40.046.150**	
Valor Adicionado Recebido em Transferência		**1.947.467**		**3.962.261**		**4.295.548**	
Resultado de participações em coligadas e controladas		1.947.467		3.962.261		4.295.548	
Valor Adicionado a Distribuir		**23.476.476**	**100,00%**	**45.764.448**	**100,00%**	**44.341.698**	**100,00%**
Valor Adicionado Distribuído		**23.476.476**	**100,00%**	**45.764.448**	**100,00%**	**44.341.698**	**100,00%**
Pessoal		**9.787.260**	**41,69%**	**19.495.827**	**42,60%**	**21.339.572**	**48,13%**
Salários e honorários		6.307.003		12.633.072		14.842.936	
Participação de empregados e administradores no lucro		771.798		1.422.159		1.015.628	
Benefícios e treinamentos		1.582.208		3.163.477		2.921.609	
FGTS		379.968		760.173		791.201	
Outros encargos		746.283		1.516.946		1.768.198	
Impostos, Taxas e Contribuições		**6.115.915**	**26,05%**	**12.040.525**	**26,31%**	**11.851.046**	**26,73%**
Federais		5.313.141		10.474.329		10.443.806	
Estaduais		525		1.002		941	
Municipais		802.249		1.565.194		1.406.299	
Remuneração de Capitais de Terceiros		**763.815**	**3,25%**	**1.567.286**	**3,42%**	**1.442.485**	**3,25%**
Aluguéis	21.c	763.815		1.567.286		1.442.485	
Remuneração de Capitais Próprios	23.g	**6.809.486**	**29,01%**	**12.660.810**	**27,67%**	**9.708.595**	**21,89%**
Juros sobre capital próprio da União		912.237		1.715.555		1.280.680	
Juros sobre capital próprio de outros acionistas		827.634		1.513.398		1.073.927	
Juros sobre o instrumento elegível ao capital da União		52.171		97.343		75.552	
Lucro retido		4.157.031		7.684.480		5.603.397	
Participação dos não controladores nos lucros retidos		860.413		1.650.034		1.675.039	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

1 - O BANCO E SUAS OPERAÇÕES

O Banco do Brasil S.A. (Banco do Brasil ou Banco) é uma companhia aberta de direito privado, de economia mista, regida, sobretudo, pela legislação das sociedades por ações, e sua matriz está localizada no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Brasília, Distrito Federal, Brasil. Tem por objeto a prática de todas as operações bancárias ativas, passivas e acessórias, a prestação de serviços bancários, de intermediação e suprimento financeiro sob suas múltiplas formas, inclusive nas operações de câmbio e nas atividades complementares, destacando-se seguros, previdência privada, capitalização, corretagem de títulos e valores mobiliários, administração de consórcios, cartões de crédito/débito, fundos de investimentos e carteiras administradas e o exercício de quaisquer atividades facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional. Como instrumento de execução da política creditícia e financeira do Governo Federal, compete ao Banco exercer as funções atribuídas em lei, especificamente as previstas no art. 19 da Lei n.º 4.595/1964.

2 - REESTRUTURAÇÕES Ssocietárias

a) Reorganização Societária na área de Seguros

Incorporação da BB Cor Participações S.A. pela BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A.

Em 27.12.2016, a BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. (BB Corretora) incorporou a BB Cor Participações S.A. (BB Cor) ao seu patrimônio nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação.

O acervo líquido incorporado foi avaliado ao valor contábil na data-base da operação, 27.12.2016, no montante de R$ 26.976 mil.

A incorporação justifica-se pela desnecessidade da manutenção da BB Cor verificada no processo de revisão do modelo de negócios no segmento de distribuição de produtos de seguridade, bem como em razão da ausência de perspectivas de que a empresa viesse a desenvolver atividades operacionais.

Como decorrência natural, a BB Corretora passou à condição de sucessora a título universal da BB Cor em todos os seus bens, direitos e obrigações, assumindo integralmente seus acervos patrimoniais.

Considerando que a BB Seguridade é a única acionista da incorporada na data da incorporação, não houve relação de troca de ações de acionistas não controladores da incorporada por ações da incorporadora, não ocorrendo, portanto, qualquer alteração do capital social da BB Seguridade.

b) Gestora de Inteligência de Crédito S.A. - GIC

Em 14.06.2017, o Banco do Brasil firmou os documentos necessários à constituição da empresa Gestora de Inteligência de Crédito S.A. – GIC em conjunto com o Banco Bradesco S.A., o Banco Santander (Brasil) S.A., a Caixa Econômica Federal, por meio de sua subsidiária Caixa Participações S.A. e o Banco Itaú Unibanco S.A. Cada uma das partes detêm 20% do capital social da GIC, sendo o controle da companhia compartilhado entre as partes.

A *Bureau* de Crédito desenvolverá um banco de dados com objetivo de agregar, conciliar e tratar informações cadastrais e creditícias de pessoas físicas e jurídicas, nos termos das normas aplicáveis. Tal atuação propiciará, através de um conhecimento mais profundo do perfil das pessoas físicas e jurídicas, um significativo aperfeiçoamento dos nossos processos de concessão, precificação e direcionamento de linhas de crédito realizados pelos entes participantes do Sistema Financeiro Nacional, resultando, assim, na melhoria do ambiente de crédito do país em uma perspectiva de médio e longo prazos. As partes estimam que a Companhia estará integralmente operacional em 2019.

O aporte de capital ocorreu em julho de 2017, sendo o valor do investimento reconhecido inicialmente ao custo e posteriormente mensurado pelo método de equivalência patrimonial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

3 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável. Nas demonstrações contábeis consolidadas, houve a reclassificação do instrumento elegível ao capital principal - IHCD para o patrimônio líquido. Esse procedimento também é adotado para as demonstrações contábeis prudenciais e em IFRS, com o objetivo de melhorar a qualidade e transparência dessas demonstrações contábeis consolidadas.

A elaboração de demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos fiscais diferidos, provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis, valorização de instrumentos financeiros, ativos e passivos relacionados a benefícios pós-emprego a empregados e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

As demonstrações contábeis consolidadas contemplam as operações do Banco do Brasil realizadas por suas agências e subsidiárias no país e no exterior, as operações de suas controladas, bem como das Entidades de Propósito Específico - Dollar Diversified Payment Rights Finance Company e Loans Finance Company Limited e dos fundos de investimentos financeiros dos quais as empresas do Conglomerado são principais beneficiárias ou detentoras das principais obrigações (Fênix Fundo de Investimento em Direitos Creditórios do Varejo, Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Companhia Pernambucana de Saneamento – Compesa, BB DTVM Ações Saúde e Bem Estar Distribuição Fundo de Investimento em Cotas de FI, BB DTVM Multimercado Multiestratégia LP Distribuição Fundo de Investimento em Cotas de FI, BB Fund Class A e BB Fund Class D). Essas demonstrações contábeis consolidadas refletem os ativos, passivos, receitas e despesas do Banco do Brasil e de suas entidades controladas, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas foram eliminados os valores oriundos de transações entre as empresas, compreendendo as participações acionárias de uma empresa em outra, os saldos de contas patrimoniais, as receitas, despesas, bem como os lucros não realizados, líquidos dos efeitos tributários. As participações dos não controladores no patrimônio líquido e no resultado foram destacadas nas demonstrações contábeis. As operações de arrendamento mercantil foram consideradas sob a ótica do método financeiro, sendo os valores reclassificados da rubrica de Imobilizado de Arrendamento para a rubrica de Operações de Arrendamento Mercantil, deduzidos dos valores residuais recebidos antecipadamente. Os ganhos e as perdas cambiais das operações das agências estão apresentados nos grupamentos de resultado nos quais são reconhecidos as rendas e encargos sobre essas operações. Os ganhos e as perdas cambiais incidentes sobre os investimentos no exterior são apresentados no grupamento de Despesas de Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses, com o objetivo de anular o efeito da proteção para as oscilações cambiais desses investimentos.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite pronunciamentos e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela CVM. O CMN aprovou os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pelo Banco, quando aplicável: CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 - Evento Subsequente, CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados.

Adicionalmente, o Bacen editou a Resolução CMN n.º 3.533, de 31.01.2008, cuja vigência iniciou-se em janeiro de 2012, a qual estabeleceu procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros. A Resolução é convergente com os critérios de baixa de ativos financeiros especificados no CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

O Banco aplicou, ainda, os seguintes pronunciamentos que não são conflitantes com as normas do Bacen, conforme determina o artigo 22, § 2º, da Lei n.º 6.385/1976: CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado (DVA), CPC 12 - Ajuste a Valor Presente, CPC 22 - Informações por Segmento, CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e CPC 41 - Resultado por Ação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A aplicação dos normativos que dependem de regulamentação do Bacen reflete, basicamente, em ajustes imateriais ou em alterações na forma de divulgação, exceto nos seguintes pronunciamentos que podem gerar impactos relevantes nas demonstrações contábeis:

CPC 04 (R1) - Ativo Intangível e CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios - a) reclassificação dos ativos intangíveis identificados na aquisição de participação no Banco Votorantim, ocorrida em 2009, bem como na aquisição do controle do Banco Patagonia, em 2011, e do BB Americas, em 2012, da conta de Investimentos para a conta de Intangível, no grupamento do Ativo Não Circulante - Permanente; b) não reconhecimento de despesas de amortização de ágios por expectativa de rentabilidade futura oriundos das aquisições; e, c) reconhecimento de despesa de amortização de intangíveis com vida útil definida, identificados nas aquisições.

CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto - a) registro a valor justo das participações societárias recebidas na parceria de formação das joint ventures BB Mapfre SH1 e Mapfre BB SH2, em 30.06.2011; b) baixa dos ativos contribuídos pelo Banco do Brasil, incluindo qualquer ágio, pelo valor contábil; e, c) reconhecimento do resultado da transação nas novas sociedades constituídas pela proporção das participações societárias.

CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração - ajuste na provisão para crédito de liquidação duvidosa, em virtude da adoção do critério de perda incorrida ao invés do critério da perda esperada.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho Diretor em 19.02.2018.

a) Participações Societárias Incluídas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas, Segregadas por Segmentos de Negócios:

	Atividade	Moeda funcional	31.12.2017	31.12.2016
			% de Participação	
Segmento Bancário				
Banco do Brasil AG	Bancária	Real	100,00%	100,00%
BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	Arrendamento	Real	100,00%	100,00%
BB Securities Asia Pte. Ltd.	Corretora	Real	100,00%	100,00%
Banco do Brasil Securities LLC.	Corretora	Real	100,00%	100,00%
BB Securities Ltd.	Corretora	Real	100,00%	100,00%
BB USA Holding Company, Inc.	Holding	Real	100,00%	100,00%
Brasilian American Merchant Bank	Bancária	Real	100,00%	100,00%
Banco do Brasil Americas	Bancária	Dólar Americano	100,00%	100,00%
Banco Patagonia S.A.	Bancária	Peso Argentino	58,97%	58,97%
Segmento Investimentos				
BB Banco de Investimento S.A.	Banco de Investimento	Real	100,00%	100,00%
Segmento Gestão de Recursos				
BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Administração de Ativos	Real	100,00%	100,00%
Besc Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Administração de Ativos	Real	99,62%	99,62%
Segmento Seguros, Previdência e Capitalização				
BB Seguridade Participações S.A. (1)	Holding	Real	66,36%	66,36%
BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. (1)	Corretora	Real	66,36%	66,36%
BB Seguros Participações S.A. (1)	Holding	Real	66,36%	66,36%
Segmento Meios de Pagamento				
BB Administradora de Cartões de Crédito S.A.	Prestação de Serviços	Real	100,00%	100,00%
BB Elo Cartões Participações S.A.	Holding	Real	100,00%	100,00%
Outros Segmentos				
Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros	Aquisição de Créditos	Real	100,00%	100,00%
Ativos S.A. Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	Aquisição de Créditos	Real	100,00%	100,00%
BB Administradora de Consórcios S.A.	Consórcio	Real	100,00%	100,00%
BB Tur Viagens e Turismo Ltda. (2)	Turismo	Real	100,00%	100,00%
BB Asset Management Ireland Limited	Aquisição de Créditos	Real	100,00%	100,00%
BB Tecnologia e Serviços (1)	Informática	Real	99,99%	99,99%

(1) Refere-se ao percentual de participação efetiva, considerando as aquisições de ações pela própria investida, mantidas em tesouraria.

(2) Demonstrações contábeis para consolidação relativas a novembro/2017.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Informações para Efeito de Comparabilidade

Foram realizadas, para efeito de comparabilidade, de forma a evidenciar melhor a essência das operações, as seguintes reclassificações:

Demonstração do Resultado

Ressarcimento de custos operacionais interbancários do grupamento Receitas de Prestação de Serviços para Recuperação de Encargos e Despesas do grupamento Outras Receitas Operacionais.

Rendas por serviços de pagamentos do grupamento Outras Receitas Operacionais para Receitas de Prestação de Serviços.

Exercício/2016	Divulgação Anterior	Reclassificações	Saldos Ajustados
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	**(17.782.633)**	**--**	**(17.782.633)**
Receitas de prestação de serviços	15.538.969	(209.805)	15.329.164
Outras receitas operacionais	9.037.928	209.805	9.247.733

4 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis adotadas pelo Banco do Brasil são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis e de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas.

a) Apuração do Resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

b) Mensuração a Valor Presente

Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros.

Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob controle do Banco, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em ouro, aplicações em operações compromissadas – posição bancada, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

e) Títulos e Valores Mobiliários – TVM

Os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e se classificam em função da intenção da Administração do Banco em três categorias distintas, conforme Circular Bacen n.º 3.068/2001:

Títulos para Negociação: títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados ativa e frequentemente, ajustados mensalmente pelo valor de mercado. Suas valorizações e desvalorizações são registradas, respectivamente, em contas de receitas e despesas do período;

Títulos Disponíveis para Venda: títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados mensalmente ao valor de mercado e suas valorizações e desvalorizações registradas, líquidas dos efeitos tributários, em conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido; e

Títulos Mantidos até o Vencimento: títulos e valores mobiliários que o Banco tem e dispõe de capacidade financeira e intenção para manter até o vencimento. Esses títulos não são ajustados pelo valor de mercado. A capacidade financeira está amparada em projeção de fluxo de caixa que desconsidera a possibilidade de venda desses títulos.

A metodologia de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração ou, na falta desse, a divulgação de preço indicativo pela Anbima, ou a relação entre o PU e o valor de negócio mais recente nos últimos 30 dias, ou ainda o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de risco de crédito, valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índice de preços e moedas e instrumentos financeiros semelhantes.

Os rendimentos obtidos pelos títulos e valores mobiliários, independente de como estão classificados, são apropriados *pro rata die*, observando o regime de competência até a data do vencimento ou da venda definitiva, pelo método exponencial ou linear, com base nas suas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento que não tenham caráter de perdas temporárias são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucro ou prejuízo com títulos e valores mobiliários.

f) Instrumentos Financeiros Derivativos – IFD

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço de fechamento, ou de ajuste, quando for o caso, no dia da apuração ou, na falta desse, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização, ou ainda, o preço de instrumento financeiro semelhante, levando em consideração, no mínimo, os prazos de pagamento e vencimento, o risco de crédito e a moeda ou indexador.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa de ativos ou passivos financeiros, compromisso ou transação futura prevista, são considerados instrumentos de proteção (hedge) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Hedge de Risco de Mercado: os instrumentos financeiros assim classificados, bem como o item objeto de hedge, têm suas valorizações ou desvalorizações reconhecidas em contas de resultado do período; e

Hedge de Fluxo de Caixa: para os instrumentos financeiros enquadrados nessa categoria, a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registra-se, líquida dos efeitos tributários, na conta Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido. Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de hedge, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para hedge, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período.

g) Operações de Crédito, de Arrendamento Mercantil, Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio, Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal. Para as operações anormais com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis de risco, conforme facultado pela Resolução CMN n.º 2.682/1999.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, inclusive, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H, que permanecem nessa classificação por 180 dias, são baixadas contra a provisão existente.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como H e os eventuais ganhos oriundos da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. Admite-se a reclassificação para categoria de menor risco quando houver amortização significativa da operação ou quando houver fatos novos relevantes que justificarem a mudança do nível de risco, conforme Resolução CMN n.º 2.682/1999.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN n.º 2.682/1999 (Nota 10.e).

h) Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda (15,00% + adicional de 10,00%)	25,00%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL (1)	20,00%
PIS/Pasep (2)	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins (2)	4,00%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	Até 5,00%

(1) Alíquota aplicada às empresas financeiras e às empresas não financeiras do ramo de seguros privados e de capitalização, desde 01.09.2015 (a alíquota era de 15% até 31.08.2015). A partir de janeiro de 2019, a alíquota voltará a ser 15%. Para as demais empresas não financeiras, a alíquota de CSLL corresponde a 9%.

(2) Para as empresas não financeiras optantes do regime de apuração não cumulativo, a alíquota do PIS/Pasep é de 1,65% e da Cofins é de 7,6%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN n.º 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN n.os 3.355/2006, 4.192/2013 e 4.441/2015, e estão suportados por estudo de capacidade de realização. Os créditos tributários decorrentes da elevação da alíquota da Contribuição Social de 15% para 20% estão sendo reconhecidos no montante suficiente para seu consumo até o final da vigência da nova alíquota (31.12.2018), conforme Lei n.º 13.169/2015.

i) Despesas Antecipadas

Referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço ao Banco ocorrerão durante os exercícios seguintes. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.

j) Ativo Permanente

Investimentos: os investimentos em empresas controladas e coligadas com influência significativa ou com participação de 20% ou mais no capital votante e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliados por equivalência patrimonial com base no valor do patrimônio líquido da controlada ou coligada.

Nas demonstrações contábeis consolidadas, as empresas controladas são consolidadas integralmente e as empresas coligadas e controladas em conjunto são apresentadas pelo método da equivalência patrimonial.

Os ágios correspondentes ao valor pago excedente ao valor contábil dos investimentos adquiridos, decorrentes da expectativa de rentabilidade futura, estão sustentados pelas avaliações econômico-financeiras que fundamentaram o preço de compra dos negócios, são amortizados com base nas projeções de resultado anual constantes nos respectivos estudos econômico-financeiros e são submetidos anualmente ao teste de redução ao valor recuperável de ativos.

Os demais investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas por desvalorização (imparidade), quando aplicável.

Imobilizado de Uso: o ativo imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido das perdas decorrentes de redução ao valor recuperável de ativos e da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear pelo prazo de vida útil do ativo (Nota 15).

Intangível: o ativo intangível corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pelo Banco, destinados à manutenção ou exercidos com essa finalidade.

Um ativo satisfaz o critério de identificação de um ativo intangível quando: for separável, ou seja, puder ser separado da empresa e vendido, transferido ou licenciado, alugado ou trocado individualmente ou junto a um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso ou resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da empresa ou de outros direitos e obrigações.

Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e referem-se basicamente aos desembolsos para aquisição de direitos para prestação de serviços bancários (direitos de gestão de folhas de pagamento), amortizados de acordo com os prazos dos contratos; ágio pago na aquisição de sociedade incorporada (Banco Nossa Caixa), amortizado com base nas projeções de resultado anual constantes no estudo econômico-financeiro; e softwares, amortizados pelo método linear pelo prazo de vida útil a partir da data da sua disponibilidade para uso. Os ativos intangíveis são ajustados por perda por desvalorização (imparidade), quando aplicável (Nota 16). A amortização dos ativos intangíveis é contabilizada em Outras Despesas Administrativas.

k) Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros – Imparidade

Ao final de cada período de reporte, o Banco avalia, com base em fontes internas e externas de informação, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa ter sofrido desvalorização. Se houver indicação de desvalorização, o Banco estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Independentemente de haver indicação de desvalorização, o Banco testa o valor recuperável dos ativos intangíveis ainda não disponíveis para uso e dos ágios na aquisição de investimentos, no mínimo anualmente. Esse teste é realizado a qualquer momento do ano, sempre na mesma época.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável pelo registro de perda por desvalorização (imparidade), reconhecida na Demonstração do Resultado.

Metodologias aplicadas na avaliação do valor recuperável dos principais ativos não financeiros:

Imobilizado de Uso

Terrenos e edificações – na apuração do valor recuperável de terrenos e edificações, são efetuadas avaliações técnicas em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Sistemas de processamento de dados – na apuração do valor recuperável dos itens relevantes que compõem os sistemas de processamento de dados, são considerados o valor de mercado para itens com valor de mercado disponível ou o valor passível de ser recuperado pelo uso nas operações do Banco para os demais itens, cujo cálculo considera a projeção dos fluxos de caixa dos benefícios decorrentes do uso de cada bem durante a sua vida útil, descontada a valor presente com base na taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI.

Outros itens do imobilizado – embora sejam sujeitos à análise de indicativo de perda, os demais bens do imobilizado de uso são individualmente de pequeno valor e, em face da relação custo-benefício, o Banco não avalia o valor recuperável desses itens individualmente. No entanto, o Banco realiza inventário anualmente, onde os bens perdidos ou deteriorados são baixados na contabilidade.

Investimentos e Ágio na Aquisição de Investimentos

A metodologia de apuração do valor recuperável dos investimentos e dos ágios por expectativa de rentabilidade futura consiste em mensurar o resultado esperado do investimento por meio de fluxo de caixa descontado. Para mensurar esse resultado, as premissas adotadas são baseadas em i) projeções das operações, resultados e planos de investimentos das empresas; ii) cenários macroeconômicos desenvolvidos pelo Banco; e iii) metodologia interna de apuração do custo do capital baseado no modelo Capital Asset Pricing Model – CAPM.

Intangível

Direitos de Gestão de Folhas de Pagamento – o modelo de avaliação do valor recuperável dos direitos de gestão de folhas de pagamento está relacionado ao acompanhamento da performance dos contratos, calculada a partir das margens de contribuição de relacionamento dos clientes vinculados a cada contrato, de forma a verificar se as projeções que justificaram a aquisição do ativo correspondem à performance observada. Para os contratos que não atingem a performance esperada, é reconhecida uma provisão para perda por imparidade.

Softwares – os softwares, substancialmente desenvolvidos internamente de acordo com as necessidades do Banco, são constantemente objeto de investimentos para modernização e adequação às novas tecnologias e necessidades dos negócios. Em razão de não haver similares no mercado, bem como do alto custo para se implantar métricas que permitam o cálculo do seu valor em uso, o teste de recuperabilidade dos softwares consiste em avaliar a sua utilidade para a empresa de forma que, sempre que um software entra em desuso, seu valor é baixado na contabilidade.

Ágio na Aquisição de Sociedade Incorporada – a metodologia de apuração do valor recuperável do ágio na aquisição do Banco Nossa Caixa, incorporado pelo Banco do Brasil em novembro de 2009, consiste em comparar o valor do ágio pago, deduzido pela amortização acumulada, com o valor presente dos resultados do Banco do Brasil projetados para o Estado de São Paulo, descontados os ativos com vida útil definida. As projeções partem dos resultados observados e evoluem com base nas premissas de crescimento de rentabilidade para o Banco do Brasil e são descontadas pela taxa do custo do capital apurada por meio de metodologia interna, baseada no modelo Capital Asset Pricing Model – CAPM.

As perdas registradas no resultado para ajuste ao valor recuperável desses ativos, quando houver, são demonstradas nas respectivas notas explicativas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

l) Benefícios a Empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade do Banco relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos no CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, aprovado pela Deliberação CVM n.º 695/2012 e pela Resolução CMN n.º 4.424/2015 (Nota 26). As avaliações são realizadas semestralmente.

Nos planos de contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são dos participantes. Sendo assim, a contabilização dos custos é determinada pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação do Banco. Consequentemente, nenhum cálculo atuarial é requerido na mensuração da obrigação ou da despesa e não existe ganho ou perda atuarial.

Nos planos de benefício definido, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem parcial ou integralmente na entidade patrocinadora. Assim, a contabilização dos custos exige a mensuração das obrigações e despesas do plano, existindo a possibilidade de ocorrer ganhos e perdas atuariais, podendo originar o registro de um passivo quando o montante das obrigações atuariais ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios, ou de um ativo quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese, o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro.

O Banco reconhece os componentes de custo de benefício definido no próprio período em que foi realizado o cálculo atuarial, de acordo com os critérios estabelecidos no CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, sendo que:

- o custo do serviço corrente e os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido são reconhecidos no resultado do período; e
- as remensurações do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido são reconhecidos em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido da empresa, líquido dos efeitos tributários.

As contribuições devidas pelo Banco aos planos de assistência médica, em alguns casos, permanecem após a aposentadoria do empregado. Sendo assim, as obrigações do Banco são avaliadas pelo valor presente atuarial das contribuições que serão realizadas durante o período esperado de vinculação dos associados e beneficiários ao plano. Tais obrigações são avaliadas e reconhecidas utilizando-se os mesmos critérios dos planos de benefício definido.

m) Depósitos e Captações no Mercado Aberto

Os depósitos e captações no mercado aberto são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

n) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823/2009 (Nota 27).

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, porém, quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

Uma provisão para os passivos contingentes é reconhecida nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente, da seguinte forma:

Método Massificado: processos relativos às causas consideradas semelhantes e usuais, e cujo valor não seja considerado relevante, segundo parâmetro estatístico. Abrange os processos do tipo judicial de natureza cível, fiscal ou trabalhista (exceto processos de natureza trabalhista movidos por sindicatos da categoria e todos os processos classificados como estratégicos) com valor provável de condenação, estimado pelos assessores jurídicos, de até R$ 1 milhão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Método Individualizado: processos relativos às causas consideradas não usuais ou cujo valor seja considerado relevante sob a avaliação de assessores jurídicos. Considera-se o valor indenizatório pretendido, o valor provável de condenação, provas apresentadas e provas produzidas nos autos, jurisprudência sobre a matéria, subsídios fáticos levantados, decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, classificação e grau de risco de perda da ação judicial.

Os passivos contingentes, de mensuração individualizada, classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, sendo divulgados em notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, que têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

o) Despesas Associadas a Captações de Recursos

Nas operações de captação de recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários, as despesas associadas são apropriadas ao resultado de acordo com a fluência do prazo da operação e apresentadas como redutoras do passivo correspondente.

p) Outros Ativos e Passivos

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base *pro rata die* e provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata die*.

q) Lucro por Ação

A divulgação do lucro por ação é efetuada de acordo com os critérios definidos no CPC 41 – Resultado por Ação, aprovado pela Deliberação CVM n.º 636/2010. O lucro básico e diluído por ação do Banco foi calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número médio ponderado de ações ordinárias totais, excluídas as ações em tesouraria (Nota 23.f). O Banco não tem opção, bônus de subscrição ou seus equivalentes que dão ao seu titular direito de adquirir ações. Assim, o lucro básico e o diluído por ação são iguais.

r) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação do Banco. A moeda funcional, que é a moeda do ambiente econômico principal no qual uma entidade opera, é o Real para a maioria das entidades do Conglomerado (Nota 3).

As demonstrações contábeis das agências e controladas no exterior seguem os critérios contábeis vigentes no Brasil e são convertidas para a moeda Real pelo critério de taxas correntes, conforme previsto na Circular Bacen n.º 2.397/1993 e na Resolução CMN n.º 4.524/2016, e seus efeitos são reconhecidos no resultado, por meio da equivalência patrimonial para as que possuem moeda funcional igual a moeda nacional, e no Patrimônio Líquido, para as que possuem moeda funcional diferente da moeda nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

5 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento foram elaboradas considerando os critérios utilizados pelo Conselho Diretor na avaliação de desempenho, na tomada de decisões quanto à alocação de recursos para investimento e outros fins, considerando-se ainda o ambiente regulatório e as semelhanças entre produtos e serviços. Essas informações são preparadas com base em relatórios internos de gestão (Consolidado Gerencial), os quais são revisados regularmente pela Administração.

As práticas contábeis adotadas no Consolidado Gerencial diferem daquelas descritas no resumo das principais práticas contábeis do BB Consolidado (Nota 4.j) em função de que os investimentos em entidades controladas em conjunto são consolidados proporcionalmente à participação do Banco.

As operações do Banco são substancialmente realizadas no país e estão divididas basicamente em cinco segmentos: bancário, investimentos, gestão de recursos, seguridade (seguros, previdência e capitalização) e meios de pagamento. Além desses, o Banco participa de outras atividades econômicas, tais como consórcios e outros serviços, que foram agregadas em Outros Segmentos.

A mensuração do resultado gerencial e do patrimônio gerencial por segmentos leva em conta todas as receitas e despesas bem como todos os ativos e passivos apurados pelas empresas controladas (Nota 3) e controladas em conjunto (Nota 14). Não há receitas ou despesas nem ativos ou passivos comuns alocados entre os segmentos por qualquer critério de distribuição.

As transações entre segmentos são eliminadas na coluna Eliminações Intersegmentos e são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros quando aplicável. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

O Banco não possui cliente que seja responsável por mais de 10% da receita líquida total da instituição.

a) Segmento Bancário

Resultado obtido preponderantemente no Brasil, compreende uma grande diversidade de produtos e serviços, tais como depósitos, operações de crédito e prestação de serviços, que são disponibilizados aos clientes por meio dos mais variados canais de distribuição situados no país e no exterior.

As operações do segmento bancário abrangem os negócios com os mercados de varejo, atacado e governo, realizados por meio de rede e equipes de atendimento, e os negócios com microempreendedores e o setor informal, realizados por intermédio de correspondentes bancários.

b) Segmento de Investimentos

Nesse segmento, são realizados negócios no mercado de capitais doméstico, com atuação na intermediação e distribuição de dívidas no mercado primário e secundário, além de participações societárias e da prestação de serviços financeiros.

O resultado da intermediação financeira do segmento é obtido por meio de receitas auferidas nas aplicações em títulos e valores mobiliários deduzidas das despesas de captação de recursos junto a terceiros. As participações acionárias existentes estão concentradas nas empresas coligadas e controladas em conjunto. As receitas de prestação de serviços financeiros resultam de assessorias econômico-financeiras, de *underwriting* de renda fixa e variável.

c) Segmento de Gestão de Recursos

Responsável essencialmente pelas operações inerentes à compra, venda, e custódia de títulos e valores mobiliários, administração de carteiras e administração de fundos e clubes de investimento. As receitas são oriundas principalmente das comissões e taxas de administração cobradas dos investidores pela prestação desses serviços.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

d) Segmento de Seguros, Previdência e Capitalização

Nesse segmento, são oferecidos produtos e serviços relacionados a seguros de vida, patrimonial e automóvel, planos de previdência complementar e títulos de capitalização.

O resultado advém principalmente das receitas com prêmios de seguros emitidos, contribuições de planos de previdência, títulos de capitalização e aplicações em títulos e valores mobiliários, deduzidas das despesas de comercialização, provisões técnicas e despesas com benefícios e resgates.

e) Segmento de Meios de Pagamento

Responsável pela prestação dos serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira de transações em meio eletrônico.

As receitas são oriundas principalmente das comissões e taxas de administração cobradas dos estabelecimentos comerciais e bancários pela prestação dos serviços descritos no parágrafo anterior, além das rendas de aluguel, instalação e manutenção de terminais eletrônicos.

f) Outros Segmentos

Compreende os segmentos de consórcios e outros serviços, que foram agregados por não serem individualmente representativos.

Suas receitas são oriundas principalmente da prestação de serviços não contemplados nos segmentos anteriores, tais como: recuperação de créditos, administração de consórcios, desenvolvimento, fabricação, comercialização, aluguel e integração de equipamentos e sistemas de eletrônica digital, periféricos, programas, insumos e suprimentos de informática, além da intermediação de passagens aéreas, hospedagens e organização de eventos.

g) Informações sobre clientes externos por região geográfica

	Exercício/2017		Exercício/2016	
	Brasil	Exterior	Brasil	Exterior
Receitas com clientes externos	**182.934.977**	**(1.542.533)**	**193.053.338**	**11.982.781**
Receitas de intermediação financeira	**145.558.903**	**(3.120.046)**	**156.990.166**	**10.314.912**
Operações de crédito e arrendamento mercantil (1)	88.866.198	(4.941.252)	94.719.576	7.085.016
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	50.562.484	1.581.562	56.630.548	1.286.975
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	(449.275)	(15.999)	(2.188.842)	9.230
Resultado de operações de câmbio e aplicações compulsórias	4.964.131	255.643	5.580.168	1.933.539
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	1.615.365	--	2.248.716	152
Outras receitas	**37.376.074**	**1.577.513**	**36.063.172**	**1.667.869**
Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias	24.725.368	1.216.048	22.907.443	886.673
Resultado de participações em coligadas e controladas em conjunto	3.962.261	--	4.295.548	--
Demais receitas	8.688.445	361.465	8.860.181	781.196
Ativo não circulante(2)	**31.399.092**	**432.673**	**32.705.277**	**422.467**

(1) Inclui variação cambial negativa entre moedas estrangeiras, referente a operações no exterior, no montante de R$ 7.914.498 mil no exercício/2017 (positiva no montante de R$ 4.071.033 mil no exercício/2016).

(2) Exceto instrumentos financeiros, impostos diferidos ativos e ativos de benefício pós-emprego.

As receitas auferidas no exterior foram originadas principalmente em operações realizadas pelas dependências localizadas na América do Sul e América do Norte no exercício de 2017 (Europa e América do Norte no exercício de 2016).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

h) Informações Gerenciais por Segmento reconciliadas com o Contábil

	Exercício/2017									
	Informações Gerenciais por Segmento							Reconciliação do Gerencial para o Contábil		
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguros, previdência e capitalização	Meios de Pagamento	Outros Segmentos	Eliminações Intersegmentos	Consolidado Gerencial	Ajustes de consolidação	BB Consolidado
Receitas de intermediação financeira	**148.533.163**	**209.107**	**75.475**	**4.408.288**	**612.783**	**181.538**	**(433.838)**	**153.586.516**	**(11.147.659)**	**142.438.857**
Operações de crédito e arrendamento mercantil	89.283.291	--	--	--	--	77.071	(77.071)	89.283.291	(5.358.345)	83.924.946
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	53.900.243	39.748	75.475	105.393	605.344	104.254	(453.772)	54.376.685	(2.232.639)	52.144.046
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	(852.914)	169.359	--	--	7.439	--	--	(676.116)	210.842	(465.274)
Resultado de operações de câmbio e aplicações compulsórias	5.280.715	--	--	--	--	213	--	5.280.928	(61.154)	5.219.774
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	921.828	--	--	--	--	--	--	921.828	693.537	1.615.365
Resultado financeiro de operações de seguros, previdência e capitalização	--	--	--	4.302.895	--	--	97.005	4.399.900	(4.399.900)	--
Despesas de intermediação financeira	**(115.862.719)**	**(343.279)**	**--**	**(2.926.582)**	**(27.145)**	**(128.078)**	**784.398**	**(118.503.405)**	**7.682.541**	**(110.820.864)**
Operações de captação no mercado	(80.738.527)	(343.279)	--	--	--	(128.078)	710.958	(80.498.926)	3.345.260	(77.153.666)
Operações de empréstimos, cessões, repasses e arrendamento mercantil	(8.187.597)	--	--	--	(27.145)	--	73.440	(8.141.302)	259.645	(7.881.657)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(26.777.409)	--	--	--	--	--	--	(26.777.409)	1.078.241	(25.699.168)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(159.186)	--	--	--	--	--	--	(159.186)	72.813	(86.373)
Atualização e juros de provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	--	--	--	(2.926.582)	--	--	--	(2.926.582)	2.926.582	--
Outras receitas	**28.784.840**	**1.269.946**	**2.130.095**	**7.632.829**	**5.551.953**	**2.593.516**	**(2.146.993)**	**45.816.186**	**(6.862.599)**	**38.953.587**
Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias	20.050.554	872.210	2.110.459	2.674.001	5.003.110	1.777.660	(1.529.410)	30.958.584	(5.017.168)	25.941.416
Resultado de participações em coligadas e controladas em conjunto	149.050	9.106	--	46.993	(84.696)	--	--	120.453	3.841.808	3.962.261
Resultado operacional com seguros, previdência e capitalização	--	--	--	4.363.427	--	--	200.908	4.564.335	(4.564.335)	--
Demais receitas	8.585.236	388.630	19.636	548.408	633.539	815.856	(818.491)	10.172.814	(1.122.904)	9.049.910
Outras despesas	**(53.532.921)**	**(382.629)**	**(342.000)**	**(2.785.002)**	**(3.562.063)**	**(1.528.322)**	**1.796.433**	**(60.336.504)**	**7.898.756**	**(52.437.748)**
Despesas de pessoal	(20.550.376)	(58.391)	(90.159)	(543.934)	(218.371)	(374.751)	8.691	(21.827.291)	1.250.328	(20.576.963)
Outras despesas administrativas	(12.518.408)	(76.390)	(64.183)	(753.060)	(524.881)	(378.458)	1.492.647	(12.822.733)	1.443.807	(11.378.926)
Amortização	(3.183.481)	(123.518)	--	(123.490)	(90.059)	(3.406)	--	(3.523.954)	221.015	(3.302.939)
Depreciação	(1.153.170)	--	--	(16.930)	(66.928)	(14.863)	--	(1.251.891)	98.232	(1.153.659)
Despesas tributárias	(4.801.891)	(80.387)	(144.948)	(750.939)	(545.574)	(261.970)	--	(6.585.709)	1.103.206	(5.482.503)
Demais despesas	(11.325.595)	(43.943)	(42.710)	(596.649)	(2.116.250)	(494.874)	295.095	(14.324.926)	3.782.168	(10.542.758)
Resultado antes dos tributos e participações	**7.922.363**	**753.145**	**1.863.570**	**6.329.533**	**2.575.528**	**1.118.654**	**--**	**20.562.793**	**(2.428.961)**	**18.133.832**
Imposto de renda e contribuição social	(1.785.920)	(263.138)	(829.339)	(2.302.994)	(890.081)	(270.823)	--	(6.342.295)	2.291.432	(4.050.863)
Participação de empregados e administradores no lucro	(1.501.342)	--	(1.635)	(38.809)	(13.230)	(4.672)	--	(1.559.688)	137.529	(1.422.159)
Participação dos não controladores	(282.724)	--	--	(1.367.305)	--	(5)	--	(1.650.034)	--	(1.650.034)
Lucro líquido	**4.352.377**	**490.007**	**1.032.596**	**2.620.425**	**1.672.217**	**843.154**	**--**	**11.010.776**	**--**	**11.010.776**
Saldos Patrimoniais										
Aplicações interfinanceiras de liquidez	383.310.932	7.465	1.234.275	3.633.395	1.024.968	554.755	(10.110.923)	379.654.867	(6.631.539)	373.023.328
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	145.328.578	1.042.080	20.725	192.611.573	7.535.915	1.115.520	(1.422.579)	346.231.812	(207.309.241)	138.922.571
Operações de crédito e arrendamento mercantil, líquido de provisões	565.312.154	--	--	--	--	2.726.120	(2.806.036)	565.232.238	(20.564.417)	544.667.821
Investimentos	14.668.823	5.940.365	33.794	437.503	695.545	27	(18.033.120)	3.742.937	13.746.797	17.489.734
Demais Ativos	296.561.490	1.025.057	360.004	12.442.451	23.793.922	2.229.211	(8.238.933)	328.173.202	(33.075.485)	295.097.717
TOTAL DO ATIVO	**1.405.181.977**	**8.014.967**	**1.648.798**	**209.124.922**	**33.050.350**	**6.625.633**	**(40.611.591)**	**1.623.035.056**	**(253.833.885)**	**1.369.201.171**
Passivo	1.308.451.657	4.940.858	1.510.076	201.527.919	24.631.666	3.841.641	(20.592.163)	1.524.311.654	(253.833.885)	1.270.477.769
Depósitos	454.356.596	3.684.954	--	--	--	--	(3.748.512)	454.293.038	(4.063.676)	450.229.362
Captações no mercado aberto	397.138.462	--	--	--	--	--	(9.078.507)	388.059.955	(11.817.260)	376.242.695
Recursos de aceites e emissão de títulos	143.040.857	--	--	--	--	2.765.908	--	145.806.765	(12.040.968)	133.765.797
Obrigações por repasses	82.352.168	--	--	--	--	--	--	82.352.168	(1.466.952)	80.885.216
Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	--	--	--	192.778.796	--	--	(5.250)	192.773.546	(192.773.546)	--
Demais Passivos	231.563.574	1.255.904	1.510.076	8.749.123	24.631.666	1.075.733	(7.759.894)	261.026.182	(31.671.483)	229.354.699
Patrimônio Líquido	96.730.320	3.074.109	138.722	7.597.003	8.418.684	2.783.992	(20.019.428)	98.723.402	--	98.723.402
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**1.405.181.977**	**8.014.967**	**1.648.798**	**209.124.922**	**33.050.350**	**6.625.633**	**(40.611.591)**	**1.623.035.056**	**(253.833.885)**	**1.369.201.171**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

BANCO DO BRASIL

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Exercício 2017

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Exercício/2016									
	Informações Gerenciais por Segmento							Reconciliação do Gerencial para o Contábil		
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguros, previdência e capitalização	Meios de Pagamento	Outros Segmentos	Eliminações Intersegmentos	Consolidado Gerencial	Ajustes de consolidação	BB Consolidado
Receitas de intermediação financeira	**174.237.290**	**(10.226)**	**95.409**	**6.059.214**	**355.653**	**99.266**	**(662.874)**	**180.173.732**	**(12.868.654)**	**167.305.078**
Operações de crédito e arrendamento mercantil	108.005.559	--	--	--	--	--	(152.743)	107.852.816	(6.048.224)	101.804.592
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	59.709.239	150.852	95.409	148.496	355.653	99.036	(595.465)	59.963.220	(2.045.697)	57.917.523
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	(2.089.518)	(161.078)	--	--	--	--	--	(2.250.596)	70.984	(2.179.612)
Resultado de operações de câmbio e aplicações compulsórias	7.458.828	--	--	--	--	230	4	7.459.062	54.645	7.513.707
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	1.153.182	--	--	--	--	--	--	1.153.182	1.095.686	2.248.868
Resultado financeiro de operações de seguros, previdência e capitalização	--	--	--	5.910.718	--	--	85.330	5.996.048	(5.996.048)	--
Despesas da intermediação financeira	**(141.344.226)**	**(457.991)**	**4**	**(4.117.154)**	**(3.387)**	**(120.229)**	**904.873**	**(145.138.110)**	**9.760.224**	**(135.377.886)**
Operações de captação no mercado	(117.817.486)	(446.286)	--	--	--	(120.857)	807.881	(117.576.748)	4.034.091	(113.542.657)
Operações de empréstimos, cessões, repasses e arrendamento mercantil	6.566.551	--	--	--	--	--	96.992	6.663.543	226.545	6.890.088
Provisão/Reversão para créditos de liquidação duvidosa	(30.017.729)	(11.705)	4	--	(3.387)	628	--	(30.032.189)	1.382.434	(28.649.755)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(75.562)	--	--	--	--	--	--	(75.562)	--	(75.562)
Atualização e juros de provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	--	--	--	(4.117.154)	--	--	--	(4.117.154)	4.117.154	--
Outras receitas	**28.774.334**	**1.240.966**	**1.669.751**	**7.574.789**	**6.629.594**	**2.566.120**	**(2.238.317)**	**46.217.237**	**(8.486.196)**	**37.731.041**
Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias	18.763.529	799.140	1.654.901	2.397.700	5.471.798	1.580.581	(1.628.475)	29.039.174	(5.245.058)	23.794.116
Resultado de participações em coligadas e controladas em conjunto	21.557	(19.096)	--	(37.405)	(62.450)	147	--	(97.247)	4.392.795	4.295.548
Resultado operacional com seguros, previdência e capitalização	--	--	--	4.699.278	--	--	272.281	4.971.559	(4.971.559)	--
Demais receitas	9.989.248	460.922	14.850	515.216	1.220.246	985.392	(882.123)	12.303.751	(2.662.374)	9.641.377
Outras despesas	**(56.898.700)**	**(566.726)**	**(307.406)**	**(2.696.267)**	**(4.219.431)**	**(1.630.665)**	**1.996.318**	**(64.322.877)**	**9.036.334**	**(55.286.543)**
Despesas de pessoal	(22.997.451)	(77.785)	(88.614)	(544.338)	(322.271)	(359.691)	8.626	(24.381.524)	1.495.527	(22.885.997)
Outras despesas administrativas	(12.455.368)	(69.286)	(54.616)	(736.294)	(697.030)	(328.626)	1.554.870	(12.786.350)	1.583.491	(11.202.859)
Amortização	(3.219.245)	(109.330)	--	(104.444)	(152.525)	(2.892)	--	(3.588.436)	264.959	(3.323.477)
Depreciação	(1.141.052)	(3.166)	--	(18.301)	(120.899)	(10.645)	--	(1.294.063)	158.328	(1.135.735)
Despesas tributárias	(5.039.558)	(63.322)	(115.437)	(682.251)	(609.282)	(242.210)	3.999	(6.748.061)	1.106.537	(5.641.524)
Demais despesas	(12.046.026)	(243.837)	(48.739)	(610.639)	(2.317.424)	(686.601)	428.823	(15.524.443)	4.427.492	(11.096.951)
Resultado antes dos tributos e participações	**4.768.698**	**206.023**	**1.457.758**	**6.830.582**	**2.762.429**	**914.492**	**--**	**16.929.982**	**(2.558.292)**	**14.371.690**
Imposto de renda e contribuição social	(1.700.168)	(39.529)	(648.631)	(2.571.345)	(946.945)	(185.372)	--	(6.091.990)	2.444.523	(3.647.467)
Participação de empregados e administradores no lucro	(1.085.281)	--	(1.251)	(37.896)	(1.759)	(3.210)	--	(1.129.397)	113.769	(1.015.628)
Participação dos não controladores	(287.007)	--	--	(1.388.029)	--	(3)	--	(1.675.039)	--	(1.675.039)
Lucro líquido	**1.696.242**	**166.494**	**807.876**	**2.823.312**	**1.813.725**	**725.907**	**--**	**8.033.556**	**--**	**8.033.556**
Saldos Patrimoniais										
Aplicações interfinanceiras de liquidez	414.749.848	68.426	1.025.870	2.241.485	1.331.905	439.227	(8.137.223)	411.719.538	(6.007.866)	405.711.672
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	131.912.857	1.292.183	6.677	166.590.019	6.456.153	841.793	(2.087.913)	305.011.769	(183.743.087)	121.268.682
Operações de crédito e arrendamento mercantil, líquido de provisões	586.036.313	--	--	--	13	2.684.260	(2.758.327)	585.962.259	(20.476.096)	565.486.163
Investimentos	13.890.304	5.172.646	26.968	172.178	613.313	347.511	(16.981.053)	3.241.867	13.613.139	16.855.006
Demais Ativos	290.171.298	1.172.432	203.366	14.034.053	6.084.108	2.839.869	(4.009.336)	310.495.790	(18.440.339)	292.055.451
TOTAL DO ATIVO	**1.436.760.620**	**7.705.687**	**1.262.881**	**183.037.735**	**14.485.492**	**7.152.660**	**(33.973.852)**	**1.616.431.223**	**(215.054.249)**	**1.401.376.974**
Passivo	1.351.470.437	4.686.872	1.131.252	175.813.096	7.057.961	3.683.305	(14.605.452)	1.529.237.471	(215.054.249)	1.314.183.222
Depósitos	447.951.025	3.437.479	--	419	(1)	--	(3.694.126)	447.694.796	(1.714.108)	445.980.688
Captações no mercado aberto	396.136.610	--	--	--	--	--	(6.670.996)	389.465.614	(14.831.582)	374.634.032
Recursos de aceites e emissão de títulos	173.257.205	--	--	--	904.834	2.801.839	--	176.963.878	(11.797.525)	165.166.353
Obrigações por repasses	84.785.421	--	--	--	--	--	--	84.785.421	(1.702.251)	83.083.170
Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	--	--	--	166.831.163	--	--	(5.384)	166.825.779	(166.825.779)	--
Demais Passivos	249.340.176	1.249.393	1.131.252	8.981.514	6.153.128	881.466	(4.234.946)	263.501.983	(18.183.004)	245.318.979
Patrimônio Líquido	85.290.183	3.018.815	131.629	7.224.639	7.427.531	3.469.355	(19.368.400)	87.193.752	--	87.193.752
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**1.436.760.620**	**7.705.687**	**1.262.881**	**183.037.735**	**14.485.492**	**7.152.660**	**(33.973.852)**	**1.616.431.223**	**(215.054.249)**	**1.401.376.974**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

6 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2017	31.12.2016
Disponibilidades	**13.480.903**	**12.805.771**
Disponibilidades em moeda nacional	8.744.588	7.824.081
Disponibilidades em moeda estrangeira	4.726.524	4.974.123
Aplicações em ouro	9.791	7.567
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (1)	**33.703.045**	**90.317.899**
Aplicações no mercado aberto - revendas a liquidar - posição bancada	11.581.805	58.269.836
Aplicações em depósitos interfinanceiros	22.121.240	32.037.173
Aplicações em moeda estrangeira	--	10.890
Total	**47.183.948**	**103.123.670**

(1) Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

7 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição

	31.12.2017	31.12.2016
Aplicações no Mercado Aberto	**348.186.760**	**371.682.685**
Revendas a Liquidar - Posição Bancada	**11.647.612**	**58.281.504**
Letras Financeiras do Tesouro	10.813.722	58.180.683
Letras do Tesouro Nacional	612.933	--
Outros títulos	220.957	100.821
Revendas a Liquidar - Posição Financiada	**336.539.148**	**313.401.181**
Letras Financeiras do Tesouro	333.060.713	219.292.289
Letras do Tesouro Nacional	3.016.349	45.437.404
Notas do Tesouro Nacional	--	48.526.197
Outros títulos	462.086	145.291
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	**24.836.568**	**34.028.987**
Total	**373.023.328**	**405.711.672**
Ativo circulante	370.906.503	404.769.645
Ativo não circulante	2.116.825	942.027

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	2º Semestre/2017	Exercício/2017	Exercício/2016
Rendas de Aplicações no Mercado Aberto	**16.415.050**	**38.670.104**	**46.208.022**
Posição bancada	536.605	2.027.162	3.498.633
Posição financiada	15.878.445	36.642.942	42.709.389
Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	**237.783**	**435.416**	**473.181**
Total	**16.652.833**	**39.105.520**	**46.681.203**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

8 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Títulos e Valores Mobiliários - TVM

a.1) Composição da carteira consolidada por categoria, tipo de papel e prazo de vencimento

Vencimento em Dias	31.12.2017								31.12.2016		
	Valor de Mercado					Total			Total		
	Sem vencimento	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
1 - Títulos para Negociação	**1.416.512**	**994.524**	**1.754.962**	**425.567**	**3.160.968**	**7.440.564**	**7.752.533**	**311.969**	**5.520.274**	**6.074.220**	**553.946**
Títulos Públicos	**--**	**994.524**	**1.746.709**	**404.836**	**2.819.309**	**5.775.735**	**5.965.378**	**189.643**	**4.417.848**	**4.918.333**	**500.485**
Letras Financeiras do Tesouro	--	--	92.439	--	272.800	363.121	365.239	2.118	362.858	364.506	1.648
Letras do Tesouro Nacional	--	6.985	99.183	66.684	1.751.259	1.907.577	1.924.111	16.534	898.123	905.413	7.290
Notas do Tesouro Nacional	--	--	--	--	530.116	526.709	530.116	3.407	545.506	548.810	3.304
Títulos da Dívida Externa Brasileira	--	1.132	--	--	6.727	7.925	7.859	(66)	57.873	55.805	(2.068)
Títulos de Governos Estrangeiros	--	986.407	1.464.390	307.142	233.297	2.822.864	2.991.236	168.372	2.445.109	2.926.174	481.065
Outros	--	--	90.697	31.010	25.110	147.539	146.817	(722)	108.379	117.625	9.246
Títulos Privados	**1.416.512**	**--**	**8.253**	**20.731**	**341.659**	**1.664.829**	**1.787.155**	**122.326**	**1.102.426**	**1.155.887**	**53.461**
Debêntures	--	--	--	--	236.718	237.653	236.718	(935)	37.100	36.999	(101)
Cotas de Fundos de Investimento	1.412.547	--	--	20.731	--	1.298.144	1.433.278	135.134	1.006.172	1.075.290	69.118
Ações	2.195	--	--	--	--	302	2.195	1.893	16	28	12
Certificados de Depósito Bancário	--	--	3	--	--	3	3	--	2	2	--
Eurobonds	--	--	--	--	--	--	--	--	44.308	33.785	(10.523)
Outros	1.770	--	8.250	--	104.941	128.727	114.961	(13.766)	14.828	9.783	(5.045)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Vencimento em Dias	31.12.2017								31.12.2016		
	Valor de Mercado					Total			Total		
	Sem vencimento	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
2 - Títulos Disponíveis para Venda	**1.124.912**	**682.655**	**5.852.999**	**1.002.975**	**114.841.579**	**124.510.451**	**123.505.120**	**(1.005.331)**	**109.958.998**	**107.986.288**	**(1.972.710)**
Títulos Públicos	**1.350**	**2.940**	**3.328.565**	**191.153**	**90.555.570**	**92.983.928**	**94.079.578**	**1.095.650**	**72.588.429**	**72.890.192**	**301.763**
Letras Financeiras do Tesouro	--	--	2.563.636	--	54.755.674	57.296.657	57.319.310	22.653	49.913.679	49.847.895	(65.784)
Letras do Tesouro Nacional	--	--	--	--	8.841.981	8.505.544	8.841.981	336.437	8.201.990	8.505.440	303.450
Notas do Tesouro Nacional	--	--	--	178.756	18.734.051	18.275.802	18.912.807	637.005	7.591.708	7.837.479	245.771
Títulos da Dívida Agrária	--	--	489	547	2.065	3.048	3.101	53	4.031	4.003	(28)
Títulos da Dívida Externa Brasileira	--	--	--	--	3.489.860	3.330.330	3.489.860	159.530	2.747.485	2.679.586	(67.899)
Títulos de Governos Estrangeiros	--	2.940	762.753	--	3.865.663	4.703.799	4.631.356	(72.443)	3.229.155	3.141.857	(87.298)
Outros	1.350	--	1.687	11.850	866.276	868.748	881.163	12.415	900.381	873.932	(26.449)
Títulos Privados	**1.123.562**	**679.715**	**2.524.434**	**811.822**	**24.286.009**	**31.526.523**	**29.425.542**	**(2.100.981)**	**37.370.569**	**35.096.096**	**(2.274.473)**
Debêntures	--	231.151	713.280	230.160	21.601.556	24.240.294	22.776.147	(1.464.147)	30.902.601	29.512.403	(1.390.198)
Notas Promissórias	--	51.456	1.299.091	--	--	1.357.899	1.350.547	(7.352)	189.478	190.093	615
Cédulas de crédito bancário	--	--	--	--	27.576	28.875	27.576	(1.299)	47.794	44.990	(2.804)
Cotas de Fundos de Investimento	22.602	--	255.093	250.117	226.173	676.384	753.985	77.601	840.127	967.785	127.658
Ações	37.095	--	--	--	--	20.222	37.095	16.873	103.273	198.167	94.894
Cédulas de Produto Rural - Commodities	--	29.861	157.456	331.545	105.898	623.051	624.760	1.709	685.081	686.952	1.871
Certificados de Depósito Bancário	--	330.626	--	--	--	330.966	330.626	(340)	309.653	309.520	(133)
Certificados de Recebíveis Imobiliários	--	--	2.656	--	197.171	342.177	199.827	(142.350)	413.561	345.056	(68.505)
Outros	1.063.865	36.621	96.858	--	2.127.635	3.906.655	3.324.979	(581.676)	3.879.001	2.841.130	(1.037.871)
3 - Mantidos até o Vencimento	**474.365**	**3.510**	**--**	**--**	**5.122.856**	**7.009.999**	**5.600.731**	**(1.409.268)**	**5.595.611**	**4.944.850**	**(650.761)**
Títulos Públicos	**--**	**3.510**	**--**	**--**	**281.507**	**285.017**	**285.017**	**--**	**--**	**--**	**--**
Títulos de Governos Estrangeiros	--	3.510	--	--	281.507	285.017	285.017	--	--	--	--
Títulos Privados	**474.365**	**--**	**--**	**--**	**4.841.349**	**6.724.982**	**5.315.714**	**(1.409.268)**	**5.595.611**	**4.944.850**	**(650.761)**
Debêntures	--	--	--	--	4.663.867	5.851.036	4.663.867	(1.187.169)	4.760.259	4.360.652	(399.607)
Certificados de Recebíveis Imobiliários	--	--	--	--	177.482	399.581	177.482	(222.099)	398.687	147.533	(251.154)
Letras Financeiras	474.365	--	--	--	--	474.365	474.365	--	430.008	430.008	--
Outros	--	--	--	--	--	--	--	--	6.657	6.657	--
Total	**3.015.789**	**1.680.689**	**7.607.961**	**1.428.542**	**123.125.403**	**138.961.014**	**136.858.384**	**(2.102.630)**	**121.074.883**	**119.005.358**	**(2.069.525)**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

a.2) Composição da carteira consolidada por rubricas de publicação e prazo de vencimento

Vencimento em Dias	31.12.2017								31.12.2016		
	Valor de Mercado					Total			Total		
	Sem vencimento	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
Por Carteira	**3.015.789**	**1.680.689**	**7.607.961**	**1.428.542**	**123.125.403**	**138.961.014**	**136.858.384**	**(2.102.630)**	**121.074.883**	**119.005.358**	**(2.069.525)**
Carteira própria	3.015.789	1.315.906	5.178.014	1.097.078	93.467.656	105.663.130	104.074.443	(1.588.687)	80.504.897	78.440.696	(2.064.201)
Vinculados a compromissos de recompra	--	34.157	2.126.529	331.438	28.680.489	31.682.509	31.172.613	(509.896)	37.412.855	37.410.153	(2.702)
Vinculados à prestação de garantias	--	330.626	303.418	26	977.258	1.615.375	1.611.328	(4.047)	3.157.131	3.154.509	(2.622)

a.3) Composição da carteira consolidada por categoria e prazo de vencimento em anos

Vencimento em Anos	31.12.2017							31.12.2016	
	Valor de Mercado					Total		Total	
	Sem vencimento	A vencer em até um ano	A vencer entre 1 e 5 anos	A vencer entre 5 e 10 anos	A vencer após 10 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado
Por Categoria	**3.015.789**	**10.717.192**	**83.013.632**	**34.873.381**	**5.238.390**	**138.961.014**	**136.858.384**	**121.074.883**	**119.005.358**
1 - Títulos para Negociação	1.416.512	3.175.053	2.238.006	864.844	58.118	7.440.564	7.752.533	5.520.274	6.074.220
2 - Títulos Disponíveis para Venda	1.124.912	7.538.629	78.340.203	32.535.782	3.965.594	124.510.451	123.505.120	109.958.998	107.986.288
3 - Mantidos até o Vencimento	474.365	3.510	2.435.423	1.472.755	1.214.678	7.009.999	5.600.731	5.595.611	4.944.850

a.4) Resumo da carteira consolidada por rubricas de publicação

	31.12.2017			31.12.2016		
	Valor Contábil			Valor Contábil		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Por Carteira	**16.893.950**	**121.373.702**	**138.267.652**	**15.745.981**	**103.910.138**	**119.656.119**
Carteira própria	13.669.831	91.713.584	105.383.415	13.937.394	65.273.440	79.210.834
Vinculados a compromissos de recompra	2.590.049	28.682.860	31.272.909	1.499.048	35.791.728	37.290.776
Vinculados à prestação de garantias	634.070	977.258	1.611.328	309.539	2.844.970	3.154.509

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

a.5) Resumo da carteira consolidada por categoria

	31.12.2017		31.12.2016	
Por Categoria				
1 - Títulos para Negociação	7.752.533	6%	6.074.220	5%
2 - Títulos Disponíveis para Venda	123.505.120	89%	107.986.288	90%
3 - Mantidos até o Vencimento	7.009.999	5%	5.595.611	5%
Valor Contábil da Carteira	**138.267.652**	**100%**	**119.656.119**	**100%**
Marcação a mercado da categoria 3	(1.409.268)	--	(650.761)	--
Valor de Mercado da Carteira	**136.858.384**	**--**	**119.005.358**	**--**

b) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	2º Semestre/2017	Exercício/2017	Exercício/2016
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 7.b)	16.652.833	39.105.520	46.681.203
Títulos de renda fixa	5.981.002	12.863.101	15.646.995
Títulos de renda variável	(29.169)	175.425	(4.410.675)
Total	**22.604.666**	**52.144.046**	**57.917.523**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

c) Reclassificação de Títulos e Valores Mobiliários

Não houve reclassificação de títulos e valores mobiliários no exercício findo em 31.12.2017.

No exercício/2016, houve a seguinte reclassificação:

Embora o Conglomerado tenha a intenção e a capacidade financeira de levar as debêntures de emissão da Cielo até o vencimento (dezembro/2023), em 27.04.2016, o Conselho de Administração da Cielo aprovou a aquisição de parte das debêntures, no valor de até R$ 2.000.000 mil, tendo como efeito prático a antecipação do vencimento das debêntures. Em decorrência desse fato, em 30.06.2016, o Conglomerado reclassificou a totalidade desses títulos da categoria "Mantidos até o Vencimento" para a categoria "Disponíveis para Venda", gerando impacto negativo de marcação a mercado no Patrimônio Líquido do Conglomerado no montante de R$ 39.326 mil, líquido dos efeitos tributários.

	Movimentação
Valor de mercado	3.446.831
Valor contábil antes da reclassificação	3.506.416
Marcação a mercado	**(59.585)**
Efeitos tributários	20.259
Impacto no patrimônio líquido	**(39.326)**

d) Instrumentos Financeiros Derivativos – IFD

O Banco do Brasil utiliza Instrumentos Financeiros Derivativos para gerenciar, de forma consolidada, suas posições e atender às necessidades dos seus clientes, classificando as posições próprias em destinadas a *hedge* (de risco de mercado e de risco de fluxo de caixa) e negociação, ambas com limites e alçadas no Banco. A estratégia de *hedge* das posições patrimoniais está em consonância com as análises macroeconômicas e é aprovada pelo Conselho Diretor.

O Banco do Brasil utiliza instrumentos financeiros derivativos compatíveis com os objetivos definidos, observando a melhor relação risco e retorno e considerando o cenário econômico. São consideradas, na gestão dos riscos dos instrumentos financeiros derivativos, as diversas categorias de riscos e adotada a visão consolidada dos diferentes fatores de riscos.

O Banco avalia a liquidez dos instrumentos financeiros derivativos e identifica, previamente, meios de reversão das posições. Utilizam-se sistemas e processos que permitem o registro, o acompanhamento e o controle das operações com instrumentos financeiros derivativos.

No mercado de opções, as posições ativas ou compradas têm o Banco como titular, enquanto as posições passivas ou vendidas têm o Banco como lançador.

Os principais riscos inerentes aos instrumentos financeiros derivativos, decorrentes dos negócios do Banco e de suas controladas são os de crédito, mercado, liquidez e operacional, sendo o processo de gestão apresentado na Nota 28.

Os modelos utilizados no gerenciamento dos riscos com derivativos são revistos periodicamente e as tomadas de decisões observam a melhor relação risco/retorno, estimando possíveis perdas com base na análise de cenários macroeconômicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O Banco conta com ferramentas e sistemas adequados ao gerenciamento dos instrumentos financeiros derivativos. A negociação de novos derivativos, padronizados ou não, é condicionada à prévia análise de risco.

As estratégias de posicionamento respeitam os limites de alçada e exposição a risco estabelecidos. Os posicionamentos são reavaliados diariamente e no início de cada dia é realizada uma avaliação das estratégias e desempenhos.

As estratégias são elaboradas com base em:

- análise de cenários econômicos;
- análise técnica (gráfica) e análise fundamentalista;
- simulação de resultados esperados;
- simulação de valor em risco (VaR, EVE, Estresse).

O Banco realiza operações com instrumentos financeiros derivativos para hedge de posições próprias, para atendimento às necessidades dos clientes e para tomada de posições intencionais, segundo limites, alçadas e procedimentos previamente estabelecidos.

Os objetivos a serem alcançados com as operações de hedge são definidos de forma consolidada, garantida a efetividade de cada operação e observadas as regulamentações de cada jurisdição. Utilizam-se mecanismos de avaliação e acompanhamento da efetividade das operações de hedge com vistas a compensar efeitos da variação no valor de mercado ou no fluxo de caixa do item objeto de hedge.

O Banco documenta a identificação do item objeto de hedge das operações realizadas com a finalidade de compensar seus riscos desde a sua concepção.

A avaliação do risco das controladas é feita individualmente e o gerenciamento de forma consolidada.

O Banco utiliza metodologias estatísticas e simulação para mensurar os riscos de suas posições, inclusive em derivativos, utilizando modelos de valor em risco (VaR), de sensibilidade e análise de estresse.

O VaR é utilizado para estimar a perda potencial sob condições rotineiras no mercado, dimensionada diariamente em valores monetários, considerando determinado um intervalo de confiança de 99,21%, horizonte temporal de 10 dias e série histórica de 252 dias úteis.

Para cálculo do VaR, o Banco utiliza a metodologia de Simulação Histórica, que assume a hipótese de que o comportamento retrospectivo dos retornos observados (histórico) dos fatores de risco constitui-se em informação relevante para a mensuração dos riscos de mercado.

Dessa forma, o valor em risco calculado para a carteira de derivativos do Banco Múltiplo, em 31.12.2017, foi de R$ 99.015 mil (R$ 105.336 mil em 31.12.2016).

A exposição de crédito em *swap* totalizou R$ 147.204 mil em 31.12.2017 (R$ 221.735 mil em 31.12.2016).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

d.1) Composição da carteira de derivativos por indexador

Por Indexador	31.12.2017			31.12.2016		
	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado
Contratos de Futuros						
Compromissos de Compra	**5.629.177**	**--**	**--**	**12.675.733**	**--**	**--**
DI	3.924.393	--	--	3.767.529	--	--
Moedas	1.695.165	--	--	8.899.499	--	--
Commodities	9.619	--	--	8.705	--	--
Compromissos de Venda	**12.138.777**	**--**	**--**	**2.109.516**	**--**	**--**
DI	1.458.456	--	--	1.103.821	--	--
Moedas	1.321.124	--	--	872.351	--	--
Índice Bovespa	11.526	--	--	--	--	--
Libor	9.316.471	--	--	111.061	--	--
Commodities	31.200	--	--	22.283	--	--
Operações a Termo						
Posição Ativa	**6.180.063**	**102.820**	**127.878**	**4.472.363**	**300.860**	**253.699**
Termo de título	1.057	1.057	1.057	--	--	--
Termo de moeda	6.136.946	100.300	120.745	4.436.664	297.777	242.787
Termo de mercadoria	42.060	1.463	6.076	35.699	3.083	10.912
Posição Passiva	**5.333.287**	**(303.480)**	**(232.568)**	**10.058.932**	**(968.637)**	**(582.138)**
Termo de título	1.057	(1.057)	(1.057)	--	--	--
Termo de moeda	5.266.052	(301.350)	(228.765)	10.053.226	(967.623)	(581.870)
Termo de mercadoria	66.178	(1.073)	(2.746)	5.706	(1.014)	(268)
Contrato de Opções						
De Compra - Posição Comprada	**693**	**8**	**1**	**244**	**15**	**--**
Commodities	693	8	1	244	15	--
De Venda - Posição Comprada	**124.971**	**139.000**	**123.556**	**194.039**	**285.472**	**193.414**
Moeda estrangeira	1.488	58	73	573	25	67
Ações	123.483	138.942	123.483	193.333	285.437	193.333
Commodities	--	--	--	133	10	14
De Compra - Posição Vendida	**183.884**	**(17.781)**	**(17.337)**	**228.388**	**(19.787)**	**(30.500)**
Moeda estrangeira	15.954	(1.125)	(758)	67.646	(2.518)	(134)
Índice DI	2.059	(9)	--	160.486	(17.244)	(30.366)
Índice IPCA	165.773	(16.642)	(16.571)	--	--	--
Commodities	98	(5)	(8)	256	(25)	--
De Venda - Posição Vendida	**206.900**	**(1.329)**	**(2.274)**	**16.979**	**(306)**	**(156)**
Moeda estrangeira	--	--	--	7.285	(161)	(42)
Índice DI	205.249	(1.285)	(2.273)	--	--	--
Commodities	1.651	(44)	(1)	9.694	(145)	(114)
Contratos de Swaps						
Posição Ativa	**7.261.065**	**394.835**	**386.920**	**8.501.031**	**1.131.352**	**1.128.122**
DI	1.754.863	135.148	142.779	4.328.151	841.661	837.366
Moeda estrangeira	5.492.727	259.379	243.505	3.933.371	283.274	282.439
Pré-fixado	13.475	308	636	239.509	6.417	8.317
Posição Passiva	**6.610.242**	**(407.999)**	**(467.475)**	**10.748.833**	**(1.078.089)**	**(1.190.214)**
DI	1.065.574	(96.384)	(93.260)	2.565.720	(157.851)	(152.659)
Moeda estrangeira	4.940.410	(304.045)	(353.208)	7.831.015	(915.496)	(1.026.088)
Pré-fixado	405.367	(6.365)	(11.603)	352.098	(4.742)	(11.467)
IPCA	198.891	(1.205)	(9.404)	--	--	--
Outros Derivativos [1]						
Posição Ativa						
Moeda estrangeira	669.542	19.453	16.564	3.258.027	42.868	37.328
Posição Passiva						
Moeda estrangeira	4.063.593	(45.128)	(70.233)	2.735.958	(83.191)	(67.383)

(1) Referem-se, essencialmente, a operações realizadas no mercado Forex no exterior, registradas como contratos de moeda sem entrega física, apenas com liquidação financeira (Non Deliverable Forward - NDF). O NDF é operado em mercado de balcão e tem como objeto a taxa de câmbio de uma determinada moeda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

d.2) Composição da carteira de derivativos por vencimento (valor referencial)

Vencimento em Dias	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	31.12.2017	31.12.2016
Contratos de Futuros	661.735	5.655.978	3.760.336	7.689.905	17.767.954	14.785.249
Operações a Termo	2.233.119	7.208.737	1.591.286	480.208	11.513.350	14.531.295
Contratos de Opções	18.926	3.531	268.308	225.683	516.448	439.650
Contratos de Swaps	2.822.778	2.852.358	4.871.471	3.324.700	13.871.307	19.249.864
Outros	1.214.662	2.800.530	665.293	52.650	4.733.135	5.993.985

d.3) Composição da carteira de derivativos por local de negociação e contraparte (valor referencial em 31.12.2017)

	Futuros	Termo	Opções	Swap	Outros
Bolsa					
B3	8.451.483	--	125.926	--	--
Exterior	9.316.471	--	--	--	--
Balcão					
Instituições financeiras	--	495.613	--	12.189.787	4.733.135
Clientes	--	11.017.737	390.522	1.681.520	--

d.4) Composição da margem dada em garantia de operações com instrumentos financeiros derivativos

	31.12.2017	31.12.2016
Letras Financeiras do Tesouro	495.372	1.587.775
Total	**495.372**	**1.587.775**

d.5) Composição da carteira de derivativos designados para hedge

	31.12.2017	31.12.2016
Hedge de risco de mercado		
Instrumentos de Hedge		
Ativo	**123.483**	**555.105**
Swap	--	361.772
Opções	123.483	193.333
Itens Objeto de Hedge		
Ativo	**36.993**	**197.585**
Títulos e valores mobiliários	36.993	197.585
Passivo	**--**	**(361.623)**
Outros Passivos	--	(361.623)

Para se proteger de eventuais oscilações nas taxas de juros e de câmbio dos seus instrumentos financeiros o Banco utilizou até julho/2017 um swap (*Cross Currency Interest Rate Swap*) para hedge de uma captação externa, enquanto o BB Banco de Investimento utiliza um contrato de opções para compensar os riscos decorrentes das variações de mercado de ações. As operações de hedge citadas foram avaliadas como efetivas, de acordo com o estabelecido na Circular Bacen n.º 3.082/2002, cuja comprovação da efetividade do hedge corresponde ao intervalo de 80% a 125%.

d.6) Ganhos e perdas no resultado dos instrumentos de hedge e dos objetos de hedge

	2º Semestre/2017	Exercício/2017	Exercício/2016
Perdas dos itens objeto de hedge	(135.005)	(135.005)	(1.090)
Ganhos dos instrumentos de hedge	139.807	139.807	1.252
Efeito líquido	**4.802**	**4.802**	**162**
Ganhos dos itens objeto de hedge	--	59.150	279.165
Perda dos instrumentos de hedge	--	(65.582)	(277.290)
Efeito líquido	**--**	**(6.432)**	**1.875**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

d.7) Instrumentos financeiros derivativos segregados em circulante e não circulante

	31.12.2017		31.12.2016	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Ativo				
Operações a Termo	121.382	6.496	232.887	20.812
Contratos de Opções	123.557	--	193.414	--
Contratos de Swaps	254.668	132.252	753.996	374.126
Outros Derivativos	13.079	3.485	32.921	4.407
Total	**512.686**	**142.233**	**1.213.218**	**399.345**
Passivo				
Operações a Termo	(196.619)	(35.949)	(482.991)	(99.147)
Contratos de Opções	(13.209)	(6.402)	(1.498)	(29.158)
Contratos de Swaps	(299.666)	(167.809)	(540.564)	(649.650)
Outros Derivativos	(67.576)	(2.657)	(64.291)	(3.092)
Total	**(577.070)**	**(212.817)**	**(1.089.344)**	**(781.047)**

e) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

	2º Semestre/2017	Exercício/2017	Exercício/2016
Swap	(62.729)	79.548	1.323.678
Termo	(266.920)	(423.844)	(1.884.810)
Opções	213.860	182.603	(163.322)
Futuro	(209.145)	(295.457)	(1.272.037)
Outros Derivativos	54.934	(8.124)	(183.121)
Total	**(270.000)**	**(465.274)**	**(2.179.612)**

9 - RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

a) Créditos Vinculados

	31.12.2017	31.12.2016
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	**69.081.139**	**63.451.094**
Exigibilidade adicional sobre depósitos	--	13.958.774
Depósitos de poupança	33.698.614	23.919.390
Depósitos à vista	11.744.668	11.443.864
Depósitos a prazo	15.852.584	11.974.996
Recursos de microfinanças	279.730	261.744
Recursos do crédito rural (1)	7.408.359	1.874.492
Outros	97.184	17.834
Sistema Financeiro da Habitação	**2.794.889**	**2.557.791**
Fundo de compensação de variações salariais	3.131.410	2.925.091
Provisão para perdas em créditos vinculados	(353.238)	(380.953)
Demais	16.717	13.653
Tesouro Nacional - Crédito Rural	**16.439**	**56.868**
Crédito rural - Proagro	16.439	247.558
Provisão para perdas em créditos vinculados	--	(190.690)
Total	**71.892.467**	**66.065.753**
Ativo circulante	71.892.280	66.063.844
Ativo não circulante	187	1.909

(1) Referem-se aos recursos recolhidos ao Bacen em virtude de não terem sido aplicados no crédito rural, conforme Resolução CMN n.º 3.745/2009. Os recursos foram objeto de suprimento especial pelo Bacen e mantidos no Banco, sendo registrados em Obrigações por Repasses (Nota 19.b).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

b) Resultado das Aplicações Compulsórias

	2º Semestre/2017	Exercício/2017	Exercício/2016
Créditos Vinculados ao Banco Central do Brasil	**1.618.933**	**3.845.891**	**5.541.673**
Exigibilidade adicional sobre depósitos	15.841	687.793	1.893.332
Depósitos de poupança	941.905	1.763.350	1.943.681
Exigibilidade sobre recursos a prazo	657.418	1.390.979	1.704.660
Recursos do crédito rural	3.769	3.769	--
Créditos Vinculados ao Sistema Financeiro da Habitação	**100.686**	**194.066**	**262.385**
Créditos Vinculados ao Tesouro Nacional - Crédito Rural	**20.411**	**44.294**	**46.763**
Reversão/(Provisão) para Desvalorização de Créditos Vinculados	**238.009**	**218.294**	**(242.376)**
Total	**1.978.039**	**4.302.545**	**5.608.445**

10 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Carteira por Modalidade

	31.12.2017	31.12.2016
Operações de Crédito	**579.733.796**	**599.761.791**
Empréstimos e direitos creditórios descontados	200.639.248	214.073.031
Financiamentos	160.682.820	177.662.144
Financiamentos rurais	163.199.705	153.176.643
Financiamentos imobiliários	54.715.861	54.237.642
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	106	244
Operações de crédito vinculadas a cessão (1)	496.056	612.087
Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito	**52.311.068**	**53.225.445**
Operações com cartão de crédito	25.296.513	23.510.421
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (2)	15.564.207	13.714.072
Outros créditos vinculados a operações adquiridas (3)	10.180.439	14.983.588
Avais e fianças honrados	601.739	494.543
Diversos	668.170	522.821
Operações de Arrendamento Mercantil	**398.557**	**604.196**
Total da Carteira de Crédito	**632.443.421**	**653.591.432**
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	**(36.686.440)**	**(36.070.120)**
(Provisão para operações de crédito)	(35.444.029)	(34.838.451)
(Provisão para outros créditos) (4)	(1.221.908)	(1.190.296)
(Provisão para arrendamento mercantil)	(20.503)	(41.373)
Total da Carteira de Crédito Líquido de Provisões	**595.756.981**	**617.521.312**

(1) Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.
(2) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão registrados como redutores de outras obrigações.
(3) Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.
(4) Inclui o valor de R$ 12.380 mil em 31.12.2017 (R$ 10.153 mil em 31.12.2016) referente à provisão para perdas em repasses interfinanceiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

b) Receitas de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil

	2º Semestre/2017	Exercício/2017	Exercício/2016
Receitas de Operações de Crédito	**40.997.684**	**83.669.131**	**101.471.173**
Empréstimos e direitos creditórios descontados	20.835.138	42.000.249	61.688.329
Financiamentos rurais	5.386.373	10.331.855	9.334.757
Financiamentos	4.841.496	11.057.115	8.078.623
Financiamentos imobiliários	3.369.413	6.734.355	5.737.739
Recuperação de créditos baixados como prejuízo (1)	2.821.256	5.171.527	4.571.415
Equalização de taxas – Safra agrícola – Lei n.º 8.427/1992	2.169.554	4.970.101	6.227.903
Financiamentos à exportação	1.403.853	3.107.870	4.468.558
Financiamentos de moedas estrangeiras	96.153	117.098	1.160.868
Avais e fianças honrados	28.833	90.949	112.316
Demais	45.615	88.012	90.665
Receitas de Arrendamento Mercantil (Nota 10.i)	**118.104**	**255.815**	**333.419**
Total	**41.115.788**	**83.924.946**	**101.804.592**

(1) Foram recuperadas, por meio de cessões de crédito sem coobrigação a entidades não integrantes do Sistema Financeiro Nacional, conforme Resolução CMN n.º 2.836/2001, operações baixadas em prejuízo no montante de R$ 43.975 mil no segundo semestre de 2017 (com impacto no resultado de R$ 23.062 mil), R$ 95.328 mil no exercício de 2017 (com impacto no resultado de R$ 49.992 mil) e R$ 163.028 mil no exercício de 2016 (com impacto no resultado de R$ 85.496 mil). O valor contábil dessas operações eram de R$ 64.694 mil, R$ 159.926 mil e R$ 130.970 mil, respectivamente.

c) Carteira de Crédito por Setores de Atividade Econômica

	31.12.2017	%	31.12.2016	%
Setor Público	**75.590.190**	**12,0**	**74.322.898**	**11,4**
Administração pública	40.996.755	6,5	38.405.221	5,9
Petroleiro	24.268.133	3,8	24.103.485	3,7
Energia elétrica	7.995.710	1,3	9.621.700	1,5
Serviços	1.029.696	0,2	1.018.844	0,2
Demais atividades	1.299.896	0,2	1.173.648	0,1
Setor Privado (1)	**556.853.231**	**88,0**	**579.268.534**	**88,6**
Pessoa Física	**331.674.561**	**52,4**	**322.781.095**	**49,4**
Pessoa Jurídica	**225.178.670**	**35,6**	**256.487.439**	**39,2**
Agronegócio de origem vegetal	30.299.442	4,8	28.655.250	4,4
Mineração e metalurgia	24.665.949	3,9	31.000.025	4,7
Transportes	17.476.891	2,8	19.229.779	2,9
Serviços	17.295.587	2,7	16.610.111	2,5
Automotivo	16.825.384	2,7	16.596.819	2,5
Imobiliário	14.144.187	2,2	18.187.443	2,8
Agronegócio de origem animal	13.787.041	2,2	15.365.491	2,4
Energia elétrica	10.288.037	1,6	15.781.797	2,4
Comércio varejista	9.822.143	1,5	12.853.623	2,0
Combustíveis	9.527.219	1,5	12.514.748	1,9
Atividades específicas da construção	7.519.681	1,2	9.178.884	1,4
Insumos agrícolas	7.137.499	1,1	7.499.071	1,1
Têxtil e confecções	6.100.345	1,0	7.699.639	1,2
Comércio atacadista e indústrias diversas	5.675.124	0,9	5.899.556	0,9
Químico	5.529.388	0,9	5.805.797	0,9
Eletroeletrônico	5.525.156	0,9	6.587.528	1,0
Instituições e serviços financeiros	5.386.983	0,9	4.690.779	0,7
Telecomunicações	4.097.668	0,6	3.878.719	0,6
Madeireiro e moveleiro	4.085.707	0,6	5.134.764	0,8
Papel e celulose	3.926.883	0,6	5.674.382	0,9
Construção pesada	3.173.504	0,5	4.158.241	0,6
Demais atividades	2.888.852	0,5	3.484.993	0,6
Total	**632.443.421**	**100,0**	**653.591.432**	**100,0**

(1) Os valores evidenciados no item Pessoa Física incluem operações de crédito com os setores de agronegócio, habitacional e com outros setores de atividade econômica realizadas com pessoas físicas. Para os setores de atividade econômica evidenciados, as operações são exclusivas com pessoas jurídicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

d) Carteira de Crédito por Níveis de Risco e Prazos de Vencimento

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31.12.2017	31.12.2016
Operações em Curso Normal											
Parcelas Vincendas											
01 a 30	11.702.898	6.353.030	13.294.236	7.563.675	365.010	311.525	64.023	125.495	164.659	39.944.551	40.579.377
31 a 60	10.512.354	3.455.458	4.610.412	2.258.312	165.882	296.708	17.721	277.646	123.623	21.718.116	21.437.583
61 a 90	8.438.486	3.093.311	3.611.929	2.445.958	165.824	59.416	15.925	17.768	90.112	17.938.729	17.217.798
91 a 180	29.100.310	8.642.473	10.425.444	4.647.050	441.407	1.040.503	135.304	187.563	669.651	55.289.705	52.889.238
181 a 360	45.271.104	9.703.657	25.315.923	7.733.067	930.451	568.024	210.655	120.502	728.195	90.581.578	89.815.855
Acima de 360	208.664.123	35.773.303	75.272.054	32.999.183	5.884.792	6.539.756	2.042.819	1.962.747	4.898.775	374.037.552	397.073.805
Parcelas Vencidas											
Até 14 dias	537.628	1.383.680	464.634	148.850	24.385	34.852	7.157	7.633	45.961	2.654.780	2.954.178
Demais[1]	405.564	--	--	--	--	--	--	--	--	405.564	400.601
Subtotal	**314.632.467**	**68.404.912**	**132.994.632**	**57.796.095**	**7.977.751**	**8.850.784**	**2.493.604**	**2.699.354**	**6.720.976**	**602.570.575**	**622.368.435**
Operações em Curso Anormal											
Parcelas Vincendas											
01 a 30	--	--	42.469	145.891	67.120	150.358	83.646	98.734	406.692	994.910	1.234.254
31 a 60	--	--	29.506	100.070	52.757	55.421	38.081	39.657	184.107	499.599	683.730
61 a 90	--	--	23.324	75.497	43.387	45.693	41.701	33.590	170.358	433.550	528.503
91 a 180	--	--	70.295	161.748	106.610	146.752	109.157	88.337	484.019	1.166.918	1.603.229
181 a 360	--	--	114.508	334.334	235.999	267.929	198.103	190.204	904.002	2.245.079	2.980.962
Acima de 360	--	--	1.181.661	2.113.041	1.248.271	1.755.697	1.485.277	1.704.056	6.178.391	15.666.394	13.592.170
Parcelas Vencidas											
01 a 14	--	--	4.644	25.946	22.240	27.591	19.344	24.431	80.897	205.093	300.298
15 a 30	--	--	128.078	113.427	52.620	47.849	28.290	23.175	123.808	517.247	1.016.432
31 a 60	--	--	40.899	327.489	78.297	734.325	54.258	104.384	258.320	1.597.972	1.439.130
61 a 90	--	--	604	36.482	252.412	130.559	66.327	56.509	249.787	792.680	1.352.492
91 a 180	--	--	22	21.468	55.839	272.839	330.222	382.534	868.273	1.931.197	2.909.284
181 a 360	--	--	47	9	205	130.500	118.514	270.956	2.260.214	2.780.445	3.158.831
Acima de 360	--	--	517	125	178	28.212	194.326	222.941	595.463	1.041.762	423.682
Subtotal	**--**	**--**	**1.636.574**	**3.455.527**	**2.215.935**	**3.793.725**	**2.767.246**	**3.239.508**	**12.764.331**	**29.872.846**	**31.222.997**
Total	**314.632.467**	**68.404.912**	**134.631.206**	**61.251.622**	**10.193.686**	**12.644.509**	**5.260.850**	**5.938.862**	**19.485.307**	**632.443.421**	**653.591.432**

(1) Operações com risco de terceiros vinculadas a fundos e programas governamentais, principalmente Pronaf, Procera, FAT, BNDES e FCO. Está incluído o valor das parcelas vencidas no total de R$ 13.204 mil, que obedecem a regras definidas em cada programa para o ressarcimento junto aos gestores dos fundos, não implicando risco de crédito para o Banco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

e) Constituição da Provisão para Operações de Crédito por Níveis de Risco

Nível de Risco	% Mínimo de Provisão	31.12.2017				31.12.2016			
		Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão complementar (1)	Total	Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão complementar (1)	Total
AA		314.632.467	--	--	--	302.706.394	--	--	--
A	0,5	68.404.912	342.025	38.593	380.618	104.838.051	524.190	25.164	549.354
B	1	134.631.206	1.346.312	491.807	1.838.119	118.671.959	1.186.720	256.585	1.443.305
C	3	61.251.622	1.837.549	1.057.932	2.895.481	67.284.778	2.018.543	1.039.438	3.057.981
D	10	10.193.686	1.019.369	118.152	1.137.521	14.981.314	1.498.131	213.709	1.711.840
E	30	12.644.509	3.793.353	298.094	4.091.447	16.064.403	4.819.321	146	4.819.467
F	50	5.260.850	2.630.425	69.503	2.699.928	5.822.600	2.911.300	--	2.911.300
G	70	5.938.862	4.157.203	816	4.158.019	5.483.533	3.838.473	--	3.838.473
H	100	19.485.307	19.485.307	--	19.485.307	17.738.400	17.738.400	--	17.738.400
Total		**632.443.421**	**34.611.543**	**2.074.897**	**36.686.440**	**653.591.432**	**34.535.078**	**1.535.042**	**36.070.120**

(1) Refere-se à provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, constituída a partir da escala interna de classificação de risco de crédito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

f) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Compreende as operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito.

	2º Semestre/2017	Exercício/2017	Exercício/2016
Saldo Inicial	**37.881.410**	**36.070.120**	**33.577.000**
Constituição/(reversão)	11.894.228	25.265.431	28.321.460
Provisão mínima requerida	11.670.255	24.725.576	30.014.916
Provisão adicional (1)	--	--	(3.228.498)
Provisão complementar (2)	223.973	539.855	1.535.042
Variação cambial - provisões no exterior	(11.466)	86.568	(75.459)
Baixas para prejuízo	(13.077.732)	(24.735.679)	(25.752.881)
Saldo Final	**36.686.440**	**36.686.440**	**36.070.120**

(1) Refere-se à provisão adicional ao mínimo requerido pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, constituída a partir da experiência da Administração, mediante aplicação de teste de estresse sobre a carteira de crédito, considerando o histórico de inadimplência das operações.

(2) Refere-se à provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, constituída a partir da escala interna de classificação de risco de crédito.

g) Movimentação da Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa

Compreende as provisões para outros créditos sem características de concessão de crédito.

	2º Semestre/2017	Exercício/2017	Exercício/2016
Saldo Inicial	**1.555.497**	**1.566.638**	**1.287.621**
Constituição/(reversão)	423.377	433.737	328.295
Variação cambial - provisões no exterior	(2.146)	(4.259)	1.391
Baixas para prejuízo/outros ajustes	(218.293)	(237.681)	(50.669)
Saldo Final	**1.758.435**	**1.758.435**	**1.566.638**

h) Carteira de Arrendamento Mercantil Financeiro por Prazo de Vencimento

	31.12.2017	31.12.2016
Até 1 ano (1)	183.601	269.250
De 1 a 5 anos	214.687	334.612
Acima de 5 anos	269	334
Total a Valor Presente	**398.557**	**604.196**

(1) Inclui os valores relativos às parcelas vencidas.

i) Resultado das Operações de Arrendamento Mercantil

	2º Semestre/2017	Exercício/2017	Exercício/2016
Receitas de Arrendamento Mercantil	**118.104**	**255.815**	**333.419**
Arrendamento financeiro	118.104	255.815	333.419
Despesas de Arrendamento Mercantil	**(69.586)**	**(147.591)**	**(188.266)**
Arrendamento financeiro	(69.461)	(147.403)	(188.055)
Prejuízo na alienação de bens arrendados	(125)	(188)	(211)
Total	**48.518**	**108.224**	**145.153**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

j) Concentração das Operações de Crédito

	31.12.2017	% da Carteira	31.12.2016	% da Carteira
Maior Devedor	25.032.029	4,0	24.759.930	3,8
10 Maiores devedores	74.153.914	11,7	82.224.321	12,6
20 Maiores devedores	100.040.118	15,8	109.099.432	16,7
50 Maiores devedores	137.784.192	21,8	146.075.455	22,3
100 Maiores devedores	161.081.892	25,5	170.529.116	26,1

k) Créditos Renegociados

	2º Semestre/2017	Exercício/2017	Exercício/2016
Créditos Renegociados no Período (1)	**25.061.731**	**48.548.687**	**40.882.458**
Renegociados por atraso (2)	4.971.108	10.924.658	15.268.685
Renovados (3)	20.090.623	37.624.029	25.613.773
Movimentação dos Créditos Renegociados por Atraso			
Saldo Inicial	**27.042.478**	**27.086.224**	**19.652.990**
Contratações (2)	4.971.108	10.924.658	15.268.685
(Recebimento) e apropriação de juros	(2.240.064)	(4.312.597)	(3.283.983)
Baixas para prejuízo	(4.476.144)	(8.400.907)	(4.551.468)
Saldo Final (4)	**25.297.378**	**25.297.378**	**27.086.224**
Provisão para créditos da carteira renegociada por atraso		12.440.294	11.925.112
(%) PCLD sobre a carteira renegociada por atraso		49,2%	44,0%
Inadimplência 90 dias da carteira renegociada por atraso		5.918.116	7.375.489
(%) Inadimplência sobre a carteira renegociada por atraso		23,4%	27,2%

(1) Representa o saldo renegociado no período das operações de crédito, vincendas ou em atraso, utilizando internet, terminal de autoatendimento ou rede de agências.

(2) Créditos renegociados no período para composição de dívidas em virtude de atraso no pagamento pelos clientes.

(3) Créditos renegociados de operações não vencidas para prorrogação, novação, concessão de nova operação para liquidação parcial ou integral de operação anterior ou qualquer outro tipo de acordo que implique alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas.

(4) Inclui o valor de R$ 67.189 mil (R$ 90.278 mil em 31.12.2016) referente a créditos rurais renegociados. Não está incluído o valor de R$ 8.511.882 mil (R$ 6.915.256 mil em 31.12.2016) dos créditos prorrogados da carteira rural com amparo em legislação específica.

l) Informações Complementares

	31.12.2017	31.12.2016
Créditos contratados a liberar	117.609.174	118.745.942
Garantias prestadas (1)	3.977.234	6.445.216
Créditos de exportação confirmados	221.115	218.348
Créditos abertos para importação contratados	176.766	229.143
Recursos vinculados	2.422.714	4.523.775

(1) O Banco mantém provisão registrada em Outras Obrigações – Diversas (Nota 20.e) no montante de R$ 202.547 mil (R$ 442.300 mil em 31.12.2016), apurada conforme Resolução CMN n.º 2.682/1999.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

m) Operações de Crédito por Linha do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT

Linhas do FAT	TADE (1)	31.12.2017	31.12.2016
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		**1.136.832**	**770.150**
Proger Urbano Capital de Giro	15/2005 e 01/2016	1.128.091	762.601
FAT Turismo - Capital de Giro	02/2012	8.741	7.549
Financiamentos		**2.306.663**	**2.800.917**
Proger Urbano Investimento	18/2005	1.911.334	2.302.862
FAT Taxista	02/2009	311.647	352.767
FAT Turismo - Investimento	01/2012	64.492	100.930
Proger Exportação	27/2005	19.190	44.292
Proger Urbano Empreendedor Popular	01/2006	--	66
Financiamentos Rurais		**36.613**	**66.570**
Pronaf Investimento	05/2005	30.364	55.267
Proger Rural Investimento	13/2005	4.709	8.490
Pronaf Custeio	04/2005	1.367	2.298
Proger Rural Custeio	02/2006	173	454
Giro Rural - Aquisição de Títulos	03/2005	--	61
Total		**3.480.108**	**3.637.637**

(1) TADE: Termo de Alocação de Depósito Especial.

11 - CARTEIRA DE CÂMBIO

a) Composição

	31.12.2017	31.12.2016
Outros Créditos		
Câmbio comprado a liquidar	17.875.671	16.896.594
Cambiais e documentos a prazo em moedas estrangeiras	40.836	40.232
Direitos sobre vendas de câmbio	6.941.737	20.428.130
(Adiantamentos em moeda nacional/estrangeira recebidos)	(6.086.813)	(20.178.005)
Valores em moedas estrangeiras a receber	506	887
Rendas a receber de adiantamentos concedidos e de importações financiadas	285.777	283.707
Total	**19.057.714**	**17.471.545**
Ativo circulante	19.057.714	17.188.751
Ativo não circulante	--	282.794
Outras Obrigações		
Câmbio vendido a liquidar	7.109.167	18.739.249
(Importação financiada)	(297)	(4.561)
Obrigações por compras de câmbio	17.470.004	17.513.179
(Adiantamentos sobre contratos de câmbio)	(14.904.402)	(13.115.132)
Valores em moedas estrangeiras a pagar	51.476	54.017
Rendas a apropriar de adiantamentos concedidos	14.079	14.537
Total	**9.740.027**	**23.201.289**
Passivo circulante	8.134.346	17.879.212
Passivo não circulante	1.605.681	5.322.077
Carteira de Câmbio Líquida	**9.317.687**	**(5.729.744)**
Contas de Compensação		
Créditos abertos para importação	249.031	270.106
Créditos de exportação confirmados	221.115	218.348

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

b) Resultado de Operações de Câmbio

	2º Semestre/2017	Exercício/2017	Exercício/2016
Rendas de câmbio	3.384.504	7.106.606	15.682.264
Despesas de câmbio	(2.917.300)	(6.189.377)	(13.777.002)
Resultado de Operações de Câmbio	**467.204**	**917.229**	**1.905.262**

12 - OUTROS CRÉDITOS

a) Créditos Específicos

	31.12.2017	31.12.2016
Alongamento de crédito rural - Tesouro Nacional	416.269	377.698
Outros	533	541
Total	**416.802**	**378.239**

b) Diversos

	31.12.2017	31.12.2016
Ativo fiscal diferido - Crédito tributário (Nota 24.e)	39.722.336	42.883.504
Devedores por depósitos em garantia - contingências (Nota 27.g.1)	37.082.595	33.121.209
Operações com cartões de crédito (Nota 10.a)	25.296.513	23.510.421
Devedores por depósitos em garantia - ação judicial (Nota 27.h.1)	18.180.644	17.431.080
Créditos vinculados a operações adquiridas (Nota 10.a) (1)	10.180.439	14.983.588
Fundos de destinação do superávit - Previ (Nota 26.f)	9.602.214	9.562.010
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8.910.280	12.813.584
Títulos e créditos a receber - outros	6.500.541	6.268.085
Ativos atuariais (Nota 26.e)	4.540.356	151.828
Devedores diversos - país	3.305.416	2.779.446
Tesouro Nacional - equalização de taxas - safra agrícola - Lei n.° 8.427/1992	2.166.453	3.418.200
Títulos e créditos a receber - Tesouro Nacional (2)	1.173.851	940.330
Títulos e créditos a receber - empresas não financeiras	1.097.039	1.482.045
Títulos e créditos a receber - ECT - Banco Postal	626.474	854.546
Direitos por aquisição de royalties e créditos governamentais	494.100	661.559
Aquisição de recebíveis	424.193	958.678
Adiantamentos e antecipações salariais	256.627	1.732.680
Devedores diversos - exterior	205.213	238.213
Devedores por depósitos em garantia - outros	73.852	74.103
Devedores por compra de valores e bens	4.445	12.674
Adiantamento a empresas processadoras de transações com cartões	--	22.583
Outros	370.235	324.871
Total	**170.213.816**	**174.225.237**
Ativo circulante	91.070.544	107.887.734
Ativo não circulante	79.143.272	66.337.503

(1) Refere-se a carteiras de crédito consignado e de financiamento de veículos concedidos a pessoas físicas, adquiridas pelo Banco com coobrigação do cedente, contabilizadas em conformidade com a Resolução CMN n.º 3.533/2008.

(2) Refere-se, principalmente, a valores provenientes de subvenções em operações com recursos do MCR 6-2, MCR 6-4 (Manual de Crédito Rural) e amparadas por legislação específica, a exemplo de resoluções do CMN, do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana (Resolução CMN n.º 2.960/2002) e dos Fundos de Desenvolvimento Regionais (FDNE, FDA e FDCO).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

13 - OUTROS VALORES E BENS

	31.12.2017	31.12.2016
Bens Não de Uso Próprio	**356.308**	**277.417**
Bens em regime especial	186.024	172.116
Imóveis	79.420	41.849
Imóveis habitacionais	75.474	40.125
Máquinas e equipamentos	2.765	3.138
Veículos e afins	411	508
Outros	12.214	19.681
Material em Estoque	**56.235**	**61.885**
Subtotal	**412.543**	**339.302**
(Provisão para desvalorização) (1)	**(157.586)**	**(137.564)**
Despesas Antecipadas	**285.716**	**269.633**
Despesas de pessoal e outras despesas administrativas	171.501	171.218
Dependências externas	79.042	74.787
Prêmios de seguros a apropriar	12.566	14.323
Aluguéis	5.494	5.718
Prêmios por créditos adquiridos (2)	327	355
Despesas tributárias	26	31
Outros	16.760	3.201
Total	**540.673**	**471.371**
Ativo circulante	522.244	454.562
Ativo não circulante	18.429	16.809

(1) O BB Consolidado reconheceu, no exercício/2017, despesa de provisão para desvalorização de bens não de uso no valor de R$ 23.614 mil (despesa de provisão no valor de R$ 14.525 mil no exercício/2016).

(2) Os valores são amortizados de acordo com os prazos de vencimento das parcelas dos créditos adquiridos junto a outras instituições financeiras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

14- INVESTIMENTOS

a) Movimentações nas Participações em Coligadas e Controladas

	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro/(Prejuizo) líquido - Exercício/2017	Quantidade de Ações (em milhares)		Participação do Capital Social %	Saldo contábil	Movimentações - Exercício/2017			Saldo contábil	Resultado de equivalência
				Ordinárias	Preferenciais		31.12.2016	Dividendos	Outros eventos (1)	Resultado de equivalência	31.12.2017	Exercício/2016
No País							**16.631.072**	**(3.181.277)**	**(195.965)**	**3.962.574**	**17.216.404**	**4.295.701**
Banco Votorantim S.A. (2)	8.130.372	8.867.550	582.229	43.114.693	9.581.043	50,00%	4.212.970	(55.299)	(14.987)	290.948	4.433.632	221.713
Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A. (3)	414.000	12.183.938	686.075	2.397.200	1.198.600	30,00%	3.654.804	(205.464)	--	205.842	3.655.182	170.137
Cielo S.A. (4)	4.700.000	11.758.445	3.977.277	778.320	--	28,68%	2.604.974	(287.352)	(180.522)	1.127.484	3.264.584	1.127.599
Brasilprev Seguros e Previdência S.A. (4)(5)	1.193.539	2.663.461	1.019.401	572	1.145	75,00%	1.775.368	(568.036)	(51.722)	820.267	1.975.877	756.732
BB Mapfre SH1 Participações S.A. (4)(5)	2.050.198	2.248.193	1.514.900	1.039.908	2.079.400	74,99%	2.138.636	(1.599.227)	2.220	1.144.423	1.686.052	1.275.741
Mapfre BB SH2 Participações S.A. (4)(5)	1.968.380	3.286.822	7.534	369.163	384.231	50,00%	1.786.095	(137.532)	(105.419)	(73.364)	1.469.780	119.717
Brasilcap Capitalização S.A. (4)(5)	231.264	362.352	225.579	107.989	107.989	66,66%	300.698	(209.525)	(20.043)	170.414	241.544	292.768
Outras Participações							2.887.992	(118.842)	252.238	276.560	3.297.948	331.294
Ágio/(Deságio) na aquisição de investimentos							530.222	--	(193.241)	--	336.981	--
Resultado não realizado (6)							(3.260.687)	--	115.511	--	(3.145.176)	--
No Exterior							**72.657**	**--**	**(26.041)**	**(313)**	**46.303**	**(153)**
Outras participações no exterior							--	--	313	(313)	--	(153)
Ágio na aquisição de investimentos no exterior							72.657	--	(26.354)	--	46.303	--
Total das Participações em Coligadas e Controladas							**16.703.729**	**(3.181.277)**	**(222.006)**	**3.962.261**	**17.262.707**	**4.295.548**
(Provisão para perdas)							(11.213)	--	--	--	(11.213)	(2.195)

(1) Referem-se basicamente a variação cambial sobre investimentos no exterior e a ajustes de exercícios anteriores e de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda. No Banco Votorantim S.A. inclui a adoção inicial da Resolução CMN 4.512/16 no valor de R$ 58.275 mil.

(2) Excluído resultado não realizado decorrente de transações com o Banco Múltiplo.

(3) Participação indireta do Banco na Cateno, por meio de sua controlada BB Elo Cartões Participações S.A. A participação total do Banco é de 50,07%, em virtude de a Cielo S.A. deter 70% de participação direta na Cateno.

(4) Refere-se ao percentual de participação efetiva, considerando as aquisições de ações pela própria investida, mantidas em tesouraria.

(5) Participação societária detida pela BB Seguros Participações S.A. Inclui ajustes de harmonização de práticas contábeis.

(6) Resultado não realizado proveniente da parceria estratégica entre a BB Elo Cartões Participações S.A. e a Cielo S.A., constituindo a Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

b) Informações Financeiras Resumidas das Coligadas e Controladas em Conjunto e não Ajustadas pelos Percentuais de Participação Detidos pelo Banco

Balanço Patrimonial	31.12.2017							
	Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Banco Votorantim S.A.	Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A.	BB Mapfre SH1 Participações S.A.	Mapfre BB SH2 Participações S.A.	Cielo S.A.	Demais Participações	Total
Ativo Total	**238.702.120**	**93.520.037**	**12.881.294**	**13.625.872**	**13.501.265**	**89.612.229**	**47.930.606**	**509.773.423**
Disponibilidades	11	296.334	10	33.757	18.205	15.163	1.337.849	1.701.329
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	--	15.109.681	401.522	--	--	269.191	6.360.411	22.140.805
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (IFD)	236.374.844	23.118.394	1.164.145	6.941.632	4.686.490	10.903.369	10.547.969	293.736.843
Operações de Crédito	--	41.534.199	--	--	--	--	45.092	41.579.291
Outros créditos e outros valores e bens	2.100.704	12.200.234	834.939	6.251.715	8.458.124	67.811.899	10.991.958	108.649.573
Permanente	226.561	1.261.195	10.480.678	398.768	338.446	10.612.607	18.647.327	41.965.582
Passivo Total	**236.038.658**	**84.541.892**	**697.355**	**11.377.679**	**10.214.439**	**77.853.783**	**24.836.146**	**445.559.952**
Depósitos, captações, empréstimos, IFD e demais repasses	--	64.151.436	--	--	--	72.926.333	1.489.342	138.567.111
Outras Obrigações	236.038.658	20.390.456	697.355	11.377.679	10.214.439	4.927.450	23.346.804	306.992.841
Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	225.947.586	--	--	8.249.245	7.566.393	--	18.051.454	259.814.678
Dívidas subordinadas e instrumentos híbridos de capital e dívida	--	3.673.691	--	--	--	--	--	3.673.691
Demais	10.091.072	16.716.765	697.355	3.128.434	2.648.046	4.927.450	5.295.350	43.504.472
Patrimônio Líquido	**2.663.462**	**8.978.145**	**12.183.939**	**2.248.193**	**3.286.826**	**11.758.446**	**23.094.460**	**64.213.471**
% de Participação	75,00%	50,00%	30,00%	74,99%	50,00%	28,68%	--	--
Patrimônio Líquido (proporcional à participação)	**1.997.463**	**4.489.073**	**3.655.182**	**1.685.920**	**1.643.413**	**3.374.921**	**4.074.015**	**20.919.987**
Ágio/(Deságio) na aquisição de investimentos	(1.561)	--	--	--	--	304.246	34.296	336.981
Outros valores (1)	(21.586)	(55.441)	--	132	(173.633)	(110.337)	(3.633.396)	(3.994.261)
Saldo do investimento	**1.974.316**	**4.433.632**	**3.655.182**	**1.686.052**	**1.469.780**	**3.568.830**	**474.915**	**17.262.707**

(1) Referem-se, principalmente, a resultados não realizados e a ajustes de exercícios anteriores e de harmonização de práticas contábeis das empresas não financeiras ao Cosif.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Demonstração do Resultado	Exercício/2017							
	Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Banco Votorantim S.A.	Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A.	BB Mapfre SH1 Participações S.A.	Mapfre BB SH2 Participações S.A.	Cielo S.A.	Demais Participações	Total
Resultado bruto da intermediação financeira	452.538	3.063.765	--	711.770	441.204	1.000.670	3.733.989	9.403.936
Receitas de prestação de serviços	2.382.459	512.690	2.914.138	--	7.443	7.610.457	854.416	14.281.603
Outras despesas administrativas	(270.380)	(1.206.234)	(909.356)	(294.010)	(516.212)	(865.280)	(1.142.354)	(5.203.826)
Outras receitas/despesas operacionais	(641.870)	(1.195.449)	(965.165)	2.048.722	163.749	(2.281.005)	258.697	(2.612.321)
Resultado não operacional	(2.646)	3.221	--	493	(145)	(11.608)	67.413	56.728
Resultado antes da tributação	**1.920.101**	**1.177.993**	**1.039.617**	**2.466.975**	**96.039**	**5.453.234**	**3.772.161**	**15.926.120**
Tributação sobre o lucro e participações	(828.941)	(595.764)	(353.557)	(866.175)	(58.805)	(1.475.957)	(818.129)	(4.997.328)
Lucro Líquido	**1.091.160**	**582.229**	**686.060**	**1.600.800**	**37.234**	**3.977.277**	**2.954.032**	**10.928.792**
% de Participação	75,00%	50,00%	30,00%	74,99%	50,00%	28,68%	--	--
Lucro Líquido (proporcional à participação)	**818.315**	**291.114**	**205.817**	**1.200.440**	**18.617**	**1.140.841**	**779.887**	**4.455.031**
Outros valores [1]	1.952	(166)	25	(56.017)	(91.981)	(13.357)	(333.226)	(492.770)
Resultado de equivalência patrimonial	**820.267**	**290.948**	**205.842**	**1.144.423**	**(73.364)**	**1.127.484**	**446.661**	**3.962.261**

(1) Referem-se, principalmente, a resultados não realizados e a ajustes de exercícios anteriores e de harmonização de práticas contábeis das empresas não financeiras ao Cosif.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Balanço Patrimonial	31.12.2016								
	Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Banco Votorantim S.A.	Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A.	BB Mapfre SH1 Participações S.A.	Mapfre BB SH2 Participações S.A.	Neoenergia S.A.	Cielo S.A.	Demais Participações	Total
Ativo Total	**201.198.875**	**103.011.830**	**12.721.902**	**14.222.113**	**13.246.982**	**12.049.304**	**24.039.386**	**31.649.490**	**412.139.882**
Disponibilidades	12	183.569	818	24.700	154.151	238	30.303	245.136	638.927
Aplicações interfinanceiras de liquidez	--	17.116.281	1.142.792	--	--	--	603.916	640.809	19.503.798
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (IFD)	199.144.914	31.165.043	--	7.111.850	4.528.605	265.076	8.684.767	17.420.032	268.320.287
Operações de Crédito	--	40.747.426	--	--	--	--	--	226.010	40.973.436
Outros créditos e outros valores e bens	1.841.757	13.005.442	712.383	6.666.868	8.150.479	489.832	4.240.064	10.398.541	45.505.366
Permanente	212.192	794.069	10.865.909	418.695	413.747	11.294.158	10.480.336	2.718.962	37.198.068
Passivo Total	**198.798.651**	**94.484.330**	**539.221**	**11.320.364**	**9.738.415**	**2.286.544**	**14.961.298**	**23.929.192**	**356.058.015**
Depósitos, captações, empréstimos, IFD e demais repasses	--	70.069.511	--	--	--	981.528	9.478.071	191.369	80.720.479
Outras Obrigações	198.798.651	24.414.819	539.221	11.320.364	9.738.415	1.305.016	5.483.227	23.737.823	275.337.536
Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	197.533.558	--	--	8.315.330	7.291.486	--	--	18.718.610	231.858.984
Dívidas subordinadas e instrumentos híbridos de capital e dívida	--	4.876.634	--	--	--	--	--	--	4.876.634
Demais	1.265.093	19.538.185	539.221	3.005.034	2.446.929	1.305.016	5.483.227	5.019.213	38.601.918
Patrimônio Líquido	**2.400.224**	**8.527.500**	**12.182.681**	**2.901.749**	**3.508.567**	**9.762.760**	**9.078.088**	**7.720.298**	**56.081.867**
% de Participação	75,00%	50,00%	30,00%	74,99%	50,00%	11,99%	28,70%	--	--
Patrimônio Líquido (proporcional à participação)	**1.800.048**	**4.263.750**	**3.654.804**	**2.176.022**	**1.754.284**	**1.170.272**	**2.605.602**	**2.410.699**	**19.835.481**
Ágio/(Deságio) na aquisição de investimentos	(1.561)	61.132	--	--	--	--	427.763	115.545	602.879
Outros valores [1]	(24.681)	(50.780)	--	(37.386)	31.811	(15.373)	(628)	(3.637.594)	(3.734.631)
Saldo do investimento	**1.773.806**	**4.274.102**	**3.654.804**	**2.138.636**	**1.786.095**	**1.154.899**	**3.032.737**	**(1.111.350)**	**16.703.729**

(1) Referem-se, principalmente, a resultados não realizados e a ajustes de exercícios anteriores e de harmonização de práticas contábeis das empresas não financeiras ao Cosif.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Demonstração do Resultado	Exercício/2016								
	Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Banco Votorantim S.A.	Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A.	BB Mapfre SH1 Participações S.A.	Mapfre BB SH2 Participações S.A.	Neoenergia S.A.	Cielo S.A.	Demais Participações	Total
Resultado bruto da intermediação financeira	508.568	2.516.966	--	781.222	851.444	--	--	1.612.795	6.270.995
Receitas de prestação de serviços	1.957.380	496.866	2.794.186	--	8.125	--	8.192.123	1.156.401	14.605.081
Outras despesas administrativas	(230.996)	(1.207.848)	(1.028.907)	(210.499)	(485.652)	(20.137)	(913.426)	(646.020)	(4.743.485)
Outras receitas/despesas operacionais	(524.446)	(981.001)	(905.981)	2.314.836	271.769	403.369	(1.712.794)	241.104	(893.144)
Resultado não operacional	(709)	1.626	--	4.063	7.107	4.135	(24.661)	36.239	27.800
Resultado antes da tributação	**1.709.797**	**826.609**	**859.298**	**2.889.622**	**652.793**	**387.367**	**5.541.242**	**2.400.519**	**15.267.247**
Tributação sobre o lucro e participações	(700.754)	(400.795)	(292.174)	(1.036.576)	(172.609)	(7.035)	(1.654.206)	(750.876)	(5.015.025)
Lucro Líquido	**1.009.043**	**425.814**	**567.124**	**1.853.046**	**480.184**	**380.332**	**3.887.036**	**1.649.643**	**10.252.222**
% de Participação	75,00%	50,00%	30,00%	74,99%	50,00%	11,99%	28,70%	--	--
Lucro Líquido (proporcional à participação)	**756.732**	**212.907**	**170.137**	**1.389.599**	**240.092**	**45.591**	**1.115.661**	**658.464**	**4.589.183**
Outros valores [1]	--	8.806	--	(113.858)	(120.375)	(26.083)	11.938	(54.063)	(293.635)
Resultado de equivalência patrimonial	**756.732**	**221.713**	**170.137**	**1.275.741**	**119.717**	**19.508**	**1.127.599**	**604.401**	**4.295.548**

(1) Referem-se, principalmente, a resultados não realizados e a ajustes de exercícios anteriores e de harmonização de práticas contábeis das empresas não financeiras ao Cosif.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

c) Outros Investimentos

	31.12.2017	31.12.2016
Investimentos por incentivos fiscais	43.289	38.462
Títulos patrimoniais	57	57
Ações e cotas	86.629	48.930
Outros investimentos	3.970	4.038
Outras participações no exterior	112.216	78.911
Total (1)	**246.161**	**170.398**
(Provisão para perdas)	(7.921)	(7.908)

(1) Inclui o montante R$ 5.564 mil em 31.12.2017 (R$ 4.797 mil em 31.12.2016) no BB Consolidado, relativos à Imparidade Acumulada.

d) Ágios na Aquisição de Investimentos

Movimentação dos ágios	2º Semestre/2017	Exercício/2017	Exercício/2016
Saldo Inicial	**496.718**	**604.440**	**889.903**
Amortizações (1)	(104.770)	(210.444)	(205.341)
Variação cambial (2)	(7.103)	(9.151)	(47.915)
Perda por imparidade (3)	--	--	(32.207)
Saldo Final	**384.845**	**384.845**	**604.440**

(1) Registradas em Outras Despesas Administrativas.
(2) Incidente sobre os ágios do Banco do Brasil Americas e do Banco Patagonia.
(3) Incidente sobre o ágio do Banco do Brasil Americas.

e) Expectativa de Amortização dos Ágios

	2018	2019	2020	Após 2020	Total
Banco do Brasil	**16.054**	**16.372**	**431**	**13.446**	**46.303**
Banco Patagonia	16.054	16.372	431	13.446	46.303
Efeitos tributários (1)	(7.224)	(7.367)	(194)	(6.051)	(20.836)
Total Líquido	**8.830**	**9.005**	**237**	**7.395**	**25.467**
Outras Participações					
BB-BI	**141.696**	**162.550**	**--**	**--**	**304.246**
Cielo	141.696	162.550	--	--	304.246
BB Seguros	**16.751**	**9.919**	**2.369**	**5.257**	**34.296**
Brasilcap	8.780	7.659	--	--	16.439
IRB-Brasil Resseguros S.A.	7.971	2.260	2.369	5.257	17.857
BB Consolidado	**174.501**	**188.841**	**2.800**	**18.703**	**384.845**
Efeitos tributários (1)	(76.682)	(83.887)	(999)	(7.838)	(169.406)
Total Líquido	**97.819**	**104.954**	**1.801**	**10.865**	**215.439**

(1) 25% de IRPJ e 20% de CSLL para as empresas financeiras e para as empresas não financeiras de seguros, previdência e capitalização, e 25% de IRPJ e 9% da CSLL para as demais empresas não financeiras.

A expectativa de amortização dos ágios gerados nas aquisições de participações societárias respalda-se em projeções de resultado que fundamentaram os negócios, elaboradas por empresas especializadas ou por área técnica do Banco, contemplando os prazos das estimativas e taxas de desconto utilizadas na apuração do valor presente líquido dos fluxos de caixa esperados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

f) Teste de Imparidade dos Ágios

O valor recuperável dos ágios na aquisição de investimentos é determinado com base no valor em uso, calculado pela metodologia de Fluxo de Caixa Descontado, que se fundamenta na projeção de um fluxo de caixa para a empresa investida (unidade geradora de caixa) e na determinação da taxa que irá descontar esse fluxo. Para avaliação dos bancos, foi utilizada a metodologia de Fluxo de Caixa Livre para o Acionista, descontado pelo custo de capital próprio apurado para cada instituição.

As premissas adotadas para estimar esse fluxo são baseadas em informações públicas, no orçamento e no plano de negócios das empresas avaliadas. As premissas consideram o desempenho atual e passado, bem como o crescimento esperado no respectivo mercado de atuação e em todo ambiente macroeconômico.

Os fluxos de caixa das empresas relacionadas a seguir foram projetados pelo período de dez anos, perpetuando-se a partir do décimo primeiro ano, com taxa de crescimento estabilizada. Para os períodos de fluxo de caixa excedentes aos prazos das projeções dos orçamentos ou planos de negócios, as estimativas de crescimento utilizadas estão em linha com aquelas adotadas pelas empresas. A taxa de desconto nominal foi calculada, ano a ano, com base no modelo Capital Asset Pricing Model – CAPM ajustado ao mercado e a moeda de cada país.

Empresas (Unidades Geradoras de Caixa)	Taxa de Crescimento a.a. (1)	Taxa de Desconto a.a. (2)
Banco Votorantim (3)	4,20%	14,20%
Banco do Brasil Americas	2,00%	9,05%
Banco Patagonia	5,00%	21,32%

(1) Crescimento nominal na perpetuidade.
(2) Média geométrica das projeções utilizadas nas Avaliações Econômicas.
(3) Refere-se ao exercício/2016. No exercício/2017, o valor do ágio foi integralmente amortizado, logo, não foi submetido ao teste de imparidade.

Com exceção do Banco do Brasil Americas, de acordo com a análise de sensibilidade realizada, não há a indicação de que mudanças em premissas possam fazer o valor contábil das unidades geradoras de caixa exceder o seu respectivo valor recuperável.

O valor recuperável do ágio na aquisição da Cielo, bem como dos ágios reconhecidos na BB Seguros/BB Seguridade, foi apurado por meio do valor líquido de venda, com base na cotação das ações de emissão das companhias na B3.

Empresa (Unidade Geradora de Caixa)	Cotação (1)
BB Seguridade (BBSE3)	R$ 28,63
Cielo (CIEL3)	R$ 21,98

(1) Preço de fechamento das ações em 29.09.2017.

Em 2017, não houve perda por imparidade sobre os ágios na aquisição dos investimentos.

Em 2016, foi reconhecida provisão para perda por imparidade sobre o ágio pela aquisição do Banco do Brasil Americas (Nota 14.d), no valor de R$ 32.207 mil, motivada principalmente pela revisão anual das projeções financeiras, as quais subsidiaram o cálculo do valor em uso da empresa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

15 - IMOBILIZADO DE USO

	31.12.2016	Exercício/2017			31.12.2017			
	Saldo contábil	Movimentações	Depreciação	Provisão de perdas por imparidade	Valor de custo	Depreciação acumulada	Imparidade acumulada	Saldo contábil
Edificações	3.511.189	171.240	(355.750)	(86)	7.545.054	(4.201.040)	(17.421)	3.326.593
Móveis e equipamentos de uso	1.635.334	204.504	(285.761)	(101)	3.606.556	(2.052.354)	(226)	1.553.976
Sistemas de processamento de dados	1.108.424	433.417	(426.807)	--	4.057.486	(2.942.452)	--	1.115.034
Imobilizações em curso	641.145	150.205	--	--	791.350	--	--	791.350
Terrenos	198.906	(3.650)	--	--	195.581	--	(325)	195.256
Instalações	174.558	18.758	(32.313)	--	1.003.004	(842.001)	--	161.003
Sistemas de segurança	165.617	5.567	(29.645)	--	399.952	(258.413)	--	141.539
Sistemas de comunicação	113.195	29.629	(21.668)	--	307.249	(186.093)	--	121.156
Sistemas de transporte	7.392	2.053	(1.715)	--	15.738	(8.008)	--	7.730
Móveis e equipamentos em estoque	1.718	(53)	--	--	1.665	--	--	1.665
Total	**7.557.478**	**1.011.670**	**(1.153.659)**	**(187)**	**17.923.635**	**(10.490.361)**	**(17.972)**	**7.415.302**

16 - INTANGÍVEL

a) Movimentação e Composição

	31.12.2016	Exercício/2017				31.12.2017			
	Saldo contábil	Aquisições	Variação cambial	Baixas	Amortização	Valor de custo	Amortização acumulada	Imparidade acumulada	Saldo contábil
Direitos de gestão de folhas de pagamento (1)	5.596.439	1.715.224	--	(939.077)	(1.704.433)	9.530.939	(4.813.046)	(49.740)	4.668.153
Softwares	1.839.214	518.735	2.344	(1.599)	(270.363)	4.053.255	(1.964.924)	--	2.088.331
Outros ativos intangíveis	272.148	--	--	--	(101.903)	560.045	(389.800)	--	170.245
Ágio na aquisição de sociedades incorporadas (2)	1.007.459	--	--	--	(1.007.459)	4.961.028	(4.961.028)	--	--
Total	**8.715.260**	**2.233.959**	**2.344**	**(940.676)**	**(3.084.158)**	**19.105.267**	**(12.128.798)**	**(49.740)**	**6.926.729**

(1) Os valores de Aquisições e Baixas incluem contratos renegociados no período, em que o valor do novo contrato é ativado e o valor do contrato anterior é baixado sem impacto no resultado.

(2) Refere-se ao ágio pela aquisição do Banco Nossa Caixa, incorporado em novembro de 2009.

b) Estimativa de Amortização

	2018	2019	2020	2021	Após 2021	Total
Valores a amortizar	1.680.626	1.510.598	1.197.600	994.562	1.543.343	**6.926.729**

c) Teste de Imparidade

No exercício/2016, o teste de imparidade do ágio na aquisição do Banco Nossa Caixa, que foi incorporado pelo Banco do Brasil, considerou o valor em uso do Banco do Brasil no Estado de São Paulo (unidade geradora de caixa). O fluxo de caixa teve por base o resultado de 2016 da unidade geradora de caixa, o orçamento de 2017 e projeções internas de resultado de 2018 a 2021.

As premissas adotadas para o cálculo foram baseadas na Estratégia Corporativa do BB e em cenário macroeconômico. Elas consideraram o desempenho naquele momento e no passado e o crescimento esperado no mercado de atuação.

Os fluxos foram descontados pelo Custo de Capital Próprio do Banco do Brasil. A taxa de desconto nominal foi calculada, ano a ano, com base no modelo *CAPM* (*Capital Asset Pricing Model*) ajustado ao mercado brasileiro e referenciado em Reais (R$).

Empresa (Unidade Geradora de Caixa)	Taxa de Crescimento a.a.	Taxa de Desconto a.a.
Banco do Brasil - Estado de São Paulo - Ágio Banco Nossa Caixa (1)(2)	2,7%	14,6%

(1) Crescimento nominal na perpetuidade.

(2) Média geométrica dos cinco anos de projeção.

No exercício de 2016, não houve perda por imparidade sobre o ágio da sociedade incorporada. No exercício de 2017, o valor do ágio da sociedade incorporada foi integralmente amortizado, logo, não foi submetido ao teste de imparidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

17- DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

a) Depósitos

	31.12.2017	31.12.2016
Depósitos à Vista	**69.981.063**	**69.349.186**
Pessoas físicas	36.490.812	33.991.206
Pessoas jurídicas	21.405.918	22.205.568
Vinculados	6.942.953	7.546.026
Governos	1.935.474	2.622.497
Instituições do sistema financeiro	645.506	568.135
Moedas estrangeiras	635.786	691.111
Empresas ligadas	1.024.617	875.450
Especiais do Tesouro Nacional	262.607	349.606
Domiciliados no exterior	73.495	70.856
Outros	563.895	428.731
Depósitos de Poupança	**160.289.875**	**151.763.344**
Pessoas físicas	152.554.594	143.469.320
Pessoas jurídicas	7.363.904	7.964.554
Empresas ligadas	357.995	313.852
Instituições do sistema financeiro	13.382	15.618
Depósitos Interfinanceiros	**24.152.759**	**20.664.801**
Depósitos a Prazo	**195.628.823**	**204.150.246**
Judiciais	121.524.344	121.969.028
Moeda nacional	47.388.073	52.691.661
Moedas estrangeiras	20.134.813	22.475.927
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT (Nota 17.e)	4.360.303	5.187.817
Funproger (Nota 17.f)	366.469	324.120
Outros	1.854.821	1.501.693
Outros Depósitos	**176.842**	**53.111**
Total	**450.229.362**	**445.980.688**
Passivo circulante	405.168.767	394.668.312
Passivo não circulante	45.060.595	51.312.376

b) Segregação de Depósitos por Prazo de Exigibilidade

	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	31.12.2017	31.12.2016
Depósitos a prazo (1)	128.143.421	16.535.230	8.659.931	18.234.391	24.055.850	195.628.823	204.150.246
Depósitos de poupança	160.289.875	--	--	--	--	160.289.875	151.763.344
Depósitos à vista	69.981.063	--	--	--	--	69.981.063	69.349.186
Depósitos interfinanceiros	--	5.435.880	15.946.525	744.500	2.025.854	24.152.759	20.664.801
Outros depósitos	176.842	--	--	--	--	176.842	53.111
Total	**358.591.201**	**21.971.110**	**24.606.456**	**18.978.891**	**26.081.704**	**450.229.362**	**445.980.688**

(1) Inclui o valor de R$ 45.300.305 mil (R$ 51.067.563 mil em 31.12.2016), relativo a depósitos a prazo com cláusula de recompra antecipada (compromisso de liquidez), considerados os prazos de vencimento originais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

c) Captações no Mercado Aberto

	31.12.2017	31.12.2016
Carteira Própria	**40.235.552**	**59.207.850**
Títulos privados	23.576.205	25.591.345
Letras Financeiras do Tesouro	15.660.312	32.718.983
Títulos no exterior	999.035	897.522
Carteira de Terceiros	**336.007.143**	**315.426.182**
Letras do Tesouro Nacional	3.016.349	45.709.377
Letras Financeiras do Tesouro	332.990.784	219.552.794
Notas do Tesouro Nacional	--	50.163.996
Títulos no exterior	10	15
Total	**376.242.695**	**374.634.032**
Passivo circulante	365.536.950	358.409.319
Passivo não circulante	10.705.745	16.224.713

d) Despesa com Operações de Captação no Mercado

	2º Semestre/2017	Exercício/2017	Exercício/2016
Despesas de Captações com Depósitos	**(9.596.353)**	**(19.352.308)**	**(39.467.571)**
Depósitos de poupança	(4.756.506)	(10.067.847)	(12.089.954)
Depósitos judiciais	(5.226.387)	(11.056.741)	(12.166.575)
Depósitos a prazo	(2.502.219)	(5.780.305)	(8.457.276)
Depósitos interfinanceiros(1)	2.888.759	7.552.585	(6.753.766)
Despesas de Captações no Mercado Aberto	**(17.369.959)**	**(40.359.127)**	**(48.729.462)**
Carteira de terceiros	(15.486.198)	(35.864.548)	(41.986.978)
Carteira própria	(1.883.761)	(4.494.579)	(6.742.484)
Despesas de Captações de Recursos de Aceites e Emissão de Títulos (2)	**(5.759.684)**	**(14.400.092)**	**(22.125.232)**
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	(3.318.927)	(8.778.104)	(15.487.657)
Letras financeiras	(1.298.997)	(3.001.949)	(3.946.905)
Emissão de títulos e valores mobiliários no exterior	(571.769)	(1.220.335)	(855.411)
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	(569.991)	(1.399.704)	(1.835.259)
Despesas com Dívidas Subordinadas no Exterior (3)	**(273.984)**	**(545.864)**	**(552.964)**
Despesas com Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (4)	**(928.326)**	**(1.846.975)**	**(1.920.157)**
Outras	**(312.540)**	**(649.300)**	**(747.271)**
Total	**(34.240.846)**	**(77.153.666)**	**(113.542.657)**

(1) As movimentações credoras apresentadas decorrem da variação cambial negativa do período (valorização do Real frente ao Dólar).
(2) As captações de recursos de aceites e emissão de títulos estão evidenciadas na Nota 18.
(3) As emissões de Dívidas Subordinadas no Exterior estão evidenciadas na Nota 20.c.
(4) As emissões de Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida estão evidenciadas na Nota 20.d.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

e) Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

Programa	Resolução/ TADE (1)	Devolução de Recursos		31.12.2017			31.12.2016		
		Forma(2)	Data inicial	Disponível TMS(3)	Aplicado TJLP(4)	Total	Disponível TMS(3)	Aplicado TJLP(4)	Total
Proger Rural e Pronaf				**9.692**	**32.469**	**42.161**	**13.409**	**57.761**	**71.170**
Pronaf Custeio	04/2005	RA	11/2005	290	654	944	127	1.440	1.567
Pronaf Investimento	05/2005	RA	11/2005	8.588	29.023	37.611	12.187	51.238	63.425
Rural Custeio	02/2006	RA	11/2005	68	45	113	57	246	303
Rural Investimento	0	RA	11/2005	746	2.747	3.493	1.038	4.837	5.875
Proger Urbano				**931.378**	**2.893.256**	**3.824.634**	**1.531.783**	**2.914.158**	**4.445.941**
Urbano Investimento	0	RA	11/2005	363.866	1.783.188	2.147.054	481.056	2.150.447	2.631.503
Urbano Capital de Giro	01/2016	RA	06/2016	567.512	1.110.068	1.677.580	1.050.727	763.711	1.814.438
Outros				**111.744**	**381.764**	**493.508**	**182.140**	**488.566**	**670.706**
Exportação	27/2005	RA	11/2005	5.226	16.518	21.744	15.768	41.379	57.147
FAT Taxista	02/2009	RA	09/2009	93.223	303.605	396.828	149.178	348.576	497.754
FAT Turismo Investimento	01/2012	RA	08/2012	13.295	61.641	74.936	15.777	97.990	113.767
FAT Turismo Capital de Giro	02/2012	RA	08/2012	--	--	--	1.417	621	2.038
Total				**1.052.814**	**3.307.489**	**4.360.303**	**1.727.332**	**3.460.485**	**5.187.817**

(1) TADE: Termo de Alocação de Depósito Especial.
(2) RA - Retorno Automático (mensalmente, 2% sobre o saldo total).
(3) Recursos remunerados pela Taxa Média Selic (TMS).
(4) Recursos remunerados pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).

O Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) é um fundo especial de natureza contábil e financeira, instituído pela Lei n.º 7.998/1990, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego e gerido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat). O Codefat é um órgão colegiado, de caráter tripartite e paritário, composto por representantes dos trabalhadores, dos empregadores e do governo.

As principais ações para a promoção do emprego financiadas com recursos do FAT estão estruturadas em torno dos programas de geração de emprego e renda, cujos recursos são alocados por meio dos depósitos especiais, criados pela Lei n.º 8.352/1991, nas instituições financeiras oficiais federais, incorporando, entre outros, o próprio Programa de Geração de Emprego e Renda – Proger, nas modalidades Urbano – Investimento e Capital de Giro – e Rural, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, além de linhas especiais tais como FAT Integrar – Rural e Urbano, FAT Giro Setorial – Micro e Pequenas Empresas, FAT Giro Setorial – Médias e Grandes Empresas, FAT Giro Setorial Veículos – Micro e Pequenas Empresas, FAT Giro Setorial Veículos – Médias e Grandes Empresas, FAT Fomentar – Micro e Pequenas Empresas, FAT Fomentar – Médias e Grandes Empresas, FAT Giro Agropecuário, FAT Inclusão Digital, FAT Taxista, FAT Turismo Investimento e FAT Turismo Capital de Giro.

Os depósitos especiais do FAT alocados junto ao Banco do Brasil, enquanto disponíveis, são remunerados pela Taxa Média Selic (TMS) pro rata die. À medida que são aplicados nos financiamentos, passam a ser remunerados pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período de vigência dos financiamentos. As remunerações sobre os recursos alocados no Banco são recolhidas ao FAT mensalmente, conforme estipulado nas Resoluções Codefat n.ºs 439/2005 e 489/2006.

f) Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda (Funproger)

O Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda (Funproger) é um fundo especial de natureza contábil, criado em 23.11.1999 pela Lei n.º 9.872/1999, alterada pela Lei n.° 10.360/2001 e pela Lei n.º 11.110/2005, regulamentado pela Resolução Codefat n.º 409/2004 e alterações posteriores, gerido pelo Banco do Brasil com a supervisão do Codefat/MTE, cujo saldo em 31.12.2017 é de R$ 366.469 mil (R$ 324.120 mil em 31.12.2016).

O objetivo do Funproger é conceder aval a empreendedores que não disponham das garantias necessárias para contratação de financiamentos do Proger Urbano e do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado –PNMPO, mediante o pagamento de uma comissão para a concessão de aval. Para formação do patrimônio do Funproger, foram aportados recursos provenientes da diferença entre a aplicação da TMS e a TJLP na remuneração dos saldos disponíveis de depósitos especiais do FAT. Outras fontes de recursos que compõem o Fundo são as receitas decorrentes de sua operacionalização e a remuneração de suas disponibilidades pelo Banco do Brasil, gestor do Fundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

18 - RECURSOS DE ACEITES E EMISSÕES DE TÍTULOS

Captações	Moeda	Valor Emitido	Remuneração a.a.	Data Captação	Vencimento	31.12.2017	31.12.2016
Banco do Brasil						**130.664.265**	**162.208.660**
Programa "Global Medium - Term Notes"						**9.986.539**	**6.421.430**
	R$	350.000	9,75%	2007	2017	--	364.455
	USD	500.000	6,00%	2010	2020	1.695.693	1.669.293
	EUR	1.000.000	3,75%	2013/2014	2018	4.034.287	3.496.582
	CHF	275.000	2,50%	2013	2019	943.297	891.100
	USD	1.000.000	4,63%	2017	2025	3.313.262	--
"Senior Notes"						**6.002.340**	**7.561.835**
	USD	500.000	3,88%	2011	2017	--	1.656.809
	USD	1.809.700(1)	3,88%	2012	2022	6.002.340	5.905.026
Notas Estruturadas						**73.527**	**63.632**
	EUR	18.400	2,76% a 3,55%		2021	73.527	63.632
Certificados de Depósitos (2)						**4.840.777**	**3.388.669**
Curto prazo			1,00% a 10,15%			4.353.804	3.169.956
Longo prazo			2,35% a 10,15%		2027	486.973	218.713
Certificados de Operações Estruturadas						**102.553**	**102.312**
Curto prazo			7,69% a 15,07%			67.291	--
Longo prazo			7,93% a 10,94%		2020	35.262	102.312
Letras de Crédito Imobiliário			50,00% a 81,00% DI TR + 7,7151%			**16.885.957**	**17.073.622**
Curto Prazo						1.484.174	39.344
Longo Prazo					2026	15.401.783	17.034.278
Letras de Crédito do Agronegócio			70,00% a 98,00% DI			**88.897.938**	**124.965.334**
Curto prazo						54.510.038	62.584.051
Longo prazo					2021	34.387.900	62.381.283
Letras Financeiras			98,25% a 104,00% DI IPCA + 4,50% a IPCA + 5,30% Pré 7,70% a 14,00%			**3.874.634**	**2.631.826**
Curto prazo						2.722.723	--
Longo prazo					2020	1.151.911	2.631.826
Banco Patagonia			22,50% a 27,45% Badlar + 299 ptos a Badlar + 397 ptos			**393.408**	**325.553**
Curto prazo	ARS					225.743	247.691
Longo prazo	ARS				2020	167.665	77.862
Entidades de Propósitos Específicos - EPE no Exterior (3)						**2.765.909**	**2.801.840**
Securitização do fluxo futuro de ordens de pagamento do exterior (3)	USD	12.000(1)	5,25%	2008	2018	39.789	117.580
Notas estruturadas (3)							
	USD	500.000	Libor 6m + 2,50%	2014/2015	2034	1.665.228	1.639.455
	USD	320.000	Libor 6m + 3,25%	2015	2030	1.060.892	1.044.805
Valor Eliminado na Consolidação (4)						**(57.785)**	**(169.700)**
Total						**133.765.797**	**165.166.353**
Passivo circulante						67.394.565	68.052.214
Passivo não circulante						66.371.232	97.114.139

(1) Refere-se ao valor *outstanding*, uma vez que ocorreram recompras parciais.

(2) Títulos emitidos no exterior em USD e BRL.

(3) As Entidades de Propósito Específico (EPEs) Dollar Diversified Payment Rights Finance Company (DPR) e Loans Finance Company Limited (LFC) foram constituídas sob as leis das Ilhas Cayman e as obrigações decorrentes dos valores mobiliários emitidos pelas mesmas são pagas com recursos acumulados em suas contas. As EPEs não possuem ativos ou passivos relevantes que não os direitos e deveres provenientes dos contratos de emissão dos valores mobiliários. O Banco não é acionista, não detém a propriedade e tampouco participa dos resultados das EPEs.

A DPR foi constituída com os seguintes propósitos: (a) captação de recursos por meio da emissão de valores mobiliários no mercado internacional; (b) uso dos recursos obtidos com a emissão de valores mobiliários para pagamento da compra, junto ao Banco, dos direitos sobre ordens de pagamento emitidas por banqueiros correspondentes localizados nos EUA e pela própria agência do Banco em Nova Iorque, denominadas em dólares norte-americanos, para qualquer agência do Banco no país ("Direitos sobre Remessa"); e (c) realização de pagamentos de principal e juros dos valores mobiliários emitidos e demais pagamentos previstos nos contratos de emissão desses títulos.

A LFC foi constituída com os seguintes propósitos: (a) captação de recursos por meio da emissão de valores mobiliários no mercado internacional; (b) contratação de operações compromissadas com o Banco; (c) contratação de proteção contra o risco de crédito do Banco, por meio de um derivativo de crédito, que é acionável somente em caso de *default* do Banco em alguma das obrigações assumidas nas operações compromissadas; e (d) realização de pagamentos de principal e juros dos valores mobiliários emitidos e demais pagamentos previstos nos contratos de emissão desses títulos.

(4) Refere-se a títulos emitidos pelo Conglomerado Banco do Brasil, em poder de dependências/controladas no exterior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

19 - OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

a) Obrigações por Empréstimos

	até 90 dias	de 91 a 360 dias	de 1 a 3 anos	de 3 a 5 anos	31.12.2017	31.12.2016
No Exterior	**5.322.223**	**11.550.390**	**2.421.382**	**278.499**	**19.572.494**	**20.409.348**
Tomados junto a banqueiros no exterior	5.298.546	11.489.375	2.390.712	276.506	19.455.139	20.345.736
Importação	23.677	61.015	30.670	1.993	117.355	63.612
Total	**5.322.223**	**11.550.390**	**2.421.382**	**278.499**	**19.572.494**	**20.409.348**
Passivo circulante					16.872.613	17.997.094
Passivo não circulante					2.699.881	2.412.254

b) Obrigações por Repasses

Do País - Instituições Oficiais

Programas	Taxas de Atualização	31.12.2017	31.12.2016
Tesouro Nacional - Crédito Rural		**145.264**	**149.248**
Pronaf	TMS (se disponível) ou Pré 0,50% a.a. a 5,50% a.a. (se aplicado)	27.991	30.766
Cacau	IGP-M + 8,00% a.a. ou TJLP + 0,60% a.a. ou 6,35% a.a.	101.247	98.243
Recoop	Pré 5,75% a.a. a 8,25% a.a. ou IGP-DI + 1,00% a.a. ou IGP-DI + 2,00% a.a.	11.381	16.096
Outros		4.645	4.143
BNDES	**Pré 0,00% a.a. a 9,50% a.a. TJLP + 0,00% a.a. a 4,00% a.a. IPCA + 3,72% a.a. a 9,41% a.a. Selic + 0,50% a.a. a 2,26% a.a. Var. Camb. + 0,90% a.a. a 3,00% a.a.**	**26.936.192**	**32.086.856**
Caixa Econômica Federal	**Pré 5,28% a.a. (média)**	**26.558.065**	**23.758.043**
Finame	**Pré 0,00% a.a. a 11,00% a.a. TJLP + 0,50% a.a. a 5,50% a.a. Var. Camb. + 0,90% a.a. a 3,00% a.a. Selic + 2,08% a.a.**	**19.775.098**	**24.765.860**
Outras Instituições Oficiais		**7.470.120**	**2.322.686**
Suprimento Especial - Poupança Rural (Nota 9.a)	TR	7.158.515	--
Suprimento Especial - Depósitos (Nota 9.a)		249.844	1.874.492
Funcafé	TMS (se disponível) ou Pré 8,50% a.a. a 11,25% a.a. (se aplicado)	61.734	448.167
Outros		27	27
Total		**80.884.739**	**83.082.693**
Passivo circulante		44.419.452	39.463.427
Passivo não circulante		36.465.287	43.619.266

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Do Exterior

	31.12.2017	31.12.2016
Fundo Especial de Apoio às Pequenas e Médias Empresas Industriais	477	477
Total	**477**	**477**
Passivo circulante	95	95
Passivo não circulante	382	382

c) Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses

	2º Semestre/2017	Exercício/2017	Exercício/2016
Despesas de Obrigações por Empréstimos (1)	**(706.925)**	**(1.858.789)**	**6.122.612**
Despesas de Obrigações por Repasses	**(2.363.246)**	**(5.115.306)**	**(97.223)**
Do exterior (1)	(133.877)	(703.570)	4.801.094
BNDES	(1.027.318)	(2.147.478)	(2.563.843)
Caixa Econômica Federal	(909.387)	(1.642.381)	(1.544.247)
Finame	(216.575)	(456.329)	(560.219)
Tesouro Nacional	(34.100)	(71.607)	(103.273)
Outras	(41.989)	(93.941)	(126.735)
Despesas de Obrigações com Banqueiros no Exterior (1)	**27.846**	**(18.639)**	**3.317.749**
Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento (1)	**(518.282)**	**(1.103.186)**	**275.171**
Ganhos/(perdas) cambiais sobre investimentos no exterior	**86.151**	**361.854**	**(2.539.955)**
Total	**(3.474.456)**	**(7.734.066)**	**7.078.354**

(1) As movimentações credoras apresentadas decorrem da variação cambial negativa do período (valorização do Real frente ao Dólar).

20 - OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e Previdenciárias

	31.12.2017	31.12.2016
Obrigações legais (Nota 27.h1) (1)	6.571.673	6.571.673
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	1.907.949	5.472.488
Passivo fiscal diferido (Nota 24.d)	2.255.388	2.088.502
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	461.301	481.286
Impostos e contribuições a recolher	1.179.657	1.412.098
Total	**12.375.968**	**16.026.047**
Passivo circulante	11.464.023	15.293.551
Passivo não circulante	911.945	732.496

(1) A provisão para atualização de depósito judicial classificada em "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias - Obrigações legais" foi reclassificada para "Outras Obrigações - Diversas – Obrigações legais – Provisão para riscos fiscais", conforme Carta-Circular Bacen nº 3.782/2016.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

b) Fundos Financeiros e de Desenvolvimento

	31.12.2017	31.12.2016
Marinha Mercante	8.428.862	8.190.785
Pasep (1)	4.285.088	2.632.348
Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE	2.009.071	2.070.560
Fundo de Desenvolvimento do Centro Oeste - FDCO	1.175.704	893.803
Fundos do Governo do Estado de São Paulo	776.541	761.340
Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC	55.989	64.926
Outros	63.495	176.763
Total	**16.794.750**	**14.790.525**
Passivo circulante	9.339.505	9.055.620
Passivo não circulante	7.455.245	5.734.905

(1) O Banco é administrador do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), garantindo rentabilidade mínima equivalente à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP.

c) Dívidas Subordinadas

Captações		Valor Emitido	Remuneração a.a.	Data Captação	Vencimento	31.12.2017	31.12.2016
Banco do Brasil							
Recursos FCO – Fundo Constitucional do Centro-Oeste						**27.870.141**	**25.237.153**
Recursos aplicados (1)						26.276.745	22.219.924
Recursos disponíveis (2)						1.593.396	3.017.229
Dívidas Subordinadas no Exterior						**9.826.030**	**9.668.175**
	USD	660.000	5,38%	2010	2021	2.232.252	2.197.183
	USD	1.500.000	5,88%	2011	2022	5.059.991	4.977.616
	USD	750.000	5,88%	2012	2023	2.533.787	2.493.376
Letras Financeiras Subordinadas						**25.679.955**	**27.100.626**
		2.055.100	111,00% do CDI	2011	2017	--	3.918.702
		4.844.900	111,50% do CDI 1,06% a 1,11% + CDI 5,24% a 5,56% + IPCA Pré 10,51%	2012	2018	8.923.941	8.120.026
		215.000	112,00% do CDI	2012	2019	408.542	367.374
		4.680.900	111,00% do CDI	2013	2019	8.400.751	7.561.372
		150.500	112,50% do CDI 5,45% + IPCA	2012	2020	286.248	258.947
		377.100	112,00% a 114,00% do CDI	2014	2020	586.670	526.593
		163.523	112,00% a 114,00% do CDI	2014	2020	261.465	234.894
		1.594.580	113,00% a 115,00% do CDI	2014	2021	2.462.830	2.208.470
		2.273.804	113,00% a 115,00% do CDI	2014	2021	3.688.487	3.309.117
		400.000	8,08% + IPCA	2014	2022	661.021	595.131
Total das Dívidas Subordinadas do Banco do Brasil						**63.376.126**	**62.005.954**
Valores eliminados na consolidação						(33.828)	(30.203)
Total das Dívidas Subordinadas (3)(4)						**63.342.298**	**61.975.751**
Passivo circulante						9.168.341	4.158.742
Passivo não circulante						54.173.957	57.817.009

(1) Remunerados pelos encargos pactuados com os mutuários, deduzido o del credere da instituição financeira, conforme artigo 9º da Lei n.º 7.827/1989.
(2) Remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Banco Central do Brasil (Bacen), conforme artigo 9º da Lei n.º 7.827/1989.
(3) O montante de R$ 39.523.718 mil (R$ 40.181.808 mil em 31.12.2016) compõe o nível II do Patrimônio de Referência (PR).
(4) Inclui o montante de R$ 7.660.472 mil, referente a dívidas subordinadas registradas no grupamento Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

d) Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida

Captações		Valor Emitido[1]	Remuneração a.a.	Data Captação	31.12.2017	31.12.2016
Bônus Perpétuos						
	USD	1.498.500	8,50%	10/2009	5.032.780	4.954.884
	USD	1.398.727	9,25%	01 e 03/2012	4.800.902	4.731.512
	USD	1.988.000	6,25%	01/2013	6.641.984	6.539.293
	R$	8.100.000	5,50%[2]	09/2012	8.197.342	8.175.552
	USD	2.169.700	9,00%	06/2014	7.176.685	7.065.637
Total Banco do Brasil					**31.849.693**	**31.466.878**
Valores eliminados na consolidação					(30.615)	(1.252)
Total reclassificado para o Patrimônio Líquido (Nota 23.c)					(8.100.000)	(8.100.000)
Total Consolidado					**23.719.078**	**23.365.626**
Passivo circulante					283.071	279.308
Passivo não circulante					23.436.007	23.086.318

(1) Refere-se, nas captações em dólar, ao *outstanding value*, uma vez que ocorreram recompras parciais desses instrumentos.
(2) A partir de 28.08.2014 a remuneração passou a ser integralmente variável (Nota 23.c).

Do total dos bônus perpétuos, o montante de R$ 22.907.900 mil compõe o Patrimônio de Referência – PR (R$ 22.565.112 mil em 31.12.2016), sendo o montante de R$ 18.111.300 mil registrado no grupamento Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Nota 28.b).

Os bônus emitidos em outubro de 2009, no valor de USD 1.500.000 mil (*outstanding value* USD 1.498.500 mil), têm opção de resgate por iniciativa do Banco a partir de 2020 ou em cada pagamento semestral de juros subsequente, desde que autorizado previamente pelo Banco Central do Brasil (Bacen). Caso o Banco não exerça a opção de resgate em outubro de 2020, os juros incidentes sobre os títulos serão corrigidos nessa data para 7,782% mais o preço de negociação dos Títulos do Tesouro Norte-Americano de dez anos. A partir dessa data, a cada dez anos, os juros incidentes sobre os títulos serão corrigidos levando-se em consideração o preço de negociação dos Títulos do Tesouro Norte-Americano de dez anos.

Os bônus emitidos em janeiro e março (reabertura) de 2012, nos valores de USD 1.000.000 mil (*outstanding value* USD 650.000 mil) e USD 750.000 mil (*outstanding value* USD 748.727 mil), respectivamente, e os bônus emitidos em janeiro de 2013, no valor de USD 2.000.000 mil (*outstanding value* USD 1.988.000 mil), tiveram, em 27.09.2013 seus termos e condições alterados com a finalidade de ajustá-los às regras da Resolução CMN n.° 4.192/2013 do Bacen, que regulamenta a implementação de Basileia III no Brasil. As alterações entraram em vigor em 01.10.2013, quando os instrumentos foram submetidos ao Bacen para a obtenção de autorização para integrarem o Capital Complementar (Nível I) do Banco. A autorização foi concedida em 30.10.2013.

Os bônus emitidos em junho de 2014, no valor de USD 2.500.000 mil (*outstanding value* USD 2.169.700 mil), têm opção de resgate por iniciativa do Banco a partir de 18.06.2024 ou em cada pagamento semestral de juros subsequente, desde que autorizado previamente pelo Banco Central do Brasil. Caso o Banco não exerça a opção de resgate em junho de 2024, os juros incidentes sobre os títulos serão corrigidos nessa data para 6,362% mais o preço de negociação dos Títulos do Tesouro Norte-Americano de dez anos.

Caso o Banco não exerça a opção de resgate em abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012, em abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013, e em junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014, a taxa de juros dos títulos será redefinida naquela data e a cada dez anos de acordo com os Títulos do Tesouro Norte-Americano de dez anos vigente na época mais o spread inicial de crédito. Os títulos apresentam as seguintes opções de resgate, sujeitas a autorização prévia do Bacen:

(i) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, em abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012, em abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013, e em junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014 ou em cada pagamento semestral de juros subsequente, pelo preço base de resgate;
(ii) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, após cinco anos da data de emissão desde que anterior a abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012, a abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013 e a junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014, em função de evento tributário, pelo preço base de resgate;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

(iii) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, após cinco anos da data de emissão e desde que anterior a abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012 e em abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013, em função de evento regulatório, pelo maior valor entre o preço base de resgate e o Make-whole amount;
(iv) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, após cinco anos da data de emissão desde que anterior a junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014, em função de evento regulatório, pelo preço base de resgate.

Os bônus emitidos em outubro de 2009 determinam que o Banco suspenda os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos emitidos (que não serão devidos, nem acumulados) caso:

(i) o Banco não esteja enquadrado ou o pagamento desses encargos não permita que esteja em conformidade com os níveis de adequação de capital, limites operacionais ou seus indicadores financeiros estejam abaixo do nível mínimo exigido pela regulamentação aplicável a bancos brasileiros;
(ii) o Bacen ou as autoridades regulatórias determinem a suspensão dos pagamentos dos referidos encargos;
(iii) algum evento de insolvência ou falência ocorra;
(iv) alguma inadimplência ocorra; ou
(v) o Banco não tenha distribuído o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio aos portadores de ações ordinárias referentes ao período de cálculo de tais juros e/ou acessórios.

Os bônus emitidos em janeiro e março de 2012, em janeiro de 2013 e em junho de 2014 determinam que o Banco suspenda os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos emitidos (que não serão devidos, nem acumulados) caso:

(i) os lucros distribuíveis no período não sejam suficientes para a realização do referido pagamento (condição discricionária para o Banco);
(ii) o Banco não esteja enquadrado ou o pagamento desses encargos não permita que esteja em conformidade com os níveis de adequação de capital, limites operacionais ou seus indicadores financeiros estejam abaixo do nível mínimo exigido pela regulamentação aplicável a bancos brasileiros;
(iii) o Bacen ou as autoridades regulatórias determinem a suspensão dos pagamentos dos referidos encargos;
(iv) algum evento de insolvência ou falência ocorra;
(v) alguma inadimplência ocorra.

De acordo com as regras de Basileia III, os bônus emitidos em janeiro e março de 2012, em janeiro de 2013 e em junho de 2014, contam com mecanismos de “absorção de perdas” (*loss absorption*). Além disso, caso o item (i) ocorra, o pagamento de dividendos pelo Banco aos seus acionistas ficará limitado ao mínimo obrigatório determinado pela legislação aplicável até que os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos tenham sido retomados integralmente. Por fim esses bônus serão extintos de forma permanente e em valor mínimo correspondente ao saldo computado no capital de Nível I do Banco caso:

(i) o capital principal do Banco for inferior a 5,125% do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA);
(ii) seja tomada a decisão de fazer uma injeção de capital do setor público ou suporte equivalente ao Banco, a fim de manter o Banco em situação de viabilidade;
(iii) o Bacen, em avaliação discricionária regulamentada pelo CMN, determinar por escrito a extinção dos bônus para viabilizar a continuidade do Banco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

e) Diversas

	31.12.2017	31.12.2016
Operações com cartão de crédito/débito	23.672.221	21.471.614
Passivos atuariais (Nota 26.e)	11.919.681	12.527.486
Obrigações legais – Provisão para riscos fiscais (Nota 27.h1) (1)	9.898.829	8.869.908
Provisões para demandas cíveis (Nota 27.e1)	6.723.721	6.897.180
Credores diversos no país	6.019.238	8.196.248
Provisões para pagamentos a efetuar	4.384.094	6.181.130
Recursos vinculados a operações de crédito	2.422.714	4.523.775
Provisões para demandas trabalhistas (Nota 27.e1)	2.677.568	2.508.268
Obrigações de pagamento em nome de terceiros	1.963.031	1.815.374
Obrigações por convênios oficiais	1.470.938	1.217.719
Credores por recursos a liberar	794.139	434.927
Obrigações por prêmios concedidos a clientes por fidelidade	551.458	637.623
Obrigações por operações vinculadas a cessão	496.365	612.132
Obrigações por aquisição de bens e direitos	348.059	470.607
Provisão para demandas fiscais (Nota 27.e1) (2)	258.324	276.015
Provisões para garantias prestadas (Nota 20.f)	202.547	442.300
Provisões para perdas com o Fundo de Compensação de Variação Salarial - FCVS	197.710	159.601
Credores diversos no exterior	673.470	864.820
Obrigações por cotas de fundos de investimento	108.728	97.049
Coobrigações em cessões de crédito	676	729
Outras	1.431.781	617.653
Total	**76.215.292**	**78.822.158**
Passivo circulante	61.751.393	73.694.320
Passivo não circulante	14.463.899	5.127.838

(1) Refere-se a provisão para atualização de depósito judicial, conforme Carta-Circular Bacen n.º 3.782/2016.

(2) Conforme Carta-Circular Bacen n º 3.782/2016, a rubrica "Provisão para demandas fiscais" foi reclassificada de "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias" para "Outras Obrigações - Diversas".

f) Garantias Financeiras

	31.12.2017	
	Valores Garantidos	Provisão
Vinculadas a licitações, leilões, prestação de serviços ou execução de obras	1.232.766	55.070
Aval ou fiança em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal	994.495	53.702
Vinculadas à distribuição de TVM por oferta pública	32.000	--
Vinculados ao fornecimento de mercadorias	37.377	2
Outras garantias financeiras prestadas (1)	813.848	89.943
Outras fianças bancárias	859.357	3.830
Vinculadas ao comércio internacional de mercadorias	6.994	--
Outros avais	397	--
Total	**3.977.234**	**202.547**

(1) Refere-se, principalmente, a garantias prestadas em moeda estrangeira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

As operações de garantias financeiras prestadas são avaliadas através dos modelos de classificação de risco de operações vigentes na instituição, no mesmo formato das operações de crédito, as quais seguem os preceitos das Resoluções CMN nº 2.682 e nº 2.697, divulgadas em 21.12.1999 e 24.02.2000, respectivamente, que estabelecem os critérios de classificação das operações de crédito e as regras para constituição de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD).

A classificação de risco das operações é realizada mediante a aplicação de metodologias desenvolvidas que consideram as características dos clientes, das operações e garantias. O resultado final da classificação é a atribuição de risco conforme escala constante na Resolução CMN nº 2.682, que define o percentual de provisão que deve ser alocada à operação.

21 - OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

a) Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias

	2º Semestre/2017	Exercício/2017	Exercício/2016
Conta corrente	3.647.186	6.956.388	6.228.719
Administração de fundos	2.765.766	5.397.265	4.266.999
Comissões de seguros, previdência e capitalização	1.618.928	3.047.672	3.122.857
Operações de crédito e garantias prestadas	931.885	1.894.417	1.684.333
Rendas de cartões	907.633	1.881.199	1.828.062
Cobrança	692.852	1.447.794	1.678.767
Arrecadações	544.340	1.087.296	1.046.273
Rendas do mercado de capitais	425.096	774.647	700.480
Taxas de administração de consórcios	389.297	724.933	543.725
Tesouro Nacional e administração de fundos oficiais	350.648	688.651	594.010
Interbancária	73.410	154.063	179.944
De controladas não financeiras	14.248	25.564	24.705
Outras	935.349	1.861.527	1.895.242
Total	**13.296.638**	**25.941.416**	**23.794.116**

b) Despesas de Pessoal

	2º Semestre/2017	Exercício/2017	Exercício/2016
Proventos	(4.856.392)	(9.646.449)	(10.554.857)
Encargos sociais	(1.628.800)	(3.180.244)	(3.352.817)
Benefícios	(1.518.639)	(3.045.696)	(2.789.175)
Provisões administrativas de pessoal	(962.288)	(2.137.052)	(3.985.886)
Demandas trabalhistas	(808.757)	(1.599.087)	(1.247.273)
Previdência complementar	(452.932)	(859.159)	(841.703)
Treinamento	(41.880)	(64.267)	(65.109)
Honorários de diretores e conselheiros	(22.691)	(45.009)	(49.177)
Total	**(10.292.379)**	**(20.576.963)**	**(22.885.997)**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

c) Outras Despesas Administrativas

	2º Semestre/2017	Exercício/2017	Exercício/2016
Amortização	(1.621.952)	(3.302.939)	(3.323.477)
Aluguéis	(763.815)	(1.567.286)	(1.442.485)
Serviços de terceiros	(781.646)	(1.488.711)	(1.469.457)
Serviços de vigilância e segurança	(634.175)	(1.244.514)	(1.237.307)
Depreciação	(578.587)	(1.153.659)	(1.135.735)
Comunicações	(566.751)	(1.143.596)	(1.170.401)
Transporte	(612.123)	(1.114.216)	(1.133.525)
Processamento de dados	(443.321)	(851.169)	(844.887)
Serviços do sistema financeiro	(385.426)	(744.457)	(787.540)
Manutenção e conservação de bens	(354.832)	(706.984)	(685.982)
Serviços técnicos especializados	(256.637)	(522.153)	(463.434)
Água, energia e gás	(235.306)	(491.613)	(533.725)
Propaganda e publicidade	(271.554)	(394.553)	(319.110)
Promoções e relações públicas	(106.383)	(163.272)	(247.277)
Material	(53.960)	(112.818)	(118.161)
Viagem no país	(54.104)	(102.781)	(73.062)
Outras	(422.329)	(730.803)	(676.506)
Total	**(8.142.901)**	**(15.835.524)**	**(15.662.071)**

d) Outras Receitas Operacionais

	2º Semestre/2017	Exercício/2017	Exercício/2016
Atualização de depósitos em garantia	1.206.808	2.672.991	3.090.284
Recuperação de encargos e despesas	1.055.541	2.068.593	2.056.475
Rendas de títulos e créditos a receber	370.479	785.049	914.964
Atualização das destinações do superávit - Previ Plano 1 (Nota 26.f)	324.413	646.882	1.057.658
Operações com cartões	390.738	600.326	338.639
Receitas das empresas controladas não financeiras	125.683	289.934	323.064
Reversão de provisões - garantias financeiras prestadas	161.145	247.335	--
Reversão de provisões - despesas administrativas e despesas de pessoal	108.167	211.382	247.918
Atualização de impostos a compensar	84.371	172.168	95.490
Rendas de créditos específicos e operações especiais - Tesouro Nacional	18.252	40.094	69.832
Reversão de provisões - outras contingências	29.000	29.000	--
Dividendos Recebidos	2.444	12.330	20.499
Subvenção do Tesouro Nacional - MPO	3.389	6.529	8.165
Recompra de parcela dos títulos de dívida	--	--	196.523
Royalties e participações especiais	--	--	46.869
Outras	292.963	510.681	781.353
Total	**4.173.393**	**8.293.294**	**9.247.733**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

e) Outras Despesas Operacionais

	2º Semestre/2017	Exercício/2017	Exercício/2016
Descontos concedidos em renegociação	(705.977)	(1.441.337)	(1.314.000)
Operações com cartões	(771.358)	(1.429.290)	(1.322.569)
Atualização das obrigações atuariais	(707.575)	(1.409.652)	(1.581.033)
Demandas cíveis e fiscais	(830.356)	(1.235.010)	(1.067.116)
Bônus de relacionamento negocial	(611.220)	(1.066.531)	(698.372)
Atualização da provisão para depósito judicial (Nota 27.h)	(453.397)	(1.026.712)	(1.365.510)
Despesas das empresas controladas não financeiras	(232.065)	(440.055)	(435.507)
Autoatendimento	(149.773)	(331.908)	(356.340)
Falhas/fraudes e outras perdas	(121.510)	(319.268)	(327.732)
Remuneração pelas transações do Banco Postal	(122.700)	(236.936)	(1.175.949)
Bônus de adimplência	(90.055)	(200.438)	(287.703)
Convênio INSS	(93.138)	(171.409)	(117.447)
Prêmio de seguro de vida - crédito direto ao consumidor	(65.476)	(131.999)	(146.793)
Outras despesas de provisões operacionais	(33.081)	(40.977)	(75.863)
Provisão de prestação de fiança, aval e garantia	(5.519)	(23.174)	(18.515)
Credenciamento do uso do Sisbacen	(10.399)	(20.520)	(21.990)
Atualização de JCP/Dividendos	(9.015)	(10.662)	(15.195)
Outras	(450.521)	(792.629)	(602.804)
Total	**(5.463.135)**	**(10.328.507)**	**(10.930.438)**

22 - RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	2º Semestre/2017	Exercício/2017	Exercício/2016
Receitas Não Operacionais	**605.733**	**756.616**	**393.644**
Ganhos de capital	559.154	671.731	210.934
Lucro na alienação de valores e bens	9.545	25.285	33.504
Reversão de provisão para desvalorização de outros valores e bens	12.435	17.804	4.688
Rendas de aluguéis	4.583	9.543	10.124
Atualização de devedores por alienação de bens imóveis	1.323	1.954	3.021
Lucro na alienação de investimentos/participação societária	--	311	52.870
Reversão de provisão para perdas em ações e cotas	--	--	37.327
Outras rendas não operacionais	18.693	29.988	41.176
Despesas Não Operacionais	**(167.958)**	**(214.251)**	**(166.513)**
Perdas de capital	(131.017)	(151.408)	(92.239)
Desvalorização de outros valores e bens	(24.233)	(41.418)	(19.213)
Prejuízos na alienação de valores e bens	(9.892)	(17.368)	(52.983)
Outras despesas não operacionais	(2.816)	(4.057)	(2.078)
Total	**437.775**	**542.365**	**227.131**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

23 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Valor Patrimonial e Valor de Mercado por Ação Ordinária

	31.12.2017	31.12.2016
Patrimônio Líquido do Banco do Brasil	87.530.779	76.218.169
Valor patrimonial por ação (R$) (1)	31,43	27,37
Valor de mercado por ação (R$)	31,82	28,09
Patrimônio Líquido Consolidado	98.723.402	87.193.752

(1) Calculado com base no Patrimônio Líquido do Banco do Brasil.

b) Capital Social

O capital social do Banco do Brasil, totalmente subscrito e integralizado, de R$ 67.000.000 mil (R$ 67.000.000 mil, em 31.12.2016) está dividido em 2.865.417.020 ações ordinárias representadas na forma escritural e sem valor nominal. A União Federal é a maior acionista, detendo o controle.

O Banco poderá, independentemente de reforma estatutária, por deliberação e nas condições determinadas pela Assembleia Geral dos Acionistas, aumentar o Capital Social até o limite de R$ 120.000.000 mil, mediante a emissão de ações ordinárias, concedendo-se aos acionistas, preferência para a subscrição do aumento de capital, na proporção do número de ações que possuírem.

c) Instrumento Elegível ao Capital Principal

Em 26.09.2012, o Banco do Brasil firmou Contrato de Mútuo com a União, na qualidade de instrumento híbrido de capital e dívida, no valor de até R$ 8.100.000 mil, sem prazo de vencimento, com remuneração prefixada, pagamentos de juros semestrais, cujos recursos foram destinados ao financiamento agropecuário.

A referida captação, até 27.08.2014, era autorizada pelo Bacen a integrar o patrimônio de referência no Nível I (capital complementar) e estava sujeita ao limitador previsto no art. 28 da Resolução CMN n.º 4.192, de 01.03.2013.

Em 28.08.2014, nos termos da Lei n.º 12.793, de 02.04.2013, foi celebrado um termo aditivo ao referido contrato com o objetivo de tornar o instrumento híbrido de capital e dívida elegível ao capital principal, em conformidade com o art. 16 da Resolução CMN n.º 4.192/2013.

Após a assinatura do termo aditivo do contrato, a remuneração passou a ser integralmente variável e os juros serão devidos por períodos coincidentes com o exercício social do Banco, iniciando-se sua contagem em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Os juros relativos a cada exercício social serão pagos em parcela única anual, atualizada pela Selic até a data de seu efetivo pagamento, em até 30 dias corridos, contados após a realização do pagamento de dividendos relativos ao resultado apurado no balanço de encerramento do exercício social.

O pagamento da remuneração será realizado apenas com recursos provenientes de lucros e reservas de lucros passíveis de distribuição no último período de apuração, sujeito à discricionariedade da Administração em realizá-lo. Não haverá cumulatividade dos encargos não pagos. Caso não seja realizado pagamento ou crédito de dividendos (inclusive sob a forma de juros sobre capital próprio) até 31 de dezembro do exercício social seguinte, os encargos financeiros que não houverem sido pagos deixarão de ser exigíveis definitivamente.

Caso o saldo dos lucros acumulados, das reservas de lucros, inclusive a reserva legal, e das reservas de capital do Banco não sejam suficientes para a absorção de seus eventuais prejuízos apurados quando do fechamento do balanço do exercício social, o Banco do Brasil estará desobrigado da remuneração e utilizará os valores devidos a título de juros vencidos e o saldo de principal, nesta ordem, até o montante necessário para a compensação dos prejuízos, sendo considerada, para todos os fins, devidamente quitada a dívida a que se refere o contrato até o valor compensado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O instrumento não possui data de vencimento e poderá ser liquidado apenas em situações de dissolução da instituição emissora ou de recompras autorizadas pelo Banco Central do Brasil. No caso de dissolução do Banco, o pagamento do principal e encargos da dívida ficará subordinado ao pagamento dos demais passivos. Em nenhuma hipótese haverá remuneração preferencial do instrumento, inclusive em relação a outros elementos patrimoniais classificados no Patrimônio de Referência.

Em 22.09.2014, o Bacen considerou o referido instrumento como elegível ao capital principal, na forma da Resolução CMN n.º 4.192/2013, a partir de 28.08.2014. Dessa forma, para fins de divulgação das demonstrações contábeis consolidadas, o instrumento mencionado foi reclassificado para o patrimônio líquido.

d) Reservas de Reavaliação

As Reservas de Reavaliação, no valor de R$ 2.371 mil (R$ 2.660 mil em 31.12.2016), referem-se às reavaliações de ativos efetuadas por empresas controladas/coligadas.

No exercício de 2017 foram realizadas reservas no montante de R$ 289 mil (R$ 70 mil no exercício de 2016) decorrentes de depreciação, transferidas para a conta Lucros ou Prejuízos Acumulados, líquido de impostos. Conforme a Resolução CMN n.º 3.565/2008, o saldo remanescente será mantido até a data de sua efetiva realização.

e) Reservas de Capital e de Lucros

	31.12.2017	31.12.2016
Reservas de Capital	12.436	15.509
Reservas de Lucros	35.280.691	27.646.569
Reserva legal	7.111.684	6.570.147
Reservas Estatutárias	28.169.007	21.076.422
Margem operacional	24.312.045	17.567.395
Equalização de dividendos	3.856.962	3.509.027

A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Do lucro líquido apurado no período, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social.

A Reserva Estatutária para Margem Operacional tem por finalidade garantir margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações do Banco e é constituída em até 100% do lucro líquido, após as destinações legais, inclusive dividendos, limitada a 80% do capital social.

A Reserva Estatutária para Equalização de Dividendos assegura recursos para o pagamento dos dividendos, sendo constituída pela parcela de até 50% do lucro líquido após as destinações legais, inclusive dividendos, até o limite de 20% do capital social.

f) Lucro por Ação

	2º Semestre/2017	Exercício/2017	Exercício/2016
Lucro líquido (R$ mil)	5.863.390	10.881.098	7.930.114
Número médio ponderado de ações (básico e diluído)	2.784.953.544	2.784.905.261	2.787.552.822
Lucro por ação (básico e diluído) (R$)	2,11	3,91	2,84

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

g) Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos e Destinação do Resultado

Demonstramos a seguir a base de cálculo dos dividendos, bem como a destinação do resultado do período:

	Exercício/2017	Exercício/2016
1) Lucro líquido - BB Banco Múltiplo	**10.881.098**	**7.930.114**
No País	10.439.231	8.452.960
No Exterior	441.867	(522.846)
2) Juros sobre instrumento elegível ao capital principal	**97.343**	**75.552**
3) Base de cálculo dos dividendos (item 1 + item 2)	**10.978.441**	**8.005.666**
Dividendos - Payout	3.228.953	2.354.607
Dividendo mínimo obrigatório	2.572.301	1.886.423
Dividendo adicional	656.652	468.184
4) Destinações		
Lucro Líquido	10.881.098	7.930.114
Lucros acumulados	(50.358)	12.082
Lucro distribuído	10.830.740	7.942.196
Reserva legal	541.537	396.505
Dividendos e juros sobre o capital próprio	3.228.953	2.354.607
Reservas estatutárias	7.060.250	5.191.084

Apresentamos o cronograma de pagamento dos juros sobre o capital próprio e dos dividendos:

	Valor	Valor por ação (R$)	Data base da posição acionária	Data de pagamento
1º Trimestre/2017				
Juros sobre o capital próprio pagos (1)	200.824	0,072	13.03.2017	31.03.2017
Juros sobre o capital próprio complementares pagos (1)	509.477	0,183	22.05.2017	31.05.2017
2º Trimestre/2017				
Juros sobre o capital próprio pagos (1)	218.823	0,079	12.06.2017	30.06.2017
Juros sobre o capital próprio complementares pagos (1)	559.958	0,201	21.08.2017	31.08.2017
3º Trimestre/2017				
Juros sobre o capital próprio pagos (1)	212.471	0,076	11.09.2017	29.09.2017
Juros sobre o capital próprio complementares pagos (1)	621.704	0,223	21.11.2017	30.11.2017
4º Trimestre/2017				
Juros sobre o capital próprio pagos (1)	230.029	0,083	11.12.2017	28.12.2017
Juros sobre o capital próprio complementares a pagar (1)	675.667	0,243	01.03.2018	12.03.2018
Total destinado aos acionistas	**3.228.953**	**1,160**		

(1) Valores sujeitos à alíquota de 15% de Imposto de Renda Retido na Fonte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

	Valor	Valor por ação (R$)	Data base da posição acionária	Data de pagamento
1º Trimestre/2016				
Juros sobre o capital próprio pagos (1)	274.466	0,098	11.03.2016	31.03.2016
Juros sobre o capital próprio complementares pagos (1)	372.273	0,133	23.05.2016	31.05.2016
2º Trimestre/2016				
Juros sobre o capital próprio pagos (1)	383.614	0,138	13.06.2016	30.06.2016
Juros sobre o capital próprio complementares pagos (1)	380.865	0,138	22.08.2016	31.08.2016
3º Trimestre/2016				
Juros sobre o capital próprio pagos (1)	352.694	0,126	12.09.2016	30.09.2016
Juros sobre o capital próprio complementares pagos (1)	305.963	0,110	21.11.2016	29.11.2016
4º Trimestre/2016				
Juros sobre o capital próprio pagos (1)	214.235	0,077	12.12.2016	29.12.2016
Juros sobre o capital próprio complementares pagos (1)	70.497	0,025	01.03.2017	10.03.2017
Total destinado aos acionistas	**2.354.607**	**0,845**		

(1) Valores sujeitos à alíquota de 15% de Imposto de Renda Retido na Fonte.

Em conformidade com as Leis n.° 9.249/1995 e n.° 9.430/1996 e com o Estatuto do Banco, a Administração decidiu pelo pagamento aos seus acionistas de juros sobre o capital próprio, imputados ao valor dos dividendos.

Os juros sobre o capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido ajustado e limitados à variação, *pro rata die*, da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior a duas vezes o seu valor.

Para atendimento à legislação do Imposto de Renda, o montante de juros sobre o capital próprio foi contabilizado na conta de Despesas Financeiras e para fins de elaboração destas demonstrações contábeis, reclassificado para a conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados. O total dos juros sobre o capital próprio, no exercício de 2017, proporcionou redução na despesa com encargos tributários no montante de R$ 1.453.029 mil (R$ 1.059.573 mil no exercício de 2016).

h) Conciliação do Lucro Líquido e do Patrimônio Líquido

	Lucro Líquido			Patrimônio Líquido	
	2º Semestre/2017	Exercício/2017	Exercício/2016	31.12.2017	31.12.2016
Banco do Brasil	**5.863.390**	**10.881.098**	**7.930.114**	**87.530.779**	**76.218.169**
Instrumento elegível a capital principal (1)	52.170	97.343	75.552	8.100.000	8.100.000
Resultado não realizado (2)	33.513	32.335	27.890	(305.049)	(337.385)
Participação dos não controladores	--	--	--	3.397.672	3.212.968
Consolidado	**5.949.073**	**11.010.776**	**8.033.556**	**98.723.402**	**87.193.752**

(1) Nas demonstrações contábeis individuais, o instrumento elegível a capital principal foi registrado no passivo e seus encargos financeiros reconhecidos como despesas de operações de captação no mercado. Nas demonstrações contábeis consolidadas, esse instrumento foi reclassificado para o patrimônio líquido com o objetivo de melhorar a qualidade e transparência dessas demonstrações (Notas 3 e 23.c).

(2) Refere-se à realização de resultados não realizados decorrente de cessão de créditos do Banco do Brasil para a Ativos S.A. em períodos anteriores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

i) Ajustes de Avaliação Patrimonial

	2º Semestre/2017				2º Semestre/2016			
	Saldo Inicial	Movimentação	Efeitos tributários	Saldo Final	Saldo Inicial	Movimentação	Efeitos tributários	Saldo Final
Títulos Disponíveis para Venda								
Banco do Brasil	(885.145)	288.944	(109.834)	(706.035)	(1.427.491)	(139.564)	113.477	(1.453.578)
Subsidiárias no exterior	42.875	(44.369)	57.797	56.303	38.265	(10.095)	1.310	29.480
Coligadas e controladas	(20.421)	159.698	(78.274)	61.003	(91.733)	145.068	(58.890)	(5.555)
Hedge de Fluxo de Caixa								
Coligadas e controladas	(8.771)	(4.993)	3.427	(10.337)	(5.545)	(4.197)	1.442	(8.300)
Hedge de Investimento no Exterior								
Coligadas e controladas	(368)	10.788	(3.543)	6.877	--	--	--	--
Variações Cambiais de Investimentos no Exterior								
Subsidiárias no exterior	(30.926)	(153.727)	--	(184.653)	--	--	--	--
Ganhos/(Perdas) Atuariais - Planos de Benefícios	**(15.978.910)**	**5.903.067**	**(2.367.040)**	**(12.442.883)**	**(16.832.181)**	**2.232.671**	**(891.742)**	**(15.491.252)**
Total	**(16.881.666)**	**6.159.408**	**(2.497.467)**	**(13.219.725)**	**(18.318.685)**	**2.223.883**	**(834.403)**	**(16.929.205)**

	Exercício/2017				Exercício/2016			
	Saldo Inicial	Movimentação	Efeitos tributários	Saldo Final	Saldo Inicial	Movimentação	Efeitos tributários	Saldo Final
Títulos Disponíveis para Venda								
Banco do Brasil	(1.453.578)	1.202.166	(454.623)	(706.035)	(2.760.383)	1.556.950	(250.145)	(1.453.578)
Subsidiárias no Exterior	29.480	(30.621)	57.444	56.303	(12.779)	41.926	333	29.480
Coligadas e controladas	(5.555)	113.271	(46.713)	61.003	(351.322)	526.474	(180.707)	(5.555)
Hedge de Fluxo de Caixa								
Coligadas e controladas	(8.300)	(7.832)	5.795	(10.337)	--	(14.278)	5.978	(8.300)
Hedge de Investimento no Exterior								
Coligadas e controladas	--	10.420	(3.543)	6.877	--	--	--	--
Variações Cambiais de Investimentos no Exterior								
Subsidiárias no Exterior	--	(184.653)	--	(184.653)	--	--	--	--
Ganhos/(Perdas) Atuariais - Planos de Benefícios	**(15.491.252)**	**5.091.650**	**(2.043.281)**	**(12.442.883)**	**(13.918.187)**	**(2.623.835)**	**1.050.770**	**(15.491.252)**
Total	**(16.929.205)**	**6.194.401**	**(2.484.921)**	**(13.219.725)**	**(17.042.671)**	**(512.763)**	**626.229**	**(16.929.205)**

j) Participação dos Não Controladores

	Patrimônio Líquido	
	31.12.2017	31.12.2016
Banco Patagonia S.A.	842.202	822.165
Besc Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	27	27
BB Tecnologia e Serviços	34	32
BB Seguridade S.A.	2.555.409	2.390.744
Participação dos não Controladores	**3.397.672**	**3.212.968**

k) Participações Acionárias (Quantidade de Ações)

Quantidade de ações de emissão do Banco do Brasil em que os acionistas sejam titulares, direta ou indiretamente, de mais de 5% das ações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Acionistas	31.12.2017		31.12.2016	
	Ações	% Total	Ações	% Total
União Federal	1.502.374.642	52,4	1.558.511.715	54,4
Tesouro Nacional	1.453.493.742	50,7	1.453.487.115	50,7
Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização	48.880.900	1,7	105.024.600	3,7
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - Previ	244.572.814	8,5	281.209.714	9,8
Ações em Tesouraria (1)	80.463.476	2,8	80.666.497	2,8
Outros acionistas	1.038.006.088	36,3	945.029.094	33,0
Total	**2.865.417.020**	**100,0**	**2.865.417.020**	**100,0**
Residentes no país	2.264.739.133	79,0	2.275.634.163	79,4
Residentes no exterior	600.677.887	21,0	589.782.857	20,6

(1) Inclui, em 31.12.2017, 40.900 ações do Banco do Brasil mantidas na BB DTVM (50.100 em 31.12.2016).

Quantidade de ações de emissão do Banco do Brasil, de titularidade do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Comitê de Auditoria:

	Ações ON (1)	
	31.12.2017	31.12.2016
Conselho de Administração (exceto Presidente do Banco, que consta na Diretoria Executiva)	144	144
Diretoria Executiva	145.195	166.334
Comitê de Auditoria	18	10.075

(1) A participação acionária do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Comitê de Auditoria representa aproximadamente 0,005% do capital do Banco.

l) Movimentação de Ações em Circulação/Free Float

	31.12.2017		31.12.2016	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Ações em circulação no início do período	1.226.072.321	42,8	1.139.037.581	39,8
Aquisição de ações - Tesouro Nacional	(6.627)		--	
Alienação de ações pela Caixa F1 Garantia Construção Naval	--		87.368.167	
Alienação de ações pelo FGO - Investimento em ações	--		7.500.000	
Alienação de ações pelo FFIE - Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização	56.143.700		--	
Adimplemento de operações afiançadas pelo FGCN - Fundo Garantidor da Construção Naval	--		(8.075.350)	
Outras movimentações (1)	224.160		241.923	
Ações em circulação no fim do período (2)	1.282.433.554	44,8	1.226.072.321	42,8
Total emitido	**2.865.417.020**	**100,0**	**2.865.417.020**	**100,0**

(1) Referem-se principalmente às movimentações oriundas de Órgãos Técnicos e Consultivos.
(2) Conforme Lei n.º 6.404/1976 e regulamento do Novo Mercado da B3 (BM&FBovespa e Cetip). Não considera as ações em poder do Conselho de Administração e Diretoria Executiva. As ações detidas pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ integram o montante de ações em circulação.

m) Ações em Tesouraria

Em 13.07.2012, o Conselho de Administração aprovou o Programa de Recompra de até 50 milhões de ações, no prazo de até 180 dias contados a partir dessa data, objetivando a aquisição de ações para manutenção em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento sem redução do capital social, visando à geração de valor aos acionistas. Esse programa vigorou até 08.01.2013, e foram adquiridas 20.200.000 ações, no montante de R$ 461.247 mil, com custo mínimo, médio e máximo por ação de R$ 18,28, R$ 22,83 e R$ 26,78, respectivamente.

Em 13.06.2013, o Conselho de Administração aprovou o Programa de Recompra de até 50 milhões de ações, nas mesmas condições do programa anterior, porém, com vigência de até 365 dias contados a partir dessa data. Esse programa vigorou até 06.06.2014, e foram adquiridas 43.126.700 ações, no montante de R$ 1.014.504 mil, com custo mínimo, médio e máximo por ação de R$ 18,84, R$ 23,52 e R$ 28,67, respectivamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Em 06.06.2014, o Conselho de Administração aprovou o Programa de Recompra de até 50 milhões de ações, nas mesmas condições do programa anterior. Esse programa vigorou até 18.05.2015 onde foram adquiridas 6.021.900 ações, no montante de R$ 155.481 mil, com custo mínimo, médio e máximo por ação de R$ 22,66, R$ 25,82 e R$ 29,27, respectivamente.

Em 18.05.2015, o Conselho de Administração aprovou o Programa de Recompra de até 50 milhões de ações, nas mesmas condições do programa anterior. Esse programa vigorou até 16.05.2016 onde foram adquiridas 3.623.700 ações, no montante de R$ 67.902 mil, com custo mínimo, médio e máximo por ação de R$ 17,90, R$ 18,74 e R$ 21,10, respectivamente.

Em 31.12.2017, o Banco possuía 80.463.476 ações em tesouraria, no valor total de R$ 1.850.043 mil, das quais 71.861.516 ações decorrentes dos programas de recompra, 8.075.350 ações recebidas em dação de pagamento do FGCN – Fundo Garantidor a Construção Naval, 526.547 ações decorrentes do programa de remuneração variável e 63 ações remanescentes de incorporações.

n) Pagamento Baseado em Ações – Programa de Remuneração Variável

O programa de remuneração variável do Banco do Brasil foi elaborado sob vigência da Resolução CMN n.º 3.921, de 25.11.2010, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.

O programa tem periodicidade anual, sendo estabelecido em função dos riscos e da atividade dos administradores e tem como pré-requisitos: a Ativação do Programa de Participação nos Lucros e Resultados e o atingimento de lucro contábil positivo pelo BB.

A qualificação e a classificação dos administradores são feitas com base em indicadores que mensuram o atingimento das metas corporativas e individuais, baseadas na Estratégia Corporativa do Banco do Brasil – ECBB para o período. O programa ainda determina que 50% da remuneração seja paga à vista e em espécie e que os demais 50% sejam pagos em ações.

A distribuição da remuneração em ações ocorre de forma que 20% é imediatamente transferido para a titularidade do beneficiário e 80% é diferido pelo prazo de quatro anos, sendo: 20% no prazo de um ano, 20% no prazo de dois anos, 20% no prazo de três anos e 20% no prazo de quatro anos.

A BB DTVM, em decorrência da resolução supracitada, também aprovou política de remuneração variável para sua diretoria, adquirindo diretamente ações em tesouraria do Banco. Todas as ações adquiridas são BBAS3 e seu valor justo é o preço de mercado cotado na data de sua outorga.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Apresentamos o demonstrativo das ações adquiridas, sua distribuição e o respectivo cronograma de transferências:

	Total de Ações do Programa	Custo Médio	Ações Distribuídas (1)	Ações a Distribuir	Cronograma Estimado de Transferências
Programa 2013					
Banco do Brasil	353.800	20,36	259.674	71.488	03/2018
Total de ações a distribuir				**71.488**	
BB DTVM	24.546	23,83	19.639	4.907	04/2018
Total de ações a distribuir				**4.907**	
Programa 2014					
Banco do Brasil	318.633	24,08	166.755	64.030	02/2018
				64.029	02/2019
Total de ações a distribuir				**128.059**	
BB DTVM	27.063	22,98	16.239	5.412	04/2018
				5.412	04/2019
Total de ações a distribuir				**10.824**	
Programa 2015					
Banco do Brasil	342.240	19,92	109.634	68.705	03/2018
				68.703	03/2019
				68.703	03/2020
Total de ações a distribuir				**206.111**	
BB DTVM	26.109	19,92	10.449	5.220	03/2018
				5.220	03/2019
				5.220	03/2020
Total de ações a distribuir				**15.660**	
Programa 2016					
Banco do Brasil	99.348	33,78	19.902	19.863	03/2018
				19.861	03/2019
				19.861	03/2020
				19.861	03/2021
Total de ações a distribuir				**79.446**	
BB DTVM	10.397	32,84	2.085	2.078	03/2018
				2.078	03/2019
				2.078	03/2020
				2.078	03/2021
Total de ações a distribuir				**8.312**	

(1) Em vista da variação negativa ocorrida no lucro do Banco do Brasil S.A. entre os anos de 2012 e 2016, não foram distribuídas aos administradores a totalidade das ações relativas a parcelas daqueles períodos, sendo 1.197 ações referentes à BB DTVM e 91.333 ações referentes ao Banco do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

24 - TRIBUTOS

a) Demonstração da Despesa de IR e CSLL

	2º Semestre/2017	Exercício/2017	Exercício/2016
Valores Correntes	**(1.299.232)**	**(3.290.685)**	**(6.583.871)**
IR e CSLL no país	(1.117.038)	(2.842.517)	(6.188.487)
Imposto de Renda no exterior	(182.194)	(448.168)	(395.384)
Valores Diferidos	**(776.447)**	**(760.178)**	**2.936.404**
Passivo Fiscal Diferido	**8.225**	**20.096**	**139.328**
Operações de leasing - ajuste da carteira e depreciação incentivada	15.379	27.492	(3.836)
Marcação a mercado	111.198	366.397	652.509
Ganhos atuariais	--	--	36.618
Atualização de depósitos judiciais fiscais	(133.828)	(321.619)	(442.739)
Lucros do exterior	50.714	--	--
Operações realizadas em mercados de liquidação futura	(5.799)	(5.921)	39.221
Créditos recuperados a prazo	(29.439)	(46.253)	(142.445)
Ativo Fiscal Diferido	**(784.672)**	**(780.274)**	**2.797.076**
Diferenças temporárias	(218.947)	152.237	2.499.299
Prejuízos fiscais/bases negativas de CSLL	--	(4.987)	(121.588)
Marcação a mercado	(565.725)	(921.535)	413.376
Operações realizadas em mercados de liquidação futura	--	(5.989)	5.989
Total	**(2.075.679)**	**(4.050.863)**	**(3.647.467)**

b) Conciliação dos Encargos de IR e CSLL

	2º Semestre/2017	Exercício/2017	Exercício/2016
Resultado Antes dos Tributos e Participações	**9.656.963**	**18.133.832**	**14.371.690**
Encargo total do IR (25%) e da CSLL (20%)	(4.345.633)	(8.160.224)	(6.467.261)
Encargos sobre JCP	782.942	1.453.029	1.059.573
Resultado de participações em coligadas/controladas	876.360	1.783.017	1.933.985
Participação de empregados no lucro	340.782	627.343	444.950
Outros valores	269.870	245.972	(618.714)
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	**(2.075.679)**	**(4.050.863)**	**(3.647.467)**

c) Despesas Tributárias

	2º Semestre/2017	Exercício/2017	Exercício/2016
Cofins	(1.674.357)	(3.351.849)	(3.626.462)
ISSQN	(546.219)	(1.064.476)	(982.747)
PIS/Pasep	(282.043)	(564.046)	(606.794)
Outras	(256.837)	(502.132)	(425.521)
Total	**(2.759.456)**	**(5.482.503)**	**(5.641.524)**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

d) Passivo Fiscal Diferido

	31.12.2017	31.12.2016
Decorrentes da marcação a mercado	705.415	998.782
Decorrentes de atualização de depósitos judiciais fiscais	581.247	546.393
Decorrentes de créditos recuperados a prazo	397.092	350.838
Dependências no Exterior	66.398	67.052
Decorrentes do ajuste da carteira de leasing	51.938	79.430
Decorrentes de ajustes patrimoniais positivos de planos de benefícios	423.015	42.146
Decorrentes de operações em mercados de liquidação futura	6.562	--
Outros	23.721	3.861
Total das Obrigações Fiscais Diferidas	**2.255.388**	**2.088.502**
Imposto de Renda	1.009.782	914.441
Contribuição Social	679.059	611.497
Cofins	487.352	483.926
PIS/Pasep	79.195	78.638

e) Ativo Fiscal Diferido (Crédito Tributário)

	31.12.2016	Exercício/2017		31.12.2017
	Saldo	Constituição	Baixa	Saldo
Diferenças temporárias	42.004.953	16.634.731	(20.021.958)	38.617.726
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	24.419.134	12.526.334	(12.260.987)	24.684.481
Provisões passivas	9.650.754	2.495.092	(2.751.873)	9.393.973
Ajustes patrimoniais negativos de planos de benefícios	3.721.796	712.996	(2.606.411)	1.828.381
Marcação a mercado	1.643.604	474.411	(959.540)	1.158.475
Outras provisões	2.569.665	425.898	(1.443.147)	1.552.416
CSLL escriturada a 18% (MP n.º 2.158/2001)	694.371	--	(27.311)	667.060
Prejuízo fiscal/Superveniência de depreciação	127.317	--	(38.019)	89.298
Prejuízo fiscal/Base negativa	56.863	946.606	(655.217)	348.252
Total dos Créditos Tributários Ativados	**42.883.504**	**17.581.337**	**(20.742.505)**	**39.722.336**
Imposto de Renda	24.529.862	9.908.474	(11.086.440)	23.351.896
Contribuição Social	18.202.275	7.627.116	(9.566.187)	16.263.204
Cofins	130.209	39.387	(77.350)	92.246
PIS/Pasep	21.158	6.360	(12.528)	14.990

f) Ativo Fiscal Diferido (Crédito Tributário - Não Ativado)

	31.12.2017	31.12.2016
Créditos tributários no exterior	821.539	1.067.634
Parcela de prejuízos fiscais/bases negativas	7.906	4.581
Diferenças temporárias	161	160
Total dos Créditos Tributários	**829.606**	**1.072.375**
Imposto de Renda	519.393	670.756
Contribuição Social	310.213	401.619

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Expectativa de Realização

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado em 31.12.2017, sendo o valor presente apurado com base na taxa média de captação do Banco Múltiplo.

	Valor Nominal	Valor Presente
Em 2018	6.760.918	6.461.285
Em 2019	13.536.293	12.547.268
Em 2020	13.546.007	12.168.530
Em 2021	4.967.226	4.224.400
Em 2022	426.926	254.848
Em 2023	203.457	152.392
Em 2024	107.830	67.600
Em 2025	67.550	36.643
Em 2026	26.902	18.240
Em 2027	79.227	56.438
Total de Créditos Tributários em 31.12.2017	**39.722.336**	**35.987.644**

No Exercício de 2017, observou-se a realização de créditos tributários no Banco Múltiplo no montante de R$ 20.358.796 mil, correspondente a 203,81% da respectiva projeção de utilização para o período de 2017, que constava no estudo técnico elaborado em 31.12.2016.

A realização dos valores nominais de créditos tributários ativados, considerando a recomposição daqueles baixados durante o trâmite da ação judicial (Nota 27.h), baseada em estudo técnico realizado pelo Banco em 31.12.2017, está projetada para 10 anos, nas seguintes proporções:

	Prejuízo Fiscal/CSLL a Compensar (1)	Diferenças Intertemporais (2)
Em 2018	16%	17%
Em 2019	33%	33%
Em 2020	18%	34%
Em 2021	17%	12%
Em 2022	16%	2%
A partir de 2023	--	2%

(1) Projeção de consumo vinculada à capacidade de gerar bases tributáveis de IRPJ e CSLL em períodos subsequentes.
(2) A capacidade de consumo decorre das movimentações das provisões (expectativa de ocorrerem reversões, baixas e utilizações).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

25 - PARTES RELACIONADAS

a) Pessoal-chave da administração

Custos com remuneração e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da administração do Banco do Brasil, formado pelos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva:

	2º Semestre/2017	Exercício/2017	Exercício/2016
Benefícios de curto prazo	**23.987**	**48.812**	**47.096**
Honorários e encargos sociais	16.611	33.098	34.674
Diretoria Executiva	16.426	32.699	34.167
Conselho de Administração	185	399	507
Remuneração variável (pecúnia) e encargos sociais	5.553	12.592	9.067
Outros (1)	1.823	3.122	3.355
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	**140**	**549**	**1.180**
Remuneração baseada em ações	**--**	**8.459**	**7.260**
Total	**24.127**	**57.820**	**55.536**

(1) Inclui, principalmente, contribuições patronais aos planos de saúde e de benefício pós-emprego, auxílio moradia, auxílio mudança, seguro de grupo, entre outros.

De acordo com a política de remuneração variável do Banco do Brasil, estabelecida em conformidade com a Resolução CMN n.º 3.921/2010, parte da remuneração variável da Diretoria Executiva é paga em ações (Nota 23.n).

O Banco não oferece benefícios pós-emprego ao pessoal-chave da administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional do Banco.

b) Transações com partes relacionadas

O Banco possui política de transações com partes relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração e divulgada ao mercado. A política visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões, especialmente aquelas envolvendo partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesse, sejam tomadas observando os interesses do Banco e de seus acionistas. A política se aplica a todos os colaboradores e administradores do Banco.

Dentre outras orientações, a política veda a realização de transações com partes relacionadas em condições diversas às de mercado ou que possam prejudicar os interesses da instituição. Sendo assim, as transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros quando aplicável e não envolvem riscos anormais de recebimento.

Conforme as normas vigentes e o Estatuto Social, o Banco do Brasil não concede empréstimos ou adiantamentos, nem realiza transações de compra ou venda de bens de qualquer natureza ao pessoal-chave da administração. Eventuais saldos existentes referem-se às operações contratadas antes da vigência dos mandatos.

Os saldos de contas referentes às transações entre as empresas consolidadas do Banco são eliminados nas Demonstrações Contábeis Consolidadas.

O Banco realiza transações bancárias com as partes relacionadas, tais como depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados, captações no mercado aberto, empréstimos (exceto com o pessoal-chave da administração) e aquisição de carteiras de operações de crédito. Há ainda contratos de prestação de serviços e de garantias prestadas.

Dentre as transações realizadas com o Controlador (Tesouro Nacional) destacam-se: as operações de alongamento de crédito rural, que são direitos junto ao Tesouro Nacional, decorrentes de cessão de operações de crédito rural alongadas na forma da Resolução CMN n.º 2.238/1996, bem como os valores a receber do Tesouro Nacional referentes à equalização de taxa de juros de programas incentivados pelo Governo Federal, na forma da Lei n.º 8.427/1992. A equalização de taxas, modalidade de subvenção econômica, representa o diferencial de taxas entre o custo de captação de recursos, acrescido dos custos administrativos e tributários e os encargos cobrados do tomador final do crédito rural. O valor da equalização é atualizado pela Taxa Média Selic desde a sua apuração até o pagamento pelo Tesouro Nacional,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que é realizado segundo programação orçamentária daquele Órgão, conforme estabelece a Legislação, preservando assim a adequada remuneração ao Banco.

Algumas transações constam em outras notas explicativas: os recursos aplicados em títulos públicos federais, estão relacionados na Nota 8; as informações referentes aos fundos públicos estão relacionadas na Nota 20; e as informações referentes aos repasses e demais transações com entidades patrocinadas estão relacionadas na Nota 26.

A Previ utiliza-se dos sistemas internos do Banco, para votações, processos seletivos e acesso a normas internas de interesse comum, o que gera uma economia de custos para ambas as partes envolvidas. Há também contratos de comodato entre o Banco e algumas partes relacionadas, onde o Banco figura basicamente como cessionário nos contratos, utilizando-se dos espaços, principalmente, para instalação de terminais de autoatendimento, de postos de atendimento bancário e de agências, não representando volume significativo, uma vez que os contratos dessa natureza são realizados na maior parte com terceiros.

O Banco instituiu a Fundação Banco do Brasil (FBB) que tem por objetivo promover, apoiar, incentivar e patrocinar ações nos campos da educação, cultura, saúde, assistência social, recreação e desporto, ciência e tecnologia e assistência a comunidades urbano-rurais. No exercício de 2017, o Banco realizou contribuições para a FBB no valor de R$ 54.457 mil (R$ 48.343 mil no exercício de 2016).

c) Aquisição de carteiras de operações de crédito cedidas pelo Banco Votorantim

	Exercício/2017	Exercício/2016
Cessão com retenção substancial de riscos e benefícios (com coobrigação)	3.853.901	7.786.348
Resultado não realizado líquido de efeitos tributários (saldo)	143	215

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

d) Sumário das transações com partes relacionadas

	31.12.2017				
	Controlador (1)	Controle conjunto e Coligadas (2)	Pessoal-chave da administração (3)	Outras partes relacionadas (4)	Total
Ativos					
Aplicações em depósitos interfinanceiros	--	367.795	--	301.087	668.882
Títulos e valores mobiliários	--	3.440.424	--	682.928	4.123.352
Operações de crédito (5)	--	12.839.370	2.774	31.326.490	44.168.634
Valores a receber de ligadas	--	252.692	--	9.254	261.946
Outros ativos (6)	4.430.928	548.403	--	346.905	5.326.236
Garantias recebidas (7)	--	2.278.693	--	3.920.441	6.199.134
Passivos					
Depósitos à vista	262.607	13.854	526	917.470	1.194.457
Depósitos em poupança	--	--	548	316.032	316.580
Depósitos a prazo remunerados	--	27.231	205	7.652.116	7.679.552
Captações mercado aberto	--	1.993.484	--	3.465.726	5.459.210
Obrigações por empréstimos e repasses	145.264	--	--	73.268.852	73.414.116
Outros passivos (8)	452.077	13.565.303	18.327	1.570.053	15.605.760
Garantias prestadas e outras coobrigações (9)	--	6.804.136	--	735.098	7.539.234
2º Semestre/2017					
Receita de juros, prestação de serviços e outras receitas	2.321.212	3.509.021	162	1.813.845	7.644.240
Despesas com captação e outras despesas	(34.100)	(264.431)	(585)	(2.683.941)	(2.983.057)
Exercício/2017					
Receita de juros, prestação de serviços e outras receitas	5.210.625	6.979.402	340	4.034.584	16.224.951
Despesas com captação e outras despesas	(71.607)	(554.665)	(1.203)	(5.288.710)	(5.916.185)

(1) Tesouro Nacional.

(2) Referem-se, principalmente, ao Banco Votorantim, Cielo, BB Mapfre SH1, Mapfre BB SH2, Brasilprev, Brasilcap, Alelo, Cateno, Tecban e IRB.

(3) Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

(4) Inclui as transações mais significativas com empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo Governo Federal, tais como: Petrobras, CEF, BNDES e Eletrobras. Fundos do Governo: Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – Funproger. Além dessas, entidades vinculadas aos funcionários e entidades patrocinadas: Cassi, Previ e outras.

(5) As operações de crédito possuem R$ 24 mil de provisão para créditos de liquidação duvidosa. Houve reversão de despesa de R$ 74.751 mil no 2º semestre/2017 (reversão de R$ 39.798 mil no exercício/2017). O saldo com pessoal-chave da administração refere-se às operações contratadas antes da vigência dos mandatos.

(6) As transações com o Controlador referem-se, principalmente, às operações de alongamento de crédito rural – Tesouro Nacional (Nota 12.a), equalização de taxas – safra agrícola, títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional (Nota 12.b).

(7) Referem-se, principalmente, a garantia do Tesouro Nacional, direitos creditórios resultantes de contrato, navios petroleiros, avais e fianças, dentre outras.

(8) Os saldos evidenciados na coluna "Controle conjunto e coligadas" referem-se, principalmente, aos valores a pagar à Cielo relativos as transações realizadas com cartões de crédito e de débito emitidos pelo Banco a serem repassados pela Cielo aos estabelecimentos credenciados.

(9) Inclui o Contrato de Abertura de Linha de Crédito Interbancário Rotativo a liberar com o Banco Votorantim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

	31.12.2016				
	Controlador (1)	Controle conjunto e Coligadas (2)	Pessoal-chave da administração (3)	Outras partes relacionadas (4)	Total
Ativos					
Aplicações em depósitos interfinanceiros	--	819.732	--	--	819.732
Títulos e valores mobiliários	--	3.526.917	--	897.187	4.424.104
Operações de crédito (5)	--	14.091.895	3.153	31.239.992	45.335.040
Valores a receber de ligadas	--	165.711	--	133	165.844
Outros ativos (6)	5.162.844	874.394	--	53.066	6.090.304
Passivos					
Depósitos à vista	379.593	174.192	759	2.923.658	3.478.202
Depósitos em poupança	--	--	1.196	277.842	279.038
Depósitos a prazo remunerados	--	2.429	538	11.643.110	11.646.077
Captações mercado aberto	--	5.699.646	--	3.100.600	8.800.246
Obrigações por empréstimos e repasses	2.471.934	--	--	80.610.367	83.082.301
Outros passivos	115.348	1.425.515	25.396	662.042	2.228.301
Garantias e outras coobrigações (7)	--	6.814.807	--	837.984	7.652.791
Exercício/2016					
Receita de juros, prestação de serviços e outras receitas	6.393.676	7.787.233	386	4.718.993	18.900.288
Despesas com captação e outras despesas	(103.273)	(478.407)	(3.286)	(5.797.816)	(6.382.782)

(1) Tesouro Nacional.

(2) Referem-se, principalmente, ao Banco Votorantim, Cielo, BB Mapfre SH1, Mapfre BB SH2, Brasilprev, Brasilcap, Alelo, Cateno, Tecban e IRB.

(3) Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

(4) Inclui as transações mais significativas com empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo Governo Federal, tais como: Petrobras, CEF, BNDES e Eletrobras. Fundos do Governo: Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – Funproger. Além dessas, entidades vinculadas aos funcionários e entidades patrocinadas: Cassi, Previ e outras.

(5) As operações de crédito com outras partes relacionadas possuem R$ 120.404 mil de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

(6) As transações com o Controlador referem-se, principalmente, às operações de alongamento de crédito rural – Tesouro Nacional (Nota 12.a), equalização de taxas – safra agrícola, títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional (Nota 12.b).

(7) Inclui o Contrato de Abertura de Linha de Crédito Interbancário Rotativo a liberar com o Banco Votorantim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

26 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

O Banco do Brasil é patrocinador das seguintes entidades de previdência privada e de saúde complementar, que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários:

	Planos	Benefícios	Classificação
Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil	Previ Futuro	Aposentadoria e pensão	Contribuição definida
	Plano de Benefícios 1	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano Informal	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
Cassi - Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	Plano de Associados	Assistência médica	Benefício definido
Economus – Instituto de Seguridade Social	Prevmais	Aposentadoria e pensão	Contribuição variável
	Regulamento Geral	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Regulamento Complementar 1	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Grupo B'	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano Unificado de Saúde – PLUS	Assistência médica	Benefício definido
	Plano Unificado de Saúde – PLUS II	Assistência médica	Benefício definido
	Plano de Assistência Médica Complementar – PAMC	Assistência médica	Benefício definido
Fusesc - Fundação Codesc de Seguridade Social	Multifuturo I	Aposentadoria e pensão	Contribuição variável
	Plano de Benefícios I	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
SIM - Caixa de Assistência dos Empregados dos Sistemas Besc e Codesc, do Badesc e da Fusesc	Plano de Saúde	Assistência médica	Contribuição definida
Prevbep – Caixa de Previdência Social	Plano BEP	Aposentadoria e pensão	Benefício definido

Número de Participantes Abrangidos pelos Planos de Benefícios Patrocinados pelo Banco

	31.12.2017			31.12.2016		
	N.° de participantes			N.° de participantes		
	Ativos	Assistidos	Total	Ativos	Assistidos	Total
Planos de Aposentadoria e Pensão	**102.110**	**118.499**	**220.609**	**106.110**	**116.432**	**222.542**
Plano de Benefícios 1 - Previ	10.637	98.788	109.425	11.268	99.037	110.305
Plano Previ Futuro	77.975	1.520	79.495	78.886	1.084	79.970
Plano Informal	--	3.076	3.076	--	3.267	3.267
Outros Planos	13.498	15.115	28.613	15.956	13.044	29.000
Planos de Assistência Médica	**103.239**	**105.724**	**208.963**	**105.364**	**106.429**	**211.793**
Cassi	92.390	98.618	191.008	93.283	99.245	192.528
Outros Planos	10.849	7.106	17.955	12.081	7.184	19.265

Contribuições do Banco para os Planos de Benefícios

	2º Semestre/2017	Exercício/2017	Exercício/2016
Planos de Aposentadoria e Pensão	**851.458**	**1.564.536**	**1.470.795**
Plano de Benefícios 1 - Previ (1)	338.067	606.677	575.569
Plano Previ Futuro	334.209	619.585	570.814
Plano Informal	93.784	180.153	184.003
Outros Planos	85.398	158.121	140.409
Planos de Assistência Médica	**679.399**	**1.287.365**	**1.221.675**
Cassi	598.460	1.132.016	1.061.596
Outros Planos	80.939	155.349	160.079
Total	**1.530.857**	**2.851.901**	**2.692.470**

(1) Refere-se às contribuições relativas aos participantes amparados pelo Contrato 97 e ao Plano 1, sendo que essas contribuições ocorreram respectivamente através da realização do Fundo Paridade e do Fundo de Utilização (Nota 26.f). O Contrato 97 tem por objeto disciplinar a forma do custeio necessário à constituição de parte equivalente a 53,7% do valor garantidor do pagamento do complemento de aposentadoria devido aos participantes admitidos no Banco até 14.04.1967 que tivessem se aposentado ou viessem a se aposentar após essa data, exceto aqueles participantes que fazem parte do Plano Informal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

As contribuições do Banco para os planos de benefício definido (pós-emprego), durante o 1º semestre de 2018, estão estimadas em R$ 912.400 mil.

Valores Reconhecidos no Resultado

	2º Semestre/2017	Exercício/2017	Exercício/2016
Planos de Aposentadoria e Pensão	**(728.107)**	**(1.396.267)**	**(1.496.120)**
Plano de Benefícios 1 - Previ	(235.381)	(465.601)	(616.738)
Plano Previ Futuro	(334.209)	(619.585)	(570.814)
Plano Informal	(62.026)	(128.051)	(159.964)
Outros Planos	(96.491)	(183.030)	(148.604)
Planos de Assistência Médica	**(785.614)**	**(1.545.553)**	**(1.610.839)**
Cassi	(713.340)	(1.407.685)	(1.464.114)
Outros Planos	(72.274)	(137.868)	(146.725)
Total	**(1.513.721)**	**(2.941.820)**	**(3.106.959)**

a) Planos de Aposentadoria e Pensão

Previ Futuro (Previ)

Plano destinado aos funcionários do Banco admitidos na empresa a partir de 24.12.1997. Os participantes ativos contribuem com 7% a 17% do salário de participação na Previ. Os percentuais de participação variam em função do tempo de empresa e do nível do salário de participação. Não há contribuição para participantes inativos. O patrocinador contribui com montantes idênticos aos dos participantes, limitado a 14% da folha de salários de participação desses participantes.

Plano de Benefícios 1 (Previ)

Participam os funcionários do Banco que nele se inscreveram até 23.12.1997. Os participantes, tanto os ativos quanto os aposentados, contribuem com um percentual entre 1,8% e 7,8% do salário de participação ou dos complementos de aposentadoria.

Até 15.12.2000, o Banco contribuía com 2/3 (dois terços) do montante total ao plano. A partir de 16.12.2000, em função da Emenda Constitucional n.º 20, o Banco e os participantes passaram a contribuir com 50% cada. Como resultado desta paridade contributiva, foi constituído o Fundo Paridade, cujos recursos vêm sendo utilizados para compensar as contribuições ao plano (Nota 26.f).

Plano Informal (Previ)

É de responsabilidade exclusiva do Banco do Brasil, cujas obrigações contratuais incluem:

(a) pagamento de aposentadoria dos participantes fundadores e dos beneficiários dos participantes falecidos até 14.04.1967;

(b) pagamento da complementação de aposentadoria aos demais participantes que se aposentaram até 14.04.1967 ou que, na mesma data, já reuniam condições de se aposentar por tempo de serviço e contavam com pelo menos 20 anos de serviço efetivo no Banco do Brasil; e

(c) aumento no valor dos proventos de aposentadoria e das pensões além do previsto no plano de benefícios da Previ, decorrente de decisões judiciais e de decisões administrativas em função de reestruturação do plano de cargos e salários e de incentivos criados pelo Banco.

Em 31.12.2012, o Banco do Brasil e a Previ formalizaram contrato por meio do qual o Banco do Brasil integralizou, com recursos do Fundo Paridade, 100% das reservas matemáticas relativas ao Grupo Especial, de responsabilidade exclusiva do Banco, cuja operacionalização migrou do Plano Informal para o Plano de Benefícios 1 da Previ. O Grupo Especial abrange os participantes do Plano de Benefícios 1 da Previ, integrantes do parágrafo primeiro da cláusula primeira do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

contrato de 24.12.1997, que obtiveram complementos adicionais de aposentadoria decorrentes de decisões administrativas e/ou decisões judiciais (Nota 26.f).

Prevmais (Economus)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa (incorporado pelo Banco do Brasil em 30.11.2009) inscritos a partir de 01.08.2006 e os participantes anteriormente vinculados ao plano de benefícios do Regulamento Geral que optaram pelo saldamento. O custeio para os benefícios de renda é paritário, limitado a 8% dos salários dos participantes. O plano oferece também benefícios de risco – suplementação de auxílio doença/acidente de trabalho, invalidez e pensão por morte.

Regulamento Geral (Economus)

Plano do qual fazem parte os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa inscritos até 31.07.2006. Plano fechado para novas adesões. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente sobre o salário de participação.

Regulamento Complementar 1 (Economus)

Destinado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa. Oferece os benefícios de complementação do auxílio-doença e pecúlios por morte e por invalidez. O custeio do plano é de responsabilidade da patrocinadora, dos participantes e dos assistidos.

Grupo B' (Economus)

Plano voltado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa admitidos no período de 22.01 a 13.05.1974 e seus assistidos. Plano fechado para novas adesões. O nível do benefício, a ser concedido quando da implementação de todas as condições previstas em regulamento, é conhecido *a priori*.

Plano Multifuturo I (Fusesc)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Banco do Estado de Santa Catarina – Besc (incorporado pelo Banco do Brasil em 30.09.2008) inscritos a partir de 12.01.2003 e os participantes anteriormente vinculados ao Plano de Benefícios I da Fusesc que optaram por este plano. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente entre 2,33% e 7% do salário de participação, conforme decisão contributiva de cada participante.

Plano de Benefícios I (Fusesc)

Voltado aos funcionários oriundos do Besc inscritos até 11.01.2003. Plano fechado para novas adesões. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente sobre o salário de participação.

Plano BEP (Prevbep)

Participam os funcionários oriundos do Banco do Estado do Piauí – BEP (incorporado pelo Banco do Brasil em 30.11.2008). Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente sobre o salário de participação.

b) Planos de Assistência Médica

Plano de Associados (Cassi)

O Banco é contribuinte do plano de saúde administrado pela Cassi, que tem como principal objetivo conceder auxílio para cobertura de despesas com a promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde do associado e seus beneficiários inscritos. O Banco contribui mensalmente com importância equivalente a 4,5% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão. A contribuição mensal dos associados e beneficiários de pensão é de 3% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão, além da coparticipação em alguns procedimentos. Adicionalmente, em decorrência da alteração do Estatuto da Cassi em novembro de 2016, foi aprovada a contribuição mensal extraordinária de 1% para os participantes até dezembro de 2019.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Plano Unificado de Saúde – PLUS (Economus)

Plano dos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa. A participação no plano se dá por meio de contribuição de 1,5% do salário bruto, sem limites, para a cobertura do titular e seus dependentes preferenciais, descontados em folha de pagamento do titular e 10% a título de coparticipação no custeio de cada consulta e exames de baixo custo, realizados pelo titular e seus dependentes (preferenciais e não preferenciais).

Plano Unificado de Saúde – PLUS II (Economus)

Destinado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa. A participação no plano se dá por meio de contribuição de 1,5% do salário bruto, sem limites, para a cobertura do titular e seus dependentes preferenciais, descontados em folha de pagamento do titular e 10% a título de coparticipação no custeio de cada consulta e exames de baixo custo, realizados pelo titular e seus dependentes preferenciais e filhos maiores. O plano não prevê a inclusão de dependentes não preferenciais.

Plano de Assistência Médica Complementar – PAMC (Economus)

Voltado para os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa lotados no estado de São Paulo. São titulares do plano os empregados aposentados por invalidez dos Grupos “B” e “C” e os seus dependentes, que participam do custeio na medida de sua utilização e de acordo com tabela progressiva e faixa salarial.

Plano SIM Saúde (SIM)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Besc, além dos vinculados a outros patrocinadores (Badesc, Codesc, Bescor, Fusesc e a própria SIM). A contribuição mensal dos beneficiários titulares ativos é de 3,44% do valor da remuneração bruta, incluindo o 13º salário, dos titulares inativos é de 8,86%, e dos patrocinadores 5,42%. Os beneficiários também contribuem com 0,75% por dependente. O plano também prevê coparticipação em procedimentos ambulatoriais.

c) Fatores de Risco

O Banco pode ser requerido a efetuar contribuições extraordinárias para Previ, Economus, Fusesc e Prevbep, o que pode afetar negativamente o resultado operacional.

Os critérios utilizados para apuração da obrigação do Banco com o conjunto de Planos destas Entidades Patrocinadas incorporam estimativas e premissas de natureza atuarial e financeira de longo prazo, bem como aplicação e interpretação de normas regulamentares vigentes. Assim, as imprecisões inerentes ao processo de utilização de estimativas e premissas podem resultar em divergências entre o valor registrado e o efetivamente realizado, resultando em impactos negativos ao resultado das operações do Banco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

d) Avaliações Atuariais

As avaliações atuariais são elaboradas semestralmente e as informações constantes nos quadros a seguir referem-se àquelas efetuadas nas datas base de 31.12.2017 e 31.12.2016.

d.1) Mudanças no valor presente das obrigações atuariais de benefício definido

	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos	
	Exerc/2017	Exerc/2016	Exerc/2017	Exerc/2016	Exerc/2017	Exerc/2016	Exerc/2017	Exerc/2016
Saldo Inicial	**(148.349.574)**	**(121.329.915)**	**(965.470)**	**(909.280)**	**(7.948.422)**	**(6.248.098)**	**(7.609.949)**	**(6.301.921)**
Custo de juros	(15.912.131)	(17.069.298)	(96.792)	(121.736)	(901.981)	(941.398)	(819.764)	(860.756)
Custo do serviço corrente	(429.542)	(455.492)	--	--	(98.102)	(85.735)	(23.819)	(26.616)
Custo do serviço passado	--	--	(31.259)	(38.228)	--	--	--	--
Benefícios pagos líquidos de contribuições de assistidos	12.228.789	10.350.474	180.153	184.002	724.412	624.614	653.780	585.425
Remensurações de ganhos/(perdas) atuariais	(2.796.329)	(19.845.343)	(46.324)	(80.228)	(500.037)	(1.297.805)	(1.100.287)	(1.006.081)
Ajuste de experiência	3.518.247	(1.749.063)	(7.965)	(8.380)	(10.283)	(293.184)	45.167	259.022
Alterações premissas biométricas	--	--	--	--	--	--	(644.827)	(78.102)
Alterações premissas financeiras	(6.314.576)	(18.096.280)	(38.359)	(71.848)	(489.754)	(1.004.621)	(500.627)	(1.187.001)
Saldo Final	**(155.258.787)**	**(148.349.574)**	**(959.692)**	**(965.470)**	**(8.724.130)**	**(7.948.422)**	**(8.900.039)**	**(7.609.949)**
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	(155.258.787)	(143.946.397)	--	--	--	--	(5.713.736)	(5.731.092)
Valor presente das obrigações atuariais a descoberto	--	(4.403.177)	(959.692)	(965.470)	(8.724.130)	(7.948.422)	(3.186.303)	(1.878.857)

d.2) Mudanças no valor justo dos ativos do plano

	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos[1]	
	Exerc/2017	Exerc/2016	Exerc/2017	Exerc/2016	Exerc/2017	Exerc/2016	Exerc/2017	Exerc/2016
Saldo Inicial	**143.946.397**	**118.378.747**	**--**	**--**	**--**	**--**	**5.731.092**	**5.394.014**
Receita de juros	15.410.472	16.291.315	--	--	--	--	608.154	725.014
Contribuições recebidas	606.678	575.569	180.153	184.002	724.412	624.614	220.451	177.830
Benefícios pagos líquidos de contribuições de assistidos	(12.228.789)	(10.350.474)	(180.153)	(184.002)	(724.412)	(624.614)	(653.780)	(585.425)
Ganho/(perda) atuarial sobre os ativos do plano	16.289.868	19.051.240	--	--	--	--	(192.181)	19.659
Saldo Final	**164.024.626**	**143.946.397**	**--**	**--**	**--**	**--**	**5.713.736**	**5.731.092**

(1) Refere-se aos seguintes planos: Regulamento Geral (Economus), Prevmais (Economus), Regulamento Complementar 1 (Economus), Multifuturo I (Fusesc), Plano I (Fusesc) e Plano BEP (Prevbep).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

d.3) Valores reconhecidos no balanço patrimonial

	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
1) Valor justo dos ativos do plano	164.024.626	143.946.397	--	--	--	--	5.713.736	5.731.092
2) Valor presente das obrigações atuariais	(155.258.787)	(148.349.574)	(959.692)	(965.470)	(8.724.130)	(7.948.422)	(8.900.039)	(7.609.949)
3) Superávit/(déficit) (1+2)	8.765.839	(4.403.177)	(959.692)	(965.470)	(8.724.130)	(7.948.422)	(3.186.303)	(1.878.857)
4) Ativo/(Passivo) Atuarial Líquido Registrado (1)	**4.382.919**	**(2.201.588)**	**(959.692)**	**(965.470)**	**(8.724.130)**	**(7.948.422)**	**(2.078.422)**	**(1.260.178)**

(1) Refere-se à parcela do patrocinador no superávit/(déficit).

d.4) Perfil de vencimento das obrigações atuariais de benefício definido

	Duration[1]	Pagamentos de benefícios esperados[2]				
		Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	Acima 3 anos	Total
Plano 1 (Previ)	9,34	13.297.575	13.142.312	12.984.304	243.411.753	282.835.944
Plano Informal (Previ)	5,57	154.261	137.927	122.797	907.784	1.322.769
Plano de Associados (Cassi)	9,90	753.742	740.040	725.455	15.179.919	17.399.156
Regulamento Geral (Economus)	10,14	453.591	453.981	454.153	10.426.188	11.787.913
Regulamento Complementar 1 (Economus)	14,75	1.455	1.558	1.667	107.905	112.585
Plus I e II (Economus)	6,67	59.245	55.058	51.052	514.204	679.559
Grupo B' (Economus)	9,75	16.056	15.980	15.895	334.383	382.314
Prevmais (Economus)	12,15	20.169	20.154	20.276	656.763	717.362
Multifuturo I (Fusesc)	10,37	6.160	6.111	6.057	140.257	158.585
Plano I (Fusesc)	9,20	41.458	41.299	41.075	778.181	902.013
Plano BEP (Prevbep)	11,63	3.908	4.307	4.375	136.264	148.854

(1) Duração média ponderada, em anos, da obrigação atuarial de benefício definido.
(2) Valores considerados sem descontar a valor presente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

d.5) Detalhamento dos valores reconhecidos no resultado relativos aos planos de benefício definido

	Plano 1 - Previ			Plano Informal - Previ			Plano de Associados - Cassi			Outros Planos		
	2º Sem/2017	Exerc/2017	Exerc/2016	2º Sem/2017	Exerc/2017	Exerc/2016	2º Sem/2017	Exerc/2017	Exerc/2016	2º Sem/2017	Exerc/2017	Exerc/2016
Custo do serviço corrente	(103.139)	(214.772)	(227.746)	--	--	--	(47.886)	(98.101)	(85.734)	(5.521)	(11.909)	(13.324)
Custo dos juros	(3.886.127)	(7.956.065)	(8.534.649)	(45.798)	(96.792)	(121.736)	(446.130)	(901.980)	(941.398)	(221.779)	(446.325)	(466.551)
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	3.753.885	7.705.236	8.145.657	--	--	--	--	--	--	146.910	303.477	361.817
Custo do serviço passado não reconhecido	--	--	--	(16.228)	(31.259)	(38.228)	--	--	--	--	--	--
Despesa com funcionários da ativa	--	--	--	--	--	--	(219.324)	(407.604)	(436.982)	(92.061)	(173.065)	(184.881)
Outros ajustes/reversão	--	--	--	--	--	--	--	--	--	3.686	6.924	7.610
(Despesa)/Receita Reconhecida na DRE	**(235.381)**	**(465.601)**	**(616.738)**	**(62.026)**	**(128.051)**	**(159.964)**	**(713.340)**	**(1.407.685)**	**(1.464.114)**	**(168.765)**	**(320.898)**	**(295.329)**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

d.6) Composição dos ativos dos planos

	Plano 1 - Previ		Outros Planos	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Renda Fixa	70.104.125	58.053.582	4.708.087	4.831.482
Renda Variável (1)	77.501.636	70.648.892	316.452	294.651
Investimentos imobiliários	9.759.465	9.126.202	190.893	194.858
Empréstimos e financiamentos	5.593.240	5.254.043	121.801	100.183
Outros	1.066.160	863.678	376.503	309.918
Total	**164.024.626**	**143.946.397**	**5.713.736**	**5.731.092**
Montantes incluídos no valor justo dos ativos do plano				
Em instrumentos financeiros próprios da entidade	12.191.887	11.631.219	30.297	23.926
Em propriedades ou outros ativos utilizados pela entidade	155.611	156.758	7.684	7.848

(1) No Plano de Benefícios 1 da Previ, inclui o valor de R$ 45.179.060 mil (R$ 30.265.763 mil em 31.12.2016), referente a ativos não cotados em mercado ativo.

d.7) Principais premissas atuariais adotadas em cada período

	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos(1)	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Taxa de inflação (a.a.)	5,10%	5,41%	5,00%	5,29%	5,11%	5,43%	5,11%	5,40%
Taxa real de desconto (a.a.)	5,30%	5,77%	5,05%	5,84%	5,32%	5,75%	5,31%	5,77%
Taxa nominal de retorno dos investimentos (a.a.)	10,67%	11,49%	--	--	--	--	10,69%	11,48%
Taxa real de crescimento salarial esperado (a.a.)	0,93%	1,04%	--	--	--	--	0,91%	0,92%
Tábua de sobrevivência	AT-2000 (Suavizada 10%)		AT-2000 (Suavizada 10%)		AT-2000 (Suavizada 10%)		AT-2000 / AT-83	AT-2000
Regime de capitalização	Crédito Unitário Projetado		Crédito Unitário Projetado		Crédito Unitário Projetado		Crédito Unitário Projetado	

(1) A partir de 30.06.2017, os planos Regulamento Complementar 1 e Grupo B' passaram a utilizar a tábua de sobrevivência AT-83.

O Banco, para definição dos valores relativos aos planos de benefício definido, utiliza métodos e premissas diferentes daqueles apresentados pelas entidades patrocinadas.

O pronunciamento técnico CPC 33 (R1) detalha a questão da contabilização assim como os efeitos ocorridos ou a ocorrer nas empresas patrocinadoras de planos de benefícios a empregados. Por sua vez, as entidades patrocinadas obedecem às normas emanadas do Ministério da Previdência Social, por intermédio do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc. As diferenças mais relevantes concentram-se na definição dos valores relativos ao Plano 1 – Previ.

d.8) Diferenças de premissas do Plano 1 - Previ

	Banco	Previ
Taxa real de desconto (a.a.)	5,30%	5,00%
Avaliação de ativos - Fundos exclusivos	Valor de Mercado ou Fluxo de Caixa Descontado	Fluxo de Caixa Descontado
Regime de capitalização	Crédito Unitário Projetado	Método Agregado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

d.9) Conciliação dos valores apurados no Plano 1 - Previ/Banco

	Ativos do Plano		Obrigações Atuariais		Efeito no Superávit/(Déficit)	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Valor apurado - Previ	**142.116.752**	**130.196.465**	**(146.567.430)**	**(144.371.339)**	**(4.450.678)**	**(14.174.874)**
Incorporação dos valores do contrato 97	13.506.509	14.251.784	(13.506.509)	(14.251.784)	--	--
Incorporação dos valores do Grupo Especial	1.101.682	1.145.314	(1.101.682)	(1.145.314)	--	--
Ajuste no valor dos ativos do plano (1)	7.299.683	(1.647.166)	--	--	7.299.683	(1.647.166)
Ajuste nas obrigações - taxa de desconto/regime de capitalização	--	--	5.916.834	11.418.863	5.916.834	11.418.863
Valor apurado - Banco	**164.024.626**	**143.946.397**	**(155.258.787)**	**(148.349.574)**	**8.765.839**	**(4.403.177)**

(1) Refere-se principalmente aos ajustes efetuados pelo Banco na apuração do valor justo dos investimentos na Litel, Neoenergia e em títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento.

d.10) Análise de Sensibilidade

As análises de sensibilidade são baseadas na mudança em uma suposição, mantendo todas as outras constantes. Na prática, isso é pouco provável de ocorrer, e as mudanças em algumas das suposições podem ser correlacionadas.

Os métodos utilizados na elaboração da análise de sensibilidade não se alteraram em relação ao período anterior, sendo observadas as atualizações nos parâmetros de taxa de desconto.

	31.12.2017		Tábua biométrica		Crescimento salarial		Taxa de juros	
			+1 idade	-1 idade	+0,25%	-0,25%	+0,25%	-0,25%
Plano 1 (Previ)	Valor presente da obrigação atuarial	155.258.787	151.561.097	158.921.732	155.306.251	155.211.324	151.852.415	158.809.808
	Superávit/(déficit) do plano	8.765.839	12.463.529	5.102.894	8.718.375	8.813.302	12.172.211	5.214.818
Plano Informal (Previ)	Valor presente da obrigação atuarial	959.692	922.038	998.110	--	--	946.932	972.829
	Superávit/(déficit) do plano	(959.692)	(922.038)	(998.110)	--	--	(946.932)	(972.829)
Plano de Associados (Cassi)	Valor presente da obrigação atuarial	8.724.130	8.509.285	8.937.459	8.726.940	8.721.320	8.516.369	8.941.503
	Superávit/(déficit) do plano	(8.724.130)	(8.509.285)	(8.937.459)	(8.726.940)	(8.721.320)	(8.516.369)	(8.941.503)
Regulamento Geral (Economus)	Valor presente da obrigação atuarial	6.902.096	6.797.371	7.003.546	--	--	6.719.685	7.093.139
	Superávit/(déficit) do plano	(2.633.398)	(2.528.673)	(2.734.849)	--	--	(2.450.987)	(2.824.441)
Regulamento Complementar 1 (Economus)	Valor presente da obrigação atuarial	45.493	47.149	43.876	--	--	43.909	47.158
	Superávit/(déficit) do plano	(956)	(2.612)	661	--	--	628	(2.621)
Plus I e II (Economus)	Valor presente da obrigação atuarial	656.497	630.484	683.032	--	--	642.310	671.291
	Superávit/(déficit) do plano	(656.497)	(630.484)	(683.032)	--	--	(642.310)	(671.291)
Grupo B' (Economus)	Valor presente da obrigação atuarial	210.324	206.099	214.423	--	--	205.496	215.351
	Superávit/(déficit) do plano	(210.324)	(206.099)	(214.423)	--	--	(205.496)	(215.351)
Prevmais (Economus)	Valor presente da obrigação atuarial	314.908	313.662	316.205	317.409	312.451	305.677	324.644
	Superávit/(déficit) do plano	87.070	88.315	85.773	84.569	89.527	96.301	77.334
Multifuturo I (Fusesc)	Valor presente da obrigação atuarial	81.695	80.233	83.118	--	--	79.700	83.780
	Superávit/(déficit) do plano	126.571	128.033	125.148	--	--	128.566	124.486
Plano I (Fusesc)	Valor presente da obrigação atuarial	618.161	606.881	629.220	--	--	607.348	629.391
	Superávit/(déficit) do plano	52.975	64.255	41.916	--	--	63.787	41.745
Plano BEP (Prevbep)	Valor presente da obrigação atuarial	70.865	69.770	71.925	70.985	70.745	68.956	72.866
	Superávit/(déficit) do plano	48.256	49.352	47.196	48.136	48.376	50.165	46.255

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

e) Resumo dos ativos/(passivos) atuariais registrados no Banco

	Ativo Atuarial		Passivo Atuarial	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Plano 1 (Previ)	4.382.919	--	--	(2.201.588)
Plano Informal (Previ)	--	--	(959.692)	(965.470)
Plano de Associados (Cassi)	--	--	(8.724.130)	(7.948.422)
Regulamento Geral (Economus)	--	--	(1.368.699)	(829.730)
Regulamento Complementar 1 (Economus)	--	--	(339)	(2.659)
Plus I e II (Economus)	--	--	(656.497)	(409.315)
Grupo B' (Economus)	--	--	(210.324)	(170.302)
Prevmais (Economus)	43.535	36.846	--	--
Multifuturo I (Fusesc)	63.286	57.514	--	--
Plano I (Fusesc)	26.488	33.586	--	--
Plano BEP (Prevbep)	24.128	23.882	--	--
Total	**4.540.356**	**151.828**	**(11.919.681)**	**(12.527.486)**

f) Destinações do Superávit - Plano 1

	2º Semestre/2017	Exercício/2017	Exercício/2016
Fundo Paridade			
Saldo Inicial	**130.093**	**129.900**	**120.378**
Atualização	4.427	9.092	14.065
Contribuições ao Plano 1 - Contrato 97	(31.794)	(36.266)	(4.543)
Saldo Final	**102.726**	**102.726**	**129.900**
Fundo de Utilização			
Saldo Inicial	**9.485.776**	**9.432.110**	**8.959.543**
Contribuição ao Plano 1	(306.273)	(570.411)	(571.026)
Atualização	319.985	637.789	1.043.593
Saldo Final	**9.499.488**	**9.499.488**	**9.432.110**
Total dos fundos de destinação do superávit	**9.602.214**	**9.602.214**	**9.562.010**

f.1) Fundo Paridade

Em 2000, o custo da implementação da paridade contributiva foi coberto com a utilização do superávit existente no Plano na época. Como efeito do acordo entre o Banco e os participantes, além da devida homologação pela Secretaria de Previdência Complementar, coube ao Banco, ainda, reconhecer o valor histórico de R$ 2.227.254 mil, os quais foram registrados em Fundos de Destinação Superávit - Previ. Esse ativo é corrigido mensalmente com base na meta atuarial (INPC + 5% a.a.).

Desde janeiro de 2007, este ativo vem sendo utilizado para compensar eventual desequilíbrio financeiro na relação entre Reserva a Amortizar e Amortizante Antecipada decorrente do contrato estabelecido com a Previ em 1997, o qual garantiu benefícios complementares aos participantes do Plano 1 admitidos até 14.04.1967 e que não estavam aposentados até aquela data.

f.2) Fundo de Utilização

O Fundo de Utilização, constituído por recursos transferidos do Fundo de Destinação (oriundo do superávit do plano), pode ser utilizado pelo Banco, como forma de reembolso ou como redução nas contribuições futuras, após cumpridas as exigências estabelecidas pela legislação aplicável. O Fundo de Utilização é corrigido pela meta atuarial (INPC + 5% a.a.).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

27 - PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos Contingentes

Em conformidade com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, não são reconhecidos ativos contingentes nas demonstrações contábeis.

b) Ações Trabalhistas

O Banco é parte passiva (réu) em processos judiciais trabalhistas movidos, na grande maioria, por ex-empregados, sindicatos da categoria ou ex-empregados de empresas prestadoras de serviços (terceirizados). Esses processos contêm vários pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de gratificação de função e outros.

c) Ações Fiscais

O Banco, a despeito de seu perfil conservador, está sujeito – em fiscalizações realizadas pelas autoridades fiscais tributárias – a questionamentos com relação a tributos e condutas fiscais, que podem eventualmente gerar autuações, como por exemplo: composição da base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) – dedutibilidades; e discussão quanto à incidência de tributos, quando da ocorrência de determinados fatos geradores. A maioria das ações judiciais oriundas das autuações versa sobre ISSQN, IRPJ, CSLL, PIS/Cofins, IOF e Contribuições Previdenciárias Patronais. Para garantia destas ações, quando necessário, existem penhoras em dinheiro, títulos públicos, imóveis, ou depósitos judiciais para suspensão da exigibilidade dos tributos em discussão, de forma a impedir a inclusão do Banco em cadastros restritivos, bem como a não obstar a renovação semestral de sua Certidão de Regularidade Fiscal.

d) Ações de Natureza Cível

Os processos judiciais de natureza cível consistem, principalmente, em ações de clientes e usuários pleiteando indenização por danos materiais e morais relativos a produtos e serviços bancários, expurgos inflacionários decorrentes de Planos Econômicos sobre aplicações financeiras, depósitos judiciais e crédito rural, e devolução de valores pagos em razão de revisão de cláusulas contratuais de correção monetária e juros.

As indenizações por danos materiais e morais têm como fundamento a legislação de defesa do consumidor, na maioria das vezes processadas e julgadas, nos Juizados Especiais Cíveis, cujo valor está limitado a quarenta salários mínimos.

Entre as ações judiciais de natureza cível, destacam-se as de cobrança da diferença de correção monetária de cadernetas de poupança e depósitos judiciais relativos ao período dos Planos Econômicos (Plano Bresser, Plano Verão e Planos Collor I e II), bem como a repetição de indébito correspondente ao índice de correção monetária cobrado em operações rurais em março de 1990 (Plano Collor I).

Embora o Banco do Brasil tenha cumprido a legislação e regulamentação vigentes à época, os referidos processos vêm sendo provisionados, considerando as ações em que o Banco é citado e as correspondentes perspectivas de perdas, consideradas depois de analisada cada demanda, tendo em vista a jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça – STJ.

Em relação aos litígios que versam sobre os expurgos inflacionários em cadernetas de poupança, o Supremo Tribunal Federal – STF suspendeu o andamento dos processos que estavam na fase de conhecimento, até que haja pronunciamento definitivo daquela Corte quanto ao direito discutido. Cumpre ressaltar que, no final de 2017, a Febraban e as entidades representativas dos poupadores firmaram acordo em relação às demandas envolvendo os planos econômicos em cadernetas de poupança, pendendo de homologação pelo Supremo Tribunal Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

e) Provisões para Demandas Trabalhistas, Fiscais e Cíveis – Prováveis

O Banco constitui provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis com risco de perda "provável", quantificada utilizando metodologia individualizada ou massificada (contempla os processos com probabilidade de êxito do autor igual a remoto, possível ou provável), de acordo com a natureza e/ou valor do processo.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações, pelo julgamento da administração da entidade, por meio da opinião dos assessores jurídicos com base nos elementos do processo, complementadas pela complexidade e pela experiência de demandas semelhantes.

A Administração do Banco considera suficientes as provisões constituídas para atendimento às perdas decorrentes de demandas trabalhistas, fiscais e cíveis.

e.1) Movimentações nas provisões para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis, classificadas como prováveis

	2º Semestre/2017	Exercício/2017	Exercício/2016
Demandas Trabalhistas			
Saldo Inicial	**2.559.471**	**2.508.268**	**2.169.106**
Constituição	640.437	1.227.945	1.979.961
Reversão da provisão	(74.109)	(207.902)	(869.084)
Baixa por pagamento	(573.087)	(1.099.010)	(1.112.098)
Atualização monetária e variação cambial	124.856	248.267	340.383
Saldo Final	**2.677.568**	**2.677.568**	**2.508.268**
Demandas Fiscais			
Saldo Inicial	**273.105**	**276.015**	**245.695**
Constituição	67.674	98.276	185.316
Reversão da provisão	(72.129)	(99.684)	(130.877)
Baixa por pagamento	(17.394)	(35.907)	(50.761)
Atualização monetária e variação cambial	7.068	19.624	26.642
Saldo Final	**258.324**	**258.324**	**276.015**
Demandas Cíveis			
Saldo Inicial	**6.666.100**	**6.897.180**	**7.150.581**
Constituição	1.109.518	1.872.625	5.817.446
Reversão da provisão	(198.936)	(631.664)	(4.745.939)
Baixa por pagamento	(953.083)	(1.660.655)	(1.667.060)
Atualização monetária e variação cambial	100.122	246.235	342.152
Saldo Final	**6.723.721**	**6.723.721**	**6.897.180**
Total das Demandas Trabalhistas, Fiscais e Cíveis	**9.659.613**	**9.659.613**	**9.681.463**

e.2) Cronograma esperado de desembolsos

	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis
Até 5 anos	2.609.231	130.864	5.478.774
De 5 a 10 anos	68.244	100.811	1.215.902
Acima de 10 anos	93	26.649	29.045
Total	**2.677.568**	**258.324**	**6.723.721**

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saída.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

f) Passivos Contingentes – Possíveis

As demandas trabalhistas, fiscais e cíveis são classificadas como passivos contingentes possíveis, quando não há elementos seguros que permitam concluir o resultado final do processo e quando a probabilidade de perda é inferior à provável e superior à remota, ficando dispensadas de constituição de provisão.

f.1) Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis

	31.12.2017	31.12.2016
Demandas Trabalhistas	193.780	171.422
Demandas Fiscais (1)	12.475.951	10.702.278
Demandas Cíveis	2.327.630	1.975.843
Total	**14.997.361**	**12.849.543**

(1) As principais contingências têm origem em (i) autos de infração lavrados pelo INSS, visando o recolhimento de contribuições incidentes sobre abonos salariais pagos nos acordos coletivos do período de 1995 a 2006, no valor de R$ 3.498.911 mil, verbas de transporte coletivo e utilização de veículo próprio por empregados do Banco do Brasil, no valor de R$ 313.273 mil, e participações nos lucros e resultados de funcionários, correspondentes ao período de abril de 2001 a outubro de 2003, no valor de R$ 884.066 mil e (ii) autos de infração lavrados pelas Fazendas Públicas dos Municípios visando a cobrança de ISSQN, no montante de R$ 1.619.077 mil.

g) Depósitos em Garantia de Recursos

g.1) Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências

	31.12.2017	31.12.2016
Demandas Trabalhistas	5.579.789	5.126.635
Demandas Fiscais	8.193.592	7.720.456
Demandas Cíveis	23.309.214	20.274.118
Total	**37.082.595**	**33.121.209**

h) Obrigações Legais

O Banco mantém registrado em Outras Obrigações – Fiscais e Previdenciárias e Outras Obrigações – Diversas o montante de R$ 16.468.292 mil (R$ 15.441.581 mil em 31.12.2016), relativo à seguinte ação:

Em 1998, o Banco pleiteou a compensação integral dos prejuízos fiscais acumulados de Imposto de Renda e das bases de cálculo negativas de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Desde então, o Banco passou a compensar integralmente prejuízos fiscais e bases negativas com o valor devido de Imposto de Renda e de Contribuição Social, realizando depósito integral do montante devido (70% do valor compensado), o que ensejou o despacho judicial, determinando a suspensão da exigibilidade dos referidos tributos. Atualmente, o Banco encontra-se aguardando o julgamento de recurso extraordinário (RE 591.340-SP) em que houve reconhecimento da repercussão geral da matéria pelo STF. Em consequência, o RE 354.322-DF, aviado pelo BB, ficará sobrestado no TRF 1ª Região, até julgamento da repercussão geral.

A compensação dos valores decorrentes de prejuízos fiscais e de CSLL a compensar tem como efeito a baixa de créditos tributários ativados, observada a limitação de 30%.

Os tributos diferidos (IRPJ e CSLL) sobre a atualização dos depósitos judiciais vêm sendo compensados com os créditos tributários decorrentes da provisão para perda da referida atualização, em conformidade com o art. 1º, inciso II, § 2º, da Resolução CMN n.º 3.059/2002, sem efeito no resultado.

Considerada a hipótese de êxito na ação judicial, verificou-se que, em setembro de 2005 e em janeiro de 2009, o Banco teria consumido todo o estoque de Prejuízos Fiscais e CSLL a Compensar, respectivamente. Assim, desde a competência outubro de 2005 e fevereiro de 2009, os valores do IRPJ e da CSLL estão sendo recolhidos integralmente. Além disso, ocorreria a transferência dos recursos da rubrica que registra os depósitos judiciais para a de disponibilidades. Os créditos tributários relativos aos depósitos judiciais (principal) seriam baixados contra o passivo de IRPJ e CSLL existente e seria revertida, contra o resultado, a provisão para riscos fiscais relativa à atualização dos depósitos, registrada no valor de R$ 9.896.620 mil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Por outro lado, considerada a hipótese de perda da ação (situação em que os valores depositados judicialmente seriam convertidos em renda a favor da Fazenda Nacional), são reclassificadas, para a rubrica representativa de ativo IRPJ a compensar e CSLL a compensar, as parcelas de créditos tributários de IRPJ sobre prejuízos fiscais e CSLL a compensar, respectivamente, que poderiam ser utilizadas desde a competência outubro de 2005 e fevereiro de 2009, observada a limitação de 30%. Esses tributos a compensar, que decorreriam das retificações das Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica, correspondem a R$ 5.979.489 mil, em 31.12.2017, e sua atualização pela Taxa Selic a R$ 4.128.688 mil. Esses valores alcançariam o montante necessário para anular integralmente o risco inerente à hipótese de perda.

h.1) Valores relacionados à referida ação

	31.12.2017	31.12.2016
Depósitos Judiciais	**18.180.644**	**17.431.080**
Montante realizado (70%)	7.817.011	7.817.011
Atualização monetária	10.363.633	9.614.069
Obrigação Legal – Provisão para Processo Judicial	**16.468.293**	**15.441.581**
Prejuízos fiscais de IRPJ	3.002.033	3.002.033
Bases negativas de CSLL/CSLL a compensar	3.569.640	3.569.640
Provisão para riscos fiscais (atualização do depósito)	9.896.620	8.869.908

28 - GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL

a) Processo de Gestão de Riscos

O Banco do Brasil considera o gerenciamento de riscos e de capital como um dos vetores principais para o processo de tomada de decisão.

A instituição possui processo para identificação dos riscos que comporão o seu inventário de riscos, realizada a partir da análise dos segmentos de negócios explorados, direta ou indiretamente, incluídas as entidades ligadas ao Banco.

Definido o inventário de riscos e seus respectivos conceitos, é determinada a relevância dos riscos considerando critérios quantitativos e qualitativos especificados em Manual Corporativo. Os riscos considerados como relevantes são:

a) Risco de Crédito;
b) Risco de Crédito da Contraparte;
c) Risco de Concentração de Crédito;
d) Risco de Liquidez;
e) Risco Operacional;
f) Risco de Mercado;
g) Risco de Taxa de Juros do Banking Book;
h) Risco de Estratégia;
i) Risco de Reputação;
j) Risco Socioambiental;
k) Risco Legal;
l) Risco de Contágio;
m) Risco de Entidades Fechadas de Previdência Complementar e de Operadoras de Planos Privados de Saúde a Funcionários;
n) Risco de Modelo; e
o) Risco de Conformidade (Compliance).

No Banco, a gestão colegiada dos riscos é realizada de forma segregada das unidades de negócios. As políticas de gestão de riscos são aprovadas pelo Conselho de Administração. O Comitê Superior de Gestão de Riscos, Ativos, Passivos, Liquidez e Capital (CSGRC), fórum composto por Vice-Presidentes, é responsável pela implantação e acompanhamento dessas políticas. Já as diretrizes emanadas do CSGRC são conduzidas em comitês executivos específicos (Comitê Executivo de Gestão de Ativos, Passivos, Liquidez e Capital – CEGAPC e Comitê Executivo de Gestão de Riscos e Controles Internos - CEGRC), que são fóruns constituídos por Diretores.

Para conhecer mais sobre o processo de gestão de riscos no Banco do Brasil, acesse as informações disponíveis no Relatório de Gerenciamento de Riscos no website *bb.com.br/ri*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Instrumentos Financeiros - Valor Justo

Instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, comparadas ao valor justo:

	31.12.2017		31.12.2016		Ganho/(Perda) não Realizado sem Efeitos Fiscais			
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	No Resultado		No Patrimônio Líquido	
					31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Ativos								
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	373.023.328	366.413.274	405.711.672	405.651.496	(6.610.054)	(60.176)	(6.610.054)	(60.176)
Títulos e valores mobiliários	138.267.653	136.858.385	119.656.119	119.005.358	(2.414.599)	(2.623.471)	(1.409.268)	(650.761)
Ajuste a mercado de títulos disponíveis para venda (Nota 8.a)	--	--	--	--	(1.005.331)	(1.972.710)	--	--
Ajuste a mercado de títulos mantidos até o vencimento (Nota 8.a)	--	--	--	--	(1.409.268)	(650.761)	(1.409.268)	(650.761)
Instrumentos financeiros derivativos	654.919	654.919	1.612.563	1.612.563	--	--	--	--
Operações de crédito	544.289.767	512.789.410	564.923.340	550.716.970	(31.500.357)	(14.206.370)	(31.500.357)	(14.206.370)
Passivos								
Depósitos interfinanceiros	24.152.759	24.200.294	20.664.801	21.238.847	(47.535)	(574.046)	(47.535)	(574.046)
Depósitos a prazo	195.628.823	195.528.921	204.150.246	204.053.427	99.902	96.819	99.902	96.819
Obrigações por operações compromissadas	376.242.695	374.699.808	374.634.032	373.070.084	1.542.887	1.563.948	1.542.887	1.563.948
Obrigações por empréstimos e repasses	100.457.710	100.595.084	103.492.518	103.735.064	(137.374)	(242.546)	(137.374)	(242.546)
Instrumentos financeiros derivativos	789.887	789.887	1.870.391	1.870.391	--	--	--	--
Outras Obrigações	206.066.264	206.066.264	220.141.891	220.036.070	--	105.821	--	105.821
Ganho/(Perda) não Realizado(a) sem Efeitos Fiscais					**(39.067.130)**	**(15.940.021)**	**(38.061.799)**	**(13.967.311)**

Determinação do Valor Justo dos Instrumentos Financeiros

Aplicações Interfinanceiras de Liquidez: O valor justo foi obtido pelo desconto dos fluxos de caixa futuros, adotando as taxas de juros praticadas pelo mercado em operações semelhantes na data do balanço.

Títulos e Valores Mobiliários: Contabilizados pelo valor de mercado, em conformidade com o estabelecido pela Circular Bacen n.º 3.068/2001, excetuando-se desse critério os títulos mantidos até o vencimento. A apuração do valor justo dos títulos, inclusive dos títulos mantidos até o vencimento, é dada com base nas taxas coletadas junto ao mercado.

Operações de Crédito: As operações remuneradas a taxas pré-fixadas de juros foram estimadas mediante o desconto dos fluxos futuros de caixa, adotando-se, para tanto, as taxas de juros utilizadas pelo Banco para contratação de operações semelhantes na data de balanço. Para as operações deste grupo, remuneradas a taxas pós-fixadas, foi considerado como valor justo o próprio valor contábil devido à equivalência entre os mesmos.

Depósitos Interfinanceiros: O valor justo foi calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos futuros de caixa e as taxas atualmente praticadas no mercado para operações pré-fixadas. No caso de operações pós-fixadas, cujos vencimentos não ultrapassavam 30 dias, o valor contábil foi considerado aproximadamente equivalente ao valor justo.

Depósitos a Prazo: Na apuração do valor justo são utilizados os mesmos critérios adotados para os depósitos interfinanceiros.

Obrigações por Operações Compromissadas: Para as operações com taxas pré-fixadas, o valor justo foi apurado calculando o desconto dos fluxos de caixa estimados, adotando taxas de desconto equivalentes às taxas praticadas em contratações de operações similares no último dia de mercado. Para as operações pós-fixadas, os valores contábeis foram considerados aproximadamente equivalentes ao valor justo.

Obrigações por Empréstimos e Repasses: Tais operações são exclusivas do Banco, sem similares no mercado. Face às suas características específicas, taxas exclusivas para cada recurso ingressado, inexistência de mercado ativo e instrumento similar, o valor justo dessas operações são equivalentes ao valor contábil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Outras Obrigações: O valor justo foi apurado por meio do cálculo do fluxo de caixa descontado, considerando as taxas de juros oferecidas no mercado para obrigações cujos vencimentos, riscos e prazos são similares.

Instrumentos Financeiros Derivativos: Os derivativos são contabilizados pelo valor de mercado, conforme a Circular Bacen n.º 3.082/2002. A apuração do valor de mercado dos derivativos é estimada de acordo com modelo de precificação interno, observadas as taxas divulgadas para operações com prazo e indexadores similares no último dia de negociação do exercício.

Demais Instrumentos Financeiros: Constantes ou não do balanço patrimonial, o valor justo é aproximadamente equivalente ao correspondente valor contábil.

Níveis de Informação Referentes a Ativos e Passivos Mensurados a Valor Justo no Balanço

Conforme os níveis de informação na mensuração ao valor justo, as técnicas de avaliação utilizadas pelo Banco são as seguintes:

Nível 1 – são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente numa base em que não exista relacionamento entre as partes.

Nível 2 – são usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços são cotados em mercados não ativos ou para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos.

Nível 3 – são usadas informações na definição do valor justo que não estão disponíveis no mercado. Se o mercado para um instrumento financeiro não estiver ativo, o Banco estabelece o valor justo usando uma técnica de valorização que considera dados internos, mas que seja consistente com as metodologias econômicas aceitas para a precificação de instrumentos financeiros.

Ativos e Passivos Financeiros Mensurados a Valor Justo no Balanço

	Saldo em 31.12.2017	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos	**131.912.572**	**99.640.850**	**32.271.722**	**--**
Títulos e valores mobiliários disponíveis para negociação, a valor de mercado	7.752.533	5.820.756	1.931.777	--
Instrumentos financeiros derivativos	654.919	--	654.919	--
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, a valor de mercado	123.505.120	93.820.094	29.685.026	--
Passivos	**(789.887)**	**--**	**(789.887)**	**--**
Captação com hedge	--	--	--	--
Instrumentos financeiros derivativos	(789.887)	--	(789.887)	--

	Saldo em 31.12.2016	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos	**115.673.071**	**77.497.818**	**38.175.253**	**--**
Títulos e valores mobiliários disponíveis para negociação, a valor de mercado	6.074.220	4.798.108	1.276.112	--
Instrumentos financeiros derivativos	1.612.563	--	1.612.563	--
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, a valor de mercado	107.986.288	72.699.710	35.286.578	--
Passivos	**(2.232.014)**	**--**	**(2.232.014)**	**--**
Captação com hedge	(361.623)	--	(361.623)	--
Instrumentos financeiros derivativos	(1.870.391)	--	(1.870.391)	--

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Análise de Sensibilidade (Instrução CVM n.º 475/2008)

Alinhado às melhores práticas de mercado, o Banco do Brasil gerencia seus riscos de forma dinâmica, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar as exposições aos riscos de mercado de suas posições próprias. Para isso, o Banco considera os limites de riscos estabelecidos pelos Comitês Estratégicos e possíveis cenários para atuar de forma tempestiva na reversão de eventuais resultados adversos.

O Banco do Brasil, em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.557/2017 e com a Circular Bacen n.º 3.354/2007, visando maior eficiência na gestão de suas operações expostas ao risco de mercado, segrega as suas operações, inclusive instrumentos financeiros derivativos, da seguinte forma:

1) Carteira de Negociação (*Trading Book*): formada por todas as operações de posições próprias realizadas com intenção de negociação ou destinadas a hedge da carteira de negociação, para as quais haja a intenção de serem negociadas antes de seu prazo contratual, observadas as condições normais de mercado, e que não contenham cláusula de inegociabilidade.

2) Carteira Bancária (*Banking Book*): formada por operações não classificadas na Carteira de Negociação, tendo como característica principal a intenção de manter tais operações até o seu vencimento.

A análise de sensibilidade para todas as operações ativas e passivas do Balanço Patrimonial, em atendimento à Instrução CVM n.º 475/2008, não reflete adequadamente a gestão dos riscos de mercado adotada pela Instituição, bem como não representa as práticas contábeis adotadas pelo Banco.

Para determinar a sensibilidade do capital das posições do Banco do Brasil, aos movimentos das variáveis de mercado, foram realizadas simulações com três possíveis cenários, sendo dois deles com resultado adverso para o Banco. Os cenários utilizados estão apresentados como segue:

Cenário I: Situação provável, a qual reflete a percepção da alta administração do Banco em relação ao cenário com maior probabilidade de ocorrência, para um horizonte de três meses, considerando fatores macroeconômicos e informações de mercado (B3, Anbima, etc.). Premissas utilizadas: taxa de câmbio reais/dólar de R$ 3,33 e aumento da taxa Selic para 7,40% ao ano, com base nas condições de mercado observadas em 29.12.2017.

Cenário II: Situação eventual. Premissas utilizadas: choque de 25% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 29.12.2017, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco e, consequentemente, não considerando a racionalidade entre as variáveis macroeconômicas.

Cenário III: Situação eventual. Premissas utilizadas: choque de 50% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 29.12.2017, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco e, consequentemente, não considerando a racionalidade entre as variáveis macroeconômicas.

No quadro abaixo, encontram-se sintetizados os resultados para a Carteira de Negociação (*Trading*), composta por títulos públicos e privados, instrumentos financeiros derivativos e recursos captados por meio de operações compromissadas:

Fator de Risco	Conceito	Cenário I			
		31.12.2017		31.12.2016	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Redução	16.667	Redução	(18.120)
Cupons de TMS e CDI	Risco de variação de cupons de taxas de juros	--	--	Aumento	1
Cupom de IPCA	Risco de variação de cupons de índices de preços	Redução	4.081	Redução	11.344
Taxas de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Aumento	4.006	Aumento	5.883

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Fator de Risco	Conceito	Cenário II			
		31.12.2017		31.12.2016	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(143.847)	Redução	(36.332)
Cupom de IPCA	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(18.303)	Aumento	(8.876)
Taxas de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(123.468)	Redução	(100.430)

Fator de Risco	Conceito	Cenário III			
		31.12.2017		31.12.2016	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(271.416)	Redução	(86.516)
Cupom de IPCA	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(35.346)	Aumento	(16.402)
Taxas de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(246.935)	Redução	(200.859)

Para as operações classificadas na Carteira Bancária, a valorização ou a desvalorização em decorrência de mudanças nas taxas de juros praticadas no mercado, não representam impacto financeiro e contábil significativo sobre o resultado do período. Isso porque esta carteira é composta, majoritariamente, por operações de crédito (crédito direto ao consumidor, agronegócios, capital de giro, etc.), captações de varejo (depósitos à vista, a prazo e de poupança) e títulos e valores mobiliários, cujo registro contábil é realizado, principalmente, pelas taxas pactuadas na contratação das operações. Adicionalmente, destaca-se o fato dessa carteira apresentar como principal característica a intenção de manter as respectivas operações até o vencimento, com exceção dos títulos “disponíveis para venda”, não sofrendo, portanto, os efeitos das oscilações em taxa de juros, ou pelo fato dessas operações estarem atreladas naturalmente a outros instrumentos (hedge natural), minimizando dessa forma os impactos em um cenário de estresse.

No quadro abaixo, encontram-se sintetizados os resultados para a Carteira de Negociação (*Trading*) e da Carteira Bancária (*Banking*), das entidades financeiras e não financeiras controladas pelo Banco:

Fator de Risco	Conceito	Cenário I			
		31.12.2017		31.12.2016	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(2.215.999)	Redução	6.022.914
Cupom de TR	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Aumento	1.228.076	Redução	(4.647.926)
Cupom de TBF		Aumento	5.024	Redução	(13.544)
Cupom de TJLP		Aumento	(33.417)	Redução	28.296
Cupom de TMS e CDI		Aumento	837.005	Aumento	68.490
Cupom de IGP-M	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	70.266	Redução	(151.412)
Cupom de IGP-DI		--	--	Redução	203
Cupom de INPC		Aumento	(73.999)	Redução	207.437
Cupom de IPCA		Aumento	(614.995)	Redução	1.199.604
Cupom de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupons de moedas estrangeiras	Aumento	824.461	Aumento	886.493
Taxa de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Aumento	20.150	Aumento	42.445

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Fator de Risco	Conceito	Cenário II			
		31.12.2017		31.12.2016	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(9.419.773)	Aumento	(10.146.913)
Cupom de TR	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Redução	(4.171.163)	Redução	(6.064.945)
Cupom de TBF		Redução	(2.155)	Redução	(2.522)
Cupom de TJLP		Aumento	(20.304)	Aumento	(43.223)
Cupom de TMS e CDI		Aumento	(999.708)	Redução	(5.060)
Cupom de IGP-M	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(403.536)	Redução	(147.832)
Cupom de IGP-DI		--	--	Aumento	(231)
Cupom de INPC		Aumento	(154.092)	Aumento	(210.708)
Cupom de IPCA		Aumento	(1.443.773)	Aumento	(1.024.907)
Cupom de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupons de moedas estrangeiras	Redução	(957.024)	Redução	(1.070.351)
Taxa de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(621.006)	Redução	(724.627)

Fator de Risco	Conceito	Cenário III			
		31.12.2017		31.12.2016	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(18.037.145)	Aumento	(19.332.178)
Cupom de TR	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Redução	(8.183.811)	Redução	(12.265.979)
Cupom de TBF		Redução	(4.328)	Redução	(5.066)
Cupom de TJLP		Aumento	(43.554)	Aumento	(87.006)
Cupom de TMS e CDI		Aumento	(2.004.468)	Redução	(10.119)
Cupom de IGP-M	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(869.226)	Redução	(364.349)
Cupom de IGP-DI		--	--	Aumento	(461)
Cupom de INPC		Aumento	(303.694)	Aumento	(412.498)
Cupom de IPCA		Aumento	(2.730.917)	Aumento	(1.926.332)
Cupom de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupons de moedas estrangeiras	Redução	(1.972.911)	Redução	(2.210.173)
Taxa de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(1.242.012)	Redução	(1.449.254)

Os cenários utilizados para elaboração do quadro de análise de sensibilidade devem, necessariamente, utilizar situações de deterioração de, pelo menos, 25% e 50% por variável de risco, vista isoladamente, conforme determina a Instrução CVM n.º 475/2008. Logo, a análise conjunta dos resultados fica prejudicada. Por exemplo, choques simultâneos de aumento na taxa pré-fixada de juros e redução no cupom de TR não são consistentes do ponto de vista macroeconômico.

Especificamente com relação às operações de derivativos existentes na Carteira Bancária, as mesmas não representam risco de mercado relevante para o Banco do Brasil, haja vista que essas posições são originadas, principalmente, para atender às seguintes situações:

- Troca de indexador de remuneração de captações e aplicações de recursos realizadas para atender às necessidades dos clientes;
- Hedge de risco de mercado, cujo objeto e sua efetividade estão descritos na Nota 8.d. Também nessa operação, a variação na taxa de juros e na taxa de câmbio não produz efeito no resultado do Banco.

Em 29.12.2017, o Banco do Brasil não possuía qualquer operação classificada como derivativo exótico, conforme descrito na Instrução CVM n.º 475/2008, anexo II.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

b) Gerenciamento de Capital

A Resolução CMN n.º 4.557/2017, define o escopo e os requisitos da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital para as instituições financeiras.

Em cumprimento à Resolução, o Conselho de Administração do Banco definiu o Vice-presidente de Controles Internos e Gestão de Riscos como o *Chief Risk Officer* (CRO), responsável pelo gerenciamento de riscos, e o Diretor de Controladoria como responsável pelo gerenciamento de capital.

O Banco possui mecanismos que possibilitam a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos, inclusive aqueles não cobertos pelo Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR). As políticas e estratégias de gestão, bem como o planejamento de capital, possibilitam a visão proativa e a manutenção do capital em níveis compatíveis com os riscos incorridos pela Instituição. Os testes de estresse são realizados periodicamente e seus impactos são avaliados sob a ótica de capital.

Os relatórios gerenciais de adequação de capital são reportados para as áreas e para os comitês estratégicos intervenientes, constituindo-se em subsídio para o processo de tomada de decisão pela Alta Administração do Banco.

O Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (*Icaap*), implementado no Banco do Brasil em 30.06.2013, segue o disposto na Resolução CMN n.º 4.557/2017. No Banco, a responsabilidade pela coordenação do *Icaap* foi atribuída à Diretoria Gestão de Riscos. Por sua vez, a Diretoria de Controles Internos, área independente e segregada da estrutura de gerenciamento de capital, é a responsável institucional pela validação do *Icaap*. Por fim, a Auditoria Interna detém a responsabilidade institucional por avaliar anualmente o processo de gerenciamento de capital.

Para conhecer mais sobre a gestão do capital no Banco do Brasil, acesse o website bb.com.br/ri.

Índice de Basileia

O Índice de Basileia foi apurado segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN n.º 4.192/2013 e n.º 4.193/2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do PRMR em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

A partir de outubro/2013 passou a vigorar o conjunto normativo que implementou no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas por Basileia III. As novas normas adotadas tratam dos seguintes assuntos:

I – nova metodologia de apuração do capital regulamentar, que continua a ser dividido nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido de Ajustes Prudenciais) e Capital Complementar;

II – nova metodologia de apuração da exigência de manutenção de capital, adotando requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal, e introdução do Adicional de Capital Principal.

A partir de janeiro/2017, o percentual de dedução dos ajustes prudenciais abaixo relacionados passou a ser de 80%:

- ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura;
- ativos intangíveis constituídos a partir de outubro de 2013;
- ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados;
- participação de não controladores;
- investimentos, diretos ou indiretos, superiores a 10% do capital social de entidades assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas, e de sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar (investimentos superiores);
- créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributárias futuras para sua realização;
- créditos tributários de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação;
- créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

De acordo com a Resolução CMN n.º 4.192/2013, as deduções referentes aos ajustes prudenciais serão efetuadas de forma gradativa, em 20% ao ano, de 2014 a 2018, com exceção dos ativos diferidos e instrumentos de captação emitidos por instituições financeiras, os quais já estão sendo deduzidos na sua integralidade, desde outubro/2013.

Em 28.08.2014, o Instrumento Híbrido de Capital e Dívida no valor de R$ 8.100.000 mil, foi autorizado pelo Banco Central do Brasil a integrar o Capital Principal, na condição de Elemento Patrimonial.

De acordo com as Resoluções CMN n.º 4.192/2013 e 4.193/2013, a partir de janeiro de 2015, a apuração do PR e do montante do RWA deve ser elaborada com base nas demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.

	31.12.2017	31.12.2016
PR - Patrimônio de Referência	**135.511.422**	**130.453.208**
Nível I	**95.227.960**	**90.283.551**
Capital Principal (CP)	**72.320.060**	**67.718.439**
Patrimônio Líquido	88.067.958	76.702.977
Instrumento Elegível a Capital Principal	8.100.000	8.100.000
Ajustes prudenciais	(23.847.898)	(17.084.538)
Capital Complementar	**22.907.900**	**22.565.112**
IHCD autorizados em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.192/2013	18.111.300	17.840.287
IHCD autorizados segundo normas anteriores à Resolução CMN n.º 4.192/2013 (1)	4.796.600	4.724.825
Nível II	**40.283.462**	**40.169.657**
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	40.327.803	40.181.808
Dívidas Subordinadas autorizadas em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.192/2013 - Letras Financeiras	4.558.860	5.466.093
Dívidas Subordinadas autorizadas segundo normas anteriores à Resolução CMN n.º 4.192/2013	35.768.943	34.715.715
Recursos captados do FCO (2)	27.870.141	25.237.153
Recursos captados com Letras Financeiras e CDB (3)	7.898.802	9.478.562
Dedução do Nível II	(44.341)	(12.151)
Instrumentos de captação emitidos por instituição financeira	(44.341)	(12.151)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	**689.856.756**	**705.851.280**
Risco de Crédito (RWA_{CPAD})	616.822.462	643.214.021
Risco de Mercado (RWA_{MPAD})	17.296.387	18.844.349
Risco Operacional (RWA_{OPAD})	55.737.907	43.792.910
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) (4)	**63.811.750**	**69.702.814**
Margem sobre o Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PR-PRMR)	**71.699.672**	**60.750.394**
Índice de Capital Nível I (Nível I/RWA)	**13,80%**	**12,79%**
Índice de Capital Principal (CP/RWA)	10,48%	9,59%
Índice de Basileia (PR/RWA)	**19,64%**	**18,48%**

(1) O Banco do Brasil considerou a totalidade dos instrumentos de dívida elegíveis ao capital Nível I, autorizados pelo Bacen a compor o PR de acordo com a Resolução CMN n.° 3.444/2007 e que não se enquadram nos requisitos exigidos pela Resolução CMN n.° 4.192/2013, baseado na orientação do Banco Central do Brasil, relacionado ao limite estabelecido no artigo 28 Incisos I a X da Resolução CMN n.° 4.192/2013.

(2) De acordo com a Resolução CMN n.º 4.192/2013, os saldos do FCO são elegíveis a compor o PR.

(3) Foi considerado o saldo dos instrumentos de Dívida Subordinada que compunham o PR em 31.12.2012, aplicando-se sobre ele o limitador de 50% em 31.12.2017 (60% em 31.12.2016), conforme determina a Resolução CMN n.º 4.192/2013.

(4) Em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.193/2013, corresponde à aplicação do fator "F" ao montante de RWA, sendo "F" igual a: 11%, de 01.10.2013 a 31.12.2015; 9,875%, de 01.01.2016 a 31.12.2016; 9,25%, de 01.01.2017 a 31.12.2017; 8,625%, de 01.01.2018 a 31.12.2018 e 8% a partir de 01.01.2019.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ajustes Prudenciais deduzidos do Capital Principal:

	31.12.2017	31.12.2016
Investimentos superiores e créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam da geração de lucros (excesso dos 15%) (1) (2)	(9.230.578)	(4.636.849)
Ativos intangíveis constituídos a partir de outubro de 2013 (1)	(5.158.510)	(4.258.360)
Ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados (1)	(3.293.873)	(65.809)
Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam da geração de lucros (excesso dos 10%) (1)	(2.663.196)	(6.099.094)
Investimentos superiores (excesso dos 10%) (1)	(1.717.569)	--
Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido (1)	(790.986)	(500.439)
Participação de não controladores (1)	(673.783)	(493.315)
Ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura (1) (3)	(247.965)	(954.281)
Créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação (1)	(71.438)	(76.391)
Total	**(23.847.898)**	**(17.084.538)**

(1) Ajustes Prudenciais sujeitos ao faseamento, conforme art. 11 da Resolução CMN n.º 4.192/2013.

(2) Em 31.12.2017, com relação ao investimento em Instituições Financeiras (Banco Votorantim e Banco CBSS), R$ 2.321.432 mil foram deduzidos integralmente do Patrimônio de Referência e R$ 2.298.159 mil foram ponderados em 250% no RWA.

(3) O valor base para o cálculo dos ágios baseados em expectativa de rentabilidade futura é composto por R$ 309.956 mil no investimento.

c) Índice de Imobilização

Em 31.12.2017, o índice de imobilização para o Conglomerado Prudencial, totalizou 16,02% (15,52% em 31.12.2016), sendo apurado em conformidade com as Resoluções CMN n.° 4.192/2013 e n.° 2.669/1999.

29 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	2º Semestre/2017	Exercício/2017	Exercício/2016
Lucro Líquido Apresentado na Demonstração do Resultado	**5.949.073**	**11.010.776**	**8.033.556**
Outros Resultados Abrangentes			
Ajustes de Avaliação Patrimonial (Nota 23.i)	**6.159.408**	**6.194.401**	**(512.763)**
Banco do Brasil	6.192.011	6.293.816	(1.066.885)
Subsidiárias no exterior	(198.096)	(215.274)	41.926
Coligadas e controladas	165.493	115.859	512.196
IR e CSLL Relacionados aos (Ganhos)/Perdas não Realizados (Nota 23.i)	**(2.497.467)**	**(2.484.921)**	**626.229**
Outros Resultados Abrangentes líquidos de IR e CSLL	**3.661.941**	**3.709.480**	**113.466**
Lucro Abrangente	**9.611.014**	**14.720.256**	**8.147.022**
Lucro Abrangente das Participações dos não Controladores	**860.413**	**1.650.034**	**1.675.039**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

30 - OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Distribuição de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 28.11.2016, aprovou a manutenção, para o exercício de 2017, do índice de distribuição do resultado (*payout*) equivalente ao percentual mínimo de 25% do lucro líquido, cumprindo-se a política de pagamento de dividendos e/ou juros sobre capital próprio em periodicidade trimestral, conforme artigo n.º 47 do Estatuto Social do Banco.

b) Administração de Fundos de Investimentos

Posição dos fundos de investimentos administrados pela BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

	Número de Fundos/Carteiras (em Unidades)		Saldo	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Patrimônio Administrado	**740**	**655**	**864.479.913**	**730.923.136**
Fundos de investimentos	729	644	847.368.405	715.704.598
Carteiras administradas	11	11	17.111.508	15.218.538

c) Informações de Filiais, Subsidiárias e Controladas no Exterior

	31.12.2017	31.12.2016
Ativo		
Grupo BB	77.629.156	72.334.393
Terceiros	77.646.509	89.816.739
TOTAL DO ATIVO	**155.275.665**	**162.151.132**
Passivo		
Grupo BB	12.994.022	18.929.408
Terceiros	130.088.577	131.980.721
Patrimônio Líquido	**12.193.066**	**11.241.003**
Atribuível à controladora	11.350.864	10.418.838
Participação dos não controladores	842.202	822.165
TOTAL DO PASSIVO	**155.275.665**	**162.151.132**

	2º Semestre/2017	Exercício/2017	Exercício/2016
Lucro	**82.601**	**664.489**	**(213.834)**
Atribuível à controladora	(65.370)	381.766	(500.841)
Participações dos não controladores	147.971	282.723	287.007

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

d) Recursos de Consórcios

	31.12.2017	31.12.2016
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados	264.199	227.953
Obrigações do grupo por contribuições	13.133.401	10.633.440
Consorciados - bens a contemplar	11.990.432	9.601.023
(Em Unidades)		
Quantidade de grupos administrados	294	469
Quantidade de consorciados ativos	653.538	665.495
Quantidade de bens a entregar a consorciados contemplados	55.366	60.858

	2º Semestre/2017	Exercício/2017	Exercício/2016
Quantidade de bens (em unidades) entregues no período	56.427	114.062	109.575

e) Cessão de Empregados a Órgãos Externos

As cessões para o Governo Federal são regidas pela Lei n.º 10.470/2002 e pelo Decreto n.º 4.050/2001.

	2º Semestre/2017		Exercício/2017		Exercício/2016	
	Quantidade de Empregados Cedidos(1)	Custo no Período	Quantidade de Empregados Cedidos(1)	Custo no Período	Quantidade de Empregados Cedidos (1)	Custo no Período
Com ônus para o Banco						
Entidades sindicais	212	19.021	212	37.313	197	38.572
Outros órgãos/entidades	1	330	1	796	2	856
Entidades controladas e coligadas	2	859	2	1.575	2	1.396
Sem ônus para o Banco						
Governos Federal, Estadual e Municipal	212	--	212	--	223	--
Órgãos externos (Cassi, Previ, Economus, Fusesc e PrevBep)	550	--	550	--	586	--
Entidades dos funcionários	74	--	74	--	86	--
Entidades controladas e coligadas	607	--	607	--	532	--
Total	**1.658**	**20.210**	**1.658**	**39.684**	**1.628**	**40.824**

(1) Posição no último dia do período.

f) Remuneração de Empregados e Dirigentes

Remuneração mensal paga aos funcionários e à Administração do Banco do Brasil (Em Reais):

	31.12.2017	31.12.2016
Menor salário	2.718,73	2.645,97
Maior salário	45.489,12	44.271,65
Salário Médio	7.323,05	7.056,03
Dirigentes		
Presidente	68.781,86	68.781,86
Vice-presidente	61.564,83	61.564,83
Diretor	52.177,45	52.177,45
Conselheiros		
Conselho Fiscal	5.490,96	5.948,54
Conselho de Administração	5.490,96	5.948,54
Comitê de Auditoria - Titular	46.959,71	46.959,71
Comitê de Risco e Capital(1)	46.959,71	--

(1) Criado em 18.09.2017.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

g) Política de Seguros de Valores e Bens

Não obstante o reduzido grau de risco a que estão sujeitos seus ativos, o Banco do Brasil contrata, para seus valores e bens, seguros considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros.

Seguros vigentes em 31.12.2017

Riscos Cobertos	Valores Cobertos	Valor do Prêmio
Seguro imobiliário para as imobilizações próprias relevantes	1.154.939	6.230
Seguro de vida e acidentes pessoais coletivo para a Diretoria Executiva (1)	15.080	77
Demais	606.100	4.296
Total	**1.776.119**	**10.603**

(1) Refere-se à cobertura individual dos membros da Diretoria Executiva.

h) Plano Extraordinário de Aposentadoria Incentivada - PEAI

Em conformidade com o § 4º do art. 157 da Lei n.º 6.404/1976, o Plano Extraordinário de Aposentadoria Incentivada – PEAI foi aprovado em novembro de 2016 para os funcionários que reuniam as condições para se aposentar. O Plano encerrou no dia 09 de dezembro de 2016 e teve 9.409 adesões. As despesas com pagamento de incentivos totalizaram R$ 1.400.800 mil no exercício de 2016.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

KPMG Auditores Independentes
SBS - Qd. 02 - Bl. Q - Lote 03 - Salas 708 a 711
Edifício João Carlos Saad
70070-120 - Brasília/DF - Brasil
Caixa Postal 8587 - CEP 70312-970 - Brasília/DF - Brasil
Telefone +55 (61) 2104-2400, Fax +55 (61) 2104-2406
www.kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Ao
Conselho de Administração, aos Acionistas e aos Administradores do
Banco do Brasil S.A.
Brasília-DF

Opinião
Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Banco do Brasil S.A. ("Banco") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, consolidada do Banco do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para Opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-
KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Principais assuntos de auditoria
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa
Conforme mencionado nas notas explicativas n.os 4g e 10 das demonstrações contábeis consolidadas, para fins de mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa, o Banco classifica suas operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito, em nove níveis de risco, levando em consideração fatores e premissas como atraso, situação econômico financeira, grau de endividamento, setor de atividade econômica, características das garantias e demais fatores e premissas da Resolução CMN 2.682/1999, sendo “AA” o risco mínimo e “H” o risco máximo. O Banco aplica inicialmente os percentuais de perda determinados pela Resolução a cada nível de risco para fins de cálculo da provisão e complementa, quando necessário, suas estimativas com base em estudos internos. A classificação das operações de crédito em níveis de risco envolve premissas e julgamentos do Banco, baseados em suas metodologias internas de classificação de risco, e a provisão para créditos de liquidação duvidosa representa a melhor estimativa do Banco quanto as perdas da carteira. Devido à relevância das operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio, outros créditos com características de concessão de crédito e ao grau de julgamento relacionado à estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa, consideramos que este é um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto
Avaliamos o desenho e a efetividade dos controles internos relevantes, e com o auxílio dos nossos especialistas de sistemas avaliamos os controles gerais de tecnologia da informação e controles chave automatizados relativos aos processos de classificação, aprovação, registro e atualização que suportam as metodologias internas de avaliação dos ratings das operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito, e as principais premissas utilizadas no cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Nós também avaliamos, com base em amostragem, se o Banco atendeu aos requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, relacionados com a apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Analisamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis consolidadas, descritas nas notas explicativas n.os 4g e 10, estão de acordo com as regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável o nível de provisionamento e as divulgações no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-
KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Valor de mercado de instrumentos financeiros
O Banco possui saldos relevantes de instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários classificados como títulos disponíveis para venda e negociação registrados a valor de mercado, conforme Circulares n° 3.068/2001 e n° 3.082/2002 do Banco Central do Brasil, e informações divulgadas nas notas explicativas n.os 4e, 4f e 8 das demonstrações contábeis consolidadas. Para os instrumentos financeiros que não são ativamente negociados e para os quais os preços e parâmetros de mercado não estão disponíveis, a determinação do valor de mercado está sujeita a julgamentos significativos do Banco para estimar esses valores. A utilização de diferentes técnicas de valorização e premissas podem resultar em estimativas de valor de mercado significativamente diferentes. Desta forma consideramos a mensuração do valor de mercado desses instrumentos financeiros como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto
Avaliamos o desenho e a efetividade dos controles internos relevantes, e com o auxílio dos nossos especialistas de sistemas avaliamos os controles gerais de tecnologia da informação e controles chave automatizados efetuados pelo Banco para mitigar o risco de distorção nas demonstrações contábeis consolidadas decorrente de julgamento na mensuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros, principalmente aqueles que dependem de modelos internos do Banco. Ademais, analisamos o processo de aprovação pelo Banco das premissas utilizadas para a marcação a mercado, bem como os cálculos efetuados na mensuração dos valores. Para uma amostra, com o suporte técnico de nossos especialistas em instrumentos financeiros, avaliamos os modelos desenvolvidos pelo Banco para a determinação dos valores de mercado e a razoabilidade dos dados, os parâmetros e informações incluídos nos modelos de precificação utilizados e recalculamos os valores das operações. Analisamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis consolidadas, descritas nas notas explicativas n.os 4e, 4f e 8, estão de acordo com as regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável a mensuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Provisões e passivos contingentes - Trabalhistas, cíveis e fiscais
Conforme descrito nas notas explicativas n.os 4n e 27 das demonstrações contábeis consolidadas, o Banco constitui provisão para demandas judiciais trabalhistas, cíveis e fiscais quando estas são decorrentes de eventos passados em que seja provável o desembolso financeiro e o valor possa ser estimado de forma confiável. As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações e pelo julgamento do Banco, apoiado na opinião dos assessores jurídicos internos, com base nos elementos do processo, complementadas pela experiência de demandas semelhantes. Devido a essa avaliação realizada pelo Banco envolver estimativas complexas e relevantes para a mensuração das provisões e determinação das divulgações para passivos contingentes, consideramos essa área como um dos principais assuntos de nossa auditoria.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-
KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto
Avaliamos o desenho e a efetividade dos controles internos relevantes, e com o auxílio dos nossos especialistas de sistemas avaliamos os controles gerais de tecnologia da informação e controles chave automatizados relativos aos processos de cadastro, avaliação de risco processual, cálculo da provisão massificada, condução dos processos e etapas de encerramento. Nesta área, os nossos procedimentos incluíram a análise, por amostragem, da adequação da mensuração e reconhecimento da provisão e da divulgação dos passivos contingentes, quanto às constituições, reversões, risco processual das causas de assuntos e valores relevantes, suficiência da provisão, bem como dados e informações históricas. Analisamos as mudanças na estimativa em relação a períodos anteriores. Analisamos os processos conduzidos pelos advogados terceirizados contratados pelo Banco, com base em procedimentos de confirmação externa. Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis consolidadas, descritas nas notas explicativas n.os 4n e 27, estão de acordo com as regras aplicáveis e fornecem informações sobre a natureza, exposição e valores provisionados ou divulgados relativas aos principais processos em que o Banco está envolvido.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável o nível de provisionamento e as divulgações no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Benefícios a empregados
Conforme mencionado nas notas explicativas n.os 4l e 26 das demonstrações contábeis consolidadas, o Banco é patrocinador de entidades fechadas de previdência complementar e de saúde suplementar que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários. Parte relevante dos planos de aposentaria dessas entidades são classificados como planos de benefício definido e os valores decorrentes do patrocínio do Banco nesses planos são reconhecidos de acordo com a Deliberação CVM n.º 695/2012. As obrigações desses planos são calculadas com referência a uma série de premissas atuariais, incluindo taxa de desconto, inflação e taxa de mortalidade. Devido à complexidade e julgamento envolvidos no tratamento e mensuração dessas premissas e ao impacto relevante que eventuais mudanças teriam sobre as demonstrações contábeis, consideramos que este é um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto
Avaliamos o desenho dos controles internos do Banco quanto à determinação das premissas utilizadas para fins de mensuração da obrigação atuarial, bem como a avaliação do Banco quanto à aderência dessas premissas. Com auxílio de nossos atuários, realizamos análise da razoabilidade e sensibilidade das principais premissas utilizadas e informadas nos relatórios atuariais dos planos de benefícios relevantes, assim como a adequação dos valores do passivo atuarial e base de dados utilizada nos cálculos efetuados pelos atuários externos. Analisamos a contabilização das transações envolvendo os planos de aposentadoria e avaliamos também a adequação das divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas, especificamente à análise de sensibilidade do valor líquido de passivo de benefício definido em relação às premissas atuariais utilizadas e demais regras aplicáveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável a mensuração das obrigações atuariais no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Projeção de resultados futuros para a realização de ativos relativos a créditos tributários

As demonstrações contábeis consolidadas incluem ativos relativos a créditos tributários (notas explicativas n.os 4h e 24e e 24f das demonstrações contábeis consolidadas), cuja realização está suportada por estimativas de rentabilidade futura baseadas no plano de negócios e orçamento preparados pelo Banco. Para elaborar as projeções de resultados futuros, o Banco adota premissas baseadas em suas estratégias corporativas e no cenário macroeconômico, considerando o desempenho atual e passado e o crescimento esperado no mercado de atuação. Devido à relevância das estimativas de rentabilidade futura e do impacto que eventuais mudanças nas premissas dessas estimativas poderiam gerar nas demonstrações contábeis consolidadas, consideramos essa área como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho dos controles internos chave relacionados ao processo do Banco quanto a determinação e aprovação das premissas utilizadas para fins de projeção de lucros para realização de ativos relativos a créditos tributários. Analisamos, com suporte técnico de nossos especialistas em finanças corporativas, a adequação das projeções de resultado e das premissas de crescimento de rentabilidade. Foram avaliadas a razoabilidade das premissas utilizadas pelo Banco e se essas estavam consistentes com as metodologias de avaliação comumente utilizadas no mercado. Avaliamos as bases de apuração em que são aplicadas as alíquotas vigentes dos tributos e o estudo de capacidade de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários). Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis consolidadas estão de acordo com as regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável o reconhecimento dos créditos tributários no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Participações Societárias

Conforme mencionado nas notas explicativas n.os 3a, 5 e 14 das demonstrações contábeis consolidadas, o Banco possui participações societárias em diversas entidades e segmentos de negócios, com estruturas específicas de investimentos, as quais são controladas por meio de estruturas de governança corporativa. Considerando que essas investidas estão sujeitas a diferentes estruturas e requerimentos regulamentares próprios, a existência de transações com partes relacionadas, a necessidade de harmonização das diferentes práticas contábeis e as interpretações e julgamentos envolvidos em cada modelo de investimento, consideramos que esse é um dos principais assuntos de auditoria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto
Os nossos procedimentos de auditoria incluíram o entendimento dos controles internos chave definidos pelo Banco voltados principalmente a gestão de suas participações societárias, e harmonização das práticas contábeis na consolidação. Também incluíram o planejamento e comunicação do escopo de nossos trabalhos, discussão dos riscos de distorção relevante e envio das instruções ao auditor das investidas relevantes, realização de reuniões com o auditor responsável pelas investidas relevantes e avaliação do trabalho por ele realizado.

Avaliamos o desenho e a efetividade dos controles internos relevantes, e com o auxílio dos nossos especialistas em sistemas avaliamos os controles gerais de tecnologia da informação e controles chave automatizados relativos ao processo de consolidação, assim como efetuamos testes sobre o processo de identificação, divulgação, e eliminação das transações entre partes relacionadas, e apuração do resultado de equivalência patrimonial das investidas. Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis consolidadas estão de acordo com as regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável o tratamento contábil sobre as participações societárias e as divulgações no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado
A demonstração consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da Administração do Banco, e apresentada como informação suplementar para fins de atendimento das práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto

Demonstrações contábeis individuais
O Banco elaborou um conjunto completo de demonstrações contábeis individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil apresentadas separadamente, sobre as quais emitimos relatório de auditoria independente separado, não contendo qualquer modificação, datado de 20 de fevereiro de 2018.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis consolidadas e o relatório do auditor
A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas
A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade da entidade e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

  Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas, de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

  Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do período corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública de um assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deveria ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação poderiam, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 20 de fevereiro de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF

Marcelo Faria Pereira
Contador CRC RJ-077911/O-2

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-
KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

I. Introdução

O Comitê de Auditoria do Banco do Brasil (Coaud), órgão estatutário de assessoramento do Conselho de Administração (CA), é composto atualmente por três membros, sendo um integrante do Conselho e todos independentes e nomeados pelo CA.

O Banco do Brasil optou pela constituição de comitê de auditoria único para o Banco Múltiplo e as seguintes subsidiárias: BB DTVM Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., BB Banco de Investimento S.A., BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil, BB Administradora de Consórcios S.A., BB Administradora de Cartões de Crédito S.A., e Besc Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

No endereço eletrônico *www.bb.com.br/ri* estão disponíveis o regimento interno do Comitê de Auditoria e canal para recepção de informações acerca do descumprimento de regulamentos e códigos internos e de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Instituição.

II. Responsabilidades

O Coaud tem suas atribuições definidas pela Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais), Decreto Regulamentar nº 8.945/2016, Resolução CMN 3.198/2004, Estatuto Social do BB e por seu Regimento Interno.

Os administradores do Banco do Brasil e de suas subsidiárias são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistema de controles internos efetivos e zelar pela conformidade das atividades às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos a que o Conglomerado está exposto, avaliando, com independência, as ações de gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos controles internos, por meio de verificações quanto a sua qualidade, suficiência, cumprimento e efetividade.

A KPMG Auditores Independentes é responsável pela auditoria das demonstrações contábeis do Banco Múltiplo e das subsidiárias abrangidas pelo Comitê de Auditoria, além de outras empresas que integram o Conglomerado Banco do Brasil. Avalia, também, no contexto desse trabalho, a qualidade e adequação dos sistemas de controles internos e o cumprimento de dispositivos legais e regulamentares.

III. Atividades do período

As atividades desenvolvidas, conforme Plano Anual de Trabalho aprovado pelo Conselho, registradas em atas de reuniões, cobriram o conjunto de responsabilidades atribuídas ao Comitê.

Realizou 75 reuniões no segundo semestre com o Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Banco Central do Brasil, auditorias interna e externa, representantes da alta administração e executivos, além das atividades internas.

Nessas reuniões abordou, em especial, assuntos relacionados ao sistema de controles internos, aspectos contábeis, carteira de crédito, provisões, perdas operacionais, processos de gestão de riscos e de capital, prevenção e combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo (PLD/FT), resultado atuarial, transações com partes relacionadas, ética corporativa, ouvidoria, dependências no exterior, entidades ligadas e recomendações emitidas pelas auditorias interna e independente e por órgãos externos de fiscalização e controle. Nas situações em que identificou possibilidades de melhoria, recomendou aprimoramentos.

Examinou e decidiu o encaminhamento das manifestações recebidas por meio do canal de informações, localizado na internet no endereço www.bb.com.br/ri.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Como parte de suas atividades, os membros participaram de eventos de atualização e aperfeiçoamento em temas relacionados à sua atuação.

IV. Auditoria Interna

O Coaud supervisiona as atividades desenvolvidas pela Auditoria Interna (Audit) e avalia, por meio de instrumental técnico formal, sua independência, objetividade, qualidade e efetividade.

Realizou reuniões periódicas com a Unidade para conhecer as conclusões dos trabalhos, principais preocupações, acompanhar sua atuação e o cumprimento de suas atribuições. Dentre outros temas, debateu com a Audit sobre PLD/FT, processos contábeis, crédito, gestão de riscos BB e entidades ligadas, soluções de TI, auditorias especiais, recomendações de auditorias, demandas do CA e relatórios recebidos de órgãos reguladores do Brasil e do exterior.

V. Auditoria Independente

O Coaud supervisiona a prestação de serviços de auditoria contábil pelos auditores independentes e avalia, por meio de instrumental técnico próprio, sua independência, e a qualidade e a adequação de tais serviços às necessidades da Instituição. Além disso, avalia, previamente à contratação, a existência de conflitos na prestação de outros serviços às empresas do Conglomerado.

No período, realizou reuniões trimestrais com a KPMG com o objetivo de acompanhar o cumprimento do seu plano de trabalho para 2017, conhecer os resultados dos principais trabalhos realizados e examinar suas conclusões e recomendações. Entre os temas discutidos, destacamos: escopo de revisão das demonstrações contábeis, materialidade, principais assuntos de auditoria, normas de auditoria aplicáveis, conciliação de depósitos judiciais, PLD/FT, transações com partes relacionadas, avaliação atuarial e IFRS 9 - instrumentos financeiros.

VI. Sistema de controles internos (SCI)

A avaliação da efetividade do SCI pelo Coaud é fundamentada principalmente nos resultados dos trabalhos realizados pelas auditorias interna e independente, pelos órgãos externos de fiscalização e controle, pela Diretoria de Controles Internos (Dicoi), em informações e documentos requisitados a outras áreas do Banco e também em suas próprias análises.

VII. Transações com Partes Relacionadas (TPR)

Com o objetivo de avaliar e monitorar, em conjunto com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das TPR, o Comitê realizou reuniões com as áreas de primeira e de segunda linhas de defesa e com as auditorias interna e independente, nas quais tratou de informações relacionadas ao conjunto de TPR mantidas pelo Banco.

Solicitou a diversas áreas o mapeamento das TPR de suas responsabilidades e recomendou à Auditoria Interna avaliação específica sobre o tema.

VIII. Razoabilidade dos parâmetros e resultado atuarial dos planos de benefício mantidos pelos fundos de pensão

O Coaud realizou reuniões com as áreas responsáveis pelo processo de avaliação atuarial das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, discutiu o tema com as auditorias interna e independente e recomendou à Auditoria Interna a realização de trabalho de avaliação do processo atuarial do Banco.

Considerando as discussões, análises e os esclarecimentos recebidos e dada a relevância, complexidade e julgamentos envolvidos, o Comitê aprofundará as discussões para emitir avaliação sobre o tema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

IX. Exposição a risco

O Coaud monitorou, em conjunto com o Comitê de Riscos e de Capital, as principais exposições e constatou que, no período sob análise, estavam enquadradas aos limites de tolerância estabelecidos pelo Conselho de Administração.

X. Demonstrações contábeis

O Coaud examinou o resumo das principais práticas contábeis e analisou mensalmente as principais variações nos saldos contábeis e respectivas causas, a partir de informações fornecidas pela Diretoria Contadoria.

Revisou as demonstrações contábeis consolidadas do BB, inclusive notas explicativas, o relatório da administração e o relatório do Auditor Independente, datado de 20/02/2018, sem ressalvas, relativos ao exercício findo em 31/12/2017.

XI. Recomendações do Comitê de Auditoria

Entre os diversos temas sobre os quais o Coaud se manifestou ao Conselho de Administração estão: regulamento, planejamento, orçamento e acordo de trabalho da Auditoria Interna; programa de *compliance* do BB; avaliação do sistema de controles internos; plano de recuperação do BB e *fairness opinion* da Stelo.

XII. Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria concluiu:

a) o sistema de controles internos é adequado ao porte e à complexidade dos negócios do Conglomerado e objeto de permanente atenção por parte da administração;
b) a Auditoria Interna é efetiva, dispõe de estrutura e orçamento suficientes ao desempenho de suas funções e atua com independência, objetividade e qualidade;
c) a auditoria independente é efetiva e não foram identificadas ocorrências que pudessem comprometer sua independência;
d) as demonstrações contábeis do exercício findo em 31/12/2017 foram elaboradas em conformidade com as normas legais e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e refletem, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira naquela data.

Brasília-DF, 20 de fevereiro de 2018.

Antônio Carlos Correia

Luiz Serafim Spinola Santos

Marcos Tadeu de Siqueira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração do Banco do Brasil S.A. declara que aprovou nesta data o Relatório da Administração e o Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e, em conformidade com o inciso V do art. 142 da Lei nº 6.404, de 15.12.76, tomou conhecimento e recomendou a aprovação das contas da Diretoria, todos referentes ao exercício de 2017.

Em 20 de fevereiro de 2018.

_____

Fabrício da Soller

_____

Beny Parnes

_____

Daniel Sigelmann

_____

Fabiano Felix do Nascimento

_____

Julio Cesar Costa Pinto

_____

Paulo Rogério Caffarelli

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O CONSELHO FISCAL DO BANCO DO BRASIL S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Contábeis, incluindo a proposta de destinação do resultado relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, os quais foram aprovados, nesta data, pelo Conselho de Administração.

Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício e no Relatório dos Auditores Independentes – KPMG Auditores Independentes, sem ressalvas, expedido nesta data, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições de ser encaminhados para aprovação da Assembleia Geral dos Acionistas.

Brasília (DF), 20 de fevereiro 2018.

Christianne Dias Ferreira
Conselheira

Felipe Palmeira Bardella
Conselheiro

Giorgio Bampi
Conselheiro

Maurício Graccho de Severiano Cardoso
Conselheiro

Aldo César Martins Braido
Presidente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

DECLARAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DIRETOR SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em conformidade com o artigo 25, inciso VI, da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, declaramos que revisamos as Demonstrações Contábeis do Banco do Brasil S.A. relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2017 e, baseados nas discussões subsequentes, concordamos que tais Demonstrações refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondentes aos períodos apresentados.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2018.

Paulo Rogério Caffarelli
Presidente

Antônio Gustavo Matos do Vale
Vice-Presidência de Tecnologia

Antonio Mauricio Maurano
Vice-Presidência de Negócios de Atacado

Bernardo de Azevedo Silva Rothe
Vice-Presidência de Gestão Financeira e de Relações com Investidores

Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo
Vice-Presidência de Serviços, Infraestrutura e Operações

José Eduardo Pereira Filho
Vice-Presidência de Governo

Marcelo Augusto Dutra Labuto
Vice-Presidência de Negócios de Varejo

Marcio Hamilton Ferreira
Vice-Presidência de Controles Internos e Gestão de Riscos

Tarcisio Hübner
Vice-Presidência de Agronegócios

Walter Malieni Junior
Vice-Presidência de Distribuição de Varejo e Gestão de Pessoas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

DECLARAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DIRETOR SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com o artigo 25, inciso V, da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, declaramos que, baseados em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordamos com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, de 20.02.2018, não havendo qualquer discordância.

Brasília (DF), 20 de fevereiro de 2018.

Paulo Rogério Caffarelli
Presidente

Antônio Gustavo Matos do Vale
Vice-Presidência de Tecnologia

Antonio Mauricio Maurano
Vice-Presidência de Negócios de Atacado

Bernardo de Azevedo Silva Rothe
Vice-Presidência de Gestão Financeira e de Relações com Investidores

Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo
Vice-Presidência de Serviços, Infraestrutura e Operações

José Eduardo Pereira Filho
Vice-Presidência de Governo

Marcelo Augusto Dutra Labuto
Vice-Presidência de Negócios de Varejo

Marcio Hamilton Ferreira
Vice-Presidência de Controles Internos e Gestão de Riscos

Tarcisio Hübner
Vice-Presidência de Agronegócios

Walter Malieni Junior
Vice-Presidência de Distribuição de Varejo e Gestão de Pessoas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE
Paulo Rogério Caffarelli

VICE-PRESIDENTES
Antônio Gustavo Matos do Vale
Antonio Mauricio Maurano
Bernardo de Azevedo Silva Rothe
Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo
José Eduardo Pereira Filho
Marcelo Augusto Dutra Labuto
Marcio Hamilton Ferreira
Tarcisio Hübner
Walter Malieni Junior

DIRETORES
Adriano Meira Ricci
Alexandre Alves de Souza
Carla Nesi
Carlos Alberto Araujo Netto
Carlos Renato Bonetti
Cicero Przendsiuk
Edson Rogério da Costa
Eduardo Cesar Pasa
Fabiano Macanhan Fontes
Fernando Florencio Campos
Gustavo de Souza Fosse
João Pinto Rabelo Júnior
José Caetano de Andrade Minchillo
José Eduardo Moreira Bergo
José Ricardo Fagonde Forni
Leonardo Silva de Loyola Reis
Lucinéia Possar
Marcio Luiz Moral
Marco Antonio Ascoli Mastroeni
Marco Túlio de Oliveira Mendonça
Marco Túlio Moraes da Costa
Marcos Renato Coltri
Marvio Melo Freitas
Nilson Martiniano Moreira
Reinaldo Kazufumi Yokoyama
Rogério Magno Panca
Simão Luiz Kovalski

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Beny Parnes
Daniel Sigelmann
Fabiano Felix do Nascimento
Fabrício da Soller
Julio Cesar Costa Pinto
Luiz Serafim Spinola Santos
Paulo Rogério Caffarelli

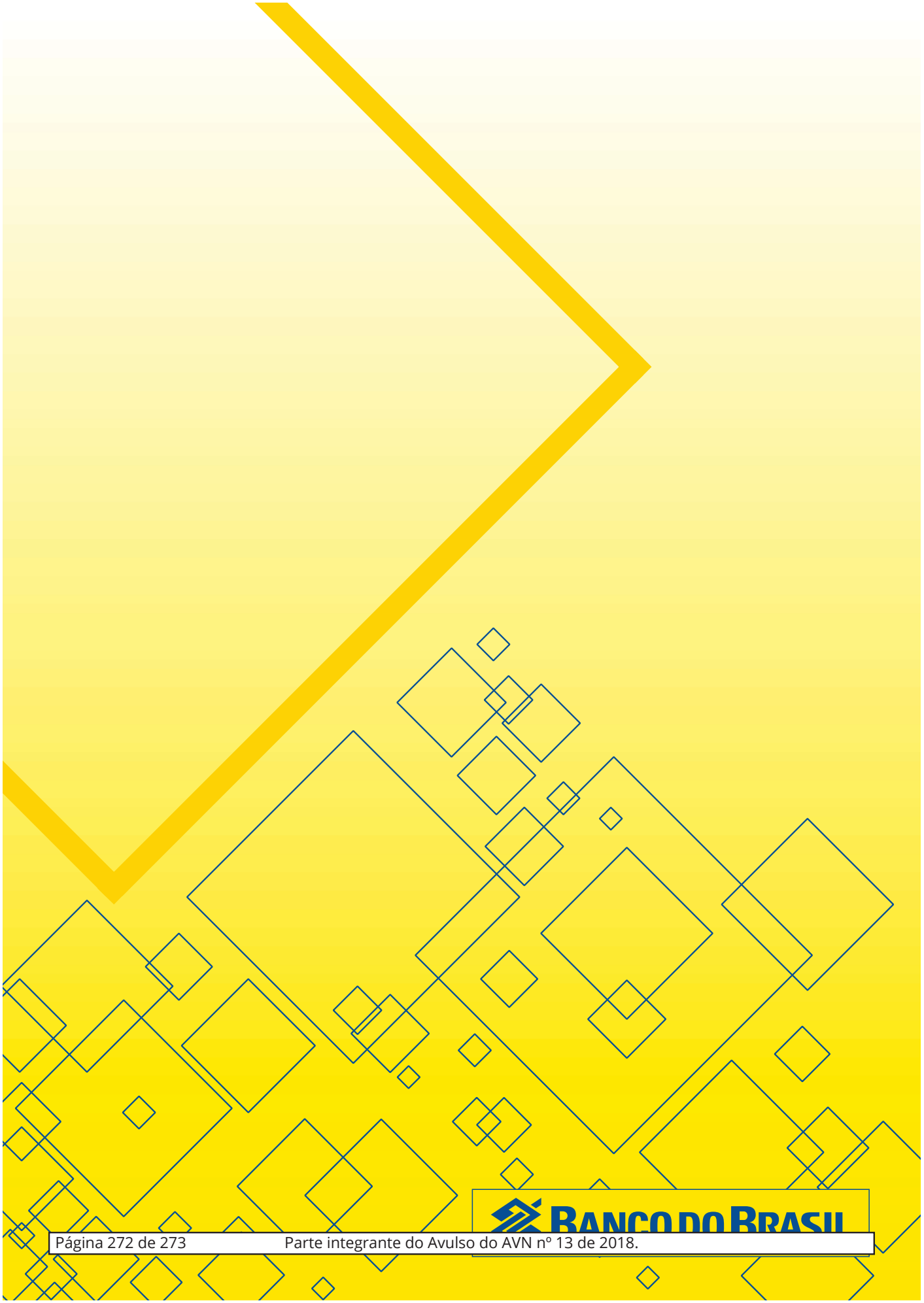
CONSELHO FISCAL
Aldo César Martins Braido
Christianne Dias Ferreira
Felipe Palmeira Bardella
Giorgio Bampi
Mauricio Graccho de Severiano Cardoso

COMITÊ DE AUDITORIA
Antônio Carlos Correia
Luiz Serafim Spinola Santos
Marcos Tadeu de Siqueira

CONTADORIA
Eduardo Cesar Pasa
Contador Geral
Contador CRC-DF 017601/O-5
CPF 541.035.920-87

Daniel André Stieler
Contador CRC-DF 013931/O-2
CPF 391.145.110-53

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DA MATÉRIA, NOS TERMOS DO ART. 120 DA RESOLUÇÃO Nº 1 DE 2006-CN

Data início	Data fim	Tipo de tramitação
26/03/2018		Data de recebimento da matéria
	31/03/2018	Prazo para publicação em avulso eletrônico
	15/04/2018	Prazo para apresentação de relatório e, se for o caso, de projeto de decreto legislativo
	20/04/2018	Prazo para apresentação de emendas a eventual projeto de decreto legislativo
	27/04/2018	Prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação do relatório e encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.043068/2018-92

Aviso do Tribunal de Contas da União

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

AVISO DO CONGRESSO NACIONAL Nº 14, DE 2018

Encaminha cópia do Acordão nº 2779/2017, do TC- 014.133/2017-2, que trata de Auditoria realizada com o intuito de verificar as medidas adotadas pelos órgãos e Poderes da União para assegurar o cumprimento do limite de gastos estabelecido pelo Novo Regime Fiscal, instituído pela Emenda Constitucional 95/2016 no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

AUTORIA: Tribunal de Contas da União

DESPACHO: À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização de 2018

Página da matéria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Aviso nº 1111-Seses-TCU-Plenário

Brasília-DF, 06 de dezembro de 2017.

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 2779/2018 proferido pelo Plenário desta Corte nos autos do processo nº TC 014.133/2017-2 que trata de Auditoria de Conformidade realizada com o intuito de verificar as medidas adotadas pelos órgãos e Poderes da União para assegurar o cumprimento do limite de gastos estabelecido pelo Novo Regime Fiscal, instituído pela Emenda Constitucional 95/2016 no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, relatado pelo Ministro VITAL DO RÊGO na Sessão Ordinária de 6/12/2017.

Por oportuno, informo que o relatório e o voto que fundamentam essa deliberação podem ser acessados no endereço eletrônico www.tcu.gov.br.

Esclareço, ainda, que este Tribunal poderá encaminhar a Vossa Excelência, caso solicitado, cópia desses documentos sem custos.

Atenciosamente,

RAIMUNDO CARREIRO
Presidente

A Sua Excelência, o Senhor
Senador DÁRIO BERGER
Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional
Praça dos Três Poderes, Anexo II, Ala C, Sala 8 - Térreo,
Brasília - DF

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Comissão Mista de Planos, Orçamentos
Públicos e Fiscalização - CMO
Recebido em 26/03/2018 às 17:05.
Por: Ponto: 5378

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ACÓRDÃO Nº 2779/2017 – TCU – Plenário

1. Processo TC 014.133/2017-2.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Relatório de auditoria.
3. Interessado: Tribunal de Contas da União.
4. Órgãos: Câmara dos Deputados; Conselho Nacional de Justiça; Conselho Nacional do Ministério Público; Defensoria Pública da União; Justiça do Trabalho (vinculador); Justiça Eleitoral (vinculador); Justiça Federal (vinculador); Justiça Militar (vinculador); Ministério Público Federal; Secretaria da Receita Federal do Brasil; Secretaria de Orçamento Federal - MP; Secretaria do Tesouro Nacional; Senado Federal (vinculador); Superior Tribunal de Justiça; Supremo Tribunal Federal; Tribunal de Contas da União; Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria de conformidade com o objetivo de verificar as medidas adotadas pelos órgãos e Poderes da União para assegurar o cumprimento do limite de gastos estabelecido pelo Novo Regime Fiscal instituído pela Emenda Constitucional 95/2016 no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. recomendar, com fulcro no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU:

9.1.1. à Casa Civil da Presidência da República e ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, que:

9.1.1.1. considerem o limite de gastos instituído pela Emenda Constitucional 95/2016 ao elaborarem o projeto de lei de diretrizes orçamentária (PLDO) e projeto de lei orçamentária (PLOA) referentes ao exercício de 2019 e subsequentes; e

9.1.1.2. orientem os órgãos e as entidades da Administração Pública Federal, sob a égide do Novo Regime Fiscal, acerca das medidas necessárias a serem adotadas no período de 2018 a 2020, a fim de assegurar o cumprimento do limite individualizado de gastos instituído pela Emenda Constitucional 95/2016, sem perder, contudo, as suas capacidades operacionais de funcionamento;

9.1.2. ao Poder Executivo Federal, ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados, ao Tribunal de Contas da União, ao Supremo Tribunal Federal, ao Superior Tribunal de Justiça, ao Conselho Nacional de Justiça, à Justiça do Trabalho, à Justiça Federal, à Justiça Militar da União, à Justiça Eleitoral, à Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, ao Ministério Público da União, ao Conselho Nacional do Ministério Público e à Defensoria Pública da União, tendo em vista o disposto no art. 107 da EC 95/2016 c/c os arts. 24 e 25, § 6º, da Lei 13.473/2017, que adotem medidas com intuito de identificar, nos anos de 2018 a 2020, as despesas discricionárias passíveis de redução, com respectiva amplitude desse valor, de modo a garantir as condições necessárias ao seu funcionamento, informando anualmente ao TCU, por ocasião dos respectivos Relatórios de Gestão, os resultados decorrentes das medidas adotadas, considerando como forma de incentivo ao compartilhamento de boas práticas para atingimento dos objetivos do Novo Regime Fiscal, e a título de exemplo, o rol descritivo de medidas de contenção de despesas, constante do Anexo II do Relatório de Auditoria;

9.2. levantar o sigilo das peças 53 e 54;

9.3. manter como sigilosas as peças 58 e 59, com fulcro no art. 23, inciso IV, da Lei 12.527/2011, c/c o art. 25, inciso V, do Decreto 7.724/2012;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 58279863.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

9.4. determinar à Secretaria de Macroavaliação Governamental que acompanhe o impacto decorrente da Lei 13.412/2016, que aprovou o plano de carreira da Defensoria Pública da União, quando proceder à fiscalização da evolução das receitas e das despesas primárias, do resultado primário e do contingenciamento, referente ao 6º bimestre de 2017;

9.5. encaminhar cópia desta deliberação às Secretarias de Orçamento Federal e do Tesouro Nacional, às Secretarias de Controle Externo da Administração do Estado e da Fazenda Nacional e à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, ao Fundo Monetário Internacional em vista do pedido constante da peça 172;

9.6. arquivar o presente processo, com fulcro no art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

10. Ata nº 50/2017 – Plenário.
11. Data da Sessão: 6/12/2017 – Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2779-50/17-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Vital do Rêgo (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

(Assinado Eletronicamente)
RAIMUNDO CARREIRO
Presidente

(Assinado Eletronicamente)
VITAL DO RÊGO
Relator

Fui presente:

(Assinado Eletronicamente)
CRISTINA MACHADO DA COSTA E SILVA
Procuradora-Geral

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 58279863.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Of. Pres. n. 011/2018/CMO

Brasília, 27 de março de 2018.

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Solicitação de autuação do Aviso nº 1111-Seses-TCU-Plenário, de 06/12/2017 – Auditoria de Conformidade realizada com o intuito de verificar as medidas adotadas pelos órgãos e Poderes da União para assegurar o cumprimento do limite de gastos estabelecido pelo Novo Regime Fiscal, instituído pela Emenda Constitucional 95/2016 no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.**

Excelentíssimo Senhor Presidente,

O Tribunal de Contas da União encaminhou a esta Presidência o Aviso n° 1111-Seses-TCU-Plenário, de 06.12.2017, cópia do Acórdão nº 2779/2017 – TCU – Plenário, que trata de Auditoria de Conformidade realizada com o intuito de verificar as medidas adotadas pelos órgãos e Poderes da União para assegurar o cumprimento do limite de gastos estabelecido pelo Novo Regime Fiscal, instituído pela Emenda Constitucional 95/2016 no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

A fim de que esta Comissão exerça de forma plena a sua competência constitucional, necessário se faz que o referido documento seja antes autuado pela Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, e, posteriormente, prossiga observando os trâmites regimentalmente determinados.

Assim sendo, encaminho, em anexo, para autuação, o original do **Aviso nº 1111-Seses-TCU, de 06.12.2017, do Tribunal de Contas União.**

Na oportunidade, apresento a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador DÁRIO BERGER
Presidente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DA MATÉRIA, NOS TERMOS DO ART. 120 DA RESOLUÇÃO Nº 1 DE 2006-CN

Data início	Data fim	Tipo de tramitação
27/03/2018		Data de recebimento da matéria
	01/04/2018	Prazo para publicação em avulso eletrônico
	16/04/2018	Prazo para apresentação de relatório e, se for o caso, de projeto de decreto legislativo
	23/04/2018	Prazo para apresentação de emendas a eventual projeto de decreto legislativo
	30/04/2018	Prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação do relatório e encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Comunicações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

faça-se a substituição solicitada.
Em 27 / 03 /2018

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Liderança do PMDB

OF/GAB/I/Nº 104 Brasília, 27 de março de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado **JOÃO MARCELO SOUZA - PMDB** passa a participar, na qualidade de **SUPLENTE,** da Comissão Mista destinada a apreciar e dar parecer à **Medida Provisória nº 807/2017**, que "Altera a Lei nº 13.496, de 24 de outubro de 2017, que institui o Programa Especial de Regularização Tributária - Pert na Secretaria da Receita Federal do Brasil e na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.", em substituição à Deputada **JOSI NUNES – PMDB**.

Respeitosamente,

Deputado **BALEIA ROSSI**
Líder do **PMDB**

Recebi em 27/03/2018
às 11h27
Susan Pádua
Mat. 292944

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

faça-se a substituição solicitada.
Em 27 / 03 /2018

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Liderança do PMDB

OF/GAB/I/Nº 97 Brasília, 27 de março de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado **JOÃO MARCELO SOUZA - PMDB** passa a integrar, na qualidade de **TITULAR,** a Comissão Mista destinada a apreciar e dar parecer à **Medida Provisória nº 809/2017**, que "Altera a Lei nº 11.516, de 28.08.2017, que dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes, e a Lei nº 7.957, de 20.12.1989, que dispõe sobre a tabela de Pessoal do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais e Renováveis - IBAMA.", em substituição à Deputada **JOSI NUNES – PMDB**.

Respeitosamente,

Deputado **BALEIA ROSSI**
Líder do **PMDB**

Recebi em 27/03/2018
às 12h25
Susan Pádua
Mat. 292944

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

faça-se a substituição solicitada.
Em 27 / 03 /20 18

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Liderança do PMDB

OF/GAB/I/Nº 98

Brasília, 27 de março de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado **JOÃO MARCELO SOUZA - PMDB** passa a integrar, na qualidade de **TITULAR,** a Comissão Mista destinada a apreciar e dar parecer à **Medida Provisória nº 810/2017**, que "Altera a Lei nº 8.248, de 23.10.1991, (que dispõe sobre a capacidade e competitividade do setor de informática e automação, e dá outras providências), e a Lei nº 8.387, de 30.12.1991, (que dá nova redação ao §1º do art. 3º aos arts. 7º e 9º do Decreto-Lei nº 288, de 28.02.1967, ao caput do art. 37 do Decreto-Lei nº 1.455, de 07.04.1976 e ao art. 10 da Lei nº 2.145, de 29.12.1953, e dá outras providências) e dá outras providências.", em substituição à Deputada **JOSI NUNES – PMDB**.

Respeitosamente,

Deputado **BALEIA ROSSI**
Líder do **PMDB**

Recebi em 27/03/2018
às 12h25
Susan Pádua
Mat. 292944

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Liderança do PMDB

faça-se a substituição solicitada.
Em 27 / 03 /2018

OF/GAB/I/Nº 101

Brasília, 27 de março de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado **JOÃO MARCELO SOUZA - PMDB** passa a participar, na qualidade de **SUPLENTE,** da Comissão Mista destinada a apreciar e dar parecer à **Medida Provisória nº 811/2017**, que "Altera a Lei nº 12.304, de 02.08.2010, que autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S. A. - Pré-Sal Petróleo S. A. - PPSA e dispõe sobre a política de comercialização de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos.", em substituição à Deputada **JOSI NUNES – PMDB**.

Respeitosamente,

Deputado **BALEIA ROSSI**
Líder do **PMDB**

Recebi em 27/03/2018
às 11h27
Susan Pádua
Mat. 292944

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

faça-se a substituição solicitada.
Em 27 / 03 /20 18

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Liderança do PMDB

OF/GAB/I/Nº 100

Brasília, 27 de março de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado **CABUÇU BORGES - PMDB** passa a participar, na qualidade de **SUPLENTE,** da Comissão Mista destinada a apreciar e dar parecer à **Medida Provisória nº 813/2017**, que "Altera a Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, para dispor sobre a possibilidade de movimentação da conta do Programa de Integração Social - PIS e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP.", em substituição à Deputada **JOSI NUNES – PMDB**.

Respeitosamente,

Deputado **BALEIA ROSSI**
Líder do **PMDB**

Recebi em 27/03/2018
às 11h27
Susan Pádua
Mat. 292944

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.043068/2018-92

faça-se a substituição solicitada.
Em 27 / 03 /2018

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Liderança do PMDB

OF/GAB/I/Nº 99

Brasília, 27 de março de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado **CABUÇU BORGES - PMDB** passa a integrar, na qualidade de **TITULAR,** a Comissão Mista destinada a apreciar e dar parecer à **Medida Provisória nº 815/2017**, que "Dispõe sobre a prestação de apoio financeiro pela União aos entes federativos que recebem o Fundo de Participação dos Municípios - FPM, no exercício de 2018.", em substituição à Deputada **JOSI NUNES – PMDB**.

Respeitosamente,

Deputado **BALEIA ROSSI**
Líder do **PMDB**

Recebi em 27/03/2018
às 12h25
Susan Pádua
Mat. 292944

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

faça-se a **substituição** solicitada.
Em 27 / 03 /20 18

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Liderança do PMDB

OF/GAB/I/Nº 102

Brasília, 27 de março de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado **CABUÇU BORGES - PMDB** passa a integrar, na qualidade de **TITULAR,** a Comissão Mista destinada a apreciar e dar parecer à **Medida Provisória nº 816/2017**, que "Cria cargos em comissão para compor os Conselhos de Supervisão dos Regimes de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal.", em substituição à Deputada **JOSI NUNES – PMDB**.

Respeitosamente,

Deputado **BALEIA ROSSI**
Líder do **PMDB**

Recebi em 27/03/2018
às 12h25
Susan Pádua
Mat. 292944

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

faça-se a substituição solicitada.
Em 27 / 03 /2018

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Liderança do PMDB

OF/GAB/I/Nº 103

Brasília, 27 de março de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado **CABUÇU BORGES - PMDB** passa a integrar, na qualidade de **TITULAR,** a Comissão Mista destinada a apreciar e dar parecer à **Medida Provisória nº 818/2018**, que "Altera a Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015, que institui o Estatuto da Metrópole, e a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana.", em substituição à Deputada **JOSI NUNES – PMDB.**

Respeitosamente,

Deputado **BALEIA ROSSI**
Líder do **PMDB**

Recebi em 27/03/2018
às 12h25
Susan Pádua
Mat. 292944

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

faça-se a substituição solicitada.
Em 27 / 03 /2018

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Liderança do PMDB

OF/GAB/I/Nº 108

Brasília, 27 de março de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado **CABUÇU BORGES - PMDB** passa a integrar, na qualidade de **TITULAR,** a Comissão Mista destinada a apreciar e dar parecer à **Medida Provisória nº 819/2018**, que "Autoriza a União a doar recursos ao Estado da Palestina para a restauração da Basílica da Natividade.", em substituição à Deputada **JOSI NUNES – PMDB**.

Respeitosamente,

Deputado **BALEIA ROSSI**
Líder do **PMDB**

Recebi em 27/03/2018
às 12h25
Susan Pádua
Mat. 292944

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

faça-se a substituição solicitada.
Em 27 / 03 /2018

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Liderança do PMDB

OF/GAB/I/Nº 109

Brasília, 27 de março de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado **JOÃO MARCELO SOUZA - PMDB** passa a integrar, na qualidade de **TITULAR,** a Comissão Mista destinada a apreciar e dar parecer à **Medida Provisória nº 820/2018**, que "Dispõe sobre medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária.", em substituição à Deputada **JOSI NUNES – PMDB**.

Respeitosamente,

Deputado **BALEIA ROSSI**
Líder do **PMDB**

Recebi em 27/03/2018
às 12h27
Susan Pádua
Mat. 292944

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Câmara dos Deputados
Gabinete da Liderança do PR

Faça-se a substituição solicitada
Em 27 / 03 / 18

Of. nº 56/2018 – LidPR

Brasília, 26 de março de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Eunício Oliveira
Presidente da Mesa do Congresso Nacional
Secretaria Legislativa do Congresso Nacional
Senado Federal

Assunto: Substituição de titular na Comissão Mista 822/2018.

Senhor Presidente,

Solicito especial atenção de Vossa Excelência no sentido de indicar o **Deputado Delegado Edson Moreira (PR/MG)** para membro **titular** em minha substituição, **Deputado José Rocha (PR/BA),** e me indicar para membro **suplente** na **Comissão Mista 822 de 2018**, altera a Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, para dispor sobre a dispensa de retenção de tributos federais na aquisição de passagens aéreas pelos órgãos ou entidades da administração pública federal.

Respeitosamente,

Deputado José Rocha
Líder do Partido da República - PR

Liderança do Partido da República – Praça dos Três Poder , Câmara dos Deputados, Sala 122 – Anexo II - – Bloco das Lideranças Partidárias (BLP) – Pavimento sup ior – Ala das Lideranças Deputado Álvaro Valle
Tel: 61-321 9550 FAX: 61-32159577

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.043068/2018-92

faça-se a substituição solicitada.
Em 27 / 03 /2018

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Liderança do PMDB

OF/GAB/I/Nº 106

Brasília, 27 de março de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado **PEDRO CHAVES - PMDB** passa a participar, na qualidade de **SUPLENTE,** da Comissão Mista destinada a apreciar e dar parecer à **Medida Provisória nº 822/2018**, que "Altera a Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, para dispor sobre a dispensa de retenção de tributos federais na aquisição de passagens aéreas pelos órgãos ou entidades da administração pública federal.", em substituição à Deputada **JOSI NUNES – PMDB**.

Respeitosamente,

Deputado **BALEIA ROSSI**
Líder do **PMDB**

Recebi em 27/03/2018
às 11h27
Susan Pádua
Mat. 292944

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Mensagem do Presidente da República

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

MENSAGEM DO CONGRESSO NACIONAL Nº 5, DE 2018

Encaminha, em cumprimento aos §§ 4º, 5º e 6º do art. 56 da Lei nº 13.473/2017 (LDO 2018), o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas referente ao 1º (primeiro) bimestre de 2018.

Mensagem nº 149 de 2018, na origem
DOU de 22/03/2018

AUTORIA: Presidência da República

Página da matéria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Mensagem nº 149

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto nos §§ 4º, 5º e 6º do art. 56 da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, encaminho a Vossas Excelências o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 1º Bimestre de 2018, destinado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

Brasília, 22 de março de 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00030.000595/2018-83

EM Interministerial nº 00039/2018/MP/MF

Brasília, 21 de março de 2018.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. O art. 9º da LRF dispõe que, se verificado ao final de um bimestre que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário constante do Anexo de Metas Fiscais, os Poderes, o Ministério Público da União - MPU e a Defensoria Pública União - DPU promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela LDO.

2. A Lei nº 13.473, de 8 de dezembro de 2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018, LDO-2018, por sua vez, estabelece no art. 56 que, se houver necessidade de efetuar a limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o art. 9º da LRF, o Poder Executivo apurará o montante necessário e informará a cada um dos órgãos orçamentários dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União até o vigésimo segundo dia após o encerramento do bimestre.

3. Adicionalmente, o § 4º do citado art. 56 da LDO-2018 determina que o Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional e aos órgãos pertencentes aos Poderes Legislativo e Judiciário, ao MPU e à DPU, relatório que será apreciado pela Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição, contendo, dentre outras informações, as memórias de cálculo e justificativas das alterações das projeções de receitas e despesas primárias.

4. A Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, Lei Orçamentária de 2018 - LOA-2018, foi publicada em 3 de janeiro de 2018. Em cumprimento à determinação contida no art. 8º da LRF e art. 56 da LDO-2018, o Poder Executivo publicou o Decreto nº 9.276, de 2 de fevereiro de 2018, que estabeleceu o cronograma anual de desembolso mensal, por órgão, com vistas ao cumprimento da meta de resultado primário estabelecida pela LDO-2018.

5. Ainda em fevereiro de 2018, com o objetivo de garantir o cumprimento da meta de resultado primário estabelecida no Anexo de Metas Fiscais da Lei nº 13.473, de 8 de agosto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de 2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2018, LDO-2018 e, adicionalmente, avaliar o comportamento das despesas primárias para fins de cumprimento do limite dessas despesas estabelecido pelo Novo Regime Fiscal instituído pela Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016 - EC 95/2016, procedeu-se à avaliação dos itens de receitas e despesas primárias do Governo Federal, nos termos do art. 56 da LDO-2018.

6. Como resultado dessa Avaliação de Fevereiro, indicou-se a possibilidade de ampliação dos limites de empenho e de movimentação financeira no valor de R$ 4.194,9 milhões. No entanto, tendo em vista que as receitas primárias a serem arrecadadas em virtude do processo de desestatização das Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobrás/S.A, incluídas na referida avaliação, ainda aguardavam apreciação e aprovação do Projeto de Lei nº 9.463/2018, em tramitação no Congresso Nacional, recomendou-se que pelo menos a diferença entre a ampliação indicada no Relatório de Avaliação de Fevereiro, de R$ 4.194,9 milhões, e a previsão total da receita com a desestatização da Eletrobrás, no valor de R$ 12.200,0 milhões, no montante de R$ 8.005,1 milhões, não fosse liberado imediatamente no âmbito do Poder Executivo. Tal recomendação foi materializada na reserva constante do Inciso I, art. 8º, do citado Decreto nº 9.276, de 2 de fevereiro de 2018.

7. Ao fim do primeiro bimestre, em atendimento ao art. 9º da LRF, combinado com o art. 56 da LDO-2018, procedeu-se à avaliação das receitas e despesas primárias do Governo Federal, com dados realizados, em sua maioria, até fevereiro de 2018 e parâmetros macroeconômicos atualizados, compatíveis com o cenário econômico vigente. Essas projeções indicaram a possibilidade de ampliação dos limites de empenho e movimentação financeira de todos os Poderes, MPU e DPU, no montante de R$ 1.556,6 milhões, conforme quadro abaixo:

R$ milhões

1. Receita Primária Total	1.460.655,3	1.462.931,4	2.276,1
Receita Administrada pela RFB/MF, exceto RGPS e líquida de incentivos fiscais	880.924,3	894.037,3	13.113,1
Arrecadação Líquida para o RGPS	403.283,8	395.735,8	-7.548,0
Receitas Não-Administradas pela RFB/MF	176.447,2	173.158,3	-3.288,9
2. Transferências aos Entes Subnacionais por Repartição de Receita	243.862,7	246.078,9	2.216,2
3. Receita Líquida de Transferências (1) - (2)	1.216.792,6	1.216.852,5	59,9
4. Despesas Primárias	1.371.597,6	1.374.295,9	2.698,2
Obrigatória	1.242.683,0	1.245.381,2	2.698,2
Discricionárias	128.914,7	128.914,7	0,0
5. Resultado Primário (3) - (4)	(154.805,1)	(157.443,4)	(2.638,3)
6. Meta Fiscal	(159.000,0)	(159.000,0)	0,0
7. Esforço (-) ou Ampliação (+) (5) - (6)	4.194,9	1.556,6	(2.638,3)

Fonte/Elaboração: SOF/MP.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

8. No entanto, dado que o processo de desestatização da Eletrobrás ainda se encontra pendente de aprovação no Congresso Nacional e ainda há a possibilidade de eventuais custos associados ao processo de intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 10, de 20 de fevereiro de 2018, a Avaliação do 1º Bimestre mantém a recomendação da Avaliação anterior, de se incluir em reserva na atualização do Decreto de Programação orçamentária e Financeira, a diferença entre a ampliação indicada no Relatório, de R$ 1.556,6 milhões, e a previsão de receita da desestatização da Eletrobrás, no valor de R$ 12.200,0 milhões, acrescida da estimativa de R$ 1,0 bilhão associada a eventuais custos com a intervenção federal.

9. Isso posto, submetemos à consideração de Vossa Excelência o Relatório de Avaliação das Receitas e Despesas Primárias do 1º Bimestre de 2018, em anexo, elaborado em observância ao disposto no art. 56, da LDO-2018, propondo seu encaminhamento à Comissão Mista a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição, bem como cópia aos Poderes Legislativo e Judiciário, ao MPU e à DPU.

Respeitosamente,

DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA
Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES
Ministro de Estado da Fazenda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO
Secretaria de Orçamento Federal
Secretaria-Adjunta de Orçamento Federal – Assuntos Fiscais

Nota Técnica nº 4942/2018-MP

Assunto: **Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 1º Bimestre de 2018, em cumprimento ao art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata a presente Nota sobre o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias referente ao Primeiro Bimestre de 2018, elaborado em consonância com o § 4º do art. 56 da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2018 – LDO-2018. Tal relatório, a ser encaminhado ao Congresso Nacional para apreciação da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, contém, dentre outras informações, as memórias de cálculo e justificativas das projeções de receitas e despesas, de forma a verificar o cumprimento do 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.

2. Esta Secretaria-Adjunta para Assuntos Fiscais manifesta-se favorável ao encaminhamento do referido Relatório em atendimento ao disposto na LDO - 2018.

ANÁLISE

3. O art. 9º da LRF determina que se verifique, ao final de cada bimestre, se a realização da receita poderá ou não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais. No caso de insuficiências, cabe aos Poderes e o Ministério Público promover, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subseqüentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.

4. Dessa forma, encerrado o primeiro bimestre de 2018, procedeu-se a uma completa avaliação das receitas e despesas primárias previstas para o corrente ano, não apenas para fins de cumprimento da meta de resultado primário, como também para verificação da adequação das despesas primárias ao Novo Regime Fiscal, implementado pela Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016 – EC 95/2016. Como resultado desta avaliação, foi elaborado relatório em consonância com o § 4º do art. 56 da LDO-2018, contendo, dentre outras informações, as memórias de cálculo e justificativas das projeções de receitas e despesas, a ser encaminhado ao Congresso Nacional para apreciação da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

5. Em obediência aos normativos supracitados, o Relatório apresentou os parâmetros macroeconômicos que serviram de base para as projeções e as memórias de cálculo das novas estimativas de receitas e das despesas primárias de execução obrigatória. Essas projeções não sinalizaram a necessidade de limitação de empenho e movimentação financeira, para fins de cumprimento do art. 9º da LRF, como foi demonstrado no citado Relatório.

6. Cumpre dizer que, em cumprimento do art. 8º da LRF, foi editado o Decreto nº 9.276, de 2 de fevereiro de 2018, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira do Governo Central. Ademais, com o objetivo de garantir o cumprimento da meta de resultado primário estabelecida na LDO 2018 e, adicionalmente, avaliar o comportamento das despesas primárias para fins de adequação à EC 95/2016, procedeu-se à avaliação das receitas e despesas primárias, consubstanciada no Relatório encaminhado ao Congresso Nacional pela Mensagem nº 72, de 9 de fevereiro. Assim como a presente avaliação, aquela realizada em fevereiro também não indicou necessidade de limitação de empenho e movimentação financeira, para fins de cumprimento do art. 9º da LRF.

7. Contudo, apesar da não necessidade contingenciamento, houve recomendação naquela oportunidade para que o montante de pelo menos R$ 8.005,1 milhões não fosse liberado imediatamente no âmbito do Poder Executivo, tendo em vista que as receitas primárias a serem arrecadadas em virtude do processo de desestatização das Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobrás/S.A ainda aguardavam apreciação e aprovação do Projeto de Lei nº 9.463/2018 em tramitação no Congresso Nacional. Tal recomendação foi materializada na reserva constante do Inciso I, art. 8º, do Decreto nº 9.276, de 2 de fevereiro de 2018.

8. Adicionalmente, cumpre destacar a possibilidade da ocorrência de eventuais custos associados ao processo de intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 10, de 20 de fevereiro de 2018. A intervenção tem como objetivo pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública naquele Estado, e poderá requerer recursos do Orçamento Federal para sua consecução.

9. Assim, tendo em vista que o Projeto de Lei nº 9.463/2018 ainda se encontra em tramitação no Congresso Nacional, bem como as possíveis despesas do Orçamento da União com a intervenção no Estado do Rio do Janeiro, mantém-se, na presente Avaliação, a recomendação de se incluir em reserva no decreto de programação do Poder Executivo, a diferença entre a ampliação indicada neste Relatório, de R$ 1.556,6 milhões, e a previsão de receita da desestatização da Eletrobrás, no valor de R$ 12.200,0 milhões, acrescida da estimativa de R$ 1,0 bilhão associada a eventuais custos com a intervenção federal.

10. As atuais projeções das receitas primárias federais previstas para o corrente ano indicam um aumento, no valor de R$ 2.276,1 milhões, em relação à Avaliação de Fevereiro. A Receita Administrada pela RFB, exceto a Arrecadação Líquida para o RGPS, apresentou estimativa acima da observada na referida Avaliação, em R$ 13.113,1 milhões, em função, principalmente, do arrecadado até fevereiro de 2018.

11. Já a estimativa da arrecadação líquida para o RGPS apresentou decréscimo de R$ 7.548,0 milhões. As projeções das Receitas não-administradas pela RFB, em seu conjunto, apresentaram redução na previsão anual de R$ 3.288,9 milhões, tendo como destaque a queda na projeção da receita de Exploração de Recursos Naturais, em função da redução na estimativa do preço do petróleo no mercado internacional.

12. Ainda em relação à estimativa das receitas primárias, merece destaque a manutenção da arrecadação esperada em virtude do processo de desestatização das Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobrás/S.A., no valor de R$ 12.200 milhões, tendo em vista o envio do Projeto de Lei nº 9.463/2018 ao Congresso Nacional. Por prudência, haja vista que tal Projeto ainda aguarda apreciação e aprovação naquela Casa, é proposto que o valor mencionado não seja distribuído imediatamente, sendo acomodado na reserva no decreto de programação.

13. Diante da combinação de todos os fatores acima descritos, a presente avaliação demonstra um aumento da projeção da receita líquida de transferências a estados e municípios em R$ 59,9 milhões, em relação à projeção contida na Avaliação anterior.

14. As projeções das despesas primárias obrigatórias apresentaram aumento de R$ 2.698,4 milhões em relação à Avaliação de Fevereiro. As maiores variações observadas foram nas estimativas do ressarcimento ao RGPS pela desoneração da folha e do impacto primário das operações de financiamento no âmbito do FIES, que apresentaram aumento. No outro sentido, destaca-se a redução nas estimativas das despesas obrigatórias com controle de fluxo, entre outros ajustes.

15. Desse modo, a partir dessa reavaliação de receitas e despesas primárias mostrou-se a possibilidade de ampliação nas despesas discricionárias, no montante abaixo especificado:

Figura 1: Resultado da Avaliação

R$ milhões

Discriminação	Avaliação de Fevereiro (a)	Avaliação 1º Bimestre (b)	Diferença (c) = (b) - (a)
1. Receita Primária Total	1.460.655,3	1.462.931,4	2.276,1
Receita Administrada pela RFB/MF, exceto RGPS e líquida de incentivos fiscais	880.924,3	894.037,3	13.113,1

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Arrecadação Líquida para o RGPS	403.283,8	395.735,8	-7.548,0
Receitas Não-Administradas pela RFB/MF	176.447,2	173.158,3	-3.288,9
2. Transferências aos Entes Subnacionais por Repartição de Receita	243.862,7	246.078,9	2.216,2
3. Receita Líquida de Transferências (1) - (2)	1.216.792,6	1.216.852,5	59,9
4. Despesas Primárias	1.371.597,6	1.374.295,9	2.698,2
Obrigatória	1.242.683,0	1.245.381,2	2.698,2
Discricionárias	128.914,7	128.914,7	0,0
5. Resultado Primário (3) - (4)	(154.805,1)	(157.443,4)	(2.638,3)
6. Meta Fiscal	(159.000,0)	(159.000,0)	0,0
7. Esforço (-) ou Ampliação (+) (5) - (6)	4.194,9	1.556,6	(2.638,3)
Fonte/Elaboração: SOF/MP.			

CONCLUSÃO

16. Diante do exposto, esta Secretaria se manifesta favorável ao encaminhamento do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias, em cumprimento do art. 56 da LDO-2018.

Brasília-DF, 21 de março de 2018

LUIZ GUILHERME PINTO HENRIQUES

Coordenador-Geral de Avaliação Macroeconômica

GERALDO JULIÃO JÚNIOR

Secretário-Adjunto de Orçamento Federal para Assuntos Fiscais

Documento assinado eletronicamente por **LUIZ GUILHERME PINTO HENRIQUES**, **Coordenador-Geral**, em 21/03/2018, às 19:05.

Documento assinado eletronicamente por **GERALDO JULIAO JUNIOR**, **Secretário-Adjunto**, em 21/03/2018, às 19:15.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://seimp.planejamento.gov.br/conferir], informando o código verificador **5771067** e o código CRC **655FE6AB**.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE RECEITAS E DESPESAS PRIMÁRIAS

1º Bimestre de 2018

Brasília-DF

Março/2018

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O **RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE RECEITAS E DESPESAS PRIMÁRIAS** é uma publicação em cumprimento ao disposto no art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, e no art. 56 da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018. O conteúdo presente neste documento foi produzido pelas seguintes instituições:

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

Secretaria de Orçamento Federal (*)
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Secretaria do Tesouro Nacional
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Secretaria de Política Econômica

(*) Coordenação Técnica

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação, desde que mencionada a fonte.

BRASIL. Relatório de avaliação de receitas e despesas primárias: programação orçamentária e financeira de 2018. **Secretaria de Orçamento Federal**. Brasília. Março de 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

MENSAGEM AOS MINISTROS

1. O art. 9º da **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, LRF**, determina que, se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes, o Ministério Público da União - MPU e a Defensoria Pública da União - DPU promoverão limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.

2. O art. 56 da **Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018**, **LDO-2018,** estabelece os critérios requeridos pela LRF, determinando que o Poder Executivo apure o montante da limitação de empenho e movimentação financeira necessária e informe aos Poderes Legislativo e Judiciário, ao MPU e à DPU, até o vigésimo segundo dia após o encerramento do bimestre.

3. Este documento foi preparado em cumprimento ao § 4º do art. 56 da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2018 – LDO-2018, o qual determina que o Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional, aos Poderes Legislativo e Judiciário, ao MPU e à DPU, relatório que será apreciado pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, contendo, dentre outras informações, as memórias de cálculo e justificativas das alterações das projeções de receitas de receitas e despesas primárias.

4. Em obediência aos normativos supracitados, neste relatório são apresentados os parâmetros macroeconômicos que serviram de base para as projeções e as memórias de cálculo das novas estimativas de receitas e das despesas primárias de execução obrigatória. Essas projeções não sinalizam a necessidade de limitação de empenho e movimentação financeira, para fins de cumprimento do art. 9º da LRF, como será demonstrado.

5. Por ocasião da Avaliação anterior, recomendou-se que o montante de pelo menos R$ 8.005,1 milhões não fosse liberado imediatamente no âmbito do Poder Executivo, tendo em vista que as receitas primárias a serem arrecadadas em virtude do processo de desestatização das Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobrás/S.A ainda aguardavam apreciação e aprovação do Projeto de Lei nº 9.463/2018 em tramitação no Congresso Nacional. O referido montante correspondia à diferença entre a ampliação indicada no Relatório de Avaliação de Fevereiro, de R$ 4.194,9 milhões, e a previsão total da receita com a desestatização da Eletrobrás no valor de R$ 12.200,0 milhões. Tal recomendação foi materializada na reserva constante do Inciso I, art. 8º, do Decreto nº 9.276, de 2 de fevereiro de 2018.

6. Ademais, cumpre destacar a possibilidade de eventuais custos associados ao processo de intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 10, de 20 de fevereiro de 2018. A intervenção tem como objetivo pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública naquele Estado, e poderá requerer recursos do Orçamento Federal para sua consecução.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

7. Assim, tendo em vista que o Projeto de Lei nº 9.463/2018 ainda se encontra em tramitação no Congresso Nacional, bem como as possíveis despesas do Orçamento da União com a intervenção no Estado do Rio do Janeiro, mantém-se, na presente Avaliação, a recomendação de se incluir em reserva no decreto de programação do Poder Executivo, ao menos, a diferença entre a ampliação indicada neste Relatório, de R$ 1.556,6 milhões, e a previsão de receita da desestatização da Eletrobrás, no valor de R$ 12.200,0 milhões, acrescida da estimativa de R$ 1,0 bilhão associada a eventuais custos com a intervenção federal.

Respeitosamente,

George Soares
Secretário de Orçamento Federal

Ana Paula Vescovi
Secretária do Tesouro Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Índice

SIGLAS E ABREVIATURAS 8

1 SUMÁRIO EXECUTIVO 11

2 HISTÓRICO 12

3 AVALIAÇÃO DO BIMESTRE 13
3.1 Parâmetros (LDO-2018, art. 56, § 4º, Inciso II) 13
3.2 Análise das Estimativas das Receitas Primárias (LDO-2018, Art. 56, § 4º, Incisos I e IV) 14
3.3 Análise das Estimativas das Despesas Primárias (LDO-2018, art. 56, § 4º, Inciso III) 20
3.4 Estimativa do Resultado do RGPS (LDO-2018, Art. 56, § 4º, Incisos I e IV) 23
3.5 Memória de Cálculo do Resultado Primário das Empresas Estatais Federais (LDO-2018, Art. 56, § 4º, Inciso V) 25
3.6 Resultado Primário dos Estados, Distrito Federal e Municípios 25

4 DISTRIBUIÇÃO DA VARIAÇÃO DOS LIMITES DE EMPENHO E MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA 25
4.1 Base de Cálculo para a Distribuição da Variação dos Limites entre os Poderes, MPU e DPU (LDO-2018, Art. 56, *caput*, §§ 1º e 2º) 25
4.2 Distribuição da Variação dos Limites de Empenho e Movimentação Financeira (LDO-2017, Art. 58, *caput*, §§ 1º e 2º) 26
4.3 Emendas Parlamentares Individuais e de Bancada (CF, Art. 166, §§ 9º, 11 e 17, art. 111 do ADCT e LDO-2018, arts. 59 a 65) 27

5 EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 95, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016 – NOVO REGIME FISCAL 29

6 ADEQUAÇÃO DAS FONTES PARA CUMPRIMENTO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ART. 167, INCISO III (REGRA DE OURO) E LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL, ART. 42 (ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO) 32

ANEXO I - PARÂMETROS (LDO-2018, ART. 56, § 4º, INCISO II) 35

ANEXO II - MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS RECEITAS ADMINISTRADAS PELA RFB/MF, EXCETO RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS E CPSS (LDO-2018, ART. 56, § 4º, INCISOS I E IV) 42

ANEXO III - MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS – SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (LDO-2018, ART. 56, § 4º, INCISOS I E IV) 50

ANEXO IV - ESTIMATIVA ATUALIZADA DO RESULTADO PRIMÁRIO DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS (LDO - 2018, ART. 56, § 4º, INCISO V) 52

ANEXO V – RECEITAS PRÓPRIAS E DEMAIS RECEITAS PRIMÁRIAS 55

ANEXO VI - HISTÓRICO DAS AVALIAÇÕES 62

ANEXO VII - MÍNIMOS CONSTITUCIONAIS DE SAÚDE E DE EDUCAÇÃO 63

ANEXO VIII - DISPOSIÇÕES LEGAIS 64

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO IX – DEMONSTRATIVO RESERVA PARA AMPLIAÇÃO DE LIMITES DE EMPENHO 66

ANEXO X – DEMONSTRATIVO TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS 67

ANEXO XI – DEMONSTRATIVO DESPESAS OBRIGATÓRIAS COM CONTROLE DE FLUXO (ART. 56, §4º, VII)..... 68

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Resultado desta Avaliação..... 12
Tabela 2: Parâmetros Macroeconômicos..... 13
Tabela 3: Comparativo das estimativas das Receitas Primárias do Governo Central..... 15
Tabela 4: Projeção Inicial, Fatores de Variação de Receitas e Projeção Final – Anual 16
Tabela 5: Projeção Inicial, Fatores de Variação de Receitas e Projeção Final - Anual 18
Tabela 6: Variações nas estimativas das Despesas Primárias 20
Tabela 7: Despesas Obrigatórias com Controle de Fluxo do Poder Executivo 23
Tabela 8: Receita do RGPS..... 24
Tabela 9: Déficit do RGPS 24
Tabela 10: Base Contingenciável Total..... 26
Tabela 11: Distribuição da variação dos limites de empenho e movimentação financeira indicada na presente avaliação entre os Poderes, MPU e DPU 27
Tabela 12: Emendas Individuais 2018 – LOA x Execução Obrigatória antes das limitações de empenho 28
Tabela 13: Emendas Individuais 2018 por Poder, MPU e DPU..... 28
Tabela 14: Emendas de Bancada de execução obrigatória..... 29
Tabela 15: Demonstrativo compatibilidade dos créditos publicados com a EC 95/16 30
Tabela 16: Despesas Primárias do Governo Central incluídas na base de cálculo da EC 95/2016 31
Tabela 17: Suficiência da Regra de Ouro (Despesa de Capital – Receitas de Operações de Créditos)..... 32

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SIGLAS E ABREVIATURAS

ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
ANA	Agência Nacional de Águas
ANAC	Agência Nacional de Aviação Civil
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
ANP	Agência Nacional do Petróleo
ANS	Agência Nacional de Saúde
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
ATAERO	Adicional de Tarifa Aeroportuária
BCB	Banco Central do Brasil
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CATI MCTI	Comitê da Área de Tecnologia da Informação do MCTI
CBTU	Companhia Brasileira de Trens Urbanos
CF	Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos
CFURH	Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos
Cide	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
CNEN	Comissão Nacional de Energia Nuclear
CNMP:	Conselho Nacional do Ministério Público
CNPE	Conselho Nacional de Política Energética
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPMF	Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira
CPSS	Contribuição para o Regime Próprio de Previdência do Servidor Público
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DARF	Documento de Arrecadação de Receitas Federais
DF	Distrito Federal
DGN/SPG-MME	Departamento de Gás Natural/Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis – Ministério de Minas e Energia
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
DPVAT	Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre
DOU	Diário Oficial da União
DRU	Desvinculação de Recursos da União
EBC	Empresa Brasil de Comunicação
FACTI	Fundação de Apoio à Capacitação em Tecnologia da Informação
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FDA	Fundo de Desenvolvimento da Amazônia
FDNE	Fundo de Desenvolvimento do Nordeste
FIES	Programa de Financiamento Estudantil
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FNSP	Fundo Nacional de Segurança Pública
FPE	Fundo de Participação dos Estados
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
FRGPS	Fundo do Regime Geral da Previdência Social
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNPEN	Fundo Penitenciário Nacional
FUNSET	Fundo Nacional de Segurança e Educação no Trânsito
GRU	Guia de Recolhimento da União
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços
IER	Índice Específico de Receita
IGP-DI	Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna
IMBEL	Indústria de Material Bélico do Brasil
INB	Indústrias Nucleares do Brasil
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor - Amplo
IOF	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
IPI-EE	Transferência do IPI aos Estados Exportadores
IR	Imposto sobre a Renda
ITR	Imposto Territorial Rural
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MIX IER	Índice Específico de Receita: parâmetro de projeção formado pela composição de 55% do IPCA e 45% do IGP-DI
MF	Ministério da Fazenda
MME	Ministério de Minas e Energia
MP	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
MPU	Ministério Público da União
MPV	Medida Provisória
PCH	Pequena Central Hidrelétrica
PERT	Programa Especial de Regularização Tributária
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PIB	Produto Interno Bruto
PIS/ PASEP	Contribuição para o Programa de Integração Social e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PGFN/ CAF	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional/Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PLOA	Projeto de Lei Orçamentária Anual
PME	Pesquisa Mensal de Emprego
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PPSA	Pré-Sal Petróleo S.A.
RFB	Secretaria da Receita Federal do Brasil
RGPS	Regime Geral de Previdência Social
RPVs	Requisições de Pequeno Valor
Selic	Sistema Especial de Liquidação e de Custódia
SEPLAN	Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
Simples	Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte
SIOP	Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal
SOF	Secretaria de Orçamento Federal
SPE	Secretaria de Política Econômica
SPU	Secretaria de Patrimônio da União
STJ	Superior Tribunal de Justiça
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus
TAR	Tarifa Atualizada de Referência
TFVS	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária
UHE	Usina Hidrelétrica de Energia
UnB	Universidade de Brasília

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

1 SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Findo o 1º bimestre, em cumprimento ao art. 9º da LRF, foram reavaliadas as estimativas das receitas e despesas primárias do Governo Federal, observando a arrecadação das receitas primárias e a realização das despesas primárias até o mês de fevereiro de 2018, em sua maioria, bem como parâmetros macroeconômicos atualizados, compatíveis com o cenário econômico vigente

2. As atuais projeções das receitas primárias federais previstas para o corrente ano indicam um aumento, no valor de R$ 2.276,1 milhões, em relação à Avaliação de Fevereiro. A Receita Administrada pela RFB, exceto a Arrecadação Líquida para o RGPS, apresentou estimativa acima da observada na referida Avaliação, em R$ 13.113,1 milhões, em função, principalmente, do arrecadado até fevereiro de 2018.

3. Já a estimativa da arrecadação líquida para o RGPS apresentou decréscimo de R$ 7.548,0 milhões. As projeções das Receitas não-administradas pela RFB, por sua vez, apresentaram aumento na previsão de arrecadação em R$ 3.288,9 milhões. Nesse item, cabe destacar a redução da previsão de receita de Exploração de Recursos Naturais em função da queda da estimativa do preço do petróleo no mercado internacional e o decréscimo nas projeções de Dividendos.

4. Ainda em relação à estimativa das receitas primárias, merece destaque a manutenção da arrecadação esperada em virtude do processo de desestatização das Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobrás/S.A., no valor de R$ 12.200 milhões, tendo em vista o envio do Projeto de Lei nº 9.463/2018 ao Congresso Nacional. Por prudência, haja vista que tal Projeto ainda aguarda apreciação e aprovação naquela Casa, é proposto que o valor mencionado não seja distribuído imediatamente, sendo acomodado na reserva no decreto de programação.

5. Diante da combinação de todos os fatores acima descritos, a presente avaliação demonstra um aumento da projeção da receita líquida de transferências a estados e municípios em R$ 59,9 milhões, em relação à projeção contida na Avaliação anterior.

6. As projeções das despesas primárias obrigatórias apresentaram aumento de R$ 2.698,2 milhões em relação à Avaliação de Fevereiro. As maiores variações observadas foram nas estimativas do ressarcimento ao RGPS pela desoneração da folha e do impacto primário das operações de financiamento no âmbito do FIES, que apresentaram aumento. No outro sentido, destaca-se a redução nas estimativas das despesas obrigatórias com controle de fluxo, entre outros ajustes.

7. Desse modo, a partir dessa reavaliação de receitas e despesas primárias mostrou-se a possibilidade de ampliação nas despesas discricionárias, no montante abaixo especificado:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Tabela 1: Resultado desta Avaliação

R$ milhões

Discriminação	Avaliação de Fevereiro (a)	Avaliação 1º Bimestre (b)	Diferença (c) = (b) - (a)
1. Receita Primária Total	1.460.655,3	1.462.931,4	2.276,1
Receita Administrada pela RFB/MF, exceto RGPS e líquida de incentivos fiscais	880.924,3	894.037,3	13.113,1
Arrecadação Líquida para o RGPS	403.283,8	395.735,8	-7.548,0
Receitas Não-Administradas pela RFB/MF	176.447,2	173.158,3	-3.288,9
2. Transferências aos Entes Subnacionais por Repartição de Receita	243.862,7	246.078,9	2.216,2
3. Receita Líquida de Transferências (1) - (2)	**1.216.792,6**	**1.216.852,5**	**59,9**
4. Despesas Primárias	1.371.597,6	1.374.295,9	2.698,2
Obrigatória	1.242.683,0	1.245.381,2	2.698,2
Discricionárias	128.914,7	128.914,7	0,0
5. Resultado Primário (3) - (4)	**(154.805,1)**	**(157.443,4)**	**(2.638,3)**
6. Meta Fiscal	**(159.000,0)**	**(159.000,0)**	**0,0**
7. Esforço (-) ou Ampliação (+) (5) - (6)	**4.194,9**	**1.556,6**	**(2.638,3)**

Fonte/Elaboração: SOF/MP.

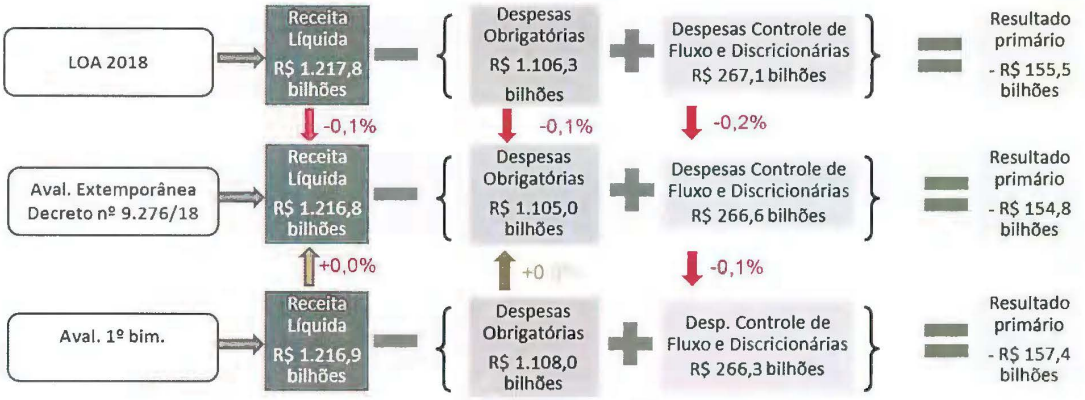
8. As estatísticas fiscais realizadas até fevereiro de 2018 e as projeções de receitas e despesas primárias para o corrente ano, presentes neste Relatório, não indicaram a necessidade de limitação de empenho e movimentação financeira para fins de cumprimento da meta de resultado primário prevista na LDO 2018. No entanto, tendo em vista que as despesas da presente avaliação estão compatíveis com os limites de que trata o art. 107 do ADCT, incluído pela Emenda Constitucional nº 95/2016, que instituiu o Novo Regime Fiscal – NRF, há reduzido espaço para ampliação de despesas primárias discricionárias em relação à avaliação anterior por meio de abertura de créditos adicionais.

2 HISTÓRICO

9. Para fins de cumprimento do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, foi editado o Decreto nº 9.276, de 2 de fevereiro de 2018, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira do Governo Central. Ademais, com o objetivo de garantir o cumprimento da meta de resultado primário estabelecida no Anexo de Metas Fiscais da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017 a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2018 – LDO 2018 e, adicionalmente, avaliar o comportamento das despesas primárias para fins de adequação ao Novo Regime Fiscal estabelecido pela Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016 – EC 95/2016, procedeu-se à avaliação dos itens de receitas e despesas primárias do Governo Federal, observando a arrecadação das receitas federais e a realização das despesas do governo federal de 2017 e parâmetros macroeconômicos atualizados, compatíveis com a política econômica vigente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

10. O resultado dessa Avaliação de fevereiro não indicou necessidade de limitação de empenho e de movimentação financeira. Contudo, recomendou-se que o montante de pelo menos R$ 8.005,1 milhões não fosse liberado imediatamente, no âmbito do Poder Executivo, tendo em vista as receitas primárias a serem arrecadadas em virtude do processo de desestatização das Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobrás/S.A, que ainda aguardam a apreciação e aprovação do Projeto de Lei nº 9.463/2018, em tramitação no Congresso Nacional. Tal recomendação foi materializada em reserva no Decreto nº 9.276[1], de 2 de fevereiro de 2018, conforme disposto em seu art. 8º, inciso I.



3 AVALIAÇÃO DO BIMESTRE

3.1 Parâmetros (LDO-2018, art. 56, § 4º, Inciso II)

Tabela 2: Parâmetros Macroeconômicos

Parâmetros	Avaliação de Fevereiro (a)	Avaliação 1º Bimestre (b)	Variação %
PIB real (%)	3,00	2,97	-1,2
PIB Nominal (R$ bilhões)	7.125,49	7.009,67	-1,6
IPCA acum (%)	3,9	3,6	-6,7
INPC acumulado (%)	4,0	3,8	-6,8
IGP-DI acum (%)	4,5	4,2	-6,7
Taxa Over - SELIC Média (%)	6,7	6,5	-3,7
Taxa de Câmbio Média (R$ / US$)	3,30	3,27	-0,8
Preço Médio do Petróleo (US$/barril)	68,2	65,0	-4,7
Valor do Salário Mínimo (R$ 1,00)	954,00	954,00	0,0
Massa Salarial Nominal (%)	6,3	5,9	-6,9

Fonte: SPE/MF.
Elaboração: SOF/MP.

[1] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9276.htm

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

11. As previsões para o PIB real e nominal mantiveram-se praticamente estáveis. Já, as demais, projeções, demonstraram decréscimo, como demonstra a tabela acima.

3.2 Análise das Estimativas das Receitas Primárias (LDO-2018, Art. 56, § 4º, Incisos I e IV)

12. A projeção das receitas da União segue, de modo geral, um modelo incremental, em que se utilizam os principais parâmetros de projeção das contas públicas sobre uma base de cálculo composta pela arrecadação realizada no ano imediatamente anterior, excluídas da base de projeção as receitas extraordinárias. Aplicam-se a essa base também os efeitos decorrentes das alterações na legislação tributária.

13. A seguir, o comparativo geral das projeções de cada item de receita e de transferência em relação à Avaliação de Fevereiro:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Tabela 3: Comparativo das estimativas das Receitas Primárias do Governo Central

R$ milhões

Discriminação	Avaliação de Fevereiro (a)	Avaliação 1º Bimestre (b)	Diferença (c) = (b) - (a)
I. RECEITA TOTAL	**1.460.655,3**	**1.462.931,4**	**2.276,1**
Receita Administrada pela RFB/MF, exceto RGPS	**880.924,3**	**894.037,3**	**13.113,1**
Imposto de Importação	38.776,4	39.053,9	277,5
IPI	54.673,6	56.270,0	1.596,4
Imposto sobre a Renda, líquido de incentivos fiscais	340.246,7	346.264,9	6.018,2
IOF	37.868,9	36.635,6	(1.233,2)
COFINS	244.221,2	249.370,9	5.149,7
PIS/PASEP	65.831,1	66.467,5	636,4
CSLL	72.080,3	74.377,1	2.296,8
CIDE - Combustíveis	5.999,4	5.828,7	(170,6)
Outras Administradas pela RFB/MF	21.226,8	19.768,7	(1.458,1)
Arrecadação Líquida para o RGPS	**403.283,8**	**395.735,8**	**(7.548,0)**
Receitas Não-Administradas pela RFB/MF	**176.447,2**	**173.158,3**	**(3.288,9)**
Concessões e Permissões	20.244,4	20.376,4	132,0
Complemento do FGTS	5.550,4	5.570,9	20,5
Cont. para o Plano de Seguridade do Servidor	14.149,8	13.853,7	(296,1)
Contribuição do Salário-Educação	21.356,6	21.210,9	(145,7)
Exploração de Recursos Naturais	51.466,0	49.417,7	(2.048,3)
Dividendos e Participações	8.862,0	7.164,4	(1.697,6)
Operações com Ativos	4.949,7	5.294,9	345,2
Receita Própria (fontes 50, 63 e 81)	13.575,7	13.524,6	(51,0)
Demais Receitas	36.292,6	36.744,8	452,3
II. TRANSF. A ESTADOS E MUNICÍPIOS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	**243.862,7**	**246.078,9**	**2.216,2**
CIDE - Combustíveis	1.712,7	1.663,2	(49,5)
Compensações Financeiras	32.344,1	30.996,0	(1.348,1)
Contribuição do Salário-Educação	12.814,0	12.726,5	(87,4)
FPE/FPM/IPI-EE	186.838,3	190.500,7	3.662,4
Fundos Constitucionais	8.521,1	8.534,2	13,1
Repasse Total	11.847,6	12.076,0	228,4
Superávit Fundos	(3.326,5)	(3.541,8)	(215,4)
Demais	1.632,5	1.658,2	25,8
III. RECEITA LÍQUIDA (I - II)	**1.216.792,6**	**1.216.852,5**	**59,9**

Fontes: RFB/MF; SOF/MP; STN/MF.
Elaboração: SOF/MP.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

3.2.1 Receitas Administradas pela RFB/MF

14. Em relação ao Decreto 9.276/18, a presente revisão de receitas incorporou as mudanças que ocorreram nas projeções macroeconômicas para o ano de 2018, as revisões de premissas desde a última reavaliação e a realização da arrecadação no período de janeiro e fevereiro de 2018.

Tabela 4: Projeção Inicial, Fatores de Variação de Receitas e Projeção Final – Anual

UNIDADE: R$ MILHÕES

RECEITAS	DECRETO 9.276/18 [A]	VARIAÇÃO POR PARÂMETROS	VARIAÇÃO POR OUTROS EFEITOS	PROJEÇÃO ATUAL
IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO	38 776	29	248	39 054
IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	54 674	(651)	2 248	56 270
IMPOSTO SOBRE A RENDA	340 247	(2 286)	8 304	346 265
I.O.F. - IMPOSTO S/ OPERAÇÕES FINANCEIRAS	37 869	(147)	(1 086)	36 636
COFINS - CONTRIBUIÇÃO SEGURIDADE SOCIAL	244 221	(1 230)	6 380	249 371
CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	65 831	(333)	969	66 467
CSLL - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL S/ LUCRO LÍQUIDO	72 080	(339)	2 636	74 377
CIDE - COMBUSTÍVEIS	5 999	(138)	(33)	5 829
CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNDAF	529	(2)	(23)	504
OUTRAS RECEITAS ADMINISTRADAS	20 698	(82)	(1 309)	20 773
SUBTOTAL [A]	880.924	(5.179)	18.292	894.037
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA [B]	390.952	(549)	(8.366)	382.037

15. A arrecadação do 1º bimestre de 2018 foi fortemente impactada pelos recolhimentos efetuados pelos contribuintes que aderiram ao Parcelamento da Lei 13.496/17 e que recolheram, no mês de janeiro/18, na modalidade à vista, valores brutos estimados em R$ 7,8 bilhões. Essa arrecadação, uma vez que está sendo reclassificada mensalmente, por estimativa, para os tributos, impactou a realização de praticamente todas os agrupamentos de receitas.

16. **Imposto de Importação (+R$ 277,5 milhões)**: a estimativa de arrecadação do imposto de importação refletiu, basicamente, a incorporação da realização da arrecadação de janeiro e fevereiro, em patamares acima dos previstos.

17. **IPI (+R$ 1.596,4 milhões)**: a estimativa de arrecadação do imposto de importação refletiu, basicamente, a incorporação da realização da arrecadação de janeiro e fevereiro. Cabe ressaltar que, desde dezembro de 2018, o PERT vem sendo classificado por estimativa. Parte do resultado dos meses de janeiro e fevereiro se deve à reclassificação da arrecadação do PERT.

18. **Imposto sobre a Renda (+R$ 6.018,2 milhões)**: a principal justificativa para o crescimento das estimativas do Imposto de Renda se deve à realização da arrecadação dos meses de janeiro e fevereiro em patamares acima do previsto, principalmente, em função de arrecadação de eventos relacionados com o PERT.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

19. **IOF (-R$ 1.233,2 milhões)**: Resultado é decorrente de alteração de metodologia de estimativa do IOF sobe seguros, em função de não realização da arrecadação.

20. **COFINS (+R$ 5.149,7 milhões)**: no caso da Cofins, houve a reincorporação de R$ 2,1 bilhões que estavam sendo retirados em razão da possível aprovação do PL que trata da reoneração da folha. A presente revisão não está considerando a aprovação do referido projeto de lei, em função das incertezas associadas.

21. **PIS/PASEP (+R$ 636,4 milhões)**: o crescimento da estimativa se deve, em parte, pela realização da arrecadação nos meses de janeiro e fevereiro, em razão, especialmente, de reclassificação do PERT.

22. **CSLL (+R$ 2.296,8 milhões)**: o crescimento se deu, especialmente, em função da realização da arrecadação nos meses de janeiro e fevereiro, em valores superiores aos previstos.

23. **CIDE (-R$ 170,6 milhões)**: a reestimativa se deve, principalmente, pela revisão dos parâmetros macroeconômicos.

24. **Outras Receitas Administradas (-R$ 1.458,1 milhões)**: a redução na estimativa desse item decorre do fato de que está sendo considerado o efeito das reclassificações do PERT para os demais tributos. A origem dessa reclassificação é "Outras Receitas Administradas" e o destino são os demais tributos. Cabe esclarecer que, no acumulado o saldo da totalização é zero.

25. **Receita Previdenciária (-R$ 8.915,1 milhões)**: a principal alteração em relação à proposta do PLOA foi a não consideração, na presente estimativa, da possível aprovação do PL 8.456/17 que trata da reoneração da folha de pagamentos, para alguns setores.

26. A memória de cálculo de todas as receitas administradas pela RFB/MF encontra-se nos Anexos II e III deste relatório.

3.2.2 *Receitas Não-Administradas pela RFB/MF, exceto arrecadação líquida do RGPS*

As Receitas Não-Administradas pela RFB/MF, em sua maioria, são estimadas tendo como base a arrecadação dos últimos 12 meses, com aplicação dos parâmetros macroeconômicos adequados. A seguir são descritas as especificidades das variações observadas entre as estimativas constantes desta Avaliação e aquelas feitas por ocasião da Avaliação de Fevereiro. Neste relatório foram considerados valores já arrecadados até o mês de fevereiro de 2018, em sua maioria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Tabela 5: Projeção Inicial, Fatores de Variação de Receitas e Projeção Final - Anual

Discriminação	Avaliação de Fevereiro	Variação por Parâmetros Econômicos	Variação por outros Parâmetros	Projeção Final
Receitas Não-Administradas pela RFB/MF	**176.447,2**			**173.158,3**
Concessões e Permissões	20.244,4	(2,9)	134,9	20.376,4
Complemento do FGTS	5.550,4	(18,6)	39,1	5.570,9
Cont. para o Plano de Seguridade do Servidor	14.149,8	(19,6)	(276,5)	13.853,7
Contribuição do Salário-Educação	21.356,6	(113,7)	(32,0)	21.210,9
Exploração de Recursos Naturais	51.466,0	(2.052,8)	4,5	49.417,7
Dividendos e Participações	8.862,0		(1.697,6)	7.164,4
Operações com Ativos	4.949,7	334,4	10,8	5.294,9
Receita Própria (fontes 50, 63 e 81)	13.575,7	(794,4)	743,3	13.524,6
Demais Receitas	36.292,6	(332,5)	784,8	36.744,8

27. **Concessões e Permissões (+R$ 132,0 milhões):** o aumento nessa projeção ocorreu principalmente em função de ajustes na projeção da contribuição mensal das concessões de aeroportos.

28. **Complemento do FGTS (+R$ 20,5 milhões):** o acréscimo de 0,4% decorreu da incorporação da arrecadação do primeiro bimestre de 2018, superior ao estimado, ganho esse que foi parcialmente reduzido pela atualização dos parâmetros macroeconômicos. O crescimento real do PIB combinado com o índice de inflação específico para a receita (IER) passou de 7,32% na Avaliação de Fevereiro para 6,97% nesta Avaliação.

29. **CPSS (-R$ 296,1 milhões):** a variação dessa receita decorre da mudança no método de estimação. O valor anterior foi obtido por meio da multiplicação das alíquotas de CPSS pelos dados disponíveis de remuneração dos órgãos recolhedores. Por outro lado, os modelos de projeção aplicados nessa avaliação utilizam dados históricos de receita realizada, uma vez que a informação sobre a arrecadação do primeiro bimestre de 2018 está disponível.

30. **Contribuição do Salário-Educação (-R$ 145,7 milhões):** a redução de 0,7% na estimativa em relação à Avaliação de Fevereiro deve-se principalmente à arrecadação menor que o previsto no primeiro bimestre de 2018, combinada com a revisão da Massa Salarial Nominal, parâmetro usado para estimar essa receita, de 6,32% para 5,88%.

31. **Exploração de Recursos Naturais (-R$ 2.048,3 milhões):** a redução considerável na estimativa desse grupo ocorreu nos Recursos do Petróleo (- R$ 2.052,8 milhões). Tal redução foi parcialmente compensada por um acréscimo de R$ 4,5 milhões em Recursos Minerais, devido à arrecadação do primeiro bimestre de 2018 ter sido superior à estimativa. Quanto à redução nas estimativas das receitas do petróleo, a explicação consta da Nota Técnica nº 10/2018/SPG-ANP, de 14 de março de 2018, conforme transcrito a seguir: "10. Devido principalmente à alteração na estimativa do preço do barril de petróleo para o ano de 2018 entre as grades de janeiro e março de 2018, que passou de US$ 68,20 para US$ 64,98, houve um impacto no total previsto de participações governamentais de R$ 2,052 bilhões, ao passar de R$ 45,474 bilhões para R$ 43,421 bilhões. Em termos percentuais, a diferença é de -4,51%. A alteração nos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

parâmetros (Brent e câmbio) sofreu uma redução combinada de 5,55% na previsão para o ano de 2018, conforme tabela a seguir. Logo, a redução na estimativa atual em relação à anterior está em linha com as alterações ocorridas.

Parâmetros	Grade SPE 25 jan 2018 (2018)	Grade SPE 12 mar 2018 (2018)
Brent (US$)	68,20	64,98
Câmbio (R$/US$)	3,30	3,27
Estimativas de produção	**PAP 2018**	**PAP 2018**
Petróleo (MM bbl/dia)	2,717	2,717
Gás natural (MM boe/dia)	0,76	0,76
Total (MM boe/dia)	3,477	3,477
Diferença combinada em relação à grade de 25 de janeiro		-5,55%"

32. **Dividendos e Participações (-R$ 1.697,6 milhões):** a previsão de dividendos foi ajustada tendo em vista a divulgação das Demonstrações Financeiras das principais empresas estatais, com as informações de lucro líquido realizadas referentes ao exercício de 2017, tendo como efeito principal a apuração de prejuízo líquido pela Petróleo Brasileiro S/A.

33. **Operações com Ativos (+R$ 345,2 milhões):** R$ 10,8 milhões do acréscimo na estimativa dessa receita deve-se ao registro de arrecadação superior ao previsto no primeiro bimestre de 2018 em duas receitas: "Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos – Principal" (+ R$ 9,6 milhões) e "Alienação de Bens Imóveis – Principal" (+ R$ 1,2 milhões). A variação restante (R$ 334,4 milhões) refere-se à "Alienação de Bens Intangíveis".

34. **Receitas Próprias Primárias (-R$ 51,0 milhões) e Demais Receitas Primárias (+ R$ 452,3 milhões):** as justificativas das variações das estimativas de cada um desses itens serão detalhadas no Anexo V deste Relatório.

3.2.3 Transferências por Repartição de Receita aos Estados, DF e Municípios

35. Nesse item, a variação positiva observada em relação à Avaliação anterior reflete, de maneira geral, a alteração observada na projeção das receitas.

36. Para as transferências de Recursos Minerais estão considerados os efeitos da Lei nº 13.540, de 18 de dezembro de 2017, que aumentou o total de recursos destinados a Estados, Municípios e DF.

37. Nas transferências relativas aos recursos do petróleo, o valor de R$ 1,8 milhão foi mantido, em relação à Avaliação anterior. Esse montante se refere ao pagamento de sentenças judiciais em favor dos municípios e corresponde à correção

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

monetária devida no período que o recurso entra no caixa da União até quando é transferido aos respectivos beneficiários, conforme Ofício nº 015/2018/SPG-ANP, de 9 de janeiro de 2018.

3.3 Análise das Estimativas das Despesas Primárias (LDO-2018, art. 56, § 4º, Inciso III)

38. As variações observadas nas estimativas das despesas primárias e as explicações de suas variações encontram-se a seguir:

Tabela 6: Variações nas estimativas das Despesas Primárias

R$ milhões

Descrição	Avaliação de Fevereiro (a)	Avaliação 1º Bimestre (b)	Diferença (c) = (b) - (a)
Benefícios da Previdência	592.372,4	592.372,4	0,0
Pessoal e Encargos Sociais	302.555,8	302.553,7	(2,1)
Abono e Seguro Desemprego	56.896,4	56.896,4	0,0
Anistiados	275,2	275,2	0,0
Aporte à CDE	0,0	0,0	0,0
Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	723,9	723,9	0,0
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS / RMV	55.903,7	55.903,7	0,0
Complemento do FGTS	5.550,4	5.570,9	20,5
Créditos Extraordinários	1.192,1	1.387,7	195,6
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	12.332,0	13.699,0	1.367,0
Despesas Custeadas com Convênios/Doações (Poder Executivo)	0,0	0,0	0,0
Fabricação de Cédulas e Moedas	881,0	881,0	0,0
Complementação ao FUNDEB	13.731,4	13.800,8	69,3
Fundo Constitucional do DF	1.655,3	1.655,3	0,0
Lei Kandir (LCs nº 87/96 e 102/00)	1.920,0	1.920,0	0,0
Reserva de Contingência	0,3	0,3	0,0
Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	15.086,2	15.086,2	0,0
Subsídios, Subvenções e Proagro	22.250,8	22.231,2	(19,6)
Transferência ANA - Receitas Uso Recursos Hídricos	290,0	293,1	3,1
Transferência Multas ANEEL (Acórdão TCU nº 3.389/2012)	950,1	920,8	(29,3)
Impacto Primário do FIES	3.802,0	5.221,2	1.419,2
Financiamento de Campanha Eleitoral	1.716,2	1.716,2	0,0
Obrigatórias com Controle de Fluxo	137.709,4	137.383,8	(325,6)
Subtotal	**1.227.794,7**	**1.230.493,0**	**2.698,2**
Poderes Legislativo, Judiciário, MPU e DPU	14.888,3	14.888,3	0,0
Despesa Discricionária	128.914,7	128.914,7	0,0
Total	**1.371.597,6**	**1.374.295,9**	**2.698,2**

Fontes: SOF/MP; STN/MF.
Elaboração: SOF/MP.

39. **Pessoal e Encargos Sociais (-R$ 2,1 milhões):** a redução nessa projeção, em relação à Avaliação anterior, ocorreu na despesa do FCDF, devido à atualização nas projeções das receitas da contribuição patronal e do servidor, que alteram o total desse fundo, conforme Acórdão 1224/2017 – TCU Plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

40. **Complemento do FGTS (+R$ 20,5 milhões):** variação igual à da receita de mesmo nome. A justificativa para tal variação se encontra na seção deste Relatório que trata das projeções das receitas primárias.

41. **Créditos Extraordinários (+R$ 195,6 milhões):** R$ 5,6 milhões se referem à reabertura de crédito extraordinário para o Ministério da Defesa, por meio do Decreto nº 9.281, de 6 fevereiro de 2018. O valor restante, R$ 190,0 milhões, se refere ao crédito extraordinário aberto para Assistência emergencial e acolhimento humanitário de pessoas advindas da República Bolivariana da Venezuela, por intermédio da MPV nº 823, de 09 de Março de 2018.

42. **Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha (+R$ 1.367,0 milhões):** trata-se de nova projeção em função da não aprovação do PL 8.456/17 que se encontra em tramitação no Congresso Nacional.

43. **Complementação ao FUNDEB (+R$ 69,3 milhões):** a ampliação decorre do valor apurado para o ajuste anual do FUNDEB conforme portaria a ser publicada pelo FNDE/MEC no mês de abril/2018, conforme determinação legal constante do art. 6º, §2º da Lei nº 11.494/2007.

44. **Subsídios, Subvenções e PROAGRO (-R$ 19,6 milhões):** a redução decorre da revisão dos valores em razão dos pagamentos realizados até fevereiro e das novas projeções de gastos para o restante do exercício em virtude do cenário de taxa de juros atual e do recebimento de novas informações das instituições financeiras.

45. **Transferências ANA (+R$ 3,1 milhões) e Multas ANEEL (-R$ 29,3 milhões):** mesmo valor das receitas correspondentes.

46. **Impacto Primário do FIES (+ R$ 1.419,2 milhões):** o aumento se deve à atualização: (i) do parâmetro de inadimplência e (ii) dos valores realizados de impacto primário até fevereiro de 2018. No caso do item (i), procedeu-se à atualização do parâmetro de inadimplência, anteriormente de 17,3%, para 20,65%, percentual este informado pelo FNDE por meio do Ofício nº 8202/2018/Dacof/Cosif/Cgfin/Digef-FNDE, de 20/03/2017. A atualização do referido parâmetro ocorre semestralmente, conforme metodologia descrita na Nota Técnica nº 22/2017/CESEF/SUPEF/STN/MF. No caso do item (ii), a atualização dos valores realizados afeta não apenas os meses em questão (janeiro e fevereiro), mas também a projeção dos meses seguintes, dado que, com as modificações metodológicas introduzidas pela Nota Técnica nº 19/2018/CESEF/SUPEF/STN/MF, no curto prazo, a projeção passou a considerar não apenas as microssimulações de fluxos de caixa, mas também os valores realizados nos últimos meses.

47. **Despesas Obrigatórias com Controle de Fluxo do Poder Executivo (- R$ 325,6 milhões):**

Despesas do Ministério da Saúde (-R$ 268,0 milhões): reprogramação nas ações de Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde e Piso de Atenção Básica em Saúde Piso de Atenção

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Básica em Saúde, conforme detalhado na Nota Técnica nº 8/2018 - SPO/SE/MS, de 16 de março de 2018 do Ministério da Saúde.

Despesas do Ministério dos Esportes (+R$ 3,7 milhões): reprogramação na ação Transferências à Confederação Brasileira de Clubes - CBC e à Federação Nacional dos Clubes Esportivos – FENACLUBES, em função das novas projeções das receitas base de cálculo para a transferência em questão.

FUNPEN (-R$ 61,3 milhões): correção da base de cálculo dessa despesa, retirando-se, dessa base, as despesas à conta de fontes de recurso livre orçadas e não empenhadas em 2017, uma vez que são consideradas obrigatórias apenas as despesas do FUNPEN custeadas com fontes vinculadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Tabela 7: Despesas Obrigatórias com Controle de Fluxo do Poder Executivo

R$ milhões

Ação	Avaliação de Fevereiro (a)	Avaliação do 1º Bimestre (b)	Diferença (b) - (a)
Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade	46.870,0	46.870,0	0,0
Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 2004)	28.200,0	28.200,0	0,0
Promoção da Atenção Básica em Saúde	17.296,9	17.096,9	-200,0
Benefícios ao Servidor	13.512,2	13.512,2	0,0
Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	8.392,5	8.392,4	-0,1
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	5.119,7	5.119,8	0,1
Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica	7.320,0	7.320,0	0,0
Aquisição e Distribuição de Imunobiológicos e Insumos para Prevenção e Controle de Doenças	4.827,0	4.827,0	0,0
Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica (PNAE)	4.147,0	4.147,0	0,0
Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde	2.480,0	2.412,0	-68,0
Promoção da Assistência Farmacêutica por meio da aquisição de medicamentos do Componente Estratégico	1.500,0	1.500,0	0,0
Dinheiro Direto na Escola para a Educação Básica	1.492,5	1.492,5	0,0
Operação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro - SISCEAB	1.436,6	1.436,6	0,0
Pagamento de indenização às concessionárias de energia elétrica pelos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou não depreciados (Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013)	1.285,2	1.285,2	0,0
Atendimento à População com Medicamentos para Tratamento dos Portadores de HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis	1.169,0	1.169,0	0,0
Ressarcimento de Recursos Pagos pelas Concessionárias e Permissionárias de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica (Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009)	1.081,3	1.081,3	0,0
Movimentação de Militares	1.003,4	1.003,4	0,0
Apoio ao Transporte Escolar na Educação Básica	800,0	800,0	0,0
Contribuição ao Fundo Garantia-Safra (Lei nº 10.420, de 2002)	468,0	468,0	0,0
Serviço de Apoio à Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família	465,7	465,7	0,0
Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde	335,0	335,0	0,0
Manutenção e Suprimento de Fardamento	292,4	292,4	0,0
Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para Execução de Ações de Vigilância Sanitária	265,0	265,0	0,0
Expansão e Consolidação da Atenção Básica (Política Nacional de Atenção Básica-PNAB)	98,6	98,6	0,0
Transferências à CBC e à FENACLUBES	64,0	67,7	3,7
Auxílio-Reabilitação Psicossocial aos Egressos de Longas Internações Psiquiátricas no Sistema Único de Saúde (De Volta Pra Casa)	28,0	28,0	0,0
Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos	5,0	5,0	0,0
Ressarcimento às Empresas Brasileiras de Navegação	5,0	5,0	0,0
FUNPEN	1.261,6	1.200,3	-61,3
TOTAL	**137.709,4**	**137.383,8**	**-325,6**

3.4 Estimativa do Resultado do RGPS (LDO-2018, Art. 56, § 4º, Incisos I e IV)

48. A previsão de arrecadação líquida do RGPS foi reduzida em R$ 7.548,0 milhões em relação à Avaliação de Fevereiro devido à inclusão de dados realizados até

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

fevereiro de 2018 e parâmetros macroeconômicos atualizados. A memória de cálculo da variação em questão encontra-se no Anexo III deste relatório.

49. Em relação às estimativas de receita, apresenta-se seu detalhamento a seguir:

Tabela 8: Receita do RGPS

R$ milhões

Mês	Arrecadação	SIMPLES	REFIS	Transferência	Ressarcimento Desonerações RGPS	Arrecadação Líquida
jan/18	29.578	3.960	9	-5.525	890	28.912
fev/18	29.160	3.126	11	-3.251	888	29.933
mar/18	29.636	2.990	10	-3.408	867	30.094
abr/18	30.036	3.239	11	-3.494	2.769	32.561
mai/18	30.474	3.206	10	-3.541	1.065	31.214
jun/18	30.343	3.417	9	-3.636	1.253	31.386
jul/18	30.228	3.410	10	-3.625	1.071	31.094
ago/18	30.985	3.513	10	-3.613	1.036	31.930
set/18	30.626	3.615	37	-3.612	1.179	31.845
out/18	30.908	3.566	9	-3.521	1.025	31.987
nov/18	31.705	3.635	6	-3.602	714	32.457
dez/18	51.300	3.676	10	-3.606	943	52.322
TOTAL	**384.978**	**41.353**	**140**	**-44.434**	**13.699**	**395.736**

Fonte: RFB/MF

50. Com respeito à estimativa da despesa relativa aos benefícios previdenciários, essa se manteve em relação à Avaliação anterior.

51. Desse modo, a variação observada nas estimativas da arrecadação líquida do RGPS, acima apresentada, redundou em uma projeção de redução de R$ 7.548,0 milhões no déficit do RGPS, conforme abaixo:

Tabela 9: Déficit do RGPS

R$ milhões

Discriminação	Avaliação de Fevereiro (a)	Avaliação 1º Bimestre (b)	Diferença (c = b - a)
Arrecadação Líquida para o RGPS	403.283,8	395.735,8	(7.548,0)
Benefícios Previdenciários	592.372,4	592.372,4	0,0
Déficit	**189.088,6**	**196.636,7**	**7.548,0**

Elaboração: SOF/MP

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

3.5 Memória de Cálculo do Resultado Primário das Empresas Estatais Federais (LDO-2018, Art. 56, § 4º, Inciso V)

52. O Anexo IV deste Relatório apresenta essa Memória de Cálculo.

3.6 Resultado Primário dos Estados, Distrito Federal e Municípios

53. Dada a possibilidade, prevista no § 3º, art. 2º da LDO-2018, de haver, durante a execução orçamentária de 2018, compensação entre as metas estabelecidas para o Governo Federal e as metas estimadas para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, comenta-se, a seguir, a situação fiscal atual desses entes subnacionais.

54. Em janeiro os Estados e Municípios registraram superávit primário de R$ 10.806 milhões. A meta prevista para eles na LDO-2018 é de um superávit de R$ 1.200 milhões. Esses valores são apurados segundo a metodologia "abaixo da linha" e incluem as respectivas empresas estatais

55. Embora o superávit primário realizado esteja acima da meta do exercício, a estimativa para o encerramento do ano de 2018 não foi alterada devido aos fatores incertos que podem afetar o resultado. Destaca-se o Regime de Recuperação Fiscal dos estados (LC nº 159/2017), já acessado pelo estado do Rio de Janeiro, que pode ser utilizado por outros dois estados e, dentre outros efeitos, altera significativamente os fluxos de pagamento dos serviços da dívida junto à União.

4 DISTRIBUIÇÃO DA VARIAÇÃO DOS LIMITES DE EMPENHO E MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA

4.1 Base de Cálculo para a Distribuição da Variação dos Limites entre os Poderes, MPU e DPU (LDO-2018, Art. 56, *caput*, §§ 1º e 2º)

56. O art. 9º da LRF estabelece que a limitação de empenho e movimentação financeira deve ser efetivada mediante ato próprio de cada um dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do MPU e da DPU, nos montantes necessários e segundo critérios fixados na LDO vigente.

57. A LDO-2018, por sua vez, determina, em seu art. 56, que a limitação ocorra proporcionalmente à participação de cada Poder no agregado definido nos §§ 1º e 2º do mesmo artigo, também conhecido como "Base Contingenciável"

58. É importante destacar que o valor a que se chega ao se calcular tal agregado, a cada avaliação, não tem significado algum nele mesmo. O que realmente importa nesse agregado é a participação proporcional do Poder Executivo e dos órgãos orçamentários dos Demais Poderes, DPU e MPU nesse montante, uma vez que é essa a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

proporção com que as variações dos limites de empenho e movimentação financeira de cada avaliação são distribuídas entre eles.

59. O agregado em questão corresponde ao conjunto das despesas discricionárias de todos os Poderes, MPU e DPU, constantes da LOA-2018, de acordo com o § 4º, art. 6º da LDO-2018, exclusive as atividades[2] dos Poderes, MPU e DPU nos valores de LOA-2018. Essa exclusão pode se dar parcialmente, na proporção da frustração da receita primária, líquida de transferências constitucionais e legais, em relação à mesma estimativa contida no PLOA-2018, caso essa situação seja identificada.

60. Na presente avaliação, não se verificou estimativa de frustração da receita primária líquida das transferências, em relação ao PLOA-2018. Desse modo, as atividades dos Demais Poderes, MPU e DPU são excluídas em sua totalidade.

61. Por fim, demonstra-se o cálculo atualizado da chamada "Base Contingenciável", abaixo:

Tabela 10: Base Contingenciável Total

R$ 1,00

DESCRIÇÃO	VALORES
A. Total de Despesas Aprovadas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	3.504.921.082.632
B. Total de Despesas Financeiras	1.902.449.323.954
C. Total de Despesas Obrigatórias	1.462.875.274.296
D. Total de Despesas Primárias Discricionárias (A - B - C) (1)	139.596.484.382
E. Atividades dos Poderes Legislativo e Judiciário e do MPU - Posição LOA 2018	9.088.441.348
F. Base Contingenciável (D -E)	**130.508.043.034**

Fonte/Elaboração: SOF/MP.

(1) Esse montante equivale ao somatório das despesas marcadas com RPs 2, 3, 6 e 7 na LOA, ajustados conforme os conceitos constantes do § 4º, do art. 6º, da LDO-2018. Foram remanejados R$ 10,0 milhões das despesas discricionárias para as obrigatórias, uma vez que se trata de despesas que constam do Anexo III da LDO-2018, portanto, obrigatórias, mas que foram marcadas incorretamente na LOA-2018 como discricionárias.

(2) Ajustadas pelo montante da frustração das receitas primárias líquidas de transferências, conformeArt. 56, § 2º da LDO-2018, quando é o caso.

4.2 Distribuição da Variação dos Limites de Empenho e Movimentação Financeira (LDO-2017, Art. 58, *caput*, §§ 1º e 2º)

62. Conforme demonstrado neste relatório, a revisão das estimativas das receitas primárias e das despesas primárias obrigatórias indicou a possibilidade de ampliação dos limites de empenho e de movimentação financeira, em R$ 1.556,6

[2] Conforme pág. 39, do Manual Técnico de Orçamento 2018, MTO-2018, as Atividades são o "Instrumento de programação utilizado para alcançar o objetivo de um *programa*, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto ou serviço necessário à manutenção da ação de Governo. " Na programação orçamentária as atividades correspondem às ações orçamentárias iniciadas com dígitos pares, exceto zero. O MTO-2018 encontra-se disponível em: http://www.planejamento.gov.br/assuntos/orcamento-1/informacoes-orcamentarias/arquivos/MTOs/mto_atual.pdf/view

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

milhões. De acordo com os §§ 1º e 2º do art. 56 da LDO-2018, tal ampliação distribui-se entre os Poderes, MPU e DPU da seguinte forma:

Tabela 11: Distribuição da variação dos limites de empenho e movimentação financeira indicada na presente avaliação entre os Poderes, MPU e DPU

R$ 1,00

Poderes, MPU e DPU	Base Contingenciável	Participação %	Variação
Poder Executivo	129.485.021.200	99,22	1.544.407.423
Poderes Legislativo, Judiciário, MPU e DPU	1.023.021.834	0,78	12.201.894
Câmara dos Deputados	24.517.070	0,02	292.423
Senado Federal	1.200.240	0,00	14.316
Tribunal de Contas da União	80.600	0,00	961
Supremo Tribunal Federal	447.775	0,00	5.341
Superior Tribunal de Justiça	27.015.000	0,02	322.216
Justiça Federal	185.804.411	0,14	2.216.146
Justiça Militar da União	4.242.940	0,00	50.607
Justiça Eleitoral	194.250.431	0,15	2.316.884
Justiça do Trabalho	470.774.260	0,36	5.615.068
Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	17.158.874	0,01	204.659
Conselho Nacional de Justiça	44.150.443	0,03	526.596
Defensoria Pública da União	0	0,00	0
Ministério Público da União	53.379.790	0,04	636.677
Conselho Nacional do Ministério Público	0	0,00	0
Total	**130.508.043.034**	**100,0**	**1.556.609.317**

Fonte/Elaboração: SOF/MP.

63. Contudo, em função dos limites estabelecidos pela EC 95/2016, não existe espaço para abertura de créditos adicionais para os Poderes Legislativo, Judiciário, MPU e DPU, uma vez que o PLOA-2018 foi elaborado com a compensação prevista nos §§ 7º e 8º do art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, situação mantida na LOA.

4.3 Emendas Parlamentares Individuais e de Bancada (CF, Art. 166, §§ 9º, 11 e 17, art. 111 do ADCT e LDO-2018, arts. 59 a 65)

64. Conforme o art. 111 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, as Emendas Individuais – EI corresponderão ao montante de execução obrigatória para o exercício de 2017 corrigidos pelo IPCA, nos moldes do inciso II do § 1º do art. 107 do ADCT, sendo a metade desse percentual destinada a "Ações e Serviços Públicos de Saúde" - ASPS.

65. O montante de execução obrigatória para o exercício de 2017 foi R$ 8.519,1 milhões, que corrigido pelo IPCA de 3,00%, totaliza R$ 8.774,7 milhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Tabela 12: Emendas Individuais 2018 – LOA x Execução Obrigatória antes das limitações de empenho

R$ 1,00

Poderes	Emendas Impositivas 2017 (A)	Execução Obrigatória 2018 (B) = (A) x 3%	LOA 2018 (C)
TOTAL	8.519.154.894	8.774.729.541	8.773.929.275

Fonte/Elaboração: SOF/MP.

66. Considerando esses dados, os valores das EI aprovados na LOA-2018 comparados aos valores de execução obrigatória dessas emendas, abertos por Poder, MPU e DPU, estão abaixo demonstrados:

Tabela 13: Emendas Individuais 2018 por Poder, MPU e DPU

R$ 1,00

Poderes	LOA (A)	Execução Obrigatória (B)
Legislativo	0	0
Judiciário	5.170.000	5.170.472
MPU	0	0
DPU	0	0
Executivo	8.768.759.275	8.769.559.069
TOTAL	8.773.929.275	8.774.729.541

Fonte/Elaboração: SOF/MP.

67. Conforme o § 17 do art. 166 da Constituição Federal, se for verificado que a reestimativa da receita e da despesa poderá resultar no não cumprimento da meta de resultado fiscal estabelecida na lei de diretrizes orçamentárias, o montante previsto poderá ser reduzido em até a mesma proporção da limitação incidente sobre o conjunto das despesas relativas às alíneas "b", "c", "d" e "e", inciso II, § 4º, art. 6º da LDO-2018, que são aquelas marcadas com os identificadores de resultado primário (RP) 2, 3, 6 e 7, tanto no PLOA como na LOA-2018. A efetivação dessa limitação se dará por meio da publicação dos atos próprios dos Poderes, MPU e DPU previstos no caput do art. 9º da LRF. Procedimentos análogos são realizados no caso de ampliação.

68. Tendo em vista o resultado da presente avaliação, que não indica contingenciamento, as emendas individuais estão liberadas para execução no mesmo montante aprovado na LOA 2018.

69. A LDO-2018 traz também, em seu art. 65, a obrigatoriedade de execução de programações incluídas ou acrescidas por emendas de bancada estadual, constantes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

da Seção I do Anexo VII e aprovadas na LOA 2018, em valor igual ao montante de execução obrigatórias dessas emendas em 2017, corrigido de acordo com o inciso II do § 1º do art. 107 do ADCT, analogamente às EI.

70. As Emendas de Bancada também se sujeitam à mesma regra de limitação de empenho das EI, ou seja, podem ser reduzidas em até a mesma proporção da limitação incidente sobre o conjunto das despesas discricionárias. De forma análoga para o caso de ampliação.

71. Feitos esses cálculos para as emendas de bancada, obtém-se o resultado abaixo:

Tabela 14: Emendas de Bancada de execução obrigatória

R$ 1,00

Poderes	Emendas de Bancada Impositivas 2017	Execução Obrigatória 2018	LOA-2018
	(A)	(B) = (A) * 3%	(C)
Executivo	4.259.577.447	4.387.364.770	3.071.155.338

Fonte/Elaboração: SOF/MP.

72. De forma similar ao ocorrido com as emendas individuais, as emendas de bancada estão liberadas para execução no mesmo montante aprovado na LOA 2018.

5 EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 95, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016 – NOVO REGIME FISCAL

Demonstração da compatibilidade dos créditos adicionais abertos com o teto estabelecido pelo Novo Regime Fiscal

73. O art. 4º da LOA-2018, § 2º determina que em observância aos limites de despesa primária autorizados, a que se refere o § 1º deste artigo, a abertura de créditos suplementares para o atendimento de despesas primárias à conta de fontes financeiras só será possível mediante o cancelamento de despesas primárias em valor correspondente, o qual deverá ser demonstrado em anexo específico, sem prejuízo das demais condições estabelecidas neste artigo.

74. O demonstrativo da compatibilidade dos créditos publicados até o momento com o teto de gastos estabelecido pela EC 95 segue abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Tabela 15: Demonstrativo compatibilidade dos créditos publicados com a EC 95/16

Tipo	Ato	nº	Data	Sujeitos à EC 95		Não-Sujeitos à EC 95	
				Suplementação	Cancelamento	Suplementação	Cancelamento
Suplementar	Portaria	20	16/02/2018	-	-	50.000.000.000	50.000.000.000
Suplementar	Portaria	25	26/02/2018	500.000.000	500.000.000	-	-
Suplementar	Portaria	24	22/02/2018	312.700.651	312.700.651	-	-
Suplementar	Portaria	42	08/03/2018	25.138.394	25.138.394	-	-
Suplementar	Portaria	46	19/03/2018	4.551.100	4.551.100	-	-
Reab. Crédito Extraordinário	Decreto	9.281	07/02/2018	-	-	5.609.148	-
Crédito Especial	Lei	13.633	13/03/2018	2.000.000.000	2.000.000.000	-	-
Crédito Extraordinário	Medida Provisória	823	12/03/2018	-	190.000.000	190.000.000	-
TOTAL				**2.842.390.145**	**3.032.390.145**	**50.195.609.148**	**50.000.000.000**

Fonte/Elaboração: SOF/MP
Nota: Créditos publicados entre 19/03/2018.

75. Pela observação da tabela acima conclui-se que os limites de que trata o art. 107 do ADCT, incluído pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016 - EC 95, que instituiu o Novo Regime Fiscal – NRF, estão em conformidade com a LOA 2018.

76. Vale ainda salientar que os Poderes Legislativo, Judiciário, o MPU e a DPU exercem seus próprios controles na abertura de créditos adicionais, de tal forma a cumprirem os limites estabelecidos pela EC nº 95. Assim sendo, poderão elaborar atos ou demonstrativos próprios para evidenciar a gestão orçamentária compatível com os tetos individualizados pelo Novo Regime Fiscal.

Demonstração da compatibilidade do resultado desta avaliação com o teto estabelecido pelo Novo Regime Fiscal - NRF

77. A LOA 2018 foi aprovada respeitando o limite estabelecido no Novo Regime Fiscal de R$ 1.347,9 bilhões. Contudo, tendo em vista as reestimativas apresentadas no presente relatório em relação a determinadas despesas primárias obrigatórias que estão submetidas ao citado limite, o Poder Executivo oportunamente tomará as providências necessárias para adequação orçamentária de tal forma que as dotações autorizadas permaneçam compatíveis com o Novo Regime Fiscal, em cumprimento aos §§ 4º e 5º do art. 107 do ADCT:

> *"§ 4º As despesas primárias autorizadas na lei orçamentária anual sujeitas aos limites de que trata este artigo não poderão exceder os valores máximos demonstrados nos termos do § 3º deste artigo.*
>
> *§ 5º É vedada a abertura de crédito suplementar ou especial que amplie o montante total autorizado de despesa primária sujeita aos limites de que trata este artigo."*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Tabela 16: Despesas Primárias do Governo Central incluídas na base de cálculo da EC 95/2016

Discriminação	LOA 2018	Avaliação de Fevereiro de 2018	Avaliação 1º Bimestre
I. TOTAL DE DESPESAS PRIMÁRIAS (inclusive Transf. Por Repartição de Receita)	**1.617.904,9**	**1.615.779,8**	**1.620.694,3**
II. DESPESAS PRIMÁRIAS NÃO SUJEITAS A LIMITES (art. 107, § 6º,da EC 95/2016)	**270.029,8**	**270.792,8**	**273.245,5**
Transf. Por Repartição de Receita	235.500,0	235.394,7	237.584,5
FCDF	13.517,6	13.516,7	13.514,6
Pleitos Eleitorais	1.331,7	1.331,7	1.331,7
Complementação ao FUNDEB	14.054,3	13.731,4	13.800,8
Aumento de Capital em Estatais	5.626,1	5.626,1	5.626,1
Créditos Extraordinários		1.192,1	1.387,7
III. DESPESAS PRIMÁRIAS SUJEITAS A LIMITES [I - II]	**1.347.875,2**	**1.344.987,1**	**1.347.448,8**
Despesas Primárias	1.331.516,0	1.330.358,7	1.331.388,2
Pessoal	284.758,7	290.393,7	290.393,7
Orçamentária	*285.684,7*	*291.319,6*	*291.319,6*
(-) Float	*926,0*	*926,0*	*926,0*
Demais	1.046.757,3	1.039.965,0	1.040.994,5
Demais Operações que afetam o resultado primário	16.359,1	14.628,4	16.060,6
Fabricação de cédulas e moedas	*881,0*	*881,0*	*881,0*
Subsídios aos fundos constitucionois	*8.771,0*	*8.521,1*	*8.534,2*
Operações Net Lending	*1.424,2*	*1.424,2*	*1.424,2*
Fundas FDA/FDNE			
Impacto primário dos operações da FIES	*5.282,9*	*3.802,0*	*5.221,2*
IV. LIMITE EC 95 [2017 x 1,03]	**1.347.880,7**	**1.347.880,7**	**1.347.880,7**
V. ESTIMATIVA ANUAL DE EXCESSO (+) / NECESSIDADE DE AJUSTE (-) CONFORME AVALIAÇÃO BIMESTRAL DE QUE TRATA ART. 9º DA LRF [IV - III]	**S,5**	**2.893,6**	**431,8**

78. Com base nas atualizações constantes neste relatório, indica-se uma margem (excesso em relação ao limite) das despesas primárias em R$ 431,8 milhões. Importante mencionar que a execução orçamentária e financeira do exercício deve compatibilizar as restrições impostas pela a regra do resultado primário, conforme disposto no art. 9º da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, Anexo de Metas Fiscais da LDO e pela "regra do teto da despesa" constante do art. 107 do ADCT, incluído pela EC 95. Ao longo do exercício de 2018, uma eventual margem na regra do resultado primário oriunda do aumento de realizações ou reestimativas das receitas poderá não implicar necessariamente a expansão dos limites de execução das despesas primárias, uma vez que o total está limitado ao valor de R$ 1.347.880,7 milhões pela "regra do teto da despesa" (ressalvados os § 6º e § 11 do art. 107 do ADCT).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

6 ADEQUAÇÃO DAS FONTES PARA CUMPRIMENTO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ART. 167, INCISO III (REGRA DE OURO) E LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL, ART. 42 (ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO)

79. A Constituição Federal no seu Art. 167, inciso III, estabeleceu a chamada "regra de ouro" que veda "*a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta*". A Regra de Ouro repercute na programação financeira do governo por meio da gestão das disponibilidades para financiamento das despesas.

80. A regra de ouro não chegou a ser restrição à execução da política fiscal do Governo Central até o exercício 2015, uma vez que a apuração de resultados primários positivos até o ano de 2013 resultava na maior disponibilidade de fontes de receitas primárias para financiar as despesas correntes, não necessitando, dessa forma, a realização e alocação de receitas de operações de crédito para este fim. Esse quadro foi alterado com deterioração das condições fiscais do Governo Central a partir do exercício de 2014. Em 2016 e em 2017, os retornos dos títulos públicos transferidos pelo Tesouro Nacional ao BNDES no montante de R$ 100 bilhões e R$ 50 bilhões, respectivamente, contribuíram para o cancelamento desses títulos, reduzindo a dívida pública e, como consequência, o equacionamento dessa regra ao final do exercício.

81. Para o exercício de 2018, estima-se uma insuficiência para o cumprimento da regra de ouro em R$ 203,4 bilhões conforme descrito na tabela abaixo.

Tabela 17: Suficiência da Regra de Ouro (Despesa de Capital – Receitas de Operações de Créditos)

Discriminação	2018 Cenário Anterior**	2018 Cenário Atual*	diferença
Receitas de Operações de Crédito Consideradas (I = a - b)	**984,1**	**1.034,0**	**49,9**
Receitas de Operações de Crédito do Exercício (a)	906,1	971,4	65,3
(-) Variação de Saldo da sub-conta da Dívida (b)	-78,0	-62,6	-15,4
Despesas de Capital (II)	**775,5**	**830,6**	**55,1**
Investimentos	44,0	32,9	-11,1
Inversões Financeiras	82,4	67,0	-15,4
Amortizações	649,1	730,7	81,6
Margem da Regra de Ouro (III = II - I)	**-208,6**	**-203,4**	**5,2**

* O cenário anterior foi divulgado no Relatório de Avaliação das Receitas e Despesas Primárias de Fevereiro de 2018.

** A projeção atual considera a devolução de R$ 30 bilhões do BNDES que já está em processamento, mas não considera o impacto de outras medidas que estão sendo tomadas para o seu equacionamento.

Fonte: Tesouro Nacional

* O cenário anterior foi divulgado no Relatório de Avaliação das Receitas e Despesas Primárias do 1º Bimestre de 2018.

** A projeção atual considera a devolução de R$ 30 bilhões do BNDES que já está em processamento, mas não considera o impacto de outras medidas que estão sendo tomadas para o seu equacionamento.

Fonte: Tesouro Nacional

82. Diversos fatores afetaram as projeções da margem da regra de ouro para 2018, em relação ao cenário divulgado anteriormente no Relatório de Avaliação das Receitas e Despesas Primárias de Fevereiro de 2018. Destacamos as seguintes mudanças:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

- Com base na reprogramação de despesas, houve revisão do número de investimentos e inversões financeiras, que passou de R$ 126 bilhões para R$ 100 bilhões, afetando negativamente a margem. O número anterior correspondia à dotação inicial prevista na LOA 2018 para essas despesas.

- Também houve revisão da expectativa de recursos orçamentários alocados para pagamento da Dívida Pública Federal. Registrou-se o ingresso de receitas oriundas do resultado positivo do balanço do Banco Central no montante de R$ 14,7 bilhões, que não estava no cenário anterior. Esse incremento de receita financeira foi contrabalançado no modelo pela redução na alocação da fonte oriunda de concessões e permissões em R$ 13,2 bilhões para pagamento da dívida, em relação à previsão original da LOA 2018.

- O principal fator positivo de mudança foi a inclusão da parcela inicial de R$ 30 bilhões de pagamento antecipado de empréstimos pelo BNDES ao Tesouro Nacional, que já está em processamento. Os R$ 100 bilhões restantes ainda não foram incluídos nas projeções. Essa devolução teve um efeito positivo na margem da regra de ouro no mesmo montante, pois, entre outros fatores, resulta em uma menor variação da sub-conta da dívida.

- O Tesouro Nacional efetuou, em janeiro, a cobertura dos resultados negativos com reservas e derivativos cambiais (equalização cambial) dos balanços do Banco Central referentes ao 2º semestre de 2016 e ao 1º semestre de 2017, compreendendo no total a amortização de R$ 71,4 bilhões e juros de R$ 6,9 bilhões. Na revisão do quadro da regra de ouro, entre outros fatores, essa cobertura representa um aumento de R$ 71,4 bilhões na conta de amortizações, que, por sua vez, traz um aumento equivalente na linha de receitas de operações de crédito. Na prática, portanto, essa parcela amortizada é neutra para a regra de ouro.

83. A adoção de medidas para liberar fontes existentes que estão indisponíveis no caixa, principalmente devido a vinculações, deve criar meios para a execução de despesas orçamentárias que, de outra forma, teriam que ser financiadas por meio da emissão de dívida, com impacto negativo na regra de ouro. Dentre as medidas, indica-se: cancelamento de restos a pagar não processados, extinção de fundos públicos e desvinculação de algumas fontes financeiras. Ainda, a viabilização do retorno de aportes de títulos públicos no BNDES nos próximos meses também compõe o rol de ações para reduzir a necessidade de operações de crédito e aumento das disponibilidades de fontes para financiar despesas correntes. A execução dessas medidas evitará que a regra de ouro imponha contingenciamento às despesas públicas por falta de fontes para o seu financiamento.

84. Outro normativo no ordenamento jurídico brasileiro que trata de gerenciamento de disponibilidades é o art. 42 da LRF que veda o *"titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

disponibilidade de caixa para este efeito". Em 2018, será necessário o acompanhamento e a compatibilização da gestão financeira para o cumprimento do referido normativo.

85. Logo, propõe-se a inclusão de dispositivo no Decreto de Programação Financeira que estabeleça que os excessos de arrecadação e superávits financeiros observados durante o exercício devem ser direcionados para diminuir a necessidade de realizar operações de crédito para custear despesas do orçamento ou, ainda, para compor as disponibilidades do Tesouro Nacional ao final do exercício com objetivo de cobrir as obrigações de curto prazo conforme preceitua a LRF.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I - Parâmetros (LDO-2018, art. 56, § 4º, Inciso II)

Fonte: Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda – SPE/MF

Parâmetros Macroeconômicos **12-mar-18**

Ano	PIB	
	Var.% Nom	Var. % Real
2017	4,8	1,0
2018	6,9	3,0

Ano	Atividade Industrial (Var. % Média)							
	Transformação (Prod.)		Bebidas (Prod.)		Fumo (Vendas Internas)		Veículos (Vends. Int. Atc.)	
	Preço	Qte.	Preço	Qte.	Preço	Qte.	Preço	Qte.
2017	1,8	2,2	4,3	0,9	-2,9	-7,7	4,3	12,3
2018	4,4	6,9	4,1	4,8	2,6	-8,0	3,7	8,1

Ano	Massa Salarial	
	Nominal	Real
2017	3,0	-0,4
2018	5,9	2,4

Ano	IPCA (Var. %)		INPC (Var. %)		IGP-DI (Var. %)	
	Média	Acum.	Média	Acum.	Média	Acum.
2017	3,4	2,9	3,0	2,1	1,0	-0,4
2018	3,3	3,6	2,7	3,8	3,1	4,2

Ano	Preço Médio Petróleo	Importação sem Combustível
	US$/b	US$ milhões
2017	55,3	133.174
2018	65,0	152.828

Ano	Câmbio R$/US$ (Média)	Taxa Over SELIC % a.a.	Aplic. Fin. Média	TJLP % a.a
	Ano	Acum. Ano	R$ milhões	Acum. Ano
2017	3,2	9,7	5.378.461	7,0
2018	3,3	6,5	5.898.959	6,7

Ano	Gasolina A -75% das vendas de gasolina C (1.000.000 m³)		Óleo Diesel (1.000.000 m³)	
	Média Diária	Ano	Média Diária	Ano
2017	88.299	32,2	150.061	54,8
2018	87.617	32,0	155.634	56,8

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.043068/2018-92

Produção Industrial

Período	Indústria - Transformação			Indústria - Bebidas			Fumo			Veículos		
	Produção Física	Preços	Faturamento	Produção Física	Preços	Faturamento	Vendas Domésticas	Preços	Faturamento	Vendas Internas	Preços	Faturamento
jan/17	**74,80**	**325,46**	**305,25**	**93,50**	**321,29**	**438,78**	**39,80**	**361,92**	**139,41**	**130.408**	**189,61**	**227,33**
fev/17	**73,60**	**325,32**	**300,23**	**87,00**	**320,20**	**406,91**	**36,30**	**361,25**	**126,92**	**121.302**	**189,97**	**211,85**
mar/17	**83,70**	**323,21**	**339,22**	**92,70**	**321,81**	**435,74**	**40,53**	**361,71**	**141,90**	**168.249**	**189,21**	**292,68**
abr/17	**77,30**	**321,93**	**312,04**	**76,90**	**321,19**	**360,77**	**37,27**	**362,18**	**130,66**	**139.362**	**189,67**	**243,01**
mai/17	**88,50**	**323,06**	**358,50**	**84,70**	**321,96**	**398,32**	**37,10**	**362,21**	**130,06**	**174.445**	**189,73**	**304,28**
jun/17	**86,60**	**321,03**	**348,60**	**82,20**	**316,71**	**380,25**	**35,69**	**367,70**	**127,03**	**174.409**	**189,90**	**304,49**
jul/17	**90,60**	**318,24**	**361,53**	**84,50**	**315,33**	**389,19**	**36,53**	**368,10**	**130,15**	**164.047**	**190,25**	**286,94**
ago/17	**95,70**	**318,63**	**382,35**	**91,90**	**315,28**	**423,21**	**38,57**	**367,69**	**137,26**	**193.060**	**190,62**	**338,35**
set/17	**91,80**	**321,65**	**370,25**	**96,90**	**325,98**	**461,38**	**37,08**	**367,51**	**131,90**	**178.898**	**190,92**	**314,02**
out/17	**93,90**	**324,22**	**381,74**	**104,90**	**329,93**	**505,53**	**39,78**	**360,30**	**138,74**	**181.921**	**191,70**	**320,63**
nov/17	**89,20**	**329,09**	**368,08**	**104,70**	**333,03**	**509,30**	**37,19**	**360,56**	**129,78**	**182.634**	**191,98**	**322,36**
dez/17	**78,10**	**330,69**	**323,85**	**108,90**	**332,80**	**529,37**	41,93	360,88	146,47	**186.859**	**191,98**	**329,81**
jan/18	**79,80**	**333,06**	**333,27**	**103,90**	**333,60**	**506,28**	**36,69**	**362,03**	**128,55**	**160.277**	**194,17**	**286,12**
fev/18	78,72	332,46	328,14	91,68	329,50	441,26	33,45	361,67	117,10	138 510	195,14	248,50
mar/18	89,68	333,72	375,28	96,25	330,06	464,01	37,34	363,72	131,45	188.841	195,70	339,77
abr/18	83,39	335,00	350,28	83,73	331,47	405,37	34,33	365,80	121,53	154.534	196,17	278,71
mai/18	94,47	335,89	397,88	87,39	333,04	425,14	34,16	368,21	121,72	195.668	196,91	354,22
jun/18	92,58	336,52	390,67	85,96	334,63	420,15	32,85	371,84	118,22	181.018	197,39	328,50
jul/18	96,87	337,50	409,96	87,50	336,20	429,69	33,61	374,25	121,75	181.659	197,89	330,50
ago/18	102,19	338,83	434,19	95,05	337,83	469,03	35,47	376,64	129,32	199 532	198,34	363,84
set/18	98,07	340,45	418,67	100,28	339,56	497,38	34,09	379,06	125,09	176.056	198,83	321,83
out/18	100,17	342,23	429,84	105,37	341,33	525,34	36,57	381,49	135,02	185 124	199,34	339,28
nov/18	95,24	343,51	410,21	108,49	343,14	543,74	34,17	383,78	126,93	191 447	199,87	351,79
dez/18	83,15	345,03	359,73	116,56	344,92	587,22	38,52	385,99	143,90	204.923	200,39	377,55
Variação Média Anual (%)												
2017	**2,18**	**1,75**	**3,90**	**0,95**	**4,34**	**5,40**	**-7,66**	**-2,86**	**-10,30**	**12,31**	**4,26**	**16,99**
2018	6,89	4,42	11,72	4,81	4,12	9,08	-7,98	2,58	-5,57	8,12	3,70	12,15

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Trabalho

	Massa Nominal com Carteira no Setor Privado (R$ milhões)	Massa Real com Carteira no Setor Privado (R$ milhões - Deflator INPC)
jan/17	**66.531**	**68.495**
fev/17	**66.902**	**68.691**
mar/17	**66.912**	**68.449**
abr/17	**66.772**	**68.170**
mai/17	**66.882**	**68.112**
jun/17	**67.495**	**68.729**
jul/17	**67.514**	**68.647**
ago/17	**67.927**	**68.996**
set/17	**67.766**	**68.698**
out/17	**68.205**	**68.937**
nov/17	**68.828**	**69.359**
dez/17	**69.641**	**69.907**
jan/18	**69.788**	**69.788**
fev/18	70.020	69.894
mar/18	70.503	70.159
abr/18	70.676	70.044
mai/18	70.536	69.676
jun/18	70.640	69.603
jul/18	71.141	69.951
ago/18	71.947	70.553
set/18	72.392	70.791
out/18	72.842	70.961
nov/18	73.461	71.279
dez/18	74.268	71.739

Variação Média Anual (%)		
2017	**3,03**	**-0,40**
2018	5,88	2,36

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.043068/2018-92

Inflação

Período	IPCA		INPC		IGP-DI	
	Var. %	Índice	Var. %	Índice	Var. %	Índice
jan/17	**0,38**	**471,63**	**0,42**	**481,98**	**0,43**	**611,87**
fev/17	**0,33**	**473,18**	**0,24**	**483,13**	**0,06**	**612,26**
mar/17	**0,25**	**474,36**	**0,32**	**484,68**	**-0,38**	**609,95**
abr/17	**0,14**	**475,03**	**0,08**	**485,07**	**-1,24**	**602,37**
mai/17	**0,31**	**476,50**	**0,36**	**486,81**	**-0,51**	**599,28**
jun/17	**-0,23**	**475,41**	**-0,30**	**485,35**	**-0,96**	**593,52**
jul/17	**0,24**	**476,55**	**0,17**	**486,18**	**-0,30**	**591,77**
ago/17	**0,19**	**477,45**	**-0,03**	**486,03**	**0,24**	**593,18**
set/17	**0,16**	**478,22**	**-0,02**	**485,93**	**0,62**	**596,85**
out/17	**0,42**	**480,22**	**0,37**	**487,73**	**0,10**	**597,44**
nov/17	**0,28**	**481,57**	**0,18**	**488,61**	**0,80**	**602,23**
dez/17	**0,44**	**483,69**	**0,26**	**489,88**	**0,74**	**606,69**
jan/18	**0,29**	**485,09**	**0,23**	**491,01**	**0,58**	**610,19**
fev/18	0,32	486,64	0,18	491,89	0,15	611,13
mar/18	0,22	487,71	0,31	493,42	0,33	613,14
abr/18	0,36	489,47	0,41	495,44	0,30	614,98
mai/18	0,31	490,99	0,33	497,07	0,30	616,83
jun/18	0,20	491,97	0,25	498,32	0,27	618,49
jul/18	0,20	492,95	0,21	499,36	0,23	619,92
ago/18	0,20	493,94	0,27	500,71	0,30	621,78
set/18	0,29	495,37	0,28	502,11	0,40	624,26
out/18	0,35	497,10	0,38	504,02	0,41	626,82
nov/18	0,39	499,04	0,40	506,04	0,45	629,64
dez/18	0,45	501,29	0,45	508,32	0,40	632,16

	Acum	Média	Acum	Média	Acum	Média
2017	**2,95**	**3,45**	**2,07**	**2,97**	**-0,42**	**0,96**
2018	3,64	3,28	3,76	2,68	4,20	3,07

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Taxa de Juros, de Câmbio e Aplicação Financeira

Período	Selic % a.a.	TJLP % a.a	Câmbio R$/US$ Média	Aplic. Financ. M4 - (M1 + Poup) R$ milhões
jan/17	**12,90**	**7,50**	**3,19660**	**5.167.047**
fev/17	**12,15**	**7,50**	**3,10420**	**5.186.641**
mar/17	**12,15**	**7,50**	**3,12790**	**5.272.385**
abr/17	**11,15**	**7,00**	**3,13620**	**5.295.401**
mai/17	**11,15**	**7,00**	**3,20950**	**5.334.112**
jun/17	**10,15**	**7,00**	**3,29540**	**5.352.031**
jul/17	**9,15**	**7,00**	**3,20610**	**5.371.675**
ago/17	**9,15**	**7,00**	**3,15090**	**5.451.519**
set/17	**8,15**	**7,00**	**3,13480**	**5.483.837**
out/17	**7,40**	**7,00**	**3,19120**	**5.535.534**
nov/17	**7,40**	**7,00**	**3,25940**	**5.553.895**
dez/17	**6,90**	**7,00**	**3,29190**	**5.537.451**
jan/18	**6,90**	**6,75**	**3,21060**	**5.596.856**
fev/18	**6,65**	**6,75**	**3,24150**	**5.646.581**
mar/18	6,50	6,75	3,24745	5.718.085
abr/18	6,50	6,75	3,25000	5.761.963
mai/18	6,50	6,75	3,25000	5.836.261
jun/18	6,50	6,75	3,26000	5.878.246
jul/18	6,50	6,75	3,28000	5.926.734
ago/18	6,50	6,75	3,29500	6.002.580
set/18	6,50	6,75	3,31000	6.058.803
out/18	6,50	6,75	3,31000	6.104.727
nov/18	6,50	6,75	3,30000	6.126.117
dez/18	6,50	6,75	3,30000	6.130.554

		Variação Média	Câmbio Médio	Variação Média
2017	**9,69**	**7,04**	**3,19**	**9,80**
2018	6,49	6,69	3,27	9,68

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Importações (US$ milhões)

Período	Importações Subtotal Sem Combustíveis US$ Milhões	Petróleo - Brent US$/barril média de período
jan/17	**11.120**	**54,68**
fev/17	**9.336**	**55,56**
mar/17	**11.596**	**52,71**
abr/17	**9.474**	**50,88**
mai/17	**10.787**	**50,08**
jun/17	**10.954**	**48,23**
jul/17	**10.951**	**52,17**
ago/17	**12.362**	**52,41**
set/17	**12.175**	**56,53**
out/17	**11.934**	**60,94**
nov/17	**11.538**	**62,78**
dez/17	**10.947**	**66,87**
jan/18	**12.083**	**71,61**
fev/18	10.713	69,83
mar/18	13.311	66,35
abr/18	11.296	64,73
mai/18	12.401	64,51
jun/18	12.941	64,22
jul/18	13.174	63,92
ago/18	14.068	63,60
set/18	13.682	63,27
out/18	13.539	62,92
nov/18	13.247	62,56
dez/18	12.372	62,25

	Total	Var %	Total	Var %
2017	**133.174**	**6,41**	**55,32**	**23,23**
2018	152.828	14,76	64,98	17,46

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Combustíveis

	Gasolina A -75% das vendas de gasolina C (1.000.000 m³)	Óleo Diesel (1.000.000 m³)
jan/17	**2,717**	**3,959**
fev/17	**2,589**	**4,035**
mar/17	**2,883**	**4,852**
abr/17	**2,665**	**4,147**
mai/17	**2,763**	**4,615**
jun/17	**2,746**	**4,677**
jul/17	**2,708**	**4,821**
ago/17	**2,698**	**5,002**
set/17	**2,555**	**4,857**
out/17	**2,583**	**4,916**
nov/17	**2,507**	**4,641**
dez/17	**2,815**	**4,251**
jan/18	**2,472**	**4,135**
fev/18	2,475	4,237
mar/18	2,773	4,987
abr/18	2,597	4,395
mai/18	2,703	4,775
jun/18	2,586	4,806
jul/18	2,674	4,984
ago/18	2,755	5,189
set/18	2,643	5,029
out/18	2,701	5,056
nov/18	2,640	4,777
dez/18	2,962	4,436

	Média Diária	Ano	Média Diária	Ano
2017	**88.299**	**32,23**	**150.061**	**54,77**
2018	87.617	31,98	155.634	56,81

Variação Média Anual (%)				
2017	**2,69**	**2,63**	**4,56**	**0,91**
2018	2,67	-0,77	4,73	3,71

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II - Memória de Cálculo das Receitas Administradas pela RFB/MF, exceto Receitas Previdenciárias e CPSS (LDO-2018, art. 56, § 4º, Incisos I e IV)

ESTIMATIVA DE ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS FEDERAIS ADMINISTRADAS PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – 2018
(Exceto Receitas Previdenciárias)
NOTA METODOLÓGICA – 19/03/18
CONSIDERAÇÕES GERAIS

A presente estimativa de arrecadação dos impostos e contribuições federais administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB (exceto receitas previdenciárias) foi elaborada, para o ano de 2018, tomando-se por base a arrecadação efetivamente realizada de janeiro a dezembro de 2017, os parâmetros estabelecidos pela Secretaria de Política Econômica – SPE em 12/03/18 e as modificações na legislação tributária.

Os parâmetros básicos principais de 12/03/18 e respectivas variações médias, projetadas para o ano de 2018 em relação a 2017, foram os seguintes:

Índice Ponderado (55% IPCA e 45% IGP): 3,19%

PIB:.....2,97%

Taxa Média de Câmbio: 2,48%

Taxa de Juros (Over): .....-33,32%

Massa Salarial: 5,77%

A arrecadação-base 2017 foi ajustada em função, principalmente, da ocorrência de receitas atípicas verificadas durante o período base.

À base ajustada foram aplicados, mês a mês e por tributo, os indicadores específicos relativos a preço, quantidade e efeitos decorrentes de alterações da legislação tributária. Nos tributos para os quais não se dispõe de indicadores específicos e naqueles que se ajustam melhor aos indicadores gerais, utilizou-se, como indicador de preço, um índice ponderado (55% IPCA e 45% IGP-DI) e, como indicador de quantidade, o PIB.

No caso específico dessa revisão, foi adicionado, ainda, o valor efetivamente realizado nos meses de janeiro e fevereiro de 2018.

Assim o valor da previsão da arrecadação das receitas administradas pela RFB, exceto receitas previdenciárias, para o ano de 2018, está estruturado na tabela abaixo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PREVISÃO DAS RECEITAS ADMINISTRADAS PELA RFB - 2018

UNIDADE: R$ MILHÕES

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
1) MAR-DEZ (PREVISÃO)	**751.376**
1.1) PREVISÃO FLUXO ORIGINAL	738.630
1.2) RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS	12.745
2) JAN-FEV (ARRECADAÇÃO EFETIVA)	**179.384**
3) ARRECADAÇÃO/PREVISÃO 2018 (1+2) (VALORES BRUTOS)	**930.760**
4) RESTITUIÇÕES (JAN-DEZ)	(36.722)
5) ARRECADAÇÃO/PREVISÃO 2017 (3-4) (VALORES LÍQUIDOS)	**894.037**

A seguir, o detalhamento da planilha básica (anexa) que consolida as planilhas mensais por tributo.

Receita Federal

PREVISÃO DE ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS ADMINISTRADAS PELA RFB
Parâmetros SPE - Versão: 12/mar/18
CONSOLIDAÇÃO DAS PLANILHAS MENSAIS
(A PREÇOS CORRENTES)
PERÍODO: MARÇO A DEZEMBRO DE 2018

UNIDADE: R$ MILHÕES

RECEITAS	ARRECADAÇÃO BASE - 2017	ARRECADAÇÃO ATÍPICA	BASE AJUSTADA	EFEITOS BÁSICOS (Média)			PREVISÃO 2018	RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS	TOTAL
				PREÇO	QUANT.	LEGISL.			
IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO	27.772	-	27.772	1,0257	1,1534	0,9851	32.366	629	32.995
IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO	24	-	-	1,0282	1,0301	1,0000	26	-	26
IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	41.395	(502)	40.893	-	-	-	45.952	882	46.834
I.P.I. - FUMO	4.492	-	4.492	1,0000	0,9202	1,0000	4.134	88	4.222
I.P.I. - BEBIDAS	2.307	-	2.307	1,0000	1,0389	1,0000	2.397	56	2.452
I.P.I. - AUTOMÓVEIS	3.660	-	3.660	1,0379	1,0689	1,0000	4.061	82	4.142
I.P.I. - VINCULADO À IMPORTAÇÃO	12.119	-	12.119	1,0256	1,1531	1,0341	14.820	264	15.084
I.P.I. - OUTROS	18.817	(502)	18.315	1,0487	1,0695	1,0000	20.541	393	20.933
IMPOSTO SOBRE A RENDA	289.787	(4.365)	285.422	-	-	-	288.984	5.139	294.124
I.R. - PESSOA FÍSICA	28.663	(214)	28.449	1,0287	1,0115	1,0000	29.601	529	30.130
I.R. - PESSOA JURÍDICA	89.124	(2.158)	86.966	1,0329	1,0287	0,9927	91.733	1.923	93.656
I.R. - RETIDO NA FONTE	172.000	(1.993)	170.007	-	-	-	167.650	2.688	170.338
I.R.R.F. - RENDIMENTOS DO TRABALHO	91.228	-	91.228	1,0603	1,0000	1,0000	96.727	1.481	98.208
I.R.R.F. - RENDIMENTOS DO CAPITAL	49.751	-	49.751	0,7503	1,0774	1,0000	40.214	711	40.925
I.R.R.F. - RENDIMENTOS DE RESIDENTES NO EXTERIOR	21.917	(1.800)	20.117	1,0211	1,0334	1,0000	21.226	320	21.546
I.R.R.F. - OUTROS RENDIMENTOS	9.105	(193)	8.911	1,0335	1,0297	1,0000	9.484	175	9.659
I.O.F. - IMPOSTO S/ OPERAÇÕES FINANCEIRAS	28.747	(300)	28.447	1,0303	1,0258	1,0045	30.201	524	30.725
I.T.R. - IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	1.341	-	1.341	1,0240	1,0000	1,0000	1.373	20	1.393
CONVENIADO	1.207	-	1.207	1,0240	1,0000	1,0000	1.236	18	1.254
NÃO CONVENIADO	134	-	134	1,0240	1,0000	1,0000	137	2	139
COFINS - CONTRIBUIÇÃO SEGURIDADE SOCIAL	183.890	(1.843)	182.048	1,0336	1,0297	1,0511	203.653	3.384	207.037
CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	48.735	(371)	48.364	1,0335	1,0297	1,0515	54.119	894	55.013
CSLL - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL S/ LUCRO LÍQUIDO	50.438	(777)	49.661	1,0329	1,0284	0,9923	52.346	1.048	53.394
CIDE - COMBUSTÍVEIS	4.862	-	4.862	1,0000	1,0194	1,0000	4.956	-	4.956
CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNDAF	436	-	436	1,0356	1,0300	1,0000	465	9	474
OUTRAS RECEITAS ADMINISTRADAS	36.718	(18.625)	18.093	-	-	-	24.189	216	24.405
RECEITAS DE LOTERIAS	4.048	674	4.722	1,0356	1,0000	1,0000	4.889	-	4.889
CIDE-REMESSAS AO EXTERIOR	2.384	-	2.384	1,0255	1,0301	1,0000	2.519	41	2.560
DEMAIS	30.286	(19.299)	10.987	1,0350	1,0301	1,4325	16.781	174	16.955
TOTAL	714.145	(26.782)	687.339	-	-	-	738.630	12.745	751.376

Discriminação, por tributo, dos efeitos que influenciaram a estimativa de arrecadação para o ano de 2018.

A) CORREÇÃO DE BASE:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

1) **IPI-Outros (-R$ 502 milhões)**

- Arrecadação atípica em decorrência de recolhimentos de parcelamentos da dívida ativa, relacionados com o PERT;
- Compatibilização com as estimativas de receita da PGFN;

2) **IRPF (-R$ 214 milhões)**

a. Arrecadação atípica em decorrência de recolhimentos de parcelamentos da dívida ativa, relacionados com o PERT;

3) **IRPJ: (-R$ 2.158 milhões)**

- Exclusão da arrecadação relativa ao RERCT (Regime de Regularização Cambial e Tributária) e PERT, classificadas no IRPJ;
- Compatibilização com as estimativas de receita da PGFN;

4) **IRRF-Rendimentos Residentes no Exterior: (-R$ 1.800 milhões)**

- Arrecadação atípica, em abril de 2017, no item juros e comissões em geral.

5) **IRRF-Outros Rendimentos: (-R$ 193 milhões)**

a. Compatibilização com as estimativas de receita da PGFN;

6) **IOF: (-R$ 300 milhões)**

- Arrecadação atípica, em abril de 2017, no item operações de câmbio na entrada de moedas.

7) **COFINS: (-R$ 1.843 milhões)**

- Arrecadação atípica em decorrência de recolhimentos de parcelamentos da dívida ativa, relacionados com o PERT;
- Compatibilização com as estimativas elaboradas pela PGFN.

8) **PIS/PASEP: (-R$ 371 milhões)**

- Arrecadação atípica em decorrência de recolhimentos de parcelamentos da dívida ativa, relacionados com o PERT;
- Compatibilização com as estimativas elaboradas pela PGFN.

9) **CSLL: (-R$ 777 milhões)**

- Arrecadação atípica, referente a parcelamentos da dívida ativa, como parte dos recolhimentos relativos ao PERT.
- Compatibilização com as estimativas elaboradas pela PGFN.

10) **Outras Receitas Administradas-Receitas de Loterias: (+R$ 674 milhões)**

- Compatibilização com a previsão efetuada pela Caixa Econômica Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

11) Outras Receitas Administradas-Demais: (-R$ 19.299 milhões)

- Exclusão das arrecadações efetivadas, relativos aos parcelamentos especiais, PRT e PERT, da arrecadação base.
- Exclusão da arrecadação relativa ao RERCT (Regime de Regularização Cambial e Tributária), classificada em "Outras Receitas Administradas".

B) EFEITO PREÇO (ponderado de acordo com a participação mensal na arrecadação-base).

1) Imposto de Importação: 1,0257; Imposto de Exportação: 1,0282; IPI-Vinculado à Importação: 1,0256; Outras Receitas Administradas-CIDE-Remessas ao Exterior: 1,0255

- Variação da taxa média de câmbio.

2) IPI-Fumo; IPI-Bebidas e CIDE-Combustíveis: 1,0000

- O imposto é fixo por unidade de medida do produto. Portanto, o preço não interfere no valor do imposto.

3) IPI-Automóveis: 1,0379

- Índice de preço específico do setor.

4) IPI-Outros: 1,0487

- Índice de preço da indústria de transformação.

5) IRPF: 1,0287

- Cotas (Declaração de Ajuste): crescimento da massa salarial em 2017. Incorpora variação de preço e de quantidade;
- Ganhos em Bolsa: sem variação;
- Demais: Índice Ponderado (IER) de 2018.

6) IRPJ: 1,0329 e CSLL: 1,0329

- Declaração de Ajuste: Índice Ponderado (IER) de 2017;
- Demais: Índice Ponderado (IER) de 2018.

7) IRRF-Rendimentos do Trabalho: 1,0603

- Setor privado: crescimento da massa salarial;
- Setor público: variação da folha de pagamento dos servidores públicos. Incorpora variação de preço e de quantidade.

8) IRRF-Rendimentos do Capital: 0,7503

- Fundos e Títulos de Renda Fixa: variação da taxa de juros "over";
- Juros Remuneratórios do Capital Próprio: variação da taxa de juros de longo prazo - TJLP;
- Fundos de Renda variável: sem variação;
- SWAP: Câmbio;

45

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

- Demais: Índice Ponderado (IER).

9) **IRRF-Rendimentos de Residentes no Exterior: 1,0211**

- Juros Remuneratórios do Capital Próprio: variação da taxa de juros de longo prazo - TJLP;
- Demais: Câmbio.

10) **IRRF-Outros Rendimentos: 1,0335; IOF: 1,0303; ITR: 1,0240; COFINS: 1,0336; PIS/PASEP: 1,0335; FUNDAF: 1,0356; Outras Receitas Administradas-Receitas de Loterias: 1,0356 e Outras Receitas Administradas-Demais: 1,0350**

- Índice Ponderado (IER).

C) EFEITO QUANTIDADE (ponderado de acordo com a participação mensal na arrecadação-base).

1) **I. Importação: 1,1534 e IPI-Vinculado à Importação: 1,1531**

- Variação, em dólar, das importações.

2) **IPI-Fumo: 0,9202**

- Vendas de cigarros ao mercado interno.

3) **IPI-Bebidas: 1,0389**

- Produção física de bebidas.

4) **IPI-Automóveis: 1,0689**

- Vendas de automóveis nacionais ao mercado interno.

5) **IPI-Outros: 1,0695**

- Produção física da indústria de transformação.

6) **IRPF: 1,0115**

- Cotas (Declaração de Ajuste): crescimento da massa salarial em 2017 já considerado no efeito-preço;
- Ganhos em Bolsa: Sem variação;
- Demais: PIB de 2018.

7) **IRPJ: 1,0287 e CSLL: 1,0284**

- Declaração de ajuste: PIB de 2017;
- Demais: PIB de 2018.

8) **IRRF- Rendimentos do Trabalho: 1,0000**

- Crescimento da massa salarial já considerado no efeito-preço.

9) **IRRF-Rendimentos do Capital: 1,0774**

- Fundos e Títulos de Renda Fixa: variação das aplicações financeiras;
- Fundos de Renda variável: sem variação;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

- Juros Remuneratórios do Capital Próprio: IER e PIB;
- Demais: PIB.

10) **IRRF-Rendimentos de Residentes no Exterior: 1,0334**

- Juros Remuneratórios do Capital Próprio: IER e PIB;
- Demais: PIB.

11) **I. Exportação: 1,0301; IRRF-Outros Rendimentos: 1,0297; IOF: 1,0258; COFINS: 1,0297; PIS/PASEP: 1,0297; CIDE-Combustíveis: 1,0194; FUNDAF: 1,0300; Outras Receitas Administradas-CIDE-Remessas ao Exterior: 1,0301 e Outras Receitas Administradas-Demais: 1,0301**

- PIB.

D) EFEITO LEGISLAÇÃO (ponderado de acordo com a participação mensal na arrecadação-base).

1) **I. Importação: 0,9851 e IPI-Vinculado à Importação: 1,0341**

- Alteração do Repetro que possibilita que fornecedores intermediários importem insumos com suspensão tributária (MP 795/17);
- Variação das alíquotas médias.

2) **IRPJ: 0,9927 e CSLL: 0,9923**

- Lei complementar 160 – artigos 9º e 10º;

3) **IOF: 1,0045**

- Alteração da tributação das cooperativas de crédito (Decreto 9.017/17);

4) **COFINS: 1,0511 e PIS/PASEP: 1,0515**

- Alteração das alíquotas do PIS/Pasep e da Cofins sobre a importação e a comercialização de gasolina, óleo diesel, gás liquefeito de petróleo (GLP), querosene de aviação e álcool (Decreto 9.101/17);
- Lei complementar 160 – artigos 9º e 10º;
- Manutenção da alíquota do Reintegra em 2%, em 2018 (Decreto 9.148/17).

5) **Outras Receitas Administradas-Demais: 1,4325**

- Incorporação do impacto do PERT – Programa Especial de Regularização Tributária - Lei 13.496/17 - no fluxo de arrecadação de parcelamentos especiais de 2018. O fluxo do ano foi estimado com base na arrecadação do PERT, do mês de fevereiro de 2018 (pois não está contaminada com as antecipações de arrecadação verificadas em janeiro), acrescido dos efeitos negativos decorrentes das migrações de outros parcelamentos especiais (R$ 450 Milhões ao mês).

E) RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Acrescentou-se, a título de receitas extraordinárias, o valor de **R$ 12.745 milhões**.

As receitas extraordinárias, como regra, decorrem da recuperação de arrecadação referente a fatos geradores passados, em função da atuação direta da administração tributária, seja pela aplicação de autos de infração ou pela cobrança de débitos em atraso.

Cabe ressaltar que essas receitas não guardam nenhuma relação com qualquer parâmetro nem se processam em períodos regulares.

PREVISÃO DAS RESTITUIÇÕES

Houve incremento das estimativas de restituições para 2018 ao acrescentar-se uma estimativa, de levantamento de depósitos judiciais, no montante de **R$ 413,9 Milhões**, ao mês. A metodologia considerou a média móvel de 12 meses dos levantamentos observados.

Devido a esse acréscimo, para o ano, a previsão de restituições, incorporando-se as restituições efetivamente verificadas nos meses de janeiro e fevereiro, ficou em R$ 36.722 Milhões, enquanto que no relatório anterior, as restituições estavam estimadas em R$ 32.260 Milhões.

Reclassificação da arrecadação do PERT/PRT, por estimativa.

A partir de dezembro de 2018 a arrecadação do PERT/PRT passou a ser reclassificada, por estimativa, com base no perfil da tabela abaixo.

TRIBUTO	(%)
Imposto de Importação	0,150%
IPI	8,670%
IRPF	4,600%
IRPJ	23,690%
IRRF	3,660%
IOF	0,860%
Cofins	34,240%
Pis-Pasep	9,560%
CSLL	12,800%
Outras Receitas Administradas	1,770%
TOTAL	**100,000%**

A reclassificação por estimativa é realizada por meio de evento de retificação de receitas, impactando o saldo das restituições (diferença entre arrecadação bruta e líquida) e, por conseguinte, a arrecadação líquida.

TABELA DE EFEITOS – JAN/DEZ 2018

A seguir, é apresentada uma tabela que mostra a aplicação de efeitos numa base de 12 meses. Esta tabela não leva em consideração a realização da arrecadação (e das restituições) no período de janeiro e fevereiro de 2018 que, no presente relatório, explica grande parte da diferença.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PREVISÃO DE ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS ADMINISTRADAS PELA RFB - 2018
Parâmetros SPE - Versão: 12/mar/18
CONSOLIDAÇÃO DAS PLANILHAS MENSAIS
JAN-DEZ/18 - NÃO CONSIDERA A REALIZAÇÃO DA ARRECADAÇÃO
(A PREÇOS CORRENTES)
2018

UNIDADE: R$ MILHÕES

RECEITAS	ARRECADAÇÃO BASE - 2017 [1]	ARRECADAÇÃO ATÍPICA	BASE AJUSTADA [3]	EFEITOS BÁSICOS (Média) PREÇO [4]	QUANT. [5]	LEGISL. [6]	PREVISÃO 2018 [7]	RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS [8]	BRUTA [9]	REST (12 MESES). [10]	LÍQUIDA [11]	PREVISÃO LÍQ RELAT. [12]	DIFERENÇA [12]-[11]
IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO	32.525	-	32.525	1,0251	1,1476	0,9841	37.653	765	38.419	(12)	38.406	39.054	648
IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO	26	-	-	1,0278	1,0299	1,0000	28	-	28	(0)	28	46	19
IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	48.474	(288)	48.186	-	-	-	54.105	1.060	55.165	549	55.714	56.270	556
I.P.I. - FUMO	5.118	233	5.351	1,0000	0,9205	1,0000	4.925	118	5.043	(0)	5.043	5.211	168
I.P.I. - BEBIDAS	2.841	-	2.841	1,0000	1,0437	1,0000	2.965	70	3.035	(0)	3.035	2.998	(37)
I.P.I. - AUTOMÓVEIS	4.281	-	4.281	1,0355	1,0760	1,0000	4.770	95	4.865	(0)	4.865	4.849	(16)
I.P.I. - VINCULADO À IMPORTAÇÃO	14.043	-	14.043	1,0250	1,1476	1,0446	17.255	317	17.572	(8)	17.564	17.570	6
I.P.I. - OUTROS	22.192	(522)	21.670	1,0447	1,0685	1,0000	24.189	460	24.649	556	25.206	25.642	436
IMPOSTO SOBRE A RENDA	359.698	(5.799)	353.899	-	-	-	357.726	6.350	364.077	(22.090)	341.987	346.265	4.278
I.R. - PESSOA FÍSICA	32.205	(156)	32.048	1,0271	1,0125	1,0000	33.327	580	33.907	368	34.275	33.199	(1.076)
I.R. - PESSOA JURÍDICA	120.220	(3.615)	116.605	1,0284	1,0268	0,9861	121.428	2.529	123.957	1.632	125.589	128.229	2.640
I.R. - RETIDO NA FONTE	207.273	(2.028)	205.246	-	-	-	202.971	3.242	206.213	(24.090)	182.123	184.837	2.714
I.R.R.F. - RENDIMENTOS DO TRABALHO	111.214	-	111.214	1,0585	1,0000	1,0000	117.722	1.812	119.534	(24.400)	95.134	95.935	801
I.R.R.F. - RENDIMENTOS DO CAPITAL	58.632	-	58.632	0,7590	1,0753	1,0000	47.849	830	48.679	(1)	48.678	49.256	579
I.R.R.F. - RENDIMENTOS DE RESIDENTES NO EXTERIOR	26.466	(1.800)	24.666	1,0200	1,0344	1,0000	26.025	390	26.415	(17)	26.398	27.530	1.132
I.R.R.F. - OUTROS RENDIMENTOS	10.961	(228)	10.733	1,0303	1,0287	1,0000	11.375	210	11.585	328	11.914	12.116	202
I.O.F. - IMPOSTO S/ OPERAÇÕES FINANCEIRAS	34.543	(300)	34.243	1,0273	1,0253	1,0113	36.478	621	37.099	85	37.184	36.636	(549)
I.T.R. - IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	1.370	-	1.370	1,0238	1,0000	1,0000	1.402	21	1.423	(21)	1.402	1.420	18
CONVENIADO	1.233	-	1.233	1,0238	1,0000	1,0000	1.262	18	1.281	(21)	1.260	1.278	18
NÃO CONVENIADO	137	-	137	1,0238	1,0000	1,0000	140	2	142	-	142	142	(0)
COFINS - CONTRIBUIÇÃO SEGURIDADE SOCIAL	218.858	(1.939)	216.919	1,0305	1,0288	1,0567	243.010	4.070	247.080	1.781	248.861	249.371	510
CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	58.476	(393)	58.084	1,0303	1,0288	1,0560	65.008	1.082	66.090	422	66.512	66.467	(45)
CSLL - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL S/ LUCRO LÍQUIDO	69.248	(1.794)	67.454	1,0282	1,0266	0,9853	70.154	1.367	71.521	1.107	72.628	74.377	1.749
CIDE - COMBUSTÍVEIS	5.790	-	5.790	1,0000	1,0132	1,0000	5.866	-	5.866	-	5.866	5.829	(37)
CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNDAF	485	-	485	1,0335	1,0298	1,0000	516	10	527	-	527	504	(23)
OUTRAS RECEITAS ADMINISTRADAS	39.990	(18.708)	21.282	-	-	-	33.923	254	34.177	(19.047)	15.129	17.799	2.669
RECEITAS DE LOTERIAS	4.897	591	5.488	1,0326	1,0000	1,0000	5.667	-	5.667	-	5.667	5.959	292
CIDE-REMESSAS AO EXTERIOR	2.842	-	2.842	1,0250	1,0297	1,0000	2.999	51	3.051	(0)	3.050	3.286	235
DEMAIS	32.251	(19.299)	12.952	1,0319	1,0297	1,8352	25.256	203	25.459	(19.047)	6.412	8.555	2.143
SUBTOTAL [A]	**869.483**	**(29.222)**	**840.236**	**-**	**-**	**-**	**905.871**	**15.600**	**921.471**	**(37.227)**	**884.244**	**894.037**	**9.794**
RECEITA PREVIDENCIÁRIA [C]	**400.536**	**(990)**	**399.546**	**1,0525**	**1,0043**	**1,0002**	**422.435**	**-**	**422.435**	**(41.839)**	**380.597**	**382.037**	**1.440**
RECEITA ADMINISTRADA PELA RFB [D]=[A]+[B]+[C]	**1.303.823**	**(31.219)**	**1.272.578**	**-**	**-**	**-**	**1.363.244**	**15.621**	**1.378.865**	**(79.066)**	**1.299.799**	**1.310.729**	**10.930**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO III - Memória de Cálculo das Receitas Previdenciárias – Secretaria da Receita Federal do Brasil (LDO-2018, Art. 56, § 4º, Incisos I e IV)

ESTIMATIVA DE ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS FEDERAIS ADMINISTRADAS PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – 2018
(Receitas Previdenciárias)
NOTA METODOLÓGICA – 19/03/18

CONSIDERAÇÕES GERAIS

A presente estimativa de arrecadação das contribuições previdenciárias administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB foi elaborada, para o ano de 2018, tomando-se por base a arrecadação efetivamente realizada dos meses de janeiro e fevereiro de 2018, a arrecadação prevista para os meses de março a dezembro de 2018, os parâmetros estabelecidos pela Secretaria de Política Econômica – SPE em 12/03/18 e as modificações na legislação tributária.

Os parâmetros básicos principais de 12/03/18 e respectivas variações médias, projetadas para o ano de 2018 em relação a 2017, foram os seguintes:

Índice Ponderado (55% IPCA e 45% IGP): 3,19%

PIB:.....2,97%

Massa Salarial: 5,77%

Salário Mínimo:.....1,81%

A arrecadação-base 2017 foi ajustada em função, principalmente, da ocorrência de receitas atípicas verificadas durante o período base.

À base ajustada foram aplicados, mês a mês, indicadores específicos relativos a preço, quantidade e efeitos decorrentes de alterações da legislação tributária: IER - Índice Ponderado (55% IPCA e 45% IGP-DI), crescimento do PIB, variação da massa salarial, aumento do salário mínimo e do teto previdenciário e parcelamentos.

O valor da previsão de arrecadação bruta[3], das contribuições previdenciárias, para o período de março a dezembro de 2018, em consonância com as premissas citadas, resultou em um montante de **R$ 357.982 milhões**. Excluídas a arrecadação de Outras Entidades (Terceiros), as restituições de contribuição e os ressarcimentos de arrecadação **(R$ 33.013 milhões)**, a previsão da arrecadação líquida correspondente é de **R$ 324.969 milhões**. Adicionada a arrecadação bruta efetiva dos meses de janeiro a fevereiro de 2016 **(R$ 66.587 milhões)**, a arrecadação bruta para o ano de 2018 resultou em **R$ 424.569 milhões**. Excluídas a arrecadação de Outras Entidades (Terceiros), as restituições de contribuição e os ressarcimentos de arrecadação **(R$ 42.532 milhões)**, a arrecadação líquida correspondente é de **R$ 382.037 milhões**.

A seguir, o detalhamento da planilha básica (anexa) que consolida as planilhas mensais por tributo.

[3] Não são computadas as receitas patrimoniais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

UNIDADE: R$ MILHÕES

RECEITAS	ARRECADAÇÃO BASE - 2017	ARRECADAÇÃO ATÍPICA	BASE AJUSTADA	EFEITOS BÁSICOS (Média)			PREVISÃO 2018	RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS	TOTAL
				PREÇO	QUANT.	LEGISL.			
RECEITA PREVIDENCIÁRIA	338.876	(990)	337.886	1,0546	1,0044	1,0002	357.982	-	357.982

Discriminação, por tributo, dos efeitos que influenciaram a estimativa de arrecadação para o ano de 2018.

A) CORREÇÃO DE BASE (-R$ 990 milhões):

- Arrecadação atípica decorrente de parcelamentos do PERT/PRT.

B) EFEITO PREÇO: 1,0546 (ponderado de acordo com a participação mensal da arrecadação-base).

- Contribuição incidente sobre folha de pagamento: crescimento da massa salarial. Incorpora variação de preço e de quantidade;
- Contribuição incidente sobre receita/faturamento: índice ponderado (IER).

C) EFEITO QUANTIDADE: 1,0044 (ponderado de acordo com a participação mensal da arrecadação-base).

- Contribuição incidente sobre folha de pagamento: crescimento da massa salarial já considerado no efeito preço;
- Contribuição incidente sobre receita/faturamento: PIB.

D) EFEITO LEGISLAÇÃO: 1,0002 (ponderado de acordo com a participação mensal da arrecadação-base).

- Contribuição incidente sobre folha de pagamento: aumento do salário mínimo e do teto previdenciário, parcelamentos especiais PERT/PRT e Funrural.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO IV - Estimativa Atualizada do Resultado Primário das Empresas Estatais Federais (LDO - 2018, Art. 56, § 4º, Inciso V)

O resultado primário das empresas estatais federais, no conceito "acima da linha", é calculado com base no regime de caixa, no qual são consideradas apenas as receitas genuinamente arrecadadas pelas empresas e abatidas todas as despesas correntes e de capital efetivamente pagas, inclusive dispêndios com investimentos. Excluem-se as amortizações de operações de crédito e as receitas e despesas financeiras. Para a apuração do resultado nominal, são consideradas as receitas e as despesas financeiras.

Considerando que as receitas e as despesas constantes do Programa de Dispêndios Globais – PDG das empresas estatais estão expressas segundo o "regime de competência", para se chegar ao resultado primário instituiu-se a rubrica "Ajuste Critério Competência/Caixa", onde são identificadas as variações das rubricas "Contas a Receber", "Contas a Pagar" e "Receitas e Despesas Financeiras".

Os dispêndios das instituições financeiras estatais também não afetam o resultado fiscal, uma vez que, por praticarem apenas intermediação financeira, suas atividades não impactam a dívida líquida do setor público.

Como se pode observar, o resultado primário das estatais é pautado, principalmente, na receita oriunda da venda de bens e serviços e nas demais receitas – operacionais e não operacionais. São considerados também os ingressos decorrentes de aportes de capital, bem como de outros recursos não resultantes da tomada de empréstimos e financiamentos junto ao sistema financeiro.

No que se refere à despesa, os gastos estimados com Pessoal e Encargos Sociais estão compatíveis com os planos de cargos e salários de cada empresa estatal e também com a política salarial a ser adotada pelo Governo Federal para as negociações dos acordos coletivos de trabalho em 2018. A rubrica Materiais e Produtos representa a previsão de gastos com a aquisição de matérias-primas, produtos para revenda, compra de energia, material de consumo e outros. Os dispêndios com Serviços de Terceiros resultam da contratação de serviços técnicos administrativos e operacionais, gastos com propaganda, publicidade e publicações oficiais e dos dispêndios indiretos com pessoal próprio. Na rubrica Tributos e Encargos Parafiscais, estão inseridos os pagamentos de impostos e contribuições incidentes sobre a receita, vinculados ao resultado e também relacionados aos demais encargos fiscais. Os Demais Custeios contemplam dispêndios com o pagamento de aluguéis em geral, de provisões para demandas trabalhistas, de participação dos empregados nos lucros ou resultados, bem como para a cobertura de eventuais déficits de planos de previdência complementar etc. Na rubrica Outros Dispêndios de Capital estão incluídas, principalmente, provisões para pagamento de dividendos pelas empresas estatais do setor produtivo e inversões financeiras em outras empresas, inclusive em Sociedade de Propósito Específico - SPE.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O valor dos investimentos representa os gastos destinados à aquisição de bens contabilizados no ativo imobilizado, necessários às atividades das empresas estatais do setor produtivo, excetuados os bens de arrendamento mercantil e os valores do custo dos empréstimos contabilizados no ativo imobilizado. Ademais, consideram-se investimentos também as benfeitorias realizadas em bens da União e as benfeitorias necessárias à infraestrutura de serviços públicos concedidos pela União. Esses dispêndios estão compatíveis com o Orçamento de Investimento constante na LOA 2018.

A projeção do resultado primário de responsabilidade das empresas estatais para 2018 está demonstrada na tabela a seguir:

RESULTADO PRIMÁRIO DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS – 2018

DISCRIMINAÇÃO	R$ milhões	% PIB
I - Receitas	40.682	0,58
II - Despesas	39.086	0,56
Investimentos	2.737	0,04
Demais Despesas(*)	36.349	0,52
III - Ajuste Competência/Caixa	(677)	-0,01
IV - Juros	1.079	0,02
RESULTADO PRIMÁRIO (I-II+III-IV)	**(160)**	**0,00**

PIB considerado: R$ 7.009.672 milhões
Obs. Valores positivos indicam "superávit".
(*) Inclui Ajuste Metodológico

Observa-se que, embora a meta de déficit primário das empresas estatais federais, prevista no art. 2º da Lei nº 13.473, de 08 de agosto de 2017 (LDO 2018), seja de R$ 3,5 bilhões, o PDG – 2018, programado inicialmente, previa um superávit primário de R$ 536 milhões. Essa diferença entre a meta da LDO e a estimativa do PDG se deve a expectativa de aportes de capital da União especialmente nas empresas EMGEPRON e INFRAERO. Por outro lado, a projeção do resultado primário de responsabilidade das empresas estatais para 2018, considerando o valor já executado no mês de janeiro, é de déficit de R$ 160 milhões, conforme tabela anterior.

Além do quadro acima, que atende a LDO, com a projeção de Resultado Primário das Estatais de forma consolidada. O quadro a seguir discrimina, a partir do Programa de Dispêndios Globais, o Resultado Primário por empresa estatal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Resumo por Empresa

R$ 1

Empresa	Real. Jan	Reprojeção
INFRAERO	(28.227.407)	(38.782.666)
CEAGESP	575.200	(2.324.510)
CEASAMINAS	1.102.758	(4.140.436)
CASEMG	102.055	210.108
EMGEA	(13.848.242)	(839.062.140)
ECT	(540.389.546)	(443.558.238)
TELEBRAS	(57.985.580)	(77.724.199)
CMB	(33.331.197)	(13.035.958)
SERPRO	(85.691.587)	(37.447.768)
EMGEPRON	(3.859.566)	1.476.191.548
DATAPREV	(64.779.664)	(29.822.814)
HEMOBRAS	40.243.783	25.197.298
CDC	(3.865.097)	(11.459.159)
CODEBA	1.469.818	(80.099.912)
CODOMAR	(289.203)	(3.920.870)
CDP	6.533.253	222.145
CODERN	309.401	2.671.961
CDRJ	232.487	(8.540.481)
CODESA	(1.935.786)	(14.925.226)
CODESP	(2.747.263)	(27.430.358)
ABGF	(1.009.288)	(14.230.699)
PPSA	1.519.063	(622.865)
CORREIOSPAR	(483.874)	(17.137.754)
A. RESULTADO PRIMÁRIO PDG	(786.355.482)	(159.772.993)
B. Ajuste Metodológico *	(90.130.738)	
C = A - B - RESULTADO PRIMÁRIO PDG AJUSTADO	(696.224.744)	
D= RESULTADO PRIMÁRIO BANCO CENTRAL	(395.462.905)	
E= C-D - Discrepância PDG/Banco Central	(300.761.838)	

* Corresponde ao resultado das estatais que executam na Conta Única do Tesouro Nacional. Este valor é computado pelo BC no âmbito do Governo Central, na apuração abaixo da linha. SERPRO, CEAGESP,CMB, CDRJ,CODEBA,CDC,CDP,CODERN,CODESP,CODESA,ECT

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO V – Receitas Próprias e Demais Receitas Primárias

Receitas Próprias Primárias (- R$ 51,0 milhões):

A projeção desse grupo de receitas incorporou a arrecadação do primeiro bimestre de 2018 e a revisão e/ou inclusão de bases externas pelos órgãos setoriais, assim como a atualização dos parâmetros macroeconômicos.

As receitas de convênios, "fonte 81", tiveram sua estimativa reduzida em R$ 301,5 milhões, devido ao ajuste ocorrido na Justiça do Trabalho, tendo em vista registro de arrecadação em unidades diferentes daquelas nas quais as receitas foram informadas pelo órgão setorial (redução de R$ 366,0 milhões, pois apenas os valores já arrecadados foram considerados nesta Avaliação). Destaca-se ainda o acréscimo de R$ 60,0 milhões no CNPq.

Os recursos próprios não-financeiros, "fontes 50 e 63", tiveram sua estimativa aumentada em R$ 250,4 milhões (2,0% de variação), resultado da combinação de acréscimos e reduções em diferentes unidades orçamentárias. As principais variações estão destacadas na tabela a seguir:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Natureza de Receita		Unidade Orçamentária		Avaliação de Fevereiro	Avaliação Atual	Diferença	Alteração
15000011	Receita Industrial - Principal	24206	INB	221.243.465	599.723.885	+378.480.420	Nova base externa inserida pela unidade, segundo a qual "Mais de 95% das Receitas da INB provém dos contratos de vendas de Elementos Combustíveis - EC que abastecem os reatores das Usinas Nucleares de Angra 1,2e 3 da Eletronuclear-ETN. Sem os ECs as Usinas não conseguem produzir energia elétrica para o país. O ciclo de produção dos ECs pode durar até 3 anos, nunca sendo inferior a 1 ano fiscal. Conforme as regras contratuais, os faturamentos contra ETN tem origem em eventos físicos ocorridos no processo de produção dos ECs. Estes eventos não ocorrem de forma contínua, pois dependem dos cronogramas de produção e de abastecimento dos reatores. Essa descontinuidade causa flutuações significativas na entrada dos recursos, gerando variáveis que os modelos econométricos não detectam, pois os modelos de projeção se utilizam dos resultados anteriores sem captar as frustrações temporárias e alterações de cronogramas de entrega e suas respectivas variações nas receitas. Devido ao corte de 44% sofrido pelo orçamento da INB em 2017, a produção das recargas de Angra 2 ficou prejudicada e, por isso, a elaboração do PLOA 2018 não previa as receitas da entrega da 15ª e 16ª recargas. Este cenário se alterou ao final do exercício, com a publicação dos Decretos Presidenciais 9205/2017, de 24/11/2017 e 9248/2017, de 22/12/2017, que reestabeleceram o orçamento da INB em R$ 189 milhões, viabilizando assim a produção dos ECs referentes à 24ª e 25ª Recarga de Angra 1, e 15ª e 16ª Recarga de Angra 2, permitindo o faturamento dos eventos físicos acordados contratualmente com a ETN.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Natureza de Receita		Unidade Orçamentária		Avaliação de Fevereiro	Avaliação Atual	Diferença	Alteração
							Com isto, as vendas previstas para 2018 cresceram de 40 para 92 ECs, elevando as receitas em mais R$ 352 milhões. Está prevista também a venda de Pó de UO2 Enriquecido para a empresa argentina CONUAR, com previsão de faturamentos da ordem de R$ 17 milhões. Na Unidade de Buena/RJ, a expectativa de receita com a venda de Minerais Pesados é de R$ 4 milhões. Desta forma, a Receita Industrial está reestimada em R$ 599 milhões para o exercício 2018."
16100111	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	44207	ICMBIO	66.100.000	93.100.001	+ 27.000.001	Nova base externa inserida pela unidade, segundo a qual essa previsão de arrecadação diz respeito à visitação nas unidades de conservação federais, e o acréscimo de R$ 27 milhões são provenientes de Parna Iguaçu.
13600111	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Principal	52921	Fundo do Exército	167.469.124	180.532.739	+ 13.063.615	O acréscimo deveu-se à arrecadação superior ao previsto no primeiro bimestre de 2018.
16100411	Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	32265	ANP	141.989.650	59.844.426	- 82.145.224	Ambas as receitas tiveram registro irregular de arrecadação em 2017. Em janeiro e fevereiro do ano passado a arrecadação foi alta, o que não se repetiu no primeiro bimestre de 2018. A queda nos parâmetros de crescimento real do PIB e inflação contribuíram para a frustração expressiva.
16400211	Concessão de Avais, Garantias e Seguros - Principal	71905	Fdo. Garant. Exportação - MF	253.758.247	216.804.693	- 36.953.554	
15000011	Receita Industrial - Principal	24204	CNEN	70.708.998	49.496.299	- 21.212.699	Nova base externa inserida pela unidade, segundo a qual "a alteração se justifica tendo em vista que a previsão se encontra acima da expectativa de receita para 2018 em função dos recursos orçamentários previstos na LOA-2018. Deste modo, a receita

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Natureza de Receita		Unidade Orçamentária		Avaliação de Fevereiro	Avaliação Atual	Diferença	Alteração
							industrial da CNEN terá frustração em função da falta de recursos para produção industrial."
19229911	Outras Restituições - Principal	22211	CONAB	90.921.245	72.747.598	-18.173.647	Ambas as receitas tiveram registro irregular de arrecadação em 2017. Nos primeiros meses do ano passado a arrecadação foi alta, o que não se repetiu no primeiro bimestre de 2018. A queda nos parâmetros de crescimento real do PIB e inflação contribuíram para a frustração.
19909911	Outras Receitas - Primárias - Principal	52911	Fundo Aeronáutico	127.039.611	109.925.265	-17.114.346	
16100211	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	20118	Ag. Brasileira de Inteligência	23.220.000	13.220.000	-10.000.000	Nova base externa inserida pela unidade, segundo a qual as inscrições efetivas não corresponderam à estimativa feita anteriormente pela própria UO.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Demais Receitas (+ R$ 452,3 milhões)

A projeção desse grupo de receitas incorporou a arrecadação do primeiro bimestre de 2018 e, assim como no caso do grupo das próprias, esteve aberta à inserção e/ou modificação de bases externas pelas unidades.

Doações (- R$ 57,0 milhões): alterações promovidas pelo setorial do BACEN, pois as receitas da Reserva para o Desenvolvimento Institucional do Banco Central – Redi-BC, antes classificadas como doações, serão reclassificadas para o código de Natureza de Receita "19300511 - Receitas Reconhecidas por Força de Decisões Judiciais e de Tribunais Administrativos" e associadas à fonte de recursos "186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas".

Outras Contribuições Econômicas (- R$ 30,5 milhões): a redução de 1,0% na estimativa desse grupo deveu-se à frustração dos valores esperados para os meses de janeiro e fevereiro, principalmente na Contribuição sobre a Receita Operacional Bruta Decorrente de Prestação de Serviços de Telecomunicações, associada à redução dos parâmetros de crescimento real do PIB e de inflação.

Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia (+ R$ 5,6 milhões): houveram variações expressivas em Taxas e Multas de diferentes unidades, em sentido diverso, de modo que a variação líquida desse grupo ficou em R$ 5,6 milhões:

- as "Multas Previstas em Legislação Específica" da ANP sofreram acréscimo de R$ 140,2 milhões devido a um registro atípico de arrecadação no mês de janeiro, no valor de R$ 144,0 milhões, considerando uma média mensal de arrecadação dessa receita em 2017 de R$ 2,9 milhões;
- as "Multas Administrativas por Danos Ambientais" do Ibama foram reestimadas com valor R$ 52,9 milhões maior que o previsto na Avaliação de Fevereiro, uma vez que a arrecadação registrada no primeiro bimestre de 2018 está em patamar superior ao registrado ao longo de todo o ano de 2017 (média de R$ 32,6 milhões em janeiro e fevereiro de 2018 contra média de R$ 9,6 milhões em 2017);
- as "Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos" registraram arrecadação no primeiro bimestre R$ 40,4 milhões acima do esperado, tendo sido sua estimativa elevada em R$ 38,3 milhões. Tal receita é de difícil estimativa, pois sua arrecadação não tem regularidade;
- várias receitas registraram arrecadação acima do esperado no primeiro bimestre de 2018, destacando-se as seguintes variações em relação à Avaliação de Fevereiro: + R$ 26,0 milhões, já descontada a DRU, nas "Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização" da SUSEP; + R$ 17,2 milhões, já descontada a DRU, nas "Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização" da SUFRAMA; + R$ 16,7 milhões nas "Multas Previstas em Legislação Específica" do Departamento de Polícia Rodoviária Federal; + R$ 15,6 milhões, já descontada a DRU, nas "Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização" do Departamento de Polícia Rodoviária Federal; + R$ 13,3 milhões nas "Multas Administrativas por Danos Ambientais" do Fundo Nacional do Meio Ambiente; + R$ 12,8 milhões nas "Multas Previstas em Legislação Específica" do Ministério do Trabalho; e + R$ 10,1 milhões nas "Multas Previstas em Legislação Específica" do INMETRO;

59

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

- as "Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização" da ANM foram zeradas, provocando uma redução de R$ 126,6 milhões (valor estimado na Avaliação de Fevereiro), tendo em vista que a Medida Provisória nº 791/2017, que introduzia a cobrança da TFAM-ANM, não foi acatada pelo Congresso Nacional, e portanto não existirá a receita;
- as "Multas Previstas em Legislação Específica" da ANM foram revistas em R$ 60,9 milhões, por ter caducado a Medida Provisória nº 790/2017, que alteraria o valor das multas previstas no art. 64 do Decreto-Lei nº 227/1967;
- arrecadação abaixo do esperado no primeiro bimestre de 2018 em várias receitas, provocando as seguintes variações em suas estimativas: - R$ 40,6 milhões nas "Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização", já descontada a DRU, do Ministério da Fazenda; - R$ 34,0 milhões nas "Multas Previstas em Legislação Específica" do DNIT; - R$ 31,1 milhões nas "Multas Previstas em Lei por Infrações ao Setor de Energia Elétrica" da ANEEL; e - R$ 10,2 milhões nas "Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização" , já descontada a DRU, do INCRA.

Taxas por Serviços Públicos (+ R$ 7,9 milhões): o acréscimo na estimativa ocorreu pelo registro de arrecadação acima dos valores esperados no primeiro bimestre de 2018 na receita de Emolumentos e Custas Judiciais;
Outras Contribuições Sociais (+ R$ 9,6 milhões): o principal acréscimo (+ R$ 17,8 milhões) ocorreu na Cota-Parte da Contribuição Sindical, pela arrecadação acima do esperado em janeiro e fevereiro de 2018. O modelo de estimativa foi alterado para que fique mais aderente, tendo em vista que a arrecadação desta receita é bastante irregular. Houve queda de R$ 7,8 milhões no Adicional à Contribuição Previdenciária Rural principalmente pela redução nos parâmetros de crescimento real do PIB e inflação. Essa redução corresponde a apenas 0,6% do total anual estimado para o Adicional à Contribuição Previdenciária Rural.
Pensões Militares (+ R$ 23,9 milhões): o crescimento de 0,7% na estimativa deu-se pelo registro de arrecadação acima do esperado no 1º bimestre de 2018.
Rendas da SPU (+ R$ 29,5 milhões): arrecadação acima do esperado em janeiro e fevereiro de 2018, principalmente na receita de Foros, Laudêmios e Tarifas de Ocupação.
Cota-Parte Adicional Frete Renovação Marinha Mercante (+ R$ 0,1 milhões): o modelo de estimativa dessa receita foi ajustado para não replicar o registro irregular de arrecadação de 2017, de modo que a estimativa permaneceu estável em relação à Avaliação de Fevereiro.
Restituições (+ R$ 144,8 milhões): a variação deu-se exclusivamente pelo registro de arrecadação no primeiro bimestre de 2018 em receitas que não são estimadas, apenas capta-se a arrecadação quando ocorre.
ATAERO (+ R$ 54,8 milhões): o crescimento de 9,4% na estimativa deveu-se à arrecadação acima do esperado no primeiro bimestre de 2018.
Alienação de Bens (- R$ 0,6 milhões): a redução na estimativa reflete frustração na arrecadação da receita de "Alienação de Bens Imóveis" em relação ao esperado para o primeiro bimestre de 2018.
Honorários Advocatícios, DPVAT e Restituições de Depósitos Judiciais não Sacados: as alterações nas estimativas em relação à Avaliação de Fevereiro foram irrelevantes (menores que R$ 21 mil).
Outras (+ R$ 278,7 milhões): as principais variações ocorreram nas seguintes receitas:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

- 19900511 – "Barreiras Técnicas ao Comércio Exterior" (+ 210,4 milhões): arrecadação acima do esperado no primeiro bimestre de 2018, pois em janeiro e fevereiro de 2017 o registro de arrecadação estava consideravelmente abaixo da média anual;
- 19300511 – "Receitas Reconhecidas por Força de Decisões Judiciais e de Tribunais Administrativos" do BACEN (+ R$ 57,0 milhões): trata-se de reclassificação das receitas da Redi-BC que antes estavam estimadas como "Doações";
- 19219911 – "Outras Indenizações – Principal" (+ R$ 30,5 milhões): arrecadação acima do esperado em janeiro. Essa receita é de difícil estimativa pois possui arrecadação irregular;
- 19909914 – "Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa - Multas e Juros" (+ R$ 22,9 milhões): arrecadação acima do esperado no primeiro bimestre de 2018;
- 19230211 – "Ressarcimento de Custos" (- R$ 16,4 milhões): arrecadação abaixo do esperado no mês de janeiro;
- 13100111 – "Aluguéis e Arrendamentos" do Fundo Contingente RFFSA (- R$ 11,3 milhões): arrecadação abaixo do esperado no mês de fevereiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO VI - Histórico das Avaliações

R$ milhões

Discriminação	PLOA-2018	LOA 2018	Avaliação de Fevereiro	Avaliação 1º Bimestre
I. RECEITA TOTAL	**1.456.469**	**1.462.052**	**1.460.655**	**1.462.931**
I.1. Receita Administrada pela RFB, exceto RGPS	**886.689**	**890.255**	**880.924**	**894.037**
I.1.1. Imposto de Importação	38.228	38.411	38.776	39.054
I.1.2. IPI	52.107	52.322	54.674	56.270
I.1.3. Imposto sobre a Renda	351.342	352.436	340.247	346.265
I.1.4. IOF	37.951	38.134	37.869	36.636
I.1.5. COFINS	241.889	243.079	244.221	249.371
I.1.6. PIS/PASEP	64.843	65.159	65.831	66.467
I.1.7. CSLL	71.905	72.243	72.080	74.377
I.1.8. CIDE - Combustíveis	6.346	6.378	5.999	5.829
I.1.9. Outras Administradas pela RFB	22.078	22.092	21.227	19.769
I.2. Incentivos Fiscais	**0**	**0**	**0**	**0**
I.3. Arrecadação Líquida para o RGPS	**403.426**	**405.338**	**403.284**	**395.736**
I.3.1. Projeção Normal	391.879	393.791	390.952	382.037
I.3.2. Ressarc. de desonerações previdenciárias	11.547	11.547	12.332	13.699
I.4. Outras Receitas	**166.354**	**166.459**	**176.447**	**173.158**
I.4.1. Concessões e Permissões	18.894	18.894	20.244	20.376
I.4.2. Complemento do FGTS	5.460	5.460	5.550	5.571
I.4.3. Cont. Plano de Seg. do Servidor	15.933	15.933	14.150	13.854
I.4.4. Contribuição do Salário-Educação	21.586	21.692	21.357	21.211
I.4.5. Cota-Parte de Compensações Financeiras	44.908	44.908	51.466	49.418
I.4.6. Dividendos e Participações	6.782	6.782	8.862	7.164
I.4.7. Operações com Ativos	2.530	2.530	4.950	5.295
I.4.8. Receita Própria (fontes 50 & 81)	14.389	14.389	13.576	13.525
I.4.9. Demais Receitas	35.872	35.872	36.293	36.745
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	**243.524**	**244.220**	**243.863**	**246.079**
II.1. Cide combustíveis	1.813	1.822	1.713	1.663
II.2. Compensações Financeiras	27.867	27.867	32.344	30.996
II.3. Contribuição do Salário Educação	12.952	13.015	12.814	12.727
II.4. FPE/FPM/IPI-EE	190.505	191.129	186.838	190.501
II.5. Fundos Constitucionais	8.771	8.771	8.521	8.534
II.6. Demais	1.617	1.617	1.632	1.658
III. RECEITA LIQUIDA (I - II)	**1.212.945**	**1.217.832**	**1.216.793**	**1.216.852**
IV. DESPESAS	**1.371.945**	**1.373.365**	**1.371.598**	**1.374.296**
IV.1. Benefícios da Previdência	**596.268**	**596.268**	**592.372**	**592.372**
IV.2. Pessoal e Encargos Sociais	**296.924**	**296.922**	**302.556**	**302.554**
IV.3. Outras Desp. Obrigatórias	**228.569**	**213.113**	**210.045**	**213.071**
IV.3.1. Abono e Seguro Desemprego	62.587	62.587	56.896	56.896
IV.3.2. Anistiados	275	275	275	275
IV.3.3. Auxílio à CDE	0	0	0	0
IV.3.4. Benefícios de Leg. Especial e Indenizações	724	724	724	724
IV.3.5. Benefícios LOAS/RMV	55.959	55.959	55.904	55.904
IV.3.6. Complemento do FGTS	5.460	5.460	5.550	5.571
IV.3.7. Créditos Extraordinários	0	0	1.192	1.388
IV.3.8. Comp. ao RGPS pelas desonerações da folha	11.547	11.547	12.332	13.699
IV.3.9. Convênios/Doações (Poder Executivo)	0	0	0	0
IV.3.10. Fabricação de Cédulas e Moedas	881	881	881	881
IV.3.11. Fundef / Fundeb - Complementação	14.054	14.054	13.731	13.801
IV.3.12. Fundo Constitucional do DF	1.655	1.655	1.655	1.655
IV.3.13. Fundos FDA, FDNE e FDCO	0	0	0	0
IV.3.14. Legislativo/Judiciário/MPU/DPU	14.636	14.888	14.888	14.888
IV.3.15. Lei Kandir (LCs nº 87/96 e 102/00)	1.900	1.920	1.920	1.920
IV.3.16. Reserva de Contingência	13.945	0	0	0
IV.3.17. Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	14.586	14.586	15.086	15.086
IV.3.18. Subsídios, Subvenções e Proagro	23.846	20.346	22.251	22.231
IV.3.19. Transf. ANA-Receitas Uso Recursos Hídricos	297	297	290	293
IV.3.20. Transferência Multas ANEEL	933	933	950	921
IV.3.21 Impacto Primário do FIES	5.283	5.283	3.802	5.221
IV.3.22 Financiamento de Campanha Eleitoral	0	1.716	1.716	1.716
IV.4. Despesas Obrigatórias com Controle de Fluxo	**137.629**	**137.578**	**137.709**	**137.384**
IV.5. Despesas Discricionárias	**112.554**	**129.485**	**128.915**	**128.915**
V. PRIMARIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)	**-159.000**	**-155.533**	**-154.805**	**-157.443**
VI.1. Resultado do Tesouro	33.842	35.398	34.284	39.193
VI.2. Resultado da Previdência Social	-192.842	-190.931	-189.089	-196.637
VI. AJUSTE METODOLÓGICO	**0**	**0**	**0**	**0**
VII. DISCREPANCIA ESTATISTICA	0	0	0	0
VIII. PRIMARIO ABAIXO DA LINHA (V+VI+VII)	**-159.000**	**-155.533**	**-154.805**	**-157.443**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO VII - Mínimos Constitucionais de Saúde e de Educação

Mínimo Constitucional de Saúde (EC 86/2015)
Avaliação 1º Bimestre

Discriminação	R$ milhões
A. Mínimo ASPS de 2017 (1)	109.088,1
B. Percentual de Aplicação (IPCA 12 meses)(2)	3,00%
C. Valor do Mínimo para 2018 (C) = (A)*(1+B)	112.360,8
D. Reposição RAP Cancelado	638,8
E. Total Despesas (ASPS)(3)	117.331,1
F. Excesso (+) ou Frustração (-) em relação ao mínimo (F) = (C)+(D)-(E)	4.970,4

Fonte/Elaboração: SOF/MP

(1) 15% da RCL realizada em 2017, que foi de R$ 727.254,3 milhões, conforme Portaria STN nº 69, 29/01/2018
(2) De acordo com o art. 110 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
(3) Este valor ainda não considera os cancelamentos: (1) R$ 268,0 milhões indicado no presente relatório, página 20, e (2) R$ 1.130,0 milhões indicado no Relatório de Fevereiro.

Mínimo Constitucional de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino
Avaliação 1º Bimestre

R$ milhões

Discriminação	Dotação Atual 2018
A. DESPESA MDE (DO MÍNIMO CONSTITUC.) (B+C)	63.494,9
B. DESPESAS NÃO SUJEITAS A LIMITES	53.516,2
Pessoal e Encargos	46.028,3
Benefícios ao Servidor	2.787,5
Complementação da União ao FUNDEB	4.216,3
Outras Despesas Obrigatórias MEC	484,1
C. DESPESAS SUJEITAS A LIMITES	9.978,7
D. MÍNIMO CONSTITUCIONAL MDE 2017 (1)	48.981,0
E. PERCENTUAL DE APLICAÇÃO (IPCA 12 meses)(2)	3%
F. VALOR MÍNIMO PARA 2018	50.450,4
E. EXCESSO (+) OU FRUSTRAÇÃO (-) EM RELAÇÃO AO MÍNIMO (F-A)	13.044,5

(1) 18% dos impostos arrecadados em 2017 líquidos de transferência, conforme Portaria STN nº 69, 29/01/2018
(2) De acordo com o art. 110 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO VIII - Disposições Legais

O art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, LRF dispõe que, se verificado ao final de um bimestre que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes, o Ministério Público da União - MPU e a Defensoria Pública da União - DPU promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.

A Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018, LDO-2018, por sua vez, estabelece, em seu art. 56, que, caso seja necessário efetuar limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o art. 9º da LRF, o Poder Executivo apurará o montante necessário e informará a cada órgão orçamentário dos Poderes Legislativo e Judiciário, do MPU e da DPU até o vigésimo segundo dia após o encerramento do bimestre.

Adicionalmente, o § 4º do citado art. 56 determina ao Poder Executivo divulgar na internet e encaminhar ao Congresso Nacional relatório que será apreciado pela Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição, contendo:

I - a memória de cálculo das novas estimativas de receitas e despesas primárias e a demonstração da necessidade da limitação de empenho e movimentação financeira nos percentuais e montantes estabelecidos por órgão;

II - a revisão dos parâmetros e das projeções das variáveis de que tratam o inciso XXI do Anexo II e o Anexo de Metas Fiscais;

III - a justificativa das alterações de despesas obrigatórias, explicitando as providências que serão adotadas quanto à alteração da dotação orçamentária, bem como os efeitos dos créditos extraordinários abertos;

IV - os cálculos relativos à frustração das receitas primárias, que terão por base demonstrativos atualizados de que trata o inciso XI do Anexo II, e demonstrativos equivalentes, no caso das demais receitas, justificando os desvios em relação à sazonalidade originalmente prevista;

V - a estimativa atualizada do resultado primário das empresas estatais, acompanhada da memória dos cálculos referentes às empresas que responderem pela variação;

VI - a justificativa dos desvios ocorridos em relação às projeções realizadas nos relatórios anteriores;

VII - detalhamento das dotações relativas às despesas obrigatórias com controle de fluxo financeiro, com a identificação dos respectivos órgãos, programas, ações e valores envolvidos; e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Cumpre ainda ressaltar que, apesar de o art. 9º da LRF exigir avaliação da receita orçamentária, torna-se também necessário proceder, para fins de uma completa avaliação para cumprimento das metas, à análise do comportamento das despesas primárias de execução obrigatória, uma vez que suas reestimativas em relação às dotações constantes da LOA podem afetar a obtenção do referido resultado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO IX – Demonstrativo Reserva para ampliação de limites de empenho

Reserva para ampliação de limites de empenho - Decreto nº 9.276/2018

Valor inicial (a)	**16.240.082.748**
Utilização (b)	**2.731.730.651**
- Portaria MP nº 26	312.700.651
- Portaria MP nº 49	2.000.000.000
- Portaria MP nº 50	419.030.000
Saldo (c) = (a) - (b)	**13.508.352.097**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO X – Demonstrativo Transferências Constitucionais

R$ milhões

Discriminação	LOA (a)	Avaliação (b)	Espaço para Crédito (a) - (b)
I. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	**244.220,3**	**246.079,0**	**1.858,7**
II.1. Cide combustíveis	**1.822,4**	**1.663,2**	**(159,2)**
0999 - Recursos para a Repartição da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis	1.849,5	1.690,3	(159,2)
Float	(27,1)	(27,1)	-
II.2. Compensações Financeiras	**27.866,6**	**30.996,0**	**3.129,4**
0A53 - Transferências das Participações pela Produção de Petróleo e Gás Natural (Lei nº 9.478, de 1997)	22.736,9	25.779,1	3.042,2
PO Pagamento Sentença de Correção Monetária	-	1,8	1,8
0223 - Transferência de Cotas-Partes da Compensação Financeira - Tratado de ITAIPU (Lei nº 8.001, de 1990 - Art.1º)	663,1	663,1	-
0546 - Transferências de Cotas-Partes da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos para fins de	1.505,3	1.512,1	6,7
0547 - Transferências de Cotas-Partes da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Lei nº 8.001,	2.961,4	3.040,1	78,7
II.3. Contribuição do Salário Educação	**13.015,0**	**12.726,5**	**(288,5)**
0369 - Transferência da Cota-Parte do Salário-Educação (Lei nº 9.424, de 1996 - Art. 15)	13.015,0	12.726,5	(288,5)
II.4. FPE/FPM/IPI-EE	**191.128,7**	**190.500,8**	**(628,0)**
0044 - Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE (CF, art.159)	69.625,7	69.236,0	(389,7)
0045 - Fundo de Participação dos Municípios - FPM (CF, art.159)	80.954,7	80.507,0	(447,7)
0046 - Transferência da Cota-Parte dos Estados e DF Exportadores na Arrecadação do IPI (CF, Art. 159)	4.186,8	4.501,6	314,8
0C33 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação -	36.653,8	36.548,5	(105,3)
FLOAT	(292,30)	(292,30)	-
II.5. Subsídio aos Fundos Constitucionais	**8.771,0**	**8.534,2**	**(236,8)**
0029 - Financiamento aos Setores Produtivos da Região Centro-Oeste	2.428,5	2.415,2	(13,3)
0030 - Financiamento aos Setores Produtivos do Semiárido da Região Nordeste	3.642,8	3.622,8	(20,0)
0031 - Financiamento aos Setores Produtivos da Região Nordeste	3.642,8	3.622,8	(20,0)
0534 - Financiamento aos Setores Produtivos da Região Norte (FNO)	2.428,5	2.415,2	(13,3)
Superávit Fundos	-3.371,7	-3.541,8	(170,1)
II.5. Demais	**1.616,5**	**1.658,2**	**41,7**
006M - Transferência do Imposto Territorial Rural	1.051,4	1.079,3	27,9
0C33 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação -	262,8	269,8	7,0
00H6 - Transferência do Imposto sobre Operações Financeiras Incidentes sobre o Ouro (Lei nº 7.766, de 1989)	33,6	29,4	(4,2)
0169 - Transferência de Concursos de Prognósticos (Lei nº 9.615, de 1998)	165,9	175,3	9,4
0C03 - Transferência de Recursos Decorrentes de Concessões Florestais (Lei nº 11.284, de 2006 - Art. 39)	2,7	2,4	(0,4)
00PX - Transferência de Recursos Arrecadados por Taxa de Ocupação, Foro e Laudêmio	100,2	102,0	1,9

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO XI – Demonstrativo Despesas Obrigatórias com Controle de Fluxo (Art. 56, §4º, VII)

Ação	Avaliação Fevereiro (a)	Avaliação 1º Bimestre (b)	(b) - (a)
20000 - Presidência da República	**625,2**	**625,2**	**0,0**
2012 - Fortalecimento e Dinamização da Agricultura Familiar	**468,0**	**468,0**	**0,0**
0359 - Contribuição ao Fundo Garantia-Safra (Lei nº 10.420, de 2002)	468,0	468,0	0,0
2101 - Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República	**157,2**	**157,2**	**0,0**
2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	46,5	46,5	0,0
212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	110,7	110,7	0,0
22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	**367,1**	**367,1**	**0,0**
2105 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	**367,1**	**367,1**	**0,0**
2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	121,4	121,4	0,0
212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	245,7	245,7	0,0
24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	**161,3**	**161,3**	**0,0**
2106 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	**161,3**	**161,3**	**0,0**
2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	60,2	60,2	0,0
212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	101,0	101,0	0,0
25000 - Ministério da Fazenda	**487,9**	**488,0**	**0,1**
2110 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda	**487,9**	**488,0**	**0,1**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ação	Avaliação Fevereiro (a)	Avaliação 1º Bimestre (b)	(b) - (a)
2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	213,0	213,0	0,0
212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	274,9	274,9	0,1
26000 - Ministério da Educação	**9.252,0**	**9.252,0**	**0,0**
2080 - Educação de qualidade para todos	**6.439,5**	**6.439,5**	**0,0**
00PI - Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica (PNAE)	4.147,0	4.147,0	0,0
0515 - Dinheiro Direto na Escola para a Educação Básica	1.492,5	1.492,5	0,0
0969 - Apoio ao Transporte Escolar na Educação Básica	800,0	800,0	0,0
2109 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	**2.812,6**	**2.812,6**	**0,0**
2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	677,2	677,2	0,0
212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	2.135,3	2.135,3	0,0
28000 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	**32,6**	**32,6**	**0,0**
2121 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	**32,6**	**32,6**	**0,0**
2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	9,3	9,3	0,0
212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	23,4	23,4	0,0
30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública	**324,4**	**324,4**	**0,0**
2112 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça e Segurança Pública	**324,4**	**324,4**	**0,0**
2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	104,3	104,3	0,0
212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	220,1	220,1	0,0
32000 - Ministério de Minas e Energia	**87,2**	**87,2**	**0,0**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ação	Avaliação Fevereiro (a)	Avaliação 1º Bimestre (b)	(b) - (a)
2119 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia	**87,2**	**87,2**	**0,0**
2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	28,1	28,1	0,0
212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	59,0	59,0	0,0
35000 - Ministério das Relações Exteriores	**446,2**	**446,2**	**0,0**
2118 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Relações Exteriores	**446,2**	**446,2**	**0,0**
2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	124,9	124,9	0,0
212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	321,4	321,4	0,0
36000 - Ministério da Saúde	**83.205,7**	**82.937,7**	**-268,0**
2015 - Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	**82.189,6**	**81.921,6**	**-268,0**
20AB - Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para Execução de Ações de Vigilância Sanitária	265,0	265,0	0,0
20AE - Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde	1.500,0	1.500,0	0,0
20AI - Auxílio-Reabilitação Psicossocial aos Egressos de Longas Internações Psiquiátricas no Sistema Único de Saúde (De Volta Pra Casa)	28,0	28,0	0,0
20AL - Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde	2.480,0	2.412,0	-68,0
20YE - Aquisição e Distribuição de Imunobiológicos e Insumos para Prevenção e Controle de Doenças	4.827,0	4.827,0	0,0
219A - Piso de Atenção Básica em Saúde	17.296,9	17.096,9	-200,0
2E79 - Expansão e Consolidação da Atenção Básica (Política Nacional de Atenção Básica-PNAB)	98,6	98,6	0,0
4368 - Promoção da Assistência Farmacêutica por meio da aquisição de medicamentos do Componente Estratégico	335,0	335,0	0,0

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ação	Avaliação Fevereiro (a)	Avaliação 1º Bimestre (b)	(b) - (a)
4370 - Atendimento à População com Medicamentos para Tratamento dos Portadores de HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis	1.169,0	1.169,0	0,0
4705 - Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica	7.320,0	7.320,0	0,0
8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade	46.870,0	46.870,0	0,0
2115 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde	**1.016,1**	**1.016,1**	**0,0**
2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	382,8	382,8	0,0
212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	633,3	633,3	0,0
37000 - Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União	**19,6**	**19,6**	**0,0**
2133 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União	**19,6**	**19,6**	**0,0**
2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	6,4	6,4	0,0
212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	13,3	13,3	0,0
39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	**133,7**	**133,7**	**0,0**
2126 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	**133,7**	**133,7**	**0,0**
0095 - Ressarcimento às Empresas Brasileiras de Navegação	5,0	5,0	0,0
2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	55,4	55,4	0,0
212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	73,3	73,3	0,0
40000 - Ministério do Trabalho	**90,0**	**90,0**	**0,0**
2131 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Trabalho	**90,0**	**90,0**	**0,0**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ação	Avaliação Fevereiro (a)	Avaliação 1º Bimestre (b)	(b) - (a)
2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	34,8	34,8	0,0
212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	55,2	55,2	0,0
42000 - Ministério da Cultura	**34,3**	**34,3**	**0,0**
2107 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Cultura	**34,3**	**34,3**	**0,0**
2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	8,8	8,8	0,0
212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	25,5	25,5	0,0
44000 - Ministério do Meio Ambiente	**64,7**	**64,7**	**0,0**
2124 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente	**64,7**	**64,7**	**0,0**
2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	21,9	21,9	0,0
212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	42,8	42,8	0,0
47000 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	**156,2**	**156,2**	**0,0**
2125 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	**156,2**	**156,2**	**0,0**
2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	42,9	42,9	0,0
212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	113,3	113,3	0,0
51000 - Ministério do Esporte	**67,7**	**67,7**	**0,0**
0903 - Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica	**64,0**	**64,0**	**0,0**
00HO - Transferências à Confederação Brasileira de Clubes - CBC e à Federação Nacional dos Clubes Esportivos - FENACLUBES	64,0	64,0	0,0

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ação	Avaliação Fevereiro (a)	Avaliação 1º Bimestre (b)	(b) - (a)
2123 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Esporte	**3,6**	**3,6**	**0,0**
2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	1,4	1,4	0,0
212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	2,3	2,3	0,0
52000 - Ministério da Defesa	**8.738,5**	**8.738,5**	**0,0**
2058 - Defesa Nacional	**2.445,0**	**2.445,0**	**0,0**
20XV - Operação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro - SISCEAB	1.436,6	1.436,6	0,0
212O - Movimentação de Militares	1.003,4	1.003,4	0,0
2913 - Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos	5,0	5,0	0,0
2108 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa	**6.293,6**	**6.293,6**	**0,0**
2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	2.853,8	2.853,8	0,0
212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	3.147,4	3.147,4	0,0
2865 - Manutenção e Suprimento de Fardamento	292,4	292,4	0,0
53000 - Ministério da Integração Nacional	**60,0**	**60,0**	**0,0**
2111 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional	**60,0**	**60,0**	**0,0**
2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	19,0	19,0	0,0
212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	41,1	41,1	0,0
54000 - Ministério do Turismo	**4,2**	**4,2**	**0,0**
2128 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Turismo	**4,2**	**4,2**	**0,0**
2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	1,1	1,1	0,0
212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	3,1	3,1	0,0

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ação	Avaliação Fevereiro (a)	Avaliação 1º Bimestre (b)	(b) - (a)
55000 - Ministério do Desenvolvimento Social	**29.142,9**	**29.143,4**	**0,5**
2019 - Inclusão social por meio do Bolsa Família, do Cadastro Único e da articulação de políticas sociais	**28.665,7**	**28.665,7**	**0,0**
8442 - Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 2004)	28.200,0	28.200,0	0,0
8446 - Serviço de Apoio à Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família	465,7	465,7	0,0
2122 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social	**477,2**	**477,7**	**0,5**
2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	208,5	208,7	0,1
212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	268,6	269,0	0,4
56000 - Ministério das Cidades	**83,5**	**83,5**	**0,0**
2116 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades	**83,5**	**83,5**	**0,0**
2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	24,8	24,8	0,0
212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	58,6	58,6	0,0
60000 - Gabinete da Vice-Presidência da República	**0,2**	**0,2**	**0,0**
2101 - Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República	**0,2**	**0,2**	**0,0**
2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	0,0	0,0	0,0
212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	0,1	0,1	0,0
63000 - Advocacia-Geral da União	**71,0**	**71,0**	**0,0**
2130 - Programa de Gestão e Manutenção da Advocacia-Geral da União	**71,0**	**71,0**	**0,0**
2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	18,1	18,1	0,0

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ação	Avaliação Fevereiro (a)	Avaliação 1º Bimestre (b)	(b) - (a)
212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	53,0	53,0	0,0
71000 - Encargos Financeiros da União	**2.645,7**	**2.645,1**	**-0,6**
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	**2.366,5**	**2.366,5**	**0,0**
00QK - Ressarcimento de Recursos Pagos pelas Concessionárias e Permissionárias de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica	1.081,3	1.081,3	0,0
00QL - Pagamento de Indenização às Concessionárias de Energia Elétrica pelos Investimentos Vinculados a Bens Reversíveis ainda não Amortizados ou não Depreciados	1.285,2	1.285,2	0,0
2125 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	**279,2**	**278,7**	**-0,6**
212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	279,2	278,7	-0,6
73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	**143,8**	**143,8**	**0,0**
2125 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	**143,8**	**143,8**	**0,0**
2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	54,6	54,6	0,0
212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	89,1	89,1	0,0
81000 - Ministério dos Direitos Humanos	**2,1**	**2,1**	**0,0**
2134 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Direitos Humanos	**2,1**	**2,1**	**0,0**
2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	0,3	0,3	0,0
212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	1,8	1,8	0,0
30907 Fundo Penitenciário	**1.261,6**	**1.200,5**	**-61,1**
Total Geral	**137.709,4**	**137.380,3**	**-329,1**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Aviso nº 132 - C. Civil.

Em 22 de março de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Relatório.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, referente ao Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias, destinado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DA MATÉRIA, NOS TERMOS DO ART. 120 DA RESOLUÇÃO Nº 1 DE 2006-CN

Data início	Data fim	Tipo de tramitação
22/03/2018		Data de recebimento da matéria
	27/03/2018	Prazo para a publicação e distribuição dos avulsos da matéria
	11/04/2018	Prazo para a apresentação de relatório e eventual projeto de decreto legislativo
	18/04/2018	Prazo para apresentação de emendas a eventual projeto de decreto legislativo
	25/04/2018	Prazo para a apresentação, publicação, distribuição e votação do relatório e encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Veto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

VETO Nº 10, DE 2018

Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2018 (oriundo da Medida Provisória nº 802/2017), que "Dispõe sobre o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO); e revoga dispositivos das Leis nºs 11.110, de 25 de abril de 2005, e 10.735, de 11 de setembro de 2003".

Mensagem nº 142 de 2018, na origem
DOU de 21/03/2018

Protocolização na Presidência do SF: 21/03/2018
Prazo no Congresso: 19/04/2018

DOCUMENTOS:

- Mensagem
- Autógrafo da matéria vetada

PUBLICAÇÃO: DCN de 29/03/2018

Página da matéria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

DISPOSITIVOS VETADOS

• § 8º do art. 3º

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Mensagem nº 142

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2018 (MP nº 802/17), que "Dispõe sobre o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO); e revoga dispositivos das Leis nºs 11.110, de 25 de abril de 2005, e 10.735, de 11 de setembro de 2003".

Ouvidos, os Ministérios do Trabalho, da Fazenda e do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão manifestaram-se pelo veto ao seguinte dispositivo:

§ 8º do art. 3º

"§ 8º As taxas de juros efetivadas nas operações de microcrédito com recursos oriundos do FAT serão limitadas à taxa de juros de 2% (dois por cento) ao mês, vedada a cobrança de qualquer outra despesa, à exceção da Taxa de Abertura de Crédito de 3% (três por cento) sobre o valor do crédito, a ser cobrada uma única vez."

Razões do veto

"A definição, em instrumento legal, da taxa de juros ou outra modalidade de taxa aplicável a operações de crédito, dificulta eventuais ajustes decorrentes de alterações na política monetária, podendo acarretar prejuízo à oferta de crédito e prejudicar o alcance dos objetivos da política de microcrédito, indo contra os objetivos do projeto sob sanção."

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar o dispositivo acima mencionado do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 20 de março de 2018.
Michel Temer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROJETO A QUE SE REFERE O VETO:

Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2018*
(oriundo da Medida Provisória nº 802/2017)

Dispõe sobre o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO); e revoga dispositivos das Leis nºs 11.110, de 25 de abril de 2005, e 10.735, de 11 de setembro de 2003.

O **Congresso Nacional** decreta:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Ministério do Trabalho, o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), com objetivo de apoiar e financiar atividades produtivas de empreendedores, principalmente por meio da disponibilização de recursos para o microcrédito produtivo orientado.

§ 1º São beneficiárias do PNMPO pessoas naturais e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas urbanas e rurais, apresentadas de forma individual ou coletiva.

§ 2º A renda ou a receita bruta anual para enquadramento dos beneficiários do PNMPO, definidos no § 1º deste artigo, fica limitada ao valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

§ 3º Para os efeitos do disposto nesta Lei, considera-se microcrédito produtivo orientado o crédito concedido para financiamento das atividades produtivas, cuja metodologia será estabelecida em regulamento, observada a preferência do relacionamento direto com os empreendedores, admitido o uso de tecnologias digitais e eletrônicas que possam substituir o contato presencial.

§ 4º O primeiro contato com os empreendedores, para fins de orientação e obtenção de crédito, dar-se-á de forma presencial.

Art. 2º São recursos destinados ao PNMPO aqueles provenientes:

I – do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), nos termos estabelecidos no art. 9º da Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990;

II – da parcela dos recursos de depósitos à vista destinados ao microcrédito, de que trata o art. 1º da Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003;

III – do orçamento geral da União;

IV – dos fundos constitucionais de financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a alínea "c" do inciso I do **caput** do art. 159 da Constituição Federal, aplicáveis no âmbito de suas regiões; e

V – de outras fontes alocadas para o PNMPO.

Art. 3º São entidades autorizadas a operar ou participar do PNMPO, respeitadas as operações a elas permitidas, nos termos da legislação e da regulamentação em vigor:

I – Caixa Econômica Federal;

II – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social;

III – bancos comerciais;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

IV – bancos múltiplos com carteira comercial;

V – bancos de desenvolvimento;

VI – cooperativas centrais de crédito;

VII – cooperativas singulares de crédito;

VIII – agências de fomento;

IX – sociedades de crédito ao microempreendedor e à empresa de pequeno porte;

X – organizações da sociedade civil de interesse público;

XI – agentes de crédito constituídos como pessoas jurídicas, nos termos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE);

XII – **fintechs**, assim entendidas as sociedades que prestam serviços financeiros, inclusive operações de crédito, por meio de plataformas eletrônicas.

§ 1º As instituições elencadas nos incisos I a XII do **caput** deste artigo deverão estimular e promover a participação dos seus respectivos correspondentes no PNMPO.

§ 2º As instituições financeiras públicas federais que se enquadrem nas disposições do **caput** deste artigo poderão atuar no PNMPO por intermédio de sociedade da qual participem direta ou indiretamente, ou por meio de convênio ou contrato com quaisquer das instituições referidas nos incisos V a XII do **caput** deste artigo, desde que tais entidades tenham por objeto prestar serviços necessários à contratação e ao acompanhamento de operações de microcrédito produtivo orientado e desde que esses serviços não representem atividades privativas de instituições financeiras.

§ 3º Para o atendimento ao disposto no § 1º deste artigo, as instituições financeiras públicas federais, diretamente ou por intermédio de suas subsidiárias, poderão constituir sociedade ou adquirir participação em sociedade sediada no País, vedada a aquisição das instituições mencionadas no inciso IX do **caput** deste artigo.

§ 4º As organizações da sociedade civil de interesse público e os agentes de crédito constituídos como pessoas jurídicas, de que tratam, respectivamente, os incisos X e XI do **caput** deste artigo, devem habilitar-se no Ministério do Trabalho para realizar operações no âmbito do PNMPO, nos termos estabelecidos no inciso II do **caput** do art. 6º desta Lei.

§ 5º As entidades previstas nos incisos V a XII do **caput** deste artigo poderão prestar os seguintes serviços, sob responsabilidade das demais entidades previstas no **caput** deste artigo:

I – a recepção e o encaminhamento de propostas de abertura de contas de depósitos à vista e de conta de poupança;

II – a recepção e o encaminhamento de propostas de emissão de instrumento de pagamento para movimentação de moeda eletrônica aportada em conta de pagamento do tipo pré-paga;

III – a elaboração e a análise de propostas de crédito e o preenchimento de ficha cadastral e de instrumentos de crédito, com a conferência da exatidão das informações prestadas pelo proponente, à vista de documentação competente;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

IV – a cobrança não judicial;

V – a realização de visitas de acompanhamento, de orientação e de qualificação, e a elaboração de laudos e relatórios; e

VI – a digitalização e a guarda de documentos, na qualidade de fiel depositário.

§ 6º Todas as instituições listadas no **caput** deste artigo poderão, ainda, prestar os seguintes serviços com vistas à ampliação do alcance do PNMPO:

I – a promoção e divulgação do PNMPO em áreas habitadas e frequentadas por população de baixa renda;

II – a busca ativa de público-alvo para adesão ao PNMPO.

§ 7º Os recursos do FAT, no âmbito do PNMPO, serão operados pelas instituições financeiras oficiais federais, mediante os depósitos especiais de que trata o art. 9º da Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990, bem como pelas entidades previstas nos incisos V a XII do **caput** deste artigo, nesse segundo caso com prestação de garantia por meio de títulos do Tesouro Nacional ou outra a ser definida pelo órgão gestor do FAT, nas condições estabelecidas pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat).

§ 8º As taxas de juros efetivadas nas operações de microcrédito com recursos oriundos do FAT serão limitadas à taxa de juros de 2% (dois por cento) ao mês, vedada a cobrança de qualquer outra despesa, à exceção da Taxa de Abertura de Crédito de 3% (três por cento) sobre o valor do crédito, a ser cobrada uma única vez.

Art. 4º O Conselho Monetário Nacional (CMN), o Codefat e os conselhos deliberativos dos fundos constitucionais de financiamento disciplinarão, no âmbito de suas competências, as condições:

I – de repasse de recursos e de aquisição de operações de crédito das instituições financeiras operadoras; e

II – de financiamento aos tomadores finais dos recursos, podendo estabelecer estratificações que priorizem e estimulem os segmentos de mais baixa renda entre os beneficiários do PNMPO.

Parágrafo único. No caso dos recursos de que trata o inciso I do **caput** do art. 2º desta Lei, o Codefat poderá estabelecer condições diferenciadas de depósitos especiais de que trata o art. 9º da Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990.

Art. 5º As operações de crédito no âmbito do PNMPO poderão contar com garantias, para as quais será admitido o uso, em conjunto ou isoladamente, de aval, inclusive o solidário, de contrato de fiança, de alienação fiduciária ou de outras modalidades e formas alternativas de garantias.

§ 1º O cumprimento de operações de crédito no âmbito do PNMPO poderá ser assegurado por sistemas de garantias de crédito públicos ou privados inclusive do Fundo de Aval para a Geração de Emprego e Renda (Funproger), instituído pela Lei nº 9.872, de 23 de novembro de 1999, e do Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas (Fampe), do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

§ 2º Fica vedado às instituições financeiras, cumpridos os requisitos necessários à concessão do empréstimo, utilizar a condição de pessoa com idade igual ou superior a sessenta anos como critério para indeferir empréstimo ao tomador final.

Art. 6º Ao Ministério do Trabalho compete:

I – celebrar convênios, parcerias, acordos, ajustes e outros instrumentos de cooperação técnico-científica, que objetivem o aprimoramento da atuação das entidades de que trata o art. 3º desta Lei;

II – estabelecer os requisitos para a habilitação das entidades de que tratam os incisos X e XI do **caput** do art. 3º desta Lei, entre os quais deverão constar o cadastro e, quando se tratar de organizações da sociedade civil de interesse público, o termo de compromisso;

III – desenvolver e implementar instrumentos de avaliação do PNMPO e de monitoramento das entidades de que trata o art. 3º desta Lei; e

IV – publicar em seu sítio eletrônico oficial, no primeiro quadrimestre de cada ano, relatório de efetividade que trate exclusivamente da performance do PNMPO no exercício anterior.

Art. 7º Ficam criadas as seguintes instâncias no âmbito do PNMPO:

I – Conselho Consultivo do PNMPO, órgão de natureza consultiva e propositiva, composto por representantes de órgãos e de entidades da União, com a finalidade de propor políticas e ações de fortalecimento e expansão do Programa; e

II – Fórum Nacional de Microcrédito, com a participação de órgãos federais competentes e entidades representativas do setor, com o objetivo de promover o contínuo debate entre as entidades vinculadas ao segmento.

§ 1º O Fórum Nacional de Microcrédito será composto por um representante, titular e suplente, dos seguintes órgãos e entidades, entre outros previstos por decreto:

I – Ministério do Trabalho, que o presidirá;

II – Ministério da Fazenda;

III – Ministério do Desenvolvimento Social;

IV – Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços;

V – Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;

VI – Ministério da Integração Nacional;

VII – Secretaria de Governo da Presidência da República;

VIII – Banco Central do Brasil;

IX – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social;

X – Caixa Econômica Federal;

XI – Banco do Brasil S.A.;

XII – Banco do Nordeste do Brasil S.A.;

XIII – Banco da Amazônia S.A.;

XIV – Casa Civil da Presidência da República;

XV – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

§ 2º Poderão ser convidadas a participar do Fórum Nacional de Microcrédito as seguintes entidades:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

I – Fórum Nacional de Secretarias Estaduais do Trabalho (Fonset);

II – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae);

III – Associação Brasileira de Entidades Operadoras de Microcrédito e Microfinanças (ABCRED);

IV – Organização das Cooperativas do Brasil (OCB);

V – Associação Brasileira das Sociedades de Microcrédito (ABSCM);

VI – Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE);

VII – Federação Brasileira de Bancos (Febraban);

VIII – União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias (Unicopas);

IX – Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES).

§ 3º O Fórum Nacional de Microcrédito poderá convidar outros representantes para participar de suas reuniões.

§ 4º As proposições do Conselho Consultivo do PNMPO não vinculam a atuação do CMN, do Codefat e dos conselhos dos fundos constitucionais de financiamento.

§ 5º A participação nas instâncias do PNMPO será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 8º Ficam revogados:

I – os arts. 1º, 2º, 3º, 4º, 4º-A, 4º-B, 4º-C, 5º e 6º da Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005; e

II – os seguintes dispositivos da Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003:

a) alíneas "a" e "c" do inciso I do **caput** do art. 1º; e

b) incisos II e IV do **caput** do art. 2º.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

* Dispositivo vetado em destaque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.043068/2018-92

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 9, DE 2018

O **Presidente da Mesa do Congresso Nacional**, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 811**, de 21 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União do dia 22, do mesmo mês e ano, que "Altera a Lei nº 12.304, de 2 de agosto de 2010, que autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal Petróleo S.A. - PPSA e dispõe sobre a política de comercialização de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 23 de março de 2018.

Senador Eunício Oliveira
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.043068/2018-92

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 10, DE 2018

O **Presidente da Mesa do Congresso Nacional**, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 812**, de 26 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União do dia 27, do mesmo mês e ano, que "Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea "c", da Constituição Federal, e institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, e a Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 23 de março de 2018.

Senador Eunício Oliveira
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.043068/2018-92

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 11, DE 2018

O **Presidente da Mesa do Congresso Nacional**, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 813**, de 26 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União do dia 27, do mesmo mês e ano, que "Altera a Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, para dispor sobre a possibilidade de movimentação da conta do Programa de Integração Social - PIS e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 23 de março de 2018.

Senador Eunício Oliveira
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 12, DE 2018

O **Presidente da Mesa do Congresso Nacional**, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 814**, de 28 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União do dia 29, do mesmo mês e ano, que "Altera a Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, que dispõe sobre os serviços de energia elétrica nos Sistemas Isolados, e a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, que dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica emergencial, recomposição tarifária extraordinária, cria o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - Proinfa e a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e dispõe sobre a universalização do serviço público de energia elétrica", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 23 de março de 2018.

Senador Eunício Oliveira
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.043068/2018-92

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 13, DE 2018

O **Presidente da Mesa do Congresso Nacional**, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 815**, de 29 de dezembro de 2017, publicada em Edição Extra do Diário Oficial da União do mesmo dia, mês e ano, que "Dispõe sobre a prestação de apoio financeiro pela União aos entes federativos que recebem o Fundo de Participação dos Municípios - FPM, no exercício de 2018", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 23 de março de 2018.

Senador Eunício Oliveira
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.043068/2018-92

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 14, DE 2018

O **Presidente da Mesa do Congresso Nacional**, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 816**, de 29 de dezembro de 2017, publicada em Edição Extra do Diário Oficial da União do mesmo dia, mês e ano, que "Cria cargos em comissão para compor os Conselhos de Supervisão dos Regimes de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 23 de março de 2018.

Senador Eunício Oliveira
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 15, DE 2018

O **Presidente da Mesa do Congresso Nacional**, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 817**, de 4 de janeiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União do dia 5, do mesmo mês e ano, que "Disciplina o disposto nas Emendas Constitucionais nº 60, de 11 de novembro de 2009, nº 79, de 27 de maio de 2014, e nº 98, de 6 de dezembro de 2017, dispõe sobre as tabelas de salários, vencimentos, soldos e demais vantagens aplicáveis aos servidores civis, aos militares e aos empregados dos ex-Territórios Federais, integrantes do quadro em extinção de que trata o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e o art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, e dá outras providências", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 23 de março de 2018.

Senador Eunício Oliveira
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.043068/2018-92

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 16, DE 2018

O **Presidente da Mesa do Congresso Nacional**, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 818**, de 11 de janeiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União do dia 12, do mesmo mês e ano, que "Altera a Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015, que institui o Estatuto da Metrópole, e a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 23 de março de 2018.

Senador Eunício Oliveira
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.043068/2018-92

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 17, DE 2018

O **Presidente da Mesa do Congresso Nacional**, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 819**, de 25 de janeiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União do dia 26, do mesmo mês e ano, que "Autoriza a União a doar recursos ao Estado da Palestina para a restauração da Basílica da Natividade", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 23 de março de 2018.

Senador Eunício Oliveira
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

RETIFICAÇÕES

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.043068/2018-92

Diário do Congresso Nacional nº 4, de 22 de fevereiro de 2018

No sumário, à página 10, por omissão, inclua-se:

4 – DECRETO LEGISLATIVO
Nº 10/2018

Após a página 1583, por omissão, inclua-se:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Eunício Oliveira, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 10, DE 2018

Aprova o Decreto nº 9.288, de 16 de fevereiro de 2018, que "Decreta intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública".

O **Congresso Nacional** decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Decreto nº 9.288, de 16 de fevereiro de 2018, que "Decreta intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública".

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de fevereiro de 2018.

Senador Eunício Oliveira
Presidente do Senado Federal

acf/pds18-004

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.043068/2018-92

Diário do Congresso Nacional nº 6, de 8 de março de 2018

No sumário, à página 8, por omissão, incluam-se:

4 – LEI PROMULGADA

Nº 13.631/2018, que *dispõe sobre a contratação, o aditamento, a repactuação e a renegociação de operações de crédito, a concessão de garantia pela União e a contratação com a União realizadas com fundamento nas Leis Complementares nºs 156, de 28 de dezembro de 2016, e 159, de 19 de maio de 2017, e sobre a realização de termos aditivos a contratos de refinanciamento celebrados com a União com fundamento na Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014.*

5 – DECRETOS LEGISLATIVOS

Nºs 11 a 13/2018

Após a página 933, por omissão, incluam-se:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

LEI Nº 13.631, DE 1º DE MARÇO DE 2018.

Dispõe sobre a contratação, o aditamento, a repactuação e a renegociação de operações de crédito, a concessão de garantia pela União e a contratação com a União realizadas com fundamento nas Leis Complementares nºs 156, de 28 de dezembro de 2016, e 159, de 19 de maio de 2017, e sobre a realização de termos aditivos a contratos de refinanciamento celebrados com a União com fundamento na Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014.

Faço saber que o Presidente da Câmara dos Deputados, no exercício do cargo de Presidente da República, adotou a Medida Provisória nº 801, de 2017, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Eunício Oliveira, Presidente da Mesa do Congresso Nacional, para os efeitos do disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinado com o art. 12 da Resolução nº 1, de 2002-CN, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Para fins de contratação, de aditamento, de repactuação e de renegociação de operações de crédito, de concessão de garantia pela União e de contratação com a União realizadas com fundamento nas Leis Complementares nºs 156, de 28 de dezembro de 2016, e 159, de 19 de maio de 2017, ficam dispensados os seguintes requisitos:

I - regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

II - cumprimento do disposto na Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998;

III - regularidade perante o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin), de que trata a Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002;

IV - atendimento ao disposto no art. 28 da Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

V - regularidade fiscal relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, ressalvado o disposto no § 3º do art. 195 da Constituição Federal; e

VI - adimplemento das obrigações contratuais de natureza acessória de que tratam os contratos firmados com fundamento nas Leis nºs 8.727, de 5 de novembro de 1993, e 9.496, de 11 de setembro de 1997, e na Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001.

Art. 2º Aplica-se a dispensa dos requisitos referidos no art. 1º desta Lei na efetivação de todos os atos necessários à celebração de termos aditivos a contratos de refinanciamento firmados com a União com fundamento na Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014.

Art. 3º Fica o Ministério da Fazenda autorizado a dispensar a fixação das metas ou dos compromissos de que trata o art. 2º da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, e o § 1º do art. 5º da Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014, para os Estados que tenham feito pedido de ingresso no Regime de Recuperação Fiscal, nos termos da Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017.

Parágrafo único. O disposto no **caput** deste artigo também será aplicado durante a vigência do Regime de Recuperação Fiscal.

Art. 4º O § 7º do art. 3º da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º .....

.....

§ 7º A aplicação do disposto no § 6º deste artigo poderá ser revista pelo Ministro de Estado da Fazenda, mediante justificativa fundamentada.

....." (NR)

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, em 1º de março de 2018.

197º da Independência e 130º da República

Senador Eunício Oliveira
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

tksa/mpv17-801

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.043068/2018-92

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Eunício Oliveira, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 11, DE 2018 (*)

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Djibuti, assinado em Djibuti, em 14 de fevereiro de 2012.

O **Congresso Nacional** decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Djibuti, assinado em Djibuti, em 14 de fevereiro de 2012.

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 1º de março de 2018.

Senador Eunício Oliveira
Presidente do Senado Federal

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no Diário do Senado Federal de 12/12/2017.

wgl/pds17-240

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Eunício Oliveira, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 12, DE 2018 (*)

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da União das Comores, assinado em Moroni, em 21 de novembro de 2011.

O **Congresso Nacional** decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da União das Comores, assinado em Moroni, em 21 de novembro de 2011.

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 1º de março de 2018.

Senador Eunício Oliveira
Presidente do Senado Federal

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no Diário do Senado Federal de 12/12/2017.
wgl/pds17-241

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Eunício Oliveira, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 13, DE 2018 (*)

Aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Secretaria-Geral Ibero-Americana, celebrado em Cádiz, em 16 de novembro de 2012.

O **Congresso Nacional** decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Secretaria-Geral Ibero-Americana, celebrado em Cádiz, em 16 de novembro de 2012.

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos, ajustes, acordos executivos ou programas subsidiários que possam resultar em complementação ou revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 1º de março de 2018.

Senador Eunício Oliveira
Presidente do Senado Federal

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no Diário do Senado Federal de 12/12/2017.
wgl/pds17-242

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.043068/2018-92

COMPOSIÇAO

COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO

Designação: 21/02/2017
Instalação: 22/03/2017

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Garibaldi Alves Filho - RN	1. José Maranhão - PB
Fernando Bezerra Coelho - PE (12)	2. João Alberto Souza - MA
Renan Calheiros - AL	3. Raimundo Lira - PB
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro - PSDB/PA	1. Tasso Jereissati - PSDB/CE
José Agripino - DEM/RN	2. Maria do Carmo Alves - DEM/SE
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
Jorge Viana - PT/AC (2)	1. Humberto Costa - PT/PE (2)
Regina Sousa - PT/PI (2)	2. Paulo Rocha - PT/PA (2)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Otto Alencar - PSD/BA (7)	1. VAGO (7)
Sérgio Petecão - PSD/AC (7)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, REDE, PODE)	
Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM (14)	1. Randolfe Rodrigues - REDE/AP (14)
Alvaro Dias - PODE/PR (14)	2. Romário - PODE/RJ (14)
Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	
Fernando Collor - PTC/AL (13)	1. Magno Malta - PR/ES (13)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Daniel Vilela - GO (6)	1. Josi Nunes - TO (6)
Sergio Souza - PR (6)	2. Valdir Colatto - SC (6)
AVANTE, PP	
Simão Sessim - PP/RJ (15)	1. Roberto Balestra - PP/GO (15)
PSDB	
Otavio Leite - RJ (9)	1. Jutahy Junior - BA
PROS, PRP, PSL, PTB	
Eros Biondini - PROS/MG (8)	1. Arnaldo Faria de Sá - PTB/SP
PR	
José Rocha - BA	1. Paulo Feijó - RJ
PT	
Nilto Tatto - SP (3)	1. Leonardo Monteiro - MG (3,10)
PSD	
Thiago Peixoto - GO (11)	1. Victor Mendes - MA (11)
PSB	
Luiz Lauro Filho - SP (5)	1. Janete Capiberibe - AP (5)
DEM	
Jorge Tadeu Mudalen - SP	1. Carlos Melles - MG
PRB (1)	
Carlos Gomes - RS (4)	1. Roberto Sales - RJ (4)
SD	
Augusto Carvalho - DF (15)	1. Carlos Manato - ES (15)

Notas:

1. * Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional (DSF de 03/09/2015, p. 58)
2. Designados, como membros titulares, os Senadores Jorge Viana e Regina Sousa, e, como membros suplentes, os Senadores Humberto Costa e Paulo Rocha, em 21-2-2017, conforme indicação da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Ofício nº 17, de 2017). (DCN de 23/02/2017, p. 19; DCN de 23/02/2017, p. 19)
3. Designado, como membro titular, o Deputado Nilto Tatto, em substituição ao Deputado Arlindo Chinaglia, e, como membro suplente, o Deputado Leo de Brito, em substituição ao Deputado Luiz Sérgio, em 8-3-2017, conforme Ofício nº 107, de 2017, da Liderança do PT. (DCN de 16/03/2017, p. 186)
4. Designado, como membro titular, o Deputado Carlos Gomes, em substituição ao Deputado Beto Mansur, e, como membro suplente, o Deputado Roberto Sales, em substituição ao Deputado Lincoln Portela, em 9-3-2017, conforme Ofício nº 48, de 2017, da Liderança do PRB. (DCN de 16/03/2017, p. 190)
5. Designado, como membro titular, o Deputado Luiz Lauro Filho, em substituição ao Deputado Gonzaga Patriota, e, como membro suplente, a Deputada Janete Capiberibe, em substituição ao Deputado Átila Lira, em 14-3-2017, conforme Ofício nº 31, de 2017, da Liderança do PSB. (DCN de 16/03/2017, p. 189)
6. Designados, como membros titulares, os Deputados Daniel Vilela e Sergio Souza em substituição, respectivamente, aos Deputados Valdir Colatto e Mauro Lopes, e, como membros suplentes, os Deputados Josi Nunes e Valdir Colatto, em substituição, respectivamente, aos Deputados Darcísio Perondi e Edinho Bez, em 14-3-2017, conforme Ofício nº 132, de 2017, da Liderança do PMDB. (DCN de 16/03/2017, p. 187)
7. Designados, como membros titulares, os Senadores Otto Alencar e Sérgio Petecão em substituição, respectivamente, aos Senadores Lasier Martins e Benedito de Lira, e retirada a indicação da Senadora Ana Amélia como suplente, em 14-3-2017, conforme Ofício nº 34, de 2017, da Liderança do Bloco Parlamentar Democracia Progressista. (DCN de 16/03/2017, p. 185)
8. Designado, como membro titular, o Deputado Eros Biondini, em substituição ao Deputado Paes Landim, em 15-3-2017, conforme Ofício nº 20, de 2017, da Liderança do Bloco PTB/SD/PROS/PLS/PRP. (DCN de 16/03/2017, p. 188)
9. Designado, como membro titular, o Deputado Otavio Leite, em substituição ao Deputado Bonifácio de Andrada, em 16-3-2017, conforme Ofício nº 169, de 2017, da Liderança do PSDB. (DCN de 23/03/2017, p. 13)
10. Designado, como membro suplente, o Deputado Leonardo Monteiro, em substituição ao Deputado Leo de Brito, em 27-3-2017, conforme Ofício nº 161, de 2017, da Liderança do PT. (DCN de 30/03/2017, p. 106)
11. Designado, como membro titular, o Deputado Thiago Peixoto, em substituição ao Deputado Reinhold Stephanes, e, como membro suplente, o Deputado Victor Mendes, em substituição ao Deputado Átila Lins, em 29-3-2017, conforme Ofício nº 134, de 2017, da Liderança do PSD. (DCN de 30/03/2017, p. 105)

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
http://www.senado.leg.br/ordiacn

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.043068/2018-92

12. Designado, como membro titular, o Senador Fernando Bezerra Coelho, em substituição ao Senador Romero Jucá, em 3-10-2017, conforme Ofício nº 196, de 2017, da Liderança do PMDB. (DCN de 05/10/2017, p. 177)
13. Designados, como membro titular, o Senador Fernando Collor, e, como suplente, o Senador Magno Malta, conforme Ofício nº 14, de 2018, da Liderança do Bloco Moderador (atendendo ao disposto nos arts. 3º e 4º da Resolução nº 4 de 2008-CN).
14. Designados, como membros titulares, a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Álvaro Dias; e, como suplentes, os Senadores Randolfe Rodrigues e Romário, conforme Memorando nº 23, de 2018, da Liderança do Bloco Democracia e Cidadania (atendendo ao disposto nos arts. 3º e 4º da Resolução nº 4 de 2008-CN).
15. Vagas alteradas, com base no disposto nos arts. 3º e 4º da Resolução nº 4 de 2008-CN.

Secretário: Tiago Torres de Lima Brum
Telefone(s): (61) 3303-3534
E-mail: cocm@senado.gov.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

(Resolução nº 2, de 2013-CN - Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

Finalidade: A fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTC-AL)
VICE-PRESIDENTE: VAGO

Instalação: 03/04/2017

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
	Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Fernando Collor (PTC/AL)
	Líder do Bloco Parlamentar da Maioria Senador Raimundo Lira (PMDB/PB)
	Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Humberto Costa (PT/PE)
	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria Senador Roberto Requião (PMDB/PR) (2)
	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria Senador Jorge Viana (PT/AC) (1)
	Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG) (3)

Notas:

1. Designado como membro, em razão da indicação da Liderança da Minoria no Senado Federal, o Senador Jorge Viana, conforme Ofício nº 002/2017. (DCN de 06/04/2017, p. 191)
2. Designado como membro, em razão da indicação da Liderança da Maioria no Senado Federal, o Senador Roberto Requião, conforme Ofício nº 089/2017. (DCN de 06/04/2017, p. 192)
3. Designado como membro, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, o Senador Antônio Anastasia, em 06-04-2017, conforme Ofício nº 10/2017/CRE.
4. Designado como membro, em razão da indicação da Liderança da Maioria na Câmara dos Deputados, o Deputado Benito Gama, em 11-4-2017, conforme Ofício nº 105/2017. (DCN de 13/04/2017, p. 15)
5. Designado como membro, em razão da indicação da Liderança da Minoria na Câmara dos Deputados, o Deputado Luiz Sérgio, em 16-5-2017, conforme Ofício nº 28, de 2017. (DCN de 16/05/2017, p. 7)
6. Designado como membro, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, o Deputado Heráclito Fortes, em 01-08-2017, conforme Ofício nº 73/2017/CREDN. (DCN de 03/08/2017, p. 99)

Secretário: Marcos Machado Melo
Telefone(s): 3303-4256
E-mail: cocm@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.043068/2018-92

Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

Finalidade: Diagnosticar as lacunas existentes nas ações e serviços da Seguridade Social e na prestação de segurança pública e jurídica às mulheres vítimas de violência; e apresentar propostas para a consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados

PRESIDENTE: Deputada Elcione Barbalho (PMDB-PA)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)
RELATOR: Deputada Luizianne Lins (PT-CE)

Designação: 21/02/2017
Instalação: 10/05/2017

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Rose de Freitas - ES (11,12,14)	1. Valdir Raupp - RO (11,14)
Marta Suplicy - SP (11,14)	2. VAGO (11)
Airton Sandoval - SP (11,14)	3. VAGO (12)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Antonio Anastasia - PSDB/MG (15)	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
VAGO (7)	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
Regina Sousa - PT/PI (5,18)	1. Fátima Bezerra - PT/RN (5,18)
Ângela Portela - PDT/RR (5,18)	2. Gleisi Hoffmann - PT/PR (5,18)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, REDE, PODE)	
Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM (20)	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	
Vicentinho Alves - PR/TO (3,30)	1. Pedro Chaves - PRB/MS (30)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Elcione Barbalho - PA (4,17)	1. Dulce Miranda - TO (17)
Simone Morgado - PA (17)	2. Newton Cardoso Jr - MG (9,10,17)
PT	
Luizianne Lins - CE (22)	
PSDB	
Shéridan - RR (8,27)	1. Yeda Crusius - RS (26)
AVANTE, PP	
Iracema Portella - PP/PI (23)	1. Conceição Sampaio - PP/AM (23)
PR	
Carmen Zanotto - PPS/SC (31)	1. VAGO
PSD	
Raquel Muniz - MG (29)	1. Victor Mendes - MA (29)
PSB	
Luana Costa - MA (21)	1. Keiko Ota - SP (21)
PROS, PRP, PSL, PTB, SD	
Dâmina Pereira - PODE/MG (13,19)	1. VAGO
DEM	
Norma Ayub - ES (24)	1. VAGO (24,25)
PRB	
Rosangela Gomes - RJ (6,28)	1. VAGO
PDT	
Flávia Morais - GO (2,16)	1. VAGO

Notas:

*. Em virtude da promulgação da Resolução nº 2, de 2017, foi alterada a composição da Comissão Permanente de Combate à Violência contra a Mulher, razão pela qual houve novas indicações das lideranças, a partir de 22-11-2017.

1. Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional (DSF de 03/09/2015, p. 60)

2. Designada, como membro titular, a Deputada Flávia Morais, em 21-2-2017, conforme indicação da Liderança do PDT (Ofício nº 11, de 2017). (DCN de 23/02/2017, p. 16; DCN de 23/02/2017, p. 16)

3. Retirado, como membro titular, o Senador Armando Monteiro, conforme ofício n. 38/2017 da Liderança do Bloco Moderador. (DCN de 13/04/2017, p. 17)

4. Designada, como membro titular, a Deputada Elcione Barbalho, em substituição ao Deputado Baleia Rossi, em 6-3-2017, conforme Ofício nº 95, de 2017, da Liderança do PMDB. (DCN de 09/03/2017, p. 150)

5. Designadas, como membros titulares, as Senadoras Angela Portela e Regina Sousa em substituição, respectivamente, aos Senadores Gleisi Hoffmann e Acir Gurgacz e, como membros suplentes, as Senadoras Fátima Bezerra e Gleisi Hoffmann, em substituição, respectivamente, aos Senadores Lindbergh Farias e Fátima Bezerra, em 7-3-2017, conforme Ofício nº 25, de 2017, da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.

6. Designada, como membro titular, a Deputada Rosangela Gomes, em substituição ao Deputado Cleber Verde, em 14-3-2017, conforme Ofício nº 53, de 2017, da Liderança do PRB. (DCN de 16/03/2017, p. 182)

7. Designada, como membro titular, a Senadora Ana Amélia, em substituição ao Senador Benedito de Lira, e, como membro suplente, o Senador Omar Aziz, em vaga existente, em 14-3-2017, conforme Ofício nº 35, de 2017, da Liderança do Bloco Parlamentar Democracia Progressista. (DCN de 16/03/2017, p. 180)

8. Designada, como membro titular, a Deputada Shéridan, em substituição ao Deputado Ricardo Tripoli, em 16-3-2017, conforme Ofício nº 165, de 2017, da Liderança do PSDB. (DCN de 23/03/2017, p. 11)

9. Designada, como membro suplente, a Deputada Laura Carneiro, em substituição ao Deputado Daniel Vilela, em 30-3-2017, conforme Ofício nº 202, de 2017, da Liderança do PMDB. (DCN de 06/04/2017, p. 194)

10. Determinada a retirada da Deputada Laura Carneiro PMDB, na qualidade de suplente, em 13-6-2017, conforme Ofício nº 450, de 2017, da Liderança do PMDB. (DCN de 03/08/2017, p. 364)

11. Designados, como membros titulares, as Senadoras Simone Tebet, Marta Suplicy e Kátia Abreu, e como membros suplentes, os Senadores Airton Sandoval e Valdir Raupp, em 05-04-2017, conforme indicação da Liderança do PMDB (Ofício nº 92, de 2017). (DCN de 06/04/2017, p. 193)

12. Designada, como membro titular, a Senadora Rose de Freitas, em substituição à Senadora Simone Tebet, que passa a condição de membro suplente, em vaga existente, em 10-5-2017, conforme Ofício nº 119, de 2017, da Liderança do PMDB. (DCN de 11/05/2017, p. 8; DCN de 11/05/2017, p. 8)

13. Solicitada a retirada da indicação do Deputado Eros Biondini, como membro titular, em 23-8-2017, conforme Ofício nº 264, de 2017, da Liderança do Bloco PTB PROS PSL PRP. (DCN de 24/08/2017, p. 35)

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
http://www.senado.leg.br/ordiacn

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

14. Designados, como membros titulares, as Senadoras Rose de Freitas e Marta Suplicy e o Senador Airton Sandoval; e, como membro suplente, o Senador Valdir Raupp, em 28-11-2017, conforme Ofício nº 214, de 2017, da Liderança do PMDB. (DCN de 30/11/2017, p. 54)
15. Designado, como membro titular, o Senador Antonio Anastasia, em 28-11-2017, conforme Ofício nº 247, de 2017, da Liderança do PSDB. (DCN de 30/11/2017, p. 56)
16. Designada, como membro titular, a Deputada Flávia Morais, em 28-11-2017, conforme Ofício nº 158, de 2017, da Liderança do PDT. (DCN de 30/11/2017, p. 53)
17. Designadas, como membros titulares, as Deputadas Elcione Barbalho e Simone Morgado; e, como membros suplentes, a Deputada Dulce Miranda e o Deputado Newton Cardoso Jr, em 29-11-2017, conforme Ofício nº 803, de 2017, da Liderança do PMDB. (DCN de 30/11/2017, p. 58)
18. Designadas, como membros titulares, as Senadoras Regina Sousa e Ângela Portela; e, como suplentes, as Senadoras Fátima Bezerra e Gleisi Hoffmann, em 29-11-2017, conforme Ofício nº 119, de 2017, da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática. (DCN de 30/11/2017, p. 52)
19. Designada, como membro titular, a Deputada Dâmina Pereira, em 29-11-2017, conforme Ofício nº 344, de 2017, da Liderança do Bloco PTB/PROS/PSL/PRP. (DCN de 30/11/2017, p. 57)
20. Designada, como membro titular, a Senadora Vanessa Grazziotin, em 29-11-2017, conforme Ofício nº 94, de 2017, da Liderança do Bloco Democracia e Cidadania. (DCN de 30/11/2017, p. 51)
21. Designadas as Deputadas Luana Costa e Keiko Ota, respectivamente, como membro titular e suplente, em 29-11-2017, conforme Ofício nº 243, de 2017, da Liderança do PSB. (DCN de 30/11/2017, p. 55)
22. Designadas as Deputadas Luizianne Lins e Ana Perugini, respectivamente, como membro titular e suplente, em 30-11-2017, conforme Ofício nº 611, de 2017, da Liderança do PT.
23. Designada, como membro titular, a Deputada Iracema Portella; e, como membro suplente, a Deputada Conceição Sampaio, em 5-12-2017, conforme Ofício nº 291, de 2017, da Liderança do Bloco PP/AVANTE.
24. Designada, como membro titular, a Deputada Norma Ayub; e, como membro suplente, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, em 5-12-2017, conforme Ofício nº 390, de 2017, da Liderança do DEM.
25. Solicitada a retirada da Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, como membro suplente, em 1-03-2018, conforme Ofício nº 44 de 2018, da Liderança do Democratas.
26. Designada, como membro suplente, a Deputada Yeda Crusius, em vaga existente, em 6-12-2017, conforme Ofício nº 850, de 2017, da Liderança do PSDB.
27. Designada, como membro titular, a Deputada Shéridan, em 6-12-2017, conforme Ofício nº 848, de 2017, da Liderança do PSDB.
28. Designada, como membro titular, a Deputada Rosangela Gomes, em 6-12-2017, conforme Ofício nº 191, de 2017, da Liderança do PRB.
29. Designada, como membro titular, a Deputada Raquel Muniz; e, como membro suplente, o Deputado Victor Mendes, em 6-12-2017, conforme Ofício nº 575, de 2017, da Liderança do PSD.
30. Designado, como membro titular, o Senador Vicentinho Alves; e, como suplente, o Senador Pedro Chaves, em 12-12-2017, conforme Ofício nº 117, de 2017, da Liderança do Bloco Moderador.
31. Designado, como membro titular, o Deputada Carmem Zanotto, em 1-3-2018, conforme Ofício nº 27, de 2018, da Liderança do Partido da República-PR.

Secretário: Gigliola Ansiliero
Telefone(s): 61 3303-3504
E-mail: cocm@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.043068/2018-92

CMCVM - Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

Subcomissão Permanente de Combate ao Estupro - SCPCE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.043068/2018-92

Comissão Mista de Consolidação da Legislação Federal

Finalidade: Destinada a apresentar projetos de lei visando à consolidação da legislação federal, à regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal, bem como à modernização e ao fortalecimento econômico e social do País.

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados

Designação: 07/03/2017

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Simone Tebet - MS (9)	1. Elmano Férrer - PI (9)
Kátia Abreu - PDT/TO (9)	2. Marta Suplicy - SP (9)
Rose de Freitas - ES	3. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. Ricardo Ferraço - PSDB/ES
Ronaldo Caiado - DEM/GO	2. José Agripino - DEM/RN
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
José Pimentel - PT/CE (3)	1. Jorge Viana - PT/AC (3)
Paulo Rocha - PT/PA (3)	2. Gleisi Hoffmann - PT/PR (3)
Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	
Armando Monteiro - PTB/PE	1. Pedro Chaves - PRB/MS
Vicentinho Alves - PR/TO	2. Eduardo Lopes - PRB/RJ
Roberto Rocha - PSDB/MA (2)	1. Antonio Carlos Valadares - PSB/SE (7)
Cristovam Buarque - PPS/DF (2)	2. João Capiberibe - PSB/AP (8)
Ana Amélia - PP/RS (5)	1. Otto Alencar - PSD/BA (5)
José Medeiros - PODE/MT (5)	2. Roberto Muniz - PP/BA (5)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PHS, PP, PTdoB, PTN	
Maia Filho - PP/PI (12)	1. VAGO
Alexandre Baldy	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
PMDB	
Hildo Rocha - MA (4)	1. André Amaral - PROS/PB (4)
Moses Rodrigues - CE (4)	2. Simone Morgado - PA
PT	
Carlos Zarattini - SP	1. Ságuas Moraes - MT
PSDB	
Bonifácio de Andrada - MG (10)	1. Pedro Cunha Lima - PB
PROS, PRP, PSL, PTB	
Arnaldo Faria de Sá - PTB/SP (6)	1. Paes Landim - PTB/PI (6)
PR	
Jorginho Mello - SC	1. Laerte Bessa - DF
PSD	
Domingos Neto - CE (13)	1. Rogério Rosso - DF (13)
PSB	
Tereza Cristina - DEM/MS	1. Bebeto - BA
DEM	
Efraim Filho - PB	1. Marcelo Aguiar - SP
PRB (1)	
Celso Russomanno - SP (11)	1. Silas Câmara - AM

Notas:

1. Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional (DSF de 09/09/2015, p. 340)
2. Designados, como membros titulares, o Senador Roberto Rocha e o Senador Cristovam Buarque, em 07-03-2017, conforme indicação da Liderança do Bloco Socialismo e Democracia (Ofício nº 29, de 2017).
3. Designados, como membros titulares, os Senadores Jose Pimentel e Paulo Rocha, e, como membros suplentes, os Senadores Jorge Viana e Gleisi Hoffmann, em 07-03-2017, conforme indicação da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Ofício nº 26, de 2017).
4. Designados, como membros titulares, os Deputados Hildo Rocha e Moses Rodrigues em substituição, respectivamente, aos Deputados Baleia Rossi e Newton Cardoso Jr, e, como membro suplente, o Deputado André Amaral, em substituição ao Deputado Walter Alves, em 14-3-2017, conforme Ofício nº 133, de 2017, da Liderança do PMDB. (DCN de 16/03/2017, p. 175)
5. Designados, como membros titulares, os Senadores Ana Amélia e José Medeiros em substituição, respectivamente, aos Senadores Benedito de Lira e Lasier Martins, e, como membros suplentes, o Senador Otto Alencar, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, e o Senador Roberto Muniz, em vaga existente, em 14-3-2017, conforme Ofício nº 36, de 2017, da Liderança do Bloco Parlamentar Democracia Progressista.
6. Designado, como membro titular, o Deputado Arnaldo Faria de Sá, em substituição ao Deputado Eros Biondini, e, como membro suplente, o Deputado Paes Landim, em substituição ao Deputado Jovair Arantes, em 15-3-2017, conforme Ofício nº 21, de 2017, da Liderança do Bloco PTB/SD/PROS/PLS/PRP. (DCN de 16/03/2017, p. 176)
7. Designado, como membro suplente, o Senador Antonio Carlos Valadares, em vaga existente, em 15-3-2017, conforme Ofício nº 32, de 2017, da Liderança do Bloco Socialismo e Democracia. (DCN de 16/03/2017, p. 177)
8. Designado, como membro suplente, o Senador João Capiberibe, em vaga existente, em 15-3-2017, conforme Ofício nº 34, de 2017, da Liderança do Bloco Socialismo e Democracia. (DCN de 16/03/2017, p. 178)
9. Designados, como membros titulares, as Senadoras Simone Tebet e Kátia Abreu, em substituição, respectivamente, aos Senadores Renan Calheiros e Waldemir Moka, e, como membros suplentes, os Senadores Elmano Férrer e Marta Suplicy, em vagas existentes, em 16-3-2017, conforme Ofício nº 60, de 2017, da Liderança do PMDB. (DCN de 23/03/2017, p. 10)
10. Designado, como membro titular, o Deputado Bonifácio de Andrada, em substituição ao Deputado Ricardo Tripoli, em 16-3-2017, conforme Ofício nº 164, de 2017, da Liderança do PSDB. (DCN de 23/03/2017, p. 8)
11. Designado, como membro titular, o Deputado Celso Russomanno, em substituição ao Deputado Cleber Verde, em 21-3-2017, conforme Ofício nº 58, de 2017, da Liderança do PRB. (DCN de 23/03/2017, p. 9)
12. Designado, como membro titular, o Deputado Maia Filho, em substituição ao Deputado Arthur Lira, em 10-4-2017, conforme Ofício nº 90, de 2017, da Liderança do Bloco PP/PHS/PTN/PTdoB. (DCN de 13/04/2017, p. 16)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.043068/2018-92

13. Designado, como membro titular, o Deputado Domingos Neto, em substituição ao Deputado Marcos Montes, e, como membro suplente, o Deputado Rogério Rosso, em substituição ao Deputado Paulo Magalhães, em 19-4-2017, conforme Ofício nº 200, de 2017, da Liderança do PSD. (DCN de 20/04/2017, p. 168)

Secretário: Rodrigo Ribeiro Bedritichuk
Telefone(s): 3303-4256

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

Comissão Mista Especial sobre a Lei Kandir

Finalidade: Destinada a oferecer propostas sobre a alteração da Lei Kandir no que se refere à compensação da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios, por conta da perda de receita decorrente de desoneração do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Número de membros: 12 Senadores e 12 Deputados

PRESIDENTE: Deputado José Priante (PMDB-PA)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)
RELATOR: Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Designação: 02/08/2017
Instalação: 09/08/2017
Prorrogação: 17/05/2018
Prazo final: 07/12/2017

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Romero Jucá - RR (5)	1. Rose de Freitas - ES (5)
João Alberto Souza - MA (5)	2. Raimundo Lira - PB (5)
Airton Sandoval - SP (5)	3. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro - PSDB/PA	1. Aécio Neves - PSDB/MG (13)
Antonio Anastasia - PSDB/MG (6)	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Lasier Martins - PSD/RS	1. Ana Amélia - PP/RS
Wilder Morais - PP/GO	2. José Medeiros - PODE/MT
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
Acir Gurgacz - PDT/RO	1. Humberto Costa - PT/PE
Paulo Rocha - PT/PA	2. Lindbergh Farias - PT/RJ (10)
Lúcia Vânia - PSB/GO	1. Roberto Rocha - PSDB/MA (7)
Wellington Fagundes - PR/MT	1. Cidinho Santos - PR/MT

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
José Priante - PA	1. Simone Morgado - PA
Leonardo Quintão - MG	2. Rogério Silva - PDT/RS (8)
PDT	
Pompeo de Mattos - RS	1. Deoclides Macedo - MA (9)
PSB	
Hugo Leal - RJ (14)	1. Fabio Garcia - DEM/MT (14)
PSDB	
Nilson Leitão - MT	1. Silvio Torres - SP
PT	
Reginaldo Lopes - MG (2,4)	1. Beto Faro - PA (2,4)
PRB	
Arnaldo Jordy - PPS/PA (3)	1. VAGO
PR	
Lúcio Vale - PA	1. Milton Monti - SP
DEM	
Sóstenes Cavalcante - RJ (12)	1. VAGO
PSD	
Joaquim Passarinho - PA	1. Júlio Cesar - PI
PROS, PRP, PSL, PTB	
Jorge Côrte Real - PTB/PE	1. Alfredo Kaefer - PSL/PR
PP, PTdoB, PODE	
Ezequiel Fonseca - PP/MT	1. Luis Carlos Heinze - PP/RS (11)

Notas:

1. Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum. (DSF de 18/05/2016, p. 93)
2. Designados, como membro titular, o Deputado Beto Faro, e, como membro suplente, o Deputado Reginaldo Lopes, em vagas existentes, em 8-8-2017, conforme Ofício nº 416, de 2017, da Liderança do PT. (DCN de 10/08/2017, p. 122)
3. Designado, como membro titular, o Deputado Arnaldo Jordy, em vaga cedida, em 8-8-2017, conforme Ofício nº 145, de 2017, da Liderança do PRB e do PPS. (DCN de 10/08/2017, p. 119)
4. Designado, como membro titular, o Deputado Reginaldo Lopes, em substituição ao Deputado Beto Faro, que passa à condição de suplente, em 9-8-2017, conforme Ofício nº 429, de 2017, da Liderança do PT. (DCN de 10/08/2017, p. 123)
5. Designados, como membros titulares, os Senadores Romero Jucá, João Alberto Souza e Airton Sandoval, e como membros suplentes, os Senadores Rose de Freitas e Raimundo Lira, em vagas existentes, em 9-8-2017, conforme Ofício nº 168, de 2017, da Liderança do PMDB. (DCN de 10/08/2017, p. 120)
6. Designado, como membro titular, o Senador Antonio Anastasia, em vaga existente, em 9-8-2017, conforme Ofício nº 183, de 2017, da Liderança do PSDB. (DCN de 10/08/2017, p. 121)
7. Designado, como membro suplente, o Senador Roberto Rocha, em vaga existente, em 9-8-2017, conforme Memorando nº 72, de 2017, da Liderança do Bloco Socialismo e Democracia. (DCN de 17/08/2017, p. 703)
8. Designado, como membro suplente, o Deputado Rogério Silva, em vaga existente, em 16-8-2017, conforme Ofício nº 594, de 2017, da Liderança do PMDB. (DCN de 17/08/2017, p. 119)
9. Designado, como membro suplente, o Deputado Deoclides Macedo, em vaga existente, em 23-8-2017, conforme Ofício nº 118, de 2017, da Liderança do PDT. (DCN de 24/08/2017, p. 36)
10. Designado, como membro suplente, o Senador Lindbergh Farias, em substituição à Senadora Ângela Portela, em 19-9-2017, conforme Ofício nº 103, de 2017, da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática. (DCN de 21/09/2017, p. 53)
11. Designado, como membro suplente, o Deputado Luis Carlos Heinze, em vaga existente, em 29-9-2017, conforme Ofício nº 258, de 2017, da Liderança do Bloco PP Avante. (DCN de 05/10/2017, p. 205)
12. Designado, como membro titular, o Deputado Sóstenes Cavalcante, em vaga existente, em 26-10-2017, conforme Ofício nº 348, de 2017, da Liderança do Democratas. (DCN de 02/11/2017, p. 59)
13. Designado, como membro suplente, o Senador Aécio Neves, em vaga existente, em 7-11-2017, conforme Ofício nº 227, de 2017, da Liderança do PSDB. (DCN de 09/11/2017, p. 1368)
14. Designado, como membro titular, o Deputado Hugo Leal, em substituição ao Deputado Fábio Garcia, que passa à condição de suplente, em 7-11-2017, conforme Ofício nº 230, de 2017, da Liderança do PSB. (DCN de 09/11/2017, p. 1369)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.043068/2018-92

Secretário: Reinilson Prado / Leandro Bueno
Telefone(s): 3303-3492

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.043068/2018-92

CONSELHOS E ÓRGÃOS

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Celso Russomanno (PRB-SP)
1º VICE-PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR)
2ª VICE-PRESIDENTE: Deputado Jose Stédile (PSB-RS)

Designação: 07/04/2015
Instalação: 15/04/2015

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
DEM, PEN, PHS, PMDB, PMN, PP, PRB, PRP, PRTB, PSC, PSDC, PTB, PTN, SD	
Aureo - SD/RJ (37)	1. Afonso Hamm - PP/RS
José Fogaça - PMDB/RS (41,42)	2. Carlos Andrade - PHS/RR
Celso Russomanno - PRB/SP	3. Carlos Gomes - PRB/RS
Dilceu Sperafico - PP/PR	4. Professor Victório Galli - PSL/MT (19)
Edio Lopes - PR/RR	5. Lucas Vergilio - SD/GO (14,37)
Moses Rodrigues - PMDB/CE (31)	6. Fernando Monteiro - PP/PE
Paes Landim - PTB/PI (15)	7. Marinha Raupp - PMDB/RO (40)
Marcelo Matos - PHS/RJ (38)	8. Benito Gama - PTB/BA (15,16)
Renato Molling - PP/RS	9. Ronaldo Benedet - PMDB/SC (4)
Takayama - PSC/PR	10. Wilson Filho - PTB/PB (10)
Mandetta - DEM/MS (5)	11. Rosangela Gomes - PRB/RJ (26)
PCdoB, PR, PROS, PSD, PT	
Arlindo Chinaglia - PT/SP	1. Givaldo Vieira - PCdoB/ES
Benedita da Silva - PT/RJ (25,30)	2. Pepe Vargas - PT/RS (3,13)
Jaime Martins - PSD/MG (39)	3. Hugo Leal - PSB/RJ
Eros Biondini - PROS/MG (27,33,59)	4. Jorginho Mello - PR/SC
Ságuas Moraes - PT/MT (11)	5. Zeca do Pt - PT/MS (30)
Rômulo Gouveia - PSD/PB (6)	6. Danrlei de Deus Hinterholz - PSD/RS (6,39)
Luiz Cláudio - PR/RO (45,53)	7. Vicentinho Júnior - PR/TO (32,45,53)
José Rocha - PR/BA (9,22,54)	8. Capitão Augusto - PR/SP (29)
PPS, PSB, PSDB, PV	
Eduardo Barbosa - PSDB/MG	1. Rubens Bueno - PPS/PR (18,35,48,49)
Elizeu Dionizio - PSDB/MS (28)	2. Heitor Schuch - PSB/RS (1,12)
Roberto Freire - PPS/SP (34,47,50)	3. Carlos Melles - DEM/MG (1,51,57)
Rocha - PSDB/AC	4. Bruna Furlan - PSDB/SP (17,58)
Jose Stédile - PSB/RS (1)	5. Paulo Abi-Ackel - PSDB/MG (20)
Átila Lira - PSB/PI (1,60)	6. Rodrigo Martins - PSB/PI (56)

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
http://www.senado.leg.br/ordiacn

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

TITULARES	SUPLENTES
PDT	
Damião Feliciano - PB	1. Weverton Rocha - MA
PSOL	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO (23,44)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática	
Humberto Costa - PT/PE	1. Acir Gurgacz - PDT/RO (2)
Fátima Bezerra - PT/RN	2. Gleisi Hoffmann - PT/PR (24)
Lindbergh Farias - PT/RJ (2)	3. Ana Amélia - PP/RS (46)
Maioria (PMDB)	
Dário Berger - PMDB/SC (8,36)	1. Waldemir Moka - PMDB/MS
Roberto Requião - PMDB/PR	2. Kátia Abreu - PDT/TO (43)
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. VAGO
Bloco Social Democrata	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. Dalirio Beber - PSDB/SC (52)
Davi Alcolumbre - DEM/AP (7)	2. VAGO

Notas:

1. Designados, como membros titulares, os Deputados José Stédile e Heráclito Fortes, e, como membros suplentes, os Deputados Vicentinho Júnior e Tereza Cristina, conforme Ofício nº 87, da Liderança do PSB (Sessão do Senado Federal de 08/04/2015).
2. Designado, como membro titular, o Senador Lindbergh Farias, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, e, como membro suplente, o Senador Acir Gurgacz, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
3. O Deputado Herculano Passos declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 212, de 2015, da Liderança do PSD.
4. Designado, como membro suplente, o Deputado Ronaldo Benedet, em vaga existente, em 15-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 592, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
5. Designado, como membro titular, o Deputado Mandetta, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 154, de 2015, da Liderança do Democratas.
6. Designado, como membro titular, o Deputado Rômulo Gouveia, em substituição ao Deputado Jaime Martins, e, como membro suplente, o Deputado Jaime Martins, em substituição ao Deputado Rômulo Gouveia, em 28-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 261, de 2015, da Liderança do PSD.
7. Designado, como membro titular, o Senador Davi Alcolumbre, em vaga existente, em 29-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 29, de 2015, da Liderança do DEM.
8. Vago em razão do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10 de maio de 2015.
9. Designado, como membro suplente, o Deputado Zeca do PT, em vaga existente, em 12-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 340, de 2015, da Liderança do PT.
10. Designado, como membro suplente, o Deputado Wilson Filho, em vaga existente, em 20-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 164, de 2015, da Liderança do DEM, com aquiescência da Liderança do PTB.
11. Designado, como membro titular, o Deputado Ságuas Moraes, em substituição ao Deputado Fernando Marroni, em 8-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 668, de 2015, da Liderança do PT.
12. Designado, como membro suplente, o Deputado Heitor Schuch, em substituição à Deputada Tereza Cristina, em 15-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 238, de 2015, da Liderança do PSB.
13. Designado, como membro suplente, o Deputado Pepe Vargas, em vaga existente, em 20-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 697, de 2015, da Liderança do PT.
14. Designado, como membro suplente, o Deputado Maia Filho, em substituição ao Deputado Elizeu Dionizio, em 24-11-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 343, de 2015, da Liderança do Solidariedade.
15. Designado, como membro titular, o Deputado Paes Landim, que deixa de ser suplente, em substituição ao Deputado Luis Carlos Busato, em 4-2-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 19, de 2016, da Liderança do PTB
16. Designado, como membro suplente, o Deputado Benito Gama, em vaga existente, em 17-2-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 27, de 2016, da Liderança do PTB.
17. Designado, como membro suplente, o Deputado Elizeu Dionizio, em vaga existente, em 9-3-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 135, de 2016, da Liderança do PSDB.
18. Designado, como membro suplente, o Deputado Sandro Alex, em substituição ao Deputado Moses Rodrigues, em 16-3-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34, de 2016, da Liderança do PPS.
19. Designado, como membro suplente, o Deputado Professor Victório Galli, em substituição ao Deputado Edmar Arruda, em 13-4-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 43, de 2016, da Liderança do PSC.
20. Designado, como membro suplente, o Deputado Paulo Abi-Ackel, em vaga existente, em 13-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 465, de 2016, da Liderança do PSDB.
21. Designado, como membro titular, o Senador Cidinho Santos, em substituição ao Senador Blairo Maggi, em 17-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 22, de 2016, da Liderança do Bloco PTB/PR/PSC/PRB/PTC.
22. Designado, como membro titular, o Deputado Remídio Monai, em substituição ao Deputado Maurício Quintella Lessa, em 23-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 176, de 2016, da Liderança do PR.
23. Designada, como membro suplente, a Deputada Angela Albino, em vaga existente, em 6-6-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2016, da Liderança do PSOL.

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
http://www.senado.leg.br/ordiacn

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.043068/2018-92

24. Designada, como membro suplente, a Senadora Gleisi Hoffmann, em substituição à Senadora Angela Portela, em 8-6-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 42, de 2016, da Liderança do PT.
25. Designado, como membro titular, o Deputado Zeca do PT, em substituição à Deputada Benedita da Silva, e, como membro suplente, a Deputada Benedita da Silva, em vaga existente, em 15-6-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 291, de 2016, da Liderança do PT.
26. Designada, como membro suplente, a Deputada Rosangela Gomes, em vaga existente, em 12-7-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 131, de 2016, da Liderança do PRB.
27. Designado, como membro titular, o Deputado George Hilton, em substituição ao Deputado Domingos Neto, em 19-7-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 100, de 2016, da Liderança do Bloco PT/PSD/PR/PROS/PCdoB.
28. Designado, como membro titular, o Deputado Elizeu Dionizio, em substituição a Geovânia de Sá, em 10-8-2016 conforme Ofício nº 699, de 2016, da Liderança do PSDB.
29. Designado, como membro suplente, o Deputado Capitão Augusto, em vaga existente, em 15-8-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 292, de 2016, da Liderança do PR.
30. Designada, como membro titular, a Deputada Benedita da Silva, em substituição ao Deputado Zeca do PT, e, como membro suplente, o Deputado Zeca do PT, em vaga existente, em 27-9-2016, conforme Ofício nº 424, de 2016, da Liderança do PT.
31. Designado, como membro titular, o Deputado Moses Rodrigues, em substituição ao Deputado José Fogaça, em 1-11-2016, conforme Ofício nº 924, de 2016, da Liderança do PMDB/PEN.
32. Designado, como membro suplente, o Deputado José Fogaça, em vaga existente, em 17-11-2016, conforme Ofício nº 416, de 2016, da Liderança do PR.
33. Designado, como membro titular, o Deputado Felipe Bornier, em substituição ao Deputado George Hilton, em 22-2-2017, conforme Ofício nº 24, de 2017, da Liderança do Pros.
34. Designado, como membro titular, o Deputado Rubens Bueno, em substituição ao Deputado Roberto Freire, em 22-02-2017, conforme Ofício nº 19, de 2017, da Liderança do PPS.
35. Designada, como membro suplente, a Deputada Pollyana Gama, em substituição ao Deputado Sandro Alex, em 22-2-2017, conforme Ofício nº 18, de 2017, da Liderança do PPS.
36. Designado, como membro titular, o Senador Dário Berger, em vaga existente, em 14-2-2017, conforme Ofício nº 19, de 2017, da Liderança do PMDB.
37. Designado, como membro titular, o Deputado Aureo, em substituição ao Deputado Arthur Oliveira Maia, e, como membro suplente, o Deputado Lucas Vergílio, em substituição ao Deputado Maia Filho, em 14-3-2017, conforme Ofício nº 26, de 2017, da Liderança do Solidariedade.
38. Designado, como membro titular, o Deputado Marcelo Matos, em substituição ao Deputado Marcelo Aro, em 16-3-2017, conforme Ofício nº 27, de 2017, da Liderança do PHS.
39. Designado, como membro titular, o Deputado Danrlei de Deus Hinterholz, em substituição ao Deputado Jaime Martins, e, como membro suplente, o Deputado Danrlei de Deus Hinterholz, em substituição ao Deputado Jaime Martins, em 5-4-2017, conforme Ofício nº 153, de 2017, da Liderança do PSD.
40. Designada, como membro suplente, a Deputada Marinha Raupp, em substituição ao Deputado Osmar Serraglio, em 6-4-2017, conforme Ofício nº 241, de 2017, da Liderança do PMDB.
41. Comunica a retirada da vaga, como membro titular, o Deputado Carlos Henrique Gaguim, em 11-4-2017, conforme Ofício nº 117, de 2017, da Liderança do PTN.
42. Designado, como membro titular, o Deputado José Fogaça, em vaga existente, em 17-4-2017, conforme Ofício nº 247, de 2017, da Liderança do PMDB.
43. Designada, como membro suplente, a Senadora Kátia Abreu, em vaga existente, em 25-4-2017, conforme Ofício nº 105, de 2017, da Liderança do PMDB.
44. Vago em virtude do retorno do titular, Deputado César Souza, ocorrido em 15 de março de 2017.
45. Designado, como membro titular, o Deputado Vicentinho Júnior, em substituição Luiz Claudio, e, como membro suplente, a Senador Luiz Claudio, em vaga existente, em 16-5-2017, conforme Ofício nº 201, de 2017, da Liderança do PR.
46. Designada, como membro suplente, a Senadora Ana Amélia, em substituição ao Senador Gladson Cameli, em 18-5-2017, conforme Memo nº 9, de 2017, da Liderança do PP.
47. Designado, como membro titular, o Deputado Roberto Freire, em substituição ao Deputado Rubens Bueno, em 24-5-2017, conforme Ofício nº 63, de 2017, da Liderança do PPS.
48. Designado, como membro titular, o Deputado Rubens Bueno, em substituição a Deputada Pollyana Gama, em 24-5-2017, conforme Ofício nº 64, de 2017, da Liderança do PPS.
49. Designado, como membro titular, a Senadora Rose de Freitas, em substituição ao Deputado Rubens Bueno, em 24-5-2017, conforme Ofício nº 63, de 2017, da Liderança do PPS.
50. Designado, como membro titular, o Deputado Roberto Freire, em substituição ao Deputado Rubens Bueno, em 24-5-2017, conforme Ofício nº 63, de 2017, da Liderança do PPS.
51. Designado, como membro suplente, o Deputado Rubens Bueno, em substituição à Deputada Pollyana Gama, em 24-5-2017, conforme Ofício nº 64, de 2017, da Liderança do PPS.
52. Designado, como membro suplente, o Senador Dalirio Beber, em vaga existente, em 25-5-2017, conforme Ofício nº 137, de 2017, da Liderança do PSDB.
53. Designado, como membro titular, o Deputado Luiz Cláudio, em substituição ao Deputado Vicentinho Júnior, e, como membro suplente, o Deputado Vicentinho Júnior, em substituição ao Deputado Luiz Cláudio, em 6-6-2017, conforme Ofício nº 236, de 2017, da Liderança do PR.
54. Designado como membro titular, o Deputado José Rocha, em substituição ao Deputado Remídio Monai, em 1º-8-2017, conforme Ofício nº 269, de 2017, da Liderança do PR.
55. Designado, como membro suplente, o Senador Eduardo Lopes, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em 30-8-2017, conforme Ofício nº 91, de 2017, da Liderança do Bloco Moderador.
56. Designado, como membro suplente, o Deputado Rodrigo Martins, em vaga existente, em 10-10-2017, conforme Ofício nº 195, de 2017, da Liderança do PSB.
57. Designado, como membro suplente, o Deputado Carlos Melles, em vaga existente, em 26-10-2017, conforme Ofício nº 786, de 2017, da Liderança do PSDB.
58. Designada, como membro suplente, a Deputada Bruna Furlan, em vaga existente, em 28-11-2017, conforme Ofício nº 840, de 2017, da Liderança do PSDB.
59. Designado, como membro titular, o Deputado Eros Biondini, em substituição ao Deputado Felipe Bornier, em 7.2.2018, conforme Ofício nº 5, de 2018, da Liderança do PROS.
60. Designado, como membro titular, o Deputado Átila Lira, em substituição ao Deputado Heráclito Fortes, em 20-03-2018, conforme Ofício n° 65, de 2018, da Liderança do PSB.

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
http://www.senado.leg.br/ordiacn

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.043068/2018-92

Conselho da Ordem do Congresso Nacional

Decreto Legislativo nº 70, de 1972, regulamentado pelo Ato nº 1, de 1973-CN

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

Eleição Geral: 04/02/2015
Eleição Geral: 07/02/2017

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente Deputado Rodrigo Maia (DEM/RJ)	**Presidente** Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)
1º Vice-Presidente Deputado Fábio Ramalho (PMDB/MG)	**1º Vice-Presidente** Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB)
2º Vice-Presidente Deputado André Fufuca (PP/MA)	**2º Vice-Presidente** Senador João Alberto Souza (PMDB/MA)
1º Secretário Deputado Giacobo (PR/PR)	**1º Secretário** Senador José Pimentel (PT/CE)
2º Secretário Deputada Mariana Carvalho (PSDB/RO)	**2º Secretário** Senador Gladson Cameli (PP/AC)
3º Secretário Deputado Jhc (PSB/AL)	**3º Secretário** Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE)
4º Secretário Deputado Rômulo Gouveia (PSD/PB)	**4º Secretário** Senador Zeze Perrella (PMDB/MG)
Líder da Maioria VAGO	**Líder do Bloco Parlamentar da Maioria** Senador Renan Calheiros (PMDB/AL) (6)
Líder da Minoria Deputado José Guimarães (PT/CE) (7)	**Líder do Bloco Parlamentar Minoria** Senador Humberto Costa (PT/PE) (1,2)
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Deputado Rodrigo Pacheco (DEM/MG) (8)	**Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania** Senador Edison Lobão (3)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputada Bruna Furlan (PSDB/SP) (9)	**Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional** Senador Fernando Collor (PTC/AL) (4,5)

Atualização: 08/04/2015

Notas:
1. Em 22.06.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado Líder da Minoria (Of 13/2016 - GLDPT)
2. Em 08.02.2017, o Senador Humberto Costa foi designado Líder da Minoria (Ofício 2/2017-GLDPT).
3. Em 09.02.2017, o Senador Edison Lobão foi eleito Presidente da Comissão(Of. 1/2017-CCJ).
4. Em 14.03.2017, foi eleito Presidente da Comissão o Senador Fernando Collor (Memo. nº 1/2017-CRE).
5. Em 14.03.2017, foi eleito Presidente da Comissão o Senador Fernando Collor (Memo. nº 1/2017-CRE).
6. Em 22.03.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder da Maioria (Of. GLPMDB nº 71/2017).
7. Em 13.12.2016, o Deputado José Guimarães foi designado Líder da Minoria.
8. Em 23.3.2017, foi eleito Presidente da Comissão.

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
http://www.senado.leg.br/ordiacn

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.043068/2018-92

9. Em 23.03.2017, foi eleita Presidente da Comissão.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5255/ 3303-5256
Fax: 3303-5260
saop@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.043068/2018-92

Conselho do Diploma do Mérito Educativo Darcy Ribeiro

Resolução do Senado Federal nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

COMPOSIÇÃO

Número de membros: titulares

CÂMARA DOS DEPUTADOS
PMDB VAGO
PSDB VAGO
PT VAGO

SENADO FEDERAL
PDT VAGO
PMDB VAGO
PTB VAGO
Presidente do Congresso Nacional VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
scop@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Conselho de Comunicação Social

Lei nº 8.389, de 1991,
Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.

PRESIDENTE: Murillo de Aragão [2]
VICE-PRESIDENTE: Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira [2]

Eleição Geral: 05/06/2002
Eleição Geral: 22/12/2004
Eleição Geral: 17/07/2012
Eleição Geral: 08/07/2015

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	José Carlos da Silveira Júnior	João Camilo Júnior
Representante das empresas de televisão (inciso II)	José Francisco de Araújo Lima	Juliana Noronha
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	Ricardo Bulhões Pedreira [8]	Maria Célia Furtado [3,5]
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Tereza Mondino	Paulo Ricardo Balduino
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Maria José Braga	Valéria Aguiar
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	José Antônio de Jesus da Silva	Edwilson da Silva
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Sydney Sanches	Jorge Coutinho
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Luiz Antonio Gerace da Rocha e Silva	Sonia Santana
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Miguel Matos	Patrícia Blanco
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Murillo de Aragão	Luiz Carlos Gryzinski
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Davi Emerich	Domingos Meirelles [6]
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira [4,9]	Ranieri Bertoli [7]

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.043068/2018-92

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Fabio Andrade (1,10)	Dom Darci José Nicioli

Atualização: 14/07/2017

Notas:
1. O Conselheiro Fernando César Mesquita renunciou ao cargo de membro titular do Conselho de Comunicação Social, nos termos do documento datado de 27.06.2016, lido na 10ª Reunião do Conselho, realizada em 04.07.2016.
2. Eleitos na 1ª reunião do CCS, realizada em 15.07.2015
3. O Conselheiro Lourival Santos renunciou à vaga de suplente, representante de empresas da imprensa escrita, conforme Ofício nº 051/2015-CCS, da Presidência do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, em 04/08/2015 (Sessão do Senado Federal).
4. O Conselheiro Henrique Eduardo Alves renunciou à vaga de membro titular, representante da sociedade civil, nos termos da Carta s/n - HELA, datada de 1º.12.2015, lida na 7ª Reunião do Conselho, realizada em 07.12.2015.
5. A Conselheira Maria Célia Furtado foi eleita em Sessão do Congresso Nacional de 18.11.2015 e empossada na 7ª Reunião do Conselho, realizada em 07.12.2015.
6. O Conselheiro Murillo de Aragão foi eleito em Sessão do Congresso Nacional de 18.11.2015 e empossado na 7ª Reunião do Conselho, realizada em 07.12.2015.
7. O Conselheiro Aldo Rebelo renunciou ao cargo de membro suplente do Conselho de Comunicação Social, nos termos do documento datado de 27.07.2016, lido na 12ª Reunião do Conselho, realizada em 08.08.2016.
8. O Conselheiro Marcelo Rech renunciou ao cargo de membro do Conselho de Comunicação Social, nos termos do documento datado de 21.09.2016, lido na 14ª Reunião do Conselho, realizada em 10.10.2016.
9. O Conselheiro Murillo de Aragão foi eleito para a vaga de membro titular da representação da sociedade civil na Sessão do Congresso Nacional de 15.12.2016.
10. O Conselheiro Davi Emerich foi eleito para a vaga de membro titular da representação da sociedade civil na Sessão do Congresso Nacional de 15.12.2016.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
CCSCN@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.043068/2018-92

COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)
PRESIDENTE

Deputado Fábio Ramalho (PMDB-MG)
1º VICE-PRESIDENTE

Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
2º VICE-PRESIDENTE

Deputado Giacobo (PR-PR)
1º SECRETÁRIO

Senador Gladson Cameli (PP-AC)
2º SECRETÁRIO

Deputado Jhc (PSB-AL)
3º SECRETÁRIO

Senador Zeze Perrella (PMDB-MG)
4º SECRETÁRIO

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL	COMPOSIÇÃO DA MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) PRESIDENTE	**Deputado(a) Rodrigo Maia (DEM -RJ)** PRESIDENTE
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) 1º VICE-PRESIDENTE	**Deputado(a) Fábio Ramalho (PMDB -MG)** 1º VICE-PRESIDENTE
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) 2º VICE-PRESIDENTE	**Deputado(a) André Fufuca (PP -MA)** 2º VICE-PRESIDENTE
Senador José Pimentel (PT-CE) 1º SECRETÁRIO	**Deputado(a) Giacobo (PR -PR)** 1º SECRETÁRIO
Senador Gladson Cameli (PP-AC) 2º SECRETÁRIO	**Deputado(a) Mariana Carvalho (PSDB -RO)** 2º SECRETÁRIO
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) 3º SECRETÁRIO	**Deputado(a) Jhc (PSB -AL)** 3º SECRETÁRIO
Senador Zeze Perrella (PMDB-MG) 4º SECRETÁRIO	**Deputado(a) Rômulo Gouveia (PSD -PB)** 4º SECRETÁRIO
SUPLENTES DE SECRETÁRIO	**SUPLENTES DE SECRETÁRIO**
1º - Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)	1º - Deputado(a) Dagoberto Nogueira (PDT -MS)
2º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	2º - Deputado(a) César Halum (PRB -TO)
3º - Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	3º - Deputado(a) Pedro Uczai (PT -SC)
4º - Senador Cidinho Santos (PR-MT)	4º - Deputado(a) Carlos Manato (SD -ES)

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
http://www.senado.leg.br/ordiacn

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.043068/2018-92

LIDERANÇAS E VICE-LIDERANÇAS NO CONGRESSO NACIONAL

Líder do Governo	**Líder da Minoria**
Deputado Andre Moura - PSC / SE	Deputado Décio Lima - PT / SC
Vice-Líderes	**Vice-Líderes**
Senador Romero Jucá - PMDB / RR	Senador Paulo Rocha - PT / PA
Deputado Aelton Freitas - PR / MG	Deputado Paulo Teixeira - PT / SP
Deputado Leonardo Quintão - PMDB / MG	Deputado Afonso Florence - PT / BA
Deputado Benito Gama - PTB / BA	
Deputado José Rocha - PR / BA	

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
http://www.senado.leg.br/ordiacn

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Fale com o Senado
0800 61 2211

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 98A6DA6000227EFB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.